



**PROGRAMA OPERACIONAL  
DA REGIÃO CENTRO  
PO CENTRO**

**2000-2006**

*Referência da Comissão (Nº CCI) 1999 PT 16 1 PO 014  
Objectivo 1 Portugal*

# **Relatório Final de Execução**

## **Autoridade de Gestão**

POCentro

## **Autoridades de Pagamento**

FEDER: IFDR

FSE: IGFSE

FEOGA-O: IFAP

IFOP: IFAP

Relatório apresentado em 20 de Janeiro de 2010 e aprovado pela Comissão de Acompanhamento, no dia 5 de Fevereiro de 2010

Revisto em Janeiro de 2011

União Europeia





## Índice Geral

Sumário Executivo	11
Introdução	19
1. Alterações das condições gerais de enquadramento do Programa Operacional	21
1.1. Evolução económica e social da região	21
1.1.1. Demografia e povoamento	22
1.1.2. Competitividade económica	26
1.1.3. Recursos humanos	30
1.1.4. Acessibilidades transportes e provisão de bens públicos	35
1.1.5. Ambiente	38
1.2. Actualização dos principais indicadores sócio - económicos	41
1.3. Principais políticas públicas com impacte nas condições de enquadramento do programa	46
2. Estrutura e descrição do sistema de gestão e controlo do Programa Operacional	49
3. Resultados dos Eixos Prioritários e das Medidas para cada Fundo	61
3.1. Implementação dos objectivos gerais	61
3.2. Síntese dos indicadores de realização e de resultado	118
3.3. Execução por Eixo e Medida	129
3.3.1. Eixo I – Enquadramento e síntese da Execução	129
3.3.1.1. Medida I.1 - Equipamento e infra-estruturas locais	136
3.3.1.2. Medida I.2 – Ambiente e recursos naturais	139
3.3.1.3. Medida I.3 – Acessibilidades	141
3.3.1.4. Medida I.4- Qualificação dos aglomerados urbanos e das estruturas de povoamento	143
3.3.1.5. Medida I.5 - Apoio às actividades económicas, actividades de desenvolvimento territorial e apoio à eficácia das políticas públicas	145
3.3.1.6. Medida I.6 - Desenvolvimento dos Recursos Humanos	147
3.3.1.7. Medida I.7 - Acções Específicas de Valorização Territorial	150
3.3.1.8. Medida I.8 - Bonificação de Juros em Linhas de Crédito ao Investimento Autárquico	153
3.3.1.9. Medida I.9 – Saneamento básico	157
3.3.2. Eixo II – Enquadramento e síntese da Execução	159
3.3.2.1. Medida II.1 - Acção integrada para a qualificação e competitividade das cidades - Componente territorial	167
3.3.2.2. Medida II.3 – Acção inovadoras de Dinamização das Aldeias	172
3.3.2.3. Medida II.4- Acção Integrada “Turismo e Património do Vale do Côa”	182
3.3.2.4. Medida II.5 - Acção Integrada de B. T. da “Serra da Estrela”	191

3.3.2.5. Medida II.6 Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior - Componente FEDER	197
3.3.2.6. Medida II.7 - Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior - Componente FEOGA	207
3.3.2.7. Medida II.8 - Desenvolvimento dos recursos humanos e promoção da coesão social	215
3.3.3. Eixo III – Enquadramento e síntese da execução	220
3.3.3.1. Medida III.1 - Educação - Infra-estruturas da educação Pré-escolar e dos Ensinos Básicos e Secundários	227
3.3.3.2. Medida III.2 - Educação - Ensino profissional	230
3.3.3.3. Medida III.3 - Promoção da Empregabilidade e do Emprego a Nível Local	235
3.3.3.4. Medida III.4 - Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local	243
3.3.3.5 Medida III.5 - Ciência, Tecnologia e Inovação	246
3.3.3.6. Medida III.6 - Sociedade da Informação - Portugal Digital	248
3.3.3.7. Medida III.7 - Sociedade da Informação: criar competências para o desenvolvimento de Portugal Digital	250
3.3.3.8. Medida III.8 - Saúde: Implementação dos Sistemas Locais de Saúde (SLS)	252
3.3.3.9 Medida III.9 – Cultura	254
3.3.3.10. Medida III.10 - Desporto: Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos	256
3.3.3.11. Medida III.11 – Economia	258
3.3.3.12. Medida III.12- Acessibilidades e Transportes	263
3.3.3.13. Medida III.13- Ambiente	266
3.3.3.14. Medida III.14- Agricultura e Desenvolvimento Rural	270
3.3.3.15. Medida III.15- Pescas - Infra-estruturas de Portos	286
3.3.3.16. Medida III.16- Pescas: Equipamentos de Transformação	287
4. Execução Financeira do Programa Operacional	289
4.1. Execução do Plano de Financiamento	289
4.2. Taxas de comparticipação por medida	299
4.3. Execução por domínio de intervenção e sector	301
4.4. Distribuição territorial do investimento apoiado	305
4.5. Despesa certificada, transferências da Comissão Europeia e pagamentos aos beneficiários	307
5. Resultados e financiamento dos grandes projectos	311
6. Disposições adoptadas pela Autoridade de Gestão e pela Comissão de Acompanhamento para assegurar a qualidade e a eficácia da execução do Programa Operacional	317
6.1 Acompanhamento, Controlo interno e sistema de informação	317



6.2. Acções de controlo	340
6.3 Utilização da assistência técnica do Programa	354
6.4 Medidas adoptadas para assegurar a publicidade do Programa	358
6.5 Coordenação e incidência territorial dos outros Programas	375
6.6 Síntese dos problemas significativos e medidas adoptadas	379
7. Principais avaliações do Programa Operacional	385
8. Medidas adoptadas para assegurar a compatibilidade das políticas comunitárias e a coordenação de conjunto	392
8.1. Contributo para a Estratégia Europeia de Emprego e igualdade de oportunidades	392
8.2. Concorrência - Regime de Ajudas	398
8.3. Respeito pela política agrícola comum.	400
8.4. Mercados Públicos.	401
8.5. Protecção e Melhoria do Ambiente	403
9. Processo de transição para o QREN	409
10. Boas Práticas e projectos relevantes	417

## ANEXOS

### ANEXO I Quadros Globais do Programa

Quadro 1 - Indicadores de realização física (valores acumulados)

Quadro 2 - Programação e aprovações por medida

Quadro 3 - Execução por medida

Quadro 4 - Anulações automáticas N+2 por medida do Programa Operacional

Quadro 5 - Execução por domínios de intervenção

Quadro 6 - Execução FEOGA por linha de acção e domínios de intervenção

Quadro 7 - Fluxos financeiros com a Comissão Europeia

Quadro 8 - Lista de Grandes Projectos

Quadro 9 - Projectos aprovados

Quadro 10 - Projectos aprovados não concluídos ou suspensos

Quadro 11 - Programação financeira - Alterações na dotação das medidas: Fundo

### ANEXO II Relatório Anual de Execução de 2008

### ANEXO III Relatório Anual de Execução de 2009

## Índice dos principais Quadros e Gráficos

Quadro 1.1 Evolução da População e Densidade Populacional (2001- 2008)	23
Quadro 1.2 Indicadores económicos por NUT III	27
Quadro 1.3 Repartição Sectorial do V.A.B., por NUT III - 2006	28
Quadro 1.4 Indicadores da agricultura – 2007	29
Quadro 1.5 População Activa por nível de instrução	30
Quadro 1.6 Evolução do número de desempregados na Região Centro, 2000-2008	31
Quadro 1.7 Caracterização dos desempregados na Região Centro de acordo com o género, grupo etário e tipo de procura, no período 2000-2008	32
Quadro 1.8 Caracterização dos desempregados na Região Centro de acordo com o tempo de inscrição e habilitações literárias, no período 2000-2008	33
Quadro 1.9 Desempregados na Região Centro, 2000 e 2008, por NUT III	34
Quadro 1.10 Estabelecimentos de ensino e número de alunos em 2000/2001 e 2007/2008	36
Quadro 1.11 Centros de saúde e suas extensões	37
Quadro 1.12 Actualização dos principais indicadores do Programa	41
Quadro 3.1 Grau de cumprimento das metas de cada medida, por Eixo	118
Quadro 3.2 Grau de cumprimento das metas de cada medida, por Fundo	119
Quadro 3.3 Eixo I e II Principais indicadores de resultado	120
Quadro 3.4 Eixo III Principais indicadores de resultado	122
Quadro 3.5 Eixo I - Candidaturas apreciadas em Unidade de Gestão	129
Quadro 3.6 Eixo I – Programação e execução total – FEDER e FSE	130
Quadro 3.7 Eixo I – Programação e execução por ano (2000-2009) – FEDER e FSE	130
Quadro 3.8 Eixo I : Síntese da execução por Medida	132
Quadro 3.9 Eixo I – Execução por NUT III (FEDER)	132
Quadro 3.10 Eixo I: Despesa executada por sector	135
Quadro 3.11 Eixo II - Candidaturas apreciadas em Unidade de Gestão	159
Quadro 3.12 Eixo II – Programação e execução total – FEDER, FSE e FEOGA	160
Quadro 3.13 Eixo II – Programação e execução por ano (2000-2009) – FEDER, FSE e FEOGA.	161
Quadro 3.14 Eixo II – Distribuição Sectorial da execução (2000-2009)	164
Quadro 3.15 Eixo II – Execução por NUT III	165
Quadro 3.16 Eixo III - Candidaturas apreciadas em Unidade de Gestão	220
Quadro 3.17 Eixo III – Programação e execução total – FEDER, FSE, FEOGA e IFOP	221
Quadro 3.18 Eixo III – Programação e execução por ano (2000-2009) – FEDER, FSE, FEOGA e IFOP	221
Quadro 3.19 Eixo III – Distribuição Sectorial da execução (2000-2009)	224

Quadro 3.20 Eixo III – Execução por NUT III	225
Quadro 4.1 PO Centro - Programação e execução por Fundo	289
Quadro 4.2 PO Centro - Programação e execução por Eixo e Fundo	291
Quadro 4.3 PO Centro – Taxas de execução por Eixo e Fundo, flexibilidade de execução	291
Quadro 4.4 PO Centro: Síntese da execução por Medida	296
Quadro 4.5 PO Centro: Taxas de Comparticipação por Medida	300
Quadro 4.6 PO Centro: despesa pública executada por domínio de intervenção	301
Quadro 4.7 Distribuição do custo total segundo as opções estratégicas do programa e por sectores	303
Quadro 4.8 PO Centro – Execução por NUT III	305
Quadro 4.9 Despesa Certificada e Pagamentos da CE	307
Quadro 4.10 Juros produzidos pelos pagamentos por conta	308
Quadro 4.11 Transferências e Pagamentos	308
Quadro 4.12 Montantes Recuperados e por recuperar (Modelos 9 IGFSE)	309
Quadro 5.1 Grande Projecto - Correções Financeiras no âmbito da auditoria do plano de acção sobre contratação pública	313
Quadro 5.2 - Contratos-Programa com o IEF - Despesa Certificada	315
Quadro 5.3 Contrato-Programa de Estágios Profissionais – Pessoas abrangidas segundo a Situação Face ao Emprego	316
Quadro 5.4 Contrato-Programa de Apoios ao Emprego – Pessoas abrangidas segundo o sexo	316
Quadro 6.1 Número de reuniões da Unidade de Gestão, por Eixo Prioritário.	319
Quadro 6.2 Candidaturas apreciadas em Unidade de Gestão, por Fundo	319
Quadro 6.3 Dotação inicial do programa e alterações, por fundo	323
Quadro 6.4 Síntese das principais alterações ao Programa Operacional	328
Quadro 6.5 Síntese das principais alterações ao Complemento de Programação	329
Quadro 6.6 Casos de irregularidades comunicados em 2008/2009	345
Quadro 6.7 Despesa FEDER verificada	347
Quadro 6.8 Despesa verificada (Relatório de síntese de actividade de controlo do FSE – dados extraídos do SIIFSE)	348
Quadro 6.9 Despesa FEOGA verificada	348
Quadro 6.10 Despesa IFOP verificada	349
Quadro 6.11 Despesa verificada pela EAT do Controlo do PO Centro (31-12-2008)	349
Quadro 6.12 Despesa verificada pela EAT do Controlo do PO Centro (13-11-2009)	350
Quadro 6.13 Despesa total verificada FEDER (agregação dos três níveis de controlo)	350
Quadro 6.14 Despesa total verificada FSE (agregação dos três níveis de controlo)	351
Quadro 6.15 Despesa total verificada FEOGA-O (agregação dos três níveis de controlo)	351

Quadro 6.16 Despesa total verificada IFOP (agregação dos três níveis de controlo)	352
Quadro 6.17 Medidas de assistência Técnica - Programação e execução por ano (2000-2009)	354
Quadro 6.18 Medidas de assistência Técnica - Programação e execução por fundo	354
Quadro 6.19 Medidas de assistência Técnica - Programação e execução por tipo de despesa e fundo	356
Quadro 6.20 Medidas de assistência Técnica - Programação e execução por tipo de despesa	357
Quadro 6.21 Medidas de assistência Técnica - Despesas In (regra nº 11)	357
Quadro 6.22 QCA III Despesa Pública executada na Região Centro	376
Quadro 6.23 FUNDO DE COESÃO II - Projectos aprovados e despesa executada na Região Centro a 31-12-2009	377
Quadro 7.1 PO Centro Reprogramação na sequência da avaliação intercalar	389
Quadro 8.1 Projectos com maior incidência na protecção da Rede Natura 2000 e no Património Natural	408
Gráfico 1.1 Taxa de variação anual do PIB, 2000-2008	26
Gráfico 1.2 Evolução da Taxa de Desemprego, 2000 a 2007	31
Gráfico 1.3 Caracterização dos desempregados na Região Centro, 2000-2008	33
Gráfico 3.1 Eixo I- Evolução da execução em cada um dos fundos	131
Gráfico 3.2 Medida I.1 Evolução do Fundo programado e executado	136
Gráfico 3.3 Medida I.2 Evolução do Fundo programado e executado	139
Gráfico 3.4 Medida I.3 Evolução do Fundo programado e executado	141
Gráfico 3.5 Medida I.4 Evolução do Fundo programado e executado	144
Gráfico 3.6 Medida I.5 Evolução do Fundo programado e executado	146
Gráfico 3.7 Medida I.6 Evolução do Fundo programado e executado	149
Gráfico 3.8 Medida I.7 Evolução do Fundo programado e executado	151
Gráfico 3.9 Medida I.8 Evolução do Fundo programado e executado	154
Gráfico 3.10 Medida I.9 Evolução do Fundo programado e executado	157
Gráfico 3.11 Eixo II - % de execução por Fundo	160
Gráfico 3.12 Eixo II- Evolução da execução em cada um dos fundos	161
Gráfico 3.13 Eixo II - Despesa pública executada segundo os principais sectores	163
Gráfico 3.14 Medida II.1 Evolução do Fundo programado e executado	169
Gráfico 3.15 Medida II.3 Evolução da fundo programado e executado	175
Gráfico 3.16 Distribuição Sectorial do Investimento Executado	178
Gráfico 3.17 Medida II.4 Evolução do Fundo programado e executado	187
Gráfico 3.18 Medida II.5 Evolução do Fundo programado e executado	193
Gráfico 3.19 Medida II.6 Evolução do Fundo programado e executado	203
Gráfico 3.20 Medida II.7 Evolução do Fundo programado e executado	211

Gráfico 3.21 Medida II.8 Evolução do Fundo programado e executado	217
Gráfico 3.22 Eixo III- Evolução da execução em cada um dos fundos	222
Gráfico 3.23 Eixo III- Evolução da taxa de execução em cada um dos fundos	223
Gráfico 3.24 Eixo III - Despesa pública executada segundo os principais sectores	224
Gráfico 3.25 Medida III.1 Evolução do Fundo programado e executado	228
Gráfico 3.26 Medida III.1 Execução de acordo com o ano de aprovação dos projectos (FEDER)	228
Gráfico 3.27 Medida III.2 Evolução do Fundo programado e executado	231
Gráfico 3.28 Medida III.3 Evolução do Fundo programado e executado	236
Gráfico 3.29 Medida III.3 – N° de formandos abrangidos por tipologia de acção	238
Gráfico 3.30 Medida III.3 – Acções de formação: Formandos abrangidos nas principais áreas temáticas	241
Gráfico 3.31 Medida III.4 Evolução do Fundo programado e executado	245
Gráfico 3.32 Medida III.5 Evolução do Fundo programado e executado	247
Gráfico 3.33 Medida III.6 Evolução do Fundo programado e executado	248
Gráfico 3.34 Medida III.7 Evolução do Fundo programado e executado	251
Gráfico 3.35 Medida III.8 Evolução do Fundo programado e executado	252
Gráfico 3.36 Medida III.9 Evolução do Fundo programado e executado	255
Gráfico 3.37 Medida III.10 Evolução do Fundo programado e executado	256
Gráfico 3.38 Medida III.11 Evolução do Fundo programado e executado	259
Gráfico 3.39 Medida III.12 Evolução do Fundo programado e executado	264
Gráfico 3.40 Medida III.13 Evolução do Fundo programado e executado	268
Gráfico 3.41 Medida III.14 Evolução do Fundo programado e executado	271
Gráfico 3.42 Medida III.14 Execução de acordo com o ano de aprovação dos projectos (FEOGA)	271
Gráfico 3.43 Medida III.16 Evolução do Fundo programado e executado	288
Gráfico 4.1 PO Centro - Programação e execução	289
Gráfico 4.2 PO Centro Evolução dos valores programados e executados (2000-2009)	292
Gráfico 4.3 PO Centro (FEDER) - Evolução dos valores executados (2000-2009)	292
Gráfico 4.4 PO Centro (FSE) - Evolução dos valores executados (2000-2009)	293
Gráfico 4.5 PO Centro (FEOGA) - Evolução dos valores executados (2000-2009)	293
Gráfico 4.6 PO Centro (IFOP) - Evolução dos valores executados (2000-2009)	294
Gráfico 4.7 PO Centro (FEOGA) - Cumprimento da Regra n+2	295
Gráfico 4.8 FEDER -Taxas de execução em finais de 2007 e final do Programa, por medida	297
Gráfico 4.9 FSE -Taxas de execução em finais de 2007 e final do Programa, por medida	299
Gráfico 4.10 FEOGA -Taxas de execução em finais de 2007 e final do Programa, por medida	299
Gráfico 4.11 PO Centro: despesa pública executada por domínio de intervenção	302

**Siglas e Abreviaturas**

AIBT	Acções Integradas de Base Territorial
CNART	Centro Nacional de Arte Rupestre
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEOGA-O	Fundo Europeu de Organização e Garantia Agrícola (- Secção Orientação)
FSE	Fundo Social Europeu
IAPMEI	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
IFADAP	Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas
IFAP	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas
IFDR	Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional
IFOP	Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca
IGSE	Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu
ILE's	Iniciativas Locais de Emprego
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPA	Instituto Português de Arqueologia
LAX	Lojas das Aldeias do Xisto
NUT	Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos
PAVC	Parque Arqueológico do Vale do Côa
PAX	Programa das Aldeias de Xisto
PEOE	Programa de Estímulo à Oferta de Emprego
PIB	Produto Interno Bruto
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PITER	Programas Integrados Turísticos de Natureza Estruturante e Base Regional
PO CULTURA	Programa Operacional Cultura
PO MARE	Programa Operacional Pesca
POA	Programa Operacional Ambiente
POAGRO	Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural
POAP	Programa Operacional Administração Pública

## PO CENTRO RELATÓRIO FINAL DE EXECUÇÃO

POAT	Programa Operacional Acessibilidades e Transportes
POC	Programa Operacional para a Cultura
POCI	Programa Operacional Ciência e Inovação 2010
POEFDS	Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social
PPAX	Plano de Promoção das Aldeias do Xisto
PRIME	Programa de Incentivos à Modernização Económica
PRODEP	Programa Operacional Educação
QCA III	Quadro Comunitário de Apoio III
VAB	Valor acrescentado Bruto





## Sumário Executivo

O Programa Operacional Centro 2000-2006 aprovado pela Comissão Europeia em 2000, Decisão C(2000)1779 de 28/7/2000, estrutura-se em três Eixos Prioritários (EPI – “Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal”, EPII – “Acções Integradas de Base Territorial” e EPIII – “Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas”), abrangendo 35 medidas.

Tem uma incidência territorial na Região Centro, com 23.700 Km<sup>2</sup>, 25% da superfície de Portugal, e abrange 10 áreas NUT III, subdividas em municípios, num total de 78, com 1.788 mil habitantes.

O Programa Operacional da Região Centro incidiu em cinco linhas prioritárias de intervenção:

- Acesso da população aos serviços universais e infra-estruturação do território;
- Qualificação urbana e ordenamento dos espaços constituintes das cidades;
- Restituição ao meio rural, à agricultura e às aldeias de capacidade de dinamização;
- Valorização das potencialidades de territórios específicos;
- Qualificação dos factores de competitividade da economia regional.

O montante global de financiamento estabelecido inicialmente foi de 1.710,52 milhões de euros ao qual foi acrescentado, nas diversas alterações, um total de 65,3 milhões de euros, pelo que, na última versão do programa aprovada pela Comissão Europeia (Decisão N° C(2009) 1116 de 18/2/2009), a dotação atingiu 1.775,8 milhões de euros de Fundos Estruturais, dos quais 1.362,3 milhões provenientes do FEDER, 227,9 milhões do FSE, 184,1 milhões do FEOGA e 1,5 milhões do IFOP. Acrescentando a estes montantes os recursos nacionais o custo total programado foi de 2.770,7 milhões de euros.

A execução financeira global situou-se nos 103,2% do custo total previsto e 100,4% do total dos Fundos Estruturais programados. Executaram-se 1.783,22 milhões de euros de Fundos, enquanto o montante programado se situava nos 1.775,8 milhões de euros.

O grau de absorção de cada um dos fundos, com excepção do IFOP, com praticamente 100% da sua dotação executada, é idêntico. De facto, nos outros três fundos, FEDER, FSE e FEOGA, foi possível constituir um “*overbooking*” de execução, para colmatar eventuais quebras na fase de encerramento.

Os indicadores de realização associados a cada uma das medidas de operacionalização dos objectivos estratégicos referidos, foram, na generalidade, atingidos ou mesmo ultrapassados.

No âmbito das medidas que concorrem para o reforço da rede de equipamentos colectivos e para a melhoria das infra-estruturas básicas do território, com 38%o total dos fundos executados, serão de destacar:

### Equipamentos colectivos

- Construção e remodelação de equipamentos educativos, desportivos, culturais e de lazer. Neste âmbito foram apoiados 143 projectos no Eixo I e 225 projectos no Eixo III. Na vertente do ensino básico e secundário para além da construção e remodelação de escolas, é de realçar o apoio a infra-estruturas desportivas e a remodelação de laboratórios, que contribuíram para uma melhoria da qualidade de ensino. No ensino pré-escolar os projectos abrangem 201 salas para este nível de ensino. As intervenções no ensino profissional abrangem 11 estabelecimentos de ensino. Na vertente de equipamentos desportivos há a assinalar a intervenção, no desenvolvimento da rede de equipamentos de base, na rede de equipamentos especializados e na rede de equipamentos de espectáculo.
- Intervenções na área da saúde, centros de saúde, suas extensões e hospitais, com 57 projectos apoiados. No que respeita aos Centros de Saúde, substituíram-se instalações degradadas e funcionalmente inadequadas à prestação de cuidados primários, abrangendo cerca de 27% dos utentes da Região Centro. As intervenções em unidades hospitalares visaram remodelar instalações degradadas e adquirir equipamentos, induzindo ganhos em saúde ao nível da qualidade e proximidade dos meios de diagnóstico. Dos 25

hospitais públicos da Região, foram apoiados 13, beneficiando 74% da população da região.

#### **Infra-estruturas básicas e ambiente**

- Intervenções nas redes de distribuição de água e redes de drenagem de águas residuais, tendo sido construídos ou remodelados 2.193 Km de rede de drenagem de águas residuais e 1.537 Km de rede de abastecimento de água.
- Reabilitação de alguns espaços urbanos, tendo sido concluídas 44 das 40 iniciativas previstas;
- Construção de circulares aos centros urbanos, 22 Km, e construção ou beneficiação da rede viária municipal mais estruturante, bem como ligação a equipamentos de utilização colectiva, 653 Km de rede viária;
- No domínio ambiental, intervenções na zona costeira, 12,6 Km, na promoção do ambiente urbano e no controle da qualidade ambiental.

Nas medidas que mais contribuem para a **qualificação dos espaços urbanos**, com 6,3% dos fundos totais executados, destacam-se:

- Projectos de arranjos urbanísticos e de recuperação de edifícios de interesse arquitectónico e patrimonial. Com estes projectos pretendeu-se recuperar e melhorar a imagem de centros históricos e das áreas degradadas em espaços urbanos de interesse turístico;
- As intervenções em cidades da Região através de operações integradas de requalificação urbana, na medida II.1. Tratou-se de intervenções com uma forte componente de valorização ambiental, que ao apoiar acções de requalificação permitem melhorar a qualidade do ambiente urbano e valorizar a presença de elementos estruturantes tais como frentes de rio, aumentar zonas verdes, áreas pedonais e condicionar o trânsito automóvel em determinados centros urbanos. As sete cidades objecto de intervenção foram as previstas, definidas no Complemento de Programação, Aveiro, Coimbra, Leiria, Viseu, Guarda, Covilhã e Castelo Branco e, ainda, a cidade da Marinha Grande.

As intervenções no meio rural, agricultura e aldeias, representando 10,1% do total dos fundos executados, envolveram:

- Intervenções no âmbito da medida II.3, nas vertentes de Contratos de Aldeia, Aldeias Históricas e Centros Rurais, tendo sido executados e concluídos 191 projectos. A população rural abrangida por intervenções que contribuíram para a dinamização económica e social das Aldeias e dos Centros Rurais, representa 13,6% do total da população rural da região. Em complemento a estas operações a medida 3.14, apoiou 389 projectos de recuperação e valorização do património, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural;
- Projectos apoiados pelo FEOGA, na medida III.14 “AGRIS”, em explorações de pequena ou muito pequena dimensão, onde predomina o trabalho familiar e cuja actividade na exploração contribui para uma parcela importante do rendimento familiar, 7.975 projectos;
- Projectos de melhoria das infra-estruturas agrícolas: criação e beneficiação de infra-estruturas para otimizar a gestão dos recursos hídricos, 166 projectos que beneficiaram 20.273 agricultores e 24.036 hectares de explorações agrícola, caminhos e electrificação das explorações agro-florestais. Foram apoiados 613 projectos de electrificação e 587 projectos de caminhos agrícolas e rurais, com uma extensão de 1.067 Km, beneficiando 28.073 explorações agrícolas;
- Intervenções relativas à constituição de organizações de produtores florestais e à prevenção de riscos bióticos e abióticos, na medida III.14,. Os 100 projectos de intervenções na floresta, abrangeram uma superfície florestal de 368.282 hectares, cerca de 55% da área florestal da região centro, excluindo a área do Pinhal Interior, que nesta tipologia de projectos é apoiada no âmbito da AIBT do Pinhal Interior.

As medidas que incidem em **territórios específicos**, designadamente o Vale do Côa, a Serra da Estrela, o Pinhal, territórios ligadas à Pesca, territórios com um património histórico-cultural relevante ou centros urbanos nucleares, representam 10,7% da execução global de fundos, sendo de realçar:

- A medida I.7, orientada para a recuperação de edifícios de interesse patrimonial e para a construção de equipamentos estruturantes nos principais Centros da Região, nomeadamente cineteatros, bibliotecas, centros de exposições e espectáculo, incidiu, fundamentalmente, nos equipamentos de índole cultural. As intervenções na medida III.9, incidiram na recuperação/valorização de castelos, na recuperação de edifícios de valor patrimonial e histórico e na intervenção na valorização do património histórico e paisagístico.
- Nos projectos das AIBT, apesar do peso financeiro das Medidas não ser muito significativo no conjunto do Programa, os projectos apoiados, muitos deles de pequena dimensão mas integrados em rede, constituem um bom exemplo da dinamização dos territórios. O estabelecimento de redes foi a linha estruturante da acção das Medidas dinamizando parcerias entre os actores públicos, associativos e mesmo micro-empresariais em torno de um objectivo comum. Encontram-se nesta situação as redes das Aldeias/Portas de entrada do Vale do Côa, das Aldeias do Xisto, das Praias Fluviais e a de Percursos. Só desta forma está assegurada a sustentabilidade das intervenções e se lhes acrescenta escala para se poderem afirmar como um produto turístico ou patrimoniais de qualidade.
- Na Medida II.7, as intervenções no âmbito do FEOGA, incidiram: no apoio à silvicultura, 290 projectos, em 8.067 hectares de área florestal; na constituição de organizações de produtores florestais, 16 projectos; no apoio ao desenvolvimento de sistemas de prevenção de incêndios florestais e outras situações de emergência, 45 projectos, compreendendo 189.704 hectares cobertos por “Planos Orientadores de Prevenção”(POP), abrangendo todos os 21 concelhos da AIBT Pinhal Interior; apoio a empresas de exploração florestal na aquisição de equipamento específico para a realização das operações de abate, colheita, movimentação e extracção de material lenhoso, 26 projectos.
- Intervenções nos principais núcleos piscatórios da Região Centro, com incidência na Murtosa, Ílhavo, Mira e Figueira da Foz, beneficiando 540 embarcações de pesca.

As medidas que mais contribuem para a qualificação dos factores de competitividade da economia regional, sejam os recursos humanos, as infra-estruturas económicas e de transporte ou os investimentos na actividade produtiva, apresentam uma execução de 34% do total dos fundos. Das iniciativas apoiadas serão de realçar:

### **Recursos humanos**

- A implementação de processos formativo no sentido de reforçar as qualificações profissionais dos funcionários e agentes da Administração Local, abrangendo, no total, 93.590 formandos e estagiários;
- O apoio ao ensino profissional, abrangendo 25.200 alunos, nos sete anos lectivos do ensino profissional, com 5.281 alunos que concluíram o curso e atingiram o nível de qualificação III;
- As medidas de política activa (formação e estágios) para desempregados, abrangendo cerca de 6.425 formandos/ano. De realçar, ainda, o apoio à criação de empresas permitiu criar 1.248 empresas ao longo do período de execução do Programa;
- A formação em novas tecnologias, 16.686 formandos em 905 acções de formação;
- O apoio à criação e melhoria de serviços em centros de ciência viva, no sentido de promover a cultura científica e tecnológica;
- A criação de espaços públicos de acesso à internet, no sentido de dinamizar e generalizar as tecnologias da informação e da comunicação e a iniciativa “Campus Virtual, envolvendo as Universidades e outras Instituições de Ensino Superior, permitindo ao publico dessas instituições ter acesso, por meio de um computador portátil, a conteúdo das aulas, artigos científicos, notas, serviços administrativos da escola etc.

### **Infra-estruturas económicas e de transporte**

- As intervenções na melhoria das condições de fornecimento de gás natural, que contribuíram para o aumento da capacidade de armazenagem (200 milhões

m3), e para a expansão da rede de gás natural (passando-se dos 37.300 clientes, situação de partida, para os 111.720 clientes);

- As intervenções em áreas para acolhimento empresarial e em equipamentos para a dinamização e transferência de tecnologia.
- A beneficiação e requalificação das vias rodoviárias. Para além dos 252,7 Km de estradas construídas ou requalificadas, foram beneficiados 1.597 Km de estradas regionais e locais.

### **Investimentos na actividade produtiva**

No turismo é de realçar o projecto da construção do hotel em Unhais da Serra, Covilhã, projecto PITER, com uma capacidade de alojamento de 90 quartos e 142 camas e a intervenção em 7 das 13 pousadas da juventude da Região Centro. No total, estes projectos envolvem 204 quartos e 567 camas.

De realçar, ainda, a contribuição do Programa para a concretização das políticas comunitárias, designadamente em matéria de: **emprego**, através de acções de formação, estágios e apoios à criação do próprio emprego; **igualdade de oportunidades**, com investimentos que permitem o acréscimo de respostas de apoio social em termos de serviços de proximidade, na melhoria dos cuidados de saúde em termos de aproximação dos mesmos aos utentes, e na utilização de critérios de discriminação positivos na selecção de candidaturas de formação; no **ambiente**, com a melhoria dos índices das infra-estruturas ambientais e com intervenções em algumas zonas ambientalmente sensíveis em que se destacam o litoral e a rede hidrográfica.





## Introdução

O presente relatório permite, para além do cumprimento das obrigações regulamentarmente estabelecidas no ponto 1 do Artigo 37º do Regulamento (CE) nº 1260/1999 de 21 de Junho, onde é referido que a Autoridade de Gestão deverá enviar à Comissão Europeia um Relatório Final da respectiva Intervenção Operacional, destacar as questões de natureza estratégica e a sua articulação com a concretização do Programa e os resultados alcançados.

A estrutura deste Relatório segue, em termos gerais, a que foi estabelecida pela Comissão de Gestão do QCA III (“Orientações para a Elaboração do Relatório Final de Execução. Período de Programação 2000-2006”).

Por outro lado, o Relatório Final de Execução integra secções autónomas dedicadas à execução registada nos anos de 2008 e 2009, que constam dos Anexos II e III, para o ano de 2008 e 2009, respectivamente. Assim, quando as Medidas/ Acções registam execução nestes anos, o relatório integra, em secção autónoma e de forma individualizada, um ponto específico referente à execução registada nesse período.

O corpo principal do Relatório Final de execução estrutura-se nos seguintes capítulos:

- Capítulo 1 – Actualização do contexto socioeconómico enquanto factor condicionante das condições de implementação do Programa.
- Capítulo 2 – Descrição do sistema de gestão e controlo.
- Capítulos 3, 4 e 5 - Análise detalhada da execução física e financeira ao nível global do Programa e específico de cada Medida / Acção;
- Capítulos 6 – Informação relativa aos dispositivos internos montados em matéria de gestão, acompanhamento, controlo, informação e publicidade, identificando os dos principais estrangulamentos e dificuldades verificadas na concretização na implementação do Programa;
- Capítulo 7 – Principais avaliações do Programa;

- Capítulo 8- Análise da contribuição do Programa para as áreas transversais e para as iniciativas nacionais e comunitárias;
- Capítulo 9 – Breve descrição das questões relacionadas com a transição para o QREN;
- Capítulo 10 – Identificação das boas práticas na gestão dos fundos estruturais.

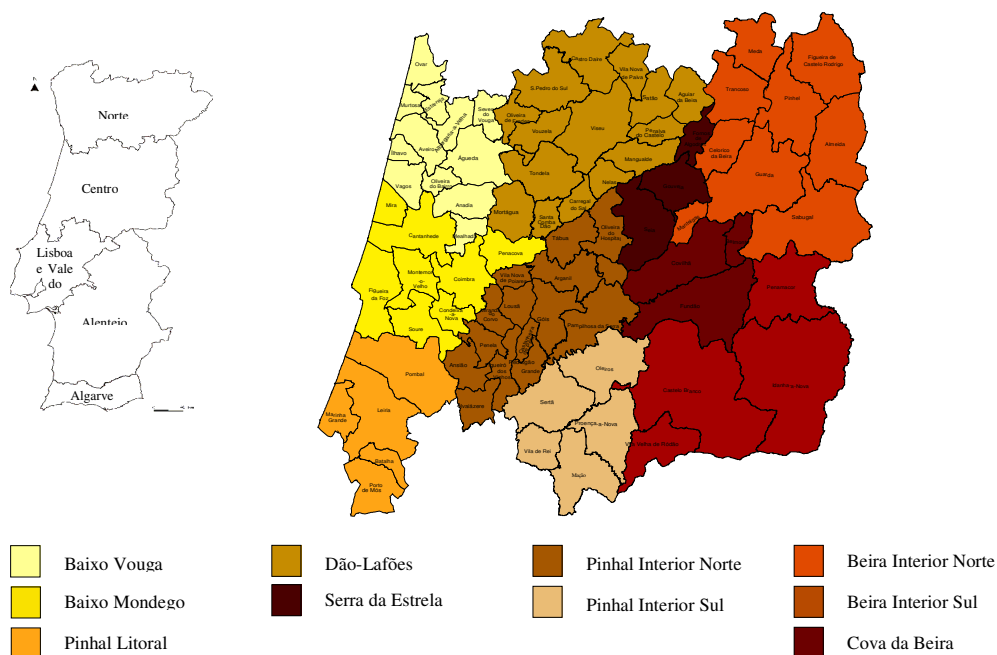
## 1. Alterações das condições gerais de enquadramento do Programa Operacional

Neste capítulo do relatório de Execução, serão apresentadas as principais modificações das condições gerais para a execução do Programa no período 2000-2009, em particular, no que respeita à evolução socioeconómica e às alterações das políticas nacionais, sectoriais ou regionais.

### 1.1. Evolução económica e social da região

As alterações no contexto social e económico da região serão abordadas em cinco vectores principais, dando ênfase às questões relacionadas com as áreas de intervenção do Programa.

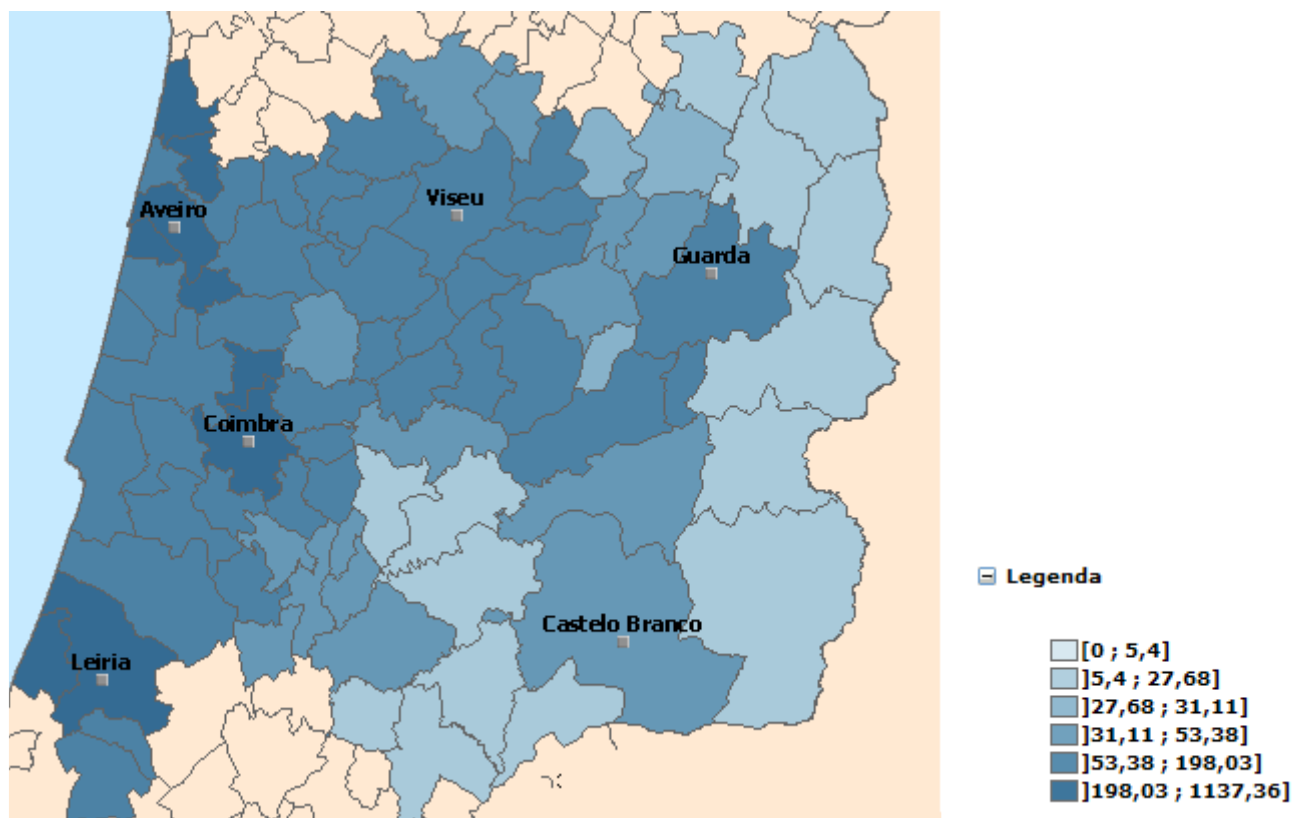
**Região Centro: NUT III e concelhos**  
**A área de intervenção do Programa Operacional Regional da Região Centro**



### 1.1.1. Demografia e povoamento

A Região Centro com uma densidade populacional média de 76 hab/Km<sup>2</sup> apresenta grandes disparidades internas entre o litoral e o interior. A densificação das sub-regiões do Litoral, que varia actualmente entre os 154 hab/Km<sup>2</sup> (Pinhal Litoral) e os 222 hab/Km<sup>2</sup> (Baixo Vouga) esbate-se à medida que se caminha para o interior, até encontrar os valores mínimos de 20 hab/Km<sup>2</sup> (Beira Interior Sul), 21 hab/Km<sup>2</sup> (Pinhal Interior Sul) e 27 hab/Km<sup>2</sup> (Beira Interior Norte), o que demonstra a fraca capacidade das áreas do interior para atrair/manter população.

#### Densidade populacional (N.º/km<sup>2</sup>) por Municípios - 2008



INE, Estimativas Anuais de População residente

O crescimento populacional na Região Centro estagnou desde a década de 90, em virtude de uma menor taxa de natalidade, que em 2008 se situa nos 8,3‰ na Região contra 9,8‰ no País, e de uma simultânea maior taxa de mortalidade, 11,5 ‰ na Região contra 9,8 no País. A evolução demográfica da Região Centro acompanhou a tendência nacional de envelhecimento da população e de declínio dos ritmos de crescimento natural. Estes

aspectos são parcialmente compensados pelo aumento do fluxo de imigração que assim explica a não diminuição da população regional.

Assiste-se a um progressivo envelhecimento da população da Região, com um índice de envelhecimento médio de 150%, superior ao índice de envelhecimento registado a nível nacional, de 115%.

**Quadro 1.1 Evolução da População e Densidade Populacional (2001- 2008)**

NUT III	População residente		Taxa de Variação (%)	Densidade Populacional 2008 (hab./Km2)
	2001	2008		
<b>Centro</b>	<b>1.783.596</b>	<b>1.788.295</b>	<b>0,26</b>	<b>75,5</b>
Baixo Vouga	385.724	400.423	3,81	221,9
Baixo Mondego	340.309	330.494	-2,88	160,2
Pinhal Litoral	250.990	268.140	6,83	153,8
Pinhal Interior Norte	138.535	137.341	-0,86	52,5
Dão-Lafões	286.313	291.185	1,70	83,5
Pinhal Interior Sul	44.803	40.407	-9,81	21,2
Serra da Estrela	49.895	47.415	-4,97	54,6
Beira Interior Norte	115.325	109.051	-5,44	26,8
Beira Interior Sul	78.123	73.138	-6,38	19,5
Cova da Beira	93.579	90.701	-3,08	66,0

Fonte: INE

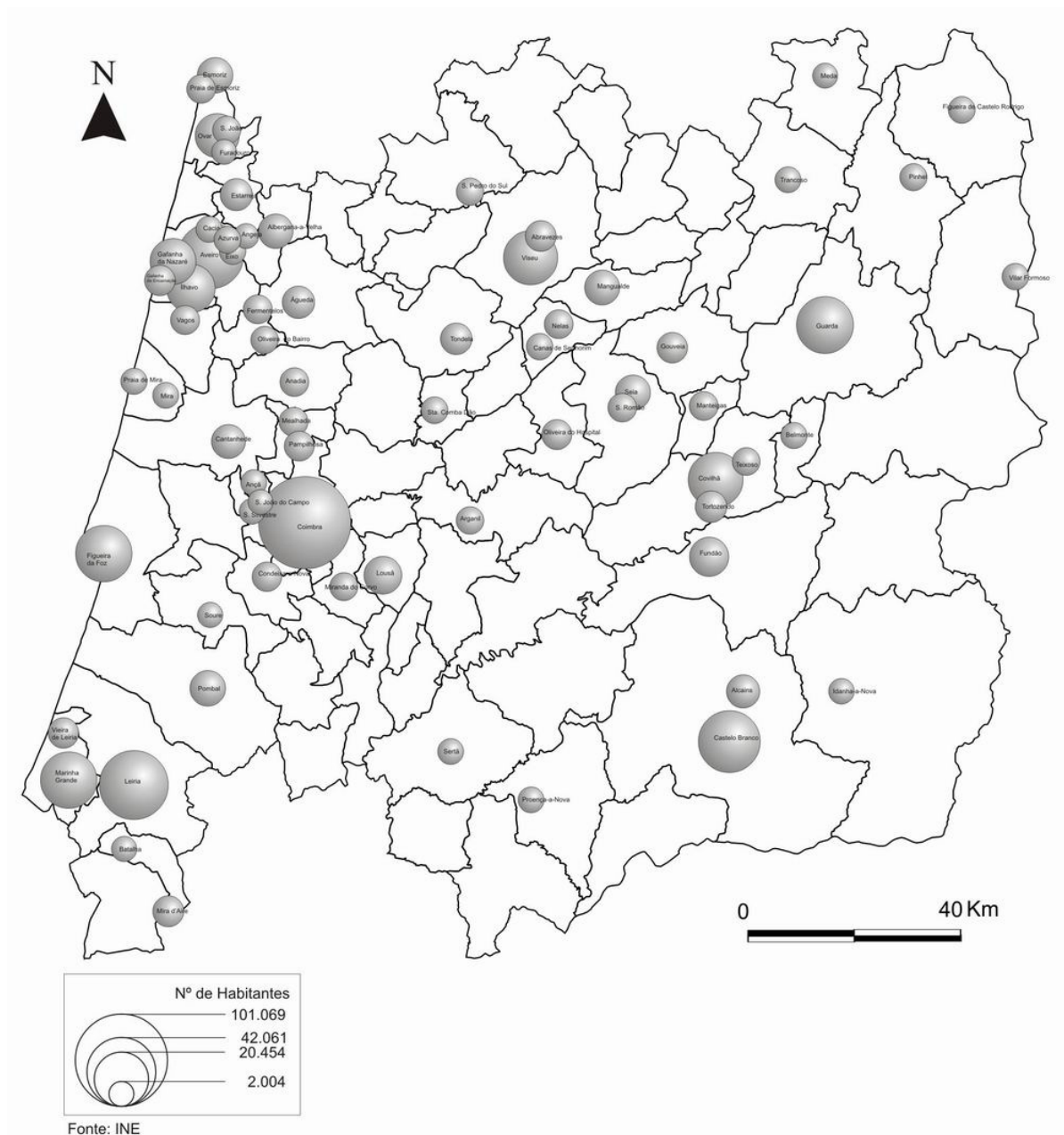
No entanto, existem claras diferenças entre os territórios que se alinham de norte para sul ao longo do litoral (Baixo Vouga e Pinhal Litoral) e no eixo de penetração para o interior sustentado ao longo do IP5 (do Baixo Vouga a Dão-Lafões), que continuam a registar um crescimento populacional e o interior, que continuou a perder população.

Relacionadas com as mudanças populacionais estão as alterações verificadas no sistema urbano, nomeadamente o reforço das cidades de média dimensão, cuja reorganização e qualificação constitui uma pedra basilar da estratégia de desenvolvimento da Região Centro.

Outra característica da Região é a existência de 5 sub-sistemas urbanos que definem um quadro de complementaridades ao nível do emprego e da base económica. São eles: Coimbra-Figueira da Foz, Aveiro-Ílhavo-Águeda-Ovar, Leiria-Marinha Grande, Dão-Lafões, Guarda-Covilhã-Fundão-Castelo Branco e ainda, um sexto sub-sistema, Oliveira

do Hospital-Seia-Gouveia, este último mais pequeno mas em franco processo de afirmação.

### População por Lugares com mais de 2.000 Habitantes, 2001



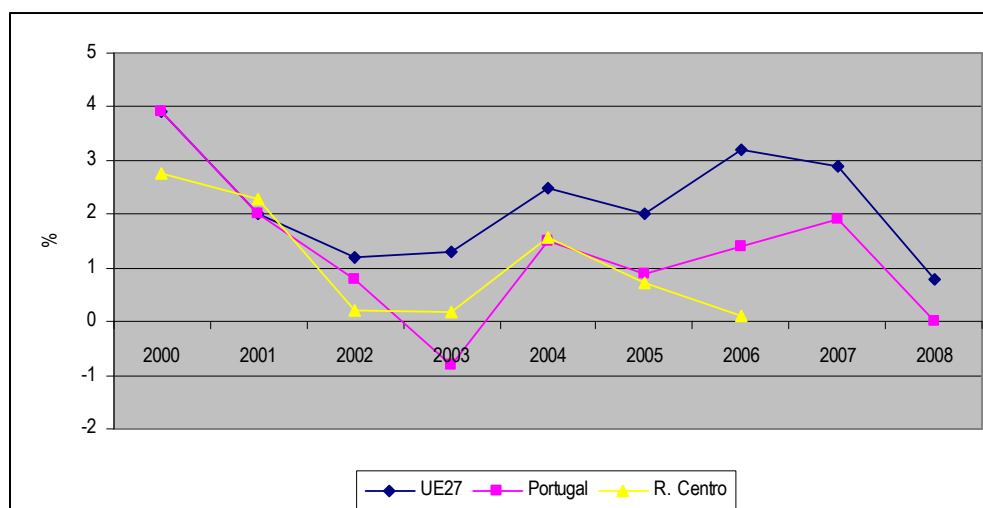


### 1.1.2. Competitividade económica

Apesar da situação socioeconómica da Região Centro ter melhorado consideravelmente no período 2000-2008, o seu processo de crescimento tem seguido uma trajectória de convergência incerta, quer no quadro nacional, quer no contexto europeu.

Nos anos mais recentes verifica-se mesmo divergência no quadro europeu, o que acontece, igualmente, no país.

**Gráfico 1.1 Taxa de variação anual do PIB, 2000-2008**



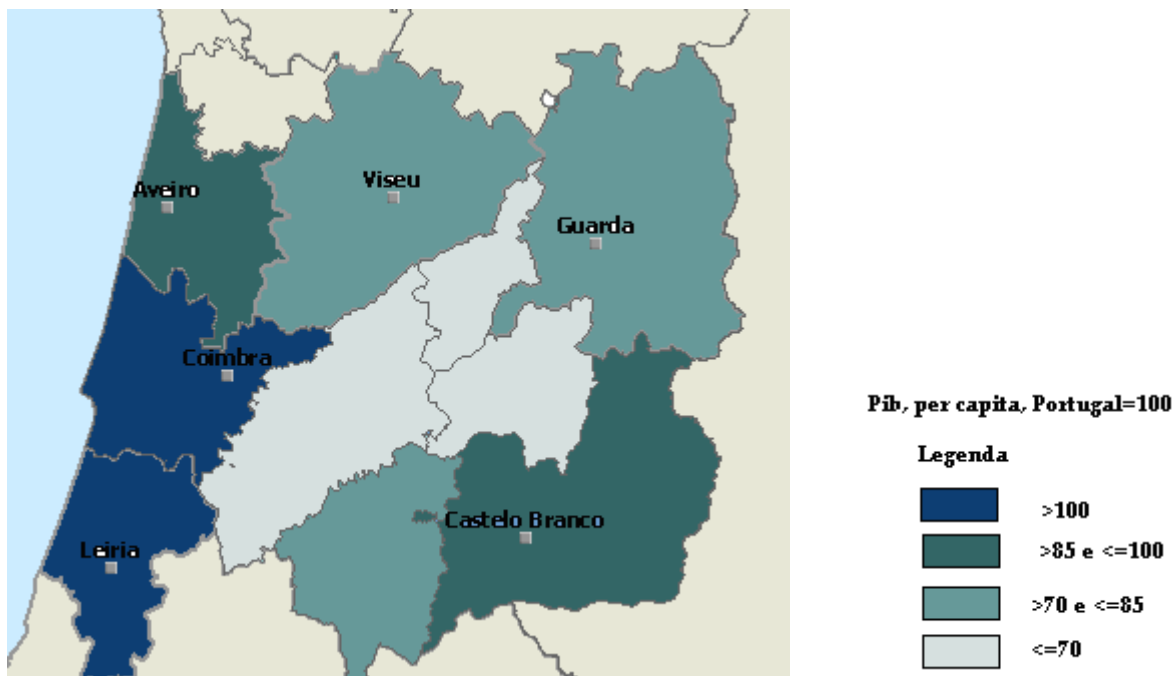
Fonte: Eurostat e INE, Contas Nacionais e Regionais

Pode ver-se, descendo a um nível territorial inferior, que, das dez NUT III que compõem a Região, quatro apresentam um PIB/habitante superior à média regional (Pinhal Litoral, Baixo Vouga, Baixo Mondego e Beira Interior Sul), mas apenas duas delas ultrapassam a média do Continente (Baixo Mondego e Pinhal Litoral).



Quadro 1.2 Indicadores económicos por NUT III

	PIB 2007			Produtividade (VAB/Emprego) 2007
	Em % do total de Portugal	per capita		
		Em valor	Índice de disparidade (Portugal=100)	
	%	milhares de euros	%	milhares de euros
Portugal	100,0	15,4	100,0	27,3
Centro	14,3	13,0	84,5	21,1
Baixo Vouga	3,4	13,9	90,5	23,8
Baixo Mondego	3,2	15,5	100,4	25,7
Pinhal Litoral	2,5	15,6	101,6	24,4
Pinhal Interior Norte	0,8	9,2	60,0	17,5
Dão-Lafões	1,9	10,8	70,3	16,7
Pinhal Interior Sul	0,3	11,7	75,8	15,9
Serra da Estrela	0,3	9,2	59,5	19,1
Beira Interior Norte	0,7	10,6	69,0	15,5
Beira Interior Sul	0,6	13,4	86,8	18,4
Cova da Beira	0,6	10,2	66,4	17,1



Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro – 2008

No contexto nacional, a Região regista, em termos do VAB, um peso maior dos sectores primário e secundário e um menor peso relativo do sector terciário. A sub-região do Baixo Mondego destaca-se de todas as outras pelo grau de terciarização (76% do VAB total), superior ao valor médio nacional, e as sub-regiões do Baixo Vouga, Pinhal Litoral, pelo grau de industrialização, com um VAB do sector secundário superior à média regional.

**Quadro 1.3 Repartição Sectorial do VAB, por NUT III - 2007**

NUT	VAB (%)-2007			
	Primário	Secundário	Terciário	Total
<b>Portugal</b>	<b>2,5</b>	<b>24</b>	<b>73</b>	<b>100</b>
<b>Centro</b>	<b>2,9</b>	<b>30,4</b>	<b>66,7</b>	<b>100,0</b>
Baixo Vouga	2,1	38,6	59,3	100,0
Baixo Mondego	2,0	21,8	76,3	100,0
Pinhal Litoral	2,1	37,5	60,4	100,0
Pinhal Interior Norte	3,4	31,7	64,9	100,0
Dão-Lafões	4,7	29,0	66,3	100,0
Pinhal Interior Sul	6,5	33,2	60,3	100,0
Serra da Estrela	2,9	29,8	67,3	100,0
Beira Interior Norte	3,6	18,7	77,7	100,0
Beira Interior Sul	5,3	22,0	72,7	100,0
Cova da Beira	3,2	23,4	73,4	100,0

Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro - 2008

O perfil de especialização regional assenta basicamente nos factores “recursos naturais” e “baixo custo de mão-de-obra”, o que explica a baixa produtividade regional.

A Região Centro detém, ainda, um peso importante no País no sector primário, com uma população activa que corresponde a 22,3% do total da região, pese embora o facto do seu contributo para o valor acrescentado regional ser reduzido, conforme se pode analisar no quadro anterior. Os principais constrangimentos existentes ao desenvolvimento do sector, continuam presentes como sejam: a diminuta dimensão da propriedade agrícola, com uma área média de superfície agrícola útil da ordem de 6,1 hectares; o envelhecimento dos produtores, com uma média de 63 anos de idade; a predominância da agricultura a tempo parcial, com apenas 22% dos agricultores com actividade na exploração a tempo completo; e o baixo nível de qualificação, com apenas 5% de produtores agrícolas singulares com formação secundária ou superior.

**Quadro 1.4 Indicadores da Agricultura - 2007**

	Superfície Agrícola Utilizada (SAU) por exploração	SAU por Unidade Trabalho Ano (UTA)	UTA por exploração	Idade média do produtor agrícola singular	Proporção de produtores agrícolas singulares com actividade a tempo completo na exploração	Proporção de produtores agrícolas singulares com formação secundária ou superior
	ha		UTA	Anos	%	%
<b>Portugal</b>	<b>12,6</b>	<b>10,1</b>	<b>1,3</b>	<b>63</b>	<b>21</b>	<b>6</b>
<b>Centro</b>	6,1	5,1	1,2	63	22	5

Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro - 2007

### 1.1.3. Recursos humanos

O baixo nível de qualificação da mão-de-obra, característica associada aos reduzidos níveis de escolaridade da população, constitui uma vulnerabilidade da Região em termos de oferta de recursos humanos no mercado de trabalho.

Apesar dessa situação ter melhorado, significativamente, no período 1999-2007, a Região continua com um pior perfil de qualificação dos seus recursos humanos que o do País.

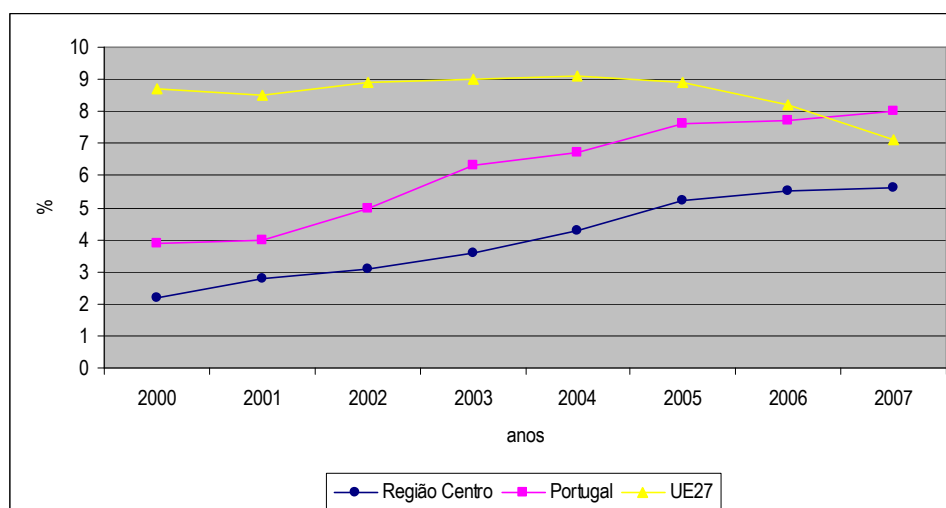
**Quadro 1.5 População Activa por nível de instrução**

Nível de Ensino	R. Centro (%)		Portugal (%)	
	1999	2007	1999	2007
Sem nível de ensino	16,1	7,9	9,8	5,1
Ensino básico				
- 1º Ciclo	36,6	33,1	34,8	27,4
- 2º Ciclo	19,4	18,7	21,2	19,7
- 3º Ciclo	10,9	17,3	13,8	18,6
Ensino secundário	9,4	12,1	11,5	15,1
Ensino médio e superior	7,6	10,9	8,9	14,1

Fontes: INE: Anuário Regional 1999 e Estatística Regional do Centro 2007

Este quadro de qualificações reflecte-se na estrutura do desemprego e num desajuste entre a oferta e a procura de emprego, que aponta para um forte défice de mão-de-obra qualificada.

No que respeita à taxa de desemprego, a Região Centro tem mantido, no contexto nacional e europeu, uma posição mais favorável, embora a a mesma tenha tido um agravamento ao longo do período em análise, atingindo, em 2007, 5,6% da população activa.

**Gráfico 1.2 Evolução da Taxa de Desemprego, 2000 a 2007**

Fonte: Eurostat; INE, Inquéritos ao Emprego

Em termos de pessoas inscritas nos centros de empregos, constatamos a tendência crescente do desemprego ao longo deste período (de 2000 para 2008 surgiram 17.740 novos desempregados).

**Quadro 1.6 Evolução do número de desempregados na Região Centro, 2000-2008**

Anos	Desempregados Inscritos	Taxa de Variação em Relação ao Ano Anterior (%)
2000	44.999	
2001	44.161	-1,9
2002	52.410	18,7
2003	62132	18,5
2004	63.968	3,0
2005	64.667	1,1
2006	64.067	-0,9
2007	57.724	-9,9
2008	62.739	8,7

Nos quadros seguintes estão identificados os desempregados inscritos nos centros de emprego, em termos de género, tempo de inscrição, habilitações escolares, categoria, níveis etários e distribuição territorial

Atendendo às variáveis caracterizadas, é notório o elevado peso das mulheres, dos adultos, das baixas qualificações escolares, dos desempregados à procura de novo emprego e daqueles que o faziam há menos de um ano.

Mas por outro lado, constatamos que, ao longo do QCA III, se verificaram alterações nesta estrutura. Assim, o desemprego masculino aumentou (de 36,5% passou para 42%), os desempregados há menos de um ano, cresceram (os NDLD'S subiram de 64,1% em 2000 para 68% em 2008) e verificou-se um aumento dos desempregados com elevados níveis de instrução (os desempregados com nível de escolaridade médio/superior passaram de 8,88% para 12%).

Ao compararmos a evolução percentual do 1º Emprego e do Novo Emprego, constatamos que, enquanto o novo emprego acompanhou, ao longo do QCA III, a evolução geral do desemprego, o 1º Emprego foi reduzindo percentualmente, no período 2000-2005, aumenta em 2006 e 2007 e curiosamente reduz em 2008. Para esta evolução recente, terá contribuído, em grande medida, o facto de que, para uma boa parte da população activa oriunda da Região, em particular os jovens com um nível de qualificação mais elevado, o mercado de trabalho “natural” não ser o mercado regional (em virtude da sua fraca capacidade de fixação), mas sim os mercados das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto ou mesmo os restantes países europeus.

**Quadro 1.7 Caracterização dos desempregados na Região Centro de acordo com o género, grupo etário e tipo de procura, no período 2000-2008**

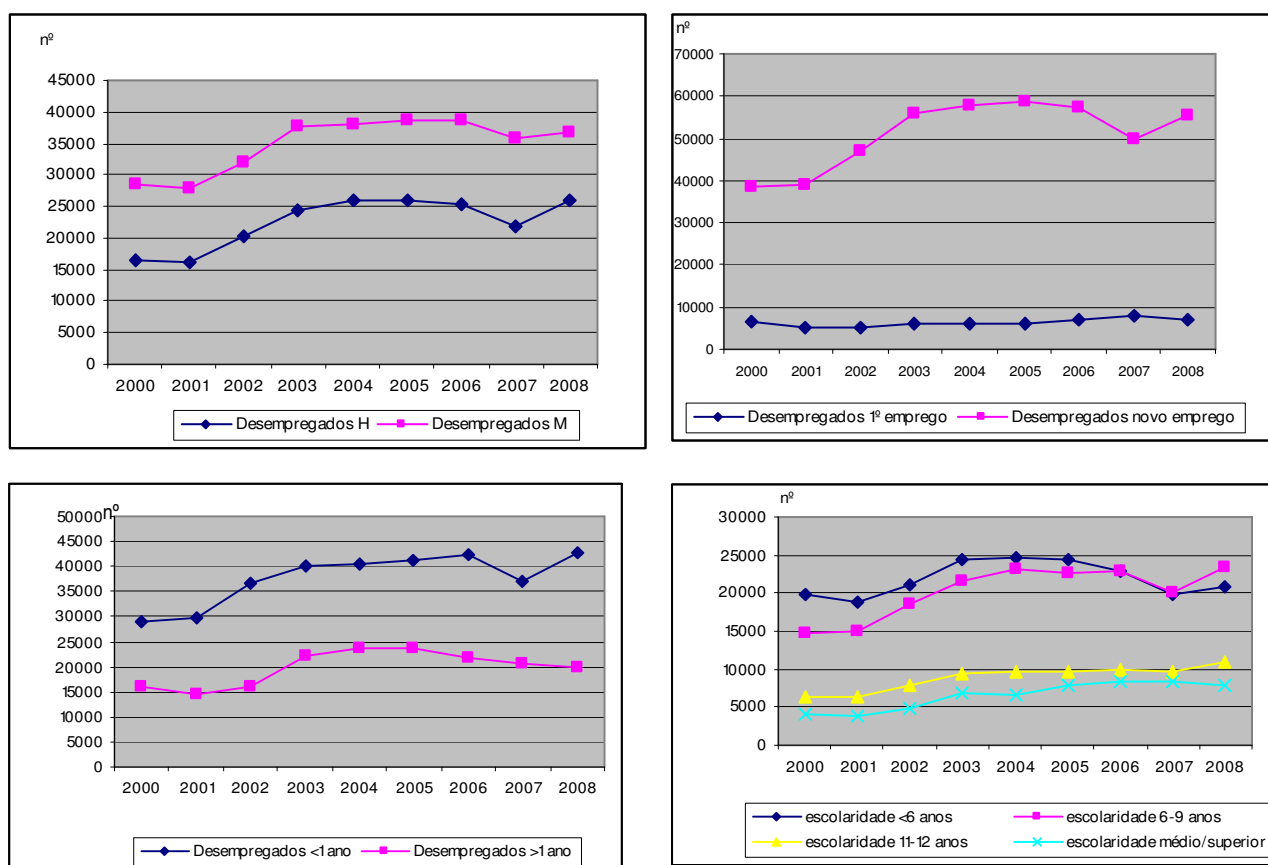
Anos	Total Desempregados		Género		Grupo etário		Tipo de Procura	
	Nº	Taxa de Variação em Relação ao Ano Anterior (%)	H	M	Jovens	Adultos	1º Emprego	Novo Emprego
2000	44.999		16.411	28.588	8.888	36.111	6.478	38.521
2001	44.161	-1,9	16.263	27.898	8.487	35.674	5.134	39.027
2002	52.410	18,7	20.291	32.119	10.064	42.346	5.237	47.173
2003	62132	18,5	24.483	37.649	11.101	51.031	6.194	55.938
2004	63.968	3	25.909	38.059	10.883	53.085	6.134	57.834
2005	64.667	1,1	26.055	38.612	9.745	54.922	5.877	58.790
2006	64.067	-0,9	25.348	38.719	9.713	54.354	6.889	57.178
2007	57.724	-9,9	21.795	35.929	9.223	48.501	7.949	49.775
2008	62.739	8,7	26.053	36.686	9.754	52.985	7.112	55.627

Fonte: Delegação Regional Centro do IEFP

**Quadro 1.8 Caracterização dos desempregados na Região Centro de acordo com o tempo de inscrição e habilitações literárias, no período 2000-2008**

Anos	Tempo de inscrição		Habilitações escolares			
	<1 ano	> 1 ano	<6 anos	6-9 anos	11-12 anos	médio/superior
2000	28.863	16.136	19.919	14.631	6.451	3.998
2001	29.712	14.449	18.910	14.987	6.349	3.915
2002	36.483	15.927	21.214	18.615	7.800	4.781
2003	40.177	21.955	24.361	21.626	9.348	6.797
2004	40.348	23.620	24.625	23.175	9.602	6.566
2005	41.105	23.562	24.483	22.725	9.616	7.843
2006	42.352	21.715	23.005	22.844	9.794	8.424
2007	37.210	20.514	19.806	19.959	9.541	8.418
2008	42.893	19.846	20.796	23.288	10.892	7.763

Fonte: Delegação Regional Centro do IEFP

**Gráfico 1.3 Caracterização dos desempregados na Região Centro, 2000-2008**

Fonte: Delegação Regional Centro do IEFP

Em termos de distribuição territorial o peso do desemprego no litoral da região aumentou significativamente, passando a representar 54% do desemprego da região, enquanto, em 2000, representava 47 %. Os concelhos mais urbanos da região, Aveiro, Coimbra, Figueira da Foz, Leiria, Águeda, Viseu e Covilhã representavam, em média, no período em referência, 69,1% do total dos desempregados.

**Quadro 1.9 Desempregados na Região Centro, 2000 e 2008, por NUT III**

	Desempregados inscritos %		População residente %	
	2000	2008	2001	2008
<b>Centro</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Baixo Vouga	18,7	23,7	21,6	22,4
Baixo Mondego	20,7	18,7	19,1	18,5
Pinhal Litoral	7,9	11,7	14,1	15,0
Pinhal Interior Norte	7,3	6,6	7,8	7,7
Dão-Lafões	22,2	17,5	16,1	16,3
Pinhal Interior Sul	2,5	1,4	2,5	2,3
Serra da Estrela	4,6	3,8	2,8	2,7
Beira Interior Norte	4,9	5,4	6,5	6,1
Beira Interior Sul	5,1	4,1	4,4	4,1
Cova da Beira	6,1	7,2	5,2	5,1

Fontes: Delegação Regional Centro do IEFP, INE, Recenseamento geral população 2001, INE- Anuário Estatístico da Região Centro - 2008

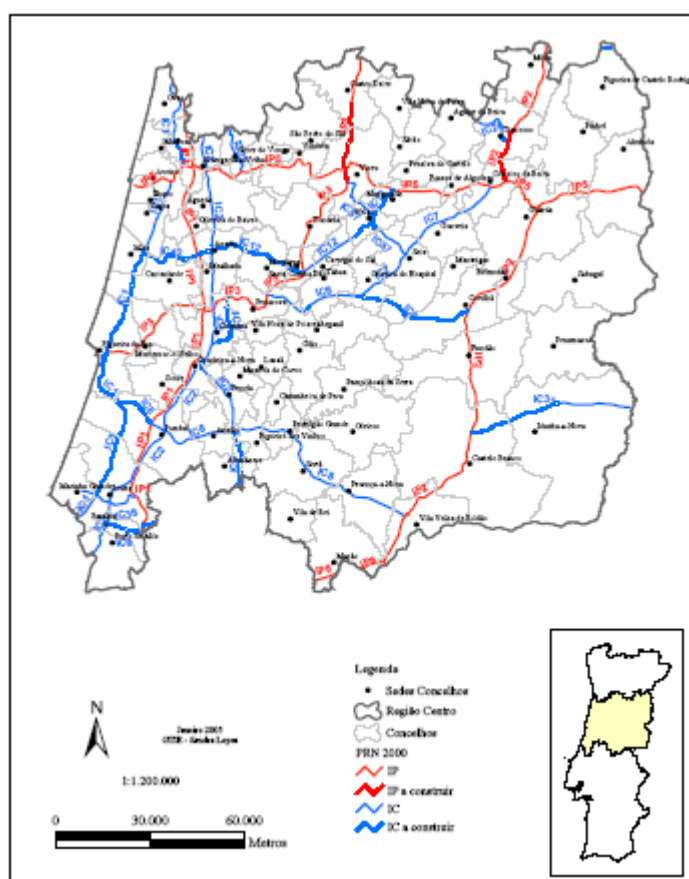


### 1.1.4. Acessibilidades transportes e provisão de bens públicos

As acessibilidades e transportes constituem outro domínio fundamental para a estratégia de desenvolvimento da Região Centro. Há contudo, que separar os níveis nacional e internacional dos níveis regional e local, e a esta escala, o urbano.

Com uma posição chave na articulação do território nacional, a Região Centro e, em particular o litoral, servidos pelo IP1 (ligação a Lisboa e Porto) e a norte pelo IP5 (eixo que faz a ligação a Espanha), assim como pelos principais eixos ferroviários (Linha do Norte e a Linha da Beira Alta que permite a ligação ao exterior), conta ainda com grandes carências neste domínio, apesar das melhorias verificadas nos últimos anos.

**Rede Viária da Região Centro**



Outro aspecto que merece particular atenção no domínio das acessibilidades e transportes relaciona-se com o desenvolvimento do sistema urbano e da base económica urbana-regional. A melhoria da acessibilidade e o aumento do transporte individual permitiu o reforço da mobilidade das populações das aldeias às sedes de concelho mas, também, entre concelhos ou cidades diferentes, contribuindo para a consolidação dos sistemas e dos eixos urbanos regionais.

Em suma, os investimentos realizados neste domínio nos últimos anos evidenciam um significativo desfasamento, entre uma dinâmica de qualificação da rede local, resultante do esforço financeiro das autarquias, e uma incipiente intervenção na rede regional e nacional, o que limita o potencial competitivo da Região e condiciona de modo evidente as estratégias de coesão social e territorial.

A outro nível surgem as acessibilidades intra-regionais e de nível municipal, onde tem igualmente havido melhorias. Existem no entanto alguns problemas da maior importância para a melhoria da competitividade regional, bem como para a coesão económica e territorial: os promotores evidenciam as carências ao nível das infra-estruturas, como por exemplo, os centros coordenadores de transporte rodoviário, as plataformas inter-modais de mercadorias e nos transportes ferroviários e aéreos.

No sector da educação as alterações constatadas prendem-se com a requalificação do parque escolar e com a reorganização do seu funcionamento, tendo em vista a qualificação do sistema de ensino. O reforço do nível pré-escolar é verificável no acréscimo de 4,6% de alunos inscritos, entre 2000 e 2007, ligado a uma política de concentração e qualificação dos equipamentos. Esta atitude é também observável, ao nível do ensino básico, onde a par da redução do número de estabelecimentos ocorreu, uma diminuição significativa (6,3%) da população escolar, reflexo da dinâmica demográfica que se tem vindo a registar na Região e no país.

**Quadro 1.10 Estabelecimentos de ensino e número de alunos em 2000/2001 e 2007/2008**

Anos	Educação Pré-Escolar		Ensino Básico		Ensino Secundário	
	Número de Estabelecimentos	Número de Alunos	Número de Estabelecimentos	Número de Alunos	Número de Estabelecimentos	Número de Alunos
2000/2001	1.545	43.851	3.127	196.010	134	65.118
2007/2008	1.492	45.879	2.080	183.693	194	57.446

O único nível de ensino em que se constata um acréscimo no número de estabelecimentos é o secundário que, no entanto, é acompanhado de uma redução de no número de alunos matriculados (11,8%), situação que se prende, por um lado com a melhoria da respectiva cobertura territorial e, por outro lado, com a reorganização do sistema de ensino.

No domínio da saúde, a situação não se alterou significativamente, registando-se pequenos ganhos na renovação da rede de cuidados de saúde primária, correlativa da sua reorganização com vista à qualificação dos serviços prestados. Entre as carências mais evidentes contam-se a falta de instalações que prestem cuidados continuados, área particularmente sensível para os idosos e, como tal, com grande impacto nas áreas mais envelhecidas da Região.

**Quadro 1.11 Centros de saúde e suas extensões**

Anos	Centros de Saúde			Extensões dos Centros de Saúde
	Com Internamento	Sem Internamento	Total	
2000	15	72	87	601
2007	7	79	86	571

No âmbito do desporto e lazer registaram-se progressos positivos expressos pelo incremento generalizado da oferta de equipamentos para a prática desportiva. Este facto, tributário dos Programas Operacionais anteriores e orientado por um objectivo evidente de aumento da coesão interna e de equidade territorial, gerou, no entanto, um evidente desfasamento na captação de áreas desportivas entre as áreas mais densamente povoadas (litoral e cidades médias) e os concelhos periféricos, que apresentam níveis de oferta por habitante significativamente mais elevados.

### 1.1.5. Ambiente

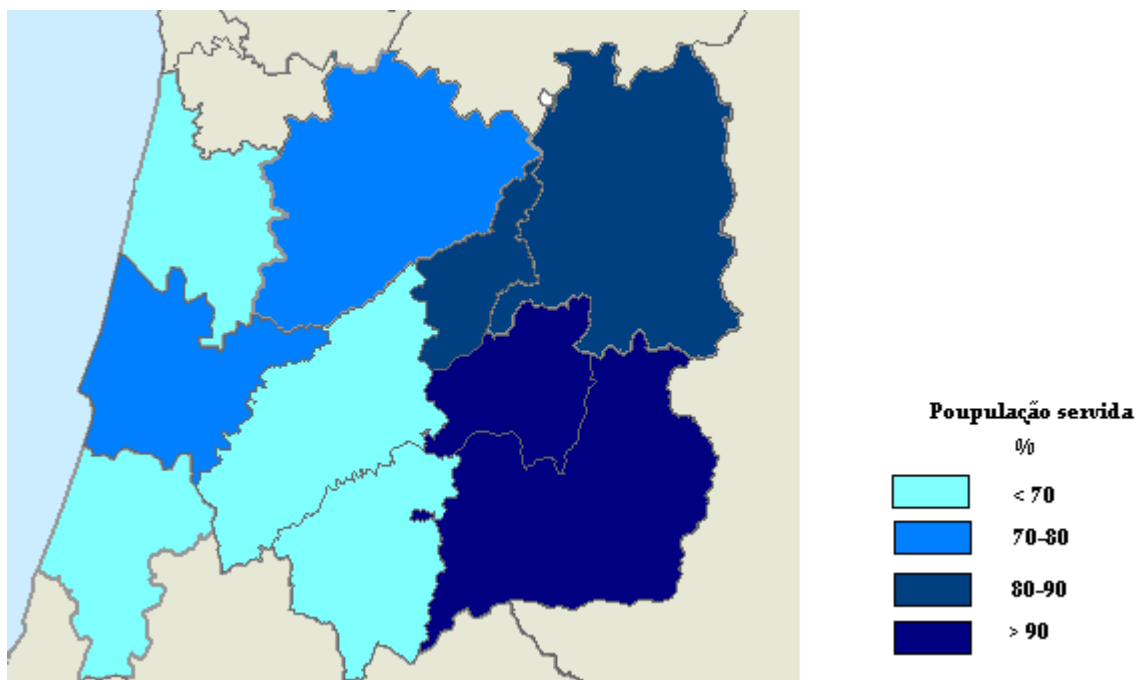
O ambiente, pela sua transversalidade (serviços prestados à população, como património a preservar e valorizar e ainda pela componente urbana), constitui um dos sectores chave do desenvolvimento da Região Centro. Nos últimos anos, globalmente, têm-se verificado certas mudanças positivas, no entanto insuficientes, face às necessidades de colmatar atrasos estruturais, particularmente no domínio do saneamento básico.

No que diz respeito às infra-estruturas de saneamento básico, nos últimos anos:

- Tem aumentado a percentagem de população com abastecimento domiciliário de água (em 1997, 89% e em 2005, 96%), o que representa uma melhoria significativa do grau de cobertura da rede “em baixa”.
- Registou-se um acréscimo na percentagem de população servida por sistemas de tratamento de águas residuais (1997, 36%, para 62% em 2005) e por redes de drenagem de águas residuais (1997, 54% para 72% em 2005). Com a conclusão dos projectos financiados pelo Programa estima-se que a população servida por redes de drenagem se situe nos 73,7%;
- Verificou-se um salto qualitativo na qualidade do serviço prestado através da introdução de sistemas de monitorização da qualidade da água fornecida;
- Registou-se uma melhoria na percentagem de população servida por sistemas de recolha de resíduos, após a entrada em funcionamento de um conjunto de infra-estruturas financiadas por Quadros Comunitários anteriores. Os investimentos realizados permitiram o encerramento de várias lixeiras e a entrada em funcionamento de aterros e estações de compostagem.

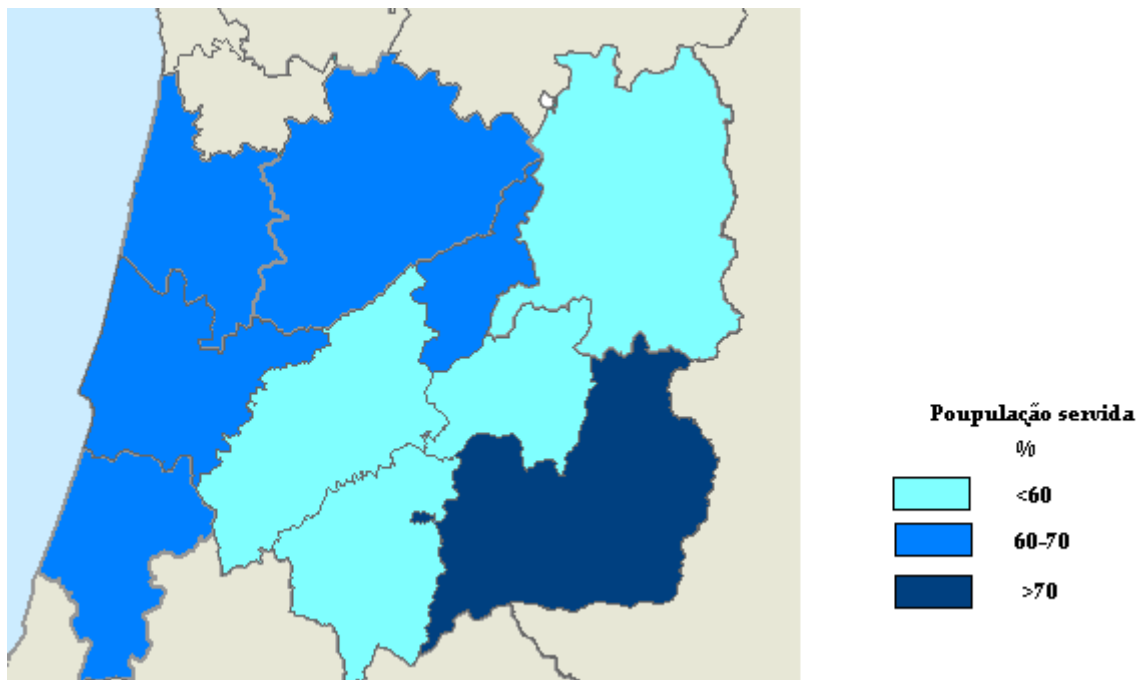
No intuito de reforçar as intervenções no domínio do ambiente vêm sendo desenvolvidos esforços que permitam articular as intervenções das componentes em “alta” e em “baixa” de saneamento básico, sobretudo nos sistemas integrados que se estão a implementar naquelas bacias hidrográficas do litoral.

### População Servida com Sistemas de Drenagem de Águas Residuais, 2005



Fonte: INE: Anuário Estatístico da Região Centro - 2006

### População servida por estações de tratamento de águas residuais (ETAR), 2005



Fonte: INE: Anuário Estatístico da Região Centro - 2006



## 1.2. Actualização dos principais indicadores sócio - económicos

Neste ponto procurou-se compilar os principais indicadores que constam do Programa e actualizá-los para o ano mais recente, em que se dispõe de informação.

**Quadro 1.12 Actualização dos principais indicadores do Programa**

	Unidade	Ano	Região Centro	Portugal	Fonte:
<b>INDICADORES DEMOGRÁFICOS</b>					
Área	100 Km <sup>2</sup>	1997	237	919	
	100 Km <sup>2</sup>	2008	236,74	920,94	INE
População	1.000	1997	1710,4	9.957,3	
	1.000	2001	1.784	10.356,1	INE, Recenseamento Geral População
	1.000	2008	1788,3	10.627,3	INE, Estimativas da População Residente
	Acréscimo (%)	1997-2008	4,55	6,73	
Densidade Populacional	hab/km <sup>2</sup>	1997	72,3	108,3	
	hab/km <sup>2</sup>	2008	75,5	115,4	INE, Estimativas da População Residente
Taxa de Natalidade	%o	1997	10,2	11,4	
	%o	2008	8,31	9,80	INE, Indicadores Demográficos
Taxa de Mortalidade	%o	1997	12	10,5	
	%o	2008	11,46	9,80	INE, Indicadores Demográficos
Taxa de crescimento migratório anual	%	2008	0,07	0,09	INE, Indicadores Demográficos
Índice de Envelhecimento	%	1997	113,4	88,5	
	%	2008	150,6	115,5	INE, Est. da População Residente

## Actualização dos principais indicadores do Programa (continuação)

Unidade		Ano	Região Centro	Portugal	Fonte:
<b>INDICADORES ECONÓMICOS</b>					
VABpm	10 <sup>6</sup> Esc	1996	2.283.511	15.368.681	
VABpm	% RC/Portugal	1996	15	100	
VABpm	10 <sup>6</sup> Euros	2006	19.112	133.055	INE: Anuário Estatístico da Região Centro - 2007
	% RC/Portugal	2006	14	100	INE: Anuário Estatístico da Região Centro - 2007
Distribuição do VAB por sectores					
Sector Primário	%	1996	6,7	4,1	
Sector Secundário	%	1996	37,9	33,9	
Sector Terciário	%	1996	55,4	61,9	
Sector Primário	%	2007	2,9	2,5	Anuário Estatístico da Região Centro - 2008
Sector Secundário	%	2007	30,4	24,5	Anuário Estatístico da Região Centro - 2008
Sector Terciário	%	2007	66,7	73,0	Anuário Estatístico da Região Centro - 2008
PIB/hab	10 <sup>3</sup> Esc.	1997	1545	1797	
PIB/hab	Portugal=100	1997	86,0	100,0	
PIB/hab	10 <sup>3</sup> Euros	2007	13,0	15,4	Anuário Estatístico da Região Centro - 2008
PIB/hab	Portugal=100	2007	84,5	100,0	

<b>EMPREGO POR RAMOS DE ACTIVIDADES</b>					
Primário	H/M	%	1998	26,41	13,49
	M	%	1998	33,29	15,11
Secundário	H/M	%	1998	32,67	35,76
	M	%	1998	19,63	24,64
Serviços	H/M	%	1998	40,93	50,74
	M	%	1998	47,11	60,25
Taxa de Actividade	H/M	%	1998	54,7	50
	M	%	1998	49,7	43,6
Primário	H/M	%	2008	21,6	11,2
	M	%	2008	24,8	11,9
Secundário	H/M	%	2008	30,3	29,3
	M	%	2008	16,2	16,9
Serviços	H/M	%	2008	48,1	59,5
	M	%	2008	59,1	71,3
Taxa de Actividade	H/M	%	2008	57,3	53
	M	%	2008	52,2	48



## Actualização dos principais indicadores do Programa (continuação)

		Unidade	Ano	Região Centro	Portugal	Fonte:
<b>EDUCAÇÃO</b>						
Número de Alunos						
	Básico	nº	1998/99	205019	1158794	
	Secundário	nº	"	72194	381118	
Estabelecimentos de Ensino						
	Básico	nº	1995/96	3 272	12 874	
	Secundário	nº	"	132	664	
	Superior	nº	"	54	290	
Taxa de Escol. Ensino Básico		%	"	80,1	82,1	
Número de Alunos						
	Pré-escolar	nº	2007/2008	45.879	266.158	Anuário Estatístico da Região Centro - 2008
	Básico	nº	2007/2008	183.693	1.187.184	Anuário Estatístico da Região Centro - 2008
	Secundário	nº	2007/2008	57.446	349.477	Anuário Estatístico da Região Centro - 2008
	Total não superior	nº	2007/2008	287.018	1.802.819	Anuário Estatístico da Região Centro - 2008
Estabelecimentos de Ensino						
	Pré-escolar	nº	2007/2008	1492	6847	Anuário Estatístico da Região Centro - 2008
	Básico	nº	2007/2008	2080	9151	Anuário Estatístico da Região Centro - 2008
	Secundário	nº	2007/2008	194	954	Anuário Estatístico da Região Centro - 2008
	Superior	nº	2007/2008	52	301	Anuário Estatístico da Região Centro - 2008
Taxa bruta de Pré-escolarização		%	2007/2008	92	79,8	Anuário Estatístico da Região Centro - 2008
Taxa bruta de Escol. Ensino Básico		%	2007/2008	119	121,3	Anuário Estatístico da Região Centro - 2008

## Actualização dos principais indicadores do Programa (continuação)

	Unidade	Ano	Região Centro	Portugal	Fonte:
<b>DESEMPREGO</b>					
Taxa de Desemprego	H/M	%	1998	2,5	5
	M	%	1998	3,1	6,2
Taxa de Desemprego	H/M	%	2007	5,6	8
	M	%	2007	7,7	9,6
INE, Anuário Estatístico da Região Centro - 2007- Inquérito ao emprego					
INE, Anuário Estatístico da Região Centro - 2007- Inquérito ao emprego					

	Unidade	Ano	Região Centro	Portugal	Fonte
<b>AMBIENTE</b>					
Abastecimento de água	%	1997	89	86	
Drenagem de águas residuais	"	"	54	68	
Tratamento de águas residuais urbanas	"	"	36	40	
Abastecimento de água	%	2005	96	92	INE: Anuário Estatístico da Região Centro - 2006(*)
Drenagem de águas residuais	"	2005	72	76	INE: Anuário Estatístico da Região Centro - 2006(*)
Tratamento de águas residuais urbanas	"	2005	62	64	INE: Anuário Estatístico da Região Centro - 2006(*)

(\*) A partir de 2006 a fonte de informação foi alterada pelo que os valores não são comparáveis com os anos anteriores. Assim optou-se por identificar os valores referentes a 2005.

	Unidade	Ano	Região Centro	Portugal	Fonte
<b>SAÚDE</b>					
Hospitais	nº	1997	41	215	
Médicos por 1000 habitantes	%o	"	2,6	3	
Camas por 1000 habitantes	%o	"	5	4	
Hospitais	nº	2007	36	200	INE- Anuário Estatístico da Região Centro - 2007
Médicos por 1000 habitantes	%o	2007	3,7	3,6	INE- Anuário Estatístico da Região Centro - 2007
Camas por 1000 habitantes	%o	2007	3,5	3,5	INE- Anuário Estatístico da Região Centro - 2007

## Actualização dos principais indicadores do Programa (continuação)

Unidade	Ano	Região Centro	Portugal	Fonte
<b>CULTURA</b>				
Imprensa Periódica - Tiragem Anual	1997			
	10 <sup>3</sup> .	26.059	608.991	
Museus	nº	49	323	
Bibliotecas	"	310	1.647	
Imprensa Periódica - Tiragem Anual	2006			INE: Anuário Estatístico da Região Centro - 2007
	10 <sup>3</sup> .	25.038	733.534	
Museus	nº	54	291	INE: Anuário Estatístico da Região Centro - 2007
Bibliotecas	nº	370	1.960	INE, Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio

Unidade	Ano	Região Centro	Portugal	Fonte
<b>INDICADORES DE CONFORTO</b>				
Alojamentos com:				
Instalações com telefone	%	1997	73	79,7
Televisão	%	1997	94	96,2
Videogravador	%	1997	32,7	46,2
Computador pessoal (PC)	%	1997	11,6	14,3
Telemóvel	%	1997	8,4	11,4
Agregados com				
telefone fixo	%	2005		INE, IDEF - Inquérito às Despesas das Famílias, 2005/2006
			70,50	68,70
Televisão	%	2005		INE, IDEF - Inquérito às Despesas das Famílias, 2005/2006
			98,80	98,90
Televisão por cabo ou satélite	%	2005		INE, IDEF - Inquérito às Despesas das Famílias, 2005/2006
			27,20	42,10
Videogravador	%	2005		INE, IDEF - Inquérito às Despesas das Famílias, 2005/2006
			41,40	48,20
Computador	%	2005		INE, IDEF - Inquérito às Despesas das Famílias, 2005/2006
			40,30	43,90
Telemóvel	%	2005		INE, IDEF - Inquérito às Despesas das Famílias, 2005/2006
			76,50	81,40

### **1.3. Principais políticas públicas com impacte nas condições de enquadramento do programa**

O quadro das políticas públicas com impacte ao nível da execução do programa, manteve-se, em termos gerais, estável. Neste contexto, o programa não foi objecto de grandes alterações ao longo do seu período de vigência.

É de assinalar, no entanto, alguns dos aspectos mais relevantes nesta matéria e que conduziram a alterações no modo como o programa foi executado.

Desde logo é de destacar o Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005/2008 (PNACE), designadamente no que respeita à “Iniciativa Novas Oportunidades”. De facto, considerando que a Iniciativa Novas Oportunidades se torna uma prioridade nacional e pretendia apostar na qualificação dos adultos pouco escolarizados, coube às intervenções desconcentradas de emprego e formação através da acção tipo 3.3.1.1 – Qualificação Profissional com Progressão Escolar, contribuir para a elevação dos níveis de qualificação dos adultos desempregados. Para que isso fosse possível, no ano de 2006, foi aprovada uma reprogramação do Programa, com um reforço da dotação da Medida 3.3 de 12,5 milhões de euros de FSE, com a utilização de verbas FSE doutras medidas e a transferência de verbas FEDER para o FSE.

Outro aspecto relevante ao longo do período de execução, diz respeito ao facto de Portugal ter estado sujeito a um procedimento de correcção de deficits excessivos entre 2005 e 2007, no âmbito do Pacto de estabilidade e Crescimento. A necessidade de correcção do deficit e a sua posterior manutenção em níveis aceitáveis obrigaram à implementação de uma política orçamental restritiva da despesa pública, contribuindo para as dificuldades de financiamento público, afectando a capacidade de financiamento da contrapartida nacional dos projectos financiados pelos Fundos Estruturais. No caso do programa Operacional Centro, esta dificuldade foi particularmente sentida nos projectos com financiamento do FEOGA, com reflexos na sua execução e perda de recursos comunitários por incumprimento da regra n+2.

Os anos de 2008 e 2009 foram marcados pela crise económica financeira internacional, afectando a economia real e dificultando a capacidade de execução por parte dos

beneficiários. Este foi, aliás, um dos factos que levou à alteração da data limite da elegibilidade das despesas para 30 de Junho de 2009, que no caso do Programa teve utilização efectiva no caso do FEOGA. Nas restantes medidas a execução da despesa elegível por parte dos beneficiários/destinatários das ajudas foi efectuada até final de 2008. A despesa imputada aos anos de 2009, nesses três Fundos (FEDER, FSE e EFOP) relaciona-se com o pagamento de ajudas efectuado em 2009 e questões de limitação de registo em sistemas de informação.

No quadro europeu há a assinalar a reforma da Política Agrícola Comum (PAC ), aprovada pelo Conselho de Ministros da Agricultura da União Europeia, em 26 de Junho de 2003. A reforma traduziu-se numa alteração profunda da forma como a União Europeia apoiará a agricultura comunitária. Verifica-se, um reforço da política de desenvolvimento rural, através de um aumento dos recursos financeiros comunitários e de novas medidas “amigas do ambiente”, que vai ao encontro das mais recentes normas de produção da União Europeia. Sendo que, no que diz respeito à política florestal, sector em que o programa tem uma maior incidência, o objectivo prioritário é o da “Gestão sustentável e estabilidade ecológica das florestas”.

É de assinalar, ainda, as alterações aos apoios à floresta, na AIBT do Pinhal Interior e na Medida da Agricultura e do Desenvolvimento Rural do PO Centro, relacionadas com a revogação do Regulamento (CEE) nº 2158/92 do Conselho de 23 de Julho de 1992, relativo à “Protecção das Florestas na Comunidade Contra os Incêndios Florestais”, que havia terminado em 2002. O novo Regulamento “Acompanhamento das Florestas e das Interações Ambientais na Comunidade” designado por “Forest Focus”, não assegurava a continuidade das acções de investimento relativas aos sistemas de prevenção e vigilância das florestas. Assim, a Comissão apresentou uma proposta de declaração referindo que os investimentos relativos à prevenção de incêndios florestais abrangidos por este Regulamento, seriam elegíveis no âmbito do Regulamento (CEE) nº 1257/99 do Conselho de 17 de Maio de 1999.

No âmbito das repercussões das alterações de contexto e das políticas nacionais e sectoriais sobre a **coerência entre as intervenções dos diferentes fundos do QCA III**, importa referir as que conduziram a alterações nas dotações do programa. De facto, de

2000 a 2006 foram efectuadas algumas transferências de dotação financeira FEOGA-O do PO Centro para outros Programas Sectoriais e que destacamos:

- Reforço do PO Sectorial da Agricultura e Desenvolvimento Rural com a transferência de 3 milhões de euros FEOGA-O, em 2003. Este montante teve como objectivo dar resposta à situação de calamidade pública declarada em Portugal em algumas áreas do Continente, decorrente dos incêndios verificados no Verão de 2003. Com a devastação de grandes áreas florestais e agrícolas tornou-se imperativo promover a reconstituição do potencial produtivo danificado, medidas previstas naquele Programa.
- Transferência para o PO Sectorial da Agricultura e Desenvolvimento Rural de 1,5 milhões de Euros FEOGA-O no âmbito da negociação da reprogramação intercalar com a Comissão Europeia.
- Transferência para a o PO Madeira e PO Açores, 1,6 milhões de euros e 0,4 milhões de euros, respectivamente. Esta saída de Fundos foi compensada com a entrada no Programa de 0,5 milhões de euros do Programa de Assistência Técnica do QCA (vertente FEDER) e 1,5 milhões de euros do Programa PRIME (componente FEDER). Desta forma, o montante global do Programa manteve-se.

## **2. Estrutura e descrição do sistema de gestão e controlo do Programa Operacional**

### **Estrutura do Programa Operacional**

O Programa Operacional da Região do Centro integra-se no Eixo 4 - Promover o Desenvolvimento Sustentável das Regiões e a Coesão Nacional - do QCA III (2000-2006), envolvendo 4 Fundos Comunitários: FEDER, FSE, FEOGA-O e IFOP.

O montante global de investimento previsto no Programa Operacional da Região Centro é de 2.942.830.248 euros. O investimento público previsto foi de 2.770.651.330 euros ao qual está associado um financiamento comunitário de 1.775.825.166 euros com a seguinte repartição: 1.362.255.367 euros para o FEDER, 227.911.705 euros para o FSE, 184.121.094 euros para o FEOGA e 1.537.000 euros para o IFOP.

Estrutura-se em três Eixos Prioritários:

#### **Eixo I - Apoio aos investimentos de interesse municipal e intermunicipal**

Aplicável a toda a região para o financiamento de projectos de investimento e acções de desenvolvimento à escala municipal e intermunicipal que concorram para a qualidade de vida e o desenvolvimento local, com 33,6% da dotação prevista de fundos.

#### **Eixo II - Acções integradas de base territorial**

Integra as intervenções em espaços específicos onde se identificaram oportunidades estratégicas de desenvolvimento, quer pelos recursos e dinâmicas que importa valorizar, quer pelas insuficiências a corrigir e ultrapassar, com 11,5% da dotação prevista de fundos.

#### **Eixo III - Intervenções da Administração Central regionalmente desconcentradas**

Integra as intervenções que, obedecendo a uma lógica nacional e sectorial, foram implementadas numa base regional, de acordo com as especificidades territoriais e enquadradas na estratégia de desenvolvimento da região, com 54,9% da dotação prevista de fundos.

Cada Eixo está subdividido em Medidas, num total de 35.

a) Eixo Prioritário I – **Apoio aos investimentos de interesse municipal e intermunicipal**

- Medida I.1. – Equipamentos e infra-estruturas locais
- Medida I.2. – Ambiente e Recursos naturais
- Medida I.3. – Acessibilidades
- Medida I.4. – Qualificação dos aglomerados urbanos e das estruturas de povoamento
- Medida I.5. – Apoio às actividades económicas, acções de desenvolvimento territorial e apoio à eficácia das políticas públicas
- Medida I.6. – Desenvolvimento dos recursos humanos
- Medida I.7. – Acções Específicas de Valorização Territorial
- Medida I.8. – Bonificação de juros em linhas de crédito ao investimento autárquico
- Medida I.9. – Saneamento Básico

b) Eixo Prioritário II – **Acções integradas de base territorial**

- Medida II.1. – Acção Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades – componente territorial
- Medida II.3. – Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias
- Medida II.4. – Acção Integrada “Turismo e Património no Vale do Côa”
- Medida II.5. – Acção Integrada de Base Territorial da Serra da Estrela
- Medida II.6. – Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior, componente FEDER
- Medida II.7. – Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior, componente FEOGA
- Medida II.8. – Desenvolvimento dos recursos humanos e promoção da coesão social

c) Eixo Prioritário III – **Intervenções da Administração Central regionalmente desconcentradas**

- Medida III.1. – Educação – Infra-estruturas da Educação Pré-escolar e dos Ensinos Básicos e Secundários
- Medida III.2. – Educação – Ensino Profissional
- Medida III.3. – Promoção da Empregabilidade e do Emprego ao Nível Local
- Medida III.4. – Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local
- Medida III.5. – Ciência, Tecnologia e Inovação
- Medida III.6. – Sociedade de Informação – Portugal Digital
- Medida III.7. – Sociedade de Informação – Portugal Digital: criar competências para o desenvolvimento de Portugal Digital
- Medida III.8. – Saúde: Implementação dos Sistemas Locais de Saúde (SLS)
- Medida III.9. – Cultura
- Medida III.10. – Desporto: Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos
- Medida III.11. – Economia
- Medida III.12. – Acessibilidade e Transportes
- Medida III.13. – Ambiente
- Medida III.14. – Agricultura e Desenvolvimento Rural



Medida III.15 – Pescas – Infra-estruturas de Portos  
Medida III.16 – Pescas – Equipamentos e Transformação  
Medida III.17 – Assistência técnica - FEDER  
Medida III.18 – Assistência técnica – FSE  
Medida III.19 – Assistência técnica - FEOGA

A estrutura por Medidas permaneceu praticamente inalterada ao longo do período de vigência do Programa, sendo de salientar apenas a inclusão, na sequência do processo de reprogramação intercalar, da Medida I.9 - Saneamento Básico e a exclusão da Medida II.2 Qualificação e Competitividade das Cidades - Componente Empregabilidade

### **Estrutura de Gestão e Acompanhamento do Programa Operacional**

A **estrutura de gestão** do Programa Operacional Centro foi constituída de acordo com o Decreto-Lei nº 54-A/2000, de 7 de Abril, Resolução do Conselho de Ministros nº 27/2000, de 20 de Abril (publicada em 16 de Maio de 2000) e Despacho nº 12 992/2000 (2ª série) de 31 de Maio (publicado em 26 de Junho de 2000) e corresponde a:

- Gestor do Programa Operacional;
- Gestores dos Eixos Prioritários I e II;
- Unidades de Gestão do Programa (para cada um dos três Eixos Prioritários);
- Coordenadores das Acções Integradas de Base Territorial (Eixo Prioritário II);
- Coordenadores das Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas;
- Estrutura de Apoio Técnico à Unidade de Gestão e ao Gestor;
- Estrutura de Apoio Técnico aos coordenadores.

De referir que, para além da Estrutura de Apoio Técnico definida nos termos da legislação referida, os técnicos pertencentes às instituições envolvidas na gestão, como é o caso da CCDRC, Gabinetes de Apoio Técnico às Autarquias Locais, Direcções Regionais de cada Ministério sectorial, desenvolveram actividades de apoio técnico à gestão e acompanhamento de projectos.

As competências destes órgãos estão definidas no Decreto-Lei n.º 54-A/2000, de 7 de Abril, e Resolução do Conselho de Ministros n.º 27/2000 (no caso da Estrutura de Apoio Técnico).

A gestão técnica, administrativa e financeira de cada Programa Operacional Regional era exercida por um **Gestor**, nomeado pelo Conselho de Ministros, e sediado na respectiva Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional. No caso Programa Operacional Regional Centro o gestor correspondia ao presidente da Comissão de Coordenação Regional do Centro. Constituía a autoridade de gestão, nos termos e para os efeitos do Regulamento (CE) n.º 1260/99, competindo-lhes, conforme Artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 54-A/2000:

- a) *Propor a regulamentação e assegurar a organização dos processos de candidaturas de projectos ao financiamento pela intervenção operacional respectiva;*
- b) *Assegurar o cumprimento por cada projecto ou acção das normas nacionais e comunitárias aplicáveis;*
- c) *Adaptar, por sua própria iniciativa ou sob proposta da comissão de acompanhamento, o complemento de programação;*
- d) *Assegurar-se de que são cumpridas as condições necessárias de cobertura orçamental dos projectos;*
- e) *Nos termos que lhe forem delegados pelo membro do Governo competente, aprovar ou propor ao Governo a aprovação das candidaturas de projectos ao financiamento pela intervenção operacional respectiva, uma vez obtido o parecer da unidade de gestão correspondente;*
- f) *Apreciar a conformidade dos pedidos de pagamentos que sejam apresentados pelos executores dos projectos e efectuar, ou assegurar-se de que sejam efectuados, os pagamentos aos beneficiários finais;*
- g) *Assegurar a conformidade dos contratos com a decisão de concessão do financiamento e o respeito pelos normativos aplicáveis;*
- h) *Assegurar-se de que seja instituído um sistema de controlo adequado a uma verificação dos processos de candidaturas e de pagamentos conforme aos normativos aplicáveis;*
- i) *Elaborar os relatórios de execução da intervenção operacional;*
- j) *Praticar ou propor ao membro do Governo competente os demais actos necessários à regular e plena execução da intervenção operacional;*
- k) *Desencadear e acompanhar a elaboração de estudos de avaliação;*
- l) *Assegurar a recolha e o tratamento de dados físicos, financeiros e estatísticos sobre a execução para a elaboração dos indicadores de acompanhamento e para a avaliação intercalar e final;*
- m) *Utilizar e assegurar a utilização pelos organismos que participam na execução de um sistema de contabilidade separada ou de uma codificação contabilística adequada para as transacções abrangidas pela intervenção;*
- n) *Assegurar o cumprimento das obrigações nacionais e comunitárias em matéria de informação e de publicidade;*
- o) *Organizar a avaliação intercalar e colaborar na avaliação final da intervenção operacional respectiva;*
- p) *Assegurar a formação do pessoal da respectiva estrutura de apoio técnico.*

Competia ainda ao Gestor do Programa Operacional assegurar a direcção do processo de concertação estratégica ao nível regional, bem como a coordenação e a coerência do Programa Regional.

O Gestor do Programa Operacional era apoiado, no exercício das suas funções, por **Gestores de Eixos Prioritários**. No entanto, no caso do eixo prioritário relativo a Investimentos e Acções de Desenvolvimento Regionalmente Desconcentrados, as competências do Gestor eram desempenhadas directamente pelo Gestor do Programa Regional.

Para as Áreas Integradas de Base Territorial das Medidas do Eixo II e para as Medidas Sectoriais Regionalmente Desconcentradas do Eixo III, os **Coordenadores** assumiram responsabilidades ao nível da análise das candidaturas, verificação da execução e acompanhamento dos projectos.

Os coordenadores das componentes sectoriais regionalmente desconcentradas asseguravam a sua coerência com as prioridades sectoriais nacionais e articulação com os Programas Operacionais sectoriais.

Aos coordenadores competia-lhes, nomeadamente, de acordo com o Artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 54-A/2000, de 7 de Abril:

- a) Assegurar a elegibilidade das despesas dos projectos ou acções candidatados;*
- b) Assegurar o cumprimento dos normativos comunitários, incluindo os que se referem às regras da concorrência, à adjudicação de contratos públicos, à protecção e melhoria do ambiente, à eliminação das desigualdades e à promoção da igualdade entre homens e mulheres;*
- c) Assegurar o cumprimento dos normativos nacionais, incluindo os que se referem ao licenciamento dos projectos de investimento e das acções;*
- d) Assegurar-se de que são cumpridas as condições necessárias de cobertura orçamental dos projectos e acções;*
- e) Apreçar a conformidade dos pedidos de pagamentos que sejam apresentados pelos executores dos projectos e efectuar, ou assegurar-se de que sejam efectuados, os pagamentos aos beneficiários finais;*
- f) Assegurar a conformidade dos contratos com a decisão de concessão do financiamento, bem como o seu respeito pelos normativos aplicáveis;*
- g) Assegurar-se de que seja instituído um sistema de controlo interno adequado a uma verificação dos processos de candidaturas e de pagamentos conforme aos normativos aplicáveis;*
- h) Colaborar na elaboração do relatório de execução da respectiva intervenção operacional regional;*
- i) Praticar ou propor ao membro do Governo responsável pela intervenção da administração central regionalmente desconcentrada ou pela acção integrada de base territorial os demais actos necessários à sua regular e plena execução;*
- j) Colaborar na elaboração de estudos de avaliação no âmbito da respectiva intervenção operacional regional;*

- k) Assegurar a recolha e o tratamento de dados físicos, financeiros e estatísticos sobre a execução para a elaboração dos indicadores de acompanhamento e para a avaliação intercalar e final;*
- l) Utilizar e assegurar a utilização pelos organismos que participam na execução de um sistema de contabilidade separada ou de uma codificação contabilística adequada para as transacções abrangidas pela intervenção respectiva;*
- m) Assegurar o cumprimento das obrigações nacionais e comunitárias em matéria de informação e de publicidade;*
- n) Colaborar na organização da avaliação intercalar e colaborar na avaliação final da intervenção operacional regional.*

O Gestor de cada Eixo Prioritário que integra o Programa Regional era assistido, no exercício das suas funções por uma Unidade de Gestão.

De acordo com o Artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 54-A/2000, de 7 de Abril, competia às **Unidades de Gestão** de cada um dos Eixos Prioritários do Programa:

- a) Elaborar e aprovar o respectivo Regulamento Interno;*
- b) Dar parecer sobre as propostas de decisão dos gestores relativos a candidaturas de projectos ao financiamento pela intervenção operacional respectiva;*
- c) Dar parecer sobre os projectos de relatório de execução das intervenções operacionais elaborados pelos gestores.*

A composição das Unidades de Gestão, presididas pelo Gestor do Programa, foi definida por despacho do Ministro responsável pelo Programa Operacional de acordo com as seguintes orientações, definidas no Artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 54-A/2000, de 7 de Abril:

- *A Unidade de Gestão do Eixo Prioritário I tem uma composição que assegura a representação maioritária das Autarquias Locais da Região Centro, nos termos do quadro legal em vigor;*
- *A Unidade de Gestão do Eixo Prioritário II integra os Coordenadores das Acções Integradas de Base Territorial;*
- *A Unidade de Gestão do Eixo Prioritário III integra os Coordenadores das componentes sectoriais regionalmente desconcentradas, os quais são designados pelo Ministro sectorialmente competente;*
- *As Unidades de Gestão são integradas por um representante do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território;*
- *As entidades responsáveis pela gestão nacional dos fundos comunitários que contribuam para o financiamento do Programa Operacional Regional podem designar um seu representante, na qualidade de observador, para integrar a composição das Unidades de Gestão.*

A **Estrutura de Apoio Técnico** funcionou junto do Gestor e Coordenadores das Medidas, no caso das Medidas Sectoriais Regionalmente Desconcentradas e algumas das Medidas do Eixo II. Esta estrutura foi constituída, quer por técnicos contratados especificamente para estas tarefas, quer por técnicos que integram os organismos que intervêm na gestão do Programa, como é o caso de várias Medidas do Eixo Prioritário III. Nas Medidas em que os principais Beneficiários eram Câmaras Municipais, designadamente no Eixo I e II, os Gabinetes de Apoio Técnico às Autarquias Locais desempenharam as funções de um primeiro nível descentralizado no quadro da estrutura de apoio técnico.

No Eixo II, Medida II.7 o IFAP e as Direcções Regionais de Agricultura, e mais tarde a Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, intervieram quer na análise das candidaturas quer na verificação da execução. Tal decorre da legislação publicada de regulamentação das acções previstas nestas Medidas.

O enquadramento legal relativo ao ciclo de vida dos projectos encontra-se definido na regulamentação geral dos diversos Fundos envolvidos, na regulamentação específica de algumas Medidas/Acções e em manuais de procedimentos.

O acompanhamento do **ciclo de vida dos projectos** compreende as seguintes fases:

1. Apresentação e apreciação das candidaturas

- Submissão de candidaturas junto das entidades definidas nos Regulamentos Internos das Unidades de Gestão ou nos regulamentos específicos, de forma contínua ou mediante a abertura de concurso, devidamente publicitado junto dos potenciais beneficiários;
- Análise das condições de admissibilidade e análise técnica e financeira das candidaturas a serem submetidas à secção das respectivas Unidade de Gestão, para emissão de parecer;
- Emissão de parecer, em Unidade de Gestão, sobre o sentido da decisão sobre o projecto e respectivos montantes de comparticipação. No caso em que o sentido da decisão era o de indeferimento procedia-se à audiência dos interessados para nova apreciação em Unidade de Gestão.

- Após esse parecer as decisões de aprovação ou indeferimento eram submetidas a despacho de homologação do membro do Governo competente;
- Comunicação da decisão final aprovada aos beneficiários. Nos casos em que era celebrado o Contrato ou Termo de Aceitação eram enviados estes documentos através dos quais as entidades formalizavam a aceitação das condições subjacentes à aprovação.

## 2. Acompanhamento dos projectos

Após a aprovação dos projectos procede-se ao acompanhamento documental, físico e financeiro dos projectos, merecendo destaque as tarefas inerentes à análise dos pedidos de pagamento, pedidos de alteração e pagamentos dos reembolsos, terminando com a apresentação do pedido final. O processo de decisão dos pedidos de reprogramação financeira seguia um circuito idêntico ao das candidaturas iniciais.

Durante a execução do projecto as entidades apresentavam pedidos de reembolso, que eram verificados documentalmente, na maioria das medidas na totalidade da despesa validada. No caso das medidas FSE a verificação era efectuada através da selecção de documentos, por amostragem, para efeitos de validação da despesa.

A decisão final sobre a análise dava lugar à emissão da Ordem de Pagamento para a entidade pagadora proceder ao pagamento respectivo.

## 3. Encerramento

Após a conclusão dos projectos as entidades apresentavam os pedidos finais e Relatórios de Conclusão. Nessa sequência procedia-se à verificação física e documental da conclusão dos projectos e à compatibilização com os dados de aprovação.

Em algumas medidas houve delegação de funções de gestão em **Organismos Intermédios**, para a totalidade ou parte das tipologias de projectos:

Medida 1.5 – Conselho Empresarial do Centro (análise e selecção de candidaturas, verificação e acompanhamento dos projectos e pagamento aos beneficiários;

Medida 2.7 e 3.14 e 3.16 – IFAP (contratação e pagamento das ajudas);

Medida 3.11 – IAPMEI e Fundo Turismo (contratação e pagamento das ajudas);

O acompanhamento do Programa Operacional foi assegurado por uma **Comissão de Acompanhamento**, presidida pelo Gestor do Programa Regional e integrada ainda pelas seguintes entidades, conforme Artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 54-A/2000, de 7 de Abril e Despacho n.º 13 921/2000, de 29 de Junho:

- a) Os membros das unidades de gestão da intervenção operacional;*
- b) Um representante de cada entidade responsável pela gestão nacional dos fundos comunitários envolvidos na intervenção operacional;*
- c) Um representante do Ministro para a Igualdade;*
- d) Um representante do Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas;*
- e) Um representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses;*
- f) O director-geral do Desenvolvimento Regional;*
- g) O presidente do conselho da região;*
- h) Dois representantes dos Sindicatos da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN);*
- i) Dois representantes dos Sindicatos da União Geral dos Trabalhadores (UGT);*
- j) Três representantes dos interesses empresariais na região;*
- k) Dois representantes das associações de agricultores, nomeados pelos conselhos regionais agrários da região;*
- l) Dois representantes do sector cooperativo;*
- m) Um representante das associações de defesa do ambiente;*
- n) Um representante das regiões de turismo da NUTII correspondente à intervenção operacional, a nomear pela Associação Nacional das Regiões de Turismo;*
- o) Um representante das associações de desenvolvimento local;*
- p) Um representante das agências de desenvolvimento regional;*
- q) Outros representantes, num máximo de 10, dos interesses científicos, educativos, económicos, culturais, desportivos e de solidariedade social, na região;*
- r) Um representante da Inspeção-Geral de Finanças, na qualidade de observador;*
- s) Um representante do Departamento de Prospectiva e Planeamento, na qualidade de observador;*
- t) Representantes da Comissão Europeia e um representante do Banco Europeu de Investimento, nos termos do Regulamento (CE) nº 1260/1999, de 21 de Junho.*

Compete às comissões de acompanhamento, nomeadamente:



- a) *Elaborar e aprovar o presente regulamento interno;*
- b) *Confirmar ou adaptar o complemento de programação, incluindo os indicadores físicos e financeiros a utilizar no acompanhamento do Programa Operacional;*
- c) *Analisar os critérios de repartição entre projectos nacionais sectoriais e regionais sectoriais;*
- d) *Analisar e aprovar os critérios de selecção das operações financiadas ao abrigo de cada medida;*
- e) *Avaliar periodicamente os progressos realizados na prossecução dos objectivos específicos do Programa operacional;*
- f) *Analisar os resultados da execução, nomeadamente a realização dos objectivos definidos para as diferentes medidas, bem como a avaliação intercalar e final prevista no Artigo 42º do Regulamento (CE) n.º 1260/1999 de 21 de Junho;*
- g) *Analisar e aprovar o relatório anual de execução e o relatório final de execução antes do seu envio à Comissão Europeia;*
- h) *Analisar e aprovar todas as propostas de alteração do conteúdo da decisão da Comissão Europeia que aprova o Programa Operacional do Centro;*
- i) *Propor ao Gestor adaptações ou revisões do Programa Operacional que permitam alcançar os objectivos definidos ou aperfeiçoar a gestão da intervenção, inclusivamente a sua gestão financeira.*

As tarefas relativas à gestão financeira, na vertente externa incumbem às entidades responsáveis pela gestão nacional dos fundos comunitários, no caso do FEDER e do FSE (IFDR e IGFSE, respectivamente), e ao IFAP, no caso do FEOGA-O e do IFOP.

Estas entidades constituem as **Autoridades de Pagamento**, nos termos e para os efeitos do disposto no Regulamento (CE) n.º 1260/99, do Conselho, de 21 de Junho.

A estas entidades compete apresentar os pedidos de pagamento e receber os respectivos pagamentos da Comissão Europeia, constituindo-se como intermediários no relacionamento financeiro com a Comissão Europeia e visam garantir, em articulação com as Autoridades de Gestão, a conformidade e elegibilidade dos pedidos de pagamentos apresentados à Comissão Europeia, no contexto do processo de certificação da despesa.

As Autoridades de Pagamento são ainda responsáveis pelo envio anual à Comissão Europeia da informação relativa à recuperação de fundos comunitários, efectuada em resultado de correcções financeiras efectuadas.



No âmbito da articulação da Autoridade de Gestão com as Autoridades de Pagamento, são de realçar as seguintes competências e obrigações da gestão:

Garantir, a actualização e disponibilização de dados financeiros e estatísticos relativos às operações co-financiadas;

Permitir às Autoridades de Pagamento o exercício da monitorização operacional e financeira das operações co-financiadas;

Apresentar as propostas de declaração de despesa certificada, para apresentação de Pedidos de Pagamento Intermédios e de Saldo à CE;

Apresentar as previsões de pedidos de pagamento, conforme previsto no artigo 32.º do Regulamento (CE) n.º 1260/1999, de 21 de Junho.

Às Autoridades de Pagamento compete:

Efectuar a certificação das despesas e formalizar os respectivos Pedidos de Pagamento Intermédios junto da Comissão Europeia;

Transferir as verbas recebidas da Comissão Europeia para as contas de cada fundo do Programa para satisfazer os pedidos de pagamento apresentados pelos beneficiários.

O sistema nacional de **controlo** dos Programas do QCA III, foi constituído por órgãos que exerceram de forma articulada os controlos a três níveis, correspondendo o primeiro nível a uma forma de controlo interno, da Autoridade de Gestão, o segundo nível a uma forma de controlo externo e o alto nível à coordenação global do sistema de controlo.

O controlo de primeiro nível, ao abrigo do Artigo 10º do Regulamento (CE) 438/2001 de 2 de Março, tem a natureza de controlo interno, constituindo, portanto, uma competência da Autoridade de Gestão. Compreende a fiscalização dos projectos nas suas componentes material, financeira e contabilística, quer nos de realização das acções, quer junto das entidades que detêm os originais do processo técnico e documentos comprovativos da despesa.

O segundo nível abrange a análise e avaliação do sistema de controlo de primeiro nível e, sempre que tal se mostre necessário para testar a eficácia deste, o controlo sobre os beneficiários finais, bem como o controlo cruzado junto de outras entidades envolvidas. É exercido directamente pelos interlocutores nacionais dos Fundos Comunitários ou por organismos expressamente designados para o efeito.

O Controlo de alto nível, compreende a coordenação global do sistema de controlo, cuja responsabilidade incumbe à Inspeção-Geral de Finanças. É concretizado através da articulação e coordenação das actividades desenvolvidas neste âmbito pelas diversas entidades que intervêm no sistema de controlo dos fundos estruturais, pela avaliação dos sistemas de gestão e controlo do primeiro e segundo níveis e pela interacção com as instituições comunitárias de controlo.

### **3. Resultados dos Eixos Prioritários e das Medidas para cada Fundo**

#### **3.1 Implementação dos objectivos gerais**

No âmbito da área de intervenção específica do Programa Operacional da Região Centro foram identificadas cinco linhas prioritárias de intervenção:

- Acesso da população aos serviços universais e infra-estruturação do território;
- Qualificação urbana e ordenamento dos espaços constituintes das cidades;
- Restituição ao meio rural, à agricultura e às aldeias de capacidade de dinamização;
- Valorização das potencialidades de territórios específicos;
- Qualificação dos factores de competitividade da economia regional.

Estas prioridades são referenciais para todo o Programa Operacional, constituindo cada uma delas, um objectivo geral. Podemos, no entanto, tomando como referência a avaliação Ex-Ante, estabelecer a articulação, entre os objectivos principais de cada medida e os objectivos gerais do Programa.

Para o objectivo “Acesso da população aos “serviços universais” e infra-estruturação do território” concorrem o Eixo Prioritário I, nomeadamente, as Medidas 1.1, 1.2/1.9, e 1.3 e as Medidas da “Componente Desconcentrada” das áreas da Educação, da Saúde, do Desporto e do Ambiente. A concretização deste objectivo/prioridade permite garantir, ao nível dos serviços, equipamentos e infra-estruturas, a existência de condições básicas de vida para a população. Os investimentos realizados neste âmbito procuram ultrapassar a situação de atraso da Região em termos de infra-estruturas e serviços básicos da vida moderna.

Para o objectivo, “qualificação urbana e ordenamento dos espaços constituintes das cidades”, contribui, em particular, a “Acção Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades – Componente Territorial” do Eixo II. Este objectivo procura promover as cidades como nós fundamentais para a estruturação do território regional.

Para a linha de acção “restituição ao meio rural, à agricultura e às aldeias de capacidade de dinamização” concorrem, nomeadamente, no Eixo II, a Medida “Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias” e a Medida 3.14 do Eixo III. Procura-se dar novas oportunidades de desenvolvimento aos espaços rurais.

A linha de acção “valorização das potencialidades de territórios específicos” apresenta uma natureza claramente discricionária, pois procura intervir em territórios que apresentem um processo de crescente marginalização económica e demográfica, tendo em atenção as suas especificidades. São os casos do Vale do Côa, da Serra da Estrela e do Pinhal Interior, alvos de Acções Integradas de Base Territorial do Eixo II.

A prioridade “qualificação dos factores de competitividade da economia regional” concretiza-se, genericamente, através de todas as Medidas do Programa Operacional e, preferencialmente, das Medidas do Eixo III, componente desconcentrada. A natureza diversificada dos factores de competitividade, sejam eles ao nível do capital físico, humano, natural e até social, justificam a transversalidade desta linha de acção e a sua concretização através de Medidas dos três Eixos, que de forma complementar, e muitas vezes convergente, contribuirão para a sua realização.

Tomando como referência os efeitos principais esperados de cada medida na concretização desses objectivos gerais, os quadros seguintes, evidenciam a relação entre as linhas prioritárias de intervenção e a estrutura do Programa Operacional.

# PO CENTRO RELATÓRIO FINAL DE EXECUÇÃO

Objectivos Gerais do PO/linhas prioritárias	Objectivos principais das medidas	Medidas	Prog. Financeira %	Execução Financeira %
Acesso da população aos “serviços universais” e infra-estruturação do território.	Melhorar a rede e a qualificação dos equipamentos de uso colectivo de âmbito local	1.1	11,2	12,4
	Melhorar a taxa de cobertura de abastecimento de água e sistemas de recolha e tratamento de esgotos e de resíduos sólidos urbanos	1.2	6,9	6,7
	Melhorar as acessibilidades municipais	1.3	4,9	4,8
	Bonificação de juros de empréstimos autárquicos	1.8	0,3	0,2
	Melhorar as condições de abastecimento de água e de saneamento	1.9	1,8	1,7
	<b>Total EP 1</b>		<b>24,9</b>	<b>25,8</b>
	Melhorar a qualidade e a equidade de acesso na educação pré-escolar e nos ensinos básicos e secundário	3.1	4,6	4,7
	Melhorar a qualidade e a equidade de acesso aos sistemas locais de saúde	3.8	3,5	3,3
	Melhorar a qualidade e a equidade de oportunidade no acesso ao desporto	3.10	2,0	2,0
	Promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria dos padrões de qualidade ambiental	3.13	2,3	2,2
	<b>Total EP 3</b>		<b>12,4</b>	<b>12,2</b>
	<b>Total Objectivo 1</b>		<b>37,3</b>	<b>38,0</b>

Objectivos Gerais do PO/linhas prioritárias	Objectivos principais das medidas	Medidas	Prog. Financeira %	Execução Financeira %
Qualificação urbana e ordenamento dos espaços constituintes das cidades	Qualificação dos núcleos urbanos e o reforço/melhoria da imagem das sedes de concelho e outros aglomerados	1.4	2,8	2,6
	Total EP 1		2,8	2,6
	Qualificação e promoção da competitividade das cidades	2.1	3,5	3,7
	Total EP 2		3,5	3,7
Total Objectivo 2			6,3	6,3

# PO CENTRO RELATÓRIO FINAL DE EXECUÇÃO

Objectivos Gerais do PO/linhas prioritárias	Objectivos principais das medidas	Medidas	Prog. Financeira %	Execução Financeira %
Restituição ao meio rural, à agricultura e às aldeias de capacidade de dinamização	Procura de novas oportunidades para os espaços rurais ameaçados de despovoamento	2.3	1,0	1,0
	Total EP 2		1,0	1,0
	Incentivar uma sólida aliança entre a agricultura, enquanto actividade produtiva moderna e competitiva, e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais nas vertentes ambiental, económica e social	3.14	8,7	9,1
	Total EP 3		8,7	9,1
Total Objectivo 3			9,7	10,1

Objectivos Gerais do PO/linhas prioritárias	Objectivos principais das medidas	Medidas	Prog. Financeira	Execução Financeira
			%	%
Valorização das potencialidades de territórios específicos	Valorizar e revitalizar espaços territoriais específicos, com vista à dinamização das suas potencialidades e à promoção da sua competitividade	1.7	3,0	3,0
	Total EP 1		3,0	3,0
	Melhorar a competitividade, coesão e qualificação territorial do Vale do Côa	2.4	2,5	2,5
	Melhorar a competitividade, coesão e qualificação territorial da Serra da Estrela	2.5	1,2	1,3
	Melhorar a competitividade, coesão e qualificação territorial do Pinhal, vertente FEDER	2.6	1,0	1,0
	Melhorar a competitividade, coesão e qualificação territorial do Pinhal, vertente FEOGA	2.7	1,4	1,1
	Melhorar a competitividade, coesão e qualificação territorial das AIBT, vertente FSE	2.8	0,9	0,7
	Total EP 2		7,1	6,7
	Qualificar e valorizar o património histórico e cultural	3..9	0,4	0,4
	Melhorar as infra-estruturas de apoio à pesca	3.15	0,5	0,6
	Melhorar as condições de produção, transformação e comercialização dos produtos da pesca e da aquicultura	3.16	0,1	0,1
	Total EP 3		1,0	1,1
	Total Objectivo 4			11,1

Objectivos Gerais do PO/linhas prioritárias	Objectivos principais das medidas	Medidas	Prog. Financeira %	Execução Financeira %
Qualificação dos factores de competitividade da economia regional.	Apoiar as dinâmicas locais de desenvolvimento	1.5	1,5	1,0
	Promover as competências profissionais dos agentes da administração pública local	1.6	1,3	1,2
	Total EP 1		2,8	2,2
	Consolidar as ofertas de Ensino Profissional já existentes, melhorando o acesso dos jovens à formação inicial	3.2	3,7	3,7
	Promover a empregabilidade e o emprego dos jovens e adultos desempregados	3.3	6,7	7,1
	Apoiar o investimento no desenvolvimento local	3.4	0,6	0,6
	Promover a cultura científica e tecnológica	3.5	0,5	0,5
	Dinamizar e generalizar as tecnologias da informação e da comunicação	3.6	1,3	1,4
	Promover as competências de utilização das tecnologias de informação	3.7	0,2	0,1
	Melhorar os factores da competitividade da economia	3.11	6,6	6,2
	Melhorar as acessibilidades regionais e o descongestionamento das áreas urbanas	3.12	12,2	12,2
	Total EP 3		31,8	31,8
Total Objectivo 5			34,6	34,0

Para cada Medida é indicado o peso financeiro programado e executado. Da leitura destes quadros podemos concluir que a afectação de recursos do programa teve maior incidência nos objectivos 1 e 5, com 37,3% e 34,6% do fundo programado, e 38% e 34% executado, respectivamente.

Com menor concentração de recursos, encontram-se as medidas que concorrem para os objectivos “Qualificação urbana e ordenamento dos espaços constituintes das cidades” e “restituição ao meio rural, à agricultura e às aldeias de capacidade de dinamização”, com 6,3 e 9,7% do fundo programado, e 6,3% e 10,1% executado, respectivamente.

Numa situação intermédia de afectação de recursos, o objectivo “**valorização das potencialidades de territórios específicos**”, com 11,1% do fundo programado e 10,7% do fundo executado nas medidas que concorrem mais directamente para alcançar o mesmo.

Nos pontos seguintes pretende-se avaliar os resultados para cada um destes objectivos estratégicos e o nível de cumprimento das metas estabelecidas no Programa e Complemento de Programação.

Para cada uma das medidas foi calculado o grau médio de realização física, através da média simples da % de realização de cada um dos indicadores de acompanhamento previstos no Complemento de Programação. O grau de realização médio ao nível de cada Eixo foi calculado pela média ponderada do grau médio de realização das medidas. O factor de ponderação considerado foi o peso financeiro programado para cada uma das medidas.



## Acesso da população aos “serviços universais” e infra-estruturação do território

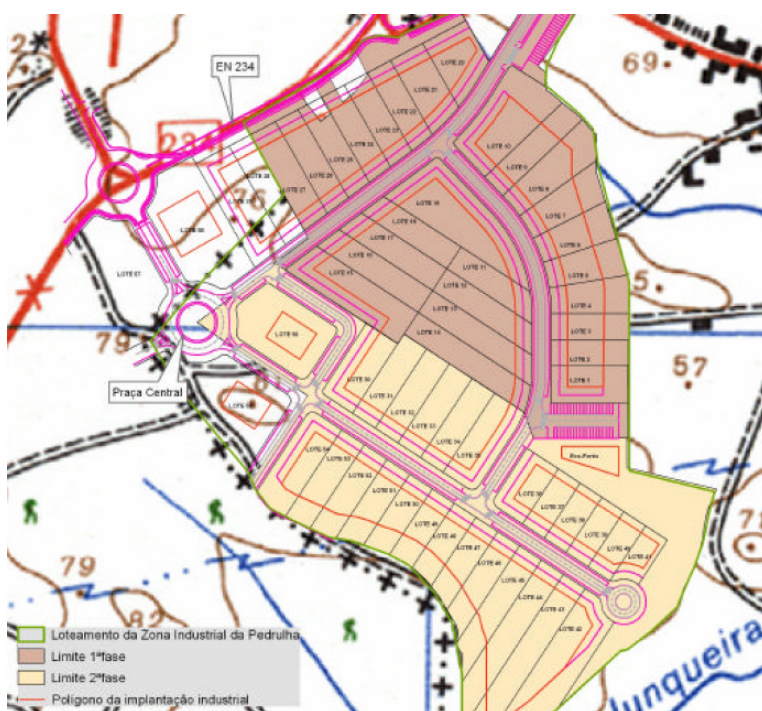
As medidas que contribuem para o reforço da rede de equipamentos colectivos e para a melhoria das infra-estruturas básicas do território, apresentam uma dotação global de 37,3% do fundo total programado, com especial incidência das medidas do Eixo I.

As medidas do Eixo I que contribuem para este objectivo representam 24,9 % do fundo total programado, atingindo um nível médio de execução das metas físicas previstas de 119,7%.

Objectivo 1 Acesso da população aos “serviços universais” e infra-estruturação do território				
Eixo/Medida/objectivos específicos	Principais âmbitos de actuação	Metas previstas	Realização	Grau de realização médio (%)
<b>Eixo I</b>				<b>119,7</b>
Medida 1.1 - Melhorar a rede e a qualificação dos equipamentos de uso colectivo de âmbito local e as infraestruturas locais	Equipamentos  Reabilitação urbana  Infra-estruturas locais	Equipamentos desportivos, culturais e de lazer: 115  Intervenções de reabilitação urbana: 40  Infra-estruturas de saneamento básico: redes de abastecimento de água: 115 Km Infra-estruturas de apoio à actividade produtiva: 35  Infra-estruturas de transporte: Rede viária: 950 Km	143  44  221 36  1.110	129,2
Medida 1.2- Melhorar a taxa de cobertura de abastecimento de água e sistemas de recolha e tratamento de esgotos e de resíduos sólidos urbanos	Águas residuais  Abastecimento de água  Resíduos sólidos	Rede de drenagem de águas residuais: 1.434 Km Rede de drenagem e tratamento de águas residuais: 32 ETAR's Rede de abastecimento de água: 1.129 Km Abastecimento de água (Reservatórios: construção/ampliação): 67 Selagem de lixeiras: 3	1491 34 1251 76 3	103,9
Medida 1.3 - Melhorar as acessibilidades municipais	Rede rodoviária municipal	Estradas: 635 Km  Variantes urbanas: 22 Km	653  22	101,4
Medida 1.9 - Melhorar as condições de abastecimento de água e de saneamento	Águas residuais  Abastecimento de água	Rede de drenagem de águas residuais: 460 Km Rede de abastecimento de água: 150 Km	702 286	171,6

Os indicadores físicos que traduzem o desempenho da Medida I.1 são necessariamente diversificados. Os projectos apoiados orientam-se para quatro áreas fundamentais: beneficiar e remodelar a rede viária municipal, tendo sido intervencionados em 1. 110 Km dos 950 Km previstos; a construção de equipamentos educativos, desportivos, culturais e de lazer, tendo sido apoiados 143 dos 115 programados; infra-estruturas de apoio à actividade económica, tendo sido realizadas 36 das 35 previstas; e finalmente, a reabilitação de alguns espaços urbanos, estando concluídas 44 das 40 iniciativas previstas. Deste modo e através desta Medida, o PO Centro está a contribuir para densificar e qualificar a rede de equipamentos de utilização colectiva, condição determinante para melhorar a qualidade de vida dos residentes na Região Centro.

### Infra-estruturas da Zona Industrial da Bairrada / Pedrulha



Na medida 1.2 os indicadores físicos reflectem o tipo de acções apoiadas, que correspondem predominantemente à execução de infra-estruturas em “baixa”, fundamentalmente, redes de distribuição de água e redes de drenagem de águas residuais, tendo sido construídos ou remodelados 1.491 Km de rede de drenagem de águas residuais e 1.251 Km de rede de abastecimento de água, valores ligeiramente superiores às metas previstas. Em complemento a esta medida, foram

construídos/remodelados mais 702 Km de rede de drenagem de águas residuais e 286 Km de rede de abastecimento de água, na medida 1.9.

Os indicadores físicos reflectem os objectivos preconizados para a medida 1.3: construção de circulares aos centros urbanos, construção ou beneficiação da rede viária municipal mais estruturante, bem como ligação a equipamentos de utilização colectiva. No primeiro caso foram construídos 22 Km de vias circulares aos centros urbanos e, no segundo, foram intervencionados 653 Km de rede viária.

No Eixo I, e nas medidas que contribuem para este objectivo, são de elencar os seguintes desvios significativos em relação às metas previstas:

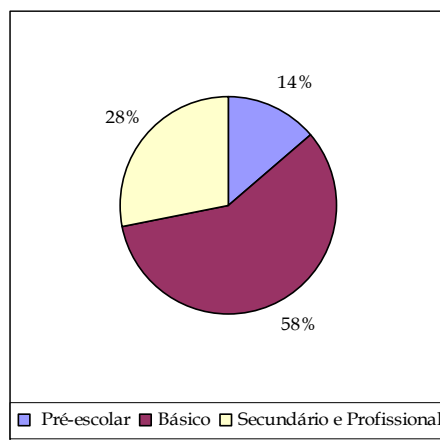
Indicador	Grau de realização (%)	Justificação para o desvio
Infra-estruturas de saneamento básico: redes de abastecimento de água	192,17	A elevada taxa de execução da medida, para além da sua dotação, permitiu apoiar projectos que contribuíram para ultrapassar a meta prevista.
Sistema de drenagem e tratamento de águas residuais	152,61	A elevada adesão dos beneficiários e o facto da taxa média de comparticipação ter sido bastante inferior à prevista permitiu ultrapassar as metas
Rede de abastecimento de água	190,67	A elevada adesão dos beneficiários e o facto da taxa média de comparticipação ter sido bastante inferior à prevista permitiu ultrapassar as metas

No Eixo III, na vertente do ensino básico e secundário para além da construção e remodelação de escolas, é de realçar o apoio a infra-estruturas desportivas e a remodelação de laboratórios, que contribuíram para uma melhoria da qualidade de ensino. No ensino pré-escolar os projectos abrangem 201 salas para este nível de ensino. As intervenções no ensino profissional abrangem construção, remodelação e apetrechamento de equipamentos em 11 estabelecimentos de ensino.

Objectivo 1 Acesso da população aos “serviços universais” e infra-estruturação do território				
Eixo/Medida/objectivos específicos	Principais âmbitos de actuação	Metas previstas	Realização	Grau de realização médio (%)
<b>Eixo III</b>				<b>117,6</b>
Medida 3.1 - Melhorar a qualidade e a equidade de acesso na educação pré-escolar e nos ensinos básicos e secundário	Ensino pré-escolar Ensino Básico e secundário Laboratórios	200 salas 18 escolas 140 salas 160 laboratórios 60 interv. em infra-estruturas desportivas	201 18 128 195 71	<b>106,4</b>
Medida 3.8 - Melhorar a qualidade e a equidade de acesso aos sistemas locais de saúde	Saúde primária: centros de Saúde e suas extensões	Construção, remodel. e adequação de instalações: 34 projectos Equipamentos de centros de saúde e respectivas extensões: 34 projectos	34 35	<b>102,4</b>
	Intervenções em hospitais e cuidados continuados	Remodelação e adequação de inst. hospitalares, incluindo hospitais-de-dia: 15 projectos Equipamento de instalações hospitalares, incluindo hospitais-de-dia: 5 projectos	16 9	
Medida 3.10 - Melhorar a qualidade e a equidade de oportunidade no acesso ao desporto	Rede de equipamentos desportivos	Equipamentos desportivos: 28 Acréscimo da área útil desportiva: 50.000 m <sup>2</sup> ; 0,03 m <sup>2</sup> /Habitante	33 368.888 m <sup>2</sup> (131.288, excluindo pista de remo) 3,32 m <sup>2</sup> /hab;	<b>190,2</b>
Medida 3.13 - Promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria dos padrões de qualidade ambiental	Valorização e protecção dos recursos naturais Informação e gestão ambiental Ambiente Urbano Recuperação do Passivo Ambiental	Extensão de costa intervencionada: 12 Km Estações fixas instaladas para monitorização da qualidade do ambiente (água, ar e ruído): 12 Postos de informação ao público no domínio do ambiente urbano: 4 Acções de apoio à recuperação do passivo ambiental: 1	12,6 14 7 0	<b>99,2</b>

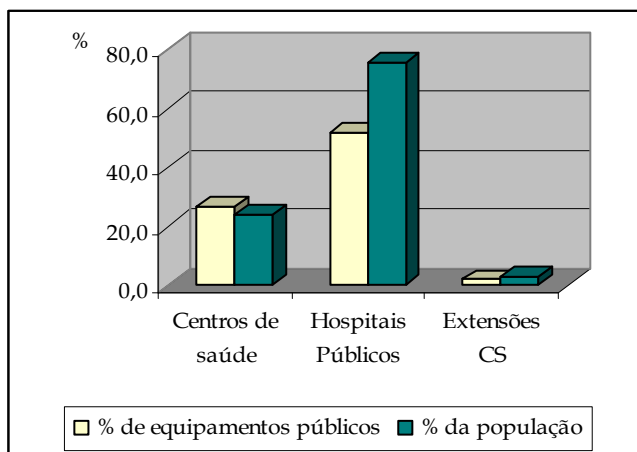
A população escolar abrangida pelas várias intervenções reparte-se, de acordo com o nível de ensino, por: 28.740 alunos do ensino básico, 13.880 do ensino secundário e profissional e 6.785 do ensino pré-escolar.

Em termos relativos as intervenções beneficiaram 16% da população escolar daqueles níveis de ensino.

**Medida 3.1- % de alunos abrangidos por tipo de intervenção**

Na área da saúde, medida 3.8, os objectivos a atingir com as candidaturas apresentadas, prendem-se, essencialmente, com a melhoria da qualidade dos cuidados de saúde e atendimento prestados aos utentes.

No que respeita aos Centros de Saúde, substituíram-se instalações degradadas e já funcionalmente inadaptadas à prestação de cuidados primários, abrangendo cerca de 27% dos utentes nos centros de saúde e suas extensões da Região Centro. Dos 86 Centros de Saúde da Região foram intervencionados 23. Acresce, a estas intervenções, a construção de instalações de 11 extensões de centros saúde, num total de 571 existentes na Região.

**Medida 3.8 - % de Equipamentos de saúde públicos intervencionados, Centros de Saúde e suas extensões e Hospitais**

As intervenções em unidades hospitalares visaram remodelar instalações degradadas e adquirir equipamentos que permitem servir as populações em melhores condições, induzindo ganhos em saúde ao nível da qualidade e proximidade dos meios de diagnóstico. Dos 25 hospitais públicos da Região, foram apoiados 13, beneficiando 74% da população da região.

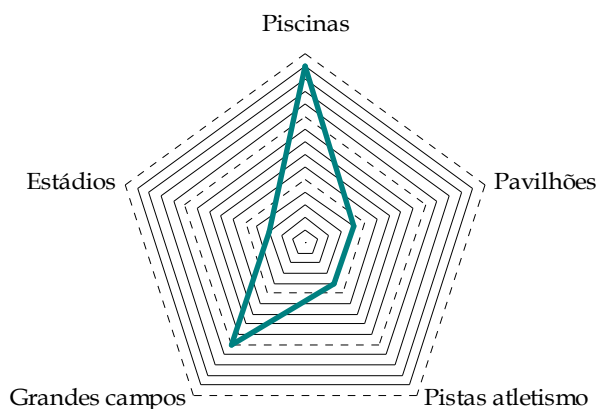
De referir ainda a aquisição de 6 viaturas de apoio domiciliário, destinadas ao transporte de utentes idosos e portadores de deficiência.

Na vertente de equipamentos desportivos há a assinalar a intervenção, na **medida 3.10**, no desenvolvimento da rede de equipamentos de base, na rede de equipamentos especializados e na rede de equipamentos de espectáculo.

Na rede de equipamentos básicos, os projectos apoiados contribuíram para construir/modernizar 85.009 m<sup>2</sup> de equipamentos desportivos, o que representa 0,0477 m<sup>2</sup> por habitante.

Na rede de equipamentos especializados foram apoiados 2 projectos, pista de atletismo e pista de remo com uma área útil desportiva de 18.438 m<sup>2</sup> e 237.600 m<sup>2</sup>, respectivamente.

Nos equipamentos de espectáculo, foram apoiados 3 estádios, 2 dos quais com pistas de atletismo, com uma área útil desportiva de 27.840 m<sup>2</sup>.





No seu conjunto as intervenções apoiadas permitiram um acréscimo de área útil desportiva de 131.288 m<sup>2</sup> (0.074 m<sup>2</sup>/habitante), mesmo excluindo a área da pista de remo, no valor de 237.600 m<sup>2</sup>, bastante superior à meta prevista, 50.000 m<sup>2</sup>. Esta discrepância entre o grau de realização física e financeira da medida deriva da diversidade dos equipamentos apoiados e daquele indicador ter tido como pressuposto a prevalência das Piscinas Desportivas Cobertas.

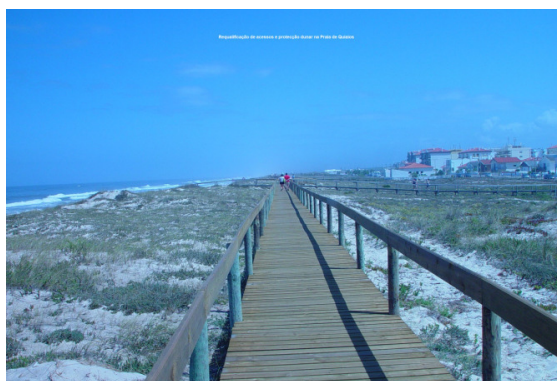
No domínio ambiental, os indicadores físicos reflectem o tipo de acções apoiadas: na zona costeira, 12,6 Km de costa intervencionada, na promoção do ambiente urbano e no controle da qualidade ambiental.

### Ordenamento de Acessos e Protecção das Dunas

**Praia da Tocha**



**Praia de Quiaios**



Serão ainda de realçar as intervenções na rede hidrográfica (118 km de rede) como as que maior expressão têm nos projectos apoiados e as ciclovias criadas/reabilitadas, 23 km, em projectos de reconversão de antigas linhas ferroviárias.

### Requalificação da Zona Envolvente ao Rio Nabão



**Reabilitação do Antigo Caminho de Ferro da Linha do Vouga para percurso pedonal/ciclável**

Com as intervenções de requalificação urbana e de valorização ambiental das cidades serão beneficiadas cerca de 552.929 pessoas residentes nas mesmas.

Serão, ainda, de realçar as intervenções que contribuem para a promoção do turismo da natureza, com as quais se estima que se venham a abranger 24.800 pessoas.

Indicador	Unidade	Previsto	Executado
Utilizadores das infra-estruturas de apoio ao turismo de natureza	nº	24.000	24.800
% de território abrangido por estatuto de classificação, excepto área protegida de âmbito nacional (áreas protegidas de âmbito regional/local, sítio de rede Natura e ZPEs)	%	10	17,8
População a abranger por intervenções de requalificação urbana (*)	hab.	550.000	552.929

(\*) - Referente aos Polis das cidades de Coimbra, Covilhã, Guarda, Leiria, Viseu e Castelo Branco

No Eixo III, e nas medidas que contribuem para este objectivo, em termos de desvios significativos em relação às metas previstas, são de elencar os seguintes:

Indicador	Grau de realização (%)	Justificação para o desvio
Intervenções em equipamento de instalações hospitalares, incluindo hospitais de dia	180	Como em alguns projectos o valor elegível executado foi inferior ao aprovado foi possível financiar projectos que concorreram para este indicador.
Construção e modernização de área útil de equipamento desportivo	737,78	Alguns dos equipamentos apoiados não correspondem aos equipamentos tipo que serviram para definir a meta (ex. grandes campos de jogos e pista de remo de montemor-o-velho)



## Qualificação urbana e ordenamento dos espaços constituintes das cidades

As medidas que mais contribuem para a qualificação dos espaços urbanos, apresentam uma dotação global de 6,3% do fundo total programado e estão integradas no Eixo I e II.

Objectivo 2 Qualificação urbana e ordenamento dos espaços constituintes das cidades				
Eixo/Medida/objectivos específicos	Principais âmbitos de actuação	Metas previstas	Realização	Grau de realização médio (%)
<b>Eixo I</b>				<b>101,2</b>
Medida 1.4 - Qualificação dos núcleos urbanos e o reforço/melhoria da imagem das sedes de concelho e outros aglomerados	Reabilitação urbana	Arranjos urbanísticos: 65 Recuperação de edifícios e monumentos: 10	73 9	101,2
<b>Eixo II</b>				<b>92,9</b>
Medida 2.1 - Qualificação e promoção da competitividade das cidades	Reabilitação urbana	Extensão de ciclovias: 7 Km Criação de lugares de estacionamento: 1500	3,2 2.102	92,9

Na medida 1.4 os indicadores físicos reflectem o tipo de acções apoiadas, que são, fundamentalmente, arranjos urbanísticos, com os quais se pretende recuperar e melhorar a imagem de centros históricos e áreas degradadas em espaços urbanos de interesse turístico, bem como recuperar edifícios de interesse arquitectónico e patrimonial. A execução esteve próxima dos valores previstos.

## Centro Cívico de Condeixa-a-Nova e envolvente



A **Medida 2.1**, Acção Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades - Componente Territorial, integra intervenções em cidades da Região através de operações integradas de requalificação urbana. Trata-se de intervenções com uma forte componente de valorização ambiental, que ao apoiar acções de requalificação permitem melhorar a qualidade do ambiente urbano e valorizar a presença de elementos estruturantes tais como frentes de rio, aumentar zonas verdes, áreas pedonais e condicionar o trânsito automóvel em determinados centros urbanos.

As sete cidades objecto de intervenção definidas no Complemento de Programação e cujos beneficiários foram as Sociedades Polis são Aveiro, Coimbra, Leiria, Viseu, Guarda, Covilhã e Castelo Branco. No final do período de programação foram aprovados projectos para a cidade da Marinha Grande.

Em resultado da execução física dos projectos acolhidos no âmbito da Medida, poderá concluir-se que foram concretizados os objectivos específicos desta Acção Integrada de Base Territorial, nomeadamente:

- ▶ Promover a realização de projectos e acções de requalificação e valorização ambiental de espaços urbanos;
- ▶ Promover a mobilidade sustentável das cidades, recorrendo, nomeadamente, ao reordenamento do tráfego automóvel com ganho de área pedonal, ao estímulo à utilização dos transportes colectivos, e ao uso de modos de transporte mais favoráveis ao ambiente;
- ▶ Promover o reforço da capacidade institucional, de planeamento e gestão urbana e de participação do público nos processos que conduzam à melhoria do ambiente urbano.

A Medida dispunha do maior peso financeiro - 62,1 milhões de euros - do fundo programado para o Eixo II (30,2%) correspondendo a 55,6% do fundo programado para a Reabilitação Urbana do Programa (Medidas 1.4 + 2.1).

Por norma os projectos apresentaram dimensão financeira significativa e encontravam-se associados a planos estratégicos desenvolvidos no âmbito do Programa Polis. As intervenções de maior dimensão financeira foram efectuados em Viseu - Reestruturação viária e urbana da cidade com 17.771.013,40€ de fundo, em Castelo Branco - Reestruturação Viária e Urbana da Cidade e outros com 15.017.390,91€, em Aveiro com

vários projectos no total executado de 8.635.106,63€ e em Coimbra - Reestruturação viária e urbana da cidade com 7.586.203,73€.

Da execução dos 34 projectos aprovados resultaram intervenções significativas na malha urbana que os indicadores de acompanhamento constantes do Complemento de Programação - dada a sua especificidade - não descrevem na totalidade.

De facto foram concretizadas, entre outras, 661.105m<sup>2</sup> de Área urbana intervencionada incluindo, por exemplo, a significativa requalificação das Infra-estruturas e espaço público do Recinto da Feira de São Mateus em Viseu, 95.598 m<sup>2</sup> de Área de arranjos urbanísticos, incluindo a Construção da rotunda da Ponte do Rato na Covilhã (área de intervenção objecto de menção honrosa (projectos públicos) na 4ª Edição dos Prémios Turismo de Portugal (2008), 23.171m<sup>2</sup> de área verde, reconstrução/requalificação de dois mercados municipais, entre os quais o Mercado do Peixe, em Aveiro, e construídas duas piscinas, um campo de jogos e três edifícios.

### 42-02-01-FDR-00012 - Reabilitação / Recuperação do Mercado do Peixe e Espaço Público Envolvente



Relativamente aos indicadores de acompanhamento previstos no Complemento de Programação para a Medida 2.1, verifica-se que as candidaturas executadas, nalgumas situações não conseguem atingir a meta proposta para a execução total no que concerne a um dos indicadores referenciados, designadamente para o Indicador Físico “extensão de ciclovias a criar/reabilitar” (46%)

Foram aprovados 5,555Km sendo que, nalguns, onde inicialmente estava previsto a criação de troços para ciclovias, foram criados percursos pedonais, sendo igualmente evidente que noutros casos foi adoptada uma solução mista, onde se verifica a existência em paralelo de ciclovias e percursos pedonais embora com extensões diferentes.

Relativamente à “criação de lugares de estacionamento” (140%) – outro dos indicadores físicos contemplados - foram efectivamente executados 2.102. Este valor ultrapassa significativamente o valor previsto atingir em 2006 (1.500 lugares de estacionamento), proposto em Complemento de Programação do PO Centro para a Medida 2.1. No que se refere ao Indicador de Resultado “população abrangida por intervenções de requalificação urbana”, apenas se pode referir que a quantificação prevista em Complemento de Programação (80.000 habitantes) se encontra totalmente desfasada da realidade dado os valores aprovados e executados em candidaturas apresentadas para o referido indicador, ultrapassarem já em larga margem o valor estipulado e previsto para a Medida 2.1 do PO Centro. Esse valor está estimado em 310 975 habitantes (população das cidades).

**42-02-01-FDR-00021 – Requalificação do Rio Diz - Guarda**



## Restituição ao meio rural, à agricultura e às aldeias de capacidade de dinamização

As intervenções no meio rural, agricultura e aldeias, apresentam uma dotação global de 9,7% dos fundos totais programados, com especial incidência da medida do Eixo III, comparticipada pelo FEOGA. Em complemento a esse fundo, o FEDER intervém, na Medida II.3, com 1% do total dos fundos programados.

Objectivo 3 Restituição ao meio rural, à agricultura e às aldeias de capacidade de dinamização				
Eixo/Medida/objectivos específicos	Principais âmbitos de actuação	Metas previstas	Realização	Grau médio de realização (%)
<b>Eixo II</b>				<b>107,4</b>
Medida 2.3- Procura de novas oportunidades para os espaços rurais ameaçados de despovoamento	Contratos de Aldeia, Aldeias Históricas e Centros Rurais	Arranjos urbanísticos: 50 Recuperação de edifícios e monumentos: 25 Recuperação de fachadas: 200 Intervenções em património rural: 40 Acções de animação e divulgação: 35 Iniciativas de dinamização económica: 10 Pousada: 1	48 32 221 39 35 12 1	<b>107,4</b>

Tendo em conta os objectivos específicos da **Medida 2.3** e a tipologia de intervenções definida, para cada Linha de Acção (Contratos de Aldeia, Aldeias Históricas e Centros Rurais), foram executados e concluídos 191 projectos.

Os sete indicadores de acompanhamento definidos, no Complemento de Programação, cobrem as situações que se previam como mais específicas desta AIBT. A dinâmica de progressão das Linhas de Acção e a perspectiva integrada, que norteou a elaboração dos Planos de Intervenção veio, por um lado, confirmar a adequação dos indicadores às necessidades de valorização dos aglomerados e, por outro lado, assegurar o seu contributo para os objectivos gerais do Programa e os específicos da Medida.

Os desvios observados indiciam um reforço significativo de projectos com carácter estruturante, em particular a recuperação de edifícios e monumentos (128%), as iniciativas de dinamização económica (120%) e, complementarmente, a recuperação de fachadas (110,5%), uma vez que constituíram as intervenções âncora na protecção e



valorização das unidades base da estrutura de povoamento (Aldeias) e do respectivo património cultural concorrendo, assim, para “Restituir ao meio rural e às aldeias, capacidade de Dinamização” (objectivo geral do PO Centro).

A relevância da recuperação de edifícios e monumentos poderá ser verificada, tanto, na sua componente material como, na vertente imaterial da valorização, onde se incluem iniciativas que promoveram, directa ou indirectamente, a instalação de conteúdos que permitem a respectiva interpretação histórica e cultural e, também, a animação didáctica e pedagógica. A utilização de ferramentas tecnológicas que facilitam consultas e visitas virtuais, utilizando TIC, é uma das vertentes inovadoras de alguns projectos, cujo efeito demonstrativo poderá estimular atitudes diferenciadas na leitura do(s) património(s) e uma interacção crescente com o monumento ou conjuntos monumentais.

Constituem boas práticas neste tipo de intervenções, de valorização, a Musealização do Pavilhão Epigráfico de Idanha-a-Velha (42-02-03-FDR-00179), o Miradouro Virtual do Castelo de Linhares: Solução Integrada de Exploração Multimédia (42-02-03-FDR-00189) e o Portal das Aldeias Históricas de Portugal (42-02-03-FDR-00191) implementados na Linha de Acção Aldeias Históricas.

#### Musealização do Pavilhão Epigráfico de Idanha-a-Velha



#### Miradouro Virtual do Castelo de Linhares: Solução Integrada de Exploração Multimédia



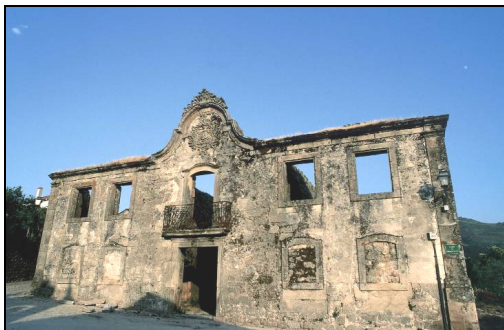
De destacar, ainda, o efeito mobilizador que a recuperação material, de edifícios de valia histórica e arquitectónica produziu junto dos responsáveis locais, no sentido de instalar nos espaços valorizados, equipamentos, conteúdos e meios multimédia que permitem o acesso à história das aldeias e do país. Esta atitude inovadora, na promoção e divulgação do património intangível, permitiu introduzir discursos mobilizadores e atractivos para as novas gerações e constitui uma referência pedagógica, a divulgar junto da comunidade escolar. Acresce, ainda, o interesse suscitado pela interacção das novas tecnologias com as tradições e o peso histórico dos aglomerados, potenciando a sua capacidade de atracção e respondendo a segmentos turísticos exigentes.

Incluem-se, naquela perspectiva, como exemplo de boas práticas o Espaço Museológico, dedicado à história etnográfica local, do Contrato de Aldeia de Várzea de Calde (42-02-03-FDR-00167), a partir da intervenção numa Casa Agrícola, e respectivos anexos, bem como a Recuperação do Solar dos Cabrais, para instalação do Centro Interpretativo “À Descoberta do Novo Mundo” na Aldeia Histórica de Belmonte (42-02-03-FDR-00185). Para além da nova funcionalidade atribuída aos edifícios, através do financiamento da sua componente material é de relevar o seu efeito multiplicador, uma vez que estimulou os promotores a desenvolver conteúdos e respectiva animação multimédia, utilizando recursos próprios.

A Pousada foi o projecto de maior volume financeiro, no âmbito da AIBT, e constitui um caso de boas práticas no plano da recuperação patrimonial do Solar Corte Real e da Casa Brandão e Melo. Acresce, ainda, a importância das suas novas funcionalidades na

dinamização da economia local e na promoção turística do conjunto da Rede das Aldeias Históricas.

**42-02-03-FDR-00015 – Solar Corte Real e Casa Brandão e Melo – Adaptação a Pousada**



A natureza integrada da Medida foi concretizada pelo reforço das iniciativas de dinamização económica, cujo ritmo de procura foi sendo crescente, reflectindo os efeitos demonstrativos que, à escala das Aldeias, aqueles projectos foram difundindo. O acréscimo registado (20%), face à meta estabelecida, demonstra a emergência de um empreendedorismo inovador de base local, de escala adequada à dimensão das Aldeias e em sintonia com a matriz cultural das suas populações. Por outro lado, constituiu a resposta do sector privado ao investimento realizado, pelos poderes públicos, na recuperação e valorização dos bens patrimoniais, quer os materiais (monumentos e edifícios classificados) quer os imateriais ou intangíveis.

Entre 2003 e 2008 foram apoiadas oito unidades de Turismo em Espaço Rural (TER), num total de 29 quartos, duas lojas de artesanato e produtos locais de excelência, e duas micro-empresas de animação e divulgação turística, com forte incorporação de meios tecnológicos. No seu conjunto, as doze microempresas, criadas, geraram 23 novos postos



de trabalho. Se a estes indicadores adicionarmos os 26 quartos existentes na Pousada e os 9 empregos ali criados, conclui-se que o investimento realizado com impacto na actividade turística, disponibilizou 49 quartos e proporcionou a criação directa de 32 postos de trabalho.

Todas aquelas iniciativas se encontram concluídas e em funcionamento, disponibilizando alojamento e serviços de qualidade a segmentos turísticos de elevado grau de exigência e criando, localmente, novas actividades geradoras de emprego. À importância económica daqueles projectos acresce, ainda, o complemento que constituíram na recuperação física dos aglomerados.

Se aos dois indicadores analisados (edifícios/monumentos e iniciativas de dinamização económica) se associar a boa performance da recuperação de fachadas verifica-se que, muito para além do cumprimento das metas, foi assegurado o cumprimento dos objectivos específicos da AIBT.

As intervenções na valorização do património natural e os projectos de recuperação do património rural, cuja realização se situou em 97,5%, contribuíram para a promoção da qualidade ambiental e para manter vivas, no quotidiano dos residentes e na memória dos visitantes, referências que foram determinantes na vivência rural das comunidades e das actividades económicas, entretanto desvalorizadas. A recuperação de fontanários, em rede, a reutilização de moinhos, a conservação de eiras e espigueiros, ainda que com novas funcionalidades, poderão ser exemplos de boas práticas de valorização daquele património de carácter colectivo. Também as actividades mais emblemáticas, ligadas aos ciclos da produção agrícola, entretanto abandonadas, estão contempladas nalguns dos projectos implementados nas Linhas de Acção Centros Rurais e Contratos de Aldeia.

Projectos como o “Restauro e Reabilitação de Fontes e Fontanários no Contrato de Aldeia de Cabanas de Viriato” (42-02-03-FDR-00120), a “Requalificação do Poço da Mina” (42-02-03-FDR-00093) no Contrato de Aldeia de Malpica do Tejo ou a “Criação de Percursos na Ribeira do Mosteiro” (42-02-03-FDR-00151) em Couto do Mosteiro, no Centro Rural da Agueira/Caramulo, contribuíram claramente para o atingir um dos objectivos específico desta Acção Integrada:

- “contribuir para a viabilização das estruturas tradicionais de ocupação do território, enquanto suporte das comunidades locais e condição para uma gestão sustentável do espaço e do património natural”.

As acções de apoio ao desenvolvimento local asseguraram a disponibilização de competências técnicas de suporte à operacionalização dos Planos de Intervenção, e garantiram uma melhor articulação com outras iniciativas em curso, no mesmo território. Esta interacção foi particularmente importante no que respeita a projectos, complementares, apoiados pelo FEOGA, no âmbito da Medida III.14 - Agricultura e Desenvolvimento Rural do PO-Centro, e pela Iniciativa Comunitária Leader +.



**42-02-03-FDR-00120** - Restauro e Reabilitação de Fontes e Fontanários no Contrato de Aldeia de Cabanas de Viriato



**42-02-03-FDR-00093** - Requalificação do Poço da Mina



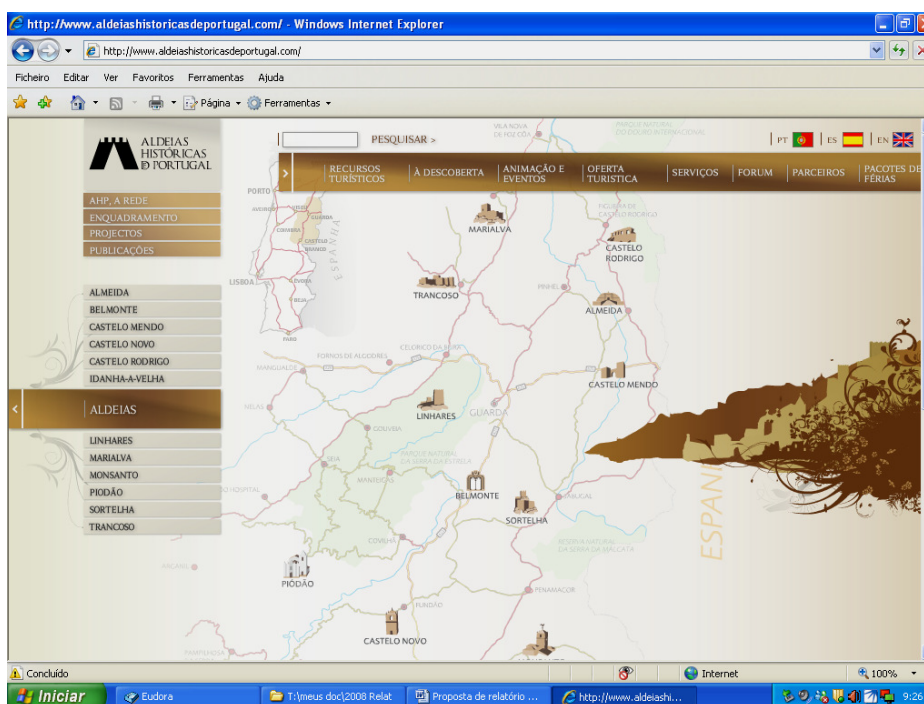
**42-02-03-FDR-00151** - Criação de Percursos na Ribeira do Mosteiro

Também as acções de animação e divulgação têm tido papel determinante na promoção patrimonial e económica dos espaços de baixa densidade, abrangidos por esta Medida. O material de promoção e divulgação produzido, no âmbito da Medida, postais, publicações e o Portal das Aldeias Históricas de Portugal, tem sido um veículo

complementar no estímulo, dinamização e publicitação das unidades empresariais instaladas nas Aldeias.

O Portal das AH com endereço <http://www.aldeiahistoricasdeportugal.com>, foi um dos últimos projectos a ser aprovado, tendo sido concluído em Dezembro de 2008 e, após uma fase de testes, tornou-se acessível ao público a partir de Abril de 2009.

### Portal da Rede de Aldeias Históricas de Portugal – Sistema de Informação Turística



A disponibilização de informação relevante e a navegação amigável, que proporciona, terá impacto significativo na afirmação da Rede de Aldeias Históricas de Portugal, enquanto iniciativa emblemática de valorização territorial. A sua capacidade de atracção tem vindo a ser monitorizado, desde 2003, através dos registos de visitas nos respectivos Postos de Turismo. Da análise efectuada, nos seis anos de recolha, é possível verificar a tendência de procura turística marcada por três linhas de força essenciais: procura crescente e sempre superior a 200 mil visitantes, tendo em 2008, recebido mais de 355 mil turistas; reforço da representação da procura de estrangeiros que, naquele ano, representou 24,4% do total; possibilidade de conhecer, no caso dos estrangeiros, os principais mercados emissores e respectivas motivações.

Em termos globais, Espanha, França e Reino Unido são os países responsáveis por 83% da procura turística estrangeira, cuja expressão é diferenciada em cada uma das Aldeias, em

função da localização e da especificidade histórica e cultural. Tratando-se de um destino e produto turístico que se encontra em afirmação e cujo perfil é, ainda, eminentemente nacional, os valores referidos indicam uma janela de oportunidade, a explorar, face ao impacto na revitalização social e económica das Aldeias e do seu contributo para a divulgação do território em que estão ancoradas.

Foi seleccionado como indicador de resultado, na Medida II.3, a população rural (%) abrangida por intervenções que contribuíssem para a dinamização económica e social das Aldeias e dos Centros Rurais, cuja previsão quantitativa apontava para 12,8%, do total estimado para a Região, no final do período de programação.

Indicador	Unidade	Previsto	Executado
% Pop. Rural abrangida por interv. Dinam. Econ. e social das aldeias e centros rurais	%	12.8	13.6

Tendo em conta os projectos aprovados e executados e a respectiva localização, verifica-se que a meta definida no Programa Operacional foi claramente ultrapassada, sendo de 13,6% a população rural da Região Centro, abrangida por projectos executados no âmbito desta AIBT.

Objectivo 3 Restituição ao meio rural, à agricultura e às aldeias de capacidade de dinamização				
Eixo/Medida/objectivos específicos	Principais âmbitos de actuação	Metas previstas	Realização	Grau de realização médio (%)
<b>Eixo III</b>				<b>103,8</b>
Medida 3.14 - Incentivar uma sólida aliança entre a agricultura, enquanto actividade produtiva moderna e competitiva, e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais nas vertentes ambiental, económica e social	Apoio à pequena agricultura	Projectos aprovados: 8475 Ajudas Públicas: 50.000 mil euros	7.975 48.125	<b>94,7</b>
	Desenvolvimento dos produtos de qualidade	Projectos para criação e modernização de unidades produtivas:75 Projectos de incentivos a produtos de qualidade: 8 Projectos de criação e mod. de pequenas unidades artesanais:10 Ajudas Públicas: 6.827 mil euros	82 9 0 6.642	<b>79,8</b>
	Gestão sustentável e estabilidade ecológica das florestas	Organizações de produtores florestais constituídas: 38 Entidades prestadoras de serviços florestais instaladas: 4 Projectos de apoio à prestação de serviços florestais: 2 Projectos de apoio à prevenção de riscos bióticos e abióticos: 109 Área florestal coberta por planos de prevenção contra riscos bióticos e abióticos: 375.000 hectares Ajudas Públicas: 37.824 mil euros	33 4 2 100 368.282 31.616	<b>93,5</b>
	Serviços à agricultura	Projectos de instalação de serviços de substituição e gestão: 4 Projectos de desenvolvimento de outros serviços à agricultura: 40 Ajudas Públicas: 8.900 mil euros	4 60 7.549	<b>111,7</b>
	Gestão dos recursos hídricos e emparcelamento	Projectos relativos a novos regadios colectivos e a regadios tradicionais: 142 Agricultores abrangidos pelos projectos relativos a regadios colectivos e tradicionais: 8.700 Área beneficiada pelos projectos de regadios colectivos e tradicionais: 4.800 hectares Rede de rega criada ou beneficiada no âmbito dos projectos de regadios colectivos e tradicionais: 410 Km Projectos de reabilitação e modernização de perímetros de rega: 22 Agricultores abrangidos pelos projectos de reabilitação e modernização dos perímetros de rega: 5.360 Área beneficiada pelos projectos de reabilitação e modernização dos perímetros de rega: 14.000 hectares Rede de rega nova ou reabilitada nos perímetros de rega: 30 Km Projectos de emparcelamento aprovados: 5 Agricultores abrangidos por projectos de emparcelamento: 2.200 Área beneficiada por projectos de emparcelamento: 2.500 Ajudas públicas: 56.800 euros	147 12142 6924 365 16 6065 16341 33 3 1846 771 48.865	<b>96,0</b>
	Caminhos e electrificação agrícola	Projectos de caminhos agrícolas e rurais: 178 Rede viária nova ou beneficiada: 810 Km Expl. agrícolas benef. pelos projectos de c. agrícolas e rurais: 8.600 Projectos de electrificação: 599 Linhas de média tensão instaladas: 700 Km Linhas de baixa tensão instaladas: 600 Km Explorações agrícolas e unidades agro-industriais beneficiadas pelos projectos de electrificação: 4.500 Ajudas Públicas: 30.602 mil uros	587 1067 28.073 613 309 396 1.682 65.892	<b>156,7</b>
	Valorização do ambiente e do património rural	Proj. de recup. e val. do património, da paisagem e de n. rurais: 339 Projectos de conservação do ambiente e dos recursos naturais: 269 Ajudas Públicas: 15.301 mil euros	389 190 15.902	<b>96,5</b>
	Acções integradas de dinamização agrícola e rural	Projectos aprovados: 52 Ajudas Públicas: 4.708 mil euros	43 3.333	<b>76,7</b>



A **medida 3.14 “AGRIS”** está orientada para o apoio às explorações de pequena ou muito pequena dimensão, onde predomina o trabalho familiar e cuja actividade na exploração contribui para uma parcela importante do rendimento familiar. Estas explorações, para além da importância no acréscimo do rendimento dos agregados familiares, desempenham um papel social e de preservação ambiental dos espaços rurais relevantes. Assim, para se avaliar da importância do apoio a estas pequenas explorações, não se deverá atender somente ao aumento da produtividade e da rentabilidade, mas também os benefícios, quer das condições de trabalho e conforto físico proporcionado pela substituição do trabalho manual pelo mecânico quer da valorização da produção auto-consumida, bem como os efeitos sobre o ordenamento e ocupação (contrariando a desertificação) do espaço rural. É neste contexto que se realça o volume de projectos apoiados pela Acção 1 (93% do total previsto no programa). Estas explorações apoiadas representam cerca de 7% das explorações da região, recenseadas em 1999, com 6 UDE ou menos (Unidade de dimensão económica).

Na acção 2 foram apoiados 91 projectos, dos quais 82 na sub-acção 2.1 com o apoio a unidades agro-industriais de produtos com modos particulares de produção – DOP (Denominação de Origem Protegida), IGP (Indicação Geográfica Protegida), AB (Modo de Produção Biológica), com incidência no sector do leite/queijo de pequenos ruminantes e do azeite. No que diz respeito à sub-acção 2.2. os 9 projectos aprovados, da Beira Litoral, incidem em produtos como o queijo, frutas, azeite e pequenos ruminantes.

De salientar, também, o número de projectos da Acção 3 relativos à constituição de organizações de produtores florestais e à prevenção de riscos bióticos e abióticos. Estes 100 projectos, abrangeram uma superfície florestal de 368.282 hectares, cerca de 55% da área florestal da região centro, excluindo a área do Pinhal Interior, que nesta tipologia de projectos é apoiada no âmbito da AIBT do Pinhal Interior.

Na Acção 5 relativa à criação e beneficiação de infra-estruturas para otimizar a gestão dos recursos hídricos, foram apoiados 166 projectos que beneficiaram 20.273 agricultores e 24.036 hectares de explorações agrícola, cerca de 11% da área agrícola irrigável da região centro (recenseamento agrícola 1999).



Na Acção 6 relativa a caminhos e à electrificação das explorações agro-florestais, os caminhos agrícolas e rurais registaram uma execução muito para além das metas previstas. De facto foram apoiados 587 projectos de caminhos agrícolas e rurais, com uma extensão de 1.067 Km, beneficiando 28.073 explorações agrícolas (22% das explorações da região – recenseamento agrícola 1999). Com a abertura de candidaturas a partir de Julho de 2008, para este tipo de projectos, as autarquias mobilizaram-se no sentido de colmatar as falhas existentes nas acessibilidades rurais e absorver as dotações FEOGA ainda disponíveis.

Na Acção 7 foram apoiados 579 projectos, 389 relativos à subacção 7.1. – Recuperação e valorização do património, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural, e 190 à subacção 7.2. - Conservação do ambiente e dos recursos naturais, no primeiro caso acima do previsto e no segundo, abaixo da meta estabelecida. A Subacção 7.1. teve uma elevada procura, quer porque os beneficiários eram essencialmente autarquias locais ou Associações de Desenvolvimento Local, quer porque a consideraram um complemento de outros meios de financiamento, nomeadamente o Programa LEADER +. A tipologia das intervenções e o facto do processo de implementação desta subacção estar associado à apresentação de um Plano de Intervenção para posterior enquadramento dos projectos, contribui para reforçar as dinâmicas ao nível dos territórios rurais e promover uma maior coerência e articulação com outras iniciativas, como as referidas anteriormente.

No caso da Sub-acção 7.2. – Conservação do ambiente e dos recursos naturais, os investimentos apoiados tiveram um impacto significativo no processo de licenciamento dos lagares.

Em termos sintéticos, são de elencar os seguintes desvios significativos em relação às metas previstas:

Linha de Accção	Indicador	Grau de realização (%)	Justificação para o desvio
Caminhos e electrificação agro-rurais (R6)	Ajudas públicas	215,32	Durante o ano de 2008 e 2009 foi possível aprovar e executar projectos desta tipologia, caminhos rurais da iniciativa dos municípios e juntas de freguesia, para colmatar as quebras na generalidade das outras tipologias de projectos desta medida
Caminhos e electrificação agro-rurais (R6)	Explorações agrícolas e unidades agro-industriais beneficiadas	37,38	Quebras de execução face ao aprovado
Caminhos e electrificação agro-rurais (R6)	Linhas de média tensão instaladas	44,11	Quebras de execução face ao aprovado
Caminhos e electrificação agro-rurais (R6)	Linhas de baixa tensão instaladas	65,95	Quebras de execução face ao aprovado
Caminhos e electrificação agro-rurais (R6)	Rede viária nova ou beneficiada	131,70	Durante o ano de 2008 e 2009 foi possível aprovar e executar projectos desta tipologia, caminhos rurais da iniciativa dos municípios e juntas de freguesia, para colmatar as quebras na generalidade das outras tipologias de projectos desta medida
Caminhos e electrificação agro-rurais (R6)	Projectos de caminhos agrícolas e rurais aprovados	329,78	Durante o ano de 2008 e 2009 foi possível aprovar e executar projectos desta tipologia, caminhos rurais da iniciativa dos municípios e juntas de freguesia, para colmatar as quebras na generalidade das outras tipologias de projectos desta medida
Caminhos e electrificação agro-rurais (R6)	Explorações agrícolas beneficiadas pelos projectos de caminhos agrícolas e rurais	326,43	Durante o ano de 2008 e 2009 foi possível aprovar e executar projectos desta tipologia, caminhos rurais da iniciativa dos municípios e juntas de freguesia, para colmatar as quebras na generalidade das outras tipologias de projectos desta medida
Desenvolvimento dos produtos tradicionais regionais (R2)	Projectos de criação e mod. de pequenas unidades artesanais (R2)	0,00	Linha de acção sem qualquer projecto aprovado
Dinamização do desenvolvimento agrícola e rural (R8)	Ajudas públicas	70,79	O facto dos projectos aprovados nesta acção terem iniciado apenas em 2004 e 2005 limitou o grau atingido no indicador.
Gestão de recursos hídricos e emparcelamento (R5)	Área beneficiada por projectos de emparcelamento	30,84	Pouca adesão dos beneficiários a esta tipologia de acção
Gestão de recursos hídricos e emparcelamento (R5)	Projectos de emparcelamento aprovados	60,00	Pouca adesão dos beneficiários a esta tipologia de acção
Gestão de recursos hídricos e emparcelamento (R5)	Projectos de reabilitação e modernização de perímetros de rega aprovados	72,73	Pouca adesão dos beneficiários a esta tipologia de acção
Gestão de recursos hídricos e emparcelamento (R5)	Agricultores abrangidos pelos projectos relativos a regadios colectivos e tradicionais	139,56	Meta subestimada
Gestão de recursos hídricos e emparcelamento (R5)	Área beneficiada pelos projectos de regadios colectivos e tradicionais	144,25	Meta subestimada
Serviços à agricultura (R4)	Proj. de desenvolvimento de outros serviços à agricultura aprovados	150,00	Meta subestimada



## Valorização das potencialidades de territórios específicos

As medidas que incidem em territórios específicos, designadamente o Vale do Côa, a Serra da Estrela, o Pinhal, territórios ligadas à Pesca, territórios com um património histórico-cultural relevante ou centros urbanos nucleares, representam 11,1% da dotação global de fundos.

Objectivo 4 Valorização das potencialidades de territórios específicos				
Eixo/Medida/objectivos específicos	Principais âmbitos de actuação	Metas previstas	Realização	Grau de realização médio (%)
<b>Eixo I</b>				<b>110,4</b>
Medida 1.7 - Valorizar e revitalizar espaços territoriais específicos, com vista à dinamização das suas potencialidades e à promoção da sua competitividade	Valorização do território	Equipamentos estruturantes: 24 Recuperação de edifícios de interesse cultural e patrimonial: 2	29 2	<b>110,4</b>
<b>Eixo II</b>				<b>138,2</b>
Medida 2.4 Melhorar a competitividade, coesão e qualificação territorial do Vale do Côa	Valorização do território	Museu arqueológico: 1 Encontros científico-culturais: 6 Iniciativas de dinamização económica: 10 Acções de animação e divulgação e promoção: 10 Arranjos e infra-estruturas urbanísticas: 20 Organização e participação em feiras e mostras: 20 Recuperação de edifícios e monumentos: 6 Equipamentos culturais, de turismo e lazer: 6	1 1 10 6 38 12 13 27	149,2
Medida 2.5 Melhorar a competitividade, coesão e qualificação territorial da Serra da Estrela	Valorização do território	Beneficiação de estradas: 30 Km Arranjos urbanísticos: 20 Acções de animação e divulgação e promoção: 12 Parque temático: 3 Valorização e zonas de recreio: 2 Recuperação de edifícios: 2 Parques de Estacionamento: 2	24 27 30 6 9 11 0	237,9
Medida 2.6 Melhorar a competitividade, coesão e qualificação territorial do Pinhal, vertente FEDER	Valorização do território	Rede de percursos: 3 Iniciativas de animação e promoção turística: 16 Unidades de alojamento apoiadas: 5 Acessos construídos ou beneficiados: 20 Km Infra-estruturas de estradas panorâmicas: 6 Iniciativas museológicas: 5 Restauro de imóveis classificados: 3 Estabelecer/requalificar praias fluviais: 9 Requalificação de aldeias serranas: 6	6 25 12 53,7 3 8 5 12 24	197,2

A medida 1.7, orientada para a recuperação de edifícios de interesse patrimonial e para a construção de equipamentos estruturantes nos principais Centros da Região, nomeadamente cineteatros, bibliotecas, centros de exposições e espectáculo, incidiu, fundamentalmente, nos equipamentos de índole cultural.

### Centro de Artes e Espectáculos da Figueira da Foz



Todas as medidas do Eixo II directamente associadas a territórios de baixa densidade - Vale do Côa, Serra da Estrela e Pinhal Interior - contribuem de forma significativa para a prossecução do objectivo Valorização das potencialidades de territórios específicos.

Para além destas deve-se ter em consideração a intervenção da medida 2.8 através do FSE. Trata-se de uma medida cujo âmbito de aplicação incide também na valorização dos espaços urbanos intervencionados na Medida 2.1 (objectivo: Qualificação urbana e ordenamento dos espaços constituintes das cidades) e na Medida 2.3 (objectivo: Restituição ao meio rural, à agricultura e às aldeias de capacidade de dinamização) mas cuja aplicação nas AIBT teve efeitos muito interessantes sobretudo em termos de Empregabilidade.

As medidas do Eixo II, cujo foco estratégico é intervenção integrada numa base territorial, representam 7,1% do fundo programado.

O peso financeiro das Medidas não é significativo no conjunto do Programa. No entanto o número de projectos apoiados, muitos deles de pequena dimensão mas integrados em rede, constituem um bom exemplo da dinamização dos territórios. O estabelecimento de redes foi a linha estruturante da acção das Medidas dinamizando parcerias entre os actores públicos, associativos e mesmo micro-empresariais em torno de um objectivo comum. Só desta forma está assegurada a sustentabilidade das intervenções e se lhes

acrescenta escala para se poderem afirmar como um produto turístico ou patrimoniais de qualidade.

Na Medida 2.4 a formulação do Plano Global de Intervenção da AIBT Turismo e Património do Vale do Côa procurou enquadrar e incorporar um conjunto de projectos, tendo em conta a situação da região, orientados para um conjunto de prioridades, tendo como pano de fundo o binómio central da estratégia definida: valorizar o património e projectar o turismo. A estratégia apontava para a melhoria da atractividade do território e dotar o destino Vale do Côa de instrumentos indispensáveis para melhorar do seu posicionamento concorrencial.

O espaço de destino turístico do “Vale do Côa”, que envolve o Alto Côa, o Baixo Côa e o Douro Superior, assenta numa lógica de interacções em que sobressaem as múltiplas complementaridades dos recursos de atracção e dos produtos turísticos.

O potencial de desenvolvimento turístico que está associado a esta multicomplementaridade foi entendido como a base estratégica para a afirmação deste destino, uma vez que é nesta realidade que o “Vale do Côa” ganha identidade como destino de fluxos turísticos.

O reconhecimento mundial da valia dos recursos histórico-patrimoniais, que a área do Vale do Côa encerra, foi a razão determinante para a implementação desta Acção Integrada que tem como objectivos específicos a preservação e valorização do património natural e cultural, a qualificação e equipamento dos aglomerados urbanos e rurais, por forma a integrarem um produto turístico diversificado e complementar, bem como a promoção e dinamização de actividades turístico-culturais, como já foi referido.

Genericamente as intervenções nas designadas “Aldeias/Portas de entrada do Vale do Côa” procuraram apoiar, criando efeitos multiplicadores no domínio das actividades do turismo e valorização do património, acções que concorressem para a valorização da imagem dos aglomerados rurais, seu património e práticas culturais, através de iniciativas de recuperação de imóveis ou equipamentos tradicionais e arranjos urbanísticos. Estas intervenções visavam a criação de um produto turístico gerador de actividades complementares à agricultura.

Os critérios que presidiram à escolha das “Aldeias do Côa” foram, fundamentalmente, de dois tipos: um primeiro esteve relacionado com a inserção dos aglomerados dentro do

perímetro do Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC); um segundo, com os núcleos urbanos que constituem as principais portas de entrada no território da intervenção.

Os investimentos realizados prenderam-se, fundamentalmente, com arranjos urbanísticos e iniciativas de recuperação de imóveis ou equipamentos tradicionais, procurando, desta forma, valorizar a imagem dos aglomerados e seu património. Contudo as intervenções realizadas centraram-se em grande parte em arranjos urbanísticos dos aglomerados/núcleos urbanos e, de forma mais pontual, na recuperação de imóveis ou equipamentos tradicionais.

No que respeita à concretização de objectivos específicos importa referir que os projectos executados conseguiram, na sua maioria, alcançar ou superar em larga escala as metas previstas no Complemento de Programação. Exceptuam-se as “acções de animação, divulgação e promoção” e “organização e participação em feiras e mostras” que concretizaram 60% do previsto e os “encontros científicos-culturais” que se quedou por 17% do objectivo pretendido.

Quanto à não aproximação da meta relativa às “feiras e mostras” importa sublinhar o facto de terem sido financiadas até 2003 um conjunto de “feiras das tradições e das actividades económicas” que ocorrem anualmente no território da AIBT do Côa. O efeito de alavancagem então proporcionado, fez com que todas continuem a realizar-se apesar de não terem co-financiamento para a realização. As “amendoeiras em flor” é disso um bom exemplo, uma vez que esta iniciativa sendo um forte marco em termos de promoção turística do território, a entidade promotora – Associação de Municípios do Douro Superior –, não conta, actualmente, com qualquer contrapartida financeira da AIBT para a sua realização.

Quanto à não concretização da meta “encontros científicos-culturais”, e tal como foi referido quanto à escassa adesão à linha de acção “Valorização do Parque Arqueológico do Vale do Côa” no que se prende aos promotores, o facto dos beneficiários finais deste tipo de iniciativas poder ser em número reduzido, terá condicionado a concretização desta meta.

Contudo, dois eventos científicos- culturais que foram realizados na região – “III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior 06” e o “Fórum Valorização e Promoção do Património Regional - Diálogos do Vale do Côa 07” – viram apoiados pela AIBT a produção das actas dos eventos com as comunicações científicas

apresentadas. Todavia este apoio não concorreu para o indicador “encontros científicos-culturais”, mas antes para o indicador “estudos/projectos”.

Numa análise mais fina, e considerando os resultados atingidos no indicador “equipamentos culturais, de turismo e lazer”(450%), entende-se porque razão ele foi superado da maneira expressa. Importa referir que este indicador foi, notoriamente, subdimensionado. Todas as intervenções nos pólos termais foram aqui listadas, os três centros culturais construídos, os cinco edifícios de interesse patrimonial recuperado/valorizado, as duas intervenções de valorização do património histórico e paisagístico, os dois museus construídos ou recuperados, os dois parques de campismo construídos a praia fluvial requalificada são exemplos de projectos que foram considerados neste indicador.

Relativamente aos projectos de Infra-estruturas básicas e arranjos urbanísticos (segunda maior execução financeira da Medida) verifica-se que foi excedida a previsão dada a realização de infra-estruturas associados à recuperação de património em centros históricos e na renovação urbana.

Tendo a construção do Museu do Côa sido uma dos projectos âncora da estratégia da AIBT, não só pelos montantes financeiros envolvidos (representava 1/5 do total do investimento previsto), como pela importância estratégica (como um dos principais pólos de atractividade deste território) que assume no contexto desta região, a conclusão tardia do projecto impossibilitou que, no período de programação do III QCA, que todo o potencial emergisse e, desta forma, um novo ciclo de desenvolvimento para a região se despoletasse, isto apesar dos resultados apresentados anteriormente e que evidenciam sinais claros de mudança.

**42-02-04-FDR-00086 Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Coa - Construção das Instalações e Infraestruturas**





Significa, portanto, que a abertura do Museu Arqueológico do Vale do Côa servirá como âncora de uma nova estratégia de desenvolvimento, sendo as gravuras rupestres um “marco da região” com notoriedade a nível nacional e internacional capaz de potenciar turisticamente o território de forma a que se tire dividendos económicos e sociais a partir disso.

Com o Museu do Côa muito próximo de abrir portas, honrando desta forma o compromisso formal assumido pelo Estado Português com a UNESCO mas também com a Região, encerra-se um longo ciclo e um outro se vai iniciar.

Na linha de acção “Promoção do desenvolvimento turístico”, salienta-se a execução dos projectos associados aos pólos termais de Fonte Santa, no Município de Almeida, Longroiva no Município de Meda e do Cró, no Município de Sabugal, considerados projectos “âncora” desta AIBT. Estes projectos são importantes no quadro dos objectivos definidos para a AIBT, particularmente os associados à promoção do desenvolvimento turístico, através do aproveitamento dos recursos termais e respectiva infra-estruturação.

**42-02-04-FDR-00077 Concepção/Construção do Balneário Termal de Fonte Santa**



Na **medida 2.5** os objectivos traçados para a medida foram alcançados ou ultrapassados como se pode verificar pelos resultados obtidos na grande maioria dos indicadores de acompanhamento. Com excepção do indicador Parques de Estacionamento, cuja execução foi nula, todos os restantes indicadores apresentaram execução bem acima das metas programadas. O indicador Parque de Estacionamento ficou consagrado no Complemento de Programação por uma situação muito específica que resultava da ocorrência de fortes congestionamentos de trânsito automóvel no ponto mais alto da

Serra da Estrela, a Torre, provocados pelos utentes das pistas de esqui que aí se situam. As Estradas de Portugal, entidade responsável pelas EN 339 e EN 339-1 onde ocorriam tais congestionamentos optou sempre por soluções alternativas não concretizando a apresentação de candidatura como previsto no Programa de Acção celebrado entre o Ministério de Planeamento e Ordenamento do Território e o Ministério das Obras Públicas para beneficiação do Parque de Estacionamento dos Piornos e a criação de um chamado Parque de Descongestionamento de tráfego na Lagoa Comprida.

Os Parques Temáticos/Museus Construídos (200%) foram dos sete apoiados concluídos seis. Apenas o Museu da Electricidade não foi considerado concluído por não ter entrado em funcionamento, embora o tenha sido fisicamente, embora não financeiramente até 31/12/2008. Os restantes indicadores de acompanhamento, inicialmente considerados em complemento de programação foram largamente superados. De referir como tendo sido significativamente ultrapassadas as metas dos indicadores “Recuperação de edifícios” (550%), por se ter fomentado a alternativa de recuperação em vez da construção de raiz, e a “Valorização de zonas de recreio/Zonas degradadas do ponto de vista ambiental recuperadas” (450%) por se ter reconhecido como fundamental acabar com as nódoas ambientais tanto na malha urbana como as da paisagem rural que ainda persistiam.

Importa destacar o impacto que os Museus e Centros de Interpretação construídos nas sedes de concelho que circunscrevem o maciço da Serra da Estrela tiveram na região. Esta estava desprovida deste tipo de equipamentos pelo que os fluxos turísticos que de Inverno, que é também época alta, aqui acorriam e se confrontavam com más condições atmosféricas, não tinham oferta alternativa á fruição da natureza pelo que se ficavam pelos hotéis e não raro abreviavam a sua estada na região. Por outro lado a construção de tais equipamentos contribuíram também para a melhoria da auto estima pelo seu território da população local, num tempo em que a mesma se encontrava em queda acentuada, não só pela perda de população como também da sua actividade económica que num passado não muito distante tinha até tido relevância no todo nacional. Ao valorizar-se um património natural como o do Parque Natural da Serra da Estrela, que se não estava esquecido não estava pelo menos visível e não constituía enquanto tal atracção turística, como foi conseguido com a construção do Centro de Interpretação da Serra da Estrela e ao preservar-se um património histórico-cultural com o Museu Judaico de

Belmonte ou a memória da actividade tradicional de toda a região do fabrico de tecidos em lã como foi possível com a “Recuperação da Real Fábrica Veiga” para aí instalar o Núcleo do Ecomuseu dos Lanifícios, melhorou-se sensivelmente a oferta turística e reconhecidamente a população local passou a ter outra estima pelo seu património.

De assinalar ainda o impacto com os projectos de “Valorização de zonas de recreio/Zonas degradadas do ponto de vista ambiental recuperadas” que definitivamente erradicaram impactos extremamente negativos na qualidade paisagística de locais emblemáticos da Serra, nomeadamente nas Penhas da Saúde na reconhecida como zona urbana com as “Infra-estruturas de uma 1ª fase”, na Senhora do Desterro com a “Construção da Praia Fluvial da Senhora do Desterro”, na Ilha do Picoto em Avô com a “Beneficiação da Praia Fluvial de Avo”, com a “Valorização Paisagística Envolvente à Capela de S. Sebastião - Manteigas” e também em Manteigas com a “Requalificação Paisagística e Ambiental do Parque de Merendas do Viveiro das Trutas” que completou intervenção de recuperação dos tanques do próprio viveiro. Duas “Intervenções de Reabilitação Urbana” importa destacar pelo impacto que tiveram na erradicação de nódoas urbanas como foi o caso da intervenção de “Reabilitação urbana na zona da Ribeira e Outeiro” em Gouveia e a valorização de um parque urbano em Oliveira do Hospital com a “Beneficiação e o Apetrechamento do Parque Mandanelho”.

**42-02-05-FDR-00005 Construção da Praia Fluvial da Senhora do Desterro**



**42-02-05-FDR-00080 Requalificação Paisagística e Ambiental do Parque de Merendas do Viveiro das Trutas**





Na Medida 2.6 as metas previstas em Complemento de Programação são significativamente ultrapassadas. Este facto resulta, por um lado, de algum subdimensionamento das previsões de execução mas, sobretudo, da adesão à rede de Aldeias do Xisto por parte quer dos promotores de natureza pública (Municípios) quer de natureza associativa. O sucesso da intervenção é visível em dois indicadores críticos relativos aos objectivos da Medida: Requalificação de Aldeias Serranas (400%) em que estava prevista uma rede de 6 Aldeias mas que integra, no final do período 24 Aldeias e o indicador Estabelecer/requalificar praias fluviais (133%) que conta com 12 praias fluviais intervencionadas.

**Praia Fluvial Ana de Aviz**

**Figueiró dos Vinhos**



**Aldeia do Xisto da Barroca**



As iniciativas desta Acção Integrada orientaram-se, fundamentalmente, para a afirmação da identidade deste território, promovendo os seus valores patrimoniais, naturais e paisagísticos. Perante um território tão vasto e diverso definiram-se três linhas estratégicas de desenvolvimento: a constituição de uma rede das aldeias do xisto, de uma rede das praias fluviais e de uma rede de percursos do Pinhal Interior.

Objectivo 4 Valorização das potencialidades de territórios específicos - continuação				
Eixo/Medida/objectivos específicos	Principais âmbitos de actuação	Metas previstas	Realização	Grau de realização médio (%)
Medida 2.7 Melhorar a competitividade, coesão e qualificação territorial do Pinhal, vertente FEOGA	Total Medida 2.7			75,6
	Apoio à silvicultura	Reconversão de povoamentos mal instalados: 1000 hectares Ajudas públicas: 11300 mil euros Arborização e rearborização: 9000 hectares Área a beneficiar : 5000 hectares Rede viária e divisional: 400 Km Pontos de água: 20 Projectos: 400	0 6996 3986 4081 234 9 290	60,6
	Instalação de organizações de produtores florestais	Ajudas públicas:3.750 mil euros Organizações de produtores a constituir: 16	3.187 16	92,6
	Constituição e instalação de prestadores de serviços florestais	Ajudas públicas: 10 mil euros Projectos: 30	0 0	0,0
	Apoio à prestação de serviços florestais	Ajudas públicas:40 mil euros Projectos: 2	13 1	40,9
	Apoio à prevenção de riscos provocados por agentes bióticos e abióticos	Área florestal coberta por planos de prevenção contra riscos bióticos: 500 hectares Ajudas públicas:18.870mil euros Área florestal coberta por planos de prevenção contra riscos abióticos: 200.000 hectares Área de silvicultura preventiva: 10.000 hectares Rede viária e divisional: 4.700 km Pontos de água: 130	0 17.442 189.704 11.193 4.973 99	80,3
	Apoio à valorização e conservação dos espaços florestais de interesse público	Área florestal de interesse público coberta por projecto de valorização e conservação: 100 hectares Ajudas públicas:10 mil euros	0 0	0,0
	Apoio à exploração florestal, comercialização e transformação de material lenhoso e de gema de pinheiro	Ajudas públicas:3.000 mil euros Projectos relativos a material lenhoso e gema de pinheiro: 30	2.590 26	86,5
	Promoção de Novos Mercados e Qualificação dos Produtos Florestais	Ajudas públicas:500 mil euros Projectos apoiados: 10	325 4	52,5
	Valorização dos recursos humanos - formação	Formandos: 1700 (M) Formandos. 2000 (F)	2.710 4.398	189,7

Na Medida 2.7, as intervenções no âmbito do FEOGA, tiveram como objectivos centrais:

- Promover a arborização, a beneficiação e o reforço da multifuncionalidade dos espaços florestais;
- Incentivar a produção de materiais florestais de reprodução de qualidade e a beneficiação de materiais de base;
- Estimular a modernização e o desenvolvimento das actividades de exploração florestal e de transformação e comercialização de produtos florestais;
- Promover a qualificação e divulgação dos produtos florestais;
- Estimular a instalação de organizações de produtores florestais e de outros prestadores de serviços florestais e a prestação de serviços florestais especializados;
- Valorizar e conservar os espaços florestais de interesse público;
- Dinamizar a preparação e aplicação de sistemas de prevenção de riscos por agentes bióticos e abióticos.

O grau de aproximação às metas previstas em Complemento de Programação foi globalmente atingido nas Acções 3 e 6. Para as restantes acções os resultados ficaram abaixo do previsto, Este facto está directamente relacionado com os problemas encontrados durante a execução da medida:

- falta de cadastro rústico no território;
- incêndios florestais de 2003 e 2005;
- falta de PIDDAC em 2005 e 2006;
- questões regulamentos de aplicação das várias acções;
- fraca execução devido às dificuldades financeiras dos promotores;
- baixa aprovação inicial;
- sazonalidade das operações silvícolas.

Nas acções 1 e 2, relativas ao Apoio à silvicultura e ao restabelecimento do potencial de produção silvícola, visava-se apoiar, na acção1, a instalação e manutenção de novos povoamentos florestais, a beneficiação de superfícies florestais existentes, a reconversão de povoamentos, a reabilitação de ecossistemas florestais degradados, e na acção 2, o restabelecimento do potencial produtivo destruído ou danificado por incêndios ou outras causas naturais, tendo promotores públicos e privados.

Estas acções executaram 6.996.319 euros de Despesa Publica, representando 22,8% do montante total da medida.

Com 290 projectos concluídos, importando referir o seguinte:

- intervenção em 8.067 ha de área florestal;
  - 1.581 ha de área florestal arborizada;
  - 2.405 ha de área florestal rearborizada;
  - 4.081 ha de área florestal beneficiada;
- valor médio de intervenção de 28 ha por projecto;
- 90 áreas agrupadas, totalizando 2905 ha, com a dimensão média de 32 ha;
- 38 projectos públicos, totalizando 2253 ha, com a dimensão média de 60 ha;
- 72 Km de rede viária e divisional construídos;
- 162 Km de rede viária e divisional beneficiados;
- 4 pontos de água construídos e 5 pontos de água beneficiados;
- 4 parques de lazer construídos.

Na acção 3 foi apoiada a constituição de Organizações de Produtores Florestais (OPF). Trata-se da acção mais estruturante e que induziu efeitos na execução de outras acções.

Com 16 projectos concluídos esta acção 3 executou 3.191.571 € Despesa Publica, representando 10,4% do montante total aprovado da medida.

A acção 4 visava apoiar a constituição e instalação de entidades prestadoras de serviços técnicos nas áreas da gestão, divulgação, informação comercial da natureza florestal.

As causas da não adesão a esta acção, prendem-se com os constrangimentos estruturais associados à actividade florestal na região e às condições de acesso da acção estabelecidas de acordo com a regulamentação em vigor.

A acção 5 visava o apoio à prestação de serviços, executados num quadro contratual, entre outros, nos domínios da gestão, divulgação tecnológica, informação comercial. Com o objectivo de melhorar a sustentabilidade e a rentabilidade da floresta pelo uso racional dos seus recursos, nomeadamente através da profissionalização da gestão florestal, promovendo a oferta no mercado de serviços especializados e acessíveis à generalidade dos produtores florestais. Somente um projecto foi executado.

A acção 6 visava o apoio ao desenvolvimento de sistemas de prevenção de incêndios florestais e outras situações de emergência, baseadas em planos plurianuais de intervenção cujo objectivo seja a redução de riscos, melhoria de acessibilidade para vigilância e combate, bem como a prática de silvicultura preventiva.

No início da aplicação da acção esta estava bastante condicionada devido à falta de legislação específica sobre prevenção de incêndios florestais. Foi apenas após o grande flagelo dos incêndios de 2003, que assolou Portugal, que se tomou consciência de tal necessidade e assumiu como prioridade a elaboração de legislação para regulamentar a preservação e desenvolver a floresta.

Com 45 projectos concluídos, esta acção é responsável por 57% da Despesa Pública executada na Medida, compreendendo 189.704 hectares cobertos por “Planos Orientadores de Prevenção”(POP), que incluem todos os 21 concelhos abrangidos pela AIBT Pinhal Interior.

Os projectos eram plurianuais, com programações financeiras para 4 ou 5 anos e com a conclusão prevista para o ano 2008, no entanto no ano de 2009 foram reprogramados 20 projectos desta acção, o que permitiu a execução desta acção em 2009.

Esta acção foi fundamental no apoio à prevenção contra os riscos dos incêndios florestais.

A acção 7 visava o apoio à preservação e melhoria da estabilidade ecológica das florestas onde esse papel protector e ecológico fosse predominante e de notório interesse público. A acção não teve execução.

A Acção 8 visava o apoio à modernização do parque de equipamentos de exploração florestal, à melhoria e racionalização das operações de abate, colheita, movimentação e extracção de material lenhoso, à melhoria das operações de classificação e triagem e à criação e modernização de unidades de transformação de material lenhoso e resina.

Os 26 projectos aprovados nesta acção apoiaram empresas de exploração florestal na aquisição de equipamento específico para a realização das operações de abate, colheita, movimentação e extracção de material lenhoso.

A acção 9 visava o apoio à promoção dos produtos florestais como produtos renováveis e amigos do ambiente, à melhoria dos circuitos de comercialização, à implementação de

práticas de qualidade e à sensibilização dos produtores e público em geral para a gestão florestal sustentável.

Os 4 projectos concluídos nesta acção dizem respeito a ferramentas informáticas para o estabelecimento de sistemas de gestão florestal sustentável, sensibilização dos produtores e do público em geral para a necessidade e requisitos de uma gestão florestal sustentável.

De menor dimensão, mas com uma vertente forte em termos de territorialização da política de emprego, a medida **II.08 - Desenvolvimento de Recursos Humanos e Promoção da Coesão Social** cofinanciou projectos de formação dirigidos a empregados e a desempregados, abrangendo 7.108 formandos. A execução coordenada da medida II.8 com outras do Eixo das AIBT, permitiu a optimização de investimentos apoiados no âmbito de projectos FEDER/FEOGA. Apesar de não se tratar de projectos integrados, esta articulação e concretização de projectos materiais com imateriais do FSE, proporcionou impactos positivos relevantes na qualidade de vida das pessoas e na melhoria da dinâmica de economias locais em territórios desfavorecidos.

Os desvios em relação às metas previstas nesta medida resultam do facto da duração das acções ter sido inferior aos pressupostos utilizados para a definição das metas, ter existido uma adesão de formandos acima do previsto, uma boa adequação aos objectivos das AIBT e opção pela linha e acção Empregabilidade.



Objectivo 4 Valorização das potencialidades de territórios específicos - continuação				
Eixo/Medida/objectivos específicos	Principais âmbitos de actuação	Metas previstas	Realização	Grau de realização médio (%)
<b>Eixo III</b>				<b>121,2</b>
Medida 3.9 - Qualificar e valorizar o património histórico e cultural	Património histórico e cultural	Castelos recuperados/valorizados: 5  Sítios arqueológicos recuperados/valorizados: 3  Edifícios de interesse patrimonial intervencionados: 10	5  2  11	<b>92,2</b>
Medida 3.15 - Melhorar as infra-estruturas de apoio à pesca	Portos de pesca	Intervenções de beneficiação ou construção em portos de pesca: 5	7	<b>140</b>
Medida 3.16 - Melhorar as condições de produção, transformação e comercialização dos produtos da pesca e da aquicultura	Qualidade e Normalização dos Produtos da Pesca Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos de Apoio à Aquicultura	projectos para a promoção do desenvolvimento qualidade e normalização dos produtos da pesca: 9  projectos colectivos de apoio à aquicultura: 2  projectos de equipamentos de portos de pesca: 5	9  3  10	<b>150,0</b>

Na medida 3.9 os projectos aprovados correspondem à recuperação/valorização de castelos, à recuperação de edifícios de valor patrimonial e histórico e à intervenção na valorização do património histórico e paisagístico. As metas previstas, foram, na generalidade cumpridas.

Sé Nova de Coimbra



Castelo de Penela



Outro tipo de territórios específicos que beneficiaram com os apoios do programa dizem respeito aos principais núcleos piscatórios da Região Centro, com incidência na Murtosa, Ílhavo, Mira e Figueira da Foz.

No âmbito da **medida 3.15**, o número de intervenções de beneficiação ou construção em portos de pesca concluídas ultrapassa o previsto. Esta situação decorre do facto de ter sido possível ultrapassar a dotação financeira da medida. As intervenções beneficiam cerca de 540 embarcações de pesca.

#### **Porto de Abrigo para a Pequena Pesca, no Porto de Pesca Costeira de Aveiro**



As intervenções da **medida 3.16**, complementares nos seus objectivos à medida 3.15, para além das intervenções em portos de pesca, equipamentos, apoiou projectos para a promoção do desenvolvimento qualidade e normalização dos produtos da pesca e projectos colectivos de apoio à aquicultura. Em todos os indicadores previstos o número de projectos executados atinge ou ultrapassa a meta prevista.

#### **Qualificação dos factores de competitividade da economia regional**

As medidas que contribuem para a qualificação dos factores de competitividade da economia regional, sejam os recursos humanos, as infra-estruturas económicas e de transporte ou os investimentos na actividade produtiva, apresentam uma dotação global de 34,6% do fundo total programado, com especial incidência das medidas do Eixo III.



Objectivo 5 Qualificação dos factores de competitividade da economia regional				
Eixo/Medida/objectivos específicos	Principais âmbitos de actuação	Metas previstas	Realização	Nível de realização
<b>Eixo I</b>				<b>119,8</b>
Medida 1.5 - Apoiar as dinâmicas locais de desenvolvimento	Valorização dos recursos	Acções inovadoras de promoção e valorização de recursos: 300	305	109,9
	Reforço das estruturas organizativas regionais e das redes de cooperação	Reforço das estruturas organizativas de apoio à actividade económica: 18	19	
		Dinamização de redes e de acções de cooperação inter-regional: 70	84	
Medida 1.6 - Promover as competências profissionais dos agentes da administração pública local		Reforço da eficácia das políticas públicas: 8	9	131,2
	Acções de formação	Nº de formandos/ano: 7390	13.327	
	Estágios	Nº de Acções/ano: 493	1.106	
		N.º médio de estagiários por ano: 250	300	
	Recursos didácticos	Nº de estudos/ano:5	0	

As medidas do Eixo I que contribuem para este objectivo representam 2,8% do fundo total programado, atingindo um nível médio de execução das metas físicas previstas de 119,8%.

Na **medida 1.5** os projectos concentram-se na linha de acção relativa às “acções inovadoras de promoção e valorização de recursos” e à “dinamização de redes e acções de cooperação inter-regional”. Em qualquer dos indicadores programados as metas foram, ligeiramente, ultrapassadas.

Na **medida 1.6**, através da implementação de processos formativo procurou-se reforçar as qualificações profissionais dos funcionários e agentes da Administração Local, de modo a permitir respostas eficientes e com maior qualidade aos novos desafios que foram sendo colocados. Esses novos desafios, em áreas como a solidariedade social, a cultura, a educação, o desporto, a economia e o ambiente, surgiram na sequência da progressiva transferência de atribuições e competências da Administração Central para a Local e por uma cada vez maior diversidade técnico-funcional dos serviços prestados, associados, a novas tecnologias e/ou a novas formas de organização do trabalho. Nesse sentido, também foi feita uma aposta na racionalização de meios e de procedimentos, visando modernizar as organizações e reforçar as qualificações das pessoas.

As 8.044 acções de formação e estágios envolveram 93.590 formandos/estagiários.

## PO CENTRO RELATÓRIO FINAL DE EXECUÇÃO

Modalidades formativas	Nº de Acções	Nº de Formandos/estagiários
Formação tradicional	4.895	52.131
Formação à distância	148	1.081
Formação avançada	25	238
Formação-acção	2.676	39.840
PEPAL	300	300
Recursos didácticos	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>8.044</b>	<b>93.590</b>

As medidas do Eixo III que contribuem para este objectivo representam 31,8% do fundo total programado, atingindo um nível médio de execução das metas físicas previstas de 115,7%.

Objectivo 5 Qualificação dos factores de competitividade da economia regional ( continuação)					
Eixo/Medida/objectivos específicos	Principais âmbitos de actuação	Metas previstas	Realização	Nível de realização	
<b>Eixo III</b>					<b>116,6</b>
Medida 3.2 Consolidar as ofertas de Ensino Profissional já existentes, melhorando o acesso dos jovens à formação inicial	Ensino Profissional	Formandos abrangidos 23.400 Alunos com nível de qualificação III 5.070	25.289 5281	<b>106,1</b>	
Medida 3.3 - Promover a empregabilidade e o emprego dos jovens e adultos desempregados	Qualificação dos desempregados e inserção Profissional /estágios profissionais Apoios ao Emprego	5.500/ano, 24.3% dos desempregados NDLD em 2000 1.160 postos de trabalho/ano	6.425/ano, 28,4% 1023/ano	<b>102,5</b>	
Medida 3.4 - Apoiar o investimento no desenvolvimento local	Apoio à criação de empresas (Iniciativas locais de emprego)	150 projectos/ano	178/ano	<b>118,7</b>	
Medida 3.5 - Promover a cultura científica e tecnológica	Centros de ciência viva	Projectos de centros de ciência viva: 6	7	<b>112,7</b>	
	Ensino superior	Área construída em equipamentos de ensino superior: 5.000 m2	5.434		
Medida 3.6 - Dinamizar e generalizar as tecnologias da informação e da comunicação	Coesão digital do território	espaços internet: 50	17	<b>105,6</b>	
	Portugal digital	Nº de projectos: 9	11		
		Nº de acções: 27	23		
		Instituições de ensino envolvidas: 35	35		
	Estado Aberto	Redes locais instaladas: 280 Aplicações informáticas/BD desenvolvidas: 10	370 16		

Objectivo 5 Qualificação dos factores de competitividade da economia regional (continuação)				
Eixo/Medida/objectivos específicos	Principais âmbitos de actuação	Metas previstas	Realização	Nível de realização
Medida 3.7 Promover as competências de utilização das tecnologias de informação	Formação em tecnologias de informação	Formandos abrangidos: 5.700 Pessoas certificadas: 5.100 Acções de formação: 570	16.686 14.253 905	243,7
Medida 3.11 - Melhorar os factores da competitividade da economia	Energia - Gás natural	Extensão da rede de distribuição de gás natural: 750 Km Acréscimo de clientes da rede de gás natural: 40.400 Capacidade de armazenagem de gás natural: 140.000.000 m3	889 74.420 200.000.000	139,3
	Mercados Regionais e locais	Alargamento da rede mercados locais - mercados a restaurar: 2 Alargamento da rede de mercados abastecedores regionais - a criar: 1 Alargamento da rede mercados locais - operadores previstos: 370 Alargamento da rede mercados abastecedores regionais - operadores previstos: 30	2 1 349 21	
	Pousadas	Pousadas da juventude - a remodelar:3 Pousadas da juventude - a criar:2	4 3	
	Infraestruturas de acolhimento empresarial	criação de Infra-estruturas de apoio à actividade empresarial :4	12	
Medida 3.12 - Melhorar as acessibilidades regionais e o descongestionamento das áreas urbanas (*)	Infraestruturas rodoviárias	Estradas construídas ou requalificadas:220 Km	252,7	114,9
	Infraestruturas ferroviárias	Extensão de linha férrea construída ou requalificada: 2 Km Estações construídas ou remodeladas: 3	5,34 3	
	Infraestruturas portuárias	Acessos rodoviários aos portos: 1 Km Acessos ferroviários aos portos: 1,2 Km	0 3,2	

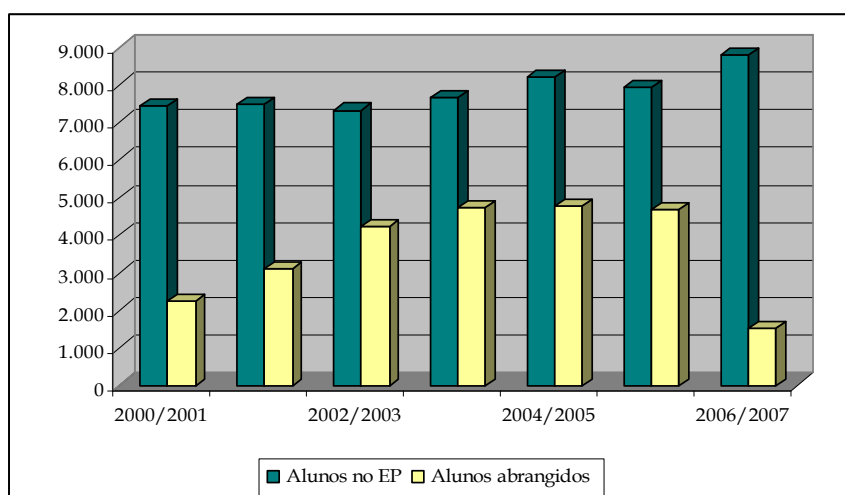
(\*) na taxa média de realização só se considerou o indicador "estradas construídas ou requalificadas", dado o peso financeiro relativo dos projectos que contribuíram para o mesmo.

Na **medida 3.2**, o número de formandos abrangidos, nos sete anos lectivos do ensino profissional, foi na ordem dos 25.200 alunos, acima do previsto (23.400). De igual forma,

foi ultrapassado o número de finalistas que atingiram o nível de qualificação III, 48,6% homens e 51,4% mulheres.

Os alunos abrangidos, representam, em média, cerca de 47% do total de alunos da região, no ensino profissional.

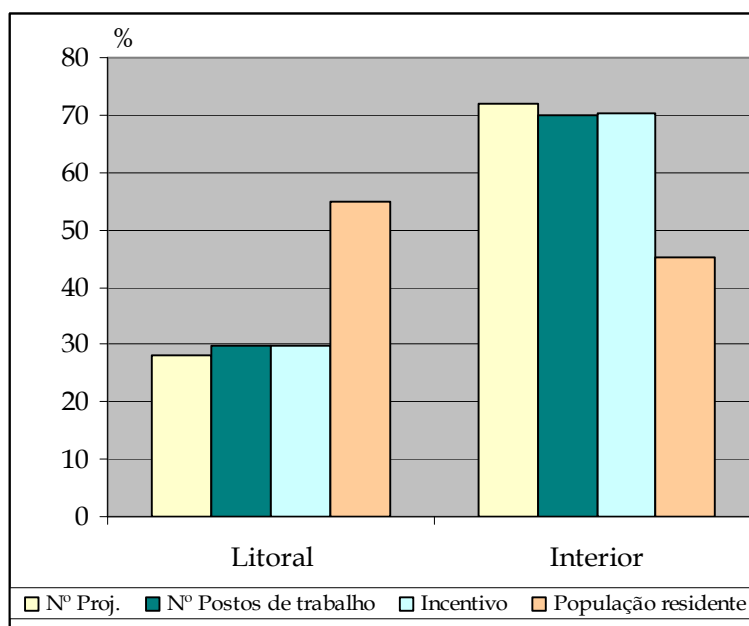
### Medida 3.2 - Número de alunos abrangidos no Ensino Profissional



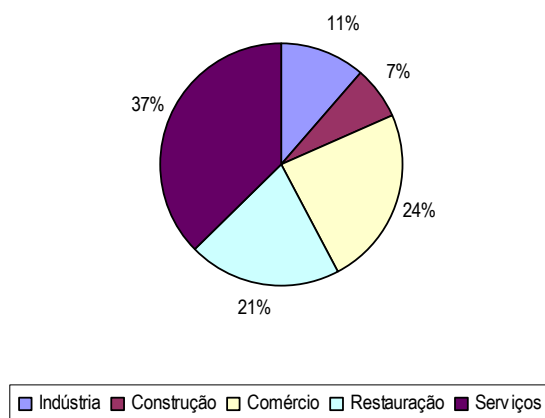
Na **Medida 3.3**, até final de 2008 o número de desempregados abrangidos por medidas de política activa (formação e estágios) foi cerca de 6425 formandos/ano, sendo que o objectivo da Medida era atingir cerca de 5500. O objectivo foi ultrapassado, sobretudo, devido ao facto de se ter reforçado financeiramente, no final do Quadro, o Contrato Programa Estágios Profissionais.

Na vertente de apoio ao emprego, a execução foi de 1023 postos de trabalho ano, num total de 7.163, não tendo assim sido cumprido o objectivo (1.160 postos de trabalho/ano). As medidas activas de emprego incluídas nesta tipologia, vieram a demonstrar um elevado grau de incumprimento, por parte dos beneficiários finais, obrigando o IEFP a apresentar listagens de restituições dos apoios concedidos. O programa ILE foi aquele que apresentava maior expressão, sobretudo, por serem iniciativas empresariais de muito pequena dimensão muito permeáveis à situação de recessão.

O apoio à criação de empresas na vertente FEDER, complementar ao da criação de emprego da medida 3.3, permitiu criar 1248 empresas ao longo do período de execução do Programa, concentrados no interior da região (72% do total dos projectos apoiados), muito superior ao seu peso populacional e de emprego.

**Medida 3.4- Projectos apoiados de acordo com a sua localização**

Os 2.584 postos de trabalho associados aos apoios concedidos nesta medida, concentram-se nos serviços, comércio e restauração.

**Medida 3.4 – Postos de trabalho criados por sector**

No sentido de promover a cultura científica e tecnológica, **medida 3.5**, foram apoiados 7 projectos de centros de ciência viva, 4 dos quais correspondem a novos centros: Proença-a-Nova, Aveiro, Viseu e Coimbra. A região fica, assim, dotada com 4 centros de ciência viva, o de Coimbra, dedicado às relações entre Ciências Básicas, Tecnologias e Saúde, o

de Proença-a-Nova, na temática da floresta, o de Viseu, centrado nas questões do património geológico e cultural e o de Aveiro, ligado à Universidade de Aveiro para a divulgação científica nas áreas daquela universidade.

**Exploratório**  
Centro Ciência Viva  
Coimbra



**CENTRO  
CIÊNCIAVIVA  
DÁFLORESTA**  
PROENÇA-A-NOVA



No sentido de dinamizar e generalizar as tecnologias da informação e da comunicação foram apoiados 17 projectos de espaços públicos de acesso à internet, menos do que o previsto inicialmente. No entanto, em conjunto com a intervenção do Programa da Sociedade do Conhecimento, atingiu-se uma boa cobertura territorial no acesso a estes serviços. Esta iniciativa mereceu das autarquias uma adesão muito significativa, os investimentos disponibilizados no âmbito do POSC e da medida desconcentrada da permitiram que, somente, 7 dos 78 municípios da região não tivessem obtido financiamento para este tipo de projectos.

A criação de Portais Regionais foi uma prioridade na intervenção da medida **3.6 – Sociedade da Informação**. Nesta medida foram apoiados dois projectos de Cidades Digitais, Coimbra e Guarda. Os portais regionais criados nesta medida são os seguintes:

**Guarda Digital** <http://www.guardadigital.pt>



**Coimbra Digital** <http://www.coimbradigital.pt>



A acção Portugal Digital enquadra ainda outra tipologia de projectos, e-U Campus Virtual localizados nas Universidades e Instituições de Ensino Superior. Através da criação de uma rede sem fios, que permite a transmissão de dados em Banda larga, passou a ser possível, ao publico dessas instituições, ter acesso por meio de um computador portátil, conteúdo das aulas, artigos científicos, notas, serviços administrativos da escola etc. Com esta experiência inovadora, o ensino superior passou a dispor de uma rede integrada de wi-fi.

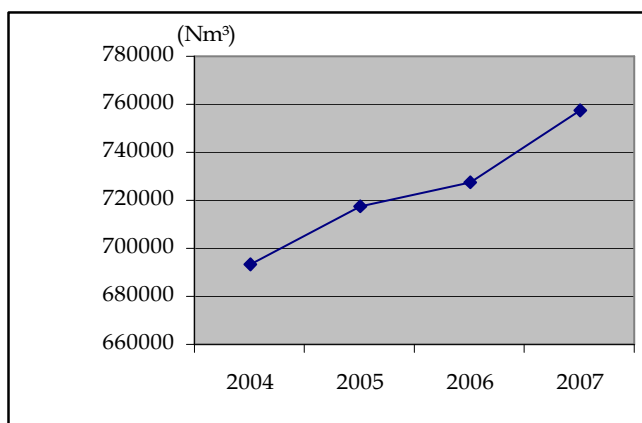
No âmbito da medida desconcentrada foram desenvolvidos 9 projectos.

Na vertente FSE, **medida 3.7**, foram abrangidos 16.686 formandos em 905 acções de formação. As metas foram largamente ultrapassadas porque a duração média das acções foi bastante inferior à duração presente nos pressupostos de cálculo daqueles valores.



As intervenções da **Medida 3.11-** economia incidiram na melhoria das condições de fornecimento de gás natural, sector que absorveu 61% dos apoios da medida, através do aumento da capacidade de armazenagem (200 milhões m<sup>3</sup>), na expansão da rede de gás (passou dos 37.300 clientes, situação de partida, para os 111.720 clientes, com os projectos apoiados), quer através do apoio à conversão de consumos de energia para o gás natural, nos sectores domésticos, industriais e dos serviços.

#### Evolução do consumo de gás natural na Região Centro 2004-2007



Fonte: INE

A acção “Dinamização dos Sistemas Tecnológicos, da Formação e da Qualidade”, Linha de Acção B, e a das “Zonas Empresariais”, Linha de acção A, envolveram, também, um investimento significativo, 19 % da despesa pública executada e 24% da comparticipação FEDER.

Estas intervenções permitiram criar/melhorar as condições para acolhimento empresarial em 12 zonas da Região e criar diversos equipamentos para a dinamização e transferência de tecnologia.

No turismo é de realçar o projecto da construção do hotel em Unhais da Serra, Covilhã, projecto PITER, com uma capacidade de alojamento de 90 quartos e 142 camas. Desde o início do ano de 2009 até finais de Novembro a taxa de ocupação é da ordem dos 62,4% correspondente a 36.235 dormidas, superior ao previsto.





De realçar, ainda, o facto de terem sido apoiados projectos em 7 das 13 pousadas da juventude da Região Centro. Estas intervenções correspondem a 3 novas pousadas, Porto de Mós, Lousã e Idanha-a-Nova, e a remodelação/ampliação de 4 pousadas, Penhas da Saúde, Ovar, São Pedro do Sul e Castelo Branco. No total, estes projectos envolvem 204 quartos e 567 camas. Desde a data da conclusão das obras até Dezembro 2009 registaram-se cerca de 189 mil dormidas e uma criação de 45 postos de trabalho.



**Penhas da Saúde**



**São Pedro do Sul**



**Ovar**



**Idanha-a-Nova**



**Lousã**



**Porto de Mós**

Os indicadores de acompanhamento nas infra-estruturas de transporte reflectem o desempenho da **Medida 3.12**: concentração na beneficiação e requalificação das vias rodoviárias. De facto, para além dos 252,7 Km de estradas construídas ou requalificadas, já concluídas, foram beneficiados 1597 Km de estradas regionais e locais. Se adicionarmos os indicadores dos projectos ainda não concluídos, 5 projectos, aqueles valores elevam-se a 273,5 e 1.618,5 Km, respectivamente.

**EN 232 - Manteigas - Belmonte: 23,9 KM**



Os indicadores de resultado reflectem as intervenções do Programa Nacional de Acessibilidades e Transportes, mais do que as do Programa Regional.

**Medida 3.12 Indicadores de Resultado**

Indicadores de Resultado	Unidade	Quantificação	
		Previsto 2006	Execução
Tempo médio de percurso rodovia	minutos		
Guarda-C. Branco		52	57
Viseu Lisboa		208	178
Viseu-Porto		90	64
Guarda-Lisboa		208	188
Guarda-Porto		124	120
C. Branco-Lisboa		135	131
C. Branco-Porto		174	177

Em termos sintéticos, são de elencar os seguintes desvios significativos em relação às metas previstas:

Medida	Indicador	Grau de realização (%)	Justificação para o desvio
III.6	N.º de aplicações informáticas/ BD desenvolvidas	160,00	Com a execução em <i>overbooking</i> da medida foi possível ultrapassar a meta prevista
III.6	N.º de espaços de acesso à Internet de Banda Larga apoiados	34,00	A procura foi inferior ao previsto. Os objectivos foram alcançados com a intervenção conjunta do POSC nesta matéria de espaços internet
III.6	N.º de redes locais instaladas	132,14	Com a execução em <i>overbooking</i> da medida foi possível ultrapassar a meta prevista
III.7	N.º de pessoas certificadas	279,47	A duração média das acções de formação foi inferior à que dos pressupostos para a definição da meta
III.7	N.º de formandos	292,74	A duração média das acções de formação foi inferior à que dos pressupostos para a definição da meta
III.7	N.º de acções de formação	158,77	A duração média das acções de formação foi inferior à que dos pressupostos para a definição da meta
III.11	Pousadas da juventude criadas	150,00	Como alguns dos projectos aprovados na medida não foram executados foi possível financiar projectos que concorreram para este indicador
III.11	Infra-estruturas de apoio à actividade empresarial a criar	300,00	Como alguns dos projectos aprovados na medida não foram executados foi possível financiar projectos que concorreram para este indicador
III.11	Capacidade de armazenagem	142,86	Tendo presente a imprevisibilidade dos trabalhos inerentes ao projecto, foi possível aumentar significativamente a capacidade de armazenagem de gás natural.
III.11	Pousadas da juventude remodeladas	133,33	Como alguns dos projectos aprovados na medida não foram executados foi possível financiar projectos que concorreram para este indicador
III.12	Extensão de linha férrea construída ou requalificada	267,00	Com a execução em <i>overbooking</i> da medida foi possível ultrapassar a meta prevista
III.12	Extensão de acessos ferroviários aos portos	266,67	A meta definida encontra-se subestimada.

### 3.2. Síntese de indicadores de realização e de resultado

No Quadro 1 do Anexo, é apresentada a situação dos principais **indicadores de realização física**, com a indicação da quantidade realizada no final do programa.

Sintetizando essa informação por Eixo e Fundo podemos concluir que:

- Em cerca de 80% dos indicadores a realização ficou acima dos 75% da meta programada;
- O Eixo I foi o que atingiu na generalidade das medidas as metas previstas ou as ultrapassou;
- No Eixo II, devido ao peso do número de indicadores do FEOGA e ao fraco nível de execução face às metas programadas na respectiva medida, o comportamento global foi menos positivo, com 35% dos indicadores a não atingirem em 75% as metas programadas;
- No Eixo III, a situação é intermédia, com 85% dos indicadores a atingirem pelo menos 75% da meta prevista.

**Quadro 3.1 Grau de cumprimento das metas de cada medida, por Eixo**

Eixo	Nº de Indicadores de acordo com a % de realização				
	Total	<75%	75%-100%	100%-125%	>125%
Eixo I	26	1	1	19	5
Eixo II	60	21	10	9	20
Eixo III	97	15	17	40	25
<b>Total</b>	<b>183</b>	<b>37</b>	<b>28</b>	<b>68</b>	<b>50</b>

- As medidas com intervenção do FEOGA, no Eixo III e particularmente no Eixo II, foram as que tiveram um comportamento menos favorável, face às metas

previstas. O elevado número de indicadores e de linhas de acção, com diferentes níveis de execução, concorreram para esta situação;

- As medidas com intervenção do FSE e IFOP, ficaram, na maioria dos casos, acima das metas programadas;
- As medidas com intervenção do FEDER em muitos casos, em particular no Eixo II, ultrapassaram largamente as metas previstas.

**Quadro 3.2 Grau de cumprimento das metas de cada medida, por Fundo**

Fundo	Nº de Indicadores de acordo com a % de realização				
	Total	<75 %	75 %-100 %	100 %-125 %	>125 %
FEDER	103	12	9	48	34
FSE	12	1	1	3	7
FEOGA	65	24	18	16	7
IFOP	3	0	0	1	2
<b>Total</b>	<b>183</b>	<b>37</b>	<b>28</b>	<b>68</b>	<b>50</b>

No Quadro 1 do Anexo são apresentadas algumas notas/justificações para os indicadores em que as metas previstas ficaram aquém ou foram ultrapassadas em mais de 25%.



As quantificações programadas para os **indicadores de resultado** encontram-se identificadas no documento da última decisão do Programa Operacional Centro (Decisão C(1116 final, de 18/02/2009)) e constam dos dois quadros seguintes, para o Eixo I+II e para o Eixo III. Estes quadros apresentam a quantificação dos resultados do Programa a 30-06-2009.

**Quadro 3.3 Eixo I e II Principais indicadores de resultado**

Áreas	Objectivos				Resultados a 30-06-2009	Grau de aproximação (%)
	Indicador	Unidade	Situação de partida	Meta		
Ambiente	Aumento da taxa de cobertura da população abrangida por abastecimento de água	%	92	96,5	96,3	94,6
	Aumento da taxa de cobertura da população abrangida por sistemas de recolha e tratamento de efluentes	%	60	71,0	73,7	124,5
	Aumento da taxa de cobertura da população abrangida por sistemas de recolha de resíduos sólidos	%	90	99	99	100,0
Accessibilidades	Acessos directos e variantes às áreas urbanas construídos/beneficiados	km	44,7	20-30	22	88
Equipamentos	Equipamentos	n.º	1076	1200-1220	1248	103,1
	Aumento da população servida por bibliotecas	%	37	3 a 8	5	85,2
	Aumento da população servida por pavilhões polivalentes	%	53	4 a 12	8	101,3
	Aumento da população servida por piscinas	%	29	13 a 21	17	102,4
Reabilitação urbana	Cobertura da população regional urbana abrangida por intervenções integradas de reabilitação urbana	%	839800	65 a 75	78	110,9
Recursos humanos	Efectivos abrangidos por acções de formação para a administração local	%	0	75	n.d	
	Acções de formação (AIBT) por ano	n.º	0	81	80	99,3
	Beneficiários das acções de formação (AIBT) por ano	n.º	0	1.221	1015	83,2

**Eixo I e II Principais indicadores de resultado (continuação)**

Áreas	Objectivos				Resultados a 30-06-2009	Grau de aproximação (%)
	Indicador	Unidade	Situação de partida	Meta		
Iniciativas inateriais	Visitantes de eventos de promoção de produtos regionais	n.º	87000	40000 a 60000	463,17	92,6
	Iniciativas de promoção/animação cultural	n.º	25	60 a 65	84	134,4
	Congressos, seminários e workshops	n.º	50	10 a 20	11	73,3
	Estruturas prestadoras de serviços de qualificação e promoção regional	n.º	30	20 a 30	19	76,0
Infraestruturas económicas	Área infraestruturada para localização industrial	ha	0	400 a 500	553	122,9
AIBTs	Rácio do número de equipamentos colectivos sobre a população das aldeias e centros rurais intervencionados (nº de equip./1000 hab.)	n.º	3	4 a 5	4	90,8
	Cobertura da população rural regional abrangida por intervenções de dinamização económica e social das aldeias e centros rurais	%	543666	17 a 25	20	93,5
	Empresas artesanais e micro empresas apoiadas	n.º	0	0	38	
AIBT Pinhal	Área florestal beneficiada	ha	0	15000	15,274	101,8
	Área arborizada ou rearborizada	ha	0	9000	3,986	44,3
Turismo e lazer	Intervenções de valorização do património histórico e paisagístico	n.º	40	53 a 60	87	154,0
	Zonas de lazer/estâncias termais recuperadas/beneficiadas	n.º	18	35 a 40	58	154,7

**Quadro 3.4 Eixo III Principais indicadores de resultado**

Áreas	Objectivos				Resultados a 30-06-2009	Grau de aproximação (%)
	Indicador	Unidade	Situação de partida	Meta		
Ensino	Salas de educação pré escolar construídas, remodeladas ou ampliadas	n.º	0	200	201	100,5
	Escolas do ensino básico construídas	n.º	0	18	18	100,0
Recursos humanos	Desempregados abrangidos por medidas de política activa (formação e estágios profissionalizantes) por ano	n.º	0	5500	6425	116,8
	Desempregados abrangidos por medidas de política activa (formação e estágios profissionalizantes) por ano: primeiro emprego	%	0	40	41	101,9
	Desempregados abrangidos por medidas de política activa (formação e estágios profissionalizantes) por ano: novo emprego	%	0	60	59	98,8
Emprego	Postos de trabalho criados na dimensão do emprego à escala local e da micro iniciativa por ano	n.º	182	1160	1023	88,2
Ciência e S. Informação	Centros de ciência viva criados	n.º	0	1 por distrito (6)	4 em 6 (0,7)	70,0
	Cidades da região com mais de 50 000 habitantes com o estatuto de Cidade Digital	%	0	100	100	100,0
Saúde	Redução da taxa de mortalidade perinatal (permilagem)	permilagem	6	4,8	4	132,0
	Rácio entre consultas nos centros de saúde e consultas externas nos hospitais	n.º	5,9	7	3	
Património	Imóveis recuperados	n.º	0	10	11	110,0
Desporto	Equipamentos desportivos por habitante	m2	3,25	3,28	3	101,2
Agricultura	Taxa de crescimento médio anual da produtividade do trabalho nas actividades agro florestais, medida através da relação entre o VABpm e as unidades de trabalho	%	521	5	4	81,1
Pesca	Intervenções de beneficiação ou construção de portos de pesca	nº	0	5	7	140,0



**Quadro 3.4 Eixo III Principais indicadores de resultado (continuação)**

Áreas	Objectivos				Resultados a 30-06-2009	Grau de aproximação (%)
	Indicador	Unidade	Situação de partida	Meta		
Economia	Capacidade de armazenagem de gás natural liquefeito (1000 m3)	1000 m3	0	140000	200000	142,9
	Operadores resultantes do alargamento da rede de mercados abastecedores regionais	n.º	0	30	21	70,0
	Operadores resultantes do alargamento da rede de mercados abastecedores locais	n.º	0	370	349	94,3
Acessibilidades	Redução dos tempos de percurso: rodovia: Guarda/Castelo Branco	min	118	52	57	92,4
	Redução dos tempos de percurso: rodovia: Viseu/Lisboa	min	216	208	178	475,0
	Redução dos tempos de percurso: rodovia: Viseu/Porto	min	107	90	64	252,9
	Redução dos tempos de percurso: rodovia: Guarda/Lisboa	min	244	208	188	155,6
	Redução dos tempos de percurso: rodovia: Guarda/Porto	min	164	124	120	110,0
	Redução dos tempos de percurso: rodovia: Castelo Branco/Lisboa	min	156	135	131	119,0
	Redução dos tempos de percurso: rodovia: Castelo Branco/Porto	min	195	174	177	85,7
	Aumento da densidade rodoviária por cada 1000 Km2	n.º	111	9,00	11	98,4
Ambiente	Percentagem do território sob estatuto de protecção para a conservação da natureza (áreas protegidas de âmbito regional/local, sítios da Rede Natura e ZPE)	%	7	10,3	18	172,8
	Extensão de costa intervencionada	km	0	12	13	104,9
	Estações fixas instaladas para monitorização da qualidade do ambiente (água, ar e ruído)	n.º	0	12	14	116,7
	População abrangida por intervenções de requalificação urbana (mil hab)	mil hab.	0	550	553	100,5

Na generalidade das situações as metas previstas foram alcançadas ou mesmo ultrapassadas, embora, seja de referir que nem todos os indicadores identificados nos quadros anteriores estão directamente associados aos projectos executados no âmbito do Programa. De facto, os indicadores “Redução da taxa de mortalidade” e “Rácio entre consultas nos centros de saúde e consultas externas nos hospitais”, no âmbito da Saúde, “Taxa de crescimento médio anual da produtividade do trabalho nas actividades agro florestais”, no âmbito da Agricultura, “Redução dos tempos de percursos rodovia” aos

principais centros urbanos do País, no âmbito das Acessibilidades e “Percentagem do território sob estatuto de protecção para a conservação da natureza”, no âmbito do Ambiente, constituem indicadores estatísticos que não estão associados directamente ou exclusivamente aos projectos financiados.

Em relação aos restantes importa identificar os que, claramente, não atingiram as metas previstas:

Áreas	Indicador	Valor previsto	Resultados a 30-06-2009	Grau de aproximação (%)
AIBT Pinhal	Área arborizada ou rearborizada (hectares)	9.000	3.986	44,3
Ciência	Centros de ciência viva criados (nº)	1 por distrito (6)	4 em 6 (0,7)	70,0

O baixo nível de cumprimento das metas estabelecidas para a intervenção de arborização ou rearborização da área florestal da AIBT do Pinhal Interior, na Acção1 e 2 desta Medida FEOGA, está directamente relacionado com os problemas já identificados e encontrados durante a execução da medida: ausência de cadastro rústico no território; incêndios florestais de 2003 e 2005; limitações de PIDDAC em 2005 e 2006; questões regulamentos de aplicação das várias acções; fraca execução devido às dificuldades financeiras dos promotores; baixa aprovação inicial; sazonalidade das operações silvícolas.

O facto de, dos seis Centros de Ciência viva previstos, só se terem criado quatro, Coimbra, Aveiro, Viseu e Proença-a-Nova, ficou a dever-se, essencialmente, aos seguintes aspectos: baixa experiência dos diversos actores na concepção e produção de espaço interactivos de Ciência e Tecnologia, o que implica, por vezes, o recurso a alguns dos melhores centros de ciência internacionais; falta de disponibilidade de instalações adequadas, sejam edifícios já existentes e que têm que receber obras de adaptação, sejam edifícios a edificar para os quais é necessário a elaboração de projecto de arquitectura e financiamento para a sua construção; dificuldade ao nível dos recursos humanos já que é necessário uma forte interacção de equipas competentes multidisciplinares, durante o processo de criação e de exploração de um centro.

Dos indicadores anteriores destacamos, pela sua relevância para alcançar os objectivos do Programa, os seguintes:

No domínio do ambiente, o acréscimo de população servida por redes de drenagem de águas residuais. Estas intervenções complementam as apoiadas pelo Fundo de Coesão, contribuindo para recuperar a qualidade da água nos diversos rios da região, ao preservarem o solo e as águas subterrâneas de poluições que, em muitas zonas, resultam da infiltração de efluentes deficientemente tratados;

No domínio da empregabilidade, o número médio anual de desempregados abrangidos por medidas de política activa (formação e estágios profissionalizantes), 6425, o número médio anual de formandos nas AIBTs, 1015, e o número médio anual de postos de trabalho associados aos apoios ao emprego, contratação e iniciativas locais de emprego, 1023.

No domínio dos equipamentos sociais, o aumento da capacidade de oferta de serviços de apoio à população jovem e à terceira idade (jardins de infância e escolas, espaços desportivos, de lazer e cultura), contribuindo para uma maior igualdade de oportunidades. As intervenções permitiram o acréscimo de 5% da população servida por bibliotecas, 8% por pavilhões desportivos e 17% por piscinas. Na educação foram apoiadas 201 salas de ensino pré-escolar;

No domínio da coesão territorial as intervenções em áreas de baixa densidade, atingindo-se 20% da população rural regional com intervenções de dinamização económica e social das aldeias e centros rurais.

No domínio do **emprego** há a referir, ainda, que globalmente e conforme dados fornecidos pela generalidade dos promotores dos projectos, foram criados 9.118 postos de trabalho directos no âmbito do programa, associados quer ao apoio ao investimento na actividade produtiva e ao emprego, quer ao apoio a equipamentos de utilização colectiva e infra-estruturas públicas.

São os Eixos I e III os que mais contribuem para este resultado, o que se adequa ao facto de ser nestas medidas em que se verifica o apoio a equipamentos culturais, desportivos, educativos e de apoio à localização e dinamização de actividades produtivas que carecem para o seu funcionamento de trabalhadores permanentes.

Por via do efeito multiplicador do investimento executado durante o período de referência do programa operacional, estimou-se o número de postos de trabalho/ano temporários. Utilizou-se o multiplicador de emprego calculado no estudo “Avaliação do

Impacto dos Programas Operacionais Regionais (QCAIII) em 2000-2003”, do Departamento de Prospectiva e Planeamento. Neste estudo estimou-se que cada milhão de euros de despesa executada no Programa Operacional Centro (a preços de 1999) terá dado origem a cerca de 36 postos de trabalho na região durante um ano. Tendo presente que a estrutura da despesa não foi grandemente alterada após 2003, aplicou-se este multiplicador à despesa pública total executada no Programa pelo que se estima que tenham sido criados, pela via do acréscimo da despesa pública, 9.900 postos de trabalho por ano (postos de trabalho equivalentes a tempo inteiro), valor próximo do previsto inicialmente no Programa (avaliação ex-ante).

No domínio **do ambiente** os impactes principais previstos no Programa centravam-se no abastecimento de água, no saneamento doméstico e na recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos. A implementação deste tipo de acções permite obter resultados positivos em termos ambientais por recuperar a qualidade da água nos diversos rios da região, por preservar o solo e as águas subterrâneas de poluições e, ainda, por contribuir para a preservação ou recuperação de zonas sensíveis que têm vindo a ser afectadas por fenómenos de eutrofização potenciados pela descarga de águas ricas em nutrientes particularmente em fósforo.

Trata-se de áreas de actuação em que, para além do Programa, o Fundo de Coesão teve uma incidência programática fundamental.

Para além das infra-estruturas de saneamento básico previa-se a intervenção na requalificação ambiental de cursos de água e zonas húmidas, permitindo a recuperação das cortinas ripícolas, tão importantes para a criação dos "corredores ecológicos" essenciais para a protecção da fauna, e a descontaminação de solos e recuperações de zonas ambientalmente degradadas (como as antigas explorações mineiras e pedreiras).

Na avaliação ex-ante dos principais impactes ambientais previstos nas diversas medidas do Programa Operacional são, ainda, de realçar os efeitos positivos esperados ao nível da sustentabilidade global, eficiência energética, fixação do CO<sub>2</sub>, e biodiversidade (fauna, flora e habitats).

No que respeita à sustentabilidade global, ao nível da eficiência energética no sector dos transportes, estava inicialmente previsto a execução do Metro Mondego, que acabou por não ter sido concretizado.

Relativamente ao índice de fixação do CO<sub>2</sub>, é de realçar as intervenções nos espaços urbanos, arborização de espaços urbanos (aumentando as áreas verdes urbanas) e a florestação de territórios com forte apetência florestal, através da medida 2.7 do Programa Operacional. Nas acção 1 desta medida foram apoiadas intervenções na instalação e manutenção de novos povoamentos florestais, na beneficiação de superfícies florestais existentes, na reconversão de povoamentos, na reabilitação de ecossistemas florestais degradados, e na acção 2, foram apoiadas iniciativas no restabelecimento do potencial produtivo destruído ou danificado por incêndios ou outras causas naturais, tendo promotores públicos e privados. No conjunto destas acções registaram-se intervenções na arborização de 1.581 ha de área florestal, na rearborização de 2.405 ha de área florestal e na beneficiação de 4.081 ha de área florestal.

Ao nível da biodiversidade (fauna, flora e habitats), é de realçar as intervenções com impactes na preservação dos Sítios da Rede Natura 2000, na Medida III.13 - Ambiente.

Em relação às intervenções de saneamento básico, verificou-se um aumento significativo na taxa de cobertura da população servida por redes colectoras de águas residuais, com um acréscimo da ordem dos 13,7% em relação à situação de partida (60%). De facto através das medidas I.2 e I.9 do Eixo I do Programa Operacional foram abrangidas 243.669 pessoas por projectos de redes de águas residuais.

É de realçar o investimento na melhoria de qualidade e eficiência do sistema abastecimento público de água, que não se traduzindo, por vezes, em acréscimo da cobertura populacional, garante, quer em quantidade quer em qualidade o abastecimento público às populações. De facto foram realizadas intervenções neste domínio correspondentes a 1.537 Km de rede de abastecimento de água e 76 reservatórios de água.

No domínio dos resíduos sólidos urbanos destacamos a selagem de 3 lixeiras e uma estação de tratamento de águas residuais de lixiviados. Os projectos de resíduos sólidos urbanos apoiados estão identificados no quadro seguinte e foram promovidos pela Associação de Municípios do Planalto Beirão.

# PO CENTRO RELATÓRIO FINAL DE EXECUÇÃO

Designação Projecto	Beneficiário	Investimento elegível Executado	Participação Comunitária	Indicador	Observações
Construção e ampliação da ETAR de lixiviados do aterro do Planalto Beirão	Associação de Municípios do Planalto Beirão	2.393.570	1.795.178	1 ETAR	Os projectos estão interligados entre si e com o projecto 2004/PT/16/C/002 "Central de Valorização Orgânica da AMRPB" financiado pelo fundo de Coesão II, fazendo parte do sistema de recolha, selecção e tratamento dos RSU de 19 municípios com 368.000 habitantes.
Aquisição de equipamentos para ecopontos		553.517	415.138	475 contentores	
Aquisição de viaturas para recolha selectiva		587.634	440.725	4 viaturas recolha selectiva	
Recuperação ambiental e selagem da lixeira de Mundão		2.368.848	1.776.636	1 lixeira selada	
Recuperação ambiental e selagem das lixeiras de Aguiar da Beira e Gouveia		473.703	355.278	2 lixeiras seladas	
Construção dos Ecocentros de Aguiar da Beira, Gouveia, Coimbrões e Mundão		988.834	741.626	4 ecopontos	
Construção de um tanque de recepção de lixiviados		740.690	555.518	1 ETAR	

Por fim é de realçar as intervenções em cidades da Região através de operações integradas de requalificação urbana, no Eixo II. Com uma forte componente de valorização ambiental, as acções de requalificação urbana permitiram melhorar a qualidade do ambiente urbano e valorizar a presença de elementos estruturantes tais como frentes de rio, aumentar zonas verdes, áreas pedonais e condicionar o trânsito automóvel em determinados centros urbanos. As sete cidades objecto de intervenção foram as previstas, definidas no Complemento de Programação, Aveiro, Coimbra, Leiria, Viseu, Guarda, Covilhã e Castelo Branco e, ainda, a cidade da Marinha Grande.

### 3.3. Execução por Eixo e Medida

#### 3.3.1. Eixo I – Enquadramento e síntese da Execução

Até ao final do programa foram realizadas 55 reuniões da Unidade de Gestão do Eixo I, nas suas diferentes secções e várias consultas escritas aos seus membros, tendo sido apreciadas 2.383 candidaturas.

**Quadro 3.5 Eixo I - Candidaturas apreciadas em Unidade de Gestão**

Medida	Total	Situação no final do P.O.		
		Aprovadas	Indeferidas/arquivadas na fase de decisão	Canceladas (*)
I.1	671	653	0	18
I.2	272	270	0	2
I.3	120	120	0	0
I.4	95	91	0	4
I.5	137	127	0	10
I.6	728	628	79	21
I.7	34	34	0	0
I.8	197	169	0	28
I.9	129	127	0	2
<b>TOTAL</b>	<b>2.383</b>	<b>2.219</b>	<b>79</b>	<b>85</b>

(\*) - Desistências, arquivados e com revogação de decisão, após aprovação

Das candidaturas aprovadas, 2.219 concluem o Programa com execução contribuindo para uma execução de 903 milhões de euros de despesa pública e 699,5 milhões de euros de fundo.

O quadro que sintetiza a execução global do Eixo I ressalta que no montante executado predominam as intervenções apoiadas nas medidas enquadradas pelo FEDER. Os montantes executados neste Fundo ultrapassam a dotação em 4,36 milhões de euros, atingindo-se 100,8% do valor programado. Neste fundo o Eixo beneficia do deficit de execução do Eixo III.

Pelo contrário, no FSE, os montantes executados estão aquém do valor programado, 95,6%, possibilitando que o Eixo III ultrapasse à sua dotação.

**Quadro 3.6 Eixo I – Programação e execução total – FEDER e FSE**

Unidade: Euros

Fundo	Programação		Execução		Exc./Prog
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	
FEDER	816.517.342	573.189.667	873.689.897	577.545.406	100,8
FSE	30.642.831	22.982.184	29.285.711	21.964.283	95,6
<b>Total Eixo I</b>	<b>847.160.173</b>	<b>596.171.851</b>	<b>902.975.608</b>	<b>599.509.689</b>	<b>100,6</b>

**Quadro 3.7 Eixo I – Programação e execução por ano (2000-2009) – FEDER e FSE**

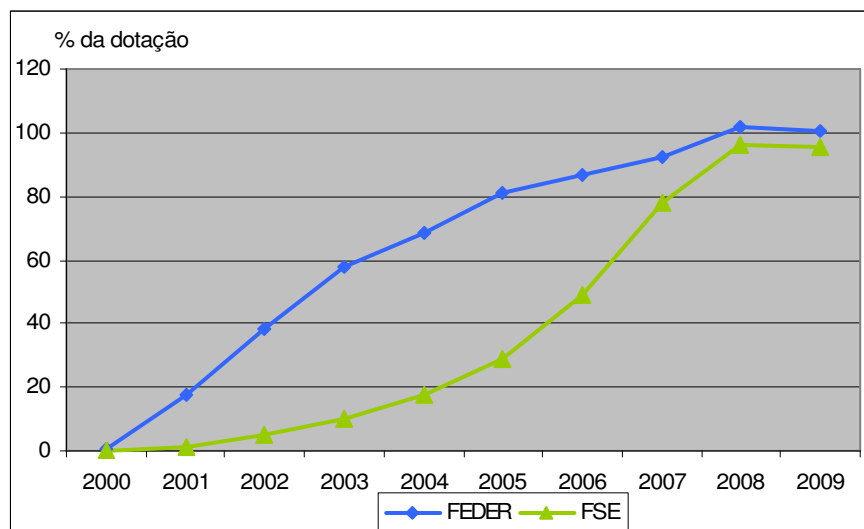
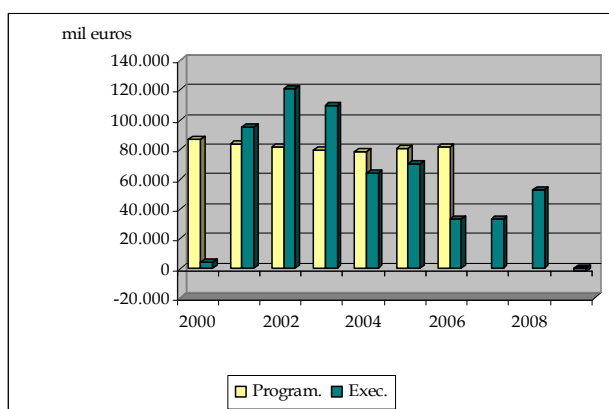
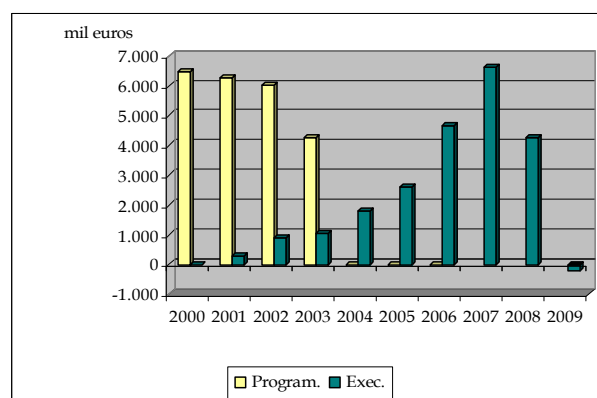
Unidade: Euros

Ano	Programação		Execução		Exc./Prog (%)	Fundo Exec. %
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo		
2000	133.245.216	93.549.576	5.929.495	4189243,38	4,5	0,7
2001	128.742.709	90.382.165	133.828.092	95.434.569	105,6	15,9
2002	124.163.548	87.170.203	172.878.919	121.832.708	139,8	20,3
2003	119.068.729	83.487.419	159.554.691	110.331.158	132,2	18,4
2004	111.661.703	78.756.703	95.406.777	66.020.601	83,8	11,0
2005	114.987.663	81.107.230	124.843.941	72.386.327	89,2	12,1
2006	115.290.605	81.718.555	64.921.482	38.317.064	46,9	6,4
2007			63.534.141	39.908.765		6,7
2008			91.478.325	57.083.312		9,5
2009			-9.400.256	-5.994.058		-1,0
<b>Total</b>	<b>847.160.173</b>	<b>596.171.851</b>	<b>902.975.608</b>	<b>599.509.689</b>	<b>100,6</b>	<b>100,0</b>

A execução ao longo do período de programação foi distinta, consoante o Fundo envolvido. Cerca de 80% da dotação global FEDER do Eixo, já se encontrava executado no final de 2005, enquanto no FSE a execução foi concentrada no último período de programação.

Os valores imputados a 2009, negativos, decorrem da anulação de despesa validada em anos anteriores na sequência de auditorias, de desistências dos projectos por parte dos beneficiários ou de correcções da gestão.



**Gráfico 3.1 Eixo I- Evolução da execução em cada um dos fundos****FEDER****FSE**

O desempenho de cada uma das Medidas do Eixo I, é relativamente distinta, sendo de relevar os níveis alcançados pela Medidas, I.1, onde foi atingido um nível de execução, relativamente ao programado, superior a 111%. Na situação contrária, a medida 1.5 registou uma execução abaixo da dotação em 8,9 milhões de euros, atingindo 67% do valor programado.

**Quadro 3.8 Eixo I : Síntese da execução por Medida**

Unidade: euros

Medida	Nº Projectos	Programado 2000-2006	Execução 2000-2009	Exec/Prog (%)
Medida I.1	662	198.168.635	220.863.354	111,5
Medida I.2	270	121.651.648	119.907.030	98,6
Medida I.3	120	87.588.911	85.122.739	97,2
Medida I.4	91	49.562.908	46.716.083	94,3
Medida I.5	127	26.675.448	17.771.630	66,6
Medida I.6	628	22.982.184	21.964.283	95,6
Medida I.7	34	53.922.973	53.694.672	99,6
Medida I.8	169	4.619.144	3.649.308	79,0
Medida I.9	128	31.000.000	29.820.591	96,2
<b>Total</b>	<b>2.229</b>	<b>596.171.851</b>	<b>599.509.689</b>	<b>100,6</b>

Os 640 projectos apoiados pelo FEDER no Litoral da Região absorvem 48,5% do investimento, destacando-se o Baixo Vouga e o Baixo Mondego como as áreas que concentraram maior volume de investimento, respectivamente 22,5% e 16,8% do montante total.

**Quadro 3.9 Eixo I – Execução por NUT III (FEDER)**

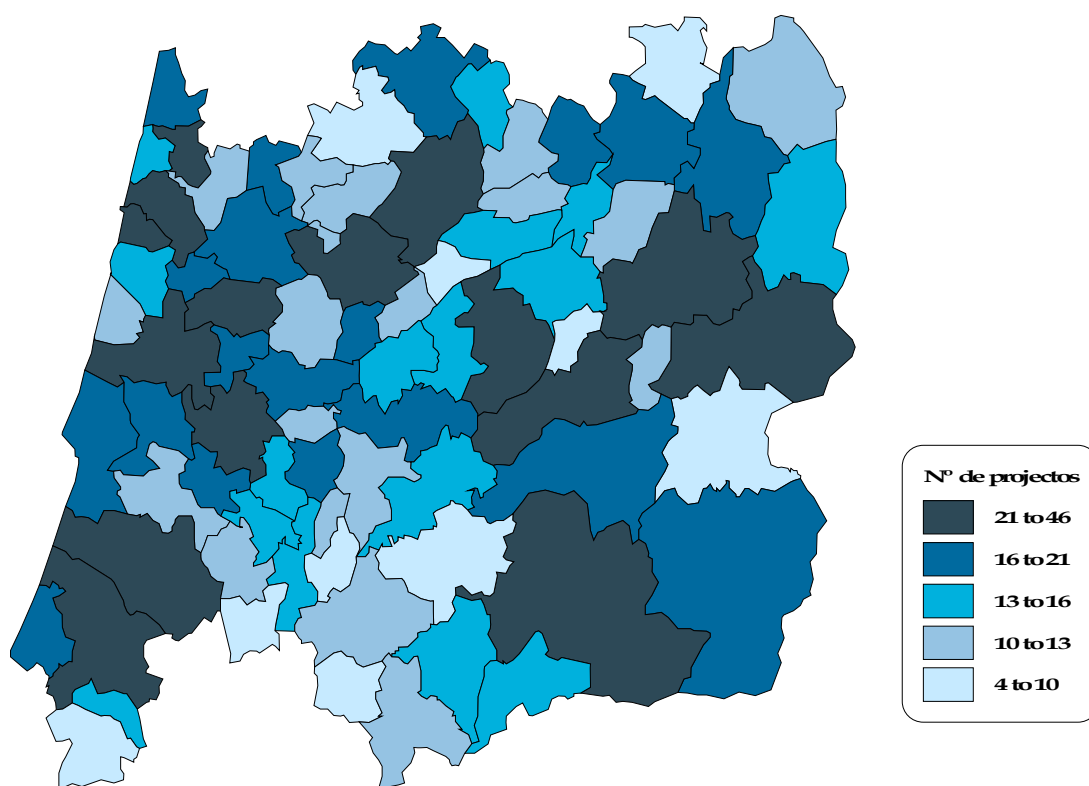
Unidade: Euros

NUT	Nº Proj	Despesa Pública	Fundo	Capitação (Euros/Hab)	Projectos (Dim. media)
Baixo Vouga	268	196.782.508	129.555.126	511	734.263
Baixo Mondego	256	146.866.549	99.004.128	432	573.697
Pinhal Litoral	116	79.958.282	52.914.959	321	689.296
Pinhal Interior Norte	216	85.902.978	56.292.130	620	397.699
Pinhal Interior Sul	62	23.489.735	14.639.962	524	378.867
Dão Lafões	267	134.013.126	89.378.031	469	501.922
Beira Interior Norte	166	68.081.306	44.455.005	593	410.128
Beira Interior Sul	81	49.635.271	32.555.288	634	612.781
Cova da Beira	70	48.419.990	30.925.723	518	691.714
Serra da Estrela	72	26.161.358	17.556.791	524	363.352
Litoral	640	423.607.340	281.474.213	435	661.886
Interior	934	435.703.764	285.802.931	541	466.492
Não Regionalizável	17	14.378.792	10.268.262		845.811
<b>TOTAL</b>	<b>1591</b>	<b>873.689.898</b>	<b>577.545.406</b>	<b>491</b>	<b>549.145</b>

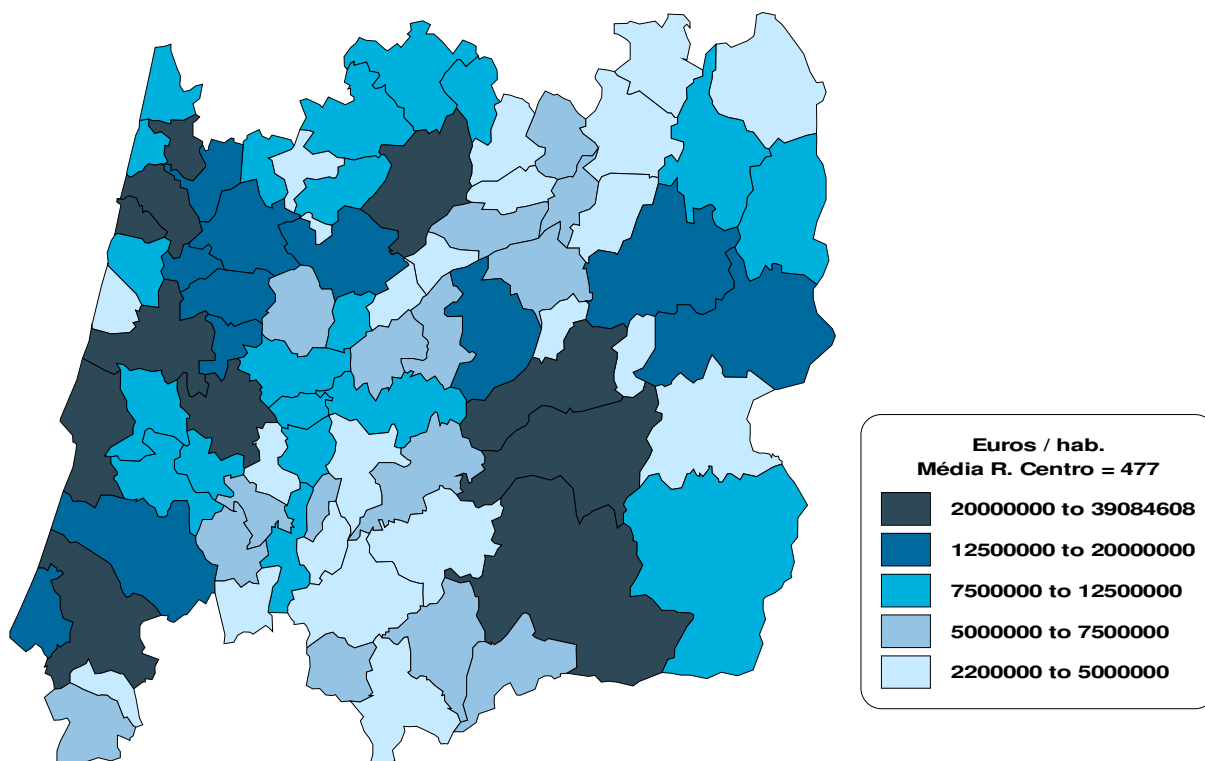
Uma análise mais detalhada da incidência do Eixo I do P. O. Centro nos concelhos da Região pode ser observada nos mapas que traduzem o número de projectos aprovados, o investimento total, o investimento por habitante e a dimensão média dos projectos. Se os dois primeiros mapas reflectem uma hierarquia que se ajusta aos concelhos que detêm os lugares de topo da rede urbana regional, os dois restantes, mas sobretudo o relativo ao investimento por habitante reflecte, como seria de esperar, uma imagem relativamente inversa.

**Eixo I - Equipamentos, infra-estruturas e valorização territorial  
(Secção a do Eixo I - Medidas I.1, I.2, I.3, I.4, I.7, I.9)**

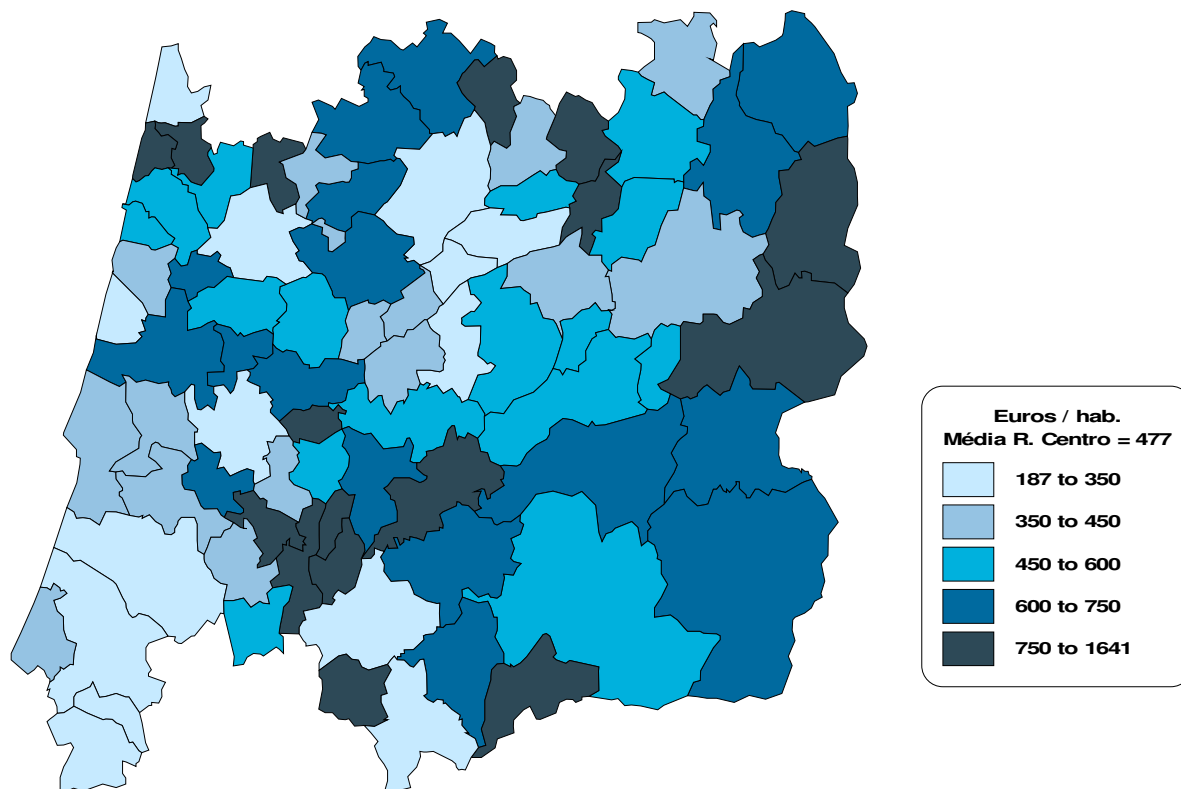
**Número de Projectos apoiados por concelho**



Investimento total apoiado por concelho



Investimento apoiado por habitante por concelho



As candidaturas aprovadas destacam o sector do ambiente, dos transportes e revitalização urbana como os que registaram maior investimento, correspondendo, respectivamente, a 28,3%, 25.1% e 13,3% do total executado. Os equipamentos, particularmente os culturais (7,8%), desportivos (5,7%) e de apoio ao desenvolvimento (5,9%) mobilizaram igualmente recursos significativos do Eixo I.

### Quadro 3.10 Eixo I: Despesa executada por sector

Unidade: euros

Sector	Execução (2000-2009)	
	D. Pública	Fundo
AGRICULTURA	973.539	618.139
AMBIENTE	255.119.064	170.388.966
<i>AMBIENTE - Abast. de Água</i>	47.995.212	33.092.093
<i>AMBIENTE- Águas Residuais</i>	197.179.955	129.971.857
<i>AMBIENTE - Protecção Amb.</i>	597.131	414.125
<i>AMBIENTE - Resíduos Sólidos</i>	8.557.805	6.398.066
<i>AMBIENTE - outros</i>	788.961	512.825
APOIO AO DES. REGIONAL	53.406.159	34.701.449
COMÉRCIO	5.792.095	3.062.361
CULTURA	70.598.152	44.655.410
DESPORTO	51.043.139	31.673.887
RECREIO E LAZER	18.838.484	11.685.835
EDUCAÇÃO	22.527.596	14.876.637
ENERGIA	48.993	31.845
F. PROF. E EMPREGO	29.285.711	21.964.283
INDÚSTRIA	22.354.190	12.283.426
INTEGRAÇÃO SOCIAL	2.283.902	1.484.537
PAT. HIST./CULTURAL	5.090.639	3.215.245
REVITALIZAÇÃO URBANA	119.945.542	79.941.492
SAÚDE	239.328	155.563
SOC.DE INFORMAÇÃO	3.042.175	2.130.827
TRANSPORTES	226.192.047	155.599.341
<i>TRANSPORTES - Rodov.</i>	226.192.047	155.599.341
TURISMO	5.317.566	3.477.740
OUTROS	10.877.284	7.562.703
<b>Total</b>	<b>902.975.608</b>	<b>599.509.689</b>

### 3.3.1.1 Medida I.1 - Equipamento e infra-estruturas locais

Em 31-12-2007 estavam aprovados 627 projectos na Medida I.1 apresentando a medida uma taxa de execução de 97,3%.

Durante o ano de 2008 foram aprovados mais 26 projectos em “overbooking”, apenas para garantir a plena execução do Programa.

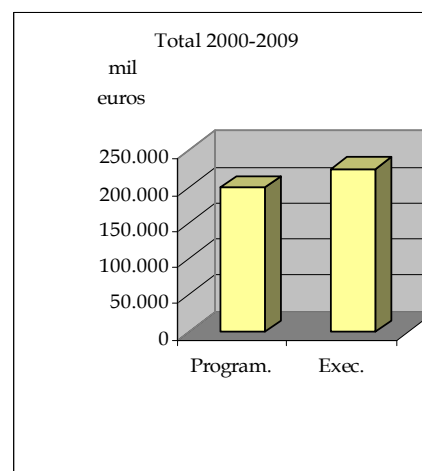
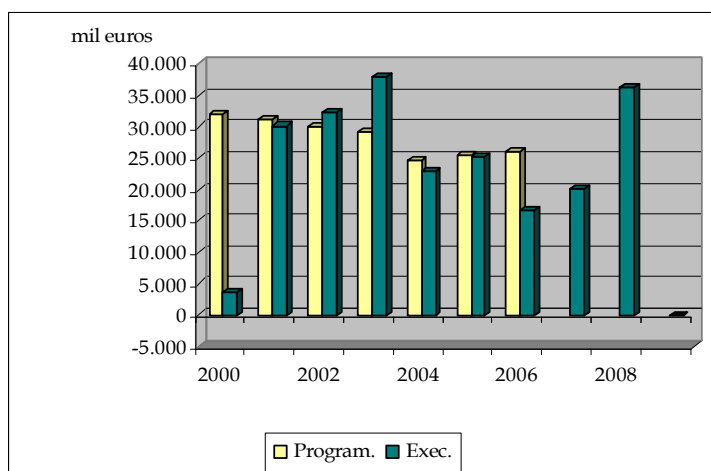
A execução financeira do ano de 2008 foi da ordem dos 58.7 milhões de euros de despesa pública, atingindo no final uma taxa de execução/programação de 111,5%, em termos de fundo.

#### Medida I.1 Programação e execução por ano (2000-2009)

Unidade: Euros

Ano	Programação		Execução		Exc./Prog
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	
2000	49.349.715	32.077.315	5.117.935	3.580.573	11,2
2001	47.677.858	30.990.608	44.266.855	30.129.878	97,2
2002	45.983.934	29.889.557	50.193.069	32.257.698	107,9
2003	44.915.294	29.194.941	60.179.281	37.956.916	130,0
2004	38.015.380	24.709.997	35.918.170	22.780.506	92,2
2005	39.115.273	25.424.927	41.279.547	25.149.169	98,9
2006	39.817.367	25.881.290	27.382.733	16.701.634	64,5
2007			32.375.343	20.011.876	
2008			58.733.606	36.187.888	
2009			-6.431.449	-3.892.785	
<b>Total</b>	<b>304.874.821</b>	<b>198.168.635</b>	<b>349.015.091</b>	<b>220.863.354</b>	<b>111,5</b>

#### Gráfico 3.2 Medida I.1 Evolução do Fundo programado e executado



Foram aprovados 426 projectos no Interior da Região, o que corresponde a um investimento de 208.1 milhões de Euros de despesa pública, enquanto no Litoral, com 227 projectos aprovados se regista um investimento de 140.9 milhões de Euros. O Dão Lafões com 117 projectos e 59.7 milhões de Euros de investimento, detém 17.1% da despesa pública total da Região.

Os municípios do Interior, em termos de investimento realizado, superam consideravelmente os do Litoral e o investimento por habitante (258 Euros) é também superior aos do Litoral (145 Euros).

### Medida I.1 – Execução por NUT III

Unidade: Euros

NUT	Nº Proj	Despesa Pública	Fundo	Capitação (Euros/Hab)	Projectos (Dim. média)
Baixo Vouga	107	60.099.377	37.182.145	156	561.676
Baixo Mondego	76	46.317.384	28.943.752	136	609.439
Pinhal Litoral	44	34.508.172	21.313.827	139	784.277
Pinhal Interior Norte	92	36.738.776	23.696.800	265	399.335
Pinhal Interior Sul	35	15.688.743	9.800.599	350	448.250
Dão Lafões	117	59.715.348	38.319.566	209	510.388
Beira Interior Norte	86	37.582.554	24.428.114	327	437.006
Beira Interior Sul	44	25.269.769	16.658.378	323	574.313
Cova da Beira	31	22.432.906	13.547.086	240	723.642
Serra da Estrela	21	10.662.060	6.973.087	214	507.717
<i>Litoral</i>	227	140.924.933	87.439.723	145	620.815
<i>Interior</i>	426	208.090.157	133.423.630	258	488.475
<b>TOTAL</b>	<b>653</b>	<b>349.015.091</b>	<b>220.863.354</b>	<b>196</b>	<b>534.479</b>

Esta Medida é uma medida aberta a um amplo conjunto de sectores, cujo objectivo específico é “densificar e qualificar a rede de infra-estruturas básicas, nomeadamente no domínio das acessibilidades, do saneamento e dos equipamentos de uso colectivo”.

Verifica-se que o investimento realizado se concentra fundamentalmente em: transportes (112.3 milhões de Euros), revitalização urbana (52.9 milhões de Euros) equipamentos desportivos (51.0 milhões de Euros) e ambiente (31.4 milhões de Euros).

A cultura, a educação e a industrial são sectores também apoiados nesta Medida.



**Medida I.1 - Execução por sector de intervenção**

Unidade: Euros

Sector de Actividade	Despesa Pública Executada	Fundo Associado
<b>AMBIENTE</b>	<b>31.429.970</b>	<b>20.261.533</b>
AMBIENTE - abastecimento de água	7.169.549	4.492.260
AMBIENTE - águas residuais	23.546.441	15.305.187
AMBIENTE - outros	713.980	464.087
<b>APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL</b>	<b>12.032.670</b>	<b>7.731.371</b>
COMÉRCIO	2.973.878	1.653.253
CULTURA	28.995.839	17.468.020
DESPORTO	51.043.139	31.673.887
EDUCAÇÃO - ensino básico	18.431.355	12.163.159
EDUCAÇÃO - ensino secundário	456.611	296.797
EDUCAÇÃO - outros	2.818.386	1.841.810
INDÚSTRIA	18.734.553	10.467.498
INTEGRAÇÃO SOCIAL	2.283.902	1.484.537
OUTROS	1.045.254	599.467
PATRIMÓNIO HISTÓRICO/ CULTURAL	860.708	542.512
RECREIO E LAZER	11.005.713	6.662.416
REVITALIZAÇÃO URBANA	52.921.651	33.627.119
<b>TRANSPORTES</b>	<b>112.284.766</b>	<b>73.468.320</b>
TRANSPORTES - outros	2.138.683	1.350.687
TRANSPORTES - rodovia	110.146.084	72.117.633
TURISMO	1.696.694	921.655
<b>TOTAL</b>	<b>349.015.091</b>	<b>220.863.354</b>

### 3.3.1.2 Medida I.2 – Ambiente e recursos naturais

Nesta Medida foram apoiados 270 projectos que representam uma despesa pública realizada de 161.1 milhões de Euros. No final de 2007 esta Medida apresentava já uma execução de 97.8%.

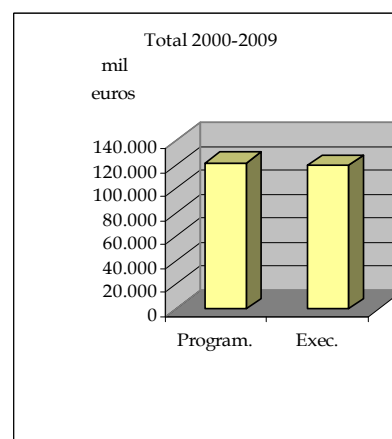
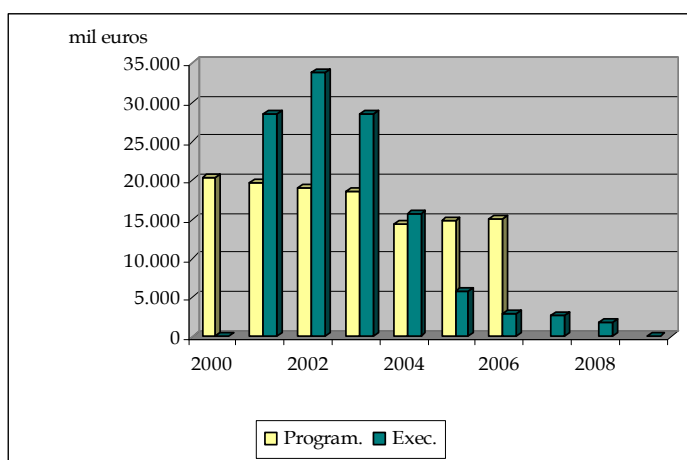
Durante o ano de 2008 apenas se procedeu ao encerramento dos projectos em aberto, sendo a execução na ordem dos 2.5 milhões de euros de despesa pública e encerrando a Medida com uma taxa de execução/programação de 98.6% em termos de fundo.

#### Medida I.2 Programação e execução por ano (2000-2009)

Unidade: Euros

Ano	Programação		Execução		Exc./Prog
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	
2000	27.115.611	20.336.701	209.617	157.213	0,8
2001	26.196.995	19.647.739	37.989.809	28.473.489	144,9
2002	25.266.254	18.949.684	45.305.437	33.822.130	178,5
2003	24.679.081	18.509.304	38.503.519	28.619.219	154,6
2004	19.128.516	14.346.382	21.038.371	15.737.176	109,7
2005	19.670.272	14.752.699	7.728.302	5.775.248	39,1
2006	20.145.525	15.109.139	3.927.835	2.934.475	19,4
2007			3.864.749	2.621.987	
2008			2.537.693	1.766.093	
2009			0	0	
<b>Total</b>	<b>162.202.254</b>	<b>121.651.648</b>	<b>161.105.331</b>	<b>119.907.030</b>	<b>98,6</b>

#### Gráfico 3.3 Medida I.2 Evolução do Fundo programado e executado



As intervenções realizadas predominam no Litoral da Região, onde foram apoiados 144 projectos que representam um investimento de 110.9 milhões de Euros de despesa publica, o que corresponde a 68.8% do total da Medida.

As Nut's do Baixo Vouga e Baixo Mondego são as que apresentam quer um maior número de projectos, quer maior investimento, o que está de acordo com a distribuição regional da população, visto que estas duas Nut's representam 40.7 % da População da Região.

No Interior destaca-se o Dão Lafões onde os 46 projectos aprovados e os 22.5 milhões de despesa publica realizada, o que representam 14% da despesa pública total.

Há a destacar 7 projectos não regionalizáveis, implementados pela Associação de Municípios do Planalto Beirão e que correspondem a projectos na área dos resíduos sólidos urbanos.

### Medida I.2- Execução por NUT III

Unidade: Euros

NUT	Nº Proj	Despesa Pública	Fundo	Capitação (Euros/Hab)	Projectos (Dim. media)
Baixo Vouga	64	56.349.251	41.798.016	146	880.457
Baixo Mondego	58	36.252.227	26.747.872	107	625.038
Pinhal Litoral	22	18.314.467	13.720.176	74	832.476
Pinhal Interior Norte	28	6.187.220	4.640.415	45	220.972
Pinhal Interior Sul	3	563.960	422.970	13	187.987
Dão Lafões	46	22.583.798	16.937.848	79	490.952
Beira Interior Norte	11	3.903.687	2.927.765	34	354.881
Beira Interior Sul	3	528.247	396.186	7	176.082
Cova da Beira	8	3.019.705	2.264.779	32	377.463
Serra da Estrela	20	5.295.973	3.970.904	106	264.799
<b>Litoral</b>	<b>144</b>	<b>110.915.945</b>	<b>82.266.064</b>	<b>114</b>	<b>770.250</b>
<b>Interior</b>	<b>119</b>	<b>42.082.589</b>	<b>31.560.866</b>	<b>52</b>	<b>353.635</b>
<b>Não regionalizável</b>	<b>7</b>	<b>8.106.797</b>	<b>6.080.098</b>		<b>1.158.114</b>
<b>TOTAL</b>	<b>270</b>	<b>161.105.331</b>	<b>119.907.030</b>	<b>91</b>	<b>596.686</b>

O objectivo principal desta Medida é apoiar a execução de redes de drenagem de águas residuais e redes de abastecimento de água, complementares dos sistemas multimunicipais existentes na Região, bem como pequenos sistemas para servir aglomerados de pequena dimensão.

O sector apoiado nesta medida é o ambiente, com uma despesa pública realizada de 31.9 milhões de Euros na vertente abastecimento de água, 120.6 milhões de Euros em águas residuais e 8.3 milhões de Euros em resíduos sólidos urbanos.

### Medida I.2 – Execução por sector de intervenção

Unidade: Euros

Sector de Actividade	Despesa Pública Executada	%	Fundo Associado
AMBIENTE - águas residuais	120.601.553	74,9	89.545.945
AMBIENTE - abastecimento de água	31.888.956	19,8	23.899.967
AMBIENTE - resíduos sólidos	8.354.924	5,2	6.266.193
AMBIENTE - protecção ambiental	259.897	0,2	194.923
<b>TOTAL</b>	<b>161.105.331</b>	<b>100,0</b>	<b>119.907.030</b>

### 3.3.1.3 Medida I.3 – Acessibilidades

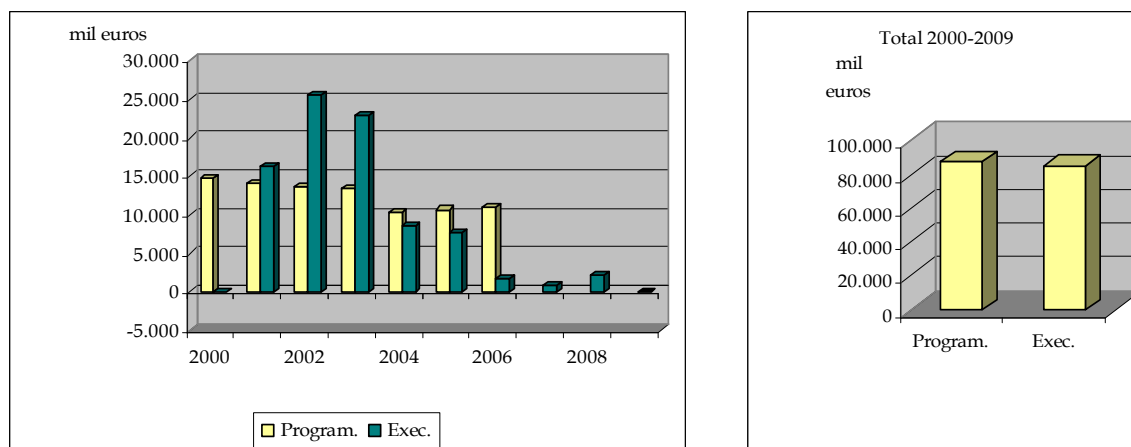
Nesta Medida foram apoiados 120 projectos que representam uma despesa pública realizada de 116.9 milhões de Euros.

Durante o ano de 2008 procedeu-se ao encerramento dos projectos em aberto, sendo na ordem dos 3.1 milhões de euros a despesa pública executada e encerrando a Medida com uma taxa de execução/programação de 97.2% em termos de fundo.

### Medida I.3 Programação e execução por ano (2000-2009)

Unidade: Euros

Ano	Programação		Execução		Exc./Prog
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	
2000	19.523.171	14.642.378	0	0	0,0
2001	18.861.771	14.146.328	21.652.619	16.216.226	114,6
2002	18.191.639	13.643.729	33.993.208	25.427.462	186,4
2003	17.768.876	13.326.657	30.950.242	22.900.674	171,8
2004	13.772.484	10.329.363	11.393.383	8.446.651	81,8
2005	14.162.547	10.621.910	12.285.960	7.627.392	71,8
2006	14.504.727	10.878.546	2.646.141	1.746.326	16,1
2007			1.035.468	734.827	
2008			3.100.961	2.117.273	
2009			-156.819	-94.091	
<b>Total</b>	<b>116.785.215</b>	<b>87.588.911</b>	<b>116.901.164</b>	<b>85.122.739</b>	<b>97,2</b>

**Gráfico 3.4 Medida I.3 Evolução do Fundo programado e executado**

O maior volume de despesa pública realizada é no Interior da Região (73.5 milhões de Euros) que corresponde a 63% da despesa pública total executada.

O Baixo Vouga e o Baixo Mondego apresentam também investimentos assinaláveis.

### Medida I.3 - Execução por NUT III

Unidade: Euros

NUT	Nº Proj	Despesa Pública	Fundo	Capitação (Euros/Hab)	Projectos (Dim. média)
Baixo Vouga	16	19.003.409	13.986.867	49	1.187.713
Baixo Mondego	19	17.957.354	13.216.549	53	945.124
Pinhal Litoral	7	6.411.334	4.808.501	26	915.905
Pinhal Interior Norte	23	17.014.715	12.481.105	123	739.770
Pinhal Interior Sul	2	1.000.420	680.170	22	500.210
Dão Lafões	18	15.398.871	11.193.614	54	855.493
Beira Interior Norte	10	13.543.953	9.557.466	118	1.354.395
Beira Interior Sul	9	10.926.745	7.579.208	140	1.214.083
Cova da Beira	10	10.687.682	7.944.134	114	1.068.768
Serra da Estrela	6	4.956.681	3.675.126	99	826.113
<i>Litoral</i>	<i>42</i>	<i>43.372.097</i>	<i>32.011.918</i>	<i>45</i>	<i>1.032.669</i>
<i>Interior</i>	<i>78</i>	<i>73.529.067</i>	<i>53.110.821</i>	<i>91</i>	<i>942.680</i>
<b>TOTAL</b>	<b>120</b>	<b>116.901.164</b>	<b>85.122.739</b>	<b>66</b>	<b>974.176</b>

Os objectivos preconizados para esta Medida são, fundamentalmente, construção de circulares aos centros urbanos e construção/beneficiação da rede viária municipal mais estruturante, bem como ligação a equipamentos de utilização colectiva, pelo que o

volume mais expressivo de despesa pública realizada é em transportes – rede viária municipal (107.5 milhões de Euros).

### Medida I.3 – Execução por sector de intervenção

Unidade: Euros

Sector de Actividade	Despesa Pública Executada	%	Fundo Associado
TRANSPORTES - rodovia	107.528.855	92,0	78.401.581
REVITALIZAÇÃO URBANA	7.058.813	6,0	5.251.725
TRANSPORTES - outros	2.313.496	2,0	1.469.433
<b>TOTAL</b>	<b>116.901.164</b>	<b>100,0</b>	<b>85.122.739</b>

#### 3.3.1.4 Medida I.4- Qualificação dos aglomerados urbanos e das estruturas de povoamento

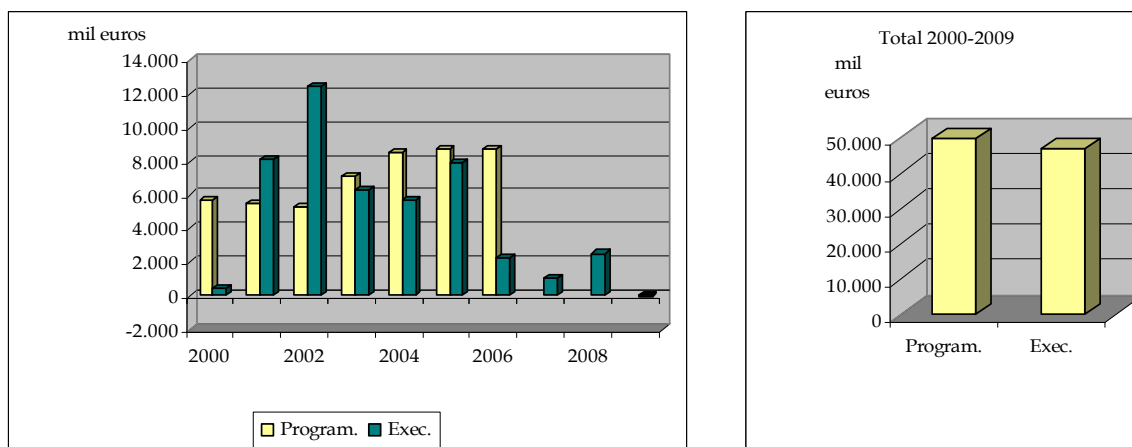
Nesta Medida foram apoiados 91 projectos que representam uma despesa pública realizada de 70.1 milhões de Euros.

Durante o ano de 2008 procedeu –se ao encerramento dos projectos em aberto, sendo o despesa pública executada, apenas, 4.6 milhões de euros e encerrando a Medida com uma taxa de execução/programação de 94.3% em termos de fundo.

### Medida I.4 Programação e execução por ano (2000-2009)

Unidade: Euros

Ano	Programação		Execução		Exc./Prog
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	
2000	7.592.468	5.694.351	601.943	451.457	7,9
2001	7.335.252	5.501.439	11.896.531	8.080.869	146,9
2002	7.074.641	5.305.981	17.109.309	12.497.407	235,5
2003	9.832.230	7.082.673	8.471.336	6.266.876	88,5
2004	11.734.884	8.496.888	7.692.898	5.662.174	66,6
2005	12.031.397	8.716.666	14.022.586	7.924.895	90,9
2006	12.111.421	8.764.910	3.950.266	2.275.303	26,0
2007			1.919.097	1.054.934	
2008			4.569.046	2.519.442	
2009			-43.186	-17.274	
<b>Total</b>	<b>67.712.293</b>	<b>49.562.908</b>	<b>70.189.824</b>	<b>46.716.083</b>	<b>94,3</b>

**Gráfico 3.5 Medida I.4 Evolução do Fundo programado e executado****Medida I.4 – Execução por NUT III**

Unidade: Euros

NUT	Nº Proj	Despesa Pública	Fundo	Capitação (Euros/Hab)	Projectos (Dim. média)
Baixo Vouga	14	14.703.528	9.435.891	38	1.050.238
Baixo Mondego	14	10.348.915	7.674.536	30	739.208
Pinhal Litoral	8	4.527.631	3.089.443	18	565.954
Pinhal Interior Norte	19	14.548.993	9.657.852	105	765.736
Pinhal Interior Sul	3	1.699.203	849.601	38	566.401
Dão Lafões	14	12.000.527	8.538.533	42	857.180
Beira Interior Norte	9	4.774.746	2.937.330	42	530.527
Beira Interior Sul	3	1.755.556	1.051.751	22	585.185
Cova da Beira	4	3.355.910	2.015.179	36	838.977
Serra da Estrela	3	2.474.816	1.465.966	50	824.939
<i>Litoral</i>	<i>36</i>	<i>29.579.874</i>	<i>20.199.870</i>	<i>30</i>	<i>821.663</i>
<i>Interior</i>	<i>55</i>	<i>40.609.750</i>	<i>26.516.213</i>	<i>50</i>	<i>738.359</i>
<b>TOTAL</b>	<b>91</b>	<b>70.189.824</b>	<b>46.716.083</b>	<b>39</b>	<b>771.315</b>

As intervenções realizadas predominam no Interior da Região, onde foram apoiados 55 projectos que representam uma despesa pública de 40.6 milhões de Euros, o que corresponde a 57.8% do total da Medida.

O Baixo Vouga e o Baixo Mondego apresentam também investimentos assinaláveis.

De acordo com os objectivos preconizados para esta Medida, qualificar os espaços públicos, requalificar centros históricos e melhorar a imagem das sedes de concelho e



outros aglomerados importantes da Região, as intervenções de revitalização urbana representam cerca de 80% da despesa pública executada.

### Medida I.4 - Execução por sector de intervenção

Unidade: Euros			
Sector de Actividade	Despesa Pública Executada	%	Fundo Associado
REVITALIZAÇÃO URBANA	55.927.075	79,7	38.372.898
TRANSPORTES - rodovia	4.064.930	5,8	2.260.008
APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	3.644.555	5,2	2.179.063
COMÉRCIO	2.818.217	4,0	1.409.108
CULTURA	2.547.502	3,6	1.604.346
SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO	651.088	0,9	488.316
PATRIMÓNIO HISTÓRICO/ CULTURAL	536.458	0,8	402.343
<b>TOTAL</b>	<b>70.189.824</b>	<b>100,0</b>	<b>46.716.083</b>

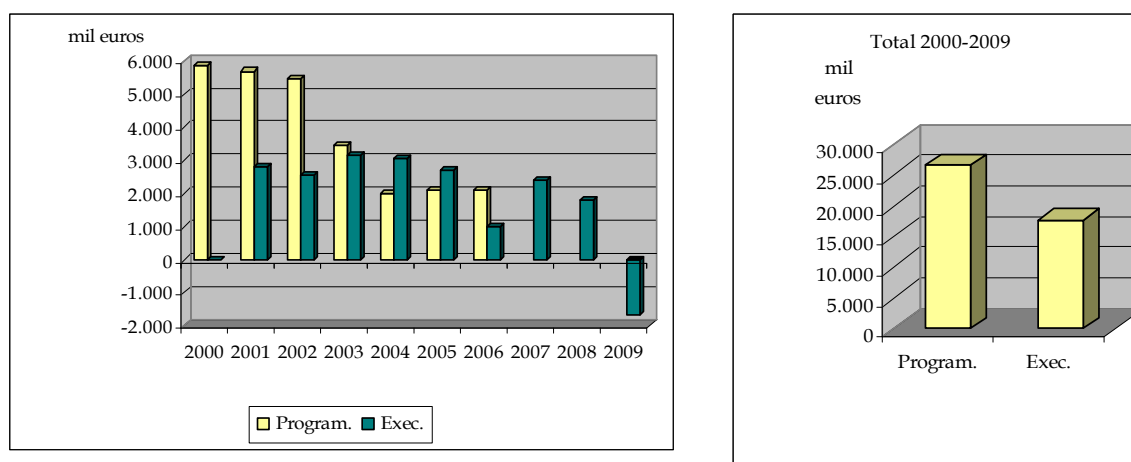
### 3.3.1.5 Medida I.5 - Apoio às actividades económicas, actividades de desenvolvimento territorial e apoio à eficácia das políticas públicas

Até final do período de programação foram apoiados 127 projectos que envolvem um investimento total realizado de 27,3 milhões de Euros e 17,8 milhões de euros de fundo, correspondendo a 66,6% do total programado para a Medida.

Para esta baixa execução contribui a fraca adesão a esta tipologia de acções e algumas quebras de execução resultantes de processo de auditoria num projecto de elevado peso financeiro.

### Medida I.5 Programação e execução por ano (2000-2009)

Unidade: Euros					
Ano	Programação		Execução		Exc./Prog
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	
2000	9.041.721	5.880.336	0	0	0,0
2001	8.744.495	5.681.123	4.116.558	2.806.424	49,4
2002	8.429.784	5.479.281	4.228.339	2.567.276	46,9
2003	5.311.882	3.451.946	5.065.118	3.135.175	90,8
2004	3.078.199	2.000.969	4.310.856	3.029.300	151,4
2005	3.214.770	2.089.739	3.878.926	2.687.576	128,6
2006	2.596.406	2.092.054	1.512.346	994.274	47,5
2007			3.631.490	2.409.225	
2008			2.781.134	1.798.547	
2009			-2.208.222	-1.656.167	
<b>Total</b>	<b>40.417.257</b>	<b>26.675.448</b>	<b>27.316.544</b>	<b>17.771.630</b>	<b>66,6</b>

**Gráfico 3.6 Medida I.5 Evolução do Fundo programado e executado**

O investimento apoiado concentra-se, fundamentalmente, no litoral e no Baixo Mondego (44,4%), onde se localizam boa parte dos actores regionais que protagonizam iniciativas imateriais, susceptíveis de serem enquadradas nesta Medida.

**Medida I.5- Execução por NUT III**

Unidade: Euros

NUT	Nº Proj	Despesa Pública	Fundo	Capitação (Euros/Hab)	Projectos (Dim. média)
Baixo Vouga	19	3.184.292	1.996.848	8	167.594
Baixo Mondego	46	12.126.045	8.097.577	36	263.610
Pinhal Litoral	14	1.408.327	888.034	6	100.595
Pinhal Interior Norte	1	319.616	207.750	2	319.616
Pinhal Interior Sul	13	1.717.812	1.002.545	38	132.139
Dão Lafões	8	822.812	500.444	3	102.851
Beira Interior Norte	8	880.068	523.503	8	110.009
Beira Interior Sul	2	132.063	94.772	2	66.031
Cova da Beira	6	453.714	271.996	5	75.619
Serra da Estrela	10	6.271.795	4.188.162	126	627.180
<i>Litoral</i>	79	16.718.664	10.982.459	17	211.629
<i>Interior</i>	48	10.597.880	6.789.171	13	220.789
<b>TOTAL</b>	<b>127</b>	<b>27.316.544</b>	<b>17.771.630</b>	<b>15</b>	<b>215.091</b>

A incidência do investimento por sectores de actividade mostra uma concentração no apoio ao desenvolvimento regional (45,6%), salientando-se ainda os sectores do turismo (13,3%) e da cultura (13,5%).

**Medida I.5 - Execução por sector de intervenção**

Unidade: Euros

Sector de Actividade	Despesa Pública Executada	%	Fundo Associado
APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	12.465.589	45,6	7.890.858
CULTURA	3.694.760	13,5	2.353.083
TURISMO	3.620.872	13,3	2.556.086
OUTROS	3.226.550	11,8	2.097.257
SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO	2.391.087	8,8	1.642.511
AGRICULTURA	973.539	3,6	618.139
AMBIENTE - protecção ambiental	337.234	1,2	219.202
SAÚDE	239.328	0,9	155.563
AMBIENTE - resíduos sólidos	202.880	0,7	131.872
AMBIENTE - outros	74.981	0,3	48.738
ENERGIA	48.993	0,2	31.845
INDÚSTRIA	40.731	0,1	26.475
<b>TOTAL</b>	<b>27.316.544</b>	<b>100,0</b>	<b>17.771.630</b>

**3.3.1.6 Medida I.6 - Desenvolvimento dos Recursos Humanos**

Ao longo do 3.º Quadro Comunitário de Apoio (QCA III), a Medida 1.6 – Desenvolvimento dos Recursos Humanos procurou, através da implementação de processos formativos co-financiados pelo Fundo Social Europeu (FSE), reforçar as qualificações profissionais dos funcionários e agentes da Administração Local, com níveis de habilitações e de competências profissionais muito diversificados, de modo a permitir respostas eficientes e com maior qualidade aos novos desafios que foram sendo colocados.

Esses novos desafios, em áreas como a solidariedade social, a cultura, a educação, o desporto, a economia e o ambiente, surgiram na sequência da progressiva transferência de atribuições e competências da Administração Central para a Local, acompanhada por um reforço de verbas do Orçamento de Estado e por uma cada vez maior diversidade técnico-funcional dos serviços prestados, associados, a novas tecnologias e/ou a novas formas de organização do trabalho.

Nesse sentido, também foi feita uma aposta na racionalização de meios e de procedimentos, visando modernizar as organizações e reforçar as qualificações das pessoas. A formação-acção e a formação a distância, duas novas modalidades formativas

lançadas em 2003, foram um sinal inequívoco dessa aposta. Em 2007 foram aprovadas candidaturas referentes aos recursos didácticos e ao Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL), este último destinado a jovens licenciados, com uma idade

As aprovações registaram uma tendência até 2006 (inclusive) crescente, em virtude, entre outros factores, do próprio Programa FORAL ter tido uma cada vez maior divulgação e, também, devido a uma das novas modalidades formativas que surgiram em 2003 – a formação-acção – ter um valor de custo-hora-formando superior ao da formação tradicional. O decréscimo verificado em 2007 teve a ver com o facto de a dotação orçamental disponível se ter destinado, somente, às candidaturas do PEPAL e aos recursos didácticos.

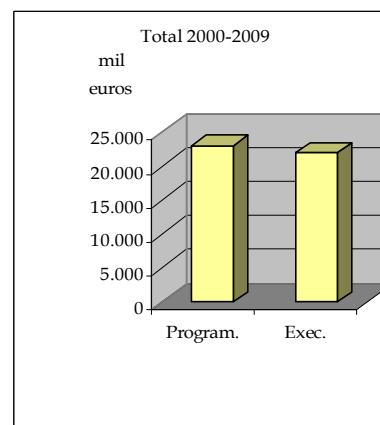
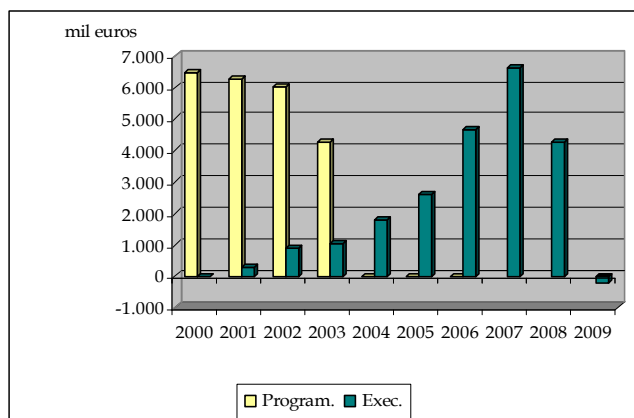
Como seria de esperar, a execução (cerca de 95,6% do programado) também registou uma tendência crescente, o que se deve, para além do crescente número de candidaturas aprovadas, ao facto de muitas delas serem plurianuais.

O valor negativo das despesas executadas em 2009 deve-se ao facto de, nesse ano, se ter revogado a decisão de aprovação dum projecto e, nessa sequência, se ter anulado a respectiva despesa validada.

### Medida I.6 Programação e execução por ano (2000-2009)

Unidade: Euros

Ano	Programação		Execução		Exc./Prog
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	
2000	8.625.695	6.469.288	0	0	0,0
2001	8.335.927	6.251.961	432.339	301.778	4,8
2002	8.038.678	6.029.023	1.240.923	908.116	15,1
2003	5.642.531	4.231.912	1.334.650	1.045.495	24,7
2004			2.424.223	1.818.712	
2005			3.442.782	2.582.087	
2006			6.181.543	4.636.157	
2007			8.795.414	6.596.560	
2008			5.694.657	4.270.993	
2009			-260.821	-195.615	
<b>Total</b>	<b>30.642.831</b>	<b>22.982.184</b>	<b>29.285.711</b>	<b>21.964.283</b>	<b>95,6</b>

**Gráfico 3.7 Medida I.6 Evolução do Fundo programado e executado**

A distribuição geográfica das 628 candidaturas que contribuem para a execução realça a sua concentração nas NUT III “Baixo Mondego” e “Dão-Lafões”. O peso da NUT III “Dão Lafões”, bem como do “Pinhal Interior Norte” e da “Beira Interior Norte”, deve-se ao elevado número de concelhos e freguesias pertencentes àquelas NUT III que foi contemplado com estágios PEPAL. Por outro lado, as NUT III “Baixo Vouga” e “Pinhal Litoral” continuam a revelar uma forte incidência do Programa FORAL.

**Medida I.6 – Execução total por NUT III**

Unidade: euros

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência	
					%	por hab.
Baixo Vouga	76	2.760.865	2.760.865	2.070.649	9,37	7,16
Baixo Mondego	138	3.239.663	3.129.390	2.347.042	11,00	9,54
Pinhal Litoral	50	746.899	746.899	560.174	2,54	3,00
Pinhal Interior Norte	70	2.753.943	2.753.943	2.065.457	9,35	19,86
Dão-Lafões	95	5.142.997	5.142.997	3.857.248	17,46	18,00
Pinhal Interior Sul	21	768.814	768.814	576.611	2,61	17,15
Serra da Estrela	17	932.419	932.419	699.314	3,17	18,69
Beira Interior Norte	52	1.762.826	1.742.020	1.306.515	5,98	15,35
Beira Interior Sul	17	1.034.014	1.034.014	775.510	3,51	13,21
Cova da Beira	14	1.546.023	1.546.023	1.159.517	5,25	16,54
Não Reginalizável	78	8.769.030	8.728.326	6.546.245	29,77	
Litoral	264	6.747.427	6.637.154	4.977.865	22,91	6,93
Interior	286	13.941.036	13.920.231	10.440.173	47,33	17,30
<b>Total da Medida</b>	<b>628</b>	<b>29.457.494</b>	<b>29.285.711</b>	<b>21.964.283</b>	<b>100</b>	<b>16,55</b>

O número de formandos abrangidos, exceptuando o ano de 2002, registou uma tendência crescente. É de destacar o facto de, apesar de nos projectos aprovados se prever abranger um maior número de mulheres, na formação realizada os homens ultrapassarem as mulheres (49.575 num total de 93.590 formandos).

### Medida I.6 – Principais indicadores físicos

Indicador físico		Unidade	Situação de partida	Previsto em CP		Execução (quantidade)		
				2003	2006	2000/07	2008	TOTAL
Formandos	Homens	Unidades	1238	11.085	25.865	49.495	80	49.575
	Mulheres		1532	11.085	25.865	43.795	220	44.015
	Empregados			22.170	51.730	93.290	300	93.590
	Desempregados					0	300	300
	Domínio do Ambiente					926	0	926
	Acções TIC					16.556	0	16.556
	Acções de I/O					0	0	0
Acções	Total					7.744	300	8.044
	Domínio do Ambiente					102	300	402
	Domínio das TIC					1.514	0	1.514
	Domínio da I/O				0	0	0	
Volume de Formação		horas				2.772.675	175.486	2.948.161

As acções TIC superaram as de Formação Ambiental em todos os indicadores: no número de formandos envolvidos (16.556 e 926, respectivamente) e no número de acções realizadas (1.514 e 402, respectivamente), o que é revelador de uma maior aposta em domínios tecnológicos e da informação.

Quanto ao volume de formação realizado (2.948.161), representa um pouco mais de metade do montante aprovado e apresenta uma tendência crescente entre 2000 e 2007. Em 2008 só foram contemplados os Estágios do PEPAL, daí a reduzida execução física 300 formandos desempregados, e 175.486 de volume de formação.

### 3.3.1.7 Medida I.7 - Acções Específicas de Valorização Territorial

Nesta Medida foram aprovados 34 projectos, que representam uma despesa pública executada de 82.3 milhões de Euros.

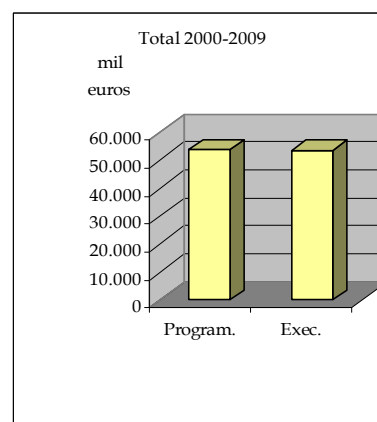
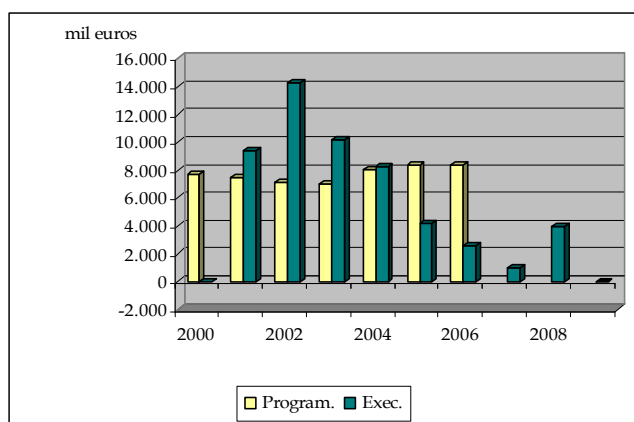
A execução financeira do ano de 2008 foi da ordem dos 6.4 milhões de euros de despesa pública, atingindo a Medida, no final, uma taxa de execução/programação de 99.6%, em termos de fundo.

### Medida I.7 Programação e execução por ano (2000-2009)

Unidade: Euros

Ano	Programação		Execução		Exc./Prog
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	
2000	10.967.248	7.677.017	0	0	0,0
2001	10.595.704	7.416.937	13.468.249	9.422.055	127,0
2002	10.219.253	7.153.424	20.683.975	14.259.126	199,3
2003	9.981.764	6.987.183	14.734.452	10.169.797	145,5
2004	11.520.702	8.064.451	12.236.880	8.252.278	102,3
2005	11.874.436	8.312.063	7.918.608	4.135.216	49,7
2006	11.874.202	8.311.898	5.125.488	2.573.791	31,0
2007			1.832.744	1.013.640	
2008			6.401.817	3.899.296	
2009			-76.317	-30.527	
<b>Total</b>	<b>77.033.309</b>	<b>53.922.973</b>	<b>82.325.897</b>	<b>53.694.672</b>	<b>99,6</b>

### Gráfico 3.8 Medida I.7 Evolução do Fundo programado e executado



Observando a incidência geográfica do investimento verifica-se que foi no Baixo Vouga, no Baixo Mondego e no Dão Lafões que se realizou a maior despesa pública.

Com os projectos aprovados nesta Medida foi possível executar alguns equipamentos estruturantes nos principais aglomerados da Região.

**Medida I.7 – Execução por NUT III**

Unidade: Euros

NUT	Nº Proj	Despesa Pública	Fundo	Capitação (Euros/Hab)	Projectos (Dim. média)
Baixo Vouga	9	25.271.133	17.672.936	66	2.807.904
Baixo Mondego	2	13.784.423	8.917.950	41	6.892.211
Pinhal Litoral	4	6.093.715	4.265.600	24	1.523.429
Pinhal Interior Norte	4	3.895.338	1.942.553	28	973.835
Pinhal Interior Sul	1	1.738.101	1.216.671	39	1.738.101
Dão Lafões	6	12.944.177	8.538.188	45	2.157.363
Beira Interior Norte	1	1.924.166	962.083	17	1.924.166
Beira Interior Sul	3	9.504.069	5.945.791	121	3.168.023
Cova da Beira	3	6.263.048	3.779.036	67	2.087.683
Serra da Estrela	1	907.727	453.864	18	907.727
<i>Litoral</i>	<i>15</i>	<i>45.149.270</i>	<i>30.856.486</i>	<i>46</i>	<i>3.009.951</i>
<i>Interior</i>	<i>19</i>	<i>37.176.627</i>	<i>22.838.185</i>	<i>46</i>	<i>1.956.665</i>
<b>TOTAL</b>	<b>34</b>	<b>82.325.897</b>	<b>53.694.672</b>	<b>46</b>	<b>2.421.350</b>

Os montantes mais significativos foram investidos na cultura (35.3 milhões de Euros), no apoio ao desenvolvimento Regional (25.3 milhões de Euros) em equipamentos de recreio e lazer e em intervenções de reabilitação quer do património quer do tecido urbano.

**Medida I.7 – Execução por sector de intervenção**

Unidade: Euros

Sector de Actividade	Despesa Pública Executada	%	Fundo Associado
CULTURA	35.360.052	43,0	23.229.960
APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	25.263.345	30,7	16.900.157
RECREIO E LAZER	7.832.771	9,5	5.023.419
REVITALIZAÇÃO URBANA	4.038.004	4,9	2.689.750
PATRIMÓNIO HISTÓRICO/ CULTURAL	3.693.473	4,5	2.270.390
INDÚSTRIA	3.578.906	4,3	1.789.453
OUTROS	1.738.101	2,1	1.216.671
EDUCAÇÃO - outros	821.244	1,0	574.871
<b>TOTAL</b>	<b>82.325.897</b>	<b>100,0</b>	<b>53.694.672</b>



### **3.3.1.8 Medida I.8 - Bonificação de Juros em Linhas de Crédito ao Investimento Autárquico**

Através do Decreto-Lei n.º 144/2000 de 15 de Julho foi criada uma bonificação de juros para linhas de crédito destinadas ao financiamento complementar dos projectos de investimento de natureza municipal e intermunicipal, comparticipados pelo FEDER e aprovados no âmbito do QCA III ou dos programas de iniciativa comunitária.

De acordo com o disposto no n.º 2 daquele diploma, as condições de concessão da bonificação encontram-se estabelecidas nos protocolos assinados entre a CCDRC e as instituições financeiras.

De acordo com o regulamento interno desta medida, os municípios formalizavam a candidatura ao Gestor do PO Centro, com vários documentos incluindo a proposta de crédito da instituição financeira. Lembramos que se estabeleceram protocolos com 20 instituições, conforme nosso regulamento interno constante do site da CCDRC.

Na análise das candidaturas era verificado se o empréstimo se destinava a financiar projectos com comparticipação FEDER do QCA III ou programas de iniciativa comunitária e se a componente FEDER da bonificação de juros acrescida da comparticipação comunitária do projecto inicial se encontrava abaixo dos 75%, para além de todas as outras condições de acesso. A bonificação de juros consistia na dedução máxima de 3 pontos percentuais, em termos anuais, salvo se a taxa líquida fosse inferior a 1 ponto percentual. Nestes casos, a bonificação era reduzida de modo a que a taxa de juro se mantenha naquele nível. O prazo máximo de atribuição da bonificação era de 8 anos, tendo início com a primeira utilização do capital. Os encargos com a bonificação da taxa de juro foram suportados em 75% pelo subsídio FEDER e em 25% pelo Orçamento de Estado, correspondendo a uma dedução máxima de 2,25 e 0,75 pontos percentuais, respectivamente.

Após a aprovação das candidaturas, o Gestor informava por escrito e em simultâneo o beneficiário e a instituição de crédito da decisão tomada.

Mensalmente as instituições financeiras comunicavam as bonificações dos juros vencidos, que eram liquidadas pela CCDRC.

A Medida 1.8, no final do programa, registou 169 projectos aprovados, 12 candidaturas recusadas e 16 projectos cancelados. Os motivos de recusa dos projectos devem-se, em alguns casos, ao não cumprimento das condições de acesso e das condições da linha de crédito previstas nas Normas de Procedimento da Medida 1.8, e noutros casos, à inexistência de disponibilidade orçamental. O cancelamento de projectos, por iniciativa do promotor, foi motivado pelo facto dos contratos de empréstimo não terem obtido o visto do Tribunal de Contas.

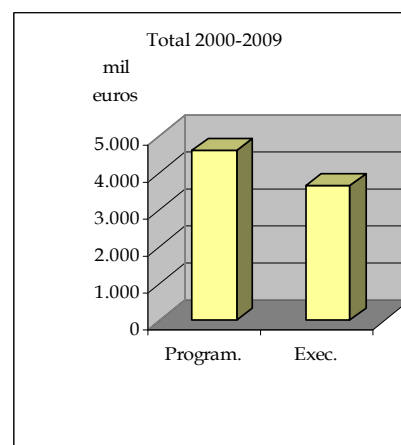
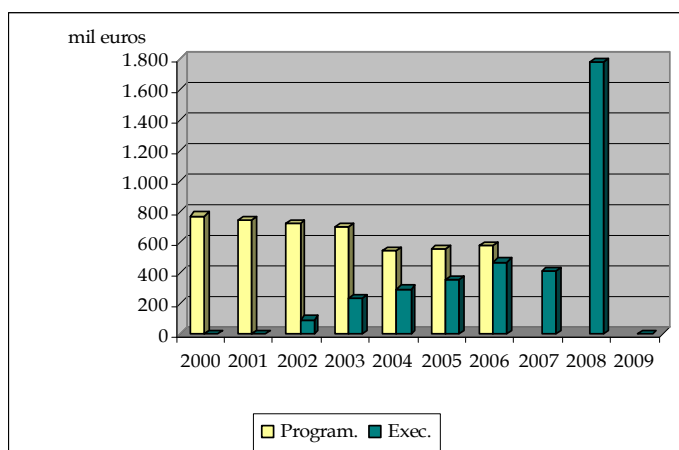
No quadro e gráfico seguintes são apresentados os valores executados, no período 2000-2008.

### Medida I.8 Programação e execução por ano (2000-2009)

Unidade: Euros

Ano	Programação		Execução		Exc./Prog
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	
2000	1.029.587	772.190	0	0	0,0
2001	994.707	746.030	5.133	3.850	0,5
2002	959.365	719.524	124.659	93.494	13,0
2003	937.071	702.803	316.093	237.006	33,7
2004	726.315	544.736	391.996	293.804	53,9
2005	746.885	560.164	474.297	355.521	63,5
2006	764.929	573.697	629.608	471.994	82,3
2007			547.816	410.749	
2008			2.377.776	1.782.890	
2009			0	0	
<b>Total</b>	<b>6.158.859</b>	<b>4.619.144</b>	<b>4.867.379</b>	<b>3.649.308</b>	<b>79,0</b>

### Gráfico 3.9 Medida I.8 Evolução do Fundo programado e executado



Nesta medida como o prazo para a sua execução terminava em 31.12.2008, todos os pagamentos associados aos projectos aprovados teriam de estar liquidados até essa data. Tendo presente que valores das bonificações aprovadas se prolongavam para além daquela data, tornou-se necessário antecipá-los para a data limite de 31.12.2008.

Para o efeito, os valores das bonificações com vencimento após 2008 foram actualizados à data de 31.12.2008, com uma taxa de actualização de 6,36%. O valor obtido foi transferido para as instituições de crédito, e o respectivo montante de cada projecto foi integralmente aplicado numa amortização extraordinária de capital do respectivo empréstimo. O montante global dessas bonificações antecipadas foi de 1.347.139 euros a que corresponderam 1.010.176 euros FEDER.

Se compararmos o valor da dotação da Medida com o montante executado, verificamos que foi aplicado 79% do subsídio FEDER disponível para a bonificação de juros em linhas de crédito ao investimento autárquico.

No quadro seguinte é apresentada a distribuição do investimento executado por NUT III. O Pinhal Interior Norte é a NUT com maior número de projectos, embora seja no Baixo Mondego que os empréstimos bonificados têm um peso superior, em termos de valor. Ao comparar os municípios do interior com os do litoral, verifica-se uma maior procura de empréstimos bonificados por parte dos municípios do interior.

### Medida I.8 – Execução por NUT III

Unidade: Euros

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência	
					%	por hab.
Baixo Vouga	23	609.118	609.118	456.839	12,51	2
Baixo Mondego	26	1.271.591	1.271.591	953.694	26,12	4
Pinhal Litoral	6	182.487	182.487	136.866	3,75	1
Pinhal Interior Norte	33	459.601	459.601	343.473	9,44	3
Dão-Lafões	2	69.450	69.450	52.088	1,43	0
Pinhal Interior Sul	30	842.147	842.147	631.610	17,30	19
Serra da Estrela	22	810.640	810.640	607.981	16,65	16
Beira Interior Norte	11	279.170	279.170	209.377	5,74	2
Beira Interior Sul					0,00	0
Cova da Beira	16	343.175	343.175	257.381	7,05	4
Não Regionalizável					0,00	
Litoral	55	2.063.197	2.063.197	1.547.398	42,39	2
Interior	114	2.804.182	2.804.182	2.101.910	57,61	3
<b>Total da Medida</b>	<b>169</b>	<b>4.867.379</b>	<b>4.867.379</b>	<b>3.649.308</b>	<b>100,00</b>	<b>3</b>

A realização física é dada pelo número de empréstimos contratados, que se mantém nos 169 projectos aprovados. A taxa de execução física corresponde à percentagem de execução financeira, que atingiu os 100%, como mostra o quadro seguinte.

Designação do indicador	Unidade	Aprovações	Taxa de execução (%)
Empréstimos contratados ao abrigo da linha de crédito	Número	169	100

Tratando-se de uma medida de engenharia financeira apresentamos alguns indicadores relevantes sobre a sua importância no financiamento dos projectos que beneficiaram desta medida.

Da leitura do quadro seguinte é possível verificar que o acréscimo de comparticipação (nacional e comunitária) no financiamento dos projectos através da bonificação de juros ficou, em média, pelos 3,3% da despesa elegível realizada. Essa taxa teve uma variação entre os 0,3% e 7,2%. A taxa global de comparticipação comunitária (FEDER), incluindo a comparticipação directa e a comparticipação da bonificação de juros ficou, em média, pelos 66,9%, com uma variação entre os 51,3% e os 74,7%, respeitando assim o limiar regulamentar dos 75% de comparticipação comunitária.

### Medida I. 8 – Indicadores de realização

Designação do indicador	Unidade	Execução
Taxa da bonificação de juros na despesa elegível realizada		
Média		3,3
Máxima	%	7,2
Mínima		0,3
Taxa de comparticipação FEDER global dos projectos financiados (FEDER/Despesa elegível)		
Média		66,9
Máxima	%	74,7
Mínima		51,3

**3.3.1.9. Medida I.9 – Saneamento básico**

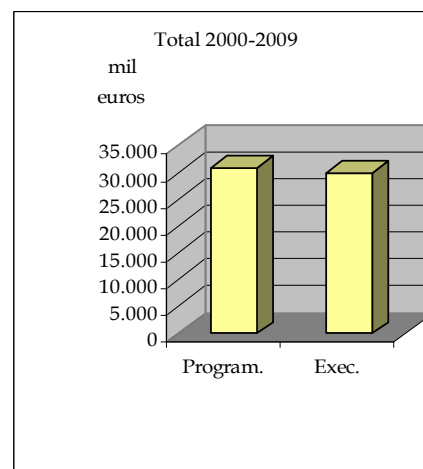
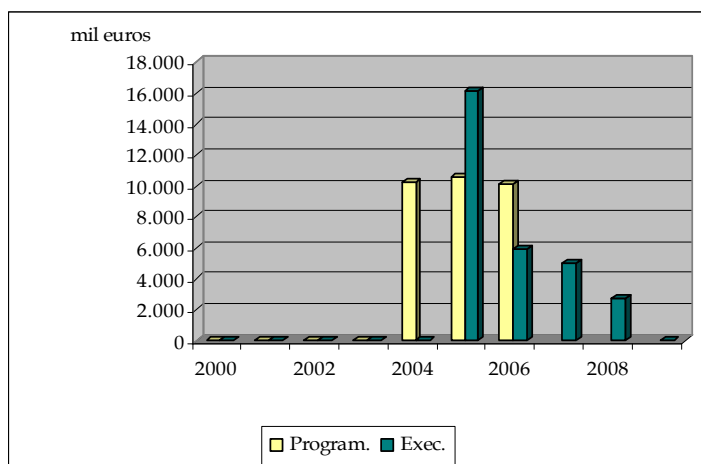
Os 127 projectos aprovados envolvem um investimento elegível realizado de 61.969 mil euros a que corresponde um FEDER de 29.821 mil euros, 96,2% do Fundo programado na Medida. Apesar dos projectos aprovados ultrapassarem a dotação da medida, os mesmos foram concluídos por valores inferiores aos inicialmente aprovados.

Esta medida surgiu na fase da reprogramação intercalar, pelo que a sua execução só teve início em 2005.

**Medida I.9 Programação e execução por ano (2000-2009)**

Unidade: Euros

Ano	Programação		Execução		Exc./Prog
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	
2000			0	0	
2001			0	0	
2002			0	0	
2003			0	0	
2004	13.685.223	10.263.917	0	0	0,0
2005	14.172.083	10.629.062	33.812.932	16.149.222	151,9
2006	13.476.028	10.107.021	13.565.521	5.983.112	59,2
2007			9.532.021	5.054.966	
2008			5.281.637	2.740.890	
2009			-223.443	-107.599	
<b>Total</b>	<b>41.333.334</b>	<b>31.000.000</b>	<b>61.968.668</b>	<b>29.820.591</b>	<b>96,2</b>

**Gráfico 3.10 Medida I.9 Evolução do Fundo programado e executado**

As NUT do Litoral, Baixo Vouga, Pinhal Litoral e Baixo Mondego, e no interior, o Dão Lafões, são as que apresentam investimentos mais significativos, representando os 42 apoiados no litoral 56,3% do investimento total.

### Medida I.9 – Execução por NUT III

Unidade: Euros

NUT	Nº Proj	Despesa Pública	Fundo	Capitação (Euros/Hab)	Projectos (Dim. media)
Baixo Vouga	16	17.562.600	7.025.585	46	1.097.663
Baixo Mondego	15	8.808.611	4.452.199	26	587.241
Pinhal Litoral	11	8.512.150	4.692.512	34	773.832
Pinhal Interior Norte	16	6.738.719	3.322.182	49	421.170
Pinhal Interior Sul	3	1.012.044	615.319	23	337.348
Dão Lafões	28	9.705.448	4.718.228	34	346.623
Beira Interior Norte	19	4.661.491	2.510.765	41	245.342
Beira Interior Sul	6	1.239.652	619.826	16	206.609
Cova da Beira	8	2.207.027	1.103.514	24	275.878
Serra da Estrela	5	1.520.927	760.463	30	304.185
<i>Litoral</i>	<i>42</i>	<i>34.883.361</i>	<i>16.170.296</i>	<i>36</i>	<i>830.556</i>
<i>Interior</i>	<i>85</i>	<i>27.085.307</i>	<i>13.650.296</i>	<i>34</i>	<i>318.651</i>
<b>TOTAL</b>	<b>127</b>	<b>61.968.668</b>	<b>29.820.591</b>	<b>35</b>	<b>487.942</b>

Tal como previsto especificamente para a Medida, o volume mais expressivo de projectos aprovados corresponde a projectos de redes de drenagem de águas residuais que representam 85,6% do investimento total aprovado.

### Medida I.9 – Execução por sector de intervenção

Unidade: Euros

Sector de Actividade	Despesa Pública Executada	%	Fundo Associado
AMBIENTE - águas residuais	53.031.961	85,6	25.120.726
AMBIENTE - abastecimento de água	8.936.707	14,4	4.699.866
<b>TOTAL</b>	<b>61.968.668</b>	<b>100</b>	<b>29.820.591</b>

### 3.3.2. Eixo II – Enquadramento e síntese da Execução

O Eixo Prioritário II do Programa Operacional – Acções Integradas de Base Territorial - teve como objectivo a concretização de intervenções de política pública em que a necessidade de concentração e integração dos investimentos em domínios estratégicos e em projectos estruturantes é promovida numa perspectiva territorial e/ou temática bem definida.

A estrutura do Eixo compreendeu a execução em sete medidas sendo cinco financiadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), uma pelo Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA) e uma pelo Fundo Social Europeu (FSE). As medidas

A gestão foi assegurada pelo Gestor de Eixo Prioritário (até 2004) e pelos Coordenadores das Medidas. As medidas FEDER e FEOGA organizavam-se em Acções Integradas de Base Territorial (AIBT's) - Acção Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades; Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias; Turismo e Património no Vale do Côa; Serra da Estrela e Pinhal Interior.

Até ao final do programa foram realizadas 94 reuniões da Unidade de Gestão do Eixo II, nas suas diferentes secções e várias consultas escritas aos seus membros, tendo sido apreciadas 1.533 candidaturas.

**Quadro 3.11 Eixo II - Candidaturas apreciadas em Unidade de Gestão**

Medida	Total	Situação no final do P.O.		
		Aprovadas	Indeferidas/arquivadas na fase de decisão	Canceladas (*)
II.1	38	33	0	5
II.3	192	191	0	1
II.4	129	123	2	4
II.5	113	102	3	8
II.6	292	234	14	44
II.7	651	382	225	44
II.8	118	91	20	7
<b>TOTAL</b>	<b>1.533</b>	<b>1.156</b>	<b>264</b>	<b>113</b>

(\*) - Desistências, arquivados e com revogação de decisão, após aprovação

A maioria das candidaturas indeferidas/arquivadas antes de decisão ou canceladas/desistidas após decisão da UG dizem respeito à medida II.7 AIBT do Pinhal Interior – FEOGA.

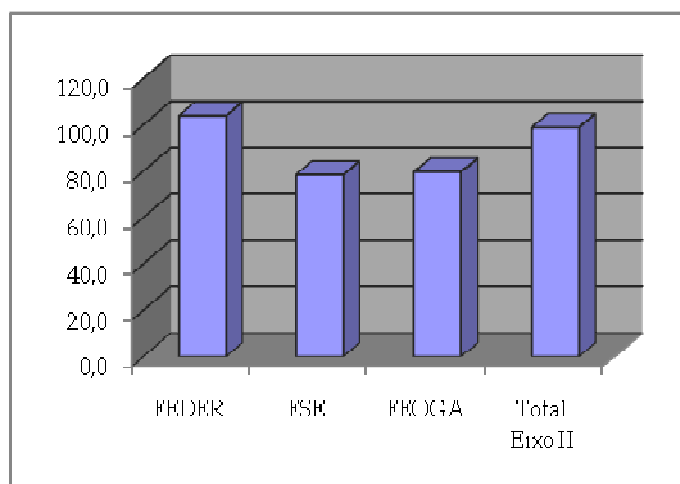
Das candidaturas aprovadas 1156 concluem o Programa com execução contribuindo para uma execução de 292,7 milhões de Euros de despesa pública e 202,9 milhões de euros de fundo, correspondendo a 98,8% do total programado para o Eixo II.

**Quadro 3.12 Eixo II – Programação e execução total – FEDER, FSE e FEOGA**

Unidade: Euros

Fundo	Programação		Execução		Exc/Prog
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	
FEDER	233.821.772	164.312.623	245.687.970	170.409.479	103,7
FSE	20.969.832	15.727.383	16.434.452	12.325.839	78,4
FEOGA	37.480.900	25.339.937	30.554.151	20.147.886	79,5
<b>Total Eixo II</b>	<b>292.272.504</b>	<b>205.379.943</b>	<b>292.676.573</b>	<b>202.883.204</b>	<b>98,8</b>

**Gráfico 3.11 Eixo II – % de execução por Fundo**



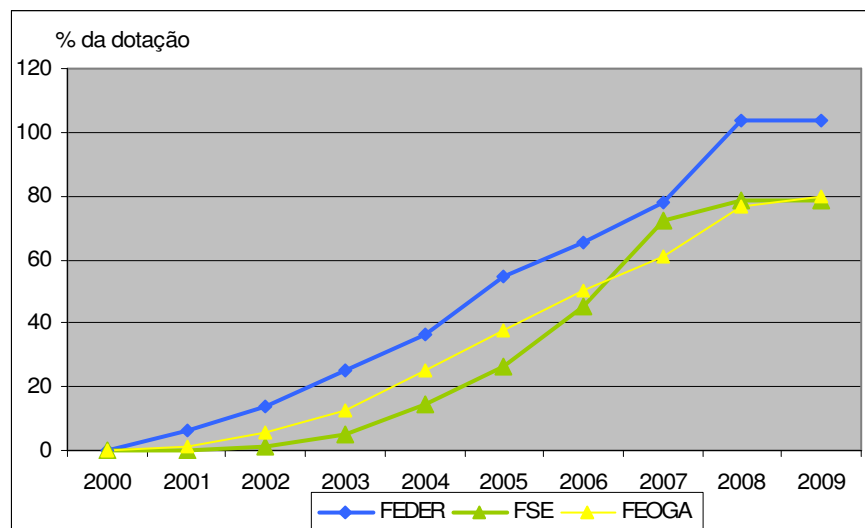
O comportamento de execução nos anos de 2008 e 2009 foi diferente em cada fundo verificando uma recuperação significativa no FEDER ultrapassando-se a dotação disponível.



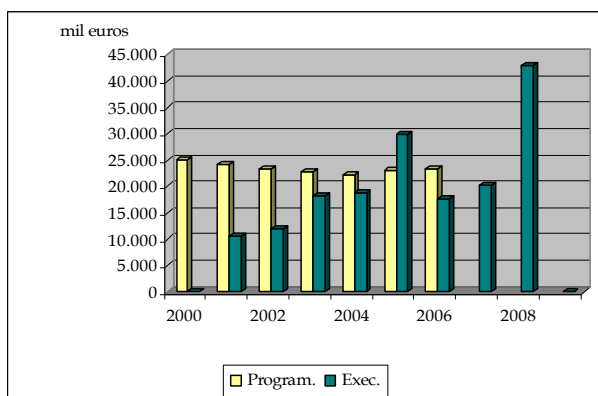
**Quadro 3.13 Eixo II – Programação e execução por ano (2000-2009) – FEDER, FSE e FEOGA.**

Unidade: Euros

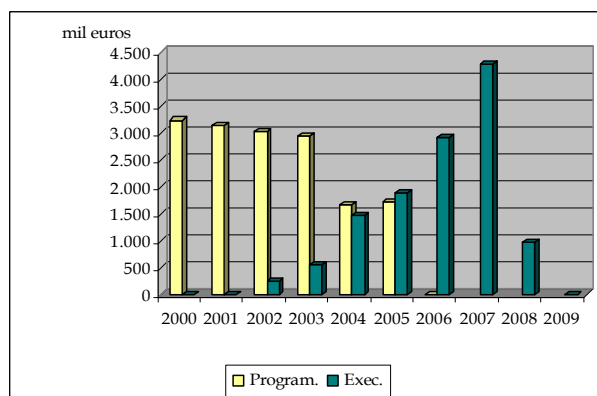
Ano	Programação		Execução		Exc./Prog (%)	Fundo Exec. %
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo		
2000	46.210.573	32.040.045	0	0	0,0	0,0
2001	45.142.098	31.259.238	15.881.424	10.869.317	34,8	5,4
2002	43.716.806	30.258.006	19.051.882	13.362.555	44,2	6,6
2003	42.872.370	29.659.924	29.736.875	20.719.888	69,9	10,2
2004	34.279.319	24.119.436	33.544.323	23.382.771	96,9	11,5
2005	41.086.939	29.466.358	50.536.105	34.994.670	118,8	17,2
2006	38.964.399	28.576.936	34.073.132	23.886.932	83,6	11,8
2007			39.088.344	27.208.223		13,4
2008			69.903.422	47.955.326		23,6
2009			861.068	503.523		0,2
<b>Total</b>	<b>292.272.504</b>	<b>205.379.943</b>	<b>292.676.573</b>	<b>202.883.204</b>	<b>98,8</b>	<b>100,0</b>

**Gráfico 3.12 Eixo II- Evolução da execução em cada um dos fundos**

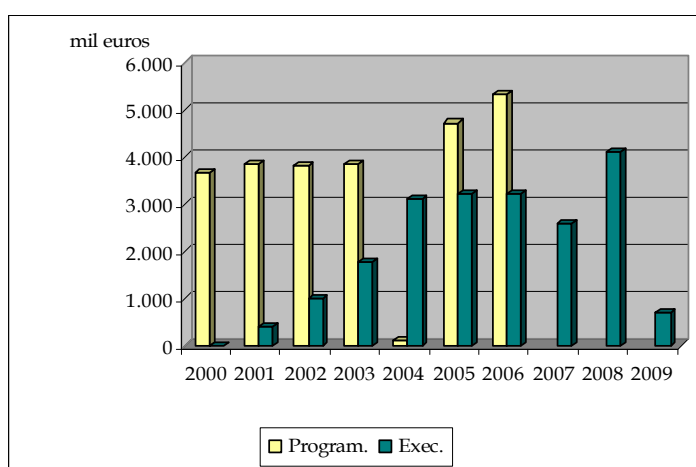
FEDER



FSE



FEOGA



O comportamento dos três fundos foi diverso ao longo do período de programação:

A evolução do FEDER fica marcada pelos picos de execução em 2005 e 2008 sendo significativo que a execução no ano de 2008 seja de 26,1% do fundo programado. A taxa de execução, no final do período, foi de 103,7%. Para este desempenho contribuíram fortemente as Medidas 2.1 e 2.4 que dispunham de maior volume financeiro. Face à evolução previsível de execução foram adoptadas, no decurso do ano de 2008, medidas de garantia de execução através da criação de uma bolsa de “*overbooking*” por forma a colmatar quebras na fase final de execução e no encerramento. No caso do FEDER o Eixo II absorveu parte das verbas não executadas no Eixo III contribuindo, desta forma, para a plena realização do PO.

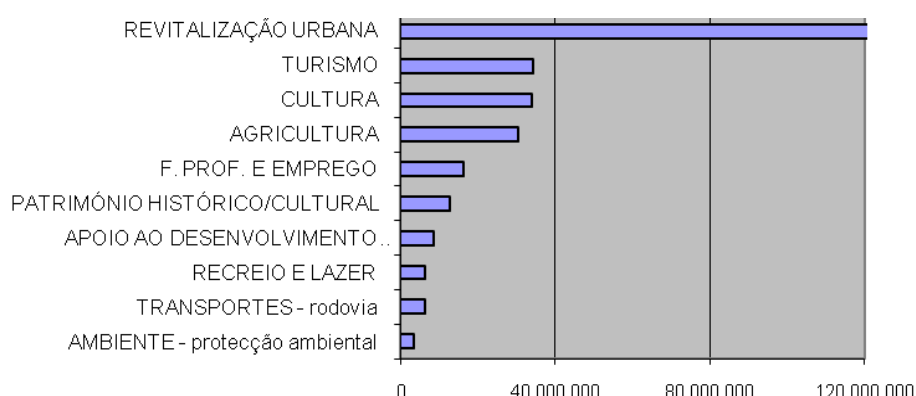
A medida 2.8, com intervenção do FSE, assegurou a absorção parte significativa da dotação entre os anos de 2005 e 2007. No final de 2007 a taxa de execução era de 72,1% concluindo a execução com 78,4%. Face a uma opção da gestão de 2006 foi decidido não promover novas aprovações no Eixo II garantindo-se que a verba não executada seria disponibilizada para as medidas do Eixo III e “*overbooking*” de execução no Programa.

A evolução do FEOGA ao longo do período de programação foi fortemente condicionada pelo arranque tardio na execução e pelas quebras ocorridas no período 2006 e 2007. Apesar do esforço de execução verificado no ano de 2008 e início de 2009 não foi possível cumprir a meta programada. Este desempenho fica associado, em vários anos, à não disponibilização atempada da contrapartida pública nacional.

O maior volume da despesa pública executada diz respeito aos sectores da revitalização urbana, turismo, cultura, agricultura, formação profissional, património histórico/cultural e apoio ao desenvolvimento regional que representam mais de 92% da despesa pública executada.

Este padrão de execução corresponde aos montantes programados e está de acordo com os objectivos estratégicos do Programa associados mais directamente ao eixo II revitalização das cidades e dinamização das áreas de baixa densidade.

**Gráfico 3.13 Eixo II - Despesa pública executada segundo os principais sectores**



**Quadro 3.14 Eixo II - Distribuição Sectorial da execução (2000-2009)**

Unidade: Euros

Sector	Nº Proj.	Execução		
		D. Pública	Fundo	% Despesa Pública
AGRICULTURA	382	30.554.151	20.147.885	10,4
AMBIENTE - abastecimento de água	3	143.295	100.307	0,0
AMBIENTE - abastecimento de água	4	475.356	313.574	0,2
AMBIENTE - águas residuais	1	150.454	105.318	0,1
AMBIENTE - protecção ambiental	6	3.644.018	2.550.813	1,2
AMBIENTE outros	3	207.656	145.360	0,1
APOIO AO DESENV. RURAL	4	254.297	178.008	0,1
APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	30	8.783.958	6.131.333	3,0
CIÊNCIA TECNOLOGIA	1	19.361	13.552	0,0
CULTURA	68	33.991.469	23.792.517	11,6
DESPORTO	6	2.679.852	1.392.514	0,9
ENERGIA	1	111.735	78.215	0,0
F. PROF. E EMPREGO	91	16.434.452	12.325.839	5,6
INTEGRAÇÃO SOCIAL	1	203.102	142.172	0,1
PATRIMÓNIO HISTÓRICO/CULTURAL	36	12.862.581	9.021.490	4,4
RECREIO E LAZER	14	6.511.038	4.513.007	2,2
REVITALIZAÇÃO URBANA	313	133.645.368	92.835.322	45,7
TRANSPORTES	1	911.408	637.986	0,3
TRANSPORTES - OUTROS	1	306.880	214.816	0,1
TRANSPORTES - rodovia	37	6.459.283	4.445.263	2,2
TURISMO	152	34.305.899	23.783.243	11,7
OUTROS	1	20.959	14.671	0,0
<b>Total</b>	<b>1.156</b>	<b>292.676.573</b>	<b>202.883.204</b>	<b>100,0</b>

Na fase final de execução verificou-se o acréscimo do peso relativo dos sectores Revitalização Urbana (45,6%) e Cultura (11,6%) do total de despesa pública executada em resultado da conclusão de projectos significativos da medida 2.1 Acção Integrada Qualificação e Competitividade das Cidades - C. Territorial e 2.4 Acção Integrada "Turismo e Património no Vale do Côa".

As intervenções do Eixo II situaram-se maioritariamente, no interior da Região Centro de acordo com os objectivos definidos e a estratégia de intervenção de cada Acção Integrada. Apenas na Medida 2.1 - Acção Integrada para a Qualificação e Competitividade das

Cidades e, residualmente, na Medida 2.3 AIBT das Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias se verificaram intervenções em concelhos da R. Centro Litoral.

Na Medida 2.4 AIBT Turismo e Património no Vale do Côa Turismo foram efectuados investimentos de valor significativo em 4 concelhos da R. Norte o que conduz a uma capitação superior à média da Região.

O esforço de investimento no Interior tem significado financeiro expressivo na requalificação das cidades que estruturam o sistema urbano regional, nomeadamente Guarda, Covilhã e Castelo Branco e na valorização das potencialidades de territórios específicos e de dinamização das aldeias através, entre outros, do Programa das Aldeias do Xisto e do Programa das Aldeias Históricas.

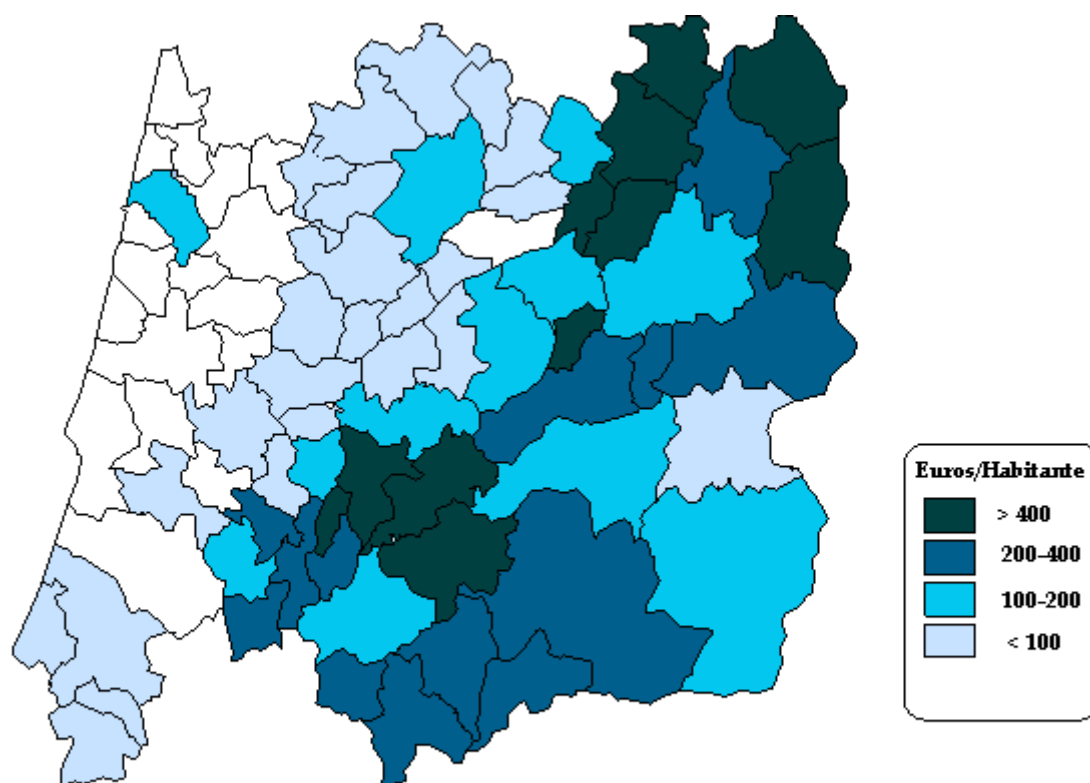
A distribuição geográfica dos projectos é apresentada no quadro e gráficos seguintes.

**Quadro 3.15 Eixo II - Execução por NUT III**

Unidade: Euros

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência	
					%	por hab.
Baixo Vouga	6	12464158	12464158	8731325	4,30	32
Baixo Mondego	4	10.989.966	10.989.966	7.652.618	3,77	32
Pinhal Litoral	10	9.092.221	9.092.221	6.362.820	3,14	37
Pinhal Interior Norte	250	39.147.501	37.299.103	24.819.568	12,23	282
Dão-Lafões	40	31.293.013	31.293.013	21.987.399	10,84	110
Pinhal Interior Sul	227	17.969.722	14.560.625	10.072.600	4,96	401
Serra da Estrela	51	13.555.553	13.118.819	9.179.083	4,52	272
Beira Interior Norte	176	61.190.934	59.934.009	41.584.074	20,50	533
Beira Interior Sul	116	29.014.281	28.536.049	20.012.801	9,86	371
Cova da Beira	127	28.515.492	27.982.881	18.904.329	9,32	305
Não Regionalizável	102	15.027.201	15.027.201	10.911.618	5,38	
Litoral	20	32.546.346	32.546.346	22.746.763	11,21	33
Interior	987	220.686.496	212.724.500	146.559.854	72,24	274
NUT's Reg. NORTE	47	32.411.615	32.378.526	22.664.968	11,17	958
<b>Total da Medida</b>	<b>1.156</b>	<b>300.671.658</b>	<b>292.676.573</b>	<b>202.883.204</b>	<b>100,00</b>	<b>166</b>

Eixo II- Distribuição concelhia da comparticipação total por Habitante



### **3.3.2.1. Medida II.1 - Acção integrada para a qualificação e competitividade das cidades - Componente territorial**

A Medida 2.1 - Acção Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades – Componente Territorial (FEDER) do PO Centro acolheu projectos que visam a qualificação urbanística e ambiental das cidades através de uma nova visão estratégica do ambiente e do ordenamento do território em espaço urbano, adoptando, para o efeito, medidas excepcionais em matéria de requalificação urbana e de valorização ambiental das cidades portuguesas.

Face à crescente globalização da sociedade, com um sector terciário da economia ainda em expansão, as cidades (de que são exemplo as 7 cidades da região Centro escolhidas para palco das Intervenções POLIS), detentoras de uma identidade e de um “carisma” próprios que é necessário valorizar e potenciar, não podiam obviamente deixar de ser consideradas como polos essenciais do processo de desenvolvimento económico e social, constituindo-se como uma verdadeira “alavanca” de desenvolvimento, já que para além da diferenciação e da atractividade que podem oferecer, se constituem, hoje em dia, como as principais responsáveis pela captação e atracção do investimento.

Neste contexto, a Medida 2.1 do PO Centro, em consonância absoluta com o preconizado pelo PNDES (Programa Nacional de Desenvolvimento Económico e Social) e em estreita articulação com as orientações estratégicas estabelecidas no Terceiro PDR (Plano de Desenvolvimento Regional), contribuiu decisivamente, através dos financiamentos comunitários concedidos para esse efeito.

Na realidade, a Medida 2.1 do Eixo II do PO Centro, ao acolher e financiar as Intervenções POLIS da região Centro, está indissociavelmente relacionada com a revitalização urbana exigida para a Região, o que claramente se encontra bem patente nas intervenções e acções sustentadas pelas candidaturas e projectos apresentados. Assim, qualquer das acções preconizadas pela região Centro, no âmbito da Medida 2.1 (aliadas às intervenções da Medida 3.13 Ambiente e Programa Operacional do Ambiente) preocupa-se com intervenções exemplares, de escala significativa e que marcadamente têm um efeito demonstrativo no País, já que essas intervenções patenteiam alguma preocupação e disponibilidade em “ancorar” os projectos de requalificação urbana em

torno de um elemento ambiental determinante e específico de cada cidade, que pode ser valorizado e reapropriado por essa cidade. Isto é bem claro, quando se é confrontado com a relevância dada a determinados elementos específicos, característicos e determinantes dessas Intervenções, como são exemplo: - as linhas de água; - a revitalização de centros históricos e das suas múltiplas valências de forma a evitar a desertificação e o declínio desses centros; a requalificação de zonas industriais deprimidas; - a requalificação de cidades de média dimensão com pujança económica mas com vida urbana de pouca qualidade; ou, finalmente - a valorização de cidades do interior ou raianas que podem constituir pólos de desenvolvimento regional.

Como nota final, poderá afirmar-se que a Medida 2.1 do PO Centro, está a contribuir decisivamente para a consolidação da estratégia de desenvolvimento preconizada para a região Centro, já que esta assenta numa visão integrada de organização do território, em que se destaca uma clara aposta na valia do sistema urbano regional (e nacional), face a posição geo-estratégica da região Centro, procurando que todos os factores de competitividade territorial sejam devidamente aproveitados. Poderá pois afirmar-se, que o objectivo fulcral desta Acção Integrada de Base Territorial, protagonizada e explicitada através da Medida 2.1 “Acção Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades – componente territorial FEDER” do PO Centro, é o de promover os nós fundamentais para a estruturação do território da região e para a sua inserção nas dinâmicas de desenvolvimento e competitividade de nível europeu e mundial. Nesse sentido, constituem objectivos específicos desta Acção Integrada de Base Territorial, nomeadamente, os seguintes:

- Promover a realização de projectos e acções de requalificação e valorização ambiental de espaços urbanos;
- Promover a mobilidade sustentável das cidades, recorrendo, nomeadamente, ao reordenamento do tráfego automóvel com ganho de área pedonal, ao estímulo à utilização dos transportes colectivos, e ao uso de modos de transporte mais favoráveis ao ambiente;
- Promover o reforço da capacidade institucional, de planeamento e gestão urbana e de participação do público nos processos que conduzam à melhoria do ambiente urbano.



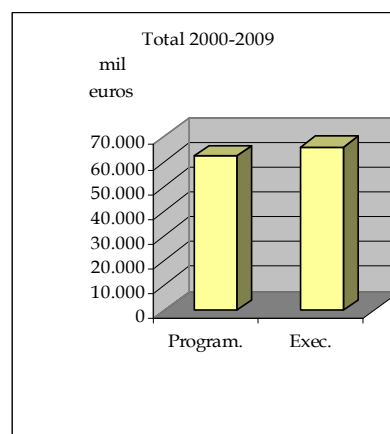
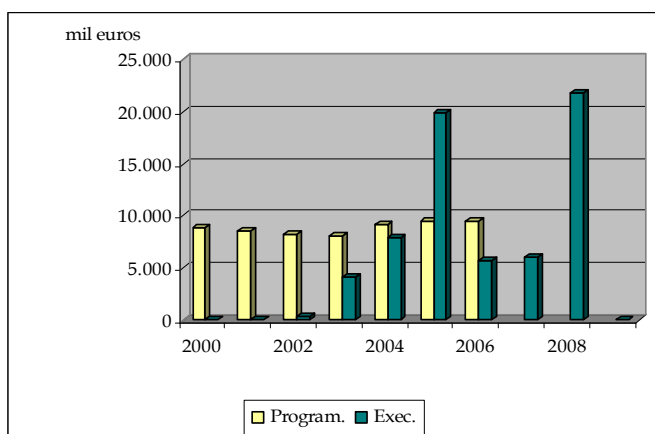
Ao nível do PO Centro, a Medida 2.1 que se apresenta com um peso percentual significativo em termos de Despesa Pública Total (3,2%) e de Fundo (4,5%), contribuindo em termos de Eixo 2 com cerca de 37,79% do FEDER, ao longo do III QCA registou níveis de execução física e financeira anuais pouco uniformes, o que se explica face a um conjunto de condicionantes, algumas das quais já referenciadas anteriormente, que no essencial prejudicaram o desempenho efectivo e a “performance” que era desejável fosse contínua, como será perfeitamente entendível se observarmos o desempenho da Medida ao longo do período de programação.

### Medida II.1 Programação e execução por ano (2000-2009)

Unidade: Euros

Ano	Programação		Execução		Exc./Prog	Fundo Exec. %
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo		
2000	12.682.056	8.877.482	0	0	0	0
2001	12.252.700	8.576.932	0	0	0	0
2002	11.817.253	8.272.117	419.906	314.930	3,8	0,5
2003	11.542.627	8.079.878	5.793.422	4.154.177	51,4	6,3
2004	13.182.194	9.227.566	11.239.705	7.882.044	85,4	12,0
2005	13.594.388	9.516.103	28.409.513	19.898.493	209,1	30,3
2006	12.739.438	9.554.569	8.181.019	5.729.639	60	8,7
2007			8.779.351	6.107.754		9,3
2008			31.712.894	21.840.872		33,2
2009			-243.967	-170.594		-0,3
<b>Total</b>	<b>87.810.656</b>	<b>62.104.647</b>	<b>94.291.841</b>	<b>65.757.314</b>	<b>105,9</b>	<b>100</b>

Gráfico 3.14 Medida II.1 Evolução do Fundo programado e executado



Foram largamente ultrapassados os objectivos propostos e programados para a Medida 2.1, o que será perfeitamente perceptível ao analisar, quer ao nível da Despesa Pública, quer ao nível do Fundo, os montantes programados e/ou a dotação a disponibilizar inicialmente para a Medida, comparando-os com os montantes Aprovados e Executados. Se fizermos um tal exercício detectamos facilmente que nesse campo as taxas de execução atingidas superam nitidamente os 100% de execução.

A execução ao longo do período de programação foi irregular verificando-se dois picos de execução nos anos de 2005 e de 2008. Face ao peso financeiro da medida no Eixo e à fraca execução (66,7% em 12/2007) foram desencadeados no final de 2007 e em 2008 mecanismos de acompanhamento específico de projectos com execução financeira comprometida (fundamentalmente investimentos da sociedades ViseuPolis e CoimbraPolis) e, simultaneamente foram desencadeados mecanismos que de aprovação de novos projectos que garantissem, caso necessário, a constituição de uma bolsa de *overbooking*.

As dificuldades de execução verificadas nalguns projectos tinham origem na incapacidade financeira para garantir a quitação de compromissos efectuados situação que foi atenuada no final de 2008 com a criação de uma linha de crédito de curto prazo com origem na Direcção Geral do Tesouro e que garantiu as condições de financiamento para a conclusão financeira dos projectos da sociedade ViseuPolis.

As medidas adoptadas por parte da Gestão do PO Centro procuraram salvaguardar a completa absorção de verbas programadas no horizonte temporal de 31/12/2008.

Em 28/11/2008 realizou-se a última Unidade de Gestão que teve como objectivo, entre outras situações a aprovação de 8 Candidaturas submetidos a apreciação em cenário de “overbooking operacional” com um Investimento Total de € 6.705.337,81, para um Investimento Elegível de € 6.010.718,79, a realizar em 2008, a que estava associado uma comparticipação FEDER de € 4.181.335,44 (segundo uma taxa de comparticipação de 70%); a Aprovação/Homologação foi efectivada em 17.12.2008.

A despesa validada garante uma execução de 65.757.314 €, 5,9% acima do programado. Parte dessa despesa foi paga já em 2009 incluindo alguma resultante da absorção da dotação não utilizada no Eixo III. Os montante pagos na Medida até 31/12/2009 cifram-

se em 62.814.061,46€. Os montantes não pagos referem-se à bolsa de *overbooking* constituída no Programa tendo em vista garantir eventuais reduções na execução.

Relativamente à execução por sector todos os projectos, tal como anteriormente, foram classificados em “Revitalização Urbana” contribuindo significativamente para a execução desta tipologia no âmbito do Eixo.

No que diz respeito à incidência geográfica dos projectos por NUT poderá referir-se o seguinte:

Dão Lafões foi a NUT que apresentou o maior volume de investimento executado (26,8%), seguida da Beira Interior Sul com 21,7%, do Baixo Vouga com 13,1% e do Baixo Mondego com 11,6% do total envolvido. O Pinhal Litoral, a Beira Interior Norte e a Cova da Beira foram as NUT que menor investimento executado registaram ao nível dos projectos propostos.

Assim a incidência do investimento executado nas NUT do interior (66,1%) é muito superior relativamente às NUT do litoral com apenas 33,9% desse mesmo investimento, valores que se aproximam muito do cenário inicialmente programado para a Medida 2.1., cujo nível de aprovações se estimava fosse de 64,83% para as NUT do Interior e de 35,17% para as NUT do Litoral.

### Medida II.1 – Execução total por NUT III

Unidade: Euros

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência	
					%	por hab.
Baixo Vouga	5	12.335.867	12.335.867	8.635.107	13,1	32
Baixo Mondego	2	10.896.999	10.896.999	7.586.204	11,6	32
Pinhal Litoral	6	8.735.693	8.735.693	6.109.528	9,3	35
Dão-Lafões	2	25.273.235	25.273.235	17.731.018	26,8	88
Beira Interior Norte	3	7.855.240	7.855.240	5.498.668	8,3	68
Beira Interior Sul	4	20.470.770	20.470.770	14.384.058	21,7	262
Cova da Beira	11	8.724.036	8.724.036	5.812.732	9,3	93
Litoral	13	31.968.559	31.968.559	22.330.839	33,9	33
Interior	20	62.323.282	62.323.282	43.426.475	66,1	77
<b>Total da Medida</b>	<b>33</b>	<b>94.291.841</b>	<b>94.291.841</b>	<b>65.757.314</b>	<b>100,0</b>	<b>53</b>

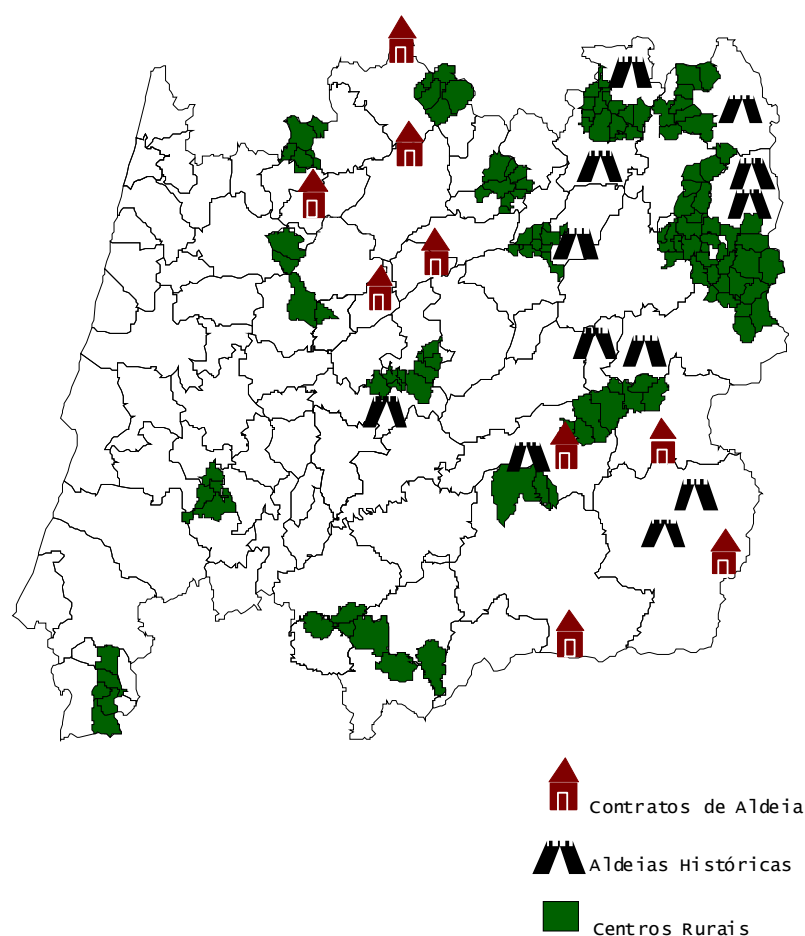
**3.3.2.2. Medida II.3 – Acção inovadoras de Dinamização das Aldeias**

A viabilização das estruturas tradicionais de ocupação do território, a preservação e recuperação das diferentes cambiantes de património rural e histórico-cultural, o estimular de actividades inovadoras e o envolvimento, articulado, de diversos agentes e promotores de desenvolvimento, constituem os objectivos estratégicos da AIBT “Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias”. A sua natureza temática implicou uma atitude de selectividade territorial que permitiu sinalizar, no Interior da Região Centro, aglomerados emblemáticos e manchas espaciais contíguas, onde o estimular de dinâmicas inovadoras de desenvolvimento produziu efeitos demonstrativos e multiplicadores em territórios mais amplos. Neste contexto, a articulação daqueles objectivos com a metodologia de actuação, implementada, reflecte-se na incidência territorialmente difusa desta Acção Integrada, cuja coerência, espacial e funcional, poderá ser analisada através das três Linhas de Acção: Aldeias Históricas, Centros Rurais e Contratos de Aldeia.

A rede de Aldeias Históricas constitui a intervenção estruturante, a partir da qual se configuraram subsistemas complementares (Centros Rurais e Contratos de Aldeia) que, enquanto redes mobilizadoras de especificidades diversas em escalas territoriais distintas, permitem uma cobertura equilibrada dos territórios de baixa densidade. Assim, as Acções Inovadoras têm concorrido para a valorização e divulgação de recursos diferenciadores dispersos, pela Região, organizando-os pela sua especificidade, fortalecendo a sua genuinidade e promovendo a sua valia económica. No cumprimento do estabelecido no Programa Operacional Regional do Centro e respectivo Complemento de Programação, a configuração territorial desta AIBT abrange: doze Aldeias Históricas, ancoradas no território da Beira Interior, que definem uma Rede de inegável qualidade histórico-cultural e de elevado potencial de atracção turística; quinze Centros Rurais que envolvem 125 freguesias, onde se destacam produtos, actividades e património natural com capacidade de promover positivamente a ruralidade da Região; nove Contratos de Aldeia incidindo em aglomerados que mantêm vivas as suas características mais tradicionais, no que respeita à estrutura urbana, à arquitectura e ao património cultural das comunidades, aliadas à existência de dinâmicas locais nos planos cultural, social, económico e associativo.

O modelo de intervenção assentou na definição prévia, por Linha de Acção, das prioridades de actuação, da complementaridade das acções e do envolvimento dos promotores, de forma a assegurar uma compatibilização consequente entre as iniciativas, a financiar, e os objectivos a atingir. Aquela lógica de integração foi também reforçada por intervenções em redes, de aldeias ou de espaços rurais, que organizam territórios com capacidade de interagir, proporcionando dinâmicas de mobilização mais sustentáveis que as geradas por intervenções pontuais e sem conexão funcional e ou espacial.

### Linhas de Acção



A complementaridade de objectivos definidos, naquelas três Linhas de Acção e a possibilidade da sua articulação, permite cobrir as situações mais relevantes da Região, no que respeita a factores de genuinidade e diferenciação como identidade, património histórico e cultural, arquitectura, património rural, paisagem e actividades tradicionais.

Estes elementos estruturantes, da nossa memória colectiva, podem constituir factores de competitividade, das parcelas de menor dinâmica demográfica e económica da Região Centro, já que integram valores e referências, únicos, inimitáveis e essenciais, para a sua afirmação, divulgação e desenvolvimento.

A metodologia utilizada na implementação desta AIBT foi proposta em documento elaborado pela Coordenação e aprovado pela Unidade de Gestão do PO Centro, em Novembro de 2000. A referida proposta compreendia três fases: Enquadramento e Objectivos Globais: da estratégia de implementação à complementaridade territorial, Proposta de Actuação e Operacionalização da Medida.

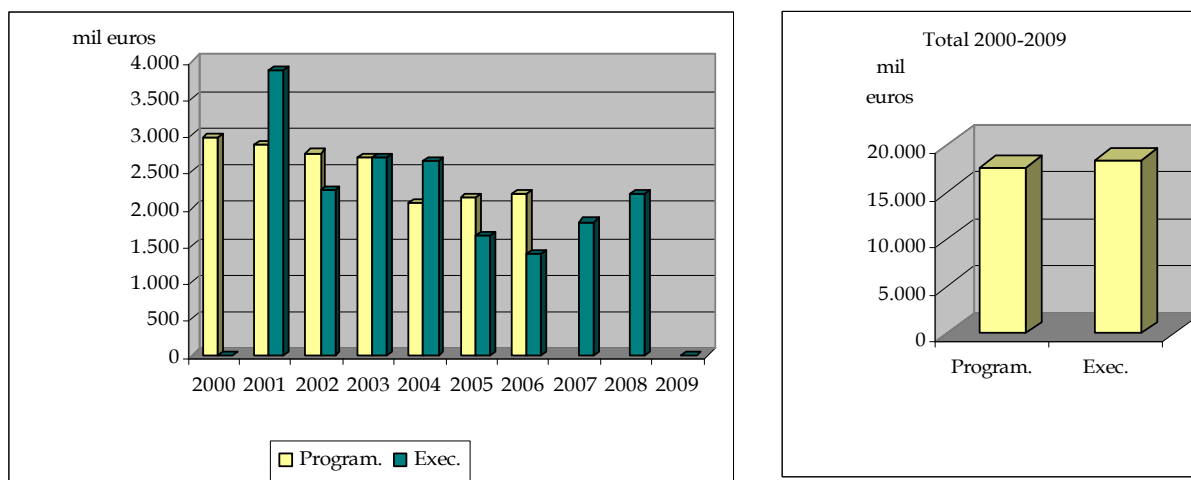
Os 191 projectos financiados representam 104,6% do total de despesa pública programada, 104,4 % em termos de fundo, resultando do *overbooking*, iniciado em 2006, enquanto atitude cautelar de gestão; em 2007 registou-se o reforço daquela situação, face à boa performance evidenciada na execução e tendo, também, em conta as múltiplas situações de encerramento de projectos com valores inferiores aos homologados.

### Medida II.3 – Programação e execução por ano (2000-2009)

Unidade: Euros

Ano	Programação		Execução		Exc./Prog	Fundo Exec. %
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo		
2000	4.221.324	2.954.843	0	0	0,0	0,0
2001	4.078.410	2.854.806	5.543.771	3.880.640	135,9	21,0
2002	3.933.467	2.753.350	3.246.949	2.238.641	81,3	12,1
2003	3.842.056	2.689.363	3.949.351	2.687.751	99,9	14,6
2004	2.977.943	2.084.499	3.824.180	2.637.224	126,5	14,3
2005	3.062.282	2.143.536	2.368.601	1.637.205	76,4	8,9
2006	3.136.269	2.195.327	1.959.463	1.377.119	62,7	7,5
2007			2.522.306	1.814.614		9,8
2008			2.988.546	2.187.799		11,9
2009			0	0		0,0
<b>Total</b>	<b>25.251.751</b>	<b>17.675.724</b>	<b>26.403.167</b>	<b>18.460.992</b>	<b>104,4</b>	<b>100,0</b>

Assim, e na sequência da decisão de alargamento do período de aprovações, ocorreu em 2007 a aprovação dos últimos sete projectos reforçando para 5,7% o *overbooking* existente no final de 2006 (2,1%) garantindo, por esta via, uma maior margem de cumprimento da programação.

**Gráfico 3.15 Medida II.3 Evolução da fundo programado e executado**

Toda a execução financeira ocorreu até ao final do ano de 2008 tendo, apenas, deslizado para 2009 alguns dos pagamentos finais aos executores. A execução de 2008 continuou a reflectir o encerramento de projectos com valores inferiores aos homologados, pelo que o encerramento financeiro da Medida, foi consolidado nos 104,6% e 104,4% da despesa pública e FEDER, respectivamente.

A execução financeira demonstrada garantiu o cumprimento da regra n+2, no período de programação 2000-2006, verificando-se uma significativa concentração de realizações até 2004, ano em que se encontrava executada 86,9% da despesa pública programada para 2000-2004.

Os 97 projectos da Linha de Acção “Aldeias Históricas” representam 66,2% do investimento total, reafirmando o papel estruturante desta Rede de Aldeias. Para além do efeito demonstrativo que se pretendeu é, ainda, de relevar na referida representação a tipologia e especificidade dos projectos executados, o número de intervenções implementadas e a procura registada por parte da iniciativa privada. Nas doze Aldeias Históricas a recuperação do património histórico e cultural, assume significado importante, quer, em termos simbólicos quer em termos financeiros, reforçando o papel âncora que desempenham, no contexto territorial da Acção Integrada.

Nos quinze Centros Rurais foram executados 69 projectos que absorveram 23,2% da despesa pública executada sendo dominantes projectos, ligados à valorização e

dignificação da paisagem rural e dos espaços públicos dos pequenos aglomerados e ao acréscimo da qualidade de vida local, que envolveram valores de investimento menos expressivos.

### Medida II.3 – Execução por linha de acção

Unidade: Euros

Linha de Acção	Execução (2000-2009)			
	Nº Proj.	D. Pública	Fundo	% (D. Pública)
Aldeias Históricas	97	17.480.487	12.403.226	66
Centros Rurais	69	6.124.983	4.102.099	23
Contratos Aldeia	25	2.797.698	1.955.668	11
<b>Total</b>	<b>191</b>	<b>26.403.167</b>	<b>18.460.992</b>	<b>100</b>

Já no que se refere aos “Contratos de Aldeia”, foram aprovados 25 projectos que correspondem às propostas apresentadas em nove Planos de Acção representando 10,6% do investimento realizado na Medida.

Neste caso pretendeu-se, fundamentalmente, intensificar o carácter demonstrativo da AIBT, tendo-se apostado em projectos que marcassem uma atitude diferenciadora na valorização dos aglomerados tradicionais e do seu património, mais representativo, por forma a promover e projectar a respectiva genuinidade e identidade, enquanto elementos determinantes da sua sobrevivência.

O padrão diferenciado das iniciativas apoiadas prende-se com os objectivos específicos de cada uma das Redes, formalizadas, e com o papel que desempenham na mobilização dos territórios que organizam.

A avaliação **sectorial** da execução revela como dimensões fundamentais desta AIBT o património histórico, a revitalização urbana e a cultura que, no seu conjunto, representam 81,3% do investimento realizado contribuindo, assim de forma decisiva, para a valorização de aglomerados mais emblemáticos do Interior da Região.



**Medida II.3 – Execução por sector**

Unidade: Euros

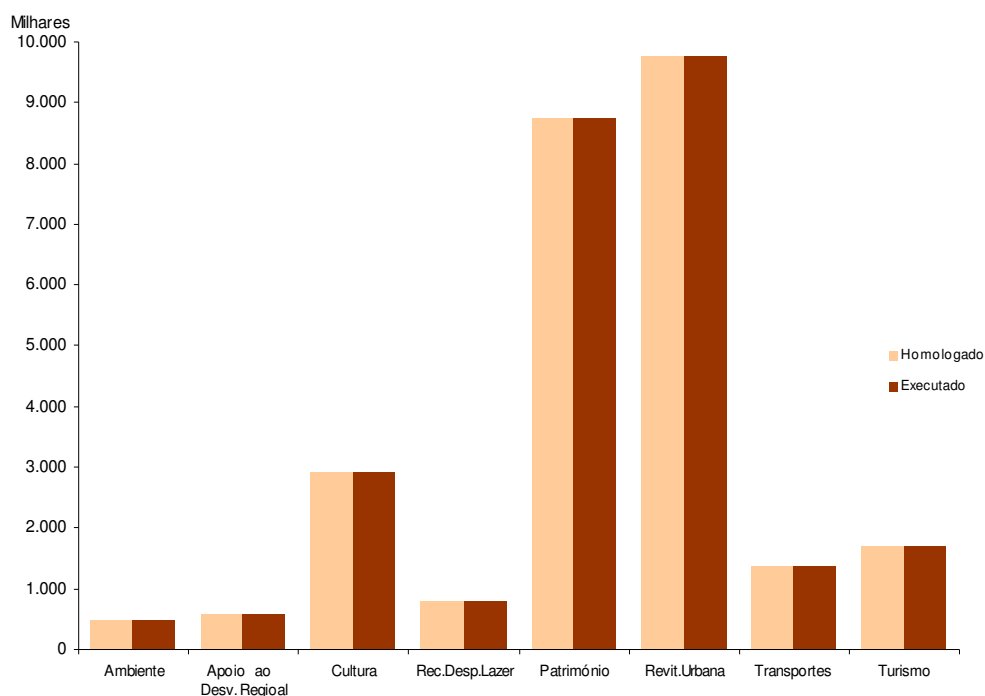
Sector	Execução (2000 -2009)			
	Nº Proj.	D. Pública	Fundo	% (D. Pública)
Ambiente - Abastecimento de Água	4	475.356	313.574	1,8
Apoio ao desenvolvimento regional	13	587.658	411.360	2,2
Cultura	31	2.918.463	2.134.529	11,1
Recreio Desporto e Lazer	9	785.723	523.148	3,0
Revitalização Urbana	74	9.775.818	6.762.536	37,0
Transportes - Rodovias	14	1.384.021	894.903	5,2
Turismo	25	1.714.826	1.233.093	6,5
Património Histórico/Cultural	21	8.761.303	6.187.849	33,2
<b>Total</b>	<b>191</b>	<b>26.403.167</b>	<b>18.460.992</b>	<b>100</b>

Directamente relacionado com aqueles sectores, estruturantes, está o investimento na área do turismo que representa 6,5% do total da Medida e que envolve projectos ligados à actividade económica e à componente imaterial (animação promoção e divulgação).

Referência particular deve ser feita às intervenções patrimoniais, não apenas pela sua significativa representação (33,2%), mas ainda pela sensibilidade de que se revestiram os 21 projectos que permitiram a valorização de monumentos (12), de Igrejas (4) e edifícios de reconhecido valor arquitectónico (7), com impactos relevantes tanto a nível material como simbólico.

No seu conjunto, os domínios referidos têm privilegiado o envolvimento alargado e concertado de entidades públicas, privadas e associativas na abordagem à problemática dos territórios de baixa densidade, reafirmando a importância de novos factores de competitividade, a nível local e regional.

A incidência do investimento, por sector, em cada uma das Linhas de Acção permite, por um lado, reafirmar a sua complementaridade e, por outro lado, distinguir o seu potencial de diferenciação e, conseqüentemente, de afirmação. Assim, nas Aldeias Históricas evidenciam-se como sectores estratégicos o património, a revitalização urbana, o turismo e cultura que representam 98,7% do investimento realizado, nesta Linha de Acção.

**Gráfico 3.16 Distribuição Sectorial do Investimento Executado**

Nos Centros Rurais verifica-se uma maior dispersão sectorial do investimento, confirmando a sua natureza mais abrangente, tanto em termos temáticos como espaciais.

### Execução Sectorial por Linha de Acção (%)

Sector/Linha de Acção (%)	Aldeias Históricas	Centros Rurais	Contratos de Aldeia
Ambiente - Abastecimento de Água	0,8	5,4	
Apoio ao desenvolvimento regional		9,6	
Cultura	10,9	4,5	19,6
Recreio Desporto e Lazer	0,4	11,5	
Revitalização Urbana	28,9	40,8	72,5
Transportes - Rodovias		22,6	
Turismo	13,4	1,3	
Património Histórico/Cultural	45,6	4,3	7,9
Total	100	100	100

Destacam-se a revitalização urbana, as acessibilidades e os equipamentos de recreio, desporto e lazer e o apoio ao desenvolvimento regional, vertentes importantes na

melhoria da qualidade de vida das populações, na articulação e estruturação territorial dos espaços de intervenção e na disponibilização de competências técnicas a nível local.

No que se refere aos Contratos de Aldeia, e tendo em conta os objectivos subjacentes à sua selecção, implementação e efeitos previstos, verifica-se uma concentração de investimento na revitalização urbana e cultura (92,1%) respondendo, desta forma, à necessidade de valorização das estruturas urbanas, da arquitectura tradicional e do património cultural das comunidades, ali instaladas.

A territorialização do investimento realizado, nesta AIBT, reflecte os objectivos e o carácter selectivo, que presidiu à implementação das suas Linhas de Acção, em estreita correlação com os efeitos que se pretendiam alcançar, numa lógica de valorização dos espaços menos competitivos da Região Centro. Assim, para além do projecto mobilizador que tem sido a Rede das Aldeias Históricas, foram formalizadas outras redes de micro intervenções capazes de protagonizar o envolvimento de recursos e actores e de produzir efeitos demonstrativos no Interior da Região, onde se concentrou 98,5% do investimento realizado.

### Medida II.3 – Execução por NUT III

Unidade: Euros						
NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência (Custo total)	
					%	por habitante
Baixo Mondego	1	66.229	66.229	46.361	0,2	0,2
Pinhal Litoral	4	337.653	337.653	236.357	1,3	1
Pinhal Interior Norte	13	921.390	921.390	603.236	3,4	7
Dão Lafões	34	3.850.291	3.850.291	2.670.822	14,3	14
Pinhal Interior Sul	4	435.910	435.910	290.478	1,6	10
Serra da Estrela	5	289.786	289.786	190.741	1,1	6
Beira Interior Norte	72	12.014.803	11.524.473	8.085.650	45,0	106
Beira Interior Sul	24	3.954.987	3.901.157	2.745.246	14,7	51
Cova da Beira	34	5.218.866	5.076.279	3.592.102	19,9	57
Litoral	5	403.882	403.882	282.718	1,5	0,4
Interior	186	26.686.033	26.282.982	18.178.275	98,5	33
<b>Total da Medida</b>	<b>191</b>	<b>27.089.915</b>	<b>26.403.167</b>	<b>18.460.992</b>	<b>100,0</b>	<b>15</b>

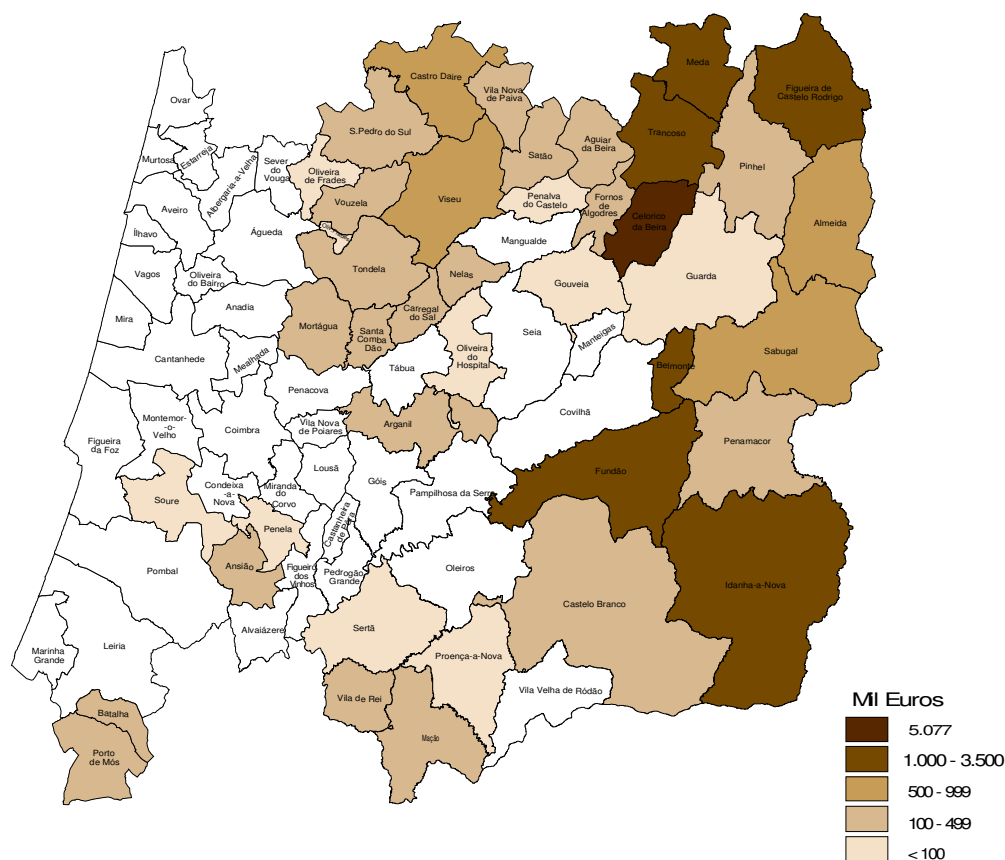
A Beira Interior Norte detém o maior número de projectos, a parcela mais significativa de investimento (25%) e a captação mais elevada (106 €/hab), o que se relaciona directamente com as sete Aldeias Históricas e os cinco Centros Rurais ali localizados.

De referir, também, a mobilização empresarial registada naquela NUT, onde se instalaram sete iniciativas de dinamização económica que, estão na base dos valores diferenciados entre custo total e despesa pública dos projectos executados: Castelo Rodrigo (3), Linhares da Beira (1), Marialva (3) e Trancoso (1), são as Aldeias Históricas que demonstraram maior capacidade empreendedora, correspondendo positivamente ao esforço público, realizado, e ao desafio da diversificação das economias locais e da criação de emprego. Ali estão instaladas sete, das oito, iniciativas de Turismo em Espaço Rural (TER) representando 82,7% da capacidade de alojamento criada, nesta tipologia e na Rede, com recurso ao sistema *minimis*.

A intensidade de investimento realizado na Cova da Beira e Beira Interior Sul prende-se, fundamentalmente, às quatro Aldeias Históricas, ali localizadas (Belmonte, Castelo Novo, Idanha-a-Velha e Monsanto), já que os níveis de despesa realizada nos Centros Rurais e Contratos de Aldeia têm expressão financeira menos significativa. Em contrapartida o Dão Lafões, que detém 14,3% da despesa pública executada, respondeu de forma muito participativa ao sinal de discriminação positiva proporcionado pela intensificação da rede de Centros Rurais e pelo estabelecimento de cinco Contratos de Aldeia.

Refira-se que aquelas três NUT(s), Cova da Beira, Beira Interior Sul e Dão-Lafões, não tendo sido alvo de nenhuma intervenção específica de valorização territorial, têm vindo a beneficiar da natureza temática desta Acção Integrada, o que contribuiu para projectar territórios cujo reforço da sua capacidade competitiva assenta, também, na preservação da sua identidade histórica e cultural.

## Distribuição Geográfica do Investimento Realizado

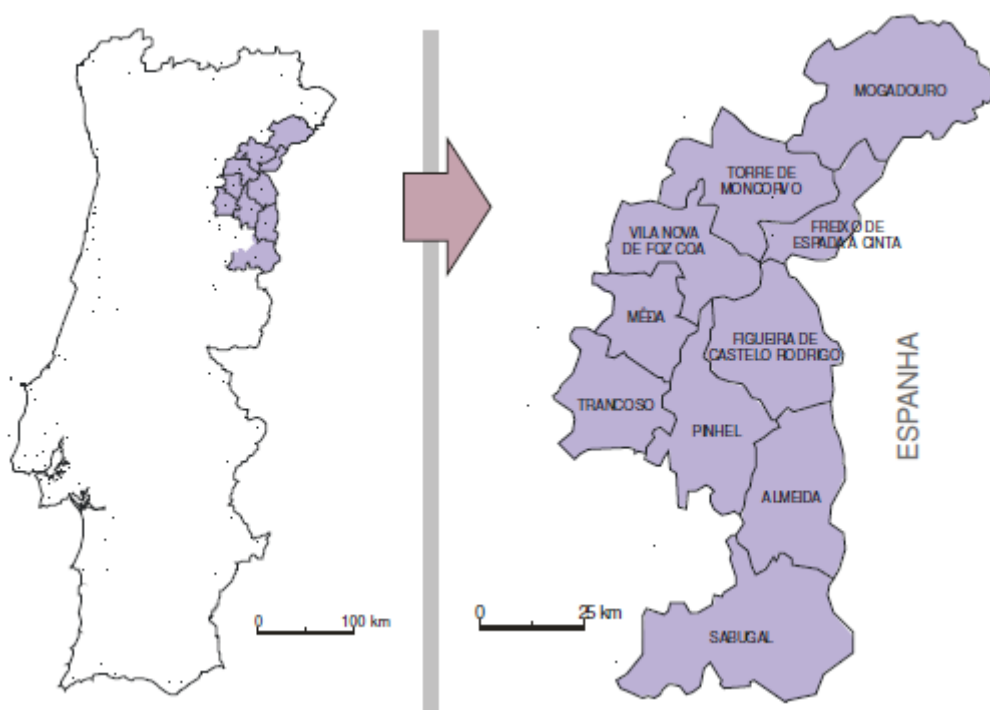


Situação diversa ocorre no Pinhal Interior Norte e Sul e na Serra da Estrela cuja representatividade, dos valores executados (6,1%), não sendo relevante, tem constituído um complemento, importante, a investimentos realizados no âmbito das AIBT específicas daqueles território. Nestes casos as vertentes de intervenção, com efeito cumulativo, de maior expressão são a revitalização urbana, a valorização de praias fluviais e a melhoria das acessibilidades, iniciativas implementadas no âmbito dos Centros Rurais.

Diferentes iniciativas, lançadas em contextos territoriais diversos, têm como objectivo sinalizar espaços e aglomerados que, face às dinâmicas que encerram, poderão funcionar em rede e desempenhar um papel mobilizador de recursos de maior capacidade diferenciadora. A valorização integrada daquele potencial, em territórios economicamente menos competitivos, tem induzido dinâmicas de desenvolvimento favoráveis ao reforço da coesão, atenuando o estigma da interioridade e contribuindo para esbater a tradicional dicotomia rural - urbano.

### 3.3.2.3 Medida II.4- Acção Integrada “Turismo e Património do Vale do Côa”

A Medida 2.4 - Acção Integrada de Base Territorial “Turismo e Património do Vale do Côa” tem como área de intervenção dez concelhos situados em território raiano do centro e norte de Portugal. Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Mêda, Pinhel, Sabugal, Trancoso integram a NUT II Centro e os restantes 4 integram a NUT II Norte - Freixo de Espada-à-Cinta, Mogadouro, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa.



Fonte: AMVC 2008

Este território corresponde ao espaço geográfico definido pela bacia do rio Côa, mas integra, também, espaços durienses e transmontanos, formando um espaço mosaico que ganha a sua identidade pela sua história comum, por uma malha de complementaridades, que tem vindo a alargar-se e a gerar dinâmicas nos tecidos económicos locais, a partir da influência do Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC).

A condição geográfica e histórica deste território concede-lhe um carácter único, quer pela sua condição físico-geográfica - orografia, clima e coberto vegetal -, quer pelas

características da sua ocupação humana ao longo de dezenas de milénios e das actividades que aqui se desenvolvem. Este é um espaço fronteiriço, marcado por um tecido económico deprimido e por dinâmicas demográficas reveladoras de desvitalização populacional: um espaço de baixa densidade.

Enquanto espaço de baixa densidade este território é marcado pelas seguintes características:

Região mais pobre no contexto nacional (70% do PIB per capita nacional; 50% do rendimento colectável per capita nacional; 60% a 70% do poder de compra nacional) (INE, 2008), devido fundamentalmente aos baixos índices de produtividade registados na região;

Desertificação e envelhecimento populacional - 87.350 habitantes em 2005, o que corresponde a 0,82% da população nacional, densidade populacional significativamente abaixo da média nacional (17,8 hab./km<sup>2</sup> contra 114,7 hab./km<sup>2</sup>);

Variação negativa da população residente para 1991-2001 e 2001-2005, enquanto a nível nacional se regista uma variação positiva para ambos os períodos, taxa de natalidade inferior à média nacional e taxa de mortalidade significativamente superior à média nacional e índice de envelhecimento superior à média nacional;

Défice de desenvolvimento e iniciativa empresarial - nível relativamente frágil de empreendedorismo na região;

Défice de capital humano - baixo nível de escolaridade face ao país (60% da população detém grau de escolaridade até apenas o 1º ciclo do ensino básico, aliado a um menor peso relativo dos níveis de qualificação mais elevados), preponderância de trabalhadores não qualificados na região;

Património cultural e natural muito rico, mas insuficientemente explorado, visitado e reconhecido, numa base de sustentabilidade - baixa densidade turística em termos de capacidade de alojamento e de dormidas registadas, excessiva dependência do turismo nacional e muito débil capacidade de atracção de turistas estrangeiros, índices de sazonalidade expressivos, baixas estadas médias e reduzido valor gerado por dormida.

Trata-se, portanto, de um território pautado por fortes dinâmicas regressivas: população envelhecida com baixos índices habilitacionais a par de um tecido empresarial vocacionado para actividades tradicionais e pouco inovadoras, usualmente geradoras de baixos índices de valor acrescentado, contextualizados num território consideravelmente desertificado, servido por escassas acessibilidades internas.

Administrativamente a “dispersão” por duas NUT II é um dos aspectos que diferencia esta Acção Integrada das restantes 11 AIBT que integram os PO Regionais e é, uma das marcas da sua singularidade que encontra também expressão no facto de ser um território profundamente ruralizado e com défices infraestruturais significativos e estrangulamentos diversos ao nível económico (onde a capacidade de investimento endógeno é extremamente limitada), mas que apresenta um conjunto de potencialidades e recursos, nomeadamente os relacionados com o seu património histórico/cultural e com a sua paisagem, que marcam indelevelmente essa sua singularidade.

O referencial estratégico da AIBT estava centrado em procurar potenciar o desenvolvimento do binómio Turismo/património num território com características singulares, valorizando economicamente recursos endógenos tendencialmente inimitáveis, que neste território tem um reconhecimento potencial para a geração de impactos e sinergias no desenvolvimento da base económica e na qualidade de vida dos residentes.

A competitividade da região do Vale do Côa revela várias debilidades estruturantes na capacidade de gerar e afirmar inovações, na dinâmica de desenvolvimento dos serviços e na qualificação de recursos humanos, o que cria barreiras difíceis de ultrapassar, pelo que o desencadear um novo ciclo de dinamização dos actores públicos e privados possibilitado pela AIBT foi um impulso significativo no sentido de reforçar a competitividade do território.

Constituíram objectivos desta AIBT, proporcionar condições para uma optimização sustentável dos recursos, nomeadamente nas áreas da valorização do património e do turismo. Neste sentido foram enquadradas nesta medida as seguintes linhas de acção (LA):

Valorização do Parque Arqueológico do Vale do Côa (LA1);

Promoção do desenvolvimento turístico (LA2);

Reabilitação de aglomerados e recuperação do património (LA3);

Dinamização económica e social (LA4);

No ano 2008 foram apreciadas em Unidade de Gestão 11 candidaturas, todas submetidas no âmbito da criação de uma bolsa de projectos em *overbooking* uma vez que foi preocupação da Gestão executar integralmente os montantes da programação da Medida II.4 - AIBT “Turismo e Património no Vale do Côa”, procurando reafectar os montantes



libertos. Importa destacar as condições para que os projectos fossem considerados para aprovação:

- 1 - Serem enquadrados na tipologia de investimentos prevista nos complementos de programação para a Medida;
- 2 - Não estarem aprovadas para financiamento de outros mecanismos, nomeadamente ao QREN;
- 3 - Terem todos os procedimentos de contratação pública concluídos e no respeito pela legislação aplicável;
- 4 - Apresentarem um grau de execução física e financeira considerável;
- 5 - Não estarem concluídos física e financeiramente a essa data;
- 6 - Reunirem condições para estarem concluídos física e financeiramente até, no limite, final de 2008.

Em termos acumulados, a Medida 2.4 registou 129 candidaturas entradas, com 123 projectos aprovados em Unidade de Gestão, homologados e executados física e financeiramente dentro do prazo para a conclusão (segundo as regras de encerramento) dos projectos.

Tal como já havia sido referido em anteriores relatórios de execução, dos projectos aprovados nas quatro linhas de acção previstas em Complemento de Programação, constata-se que 95% dos projectos se concentram nas linhas de acção 2, 3 e 4, com predominância para a linha de acção 3 - Reabilitação dos Aglomerados e Recuperação do Património que acolhe o maior número de projectos.

Em termos do número de projectos a escassa expressão apresentada pela linha de acção “Valorização do Parque Arqueológico do Vale do Côa”, deve-se, fundamentalmente, ao facto dos beneficiários finais desta linha de acção ser em número reduzido, uma vez que o IPA – Instituto Português de Arqueologia (que ao longo de 2007 foi extinto tendo sido criado um novo Instituto Público que passou a integrar o ex: IPA e o Ex: IPPAR) o PAVC – Parque Arqueológico do Vale do Côa e o CNART – Centro Nacional de Arte Rupestre (também extinto), 3 dos beneficiários previstos em Complemento de Programação, serem, na prática, apenas um beneficiário, uma vez que os últimos dois são entidades dependentes da primeira, sem autonomia financeira e, por isso, não poderem apresentar candidaturas de forma autónoma.

É de referir, no entanto, que apesar de escasso o número de projectos apresentados no âmbito da linha de acção “Valorização do Parque Arqueológico do Vale do Côa”, um

destaca-se dos demais e diz respeito à execução do “Museu do Côa”, um dos projectos “âncora” desta Medida. Não só porque representa aproximadamente 1/5 do total aprovado na Medida mas, fundamentalmente, pela importância estratégica (como um dos principais pólos de atractividade deste território) que assume no contexto desta região, já que será uma estrutura dinamizadora do desenvolvimento, inserindo o Vale do Côa nos circuitos do turismo organizado e promovendo o desenvolvimento económico e social da região.

Importa relembrar que tendo em consideração a relevância deste projecto, em termos nacionais e internacionais, e o elevado volume de investimento envolvido, o financiamento no âmbito do III QCA exigiu que fosse repartido entre o Programa Operacional da Região Centro (Eixo II – Acção Integrada “Turismo e Património no Vale do Côa”) e o Programa Operacional para a Cultura (POC), Medida 1.2. – Modernização e dinamização dos museus nacionais, actuando os dois Programas em complementaridade e em consistência com os objectivos gerais da intervenção global. Assim a construção do Museu, dos acessos e arranjos exteriores ficaram a cargo da AIBT do Côa e a produção e instalação da museologia a cargo do PO da Cultura.

Na linha de acção “Promoção do desenvolvimento turístico”, salienta-se a execução dos projectos associados aos pólos termais de Fonte Santa, no Município de Almeida, Longroiva no Município de Meda e do Cró, no Município de Sabugal, considerados projectos “âncora” desta AIBT. Estes projectos são importantes no quadro dos objectivos definidos para a AIBT, particularmente os associados à promoção do desenvolvimento turístico, através do aproveitamento dos recursos termais e respectiva infraestruturação.

Tal como já foi referido em anos anteriores, merece também destaque o tipo de promotores envolvidos na Medida. Tanto em número como nos montantes envolvidos, os Municípios destacam-se como as principais entidades promotoras dos projectos, com 69,9% e 73,5% respectivamente, do total da Medida, seguindo-se, quanto ao financiamento, os Institutos Públicos e outras entidades sob a Tutela da Administração Central. No seu conjunto, a iniciativa pública de âmbito central ou local contabiliza 98 projectos, com um investimento de aproximadamente 60 milhões de euros, o que representa 94% da dotação atribuída à AIBT.

A execução ocorrida em 2008 representa 29,2% do total do FEDER programado para o período de programação 2000/2006, o que significa um forte e decisivo impulso na execução da medida. Tal ficou a dever-se à execução integral do Museu do Côa, projecto

cuja importância financeira na medida já foi mencionada. Isso mesmo permitiu que fossem integralmente executados os montantes colocados à disposição da medida e, ainda, executar os projectos aprovados em *overbooking*.

A actividade desenvolvida pela Coordenação da AIBT no terço final da execução do IIIQCA procurou assegurar níveis de execução dos projectos aprovados que permitissem melhorar o desempenho global da medida. Os resultados demonstram que essa actividade foi bem sucedida.

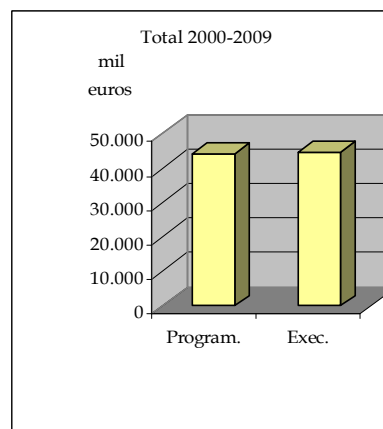
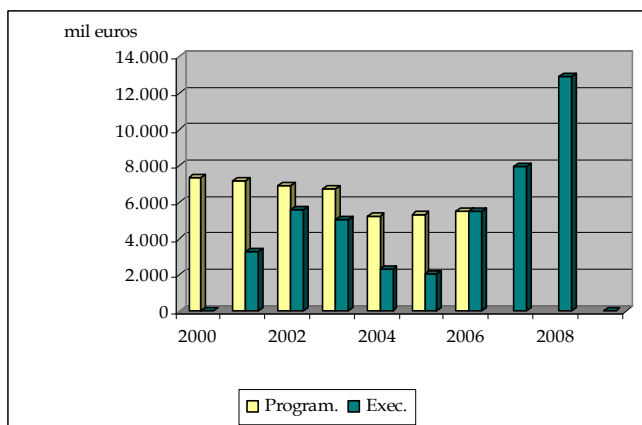
No quadro e gráfico seguintes são apresentados os valores executados, no período 2000-2008.

### Medida II.4 Programação e execução por ano (2000-2009)

Unidade: Euros

Ano	Programação		Execução		Exc./Prog	Fundo Exec. %
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo		
2000	10.551.876	7.386.388	0	0	0,0	0,0
2001	10.194.640	7.136.320	4.720.643	3.304.450	46,3	7,4
2002	9.832.333	6.882.703	7.941.015	5.552.081	80,7	12,4
2003	9.603.836	6.722.753	7.191.676	5.023.364	74,7	11,3
2004	7.443.838	5.210.739	3.317.653	2.322.357	44,6	5,2
2005	7.654.661	5.358.317	2.982.359	2.087.652	39,0	4,7
2006	7.839.610	5.487.781	7.819.221	5.473.455	99,7	12,3
2007			11.382.577	7.967.804		17,8
2008			18.443.240	12.910.268		28,9
2009			0	0		0,0
<b>Total</b>	<b>63.120.794</b>	<b>44.185.001</b>	<b>63.798.385</b>	<b>44.641.432</b>	<b>101,0</b>	<b>100,0</b>

Gráfico 3.17 Medida II.4 Evolução do Fundo programado e executado



O quadro anterior mostra que os valores FEDER executados ultrapassam a dotação da Medida em 456 mil euros (1,0%), o que demonstra a performance da Medida, tanto mais tendo em conta os níveis médios de execução que a medida foi apresentando ao longo dos tempos.

A distribuição dos projectos aprovados por linha de acção mantém-se semelhante à dos anos anteriores, tanto em número, como em valor, como mostra o quadro seguinte.

#### Medida II.4 - Execução financeira por linha de acção

Unidade: Euros

Linha de Acção	Execução (2000-2009)			
	Nº Proj.	D. Pública	FEDER	%
LA1 - Valorização do Parque Arqueológico do Vale do Côa	6	11.942.890	8.360.023	18,7
LA2 - Promoção do Desenvol. Turístico	37	31.939.900	22.357.930	50,1
LA3 - Reabilitação dos Aglomerados e Recuperação do Património	48	14.721.811	10.305.268	23,1
LA4 - Dinamização Económica e Social	32	5.193.783	3.618.210	8,1
<b>Total</b>	<b>123</b>	<b>63.798.385</b>	<b>44.641.432</b>	<b>100</b>

A Linha de Acção dominante em número de projectos é a “Reabilitação dos Aglomerados e Recuperação do Património”, indicando a forte incidência das intervenções realizadas nas Aldeias/Portas de entrada do Vale do Côa, destinadas à valorização da imagem dos aglomerados e do seu património. Os 13 núcleos abrangidos, distribuídos por sete concelhos da AIBT, foram todos objecto de pelo menos uma intervenção, destacando-se os investimentos em arranjos urbanísticos e na recuperação de imóveis e de equipamentos tradicionais.

Por outro lado, verifica-se que os projectos da Linha de Acção “Promoção do Desenvolvimento Turístico” absorvem cerca de metade dos valores aprovados. A isso não será estranho, evidentemente, a “matriz constituinte” da própria AIBT que, tal como o seu próprio nome indica, radica no “turismo e património no vale do Côa”.

Projecto como a “Construção do Cais Turístico-Fluvial de Barca D’Alva”, os pólos termais de Longroiva, Fonte Santa e Cró, o “Museu Histórico-Militar em Almeida”, a “Promoção e Valorização do Património Natural e Paisagístico do Vale do Côa”, o “Parque Ambiental da Congida” em Freixo de Espada-a-Cinta, são alguns dos executados no âmbito da Medida.

No que respeita à distribuição sectorial do investimento aprovado, o quadro seguinte mostra que se mantém dominante o sector da cultura. O turismo é o sector com mais projectos aprovados, logo seguido pela revitalização urbana.

#### Medida II.4 - Distribuição Sectorial da execução

Unidade: Euros

Sector	Execução (2000-2009)			
	Nº Proj.	D. Pública	Fundo	%
APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	17	8.196.300	5.719.972	12,8
CULTURA	19	20.409.244	14.286.471	32,0
PATRIMÓNIO HISTÓRICO/CULTURAL	7	2.255.415	1.578.790	3,5
RECREIO E LAZER	4	2.910.270	2.037.189	4,6
REVITALIZAÇÃO URBANA	33	12.323.713	8.626.599	19,3
TRANSPORTES - rodovia	7	2.679.389	1.875.572	4,2
TURISMO	34	14.800.026	10.360.018	23,2
AMBIENTE - protecção ambiental	1	20.926	14.648	0,0
INTEGRAÇÃO SOCIAL	1	203.102	142.172	0,3
<b>Total</b>	<b>123</b>	<b>63.798.385</b>	<b>44.641.432</b>	<b>100</b>

Tal como referido em relatórios anteriores, a territorialidade dos investimentos da Medida 2.4 foi determinada pela concretização da estratégia da AIBT e pela focalização dos recursos territoriais a serem valorizados, e não pela distribuição equitativa da dotação financeira das autarquias. A selectividade da localização do investimento, consoante o seu contributo para a estratégia, foi manifestamente assumida e, obviamente, implicou uma distribuição diferenciada pelo território.

A análise da distribuição territorial do investimento aprovado, apresentada no quadro seguinte, permite concluir que cerca de 90% se concentra nas NUT Beira Interior Norte e Douro. Salienta-se o facto de valores de investimento muito próximos nestas duas NUT se distribuírem por um menor número de projectos na NUT do Douro. Têm aqui relevância os projectos aprovados no concelho de Vila Nova de Foz Côa que representam mais de dois terços do total da NUT Douro, tanto em número como em valor. O investimento realizado na construção do Museu do Côa assume aqui um papel preponderante, na medida em que absorve cerca de metade do valor investido no concelho.

É de referir que no concelho de Mogadouro, único concelho da NUT de Alto de Trás-os-Montes, se concentram 8% do investimento executado.

**Medida II.4 - Execução total por NUT III**

Unidade: Euros

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência	
					%	por hab.
Beira Interior Norte	70	31.000.579	30.529.297	21.358.169	48,2	269
Não Regionalizável	6	890.562	890.562	618.294	1,4	
Litoral	0	0	0	0	0,0	0
Interior	70	31.000.579	30.529.297	21.358.169	48,2	38
NUT's Reg. NORTE	47	32.411.615	32.378.526	22.664.968	50,4	958
<b>Total da Medida</b>	<b>123</b>	<b>64.302.756</b>	<b>63.798.385</b>	<b>44.641.432</b>	<b>100</b>	<b>35</b>

### 3.3.2.4 Medida II.5 - Acção Integrada de Base Territorial da “Serra da Estrela”

Foram alteradas de forma bastante significativa as condições sócio-económicas no final do período de execução do Programa Operacional da Região Centro 2000-2009. Pese embora Portugal tenha sido dos países da Europa que mais cresceu com o pacote financeiro do QCA III, estima-se, a confirmarem-se as previsões da Comissão Europeia, que Portugal registará no final desta primeira década do século XXI o seu mais fraco crescimento do PIB desde que há registos estatísticos credíveis. No primeiro semestre de 2008 acentuou-se o abrandamento económico, que se vinha registando com a redução do crescimento do PIB, para no segundo semestre se desencadear uma das maiores crises financeiras a nível global de que há memória, de cujas consequências a economia ainda se não refez sobretudo porque não consegue estagnar o assustador crescimento do desemprego.

A retracção do consumo das famílias devida à falta de confiança motivada pelo pessimismo instalado, quanto à evolução do mercado de trabalho, teve tradução na área de intervenção da Medida, com a estagnação do número de visitantes da Serra da Estrela, indicador muito relacionado com o consumo privado interno. A capacidade instalada de alojamento em unidades hoteleiras tradicionais e em equipamentos de Turismo em Espaço Rural, na área da Serra da Estrela que praticamente duplicou no início da década e a que correspondeu um crescimento muito significativo de 150.000 dormidas em alojamentos turísticos para cerca de 550.000 no final de 2008 (dados do Polo de Turismo da Serra da Estrela), receia agora um período de estagnação. Embora o sector turístico tenha sido o único que mostrou alguma vitalidade, a ponto de ser o único sector onde se verificou um reforço considerável de investimento nos últimos anos, a gravidade da crise instalada a partir do último trimestre de 2008 faz temer um período prolongado de estagnação no investimento.

As consequências desta envolvente, para o desenvolvimento da execução da Acção Integrada de Desenvolvimento da Serra da Estrela, não tiveram grande significado pois no final de 2007 a Medida 2.5 já apresentava um *overbooking* de aprovações na ordem dos 5%. Em 2008, com a abertura verificada no final do 1º semestre para acolher mais candidaturas, esta taxa de *overbooking* chegou em termos de registos a atingir os 10%,

mantendo-se no entanto sob controlo com o conhecimento de que os projectos que iam sendo finalizados libertariam verbas. Foi assim possível terminar 2008 com um *overbooking* de execução que não ultrapassou os 6%. Os projectos aprovados em 2008 foram de uma dimensão financeira muito menor, porque só assim era possível manter um controlo sobre o referido *overbooking*.

Não se verificaram dificuldades na contrapartida nacional por parte dos promotores, em especial dos municípios, que os impedisse de acorrer às disponibilidades abertas no final do primeiro semestre de 2008, embora se constatasse uma ou outra excepção com municípios particularmente endividados.

O Sistema de Incentivos à Acção Integrada de Desenvolvimento da Serra da Estrela que apoiou investimentos privados de alojamento turístico decorreu a bom ritmo em 2008 tendo sido concluídas ao longo do ano todas as candidaturas que estavam ainda em curso.

Embora nas duas últimas épocas de Inverno, o cartaz da neve não tenha revelado as fragilidades habituais, pois nevou com abundância e os nevoeiros foram mais raros, notou-se de forma determinada a adesão dos “stake-holders” do turismo da região às conclusões apresentadas em meados de 2006 do Plano Estratégico de Turismo – PETUR, projecto apoiado no âmbito desta Medida 2.5 que privilegiava um turismo alternativo de natureza e de todo o ano, apostado na preservação do ambiente e na criação de novos produtos turísticos. Repudiava um turismo de massas baseado, quase em exclusivo, no singular mas escasso produto turístico que a neve pode proporcionar, pelo que desaconselhava um crescimento nesse sentido. Tendo sido a área de intervenção da AIBT Serra da Estrela, integrada pelos concelhos de Aguiar da Beira, Belmonte, Celorico da Beira, Covilhã, Fornos de Algodres, Gouveia, Guarda, Manteigas, Oliveira do Hospital e Seia, o maciço montanhoso da Serra da Estrela, que é o território que estes municípios circunscrevem foi dominante na sua intervenção. O PETUR que apontava para a associação dos seis de tais municípios que integram o território do Parque Natural da Serra da Estrela terá tido como consequência a agregação destes municípios numa candidatura ao QREN que no âmbito de uma Estratégia de Eficiência Colectiva, deu origem ao PROVERE Serra da Estrela que se agregou por sua vez no Buy Nature das Áreas Classificadas da Região Centro.



Face à abertura verificada no final do primeiro semestre de 2008 que permitiu um ligeiro acréscimo de *overbooking* foi possível em 2008 aprovar 13 candidaturas. Com as 92 aprovadas até final de 2007, atingiu-se um total de 105 candidaturas homologadas, das quais 11 aprovadas no âmbito do Sistema de Incentivos específico da Acção Integrada de Desenvolvimento da Serra da Estrela. Destas 102 garantiram execução no final do período de programação.

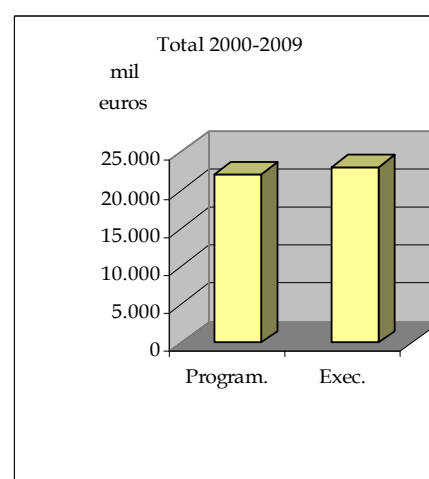
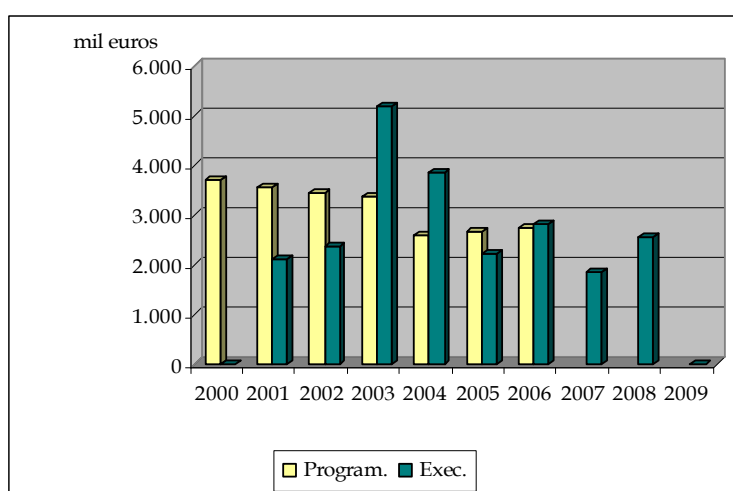
A taxa de execução efectiva sobre o programado para a Medida, atingiu os 103,9% registando-se portanto um *overbooking* de 3,9%.

### Medida II.5 Programação e execução por ano (2000-2009)

Unidade: Euros

Ano	Programação		Execução		Exc./Prog	Fundo Exec. %
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo		
2000	5.275.955	3.693.211	0	0	0,0	0,0
2001	5.097.336	3.568.176	3.403.085	2.108.219	59,1	9,2
2002	4.916.183	3.441.367	3.385.556	2.369.889	68,9	10,3
2003	4.801.933	3.361.392	7.697.643	5.178.907	154,1	22,6
2004	3.721.930	2.605.381	5.485.837	3.840.086	147,4	16,7
2005	3.827.344	2.679.171	3.190.061	2.233.043	83,3	9,7
2006	3.919.816	2.743.902	4.001.910	2.801.337	102,1	12,2
2007			2.667.031	1.862.836		8,1
2008			3.679.003	2.554.162		11,1
2009			0	0		0,0
<b>Total</b>	<b>31.560.497</b>	<b>22.092.600</b>	<b>33.510.127</b>	<b>22.948.480</b>	<b>103,9</b>	<b>100,0</b>

### Gráfico 3.18 Medida II.5 Evolução do Fundo programado e executado



A taxa média de comparticipação tendo por base a Despesa Pública foi de 68,5% e tendo por base a Despesa Elegível ficou-se nos 67,0%. A primeira ficou ligeiramente abaixo dos 70%, taxa prevista nos documentos de programação, e a segunda ficou ligeiramente acima dos 65% previstos, por o investimento privado ter ficado aquém do inicialmente programado. Tal facto resultou de o Regulamento para o Sistema de Incentivos específico para a Medida ter sido aprovado apenas a meio do quadro comunitário, no final de 2004.

Face aos objectivos fixados para a Medida importa associá-los aos principais Indicadores Físicos e analisar o grau de aproximação conseguido.

O primeiro dos objectivos fixados - “Garantir a utilização sustentável dos recursos naturais e a qualidade ambiental e paisagística, enquanto condições essenciais à promoção de um desenvolvimento integrado” - foi doutrina imperativa na acção desenvolvida, determinou uma Linha de Acção própria - “Qualificação e valorização ambiental e paisagística” - e são diversos os indicadores físicos que lhe podem ser associados: Zonas de lazer beneficiadas/recuperadas (3), Intervenções em áreas degradadas e respectiva valorização para apoio ao turismo e lazer (2), Espaços públicos requalificados (1), Acções de qualificação/reabilitação ambiental e paisagística (2), Espaços naturais para o apoio ao turismo e lazer valorizados (1), Acções de Sensibilização/divulgação (1), num total de 10 projectos concretizados.

#### Medida II.5 Programação e execução por linha de acção (2000-2009)

Unidade: Euros

Linha de Acção	Execução (2000-2009)			
	Nº Proj.	D. Pública	Fundo	% (D. Pública)
LA 1 - Qualificação e Valorização Ambiental Paisagística Total	11	2.616.717	1.831.702	8,0
LA 2 -Recuperação do Povoamento Rural e Qualificação dos Aglomerados Tradicionais Total	16	3.958.900	2.771.230	12,1
LA 3 -Acessibilidades e Circuitos Turísticos Total	12	2.806.740	1.964.718	8,6
LA 4 - Reforço do Potencial Turístico e Ambiental Total	31	20.908.969	14.127.669	61,6
LA 5 -Acções de Ordenamento e Planeamento Total	5	529.495	370.647	1,6
LA 6 -Valorização e Animação Turística e Ambiental Total	27	2.689.307	1.882.515	8,2
<b>Total da Medida</b>	<b>102</b>	<b>33.510.127</b>	<b>22.948.480</b>	<b>100,0</b>

O segundo dos objectivos – “Promover um ordenamento do território da Serra da Estrela e das suas actividades ajustado às necessidades de promoção de um desenvolvimento integrado – foi prosseguido através dos projectos que registaram os seguintes indicadores: Estudos/projectos técnicos/diagnósticos/planos (5), Intervenções de valorização do património histórico e paisagístico (4), Património rural intervencionado (1), Área intervencionada para recuperação de centros/zonas históricas (1), num total de 11 projectos.

O terceiro dos objectivos – “Promover o aproveitamento e valorização do potencial do desenvolvimento turístico” – foi o que objectivamente mereceu o maior número de projectos associados num total de 49 assim distribuídos pelos respectivos indicadores: Iniciativas de animação e promoção turística (18), Projectos privados de desenvolvimento local apoiados (11), Monumentos e Edifícios de interesse patrimonial recuperados /valorizados(8), Centros de interpretação/ecotecas criados (3), Museus construídos (5), Infra-estruturas turísticas construídas e remodeladas/ampliadas (2) Outras infra-estruturas turísticas construídas (1), Outros equipamentos desportivos construídos (1). Neste contexto, consideram-se oportunas as declarações recentes do Presidente do Polo de Turismo Serra da Estrela ao jornal da Região “O Interior” de 25/11/2009 quando refere que o segredo do crescimento do turismo na Serra da Estrela durante a última década foi para além da qualificação do alojamento e do aparecimento das empresas de animação turística, a da criação de equipamentos tais como os museus e centros de interpretação, as pistas de esqui e outros criativos e inovadores. Em praticamente todos estes equipamentos a Medida esteve envolvida.

Importa registar os desvios verificados em relação às taxas fixadas para cada domínio. O desvio mais significativo verificou-se no domínio da “Promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais” pelo facto de os municípios terem considerado como prioritários os investimento na reabilitação das zonas urbanas, capazes de erradicar nódoas urbanísticas que ainda persistiam, e em equipamentos culturais nas sedes de concelho, em particular os capazes de gerar atracção turística. No entanto se o critério utilizado na classificação da “Construção do Centro de Férias do Solar de Vila Ruiva” efectuado em aldeia iminentemente rural tivesse privilegiado este domínio em vez do “Turismo - Investimentos corpóreos”, o que seria perfeitamente aceitável, o peso na Medida deste indicador ficaria a menos de 1p.p. do inicialmente fixado.

## PO CENTRO RELATÓRIO FINAL DE EXECUÇÃO

Os restantes desvios são mínimos, apenas tendo algum significado o verificado no “Turismo - Investimentos corpóreos” pela mesma razão acima apontada.

Relativamente à execução por sector verifica-se que os valores obtidos no sector Turismo são significativos a par com os resultados do sector Cultura.

### Medida II.5 – Distribuição Sectorial da execução

Unidade: Euros

Sector	Execução (2000-2009)			
	Nº Proj.	D. Pública	Fundo	%
AMBIENTE outros	3	207.656	145.360	0,6
APOIO AO DESENV. RURAL	4	254.297	178.008	0,8
CULTURA	11	7.446.326	5.187.202	22,6
DESPORTO	4	2.726.468	1.425.145	6,2
PATRIMÓNIO HISTÓRICO/CULTURAL	3	680.568	476.398	2,1
RECREIO E LAZER	2	1.877.405	1.314.184	5,7
REVITALIZAÇÃO URBANA	13	4.574.476	3.202.133	14,0
TRANSPORTES	1	911.408	637.986	2,8
TRANSPORTES - rodovia	11	1.603.194	1.122.236	4,9
TURISMO	43	9.278.994	6.495.296	28,3
CIÊNCIA TECNOLOGIA	1	19.361	13.552	0,1
AMBIENTE - protecção ambiental	5	3.623.092	2.536.165	11,1
TRANSPORTES - OUTROS	1	306.880	214.816	0,9
<b>Total</b>	<b>102</b>	<b>33.510.127</b>	<b>22.948.480</b>	<b>100,0</b>

A execução por localização incide, pela natureza da acção integrada, nas NUT III da Serra da Estrela, Cova da Beira e da Beira Interior Norte.

### Medida II.5 Execução por NUT III

Unidade: Euros

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência	
					%	por hab.
Pinhal Interior Norte	5	2.494.450	2.494.450	1.746.115	7,3	18
Dão-Lafões	1	998.591	998.591	699.014	2,9	3
Serra da Estrela	44	12.671.701	12.234.967	8.539.251	37,0	254
Beira Interior Norte	30	8.496.269	8.200.956	5.257.286	24,8	74
Cova da Beira	19	9.302.999	9.302.999	6.512.099	27,2	99
Não Regionalizável	3	278.164	278.164	194.715	0,8	
Litoral	0	0	0	0	0,0	0
Interior	99	33.964.010	33.231.963	22.753.765	99,2	42
<b>Total da Medida</b>	<b>102</b>	<b>34.242.174</b>	<b>33.510.127</b>	<b>22.948.480</b>	<b>100</b>	<b>19</b>

### **3.3.2.5. Medida II.6 Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior - Componente FEDER**

O território do “Pinhal Interior” corresponde ao conjunto das NUT III “Pinhal Interior Norte” e “Pinhal Interior Sul” (a que se associam áreas das NUT III “Cova da Beira” e “Beira Interior Sul”), as quais partilham um conjunto de características comuns. Abrange um território de 510 mil hectares em 21 concelhos com um total de 180 mil habitantes.

Trata-se de um território em que predomina o xisto, montanhoso (entre outras destacam-se as serras da Lousã, do Açor, e do Muradal), florestal (predominantemente pinhal e eucalipal), atravessado por cursos de água importantes (rio Mondego, Alva, Ceira, Zêzere e Ocreza) e dotado de um importante conjunto de aproveitamentos hidro-elétricos (barragens do Alto Ceira, Santa Luzia, Cabril, Bouça, Agueira, Fronhas e Castelo de Bode) o que lhe confere uma identidade muito específica em termos de recursos naturais.

O Pinhal Interior é uma área com uma “marca” muito específica em termos de recursos naturais, ligada à floresta e à água. Simultaneamente é uma das áreas mais problemáticas da Região Centro em termos de desenvolvimento.

Marcado por um envelhecimento populacional é, simultaneamente, um território em acentuada desertificação humana e onde são escassos os equipamentos de vocação social, desportiva ou de lazer. Caracteriza-se, também, pela fragilidade do sistema urbano, por situações de encravamento e periferização resultantes de acessibilidades difíceis, pelo declínio dos sistemas agrícolas tradicionais, por situações de risco ambiental relacionadas com os incêndios florestais, pelo défice de agentes produtivos, pela falta de articulação inter-sectorial e de lógicas de “fileira” na exploração das actividades económicas, pela presença muito significativa de actividades em declínio (resinosos e serrações), e pela presença dominante de um agente institucional: o município. Tudo isto a par de riquezas ambientais/paisagísticas e por um património biofísico e cultural inimitável.

Este é um espaço marcado por um tecido económico deprimido e por dinâmicas demográficas reveladoras de desvitalização populacional: um espaço de baixa densidade. Enquanto espaço de baixa densidade este território é marcado pelas seguintes características:

baixa densidade populacional (42 hab/km<sup>2</sup>, i.e. 1,7 vezes menos a média da região Centro);

pequenos aglomerados populacionais (71,4% da população do “Pinhal Interior Norte” e 74,1% da população do “Pinhal Interior Sul”, vive em aglomerados com menos de 500 hab;

decréscimos acentuados (entre 1981 e 1991 a população diminuiu 8,3% do “Pinhal Interior Norte” e 16,1% no “Pinhal Interior Sul”);

acessibilidades difíceis;

tendência muito acentuada para a desertificação humana e o envelhecimento da população residente;

défi ce de agentes produtivos;

falta de articulação inter-sectorial e de lógicas de “fileira” na exploração das actividades económicas;

presença significativa de actividades em declínio (resinosos e serrações);

degradação dos espaços florestais (incêndios) e tendência de mono-cultura (eucaliptal);

presença dominante de um agente institucional: o município.

degradação “natural” da floresta (os incêndios) e tendência à “invasão” de uma espécie florestal: o eucalipto;

uma gestão da floresta muito deficiente e desordenada que facilita a depredação dos recursos (ex. incêndios e desertificação) e promovez a preferência pelas espécies de crescimento rápido (como o eucalipto) em detrimento de espécies autóctones e susceptíveis de salvaguardar os equilíbrios ecológicos e ambientais (ex. castanheiro). A estrutura fundiária da propriedade dos terrenos florestais (pequeno minifúndio) agrava as dificuldades neste domínio e, em conjunto com a desertificação humana, tem sustentado um fenómeno de grande absentismo dos proprietários.

A avaliação SWOT sistematiza os elementos do diagnóstico da região, sob a forma de Forças e Oportunidades, que deverão ou já foram ser potenciadas, e de Fraquezas e Ameaças competitivas, que deverão ser ou já foram em parte ultrapassadas e/ou colmatadas. De uma avaliação mais ampla e detalhada, destacamos:

- Pontos Fracos / Ameaças
- Desertificação Humana das Aldeias;
- Baixo grau de associativismo e cooperativismo e redes de cooperação horizontais e verticais;

- Estrutura envelhecida da mão-de-obra agrícola e produtores florestais;
- Ausência de tecido empresarial com forte vontade de investir na região;
- Tecido empresarial existente de pequena e muito pequena dimensão;
- Falta de recursos e equipamentos ligados às tecnologias de informação e comunicação, que sirvam de apoio à comunidade;
- Desemprego de longa duração e emprego precário;
- Baixos níveis de formação e de qualificação;
- Elevado peso relativo no concelho dos níveis de instrução mais baixos;
- Ausência ou fraca acessibilidade a equipamentos sociais;
- Má rede de acessibilidades;
- Problemas ambientais e de ordenamento que ameaçam a identidade regional (zona de forte incidência de incêndios florestais);
- Perda de importância nos contextos regional e nacional;
- Ausência de projectos catalizadores de desenvolvimento;
- Delapidação do valioso património florestal,
- Degradação do património Histórico – Natural – Cultural;
- Desertificação e fluxos externos e internos de migração,
- Pouca qualidade das estruturas turísticas existentes e insuficiente animação turística.
- Descaracterização das “aldeias”

#### Pontos Fortes / Potencialidades

- Requalificação e reutilização do património rural e industrial
- Existência de um saber - fazer tradicional nos ramos alimentar e não alimentar e produtos locais de qualidade (queijo, mel, azeite, tecelagem artesanal, doçarias, pão, licores, gastronomia regional), susceptível de ser fonte de dinamização e animação, bem como meio motivador e promotor de postos de trabalho;
- Criação da rede de animação cultural e turística entre as algumas aldeias do Pinhal;
- Vasto património etnográfico, arquitectónico, cultural, histórico, ambiental e paisagístico de interesse turístico;

- Animação turística tendo em vista a rede hídrica com enormes potencialidades para o sector do turismo aventura;
- Possibilidade de aproveitamento das identidades locais para afirmação do território e consequente diferenciação;
- Bom nível de conservação de algum património construído;
- Diversidade paisagística, patrimonial e cultural;
- Actividades tradicionais com potencial turístico;
- Potencial para o desenvolvimento de vasto leque de produtos;
- Melhoria prevista das acessibilidades;
- Aposta na qualidade dos produtos locais;
- Potencialidades atendem às tendências da procura turística.

Foram estes aspectos analíticos que justificaram a necessidade de uma intervenção integrada para este território, pretendendo apoiar acções tendentes ao aproveitamento das potencialidades e à superação dos estrangulamentos associados aos recursos florestais, hídricos, turísticos e às acessibilidades externa e interna deste território.

De facto, na área do “Pinhal Interior”, pela presença de recursos naturais importantes, tem algumas oportunidades de desenvolvimento, mas, pela sua localização e orografia, apresenta problemas particulares de “encravamento” e graves deficiências de acessibilidades locais e sub-regionais, situações que tendem a manter-se. A prazo, afiguram-se as potencialidades para transformar esta área numa das grandes manchas florestais da Europa, complementada com actividades de turismo e lazer. E foi sobretudo neste último aspecto que a AIBT do “Pinhal Interior” desempenhou um importante papel e contribuiu de forma decisiva para alavancar este território do ponto de vista da valorização dos recursos fundamentais da zona, nomeadamente os recursos florestais, hídricos e turísticos, como veremos mais à frente.

As iniciativas desta Acção Integrada orientaram-se, fundamentalmente, para a afirmação da identidade deste território, promovendo os seus valores patrimoniais, naturais e paisagísticos.

Perante um território tão vasto e diverso, cheio de potencialidades mas, ao mesmo tempo, tão carente e periférico, definiram-se **três linhas estratégicas de desenvolvimento**: a constituição de uma rede das aldeias do xisto, de uma rede das praias fluviais e de uma



rede de percursos do Pinhal Interior. A aplicação no terreno destas três linhas tem vindo a ser gerida numa perspectiva integrada. Quer isto dizer que não podem ser independentes umas das outras, mas devem antes interligarem-se criando dinâmicas que afirmem o Pinhal Interior no seu conjunto. Uma unidade só possível numa perspectiva de funcionamento “em rede”.

Para a concretização e consolidação da estratégia a AIBT apoiou um conjunto de iniciativas coerentes e articuladas, que contribuíram para a afirmação de “marcas” territoriais, particularmente as que se prendem com:

- Rede das Aldeias do Xisto
- Rede de praias fluviais
- Rede de percursos

Tratou-se de apoiar projectos enquadrados nas linhas de acção previstas em Complemento de Programação do Programa Operacional:

- LA1 – Reforço e requalificação da capacidade de alojamento
- LA2 – Apoio à actividade turística
- LA3 – Promoção turística do território
- LA4 – Infraestruturas e equipamentos de promoção das potencialidades
- LA5 – Acessibilidades locais e transversais.

Apesar de tratados à frente, importa referir, desde já, que algumas das tipologias de projectos previstas em Complemento de Programação, como integrando as diversas Linhas de Acção, foram consideradas pela coordenação da Medida como “Programas” pela importância estratégica que assumiam. É o caso do “Programa das Aldeias de Xisto – PAX”. Isso mesmo está patente no número de projectos apoiados e no investimento envolvido na sua concretização.

**Medida II.6 – Projectos financiados no âmbito das Redes**

Unidade: Euros

Linha de Acção	Execução (2000-2009)			
	Nº Proj.	D. Pública	Fundo	% (D. Pública)
Rede das Aldeias do	179	13.380.266	9.003.396	48,3
Rede das Praias				
Fluviais	13	4.442.514	2.992.956	16,0
Rede de Percursos	8	1.150.101	796.251	4,2
Minimis	9	431.226	301.858	1,6
Outros projectos	25	8.280.343	5.506.801	29,9
<b>Total</b>	<b>234</b>	<b>27.684.450</b>	<b>18.601.262</b>	<b>100,0</b>

Das 292 entradas ao longo do período de programação, 278 obtiveram parecer favorável. Destas 234 garantiram execução de despesa no final do período de programação.

No quadro e gráficos seguintes são apresentados os valores programados e executados, no período 2000-2009.

**Medida II.6 Programação e execução por ano (2000-2009)**

Unidade: Euros

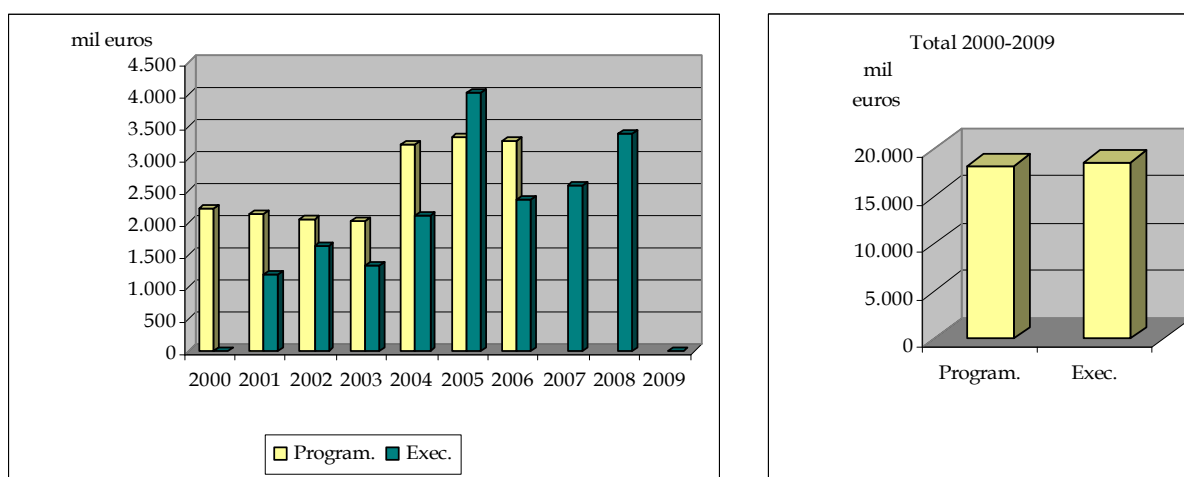
Ano	Programação		Execução		Exc./Prog	Fundo Exec. %
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo		
2000	3.165.392	2.215.775	0	0	0,0	0,0
2001	3.058.227	2.140.759	1.688.729	1.182.110	55,2	6,4
2002	2.949.542	2.064.679	2.389.619	1.637.263	79,3	8,8
2003	2.880.996	2.016.697	1.977.273	1.330.056	66,0	7,2
2004	4.597.990	3.218.593	3.109.951	2.115.410	65,7	11,4
2005	4.745.368	3.321.757	6.004.006	4.019.392	121,0	21,6
2006	4.680.559	3.276.391	3.480.521	2.356.803	71,9	12,7
2007			3.907.487	2.580.850		13,9
2008			5.126.864	3.379.378		18,2
2009			0	0		0,0
<b>Total</b>	<b>26.078.074</b>	<b>18.254.651</b>	<b>27.684.450</b>	<b>18.601.262</b>	<b>101,9</b>	<b>100,0</b>

A evolução da execução é caracterizada por um ritmo lento no período 2000-2003 em resultado por um lado, da estruturação da medida no terreno efectuada de forma inovadora e, por outro, da necessidade de mobilizar os potenciais beneficiários para a concretização das intervenções.

A execução tem expressão significativa no ano de 2005 com taxa superior a 20%. Esta evolução resulta do arranque e implementação generalizada das intervenções associadas ao Programa das Aldeias do Xisto após aprovação dos respectivos Planos de Aldeia.

No anos de 2007 e 2008 verifica-se um esforço de aprovação de candidaturas e de execução no sentido de garantir a plena absorção dos montantes programados. Foram aprovados projectos de forma a constituir uma bolsa de *overbooking* na medida de tal forma que, no final do período de programação, foi possível apresentar uma execução 1,9% acima do programado.

**Gráfico 3.19 Medida II.6 Evolução do Fundo programado e executado**



Da análise dos projectos concluídos em cada um dos objectivos verifica-se que o maior volume ocorre no Programa das Aldeias do Xisto (PAX) que engloba 165 projectos concluídos. As intervenções nas Praias Fluviais (12 praias requalificadas e um projecto de dinamização) e na Rede de Percursos consolidam a rede com mais 21 projectos.

A criação, no final do período, de uma rede de Lojas das Aldeias do Xisto (LAX) e a promoção estruturada do território através do Plano de Promoção das Aldeias do Xisto (PPAX) resultam de 14 projectos.

Finalmente deve destacar-se a execução de nove projectos de iniciativa privada ao abrigo do Sistema de Incentivos para o Pinhal Interior (abrangido pela regra de *minimis*).

## Medida 2.6 - Projectos concluídos por “programa” a 31 de Dezembro de 2008

Programa	Acção	Nº proj. concluídos
<b>PAX</b>		<b>165</b>
	<i>Reforço e Requalificação da Capacidade de Alojamento Turístico</i>	3
	<i>Apoio à Animação Turística</i>	1
	<i>Promoção Turística do Território</i>	2
	<i>Infra-estruturas e Equipamentos de Promoção das Potencialidades</i>	157
	<i>Acessibilidades Locais e Transversais</i>	2
<b>LAX</b>		<b>10</b>
	<i>Promoção Turística do Território</i>	9
	<i>Infra-estruturas e Equipamentos de Promoção das Potencialidades</i>	1
<b>PPAX</b>		<b>4</b>
	<i>Promoção Turística do Território</i>	4
<b>Minimis</b>		<b>9</b>
	<i>Reforço e Requalificação da Capacidade de Alojamento Turístico</i>	5
	<i>Apoio à Animação Turística</i>	2
	<i>Infra-estruturas e Equipamentos de Promoção das Potencialidades</i>	2
<b>Percursos</b>		<b>8</b>
	<i>Promoção Turística do Território</i>	4
	<i>Infra-estruturas e Equipamentos de Promoção das Potencialidades</i>	1
	<i>Acessibilidades Locais e Transversais</i>	3
<b>Praias Fluviais</b>		<b>13</b>
	<i>Promoção Turística do Território</i>	3
	<i>Infra-estruturas e Equipamentos de Promoção das Potencialidades</i>	10
<b>N</b>		<b>25</b>
	<i>Reforço e Requalificação da Capacidade de Alojamento Turístico</i>	2
	<i>Promoção Turística do Território</i>	4
	<i>Infra-estruturas e Equipamentos de Promoção das Potencialidades</i>	19
<b>Total Geral</b>		<b>234</b>

Quanto à execução por linhas de acção e Sectores verifica-se que a linha de acção 4 “Infraestruturas e equipamentos de promoção das potencialidades” representa 80,7% da execução.

**Medida II.6 – Execução por linha de acção**

Unidade: Euros

Linha de Acção	Execução (2000-2009)			
	Nº Proj.	D. Pública	Fundo	% (D. Pública)
LA1 – Ref. e Qual. Cap. Aloj. Turístico	10	1.714.752,00	1.111.712,00	6,2
LA2 – Apoio à Animação Turística	3	151.853	106.297	0,5
LA3 – Promoção Turística Território	23	2.942.900	1.872.766	10,6
LA4 – Infraest. Equip. Promo. Potencialidades	195	22.334.330	15.132.055	80,7
LA5 – Acessib. Locais e Transversais	3	540.616	378.431	2,0
<b>Total</b>	<b>234</b>	<b>27.684.450</b>	<b>18.601.262</b>	<b>100,0</b>

No que respeita à distribuição sectorial do investimento executado o quadro seguinte mostra que o sector da “revitalização urbana” é o dominante. A isso não é estranho, obviamente, as intervenções efectuadas no âmbito das “Aldeias do Xisto”. De realçar, também, o sector do “turismo”, quer em termos do número de projectos, quer, fundamentalmente, ao nível dos montantes envolvidos, o que denota a importância do turismo na estratégia definida para este território e a forma como os seus agentes responderam positivamente a essa orientação estratégica adoptada pela coordenação da AIBT do Pinhal Interior na criação e melhoria das infra-estruturas para dinamização do sector do turismo neste território.

A este objectivo também estão subjacentes os investimentos nos sectores da “Cultura” e do “Património histórico-cultural”.

**Medida II.6 – Distribuição Sectorial da execução**

Unidade: Euros

Sector	Execução (2000-2009)			
	Nº Proj.	D. Pública	Fundo	%
AMBIENTE - abastecimento de água	3	143.295	100.307	0,5
AMBIENTE - águas residuais	1	150.454	105.318	0,6
CULTURA	8	3.328.884	2.267.901	12,2
ENERGIA	1	111.735	78.215	0,4
OUTROS	1	20.959	14.671	0,1
PATRIMÓNIO HISTÓRICO/CULTURAL	5	1.165.295	778.453	4,2
RECREIO E LAZER	2	1.077.592	736.454	4,0
REVITALIZAÇÃO URBANA	159	12.492.952	8.356.141	44,9
TRANSPORTES - rodovia	5	792.679	552.552	3,0
TURISMO	49	8.400.604	5.611.250	30,2
<b>Total</b>	<b>234</b>	<b>27.684.450</b>	<b>18.601.262</b>	<b>100</b>

A AIBT do Pinhal Interior abrange territórios de quatro NUTs de nível III. Pese embora o facto de o Pinhal Interior Norte e o Pinhal Interior Sul corresponderem à grande maioria do âmbito territorial desta Acção Integrada, também foram apresentadas algumas outras candidaturas para territórios de outras NUTs (Cova de Beira e Beira Interior Sul).

### Medida II.6 – Execução total por NUT III

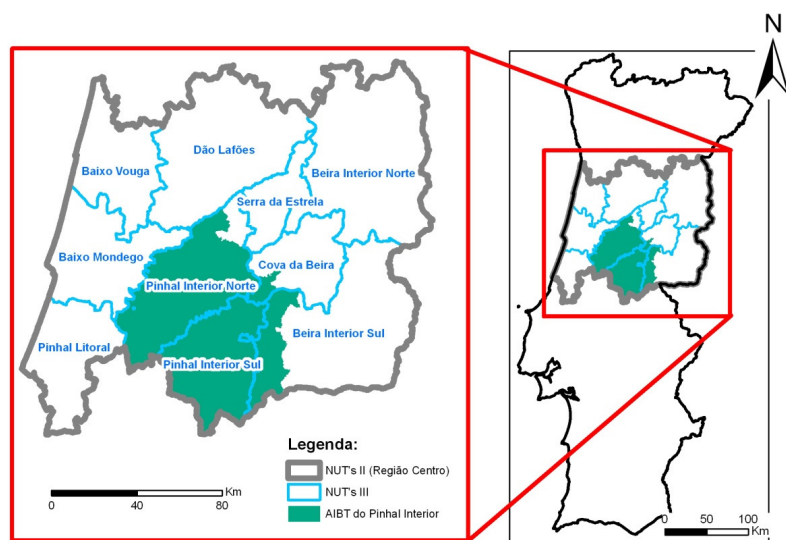
Unidade: Euros

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência	
					%	por hab.
Pinhal Interior Norte	104	16.648.949	16.382.115	11.210.168	59,2	120
Pinhal Interior Sul	64	4.470.753	4.396.376	3.048.103	15,9	100
Beira Interior Sul	28	2.085.430	2.085.430	1.429.322	7,4	27
Cova da Beira	31	3.377.948	3.287.933	1.885.797	12,0	36
Não Regionalizável	7	1.532.597	1.532.597	1.027.872	5,5	
Litoral	0	0	0	0	0,0	0
Interior	227	26.583.079	26.151.853	17.573.390	94,5	33
<b>Total da Medida</b>	<b>234</b>	<b>28.115.676</b>	<b>27.684.450</b>	<b>18.601.262</b>	<b>100</b>	<b>16</b>

A territorialidade dos investimentos da Medida 2.6 foi determinada pela concretização da estratégia da AIBT e pela focalização dos recursos territoriais a serem valorizados, e não pela distribuição equitativa da dotação financeira pelos municípios. A selectividade da localização do investimento, consoante o seu contributo para a estratégia, foi manifestamente assumida e, obviamente, implicou uma distribuição diferenciada pelo território.

### 3.3.2.6. Medida II.7 - Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (FEOGA)

A Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior corresponde ao território das NUT III “Pinhal Interior Norte” e “Pinhal Interior Sul”, com excepção do concelho de Oliveira do Hospital, incluindo as freguesias de fronteira dos concelhos de Castelo Branco, Fundão e Vila Velha de Ródão, que em função da interioridade apresentam características socio-económicas semelhantes. É uma região montanhosa, onde imperam as serras da Lousã, do Açor e do Muradal, sendo atravessada pelos rios Alva, Ceira, Mondego, Ocreza e Zêzere. Apresenta uma superfície florestal ocupa cerca de 260.000 ha (mais de 50 % do território), predominantemente, pinhal e eucaliptal.



Os indicadores disponíveis no início deste QCA caracterizavam o Pinhal Interior como uma sub-região economicamente deprimida, em acentuada desertificação humana e detentora de escassos equipamentos de vocação social, desportiva ou para o lazer.

No que à intervenção da Medida 2.7 diz respeito é importante referir que os recursos florestais representam uma das potencialidades centrais do território sendo este o objecto principal da implementação da Medida. De facto foram identificados:

a) Constrangimentos:

- Declínio e envelhecimento demográfico;
- Deficientes acessibilidades internas e externas;
- Défices de agentes produtivos e de iniciativa empresarial;

- Debilidade da estrutura produtiva, centrada na fileira florestal – sem lógicas de fileira e com reduzida articulação inter-sectorial;

- Presença dominante de um agente institucional, o município.

b) Potencialidades:

- Existência de importantes recursos hidrológicos e florestais;

- Potencial turístico;

- Qualidade ambiental.

A evolução da programação financeira da medida foi marcada pelo reforço financeiro (no final de 2004) de 4.000.000 euros de fundo estrutural FEOGA -O, oriundos da “Reserva de Programação” que foram direccionados para a Acção 6, “Apoio à prevenção de riscos provocados por agentes bióticos e abióticos”.

As alterações propostas no âmbito desta acção decorreram da revogação do Regulamento (CEE) nº 2158/92 do Conselho de 23 de Julho de 1992, relativo à “Protecção das Florestas na Comunidade Contra os Incêndios Florestais”, que havia terminado em 2002. O novo Regulamento “Acompanhamento das Florestas e das Interacções Ambientais na Comunidade” designado por “Forest Focus”, não assegurava a continuidade das acções de investimento relativas aos sistemas de prevenção e vigilância das florestas. Assim, a Comissão apresentou uma proposta de declaração referindo que os investimentos relativos à prevenção de incêndios florestais abrangidos por este Regulamento, seriam elegíveis no âmbito do Regulamento (CEE) nº 1257/99 do Conselho de 17 de Maio de 1999.

Com estas modificações e de acordo com os regulamentos, foi necessário alterar o Complemento de Programação no final do ano de 2004. As ajudas públicas programadas para esta Medida definidas em Complemento de Programação, sofreram uma aferição de forma a deslocar verbas entre algumas das Acções para apoiar aquelas que possuem uma actuação mais estruturante. É o caso da Acção 6 que consideramos uma acção estruturante, no âmbito regional pela forma como foi sendo trabalhada com os potenciais promotores. Os indicadores de acompanhamento físico e financeiro foram igualmente aferidos, com a criação de novos indicadores físicos tendo em vista um melhor acompanhamento desta Acção.



Relativamente à execução importa referir que no ano de 2006 e 2007 não foi atingido o compromisso financeiro do Programa para o cumprimento da “Regra N+2”.

Quanto à execução da Medida em 2008 e analisando os quadros, “Execução Financeira 2008 e 2009 por Acção” e “Execução Financeira por ano”, importa referir o seguinte:

- nos anos de 2008 e 2009 não se registou nenhuma aprovação;
- no ano de 2009 foram reprogramados 20 projectos da Acção 6, o que permitiu a execução desta acção em 2009;
- a taxa execução financeira do ano 2008 representou 22,6% do total da Despesa Pública executada na medida, tendo sido este o ano com maior taxa de execução;
- a Acção 6 representou 88,4% da despesa pública executada em 2008 e 88,3% da despesa pública executada em 2009;
- a execução dos anos de 2008 e 2009 apresentaram uma boa performance, representam 25,5% da execução da medida. Com o encerramento de projectos a execução sofreu um considerável acréscimo.

#### Execução Financeira 2008 e 2009 por Acção

Unidade: Euros

Acção	Execução 2008		(% ) Despesa Pública	Execução 2009		(% ) Despesa Pública
	D. Pública	Fundo		D. Pública	Fundo	
1	457.242	342.242	6,9	107.528	80.646	9,7
2	53.525	40.144	0,8	67.542	50.656	6,1
3	193.888	145.416	2,9	-24.406	-18.305	-2,2
4	0	0	0,0	0	0	0,0
5	0	0	0,0	0	0	0,0
6	5.878.223	3.527.547	88,4	972.415	574.651	88,0
7	0	0	0,0	0	0	0,0
8	0	0	0,0	-26.197	-19.648	-2,4
9	64.290	48.218	1,0	8.154	6.115	0,7
<b>Total</b>	<b>6.647.168</b>	<b>4.103.567</b>	<b>100,0</b>	<b>1.105.035</b>	<b>674.116</b>	<b>100</b>

Quanto à execução da Medida anual e analisando os quadros, “Execução Financeira por ano” e “Programação e Execução Financeira por ano”, importa referir o seguinte:

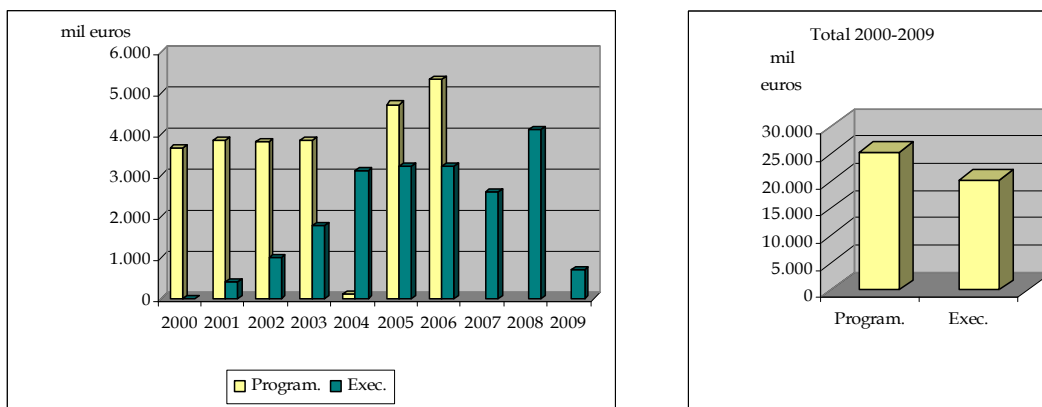
- no ano 2000 não há execução;

- entre os anos de 2001 e 2003, a execução foi bastante baixa, devido ao número reduzido de projectos e aos montantes financeiros reduzidos relativos à aprovação;
- durante os anos de 2004 e 2005 a execução apresentou um valor importante, tendo em conta a programação anual financeira aprovada à data;
- nos anos de 2006 e 2007, a execução não continuou a dinâmica de crescimento verificada nos anos anteriores, existindo mesmo uma diminuição da execução. Sendo o resultado o não cumprimento da “Regra N+2”, com as implicações já referidas;
- as dificuldades financeiras dos promotores, públicos e privados, devido à crise instalada, associada à falta de PIDDAC do PO Centro levaram à diminuição da execução e ao não cumprimento da “Regra N+2”,
- nos anos de 2008 e 2009, devido ao encerramento dos projectos e com os problemas financeiros regularizados, a execução sofreu um considerável acréscimo, apresentando uma boa performance, com 24,7% da execução da medida.

### Medida II.7 Programação e execução por ano (2000-2009)

Unidade: Euros

Ano	Programação		Execução		Exc./Prog	Fundo Exec. %
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo		
2000	5.997.050	3.674.654	0	0	0,0	0,0
2001	6.290.015	3.854.166	525.196	393.897	10,2	2,0
2002	6.245.481	3.826.879	1.345.172	1.007.004	26,3	5,0
2003	6.271.858	3.843.041	2.388.652	1.791.489	46,6	8,9
2004	121.788	97.430	4.606.154	3.115.018	3197,2	15,5
2005	5.906.001	4.724.801	5.067.883	3.233.623	68,4	16,0
2006	6.648.707	5.318.966	4.731.940	3.224.285	60,6	16,0
2007			4.136.950	2.604.886		12,9
2008			6.647.168	4.103.567		20,4
2009			1.105.035	674.116		3,3
<b>Total</b>	<b>37.480.900</b>	<b>25.339.937</b>	<b>30.554.151</b>	<b>20.147.886</b>	<b>79,5</b>	<b>100,0</b>

**Gráfico 3.20 Medida II.7 Evolução do Fundo programado e executado**

Quanto à execução da Medida por acção e analisando o quadro, “Aprovações e Execução Financeira por Acção” e importa referir o seguinte:

- as acções que mais contribuem para esta baixa taxa de execução são as Acções 1, 2, e 6, que representam 80,1% da Despesa Publica aprovada.
- entre os anos de 2001 e 2003, a execução foi bastante baixa, devido ao número reduzido de projectos e aos montantes financeiros reduzidos relativos à aprovação;
- durante os anos de 2004 e 2005 a execução apresentou um valor importante, tendo em conta a programação anual financeira aprovada à data;
- nos anos de 2006 e 2007, a execução não continuou a dinâmica de crescimento verificada nos anos anteriores, existindo mesmo uma diminuição da execução. Sendo o resultado o não cumprimento da “Regra N+2”, com a implicações já referidas;
- as dificuldades financeiras dos promotores, públicos e privados, devido à crise instalada, associada à falta de PIDDAC do PO Centro levaram à diminuição da execução e ao não cumprimento da “Regra N+2”,
- nos anos de 2008 e 2009, devido ao encerramento dos projectos e com os problemas financeiros regularizados, a execução sofreu um considerável acréscimo, apresentando uma boa performance, com 24,7% da execução da medida.

**Aprovações e Execução Financeira por Acção**

Acção	Unidade: Euros			
	Execução (2000-2009)			
	Nº Proj.	D. Pública	Fundo	% D. Pública
1	255	5.200.998	3.894.830	17,0
2	35	1.795.321	1.346.513	5,9
3	16	3.187.100	2.390.325	10,4
4	0	0	0	0,0
5	1	12.683	9.512	0,0
6	45	17.442.358	10.321.813	57,1
7	0	0	0	0,0
8	26	2.590.456	1.940.967	8,5
9	4	325.235	243.926	1,1
<b>Total</b>	<b>382</b>	<b>30.554.151</b>	<b>20.147.886</b>	<b>100,0</b>

Relativamente ao transito final de candidaturas temos:

- 651 candidaturas entradas;
- 382 candidaturas aprovadas;
- 225 candidaturas indeferidas;
- 44 candidaturas canceladas.

A acção com o maior número de projectos aprovados foi a Acção 1 e 2 (estas apresentam o mesmo regulamento específico), com 293 projectos aprovados, dos quais 290 contribuem para a execução. A acção 6, com 45 projectos aprovados aparece em segundo lugar no que diz respeito ao número de projectos aprovados, no entanto foi a acção mais importante relativamente ao investimento aprovado, representando 57,1% do total da Despesa Publica aprovada na medida.

As Acções 4 e 7, não apresentaram nenhum projecto concluído. Apesar de no caso da Acção 4 se ter aprovado um projecto.

Os indeferimentos resultam do não cumprimento das condições de acesso (dos processos de candidatura), definidas pela regulamentação das respectivas linhas de acção às quais foram apresentadas, de que salientamos: a ausência de enquadramento legal, a incorrecta formalização da candidatura, a inadequação técnica, a falta de documentação para a análise da candidatura e a insuficiência orçamental.

O cancelamento de projectos resulta, fundamentalmente, da não assinatura do contrato ou da desistência por parte do promotor.

Nesta medida, decorrente da natureza do próprio fundo, todas as ajudas incidiram sobre iniciativas a desenvolver no sector “Agricultura”.

A AIBT do Pinhal Interior abrange territórios de quatro NUT's de nível III. Pese embora o Pinhal Interior Norte e o Pinhal Interior Sul representarem a grande maioria do âmbito territorial desta Acção Integrada, também foram apresentadas algumas outras candidaturas para territórios de outras NUT III (Cova de Beira e Beira Interior Sul).

O nível de investimento por NUT está directamente relacionado com o número de processos de candidatura.

### Medida II.7 - Execução total por NUT III

Unidade: Euros

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência	
					%	por hab.
Pinhal Interior Norte	125	18.037.452	16.455.887	10.471.748	49,8	130
Pinhal Interior Sul	159	13.063.059	9.728.339	6.734.020	36,1	291
Beira Interior Sul	63	2.671.551	2.247.149	1.572.094	7,4	34
Cova da Beira	32	1.735.811	1.435.802	983.755	4,8	19
Não Regionalizável	3	686.973	686.973	386.268	1,9	
Litoral	0	0	0	0	0,0	0
Interior	379	36.194.846	30.554.151	20.147.886	100,0	45
<b>Total da Medida</b>	<b>382</b>	<b>36.194.846</b>	<b>30.554.151</b>	<b>20.147.886</b>	<b>100,0</b>	<b>20</b>

Importa referir que 80% do montante aprovado compreende acções com intervenção directa nos espaços florestais, estando por isso dependentes da altura das estações para realização das operações silvícolas, bem como da capacidade instalada no território para a realização dessas mesmas operações.

Assente nos aspectos regulamentares que se aplicam no âmbito nacional, a Medida II.7 teve significativos atrasos de implementação ao nível de algumas linhas de acção, decorrentes dos atrasos verificados na publicação de regulamentação específica de cada linha de acção e subsequentes normativos internos. Acrescem as alterações ocorridas aos normativos decorrentes quer pela calamidade dos incêndios florestais de 2003 e 2005, quer das subsequentes medidas de política integradas na reforma do sector florestal.

Juntamente com os atrasos na execução devido aos problemas referidos atrás, ocorreram também as dificuldades financeiras dos promotores, públicos e privados, de forma a garantir a contrapartida nacional. Este problema ficou associado na fase final do período de programação à crise económica, e (também em períodos anteriores) à falta de recursos nacionais nomeadamente PIDDAC em projectos públicos que previam essa fonte de financiamento.

### 3.3.2.7. Medida II.8 - Desenvolvimento dos recursos humanos e promoção da coesão social

Ao longo do Quadro Comunitário de Apoio (QCA III) a Medida 8 do Eixo II do Programa Operacional da Região Centro – “Desenvolvimento dos Recursos Humanos e Promoção da Coesão Social” – financiou, através do Fundo Social Europeu (F.S.E.), projectos de formação profissional directamente relacionados com os domínios prioritários da estratégia prosseguida pelas Acções Integradas de Base Territorial (AIBT) e coerentes com o respectivo referencial estratégico definido no P.O.Centro e nos Complementos de Programação.

Os projectos formativos foram enquadrados em três linhas de acção: A – Empregabilidade, B – Integração Social e C – Requalificação das Cidades. As duas primeiras centraram-se na valorização dos recursos humanos e para a promoção da coesão social, enquanto que a linha de acção C, em vigor desde o final de 2005, visou a promoção das competências profissionais relacionadas com o desenvolvimento do espaço urbano.

Geograficamente, a Medida II.8 enquadrou-se num vasto território no qual se incluíam as diversas AIBT, que englobam espaços rurais, e, também, um conjunto restrito de territórios urbanos, entre os quais as sedes de concelho do interior da Região Centro. Estas últimas foram um impulso para o desenvolvimento local e, ao mesmo tempo, um suporte estratégico para o desenvolvimento das sub-regiões em que estão inseridas.

Entre 2001 e 2007 foram apresentados 118 pedidos de financiamento, tendo sido aprovados 95 nas 29 Unidades de Gestão realizadas. Das 95 candidaturas aprovadas apenas 91 tiveram execução no final do período.

#### Medida II.8 Candidaturas Entradas e Apreciadas

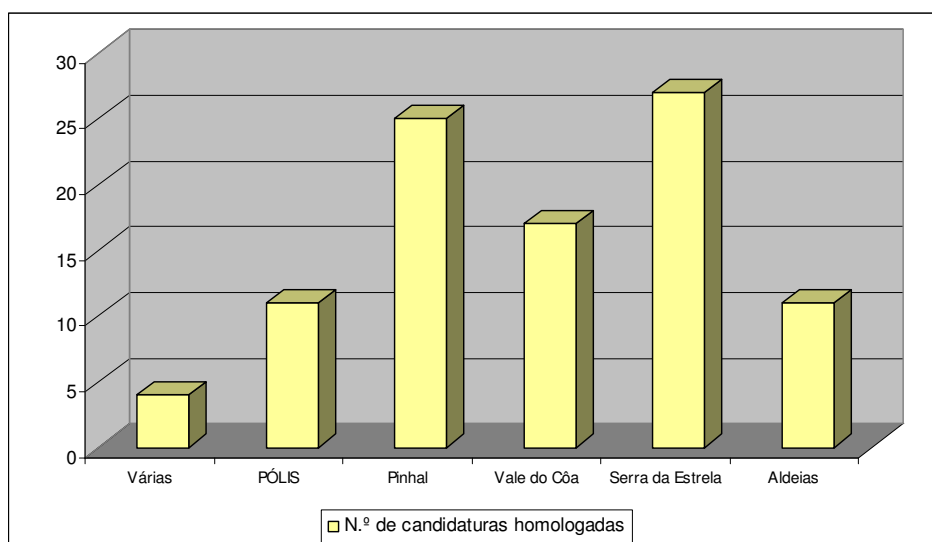
Linha de Acção	Entradas	Decididas	
		Aprovadas	Indeferidas
A - Empregabilidade	81	65	12
B - Integração Social	27	20	6
C - Requalificação Cidades	10	10	0
<b>Total da Medida</b>	<b>118</b>	<b>95</b>	<b>18</b>

Da análise do quadro verifica-se que a linha de acção “A – Promoção da empregabilidade em sectores de actividades relacionadas com os recursos específicos dos territórios de intervenção” (81 candidaturas entradas) teve uma maior procura, o que demonstra que houve um interesse em qualificar os recursos humanos de sectores de actividade tradicionais. A fraca adesão à linha de acção “C – Requalificação das Cidades” (9 candidaturas apresentadas em 2006 e apenas 1 em 2005) deve-se ao atraso da alteração ao Regulamento Específico da Medida – Dezembro de 2005 –, o que veio limitar o prazo de apresentação de candidaturas por parte de potenciais entidades.

De acordo com dados verifica-se que só a partir de 2005 é que a Medida 2.8 teve uma maior procura por parte dos promotores, tendo entrado um total de 78 candidaturas. Das 95 candidaturas com parecer favorável, 54 concentram-se em 2006 e 2007. Apenas 14 candidaturas mereceram parecer desfavorável (9 em 2007), o que demonstra uma forte articulação entre os promotores e a E.A.T./F.S.E. antes da apresentação de candidaturas.

Quanto aos projectos aprovados, por AIBT, a Serra da Estrela regista o maior número de candidaturas aprovadas (27), logo seguida do Pinhal Interior (25) e do Vale do Côa (17). A AIBT Competitividade das Cidades e a AIBT Acções Inovadoras das Aldeias contaram, cada uma, com 11 aprovações. Apenas 4 candidaturas englobam várias AIBT.

**Medida II.8 - Número de Pedidos de Financiamento por AIBT**



No que diz respeito à distribuição por anos, os únicos factos relevantes são, por um lado, a forte subida no número de candidaturas aprovadas na AIBT Serra da Estrela, em 2006,



e, por outro lado, como já foi referido atrás, as primeiras aprovações da AIBT Competitividade das Cidades terem ocorrido em 2006.

O crescimento da execução financeira acompanhou directamente o das aprovações evidenciando-se o maior volume de execução na fase final do período de programação.

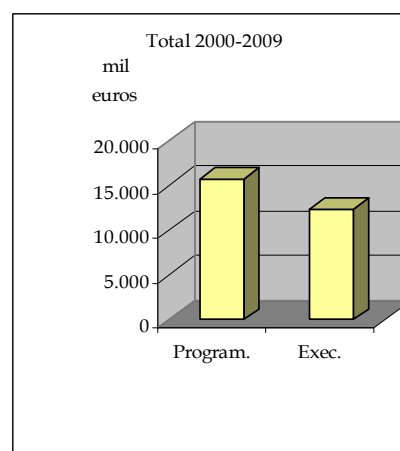
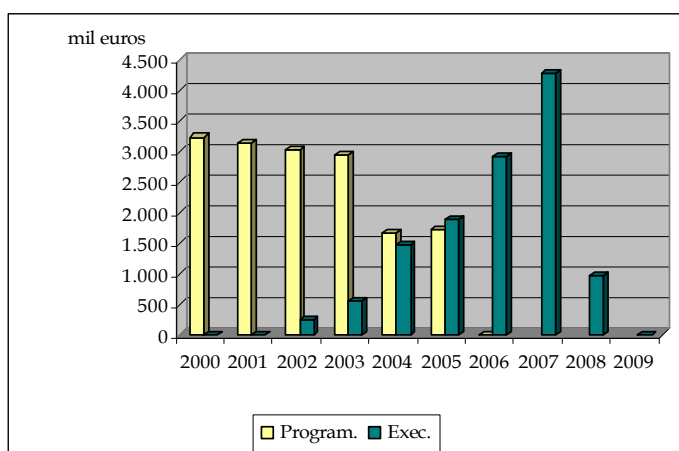
### Medida II.8 Programação e execução por ano (2000-2009)

Unidade: Euros

Ano	Programação		Execução		Exc./Prog	Fundo Exec. %
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo		
2000	4.316.920	3.237.692	0	0	0,0	0,0
2001	4.170.770	3.128.079	0	0	0,0	0,0
2002	4.022.547	3.016.911	323.664	242.748	8,0	2,0
2003	3.929.064	2.946.800	738.858	554.144	18,8	4,5
2004	2.233.636	1.675.228	1.960.842	1.470.631	87,8	11,9
2005	2.296.895	1.722.673	2.513.681	1.885.263	109,4	15,3
2006	0	0	3.899.058	2.924.294	0	23,7
2007			5.692.642	4.269.480		34,6
2008			1.305.707	979.280		7,9
2009			0	0		0,0
<b>Total</b>	<b>20.969.832</b>	<b>15.727.383</b>	<b>16.434.452</b>	<b>12.325.839</b>	<b>78,4</b>	<b>100,0</b>

Em matéria de execuções, há a registar, por um lado, o forte crescimento verificado em 2007, ano de conclusão de diversos projectos plurianuais aprovados em 2005 e em 2006, e, por outro lado, os baixos montantes executados em 2008 tem a ver com o facto de o encerramento de alguns pedidos de financiamento terem - a título excepcional - transitado para 2008.

**Gráfico 3.21 Medida II.8 Evolução do Fundo programado e executado**



Geograficamente, a distribuição do quadro das execuções por NUT III é o seguinte:

### Medida II.8 - Execução total por NUT III

Unidade: Euros

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência	
					%	por hab.
Baixo Vouga	1	128.292	128.292	96.219	0,8	0
Baixo Mondego	1	26.738	26.738	20.054	0,2	0
Pinhal Litoral	1	74.456	74.456	55.842	0,5	0
Pinhal Interior						
Norte	5	1.132.348	1.132.348	849.261	6,9	8
Dão-Lafões	6	1.338.348	1.338.348	1.003.761	8,1	5
Serra da Estrela	5	664.913	664.913	498.685	4,0	13
Beira Interior						
Norte	9	2.239.347	2.239.347	1.679.510	13,6	19
Cova da Beira	1	175.239	175.239	131.430	1,1	2
Não Regionalizável	62	10.654.772	10.654.772	7.991.079	64,8	
Litoral	3	229.486	229.486	172.114	1,4	0
Interior	26	5.550.195	5.550.195	4.162.646	33,8	7
<b>Total da Medida</b>	<b>91</b>	<b>16.434.452</b>	<b>16.434.452</b>	<b>12.325.839</b>	<b>100</b>	<b>9</b>

As três linhas de acção que fizeram parte da Medida II.8 foram: A) Empregabilidade; B) Integração Social e C) Requalificação das Cidades. Em termos do número de projectos executados, a mais representada foi a A) (62 projectos), seguida da B) (19 projectos) e da C) (10 projectos). Assim, houve uma maior procura, por parte dos promotores, da promoção da empregabilidade, apesar de alguns dos pedidos de financiamento abrangidos por esta tipologia serem destinados a públicos alvo perfeitamente enquadrados numa perspectiva de integração social.

Quanto aos domínios de intervenção previstos em Complemento de Programação, verifica-se que os projectos relativos ao Turismo (domínio 174) representaram a maior fatia na execução, tanto em termos do número de projectos (43 em 91), como também em termos de verbas: 6.126 mil euros (FSE num total de 12.325 mil euros. Deste modo, nos territórios alvo das intervenções das diferentes AIBT, o Turismo assumiu-se como uma actividade estratégica.

A formação profissional específica das P.M.E. e do artesanato (domínio 167) veio logo a seguir, tanto em termos do número de projectos quer ao nível da execução.

**Medida II.8 - Execução Financeira por linha de acção**

Unidade: Euros

Linha de Acção	Execução (2000-2009)			
	Nº Proj.	D. Pública	Fundo	%
A - Promoção da empregabilidade	62	11.653.724	8.740.293	70,9
B - Formação para a integração social	19	3.675.113	2.756.335	22,4
C - Requalificação das Cidades	10	1.105.616	829.212	6,7
<b>Total</b>	<b>91</b>	<b>16.434.452</b>	<b>12.325.839</b>	<b>100,0</b>

**Medida II.8 - Execução Financeira por domínio de intervenção**

Unidade: Euros

Domínio	Execução (2000-2009)		
	Nº Proj.	D. Pública	Fundo
24 - Adaptabilidade, espírito empresa e inovação	10	1.774.079,02	1.330.559,26
174 - Formação Profissional específica do Turismo	43	8.169.288,77	6.126.966,63
167 - Formação Profissional específica PME e Artesanato	27	5.309.327,63	3.981.995,76
128 - Formação Profissional específica da silvicultura	11	1.181.757,04	886.317,78
<b>Total</b>	<b>91</b>	<b>16.434.452,46</b>	<b>12.325.839,43</b>

Em termos de distribuição sectorial dada a tipologia de projectos elegíveis nesta medida, apenas foi considerada a “formação profissional e emprego”.

### 3.3.3. Eixo III – Enquadramento e síntese da execução

O Eixo Prioritário III do Programa Operacional, envolvendo 19 Medidas e 4 Fundos, tem a sua gestão assegurada através dos Coordenadores das Medidas.

Até ao final do programa foram realizadas 98 reuniões da Unidade de Gestão do Eixo III e várias consultas escritas aos seus membros, tendo sido apreciadas 17.868 candidaturas, das quais 13.970 tiveram parecer favorável.

**Quadro 3.16 Eixo III - Candidaturas apreciadas em Unidade de Gestão**

Medida	Nº de Candidaturas apreciadas em Unidade de Gestão			
	Total	Situação no final do P.O.		
		Aprovadas	Indeferidas/arquivadas na fase de decisão	Canceladas (*)
<b>Eixo III</b>	<b>17.868</b>	<b>13.131</b>	<b>3.898</b>	<b>838</b>
3.1	288	192	69	27
3.2	141	141	0	0
3.3	1.260	504	734	22
3.4	1.370	1.248	0	122
3.5	9	9	0	0
3.6	40	34	4	2
3.7	91	50	29	12
3.8	62	57	3	2
3.9	20	20	0	0
3.10	34	33	0	1
3.11	87	69	3	15
3.12	214	211	0	3
3.13	214	202	5	7
3.14	13.918	10.257	3.042	619
3.15	7	7	0	0
3.16	35	22	9	4
3.17	50	47	0	3
3.18	14	14		
3.19	14	14		

(\*) - Desistências, arquivados e com revogação de decisão, após aprovação

A maioria das candidaturas indeferidas dizem respeito às medidas 3.1- Educação, 3.3- Promoção do emprego e da empregabilidade a nível local e 3.14- Agricultura.

O grande volume de candidaturas apreciadas na Medida da Agricultura é devido, essencialmente, aos projectos de apoio à pequena agricultura, com uma dimensão de investimento muito baixa.

Das candidaturas aprovadas, 838 desistiram ou não apresentaram qualquer despesa elegível, pelo que no final do programa as 13131 candidaturas contribuíram para uma

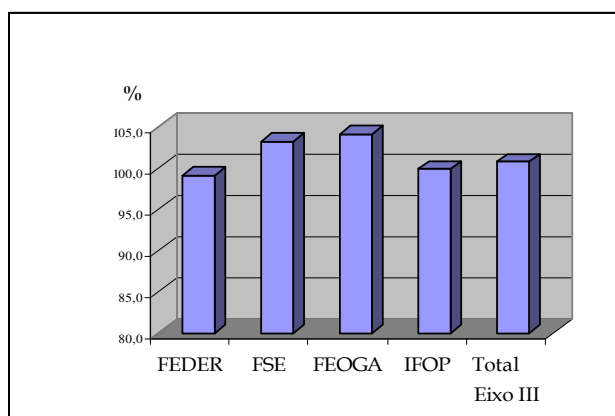
## PO CENTRO RELATÓRIO FINAL DE EXECUÇÃO

execução de 1.673,4 milhões de Euros de despesa pública e 980,8 milhões de euros de fundo, 100,7% do total programado para o Eixo III.

**Quadro 3.17 Eixo III – Programação e execução total – FEDER, FSE, FEOGA e IFOP**

Unidade: Euros

Fundo	Programação		Execução		Exc./Prog
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	
FEDER	1.101.864.412	624.753.077	1.117.993.535	618.881.319	99,1
FSE	311.509.687	189.202.138	321.453.202	195.421.162	103,3
FEOGA	215.795.234	158.781.157	231.877.041	164.985.218	103,9
IFOP	2.049.320	1.537.000	2.084.688	1.536.012	99,9
<b>Total Eixo III</b>	<b>1.631.218.653</b>	<b>974.273.372</b>	<b>1.673.408.466</b>	<b>980.823.710</b>	<b>100,7</b>



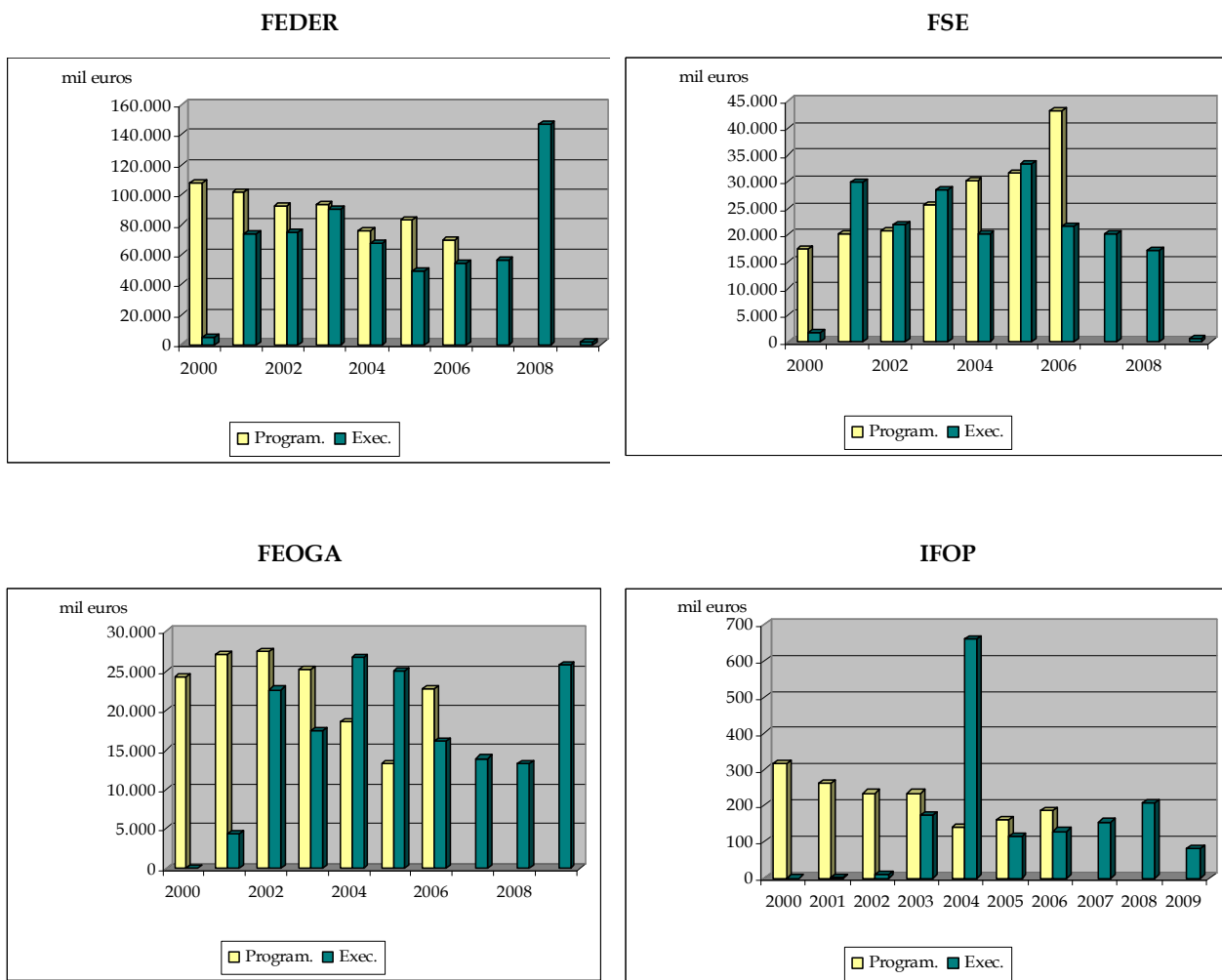
**Quadro 3.18 Eixo III – Programação e execução por ano (2000-2009) – FEDER, FSE, FEOGA e IFOP**

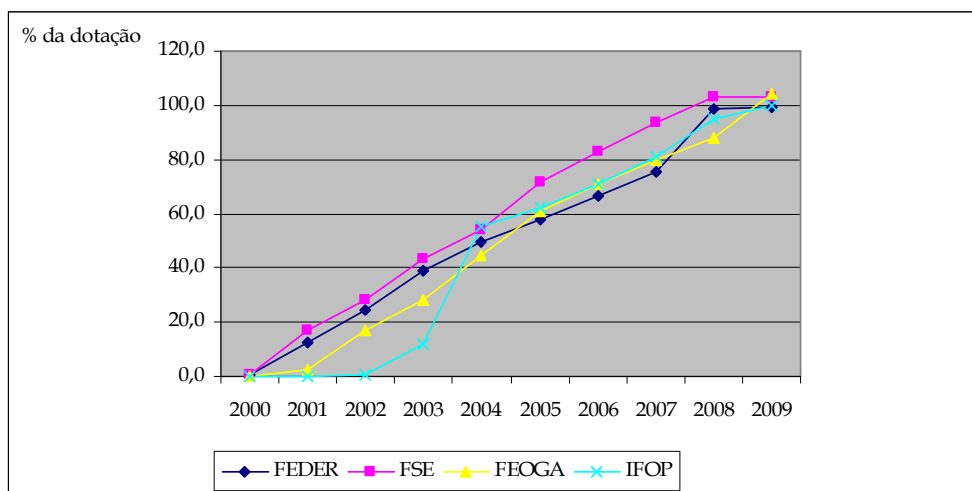
Unidade: Euros

Ano	Programação		Execução		Exc./Prog	Fundo Exec. %
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo		
2000	255.062.709	150.017.384	9.955.007	6.937.421	4,6	0,7
2001	254.856.836	149.455.616	188.168.448	108.053.819	72,3	11,0
2002	237.361.940	141.224.360	199.667.355	119.350.027	84,5	12,2
2003	243.483.960	144.590.977	258.949.311	136.424.724	94,4	13,9
2004	210.996.109	125.103.535	202.917.269	115.763.762	92,5	11,8
2005	214.575.534	128.089.236	174.898.758	106.978.899	83,5	10,9
2006	214.881.565	135.792.264	152.247.097	92.105.479	67,8	9,4
2007			156.086.796	90.755.481		9,3
2008			294.005.925	177.309.880		18,1
2009			36.512.501	27.144.217		2,8
<b>Total</b>	<b>1.631.218.653</b>	<b>974.273.372</b>	<b>1.673.408.466</b>	<b>980.823.710</b>	<b>100,7</b>	<b>100,0</b>

A recuperação da execução nos anos de 2008 e 2009, permitiu que no total do Eixo tenha conseguido absorver ou mesmo ultrapassar a dotação disponível em todos os Fundos, com excepção do FEDER.

**Gráfico 3.22 Eixo III- Evolução da execução em cada um dos fundos**



**Gráfico 3.23 Eixo III- Evolução da taxa de execução em cada um dos fundos**

O comportamento dos quatro fundos é diverso. No seu conjunto, são as medidas com intervenção do FSE as que mais rapidamente conseguiram absorver a sua dotação, no final de 2007, já tinham absorvido 94% da sua dotação. Em 2008, para além de se ter conseguido utilizar as verbas disponíveis no Eixo, foi possível absorver as dotações não utilizadas no Eixo I e II e constituir um “*overbooking*” de execução no Programa, para colmatar eventuais quebras na fase de encerramento. O facto de se apresentar despesa FSE no ano 2009 deve-se a limitações do seu registo em Sistema de Informação no ano de 2008, ano de realização efectiva dessa despesa.

As medidas com intervenção do FEDER, passaram de uma taxa de execução no final de 2007, de 75% para os 99,1% da sua dotação. Esta recuperação ficou a dever-se ao esforço de aprovação de projectos em “*overbooking*” durante o ano de 2008 e à validação de despesa que, embora executada em anos anteriores, só veio a ser validada em 2008. A execução deste fundo no ano de 2009, corresponde a despesa efectuada em 2008 e paga pelos organismos intermédios naquele ano.

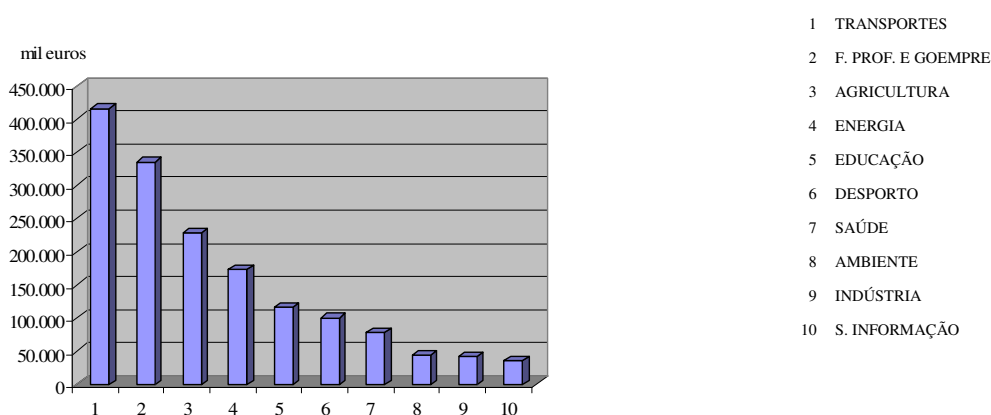
A medida IFOP passou de uma taxa de execução de 81%, em finais de 2007, para os 99,9%. A não absorção total deste fundo (988 euros) deveu-se a uma pequena quebra, resultante dum processo de auditoria do controlo de 1º nível.

No caso do FEOGA é de realçar a quebra ocorrida no período 2006 e 2007, o que levou, aliás, ao não cumprimento da regra n+2 nesses anos. Em 2008 e 2009, com o esforço de

aprovações de projectos da iniciativa dos municípios conseguiu-se ultrapassar a dotação final do FEOGA neste Eixo e absorver a dotação não utilizada no Eixo II.

O maior volume da despesa pública executada diz respeito aos sectores dos transportes, da formação profissional e emprego, da agricultura, energia, educação e desporto (81,7% do total), sectores correspondentes às medidas com maior volume financeiro programado.

**Gráfico 3.24 Eixo III - Despesa pública executada segundo os principais sectores**



**Quadro 3.19 Eixo III - Distribuição Sectorial da execução (2000-2009)**

Unidade: Euros

Sector	Nº Proj.	Execução		
		D. Pública	Fundo	% Despesa Pública
AGRICULTURA	10.257	227.924.218	162.020.601	13,6
AMBIENTE	190	43.786.856	31.037.289	2,6
ASSISTÊNCIA TÉCNICA	75	19.685.318	14.501.416	1,2
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	9	13.751.734	8.260.994	0,8
COMÉRCIO	3	14.293.083	5.396.789	0,9
DESPORTO	33	100.345.824	35.572.359	6,0
EDUCAÇÃO	192	115.596.453	84.653.136	6,9
ENERGIA	23	173.069.049	68.418.468	10,3
F. PROF. E EMPREGO	1.893	335.190.133	203.330.745	20,0
INDÚSTRIA	15	41.153.658	23.513.310	2,5
PAT. HIST./CULTURAL	20	10.621.727	7.679.184	0,6
PESCAS	29	15.297.950	11.445.959	0,9
QUAL. DA AD. PÚBLICA	3	3.835.336	2.830.510	0,2
REVITALIZAÇÃO				
URBANA	16	15.975.677	11.981.758	1,0
SAÚDE	57	78.120.137	58.317.597	4,7
SOC.DE INFORMAÇÃO	81	34.940.218	24.207.156	2,1
TRANSPORTES	211	415.373.691	217.979.317	24,8
TURISMO	24	14.447.404	9.677.122	0,9
<b>Total</b>	<b>13.131</b>	<b>1.673.408.466</b>	<b>980.823.710</b>	<b>100,0</b>



As intervenções do Eixo III têm uma incidência maioritária, quer em termos absolutos quer em termos relativos no interior da Região, contribuindo para o atenuar das desigualdades entre estas duas sub-regiões.

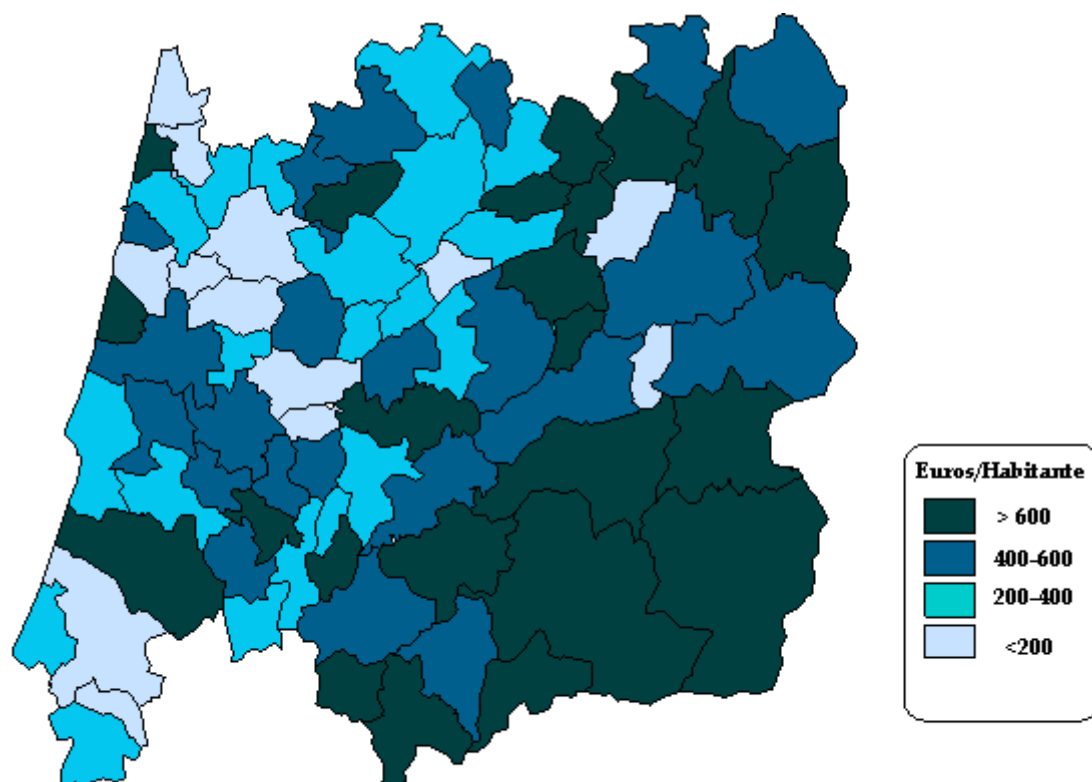
As áreas das Beiras Interior Norte e Sul, do Pinhal Interior Sul e Norte e da Serra da Estrela são as que, em termos relativos, por habitante, absorvem maior volume de investimento aprovado.

**Quadro 3.20 Eixo III – Execução por NUT III**

Unidade: Euros

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência	
					%	por hab.
Baixo Vouga	729	180.178.656	173.033.126	98.136.249	10,0	467
Baixo Mondego	1.234	284.623.499	275.958.459	162.054.320	16,5	838
Pinhal Litoral	517	173.179.853	168.256.788	82.432.069	8,4	696
Pinhal Interior Norte	1.560	149.945.789	142.439.368	88.517.326	9,0	1.081
Dão-Lafões	3.480	219.583.642	195.107.457	123.557.778	12,6	769
Pinhal Interior Sul	702	49.621.580	43.883.516	27.651.725	2,8	1.107
Serra da Estrela	534	55.099.985	50.096.403	31.986.555	3,3	1.104
Beira Interior Norte	2.056	143.092.098	126.783.718	79.480.588	8,1	1.246
Beira Interior Sul	988	122.038.305	113.110.427	72.516.856	7,4	1.560
Cova da Beira	1.100	91.594.319	73.053.580	43.347.076	4,4	980
Não Regionalizável	231	343.218.436	311.685.625	171.143.170	17,4	
Litoral	2.480	637.982.009	617.248.374	342.622.637	34,9	655
Interior	10.420	830.975.716	744.474.467	467.057.903	47,6	1.031
<b>Total da Medida</b>	<b>13.131</b>	<b>1.812.176.161</b>	<b>1.673.408.466</b>	<b>980.823.710</b>	<b>100,0</b>	<b>1.018</b>

Eixo III - Distribuição concelhia da comparticipação total por Habitante



### 3.3.3.1 Medida III.1 - Educação - Infra-estruturas da educação Pré-escolar e dos Ensinos Básicos e Secundários

Durante o ano de 2008 foram apreciados em Unidade de Gestão 6 candidaturas relativas ao Ensino Básico e ao Secundário. No final do programa, estavam apreciadas em Unidade de Gestão, um total de 288 candidaturas. Destas, 219 obtiveram parecer favorável deste órgão.

Dos 219 projectos apreciados em Unidade de Gestão com parecer favorável 9 foram arquivados por desistência e 12 tiveram revogação de decisão por incumprimento do contrato ou por terem sido detectadas irregularidades em matéria de mercados públicos e 6 foram canceladas por não terem apresentado despesa considerada elegível. Assim, no final do Programa, encontram-se aprovados 192 projectos, relativos ao ensino pré-escolar, básico, secundário e profissional.

Dos projectos aprovados em 2008, quadro dizem respeito a projectos do 1º ciclo do ensino básico, tipologia que passou a ser elegível com a alteração do Complemento de Programação efectuada em 2008.

#### Medida III.1 - Programação e execução por ano (2000-2009)

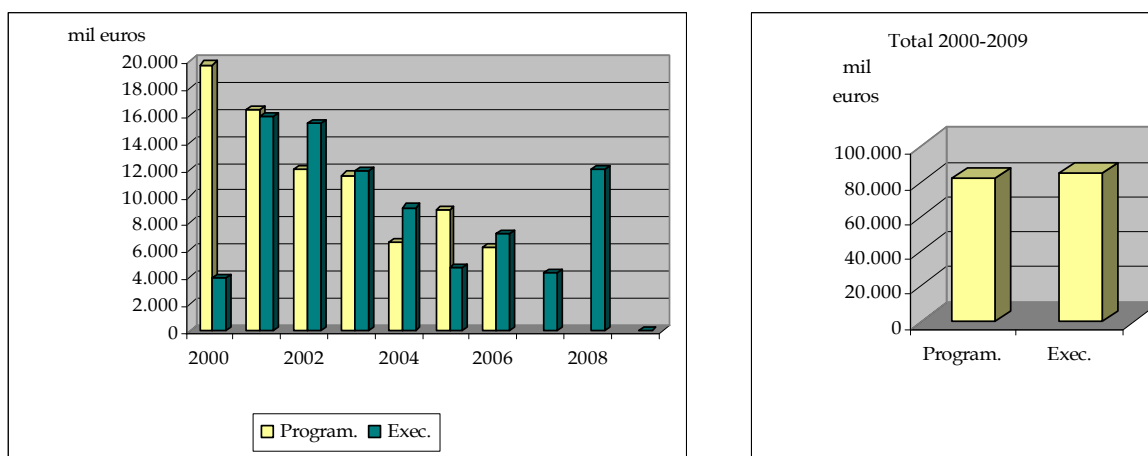
Unidade: Euros

Ano	Programação		Execução		Exc./Prog
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	
2000	25.594.648	19.773.998	5.331.855	3.998.891	20,2
2001	20.948.599	16.374.999	21.200.501	15.900.375	97,1
2002	15.662.522	11.966.000	20.935.219	15.445.162	129,1
2003	15.399.451	11.577.911	16.576.912	11.934.128	103,1
2004	10.629.088	6.611.741	12.771.215	9.180.399	138,8
2005	12.052.039	9.039.229	6.438.175	4.672.132	51,7
2006	8.471.295	6.224.119	9.691.720	7.180.953	115,4
2007			6.109.530	4.273.613	
2008			16.541.325	12.067.482	
2009			0	0	
<b>Total</b>	<b>108.757.642</b>	<b>81.567.997</b>	<b>115.596.453</b>	<b>84.653.136</b>	<b>103,8</b>

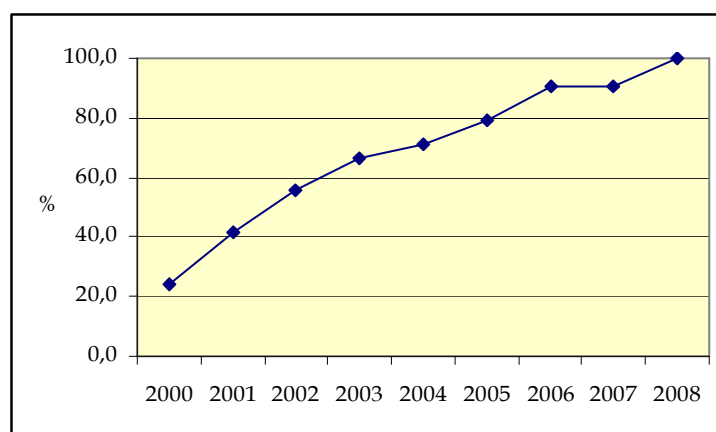
A execução financeira do ano 2008 foi da ordem dos 16,5 milhões de euros de despesa pública, atingindo-se, no final do Programa, uma taxa de execução/programação de 103,8%, em termos de fundo.

No gráfico seguinte pode verificar-se que o período de maior execução foi o inicial 2001-2003, e o último ano de execução da medida, ano de 2008.

**Gráfico 3.25 Medida III.1 Evolução do Fundo programado e executado**



**Gráfico 3.26 Medida III.1 Execução de acordo com o ano de aprovação dos projectos (FEDER)**



De facto, o grande volume de projectos aprovados no primeiro ciclo do Programa (66% da execução global da medida, corresponde a projectos aprovados até final de 2003) permitiu uma execução atempada e acima da dotação da medida.

Dos projectos aprovados 69 dizem respeito ao Ensino Básico e Secundário, que representam 87% do total da despesa executada.

**Medida III.1 – Execução por tipologia de intervenção**

Unidade: Euros

Tipologia	Nº Proj.	Execução	
		D. Pública	Fundo
Básico/Secundário	69	100.060.603	74.088.127
<i>Básico 1</i>	4	2.738.031	1.916.622
<i>Básico 2,3</i>	60	90.950.923	67.392.769
<i>Secundário</i>	5	6.371.649	4.778.737
Pré-escolar	107	12.394.172	8.688.374
Profissional	16	3.141.679	1.876.635
<b>Total</b>	<b>192</b>	<b>115.596.453</b>	<b>84.653.136</b>

As intervenções no sector da Educação (Infra-estruturas) têm uma maior incidência no Interior da Região, quer em termos absolutos quer em termos relativos (representam 67% acima do investimento por habitante quando comparado com o Litoral). As regiões do Pinhal Interior são as que mais beneficiam com estas intervenções.

**Medida III.1 – Execução por NUT III**

Unidade: Euros

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência	
					%	por hab.
Baixo Vouga	38	19.512.245	19.512.245	14.371.887	16,88	51
Baixo Mondego	42	22.185.113	22.185.113	15.759.833	19,19	65
Pinhal Litoral	21	4.036.861	4.036.861	2.972.274	3,49	16
Pinhal Interior Norte	31	23.705.855	23.705.855	17.414.219	20,51	171
Dão-Lafões	26	16.267.061	16.267.061	11.863.535	14,07	57
Pinhal Interior Sul	4	7.029.850	7.029.850	5.246.483	6,08	157
Serra da Estrela	6	2.426.115	2.426.115	1.733.416	2,10	49
Beira Interior Norte	12	6.547.945	6.547.945	4.877.433	5,66	57
Beira Interior Sul	4	4.279.772	4.279.772	3.209.829	3,70	55
Cova da Beira	5	2.884.601	2.884.601	2.163.451	2,50	31
Não Regionalizável	3	6.721.035	6.721.035	5.040.776	5,81	
Litoral	101	45.734.219	45.734.219	33.103.994	39,56	47
Interior	88	63.141.199	63.141.199	46.508.365	54,62	78
<b>Total da Medida</b>	<b>192</b>	<b>115.596.453</b>	<b>115.596.453</b>	<b>84.653.136</b>	<b>100,00</b>	<b>65</b>

## 3.3.3.2. Medida III.2 - Educação - Ensino profissional

A Medida visou consolidar as ofertas de Ensino Profissional ao nível da região que melhor correspondem às necessidades de preparação em matéria de recursos humanos qualificados a este nível.

As Escolas Profissionais, tendo resultado de parcerias estabelecidas ao nível local e regional, têm revelado uma capacidade efectiva de preparar recursos humanos de modo orientado para a satisfação das necessidades de desenvolvimento regional e das empresas com implantação local.

Tal como previsto, o financiamento dos Cursos Profissionais no âmbito deste Programa Operacional visou a consolidação dos Cursos já existentes ao nível da Região e cujo contributo para o respectivo desenvolvimento é objecto de reconhecimento por parte dos outros parceiros e sectores.

A fase de aprovação terminou em 2006, com o financiamento dos cursos do ano lectivo 2006/2007, tendo o total de candidaturas apreciadas em Unidade de Gestão ficado em 141.

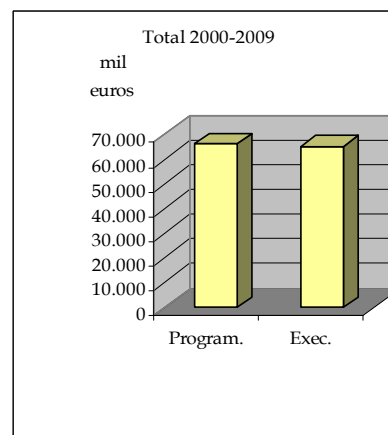
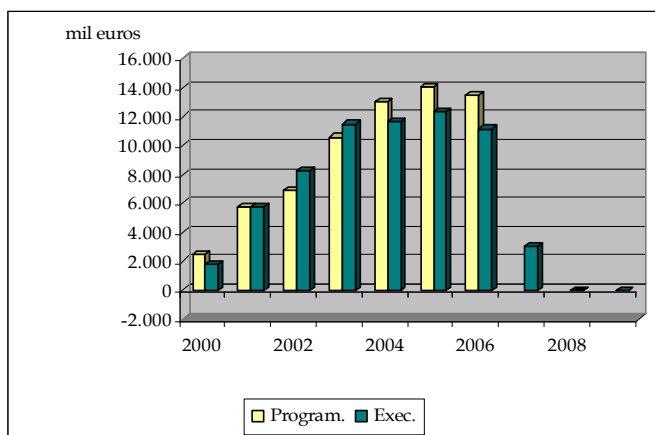
**Medida III.2 – Programação e execução por ano (2000-2009)**

Unidade: Euros

Ano	Programação		Execução		Exc./Prog
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	
2000	4.347.000	2.497.000	3.021.908	1.737.597	69,6
2001	9.979.999	5.733.000	9.917.961	5.702.828	99,5
2002	11.905.810	6.839.360	14.339.515	8.245.221	120,6
2003	18.396.278	10.577.860	19.971.868	11.483.824	108,6
2004	22.553.740	12.973.000	20.314.920	11.681.079	90
2005	24.476.518	14.079.000	21.417.409	12.315.010	87,5
2006	23.344.221	13.427.843	19.380.580	11.143.834	83
2007			5.238.190	3.011.959	
2008			-4.644	-2.670	
2009			-1.808	-1.040	
<b>Total</b>	<b>115.003.566</b>	<b>66.127.063</b>	<b>113.595.901</b>	<b>65.317.643</b>	<b>98,8</b>

A execução atinge, no final do programa, 99% do fundo programado.

O valor não utilizado nesta Medida, da ordem dos 800 mil euros de fundo, foi compensado com a execução para além da dotação prevista, na Medida 3.3.

**Gráfico 3.27 Medida III.2 Evolução do Fundo programado e executado**

As intervenções no Ensino Profissional têm uma maior incidência no Interior da Região, quer em termos absolutos quer em termos relativos, contribuindo para uma melhor distribuição de recursos humanos com nível de qualificação média.

**Medida III.2 – Execução por NUT III**

Unidade: Euros

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência	
					%	por hab.
Baixo Vouga	14	7.182.303	7.005.520	4.028.174	6,1	19
Baixo Mondego	29	20.691.534	19.399.030	11.154.442	17,6	61
Pinhal Litoral	9	10.160.985	9.679.025	5.565.440	8,6	41
Pinhal Interior Norte	25	26.632.133	26.119.217	15.018.550	22,6	192
Dão-Lafões	18	14.603.360	14.077.164	8.094.369	12,4	51
Pinhal Interior Sul	5	2.631.656	2.613.510	1.502.768	2,2	59
Serra da Estrela	6	3.670.424	3.420.718	1.966.913	3,1	74
Beira Interior Norte	11	8.909.471	8.692.979	4.998.463	7,6	78
Beira Interior Sul	6	2.745.497	2.598.212	1.493.972	2,3	35
Cova da Beira	12	13.263.595	12.836.660	7.381.080	11,3	142
Não Regionalizável	6	7.302.711	7.153.863	4.113.471	6,2	
Litoral	52	38.034.822	36.083.575	20.748.056	32,3	39
Interior	83	72.456.136	70.358.462	40.456.116	61,5	90
<b>Total da Medida</b>	<b>141</b>	<b>117.793.669</b>	<b>113.595.901</b>	<b>65.317.643</b>	<b>100,0</b>	<b>66</b>

O número de formandos abrangidos, nos sete anos lectivos, foi na ordem dos 25.200 alunos, acima do previsto (23 400). Destes cerca de 55% são homens.

### Medida III.2 – Formandos abrangidos por sexo

Indicador	Un.	Quantificação							
		Previsto	Resultados						
			Ano lectivo 2000/2001	Ano lectivo 2001/2002	Ano lectivo 2002/2003	Ano lectivo 2003/2004	Ano lectivo 2004/2005	Ano lectivo 2005/2006	Ano lectivo 2006/2007
Formandos abrangidos (H)	nº		1.300	1.726	2.296	2.600	2.656	2.605	858
Formandos abrangidos (M)	nº		929	1.383	1.933	2.119	2.123	2.089	672
Formandos abrangidos (Total)	nº	23.400	2.229	3.109	4.229	4.719	4.779	4.694	1.530

Dos finalistas dos anos lectivos 2000/2001 a 2006/2007, 5.281 atingiram o nível de qualificação III (48,6% homens e 51,4% mulheres), valor acima dos resultados previstos (5 070 até final do programa).

### Medida III.2 – Formandos que concluíram o curso, por sexo

Indicador	Un.	Quantificação							
		Previsto 2006	Resultados						
			Ano lectivo 2000/2001	Ano lectivo 2001/2002	Ano lectivo 2002/2003	Ano lectivo 2003/2004	Ano lectivo 2004/2005	Ano lectivo 2005/2006	Ano lectivo 2006/2007
Nº de beneficiários que concluíram o E P com qualificação nível III	nº	5.070	548	671	961	956	772	1.077	296
H	nº		285	333	464	475	351	521	137
M	nº		263	338	497	481	421	556	159

Das as características destas acções de formação a maioria das pessoas abrangidas encontram-se no escalão etário dos 15 aos 19 anos de idade, e ingressam nos cursos com o ensino básico.



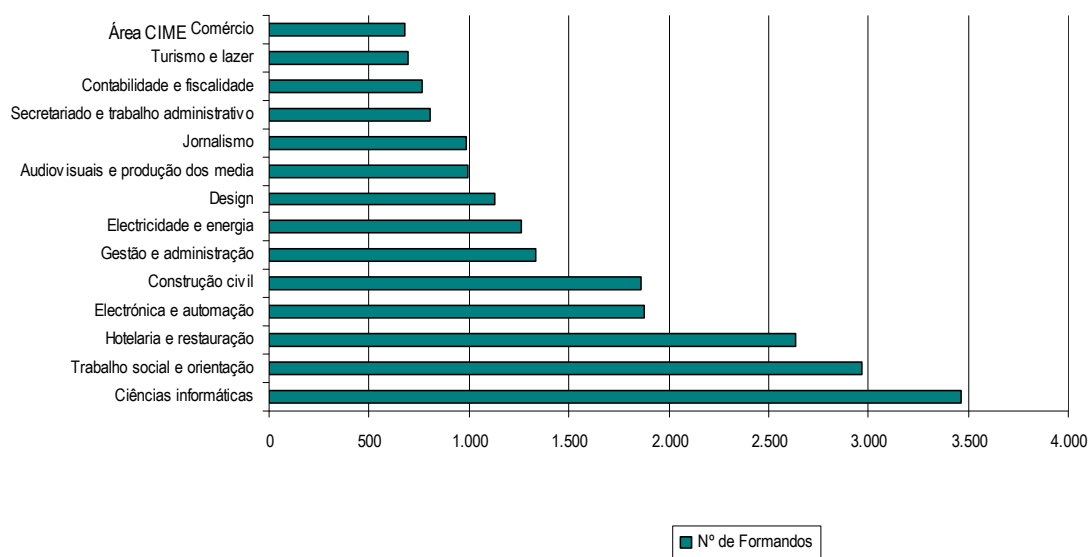
**Medida III.2 – Formandos abrangidos por escalão etário (%)**

Nº de Formandos abrangidos por idade (%)	Ano lectivo 2000/2001	Ano lectivo 2001/2002	Ano lectivo 2002/2003	Ano lectivo 2003/2004	Ano lectivo 2004/2005	Ano lectivo 2005/2006	Ano lectivo 2006/2007
<15	0,81	0,5	5,4	2,7	2,6	2,5	2,6
15-19	77,30	75,9	84,1	85,4	85,6	84,1	83,7
20-24	20,86	22,7	9,9	11,2	11,1	12,8	13,6
25-34	1,03	0,9	0,5	0,7	0,6	0,5	0,1
35-44	0,00	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0
Total	100,00	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

**Medida III.2 – Formandos abrangidos por habilitação (%)**

Nº de Formandos abrangidos por Habilitações (%)	Ano lectivo 2000/2001	Ano lectivo 2001/2002	Ano lectivo 2002/2003	Ano lectivo 2003/2004	Ano lectivo 2004/2005	Ano lectivo 2005/2006	Ano lectivo 2006/2007
Ensino Básico 2º ciclo - (6º ano)	2,1	1,5	1,5	1,1	0,0	0,0	0,0
3º ciclo - (9º ano)	97,6	98,5	98,4	98,7	99,8	99,8	99,7
Ensino Secundário	0,3	0,0	0,1	0,2	0,2	0,2	0,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

O gráfico seguinte indica quais as principais áreas de formação dos alunos, as quais representam cerca de 85% do total.

**Medida III.2 – Formandos abrangidos por área CIME**

A estrutura da oferta formativa desta região, com base nos formandos abrangidos, assenta nas Famílias Profissionais da “Informática”, “Serviços Sociais”, “Hotelaria e Turismo”, “Electricidade e Electrónica”, “Construção Civil” e “Administração”.

É, ainda, de referir que as áreas das tecnologias de informação e comunicação e do ambiente, representam 9% do total do volume de formação.

### Medida III.2 - Volume de formação

Áreas	Volume de formação (horas*formandos)	%
TIC	2.592.043	9
Ambiente	212.207	1
Total	27.615.189	100

No que refere ao percurso dos diplomados, verifica-se que, após a conclusão do curso, mais de 2/3 dos diplomados tomam como opção de vida a inserção no mercado de trabalho. O prosseguimento de estudos define-se como a situação para cerca de 1/4 do total dos diplomados.

### 3.3.3.3. Medida III.3 - **Promoção da Empregabilidade e do Emprego a Nível Local**

Em Junho de 2006 decorreu o 6º período de candidaturas, que abrangeu acções de formação que conferem a dupla certificação de públicos adultos. Considerando o elevado grau de execução da Medida e o facto de se aproximar o final do QCA III, esse foi o último período de candidaturas.

Nesta última candidatura, houve necessidade de efectuar aprovações condicionadas, uma vez que o montante a aprovar estava claramente acima da dotação da Medida.

Face ao nível de aprovações e de execução histórica da Medida 3.3, decidiu-se que, os montantes não utilizados nos Eixos I e II (dentro dos limites da flexibilidade entre Eixos) e nas restantes Medidas do Eixo III, seriam executadas por esta Medida, de acordo com as regras de encerramento do QCA III.

No entanto, veio a constatar-se que a dotação que previsivelmente ficaria disponível dos outros Eixos e Medidas do Eixo III, dificilmente seria absorvida pelos projectos em execução da acção tipo 3.3.1.1, apesar de se terem efectuado aprovações condicionadas e da taxa de execução rondar os 80%.

Assim, a execução destas verbas, pela Medida 3.3, apenas seria possível porque o IEFP, nos Estágios Profissionais e nos Apoios ao Emprego, tinha executado mais do que a dotação inscrita nos respectivos Contratos-Programa. O IEFP surgiu então como o único promotor passível de apresentar despesa, razão pela qual foram homologadas, em 2008, novas adendas aos Contratos-Programa. A homologação destas adendas possibilitou o reforço financeiro dos Estágios Profissionais, em 6 milhões de euros de despesa pública (3,75 milhões de euros FSE), e o alargamento do período de vigência dos três Contratos-Programa.

A Medida 3.3 registou até final do Programa um desempenho financeiro de 107%, excedendo a dotação final da mesma 8,26 milhões de euros FSE. Este excesso de dotação só foi possível à custa de uma execução abaixo da respectiva dotação nas medidas do Eixo I e II e, em menor escala, das restantes do Eixo III, contribuindo, ainda assim com um *overbooking* de execução do FSE no Programa na ordem dos 1,8 milhões de euros. Esse

excesso de execução diz respeito ao contrato-programa com o IEF, Apoio ao Emprego, e servirá para colmatar eventuais quebras na fase de encerramento do Programa.

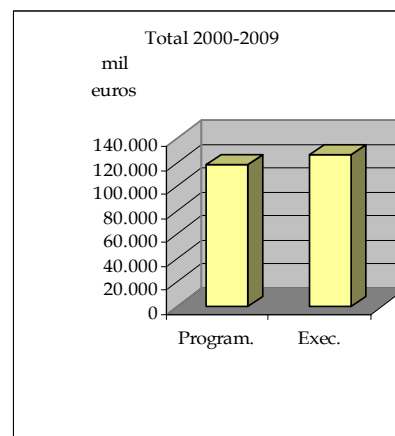
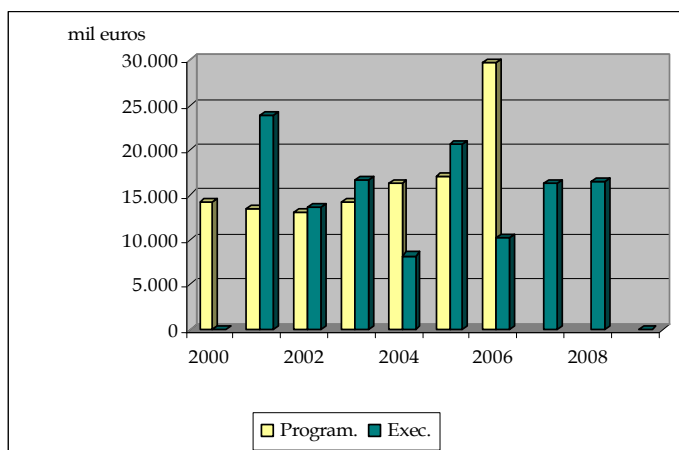
Com a alteração, em Fevereiro de 2009, da regra da flexibilidade entre Eixos, que passou de 2% para 10% (Decisão COM (2009) n° 960), foi possível conseguir uma absorção total do FSE no Programa, com a execução desta medida.

### Medida III.3 - Programação e execução por ano (2000-2009)

Unidade: euros

Ano	Programação		Execução		Exc./Prog
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	
2000	22.707.983	14.190.035	0	0	0,0
2001	21.771.966	13.561.383	38.242.148	23.901.341	176,2
2002	21.084.089	13.053.048	22.003.853	13.752.405	105,4
2003	23.044.858	14.272.535	26.731.074	16.706.580	117,1
2004	26.172.186	16.340.853	13.246.888	8.279.305	50,7
2005	27.288.524	17.060.515	32.972.740	20.607.960	120,8
2006	46.989.105	29.683.498	16.485.466	10.303.413	34,7
2007			26.054.781	16.284.242	
2008			25.357.381	15.848.362	
2009			1.182.074	738.796	
<b>Total</b>	<b>189.058.711</b>	<b>118.161.867</b>	<b>202.276.404</b>	<b>126.422.405</b>	<b>107,0</b>

Gráfico 3.28 Medida III.3 Evolução do Fundo programado e executado



O quadro e gráficos apresentados permitem concluir que após um primeiro período com uma execução muito elevada, 2001-2003, o ano de 2004 registou uma quebra acentuada, tendo-se retomado os níveis da execução nos anos 2005, 2007 e 2008. A instabilidade de

execução relaciona-se com o facto da procura ser muito elevada e terem ocorrido várias decisões de reforços da medida. Em 2004, procedeu-se ao reforço de 14,6 milhões de euros na dotação FSE, reprogramação efectuada na base da avaliação intercalar, e em 2006, na reprogramação final do Programa, efectuou-se um reforço de 12,5 milhões de euros FSE. Tal como referido anteriormente o facto de se apresentar despesa FSE no ano 2009 deve-se a limitações do seu registo em Sistema de Informação no ano de 2008, ano de realização efectiva dessa despesa.

### Medida III.3 – Execução por tipologia de acção

Unidade: euros

Tipologia de Acção	Nº de Projectos	Execução (2000-2008)		
		D. Pública	Fundo	% Fundo
3.3.1.1 Qualificação Profissional com Progressão Escolar	182	45.599.623	28.499.765	22,5
3.3.1.2 Qualificação e Reconversão Profissional	167	46.959.311	29.349.570	23,2
3.3.1.3 Aperfeiçoamento Profissional	62	4.086.670	2.554.169	2,0
3.3.1.4 Especialização Profissional de Quadros Superiores	85	8.634.279	5.396.424	4,3
3.3.1.5 Formação Emprego	4	5.717.151	3.573.219	2,8
3.3.1.6 Estágios Profissionais	2	54.521.778	34.075.766	27,0
3.3.2 Apoio à criação de Emprego	2	36.757.593	22.973.492	18,2
<b>Total</b>	<b>504</b>	<b>202.276.404</b>	<b>126.422.405</b>	<b>100,0</b>

Na formação profissional, destaca-se a execução das acções de qualificação e reconversão profissional de desempregados (acção tipo 3.3.1.2) e da qualificação profissional com progressão escolar (acção tipo 3.3.1.1).

As tipologias contratualizadas com o IEFP, Estágios Profissionais e Apoios ao Emprego, contribuem com 45,2% para a execução da Medida.

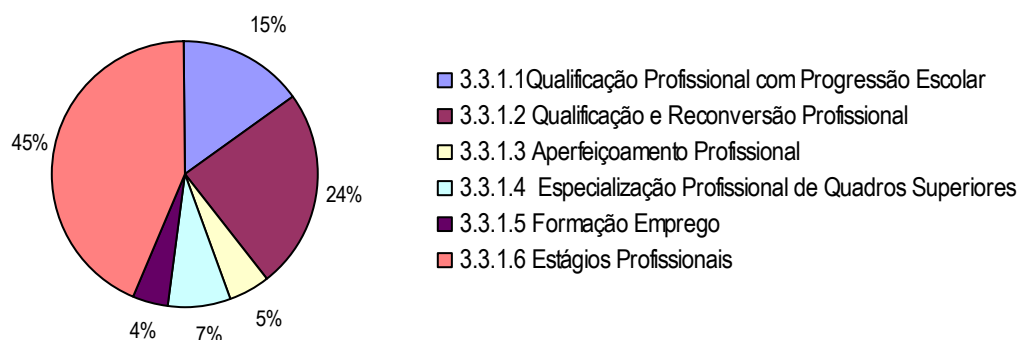
A orientação central da Medida foi a promoção da qualificação profissional de nível 2 e 3 dos desempregados com escolaridade obrigatória (acção tipo 3.3.1.2) e as acções de longa duração para os desempregados sem escolaridade básica que conferem qualificação profissional e escolar (acção tipo 3.3.1.1).

Por outro lado, foi atribuída menor importância à formação de curto e médio prazo que não confere qualificação (acção tipo 3.3.1.3), e à formação para licenciados à procura de 1º emprego (acção tipo 3.3.1.4).

Em 2006, e no âmbito do Plano Nacional de Emprego torna-se uma prioridade nacional a Iniciativa Novas Oportunidades. Uma vez que, no âmbito desta Iniciativa, se aposta na qualificação de adultos pouco escolarizados, a Medida 3.3 canaliza os seus recursos para a acção tipo 3.3.1.1 – Qualificação Profissional com Progressão Escolar, de forma a contribuir para a elevação dos níveis de qualificação dos adultos desempregados.

Neste ano, procedeu-se à abertura do 6º e último período de candidaturas, para projectos formativos no âmbito desta acção tipo, que vieram a desenvolver-se em 2007 e 1º trimestre de 2008.

**Gráfico 3.29 Medida III.3 – Nº de formandos abrangidos por tipologia de acção**



**Medida III.3 – Nº de formandos abrangidos por tipologia de acção e sexo**

Anos/Tipologia	3311		3312		3313		3314		3315		3316		TOTAL		
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	T
2000	18	61	690	1.368	35	61			155	977	1.179	2.110	2.077	4.577	6.654
2001	31	175	391	758	36	128	112	175	81	543	853	1.841	1.504	3.620	5.124
2002	55	262	544	856	97	152	136	358	7	42	598	1.284	1.437	2.954	4.391
2003	66	397	715	1.182	98	230	191	420			787	1.667	1.857	3.896	5.753
2004	47	350	752	1.108	219	422	219	491			875	1.819	2.112	4.190	6.302
2005	126	653	901	1.265	340	515	349	766			805	1.621	2.521	4.820	7.341
2006	351	1.031	123	194			56	92			263	547	793	1.864	2.657
2007	338	1.303									573	1.093	911	2.396	3.307
2008	310	1.267									695	1.171	1.005	2.438	3.443
<b>Total</b>	<b>1.342</b>	<b>5.499</b>	<b>4.116</b>	<b>6.731</b>	<b>825</b>	<b>1.508</b>	<b>1.063</b>	<b>2.302</b>	<b>243</b>	<b>1.562</b>	<b>6.628</b>	<b>13.153</b>	<b>14.217</b>	<b>30.755</b>	<b>44.972</b>
<b>Total %</b>	<b>15%</b>		<b>24%</b>		<b>5%</b>		<b>7%</b>		<b>4%</b>		<b>44%</b>		<b>100%</b>		

Nas medidas de apoio ao emprego realça-se a importância específica do programa Iniciativas Locais de Emprego. Tem vindo a demonstrar-se ao longo do QCA, idêntica capacidade de iniciativa empresarial para homens e mulheres. Contudo no ano 2007 verificou-se uma alteração desta paridade, aparecendo as mulheres com maior capacidade de iniciativa empresarial.

### Medida III.3 – Tipologia 3.3.2. Apoios ao emprego - pessoas abrangidas por sexo

Anos	H	M	Total
2000	589	660	1.249
2001	559	488	1.047
2002	436	506	942
2003	494	515	1.009
2004	358	383	741
2005	289	330	619
2006	207	224	431
2007	116	325	441
2008	328	356	684
<b>Total</b>	<b>3.376</b>	<b>3.787</b>	<b>7.163</b>

No conjunto dos apoios da medida a maioria foi dirigida às mulheres (cerca de 66% do total), o grupo mais representativo no desemprego da região.

Nas acções de formação realçamos a importância das mulheres (66,8%) dos abrangidos e dos desempregados há menos de um ano (76,8%). Por outro lado, destaca-se também aqui a reduzida importância da formação dirigida aos jovens candidatos ao 1º emprego. No entanto, nos anos 2004 e 2005, e face ao elevado nível do desemprego no segmento dos jovens com habilitações superiores, houve um reforço da intervenção sobre este público acompanhando também as orientações políticas, nesta matéria, veiculadas no Programa de Emprego e Protecção Social (PEPS).

### Medida III.3 – Pessoas abrangidas por situação face ao emprego

Tipologia	1º Emprego	Novo Emprego		Total
		>1 ano	>1 ano	
Acções de Formação - 3.3.1.1. a 3.3.1.5	1.610	19.337	4.244	25.191
Estágios Profissionais - 3.3.1.6.	16.713	2.197	871	19.781
Apoios ao emprego - 3.2.	1.694	3.643	1.698	7.163
<b>Total</b>	<b>20.017</b>	<b>25.177</b>	<b>6.813</b>	<b>52.135</b>

Nos Estágios Profissionais obviamente, predomina o apoio aos jovens à procura do 1º emprego, com elevados níveis habilitacionais (níveis IV e V) e no Apoio ao Emprego predominam os desempregados há menos de 1 ano.

As acções de formação (tipologias 3.3.1.1 a 3.3.1.5) concentraram-se no grupo dos 20 aos 44 anos de idade. Atendendo a que os estágios profissionais são dirigidos a jovens com idades compreendidas entre os 16 e 30 anos de idade o grupo mais jovem é reforçado.

### **Medida III.3 – Acções de formação: Repartição dos formandos abrangidos por escalão etário**

Nº de Formandos abrangidos por idade	%		
	2000-2008		
	H	M	Total
15-19	2,6	1,1	1,5
20-24	23,7	15,7	18,1
25-34	42,9	43,3	43,2
35-44	19,6	27,6	25,2
45-49	6,0	7,7	7,2
50-54	3,6	3,2	3,3
55-64	1,5	1,5	1,5
>64	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0

Por outro lado, ao analisarmos o nível de habilitações escolares dos formandos abrangidos, constatamos que 71,8% têm até ao 9º ano de escolaridade, sendo que destes 37,6% têm o 6º ano. Realçamos o período 2006-2008 em que n 91,3% têm até ao 6ºano e 79,7% têm o 6ºano. De facto, neste período, a Medida 3.3 apostou na educação e formação de adultos como instrumento adequado à superação de lacunas de formação em adultos pouco escolarizados, permitindo-lhes elevar o nível de habilitações escolares, dando preferência a indivíduos com o 6º ano que no final da formação obtiveram a equivalência ao 9º ano.

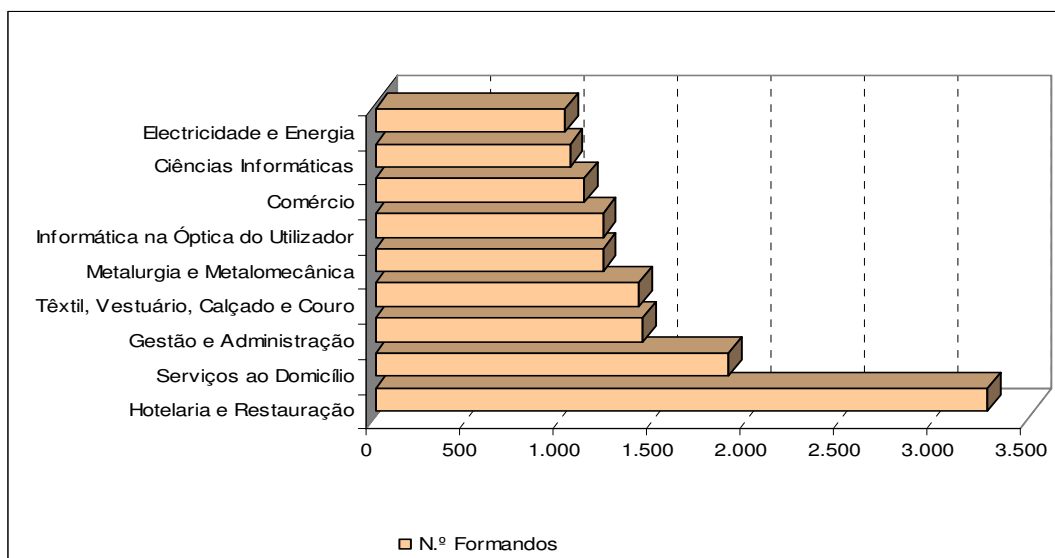


### Medida III.3 – Acções de formação: Repartição dos formandos abrangidos por habilitação

Nº de Formandos abrangidos por Habilitações		%		
		Acções de formação		
		H	M	Total
< 4 anos escolaridade		0,4	0,4	0,4
Ensino Básico	1º Ciclo (4º ano)	9,3	15,2	13,4
	2º Ciclo (6º Ano)	31,0	40,5	37,6
	3º Ciclo (9º Ano)	29,4	16,5	20,4
Ensino secundário		15,8	13,9	14,5
Ensino Superior	Bach.e Licenciatur.	14,1	13,4	13,6
	Pós- universitário	0,0	0,0	0,0
Total		100,0	100,0	100,0

No gráfico seguinte estão indicadas as principais áreas das acções de formação (tipologias 3.3.1.1 a 3.3.1.5). Destaca-se a nível de áreas de formação, a Hotelaria e Restauração como a área preferencial ao longo de todo o período (2000-2008).

**Gráfico 3.30 Medida III.3 – Acções de formação: Formandos abrangidos nas principais áreas temáticas**



No entanto, a orientação temática da formação é diversa consoante as acções tipo.

Na acção tipo 3.3.1.1 predominam as áreas de Hotelaria e Restauração, Serviços Pessoais, Têxtil, vestuário, calçado e couro, Floricultura e Jardinagem e Comércio.

Na acção tipo 3.3.1.2 para além da Metalúrgica e Metalomecânica, Electricidade e Energia e Gestão e Administração também se destacam a Hotelaria e Restauração, Têxtil, vestuário, calçado e couro, Comércio e Serviços Pessoais.

Nas acções tipo 3.3.1.3 e 3.3.1.4 é muito relevante a área de informática mas a área da Gestão e Administração têm bastante relevo na acção tipo 3.3.1.4

Se analisarmos a distribuição, pela região, dos formandos abrangidos em acções de formação (3.3.1.1 a 3.3.1.5), concluímos que, 50,3% dos formandos são originários das sub-regiões onde se regista maior número de desempregados inscritos.

Quanto à distribuição territorial dos abrangidos regista-se uma cobertura semelhante entre o litoral (49,7%) e o interior (50,3%). Destacamos, no litoral, o Baixo Mondego e, no interior, o Dão Lafões.

### Medida III.3 – N.º de formandos abrangidos por NUT III

NUT III	N.º Abrangidos
Baixo Vouga	4.275
Baixo Mondego	5.252
Pinhal Litoral	2.996
Pinhal Interior Norte	1.540
Dão Lafões	3.183
Pinhal Interior Sul	653
Serra da Estrela	1.890
Beira Interior Norte	1.684
Beira Interior Sul	1.457
Cova da Beira	2.261
<b>Total</b>	<b>25.191</b>

### **3.3.3.4. Medida III.4 - Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local**

O Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local, consiste na linha de acção relativa ao investimento em Iniciativas Locais de Emprego (ILE's) actualmente prevista no Programa de Estímulos à Oferta de Emprego (PEOE), programa esse da responsabilidade do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Para a gestão da Medida 3.4 foram celebrados, ao longo do QCA III, dois Contratos Programa para os períodos 2001-2003 e 2004-2006, entre o Gestor do POCentro, a Coordenação da Medida e o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). Este documento atribuiu ao IEFP a gestão técnica, administrativa e financeira da Medida.

A Medida 3.4 financiou a componente de investimento em imobilizado corpóreo das candidaturas aprovadas pelo IEFP no âmbito do programa Iniciativas Locais de Emprego (ILE's), previsto no Programa de Estímulo à Oferta de Emprego (PEOE). Este apoio financeiro é complementar ao apoio financeiro da Medida 3.3, que apoiou a criação de postos de trabalho.

Consideravam-se ILE os projectos que dão lugar à criação de novas entidades, independentemente da respectiva forma jurídica, que originavam a criação líquida de postos de trabalho, contribuindo para a dinamização das economias locais, mediante a realização de investimentos de pequeno volume.

O apoio ao investimento era concedido sob a forma de subsídio não reembolsável, até ao limite de 40% do investimento total admissível (150.000 euros).

O quadro legal para operacionalidade da Medida 3.4 só veio a estar completo em Setembro de 2002 com a divulgação do Regulamento Específico elaborado pelo IEFP. Por outro lado, também a homologação do Contrato Programa para o período de 2001-2003, só veio a acontecer em Março desse ano, isto é, praticamente a meio do período deste Contrato Programa.

Em 2006, foi apreciada e aprovada a reprogramação do Programa, e no caso da Medida 3.4 foi aprovada uma redução de 6,3 milhões de euros, que foram transformados em FSE para reforço da Medida 3.3. Esta redução de financiamento resultou da constatação de que a estrutura de financiamento da Medida não se encontrava adequada ao número de ILE's apoiadas. Os Complementos de Programação foram alterados, sendo que o indicador de acompanhamento que passou de 232 projectos/ano para 150 projectos/ano, e por outro lado, o peso financeiro da Medida no total da despesa pública do Programa, passou de 1,1% para 0,7%.

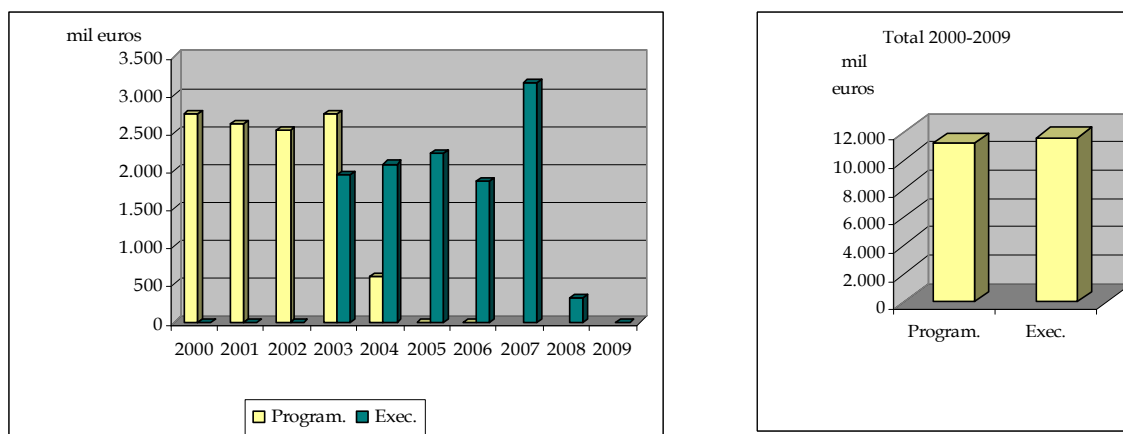
Em Setembro de 2008, foi homologada uma adenda, que prolongou o período de vigência deste 2º Contrato Programa até 30 de Novembro de 2008, com possibilidades de prorrogação.

Ao longo do QCA III foram apoiados 1.248 projectos, envolvendo 19,32 milhões de euros de financiamento público e 11,59 milhões de euros de Fundo, representando 103% do fundo programado.

#### Medida III.4 - Programação e execução por ano (2000-2009)

Unidade: euros

Ano	Programação		Execução		Exc./Prog
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	
2000	4.569.246	2.741.050	0	0	0,0
2001	4.370.957	2.622.097	0	0	0,0
2002	4.206.654	2.523.534	0	0	0,0
2003	4.565.742	2.738.947	3.247.130	1.948.278	71,1
2004	1.009.399	607.597	3.473.848	2.084.309	343,0
2005	0	0	3.717.305	2.230.383	
2006	0	0	3.087.913	1.852.748	
2007			5.264.776	3.158.865	
2008			526.857	316.114	
2009					
<b>Total</b>	<b>18.721.998</b>	<b>11.233.225</b>	<b>19.317.828</b>	<b>11.590.697</b>	<b>103,2</b>

**Gráfico 3.31 Medida III.4 Evolução do Fundo programado e executado**

No sentido de avaliar o impacto regional da Medida do ponto de vista da execução financeira, apresenta-se, por NUT III, a distribuição financeira acumulada.

Os projectos incidem maioritariamente no interior da região (70% dos investimentos apoiados e do emprego associado a esse investimento), em particular nas sub-regiões do Dão-Lafões e da Cova da Beira. Esta última sub-região absorveu 19,9% do investimento apoiado e do emprego criado nas iniciativas Locais de Emprego.

### Medida III.4 - Execução por NUT III

Unidade: euros

NUT III	Nº Proj.	Nº Postos de trabalho	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência	
						%	por hab.
Baixo Vouga	112	275	5.689.260	2.110.005	1.266.003	10,84	15
Baixo Mondego	122	269	5.064.168	1.754.360	1.052.616	9,65	15
Pinhal Litoral	115	228	4.766.034	1.881.018	1.128.611	9,08	19
Pinhal Interior Norte	139	231	3.673.814	1.474.443	884.666	7,00	26
Dão-Lafões	140	331	7.038.126	2.445.262	1.467.157	13,41	25
Pinhal Interior Sul	80	133	2.931.842	1.105.762	663.458	5,59	65
Serra da Estrela	131	254	4.797.510	1.958.259	1.174.956	9,14	96
Beira Interior Norte	127	218	5.030.048	1.845.323	1.107.194	9,58	44
Beira Interior Sul	69	131	3.029.579	888.496	533.097	5,77	39
Cova da Beira	213	514	10.466.471	3.854.901	2.312.941	19,94	112
Não Reginalizável	0	0	0	0	0	0,00	
Litoral	349	772	15.519.462	5.745.383	3.447.230	29,57	16
Interior	899	1.812	36.967.389	13.572.445	8.143.467	70,43	46
<b>Total da Medida</b>	<b>1.248</b>	<b>2.584</b>	<b>52.486.851</b>	<b>19.317.828</b>	<b>11.590.697</b>	<b>100,00</b>	<b>29</b>

A restauração, o comércio e os serviços foram as actividades onde se concentram 82% dos apoios concedidos. A indústria transformadora e a construção civil no seu conjunto tiveram uma expressão mais modesta, mas ainda assim digna de nota.

#### Medida III.4 - Execução total por sector

Unidade: euros

Actividades	Execução			Postos de trabalho
	Nº Proj.	D. Pública	Fundo	
Indústria	101	2.160.101	1.296.061	297
Construção	88	1.124.119	674.472	179
Comércio	375	4.962.252	2.977.352	617
Restauração	215	4.310.649	2.586.390	532
Serviços	469	6.760.706	4.056.423	959
<b>Total</b>	<b>1248</b>	<b>19.317.828</b>	<b>11.590.697</b>	<b>2584</b>

#### 3.3.3.5 Medida III.5 - Ciência, Tecnologia e Inovação

No âmbito da reprogramação do Programa ocorrida em 2006 esta medida passou a contemplar, para além da criação dos Centros de Ciência Viva e das iniciativas a estes associadas de promoção e divulgação da cultura científica e tecnológica, intervenções de expansão e qualificação de instalações do ensino superior e de expansão da rede de equipamentos de apoio social aos estudantes, tendo em vista a melhoria da qualidade e desempenho do ensino superior.

Com a alteração do conteúdo da Medida só ocorreu no final de 2006, a aprovação de projectos daquela tipologia só veio a ocorrer em 2007.

Até final do programa foram apreciados nove projectos, com parecer favorável em Unidade de Gestão: 3 do Centro de Ciência de Coimbra; Centro de Ciência Viva de Aveiro; Centro de Ciência Viva de Proença-a-Nova; Centro de Ciência Viva de Viseu; 1 do exploratório de Coimbra; 2 da Universidade de Coimbra.

Com estes projectos a execução atingiu 85% do fundo programado, concentrada no ano de 2008 pelo motivo já referido, dos dois projectos de maior peso financeiro terem sido aprovados em 2007. O reforço financeiro da medida, que ocorreu em 2006, no valor de 5,7 milhões de euros FEDER, não foi totalmente absorvido. No entanto, as restantes medidas

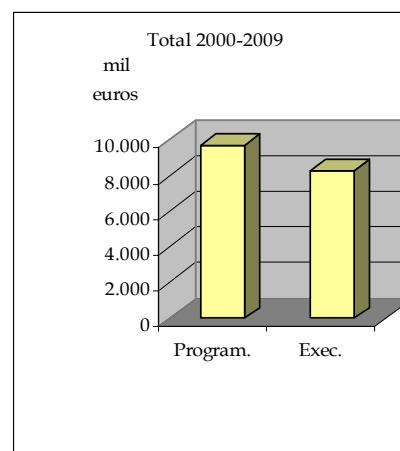
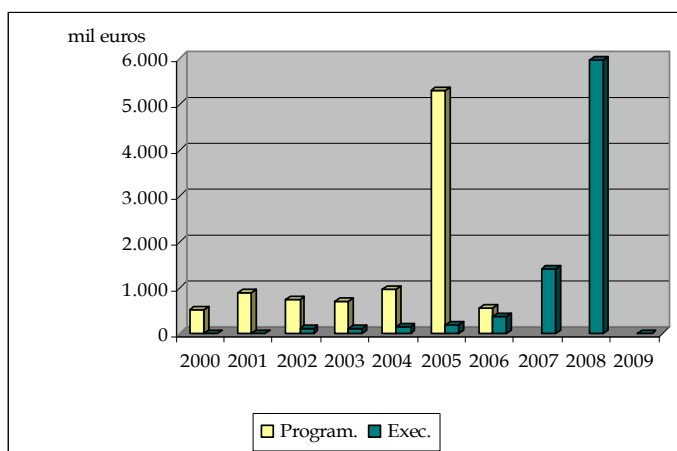
do Programa tiveram capacidade para utilizar o montante libertado nesta medida, 1,4 milhões de euros.

### Medida III.5 – Programação e execução por ano (2000-2009)

Unidade: euros

Ano	Programação		Execução		Exc./Prog
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	
2000	750.000	525.000	0	0	0,0
2001	1.248.000	873.000	0	0	0,0
2002	1.082.900	748.000	210.671	105.335	14,1
2003	1.016.252	698.000	230.266	115.133	16,5
2004	1.392.693	969.271	269.474	134.737	13,9
2005	7.601.345	5.312.791	335.043	167.521	3,2
2006	755.432	566.574	731.619	365.809	64,6
2007			2.396.886	1.393.369	
2008			9.577.775	5.979.088	
2009					
<b>Total</b>	<b>13.846.622</b>	<b>9.692.636</b>	<b>13.751.734</b>	<b>8.260.994</b>	<b>85,2</b>

Gráfico 3.32 Medida III.5 Evolução do Fundo programado e executado



### Medida III.5 – Execução total por tipo de intervenção

Unidade: euros

Tipologia	Nº Proj.	Execução	
		D. Pública	Fundo
Centros ciência viva	7	6.826.101	3.413.051
Equipamentos de ensino superior	2	6.925.634	4.847.944
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>13.751.734</b>	<b>8.260.994</b>

## 3.3.3.6. Medida III.6 - Sociedade da Informação - Portugal Digital

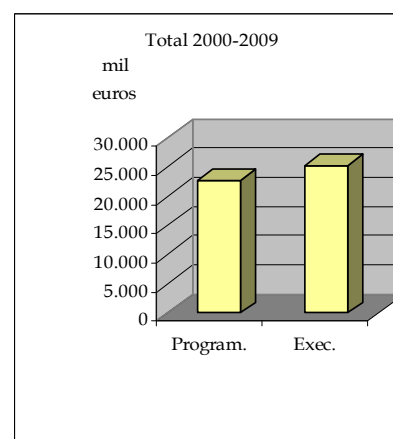
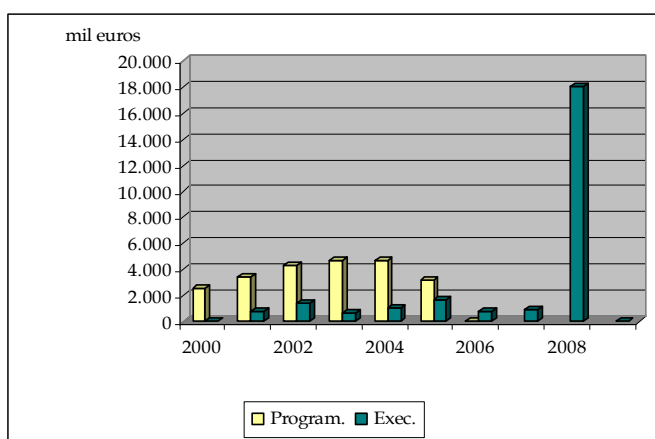
Até ao final do período em análise foram apreciadas e aprovadas 36 candidaturas, das quais 2 vieram a ser arquivada por desistência.

O nível de execução aumentou significativamente no último ano, 2008, passando a 111% do fundo programado.

**Medida III.6 – Programação e execução por ano (2000-2009)**

Unidade: euros

Ano	Programação		Execução		Exc./Prog
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	
2000	3.431.000	2.568.000	0	0	0,0
2001	5.217.000	3.392.000	1.103.794	827.845	24,4
2002	6.786.000	4.280.000	1.876.118	1.407.088	32,9
2003	6.607.167	4.664.000	911.749	683.812	14,7
2004	6.197.500	4.648.000	1.634.733	1.079.706	23,2
2005	4.077.645	3.231.000	2.568.984	1.670.429	51,7
2006	0	0	1.219.532	806.445	
2007			1.311.416	859.813	
2008			25.639.000	18.061.841	
2009			0	0	
<b>Total</b>	<b>32.316.312</b>	<b>22.783.000</b>	<b>36.265.325</b>	<b>25.396.980</b>	<b>111,5</b>

**Gráfico 3.33 Medida III.6 Evolução do Fundo programado e executado**

Os seis projectos aprovados, da linha de acção “Estado Aberto” dizem respeito à criação de três Lojas do Cidadão (Viseu, Aveiro e Coimbra), à informatização dos tribunais da



Região, dos serviços de registo e notariado da Região e dos serviços prisionais da Região e ao das Comunicações de Segurança e Emergência - Região Centro do Gabinete de Estudos e Planeamento de Instalações.

Trata-se de projectos que visam desburocratizar as organizações, simplificando processos e aumentando os seus níveis de eficiência e eficácia, através da introdução de novas tecnologias da informação e da comunicação, redefinindo a relação entre a administração pública e os cidadãos, empresas e outros agentes sociais.

Dos 11 projectos da linha de acção “Portugal Digital”, nove dizem respeito à iniciativa “Campus Virtual” e envolvem várias Universidades e Institutos Politécnicos da região: Universidade de Aveiro, de Coimbra, da Beira Interior, Católica Portuguesa em Viseu, Institutos Politécnicos da Guarda, de Leiria, de Aveiro, de Castelo Branco e de Coimbra. Os outros dois dizem respeito A iniciativas de cidades digitais, Coimbra Digital e Guarda Digital.

Os dezassete projectos da linha de acção “Coesão Digital do Território” correspondem à criação de centros de disponibilização de serviços de Internet de Banda Larga, da iniciativa dos Municípios.

### Medida III.6 - Execução total por tipo de intervenção

Unidade: euros

Linha de Acção	Nº Proj.	Execução	
		D. Pública	Fundo
Portugal Digital	11	11.911.072	8.097.860
Estado Aberto	6	23.233.647	16.523.660
Coesão Digital do território	17	1.120.606	775.460
Total	34	36.265.325	25.396.980

### 3.3.3.7. Medida III.7 - **Sociedade da Informação: criar competências para o desenvolvimento de Portugal Digital**

Na avaliação intercalar dos diversos programas Operacionais, designadamente do PO Centro, evidenciou-se a necessidade de articular a Medida com o Programa Nacional (POSI). Com o novo Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento e o reconhecimento de que o desenvolvimento da Sociedade do Conhecimento passa pela aposta dos principais actores do território, optou-se por propor um novo enquadramento para a vertente desconcentrada, procurando adaptá-la à expectativas dos actores regionais.

Esta Medida passou a dirigir-se à certificação de competências em tecnologias de informação e comunicação.

Durante o ano de 2005 iniciou-se o processo de definição do Regulamento Específico da Medida, processo concluído em 2006. Na sequência da publicação das condições que regulamentam a medida foram apresentadas 92 candidaturas, das quais 62 foram aprovadas.

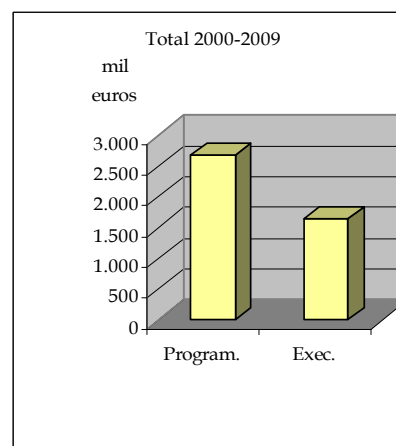
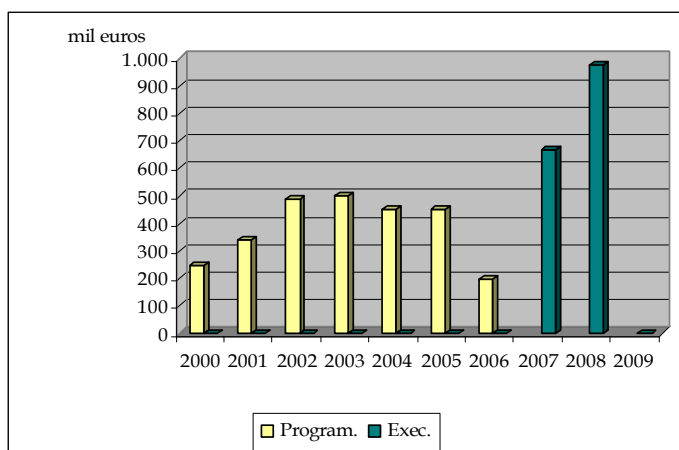
No final do Programa encontravam-se aprovados 50 projectos, já que os restantes 12 foram arquivados por desistência e sem qualquer execução.

No final do programa a execução financeira ficou abaixo da dotação da medida, atingindo 61,3% do fundo programado.

#### Medida III.7- Programação e execução por ano (2000-2009)

Unidade: euros

Ano	Programação		Execução		Exc./Prog
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	
2000	349.000	249.000	0	0	0,0
2001	454.000	339.000	0	0	0,0
2002	782.400	489.000	0	0	0,0
2003	1.042.120	499.000	0	0	0,0
2004	600.000	450.000	0	0	0,0
2005	600.000	450.000	0	0	0,0
2006	266.667	200.000	0	0	0,0
2007			1.017.967	665.344	
2008			1.492.261	975.342	
2009			0	0	
<b>Total</b>	<b>4.094.187</b>	<b>2.676.000</b>	<b>2.510.229</b>	<b>1.640.685</b>	<b>61,3</b>

**Gráfico 3.34 Medida III.7 Evolução do Fundo programado e executado**

A distribuição geográfica dos projectos aprovados indica a concentração das acções no litoral da região em termos de volume financeiro. De referir, no entanto que a maioria das subregiões são abrangidas por iniciativas de formação.

**Medida III.7 – Execução por NUT III**

Unidade: euros

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência	
					%	por hab.
Baixo Vouga	9	448.875	367.282	240.055	13,54	1
Baixo Mondego	9	1.018.014	789.600	516.082	30,71	3
Pinhal Litoral	4	202.109	129.118	84.391	6,10	1
Pinhal Interior Norte	1	87.633	65.713	42.950	2,64	1
Dão-Lafões	3	178.493	107.050	69.968	5,38	1
Pinhal Interior Sul	0	0	0	0	0,00	0
Serra da Estrela	0	0	0	0	0,00	0
Beira Interior Norte	6	183.909	127.809	83.536	5,55	2
Beira Interior Sul	2	117.042	117.042	76.498	3,53	1
Cova da Beira	4	350.857	350.857	229.320	10,58	4
Não Reginalizável	12	727.999	455.759	297.884	21,96	
Litoral	22	1.668.998	1.285.999	840.529	50,35	2
Interior	16	917.934	768.470	502.272	27,69	1
<b>Total da Medida</b>	<b>50</b>	<b>3.314.932</b>	<b>2.510.229</b>	<b>1.640.685</b>	<b>100,00</b>	<b>2</b>

### 3.3.3.8. Medida III.8 - Saúde: Implementação dos Sistemas Locais de Saúde (SLS)

Das candidaturas aprovadas ao longo do período de execução do programa, num total de 59, 2 foram arquivadas por desistência.

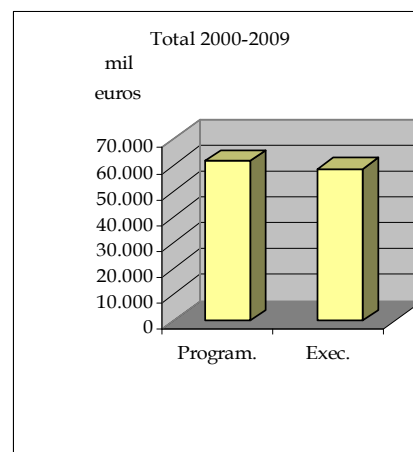
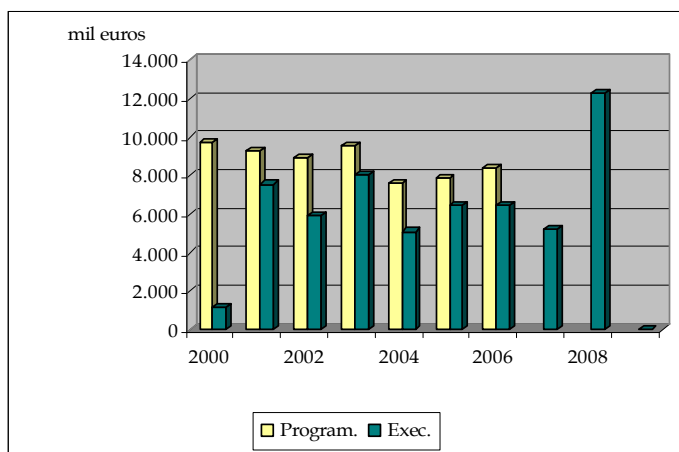
A execução, apesar do elevado acréscimo ocorrido no final do programa, ficou abaixo da dotação da medida, representando 95% do fundo total programado.

#### Medida III.8 Programação e execução por ano (2000-2009)

Unidade: euros

Ano	Programação		Execução		Exc./Prog
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	
2000	12.931.539	9.697.678	1.601.244	1.200.933	12,4
2001	12.381.490	9.286.362	10.158.184	7.574.533	81,6
2002	11.923.278	8.942.459	7.995.807	5.969.442	66,8
2003	12.693.152	9.519.865	10.765.726	8.020.745	84,3
2004	10.153.935	7.615.696	6.800.441	5.100.331	67
2005	10.562.868	7.922.474	8.706.748	6.500.037	82
2006	11.242.858	8.432.466	8.605.959	6.440.550	76,4
2007			6.983.624	5.202.752	
2008			16.510.169	12.314.098	
2009			-7.764	-5.823	
<b>Total</b>	<b>81.889.120</b>	<b>61.417.000</b>	<b>78.120.137</b>	<b>58.317.597</b>	<b>95,0</b>

Gráfico 3.35 Medida III.8 Evolução do Fundo programado e executado



Dos projectos aprovados, 35 dizem respeito a intervenções em centros de saúde, 19 a intervenções em unidades hospitalares e cuidados continuados e um à criação de unidades

móveis para melhorar a acessibilidade ao cuidados de saúde por parte da população mais idosa.

### Medida III.8 – Execução total por tipo de intervenção

Unidade: euros

Tipologia	Aprovações	Execução	
	Nº Proj.	D. Pública	Fundo
Centros de saúde e extensões	35	47.631.550	35.723.663
Unidades Hospitalares	19	28.900.322	21.675.242
Cuidados continuados	2	1.362.531	749.392
Unidades Móveis	1	225.734	169.300
<b>Total</b>	<b>57</b>	<b>78.120.137</b>	<b>58.317.597</b>

Também no sector da saúde as intervenções apoiadas contribuem para um reforço da qualidade dos serviços no interior da região. De facto o interior absorve 58% do investimento executado, muito para além do seu peso populacional. Para este facto muito contribui o projecto de remodelação das instalações do Hospital de Castelo Branco, intervenção essencial para melhorar os cuidados de saúde a cerca de 130 000 pessoas, e a ampliação e remodelação do Hospital Distrital de Seia.

### Medida III.8 – Execução por NUT III

Unidade: Euros

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência	
					%	por hab.
Baixo Vouga	10	11.016.115	11.016.115	8.262.086	14,1	29
Baixo Mondego	14	17.849.812	17.849.812	13.387.359	22,8	53
Pinhal Litoral	2	3.278.742	3.278.742	2.459.056	4,2	13
Pinhal Interior Norte	6	6.498.227	6.498.227	4.718.579	8,3	47
Dão-Lafões	10	9.097.911	9.097.911	6.706.018	11,6	32
Pinhal Interior Sul	3	4.781.386	4.781.386	3.586.040	6,1	107
Serra da Estrela	2	9.360.929	9.360.929	7.020.697	12,0	188
Beira Interior Norte	4	5.217.740	5.217.740	3.913.305	6,7	45
Beira Interior Sul	2	9.236.680	9.236.680	6.927.510	11,8	118
Cova da Beira	1	1.100.873	1.100.873	825.655	1,4	12
Não Regionalizável	3	681.723	681.723	511.292	0,9	
Litoral	26	32.144.669	32.144.669	24.108.502	41,1	33
Interior	28	45.293.745	45.293.745	33.697.803	58,0	56
<b>Total da Medida</b>	<b>57</b>	<b>78.120.137</b>	<b>78.120.137</b>	<b>58.317.597</b>	<b>100,0</b>	<b>44</b>

## 3.3.3.9 Medida III.9 – Cultura

As 20 candidaturas aprovadas têm como entidades beneficiárias o ex-IPPAR e outras entidades públicas locais. Referem-se como entidades beneficiárias ou parceiras do ex-IPPAR nas candidaturas aprovadas as seguintes entidades: Câmara Municipal de Coimbra, Câmara Municipal de Penela, Câmara Municipal de Vouzela, Câmara Municipal da Guarda, Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, Paróquia de S.Miguel – Penela, Paróquia de Vouzela, Paróquia do Lorvão, Paróquia de Castelo Rodrigo, Diocese de Coimbra, Fundação Batalha de Aljubarrota, Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia da Sr<sup>a</sup> da Glória e Direcção Regional do IPPAR de Coimbra e de Castelo Branco. Com excepção da candidatura da Câmara Municipal de Coimbra, da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, da Câmara Municipal da Guarda, Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia da Sr<sup>a</sup> da Glória e da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, não se verificaram candidaturas integralmente externas.

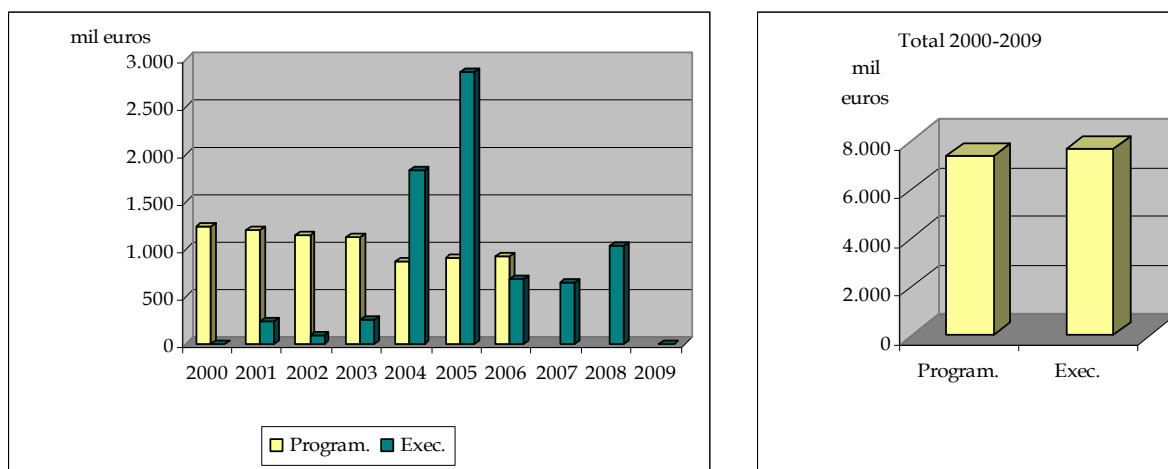
Nas restantes candidaturas, dada a especificidade e delicadeza das intervenções, o IPPAR optou por chamar a si a responsabilidade de execução e coordenação das mesmas, celebrando em alguns casos e para esse efeito, protocolos com as entidades abrangidas, por serem proprietárias, usufrutuárias ou gestoras dos monumentos a recuperar e beneficiar.

Registou-se uma elevada recuperação na execução a partir de 2004, atingindo no final do programa uma taxa de 103,6% do fundo programado para o período 2000-2006.

**Medida III.9 Programação e execução por ano (2000-2009)**

Unidade: euros

Ano	Programação		Execução		Exc./Prog
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	
2000	1.601.221	1.238.467	0	0	0,0
2001	1.562.192	1.196.888	327.888	245.916	20,5
2002	1.523.122	1.154.318	118.336	88.752	7,7
2003	1.468.653	1.127.589	349.298	261.974	23,2
2004	1.223.138	874.154	2.455.521	1.841.641	210,7
2005	1.250.847	898.903	3.991.600	2.873.251	319,6
2006	1.252.019	920.873	910.893	683.170	74,2
2007			985.483	652.416	
2008			1.482.708	1.032.065	
2009			0	0	
<b>Total</b>	<b>9.881.192</b>	<b>7.411.192</b>	<b>10.621.727</b>	<b>7.679.184</b>	<b>103,6</b>

**Gráfico 3.36 Medida III.9 Evolução do Fundo programado e executado**

A distribuição territorial dos projectos aprovados indica que estes se concentram no interior da região (53% do investimento elegível executado).

**Medida III.9 - Execução por NUT III**

Unidade: Euros

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência	
					%	por hab.
Baixo Vouga	2	726.081	726.081	495.990	6,84	2
Baixo Mondego	6	4.067.995	4.067.995	2.812.455	38,30	12
Pinhal Litoral	1	210.546	210.546	157.909	1,98	1
Pinhal Interior Norte	4	2.082.690	2.082.690	1.562.018	19,61	15
Dão-Lafões	1	815.777	815.777	611.833	7,68	3
Pinhal Interior Sul	0	0	0	0	0,00	0
Serra da Estrela	0	0	0	0	0,00	0
Beira Interior Norte	5	1.470.106	1.470.106	1.102.580	13,84	13
Beira Interior Sul	1	1.248.532	1.248.532	936.399	11,75	16
Cova da Beira	0	0	0	0	0,00	0
Não Reginalizável	0	0	0	0	0,00	
Litoral	9	5.004.621	5.004.621	3.466.355	47,12	5
Interior	11	5.617.106	5.617.106	4.212.829	52,88	7
<b>Total da Medida</b>	<b>20</b>	<b>10.621.727</b>	<b>10.621.727</b>	<b>7.679.184</b>	<b>100,00</b>	<b>6</b>

### 3.3.3.10. Medida III.10 - Desporto: Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos

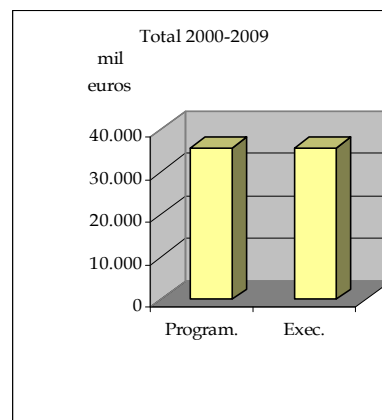
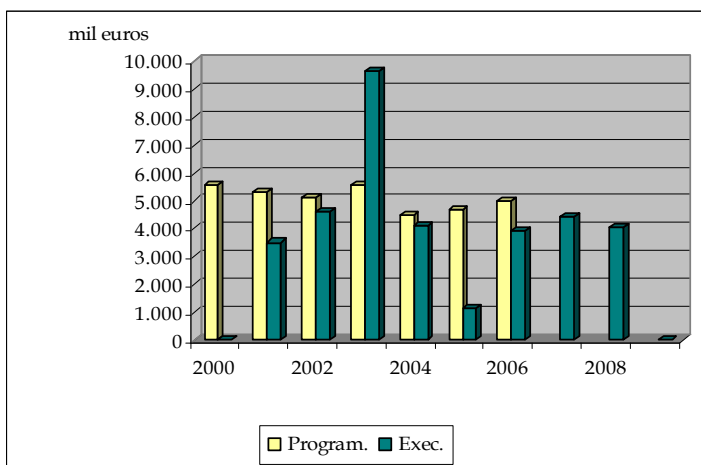
Das 34 candidaturas apreciadas em unidade de gestão uma veio a ser cancelada por desistência do promotor, pelo que, no final do programa, se encontravam aprovados 33 projectos que permitiram uma execução global de 99,5% da dotação FEDER da medida, concorrendo os últimos dois anos de execução com 24% da execução global do fundo da medida.

#### Medida III.10 Programação e execução por ano (2000-2009)

Unidade: Euros

Ano	Programação		Execução		Exc./Prog
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	
2000	7.977.472	5.567.451	0	0	0,0
2001	8.218.472	5.324.412	5.668.624	3.517.053	66,1
2002	8.313.718	5.124.053	10.484.305	4.651.371	90,8
2003	21.461.210	5.564.140	37.892.695	9.691.042	174,2
2004	17.828.470	4.480.587	17.456.805	4.090.127	91,3
2005	18.314.372	4.675.685	2.194.881	1.172.024	25,1
2006	17.191.835	5.013.670	6.757.170	3.929.547	78,4
2007			13.229.885	4.459.105	
2008			6.661.458	4.062.088	
2009			0	0	
<b>Total</b>	<b>99.305.549</b>	<b>35.749.998</b>	<b>100.345.824</b>	<b>35.572.359</b>	<b>99,5</b>

Gráfico 3.37 Medida III.10 Evolução do Fundo programado e executado





Na rede de equipamentos de base, os 28 projectos contribuíram para em 57% para o total FEDER executado, destacando-se as intervenções na construção de piscinas cobertas, com 40% da execução da medida.

Trata-se de projectos que visam a criação de várias infra-estruturas desportivas num total de 36: 10 intervenções em Grandes campos de jogos, 1 pista de atletismo, 4 pavilhões desportivos, 7 salas desportivas e 14 piscinas cobertas.

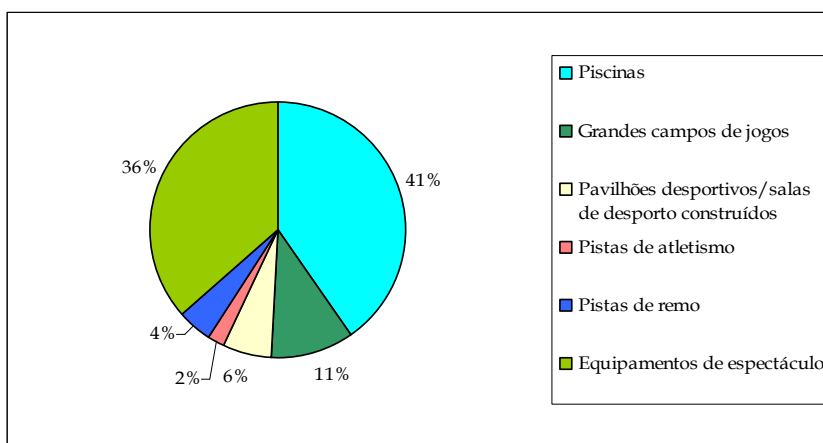
Na rede de equipamentos especializados foram executados dois projectos: “Pista de Atletismo do Complexo Desportivo da Covilhã” e “Construção de Pista de Remo/Centro Náutico de Remo”, em Montemor-o-Velho, concorrendo com 6,6% da execução global da medida.

Na rede de equipamentos de espectáculo foram executados os três estádios, de Coimbra, Leiria e Aveiro, os quais representam 36% do total FEDER executado nesta medida.

### Medida III.10 – Execução total por tipo de intervenção

Unidade: Euros

Tipologia	Nº Proj.	Execução	
		D. Pública	Fundo
<b>Equipamentos de Base</b>	<b>28</b>	<b>34.981.628</b>	<b>20.303.388</b>
Piscinas	14	24.728.877	14.353.687
Grandes campos de jogos	10	6.551.685	3.751.541
Pavilhões desportivos/salas de desporto construídos	4	3.701.066	2.198.160
<b>Equipamentos especializados</b>	<b>2</b>	<b>4.676.915</b>	<b>2.338.457</b>
Pistas de atletismo	1	1.496.394	748.197
Pistas de remo	1	3.180.521	1.590.260
<b>Equipamentos de espectáculo</b>	<b>3</b>	<b>60687281,44</b>	<b>12930514</b>
Grandes campos de jogos	3	60.687.281	12.930.514
<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>100.345.824</b>	<b>35.572.359</b>



A maioria do investimento concentra-se no litoral da região, contribuindo para tal facto os projectos do Estádio de Aveiro, de Leiria e de Coimbra e a pista de remo de Montemor-o-Velho.

### Medida III.10 – Execução por NUT III

Unidade: Euros

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência	
					%	por hab.
Baixo Vouga	4	32.156.901	32.156.901	8.887.520	32,05	83
Baixo Mondego	9	28.320.325	28.320.325	10.714.558	28,22	83
Pinhal Litoral	2	19.137.481	19.137.481	4.176.560	19,07	77
Pinhal Interior Norte	4	3.846.575	3.846.575	2.181.211	3,83	28
Dão-Lafões	8	8.777.472	8.777.472	5.015.715	8,75	31
Pinhal Interior Sul	2	3.113.684	3.113.684	1.788.665	3,10	69
Serra da Estrela	1	1.576.992	1.576.992	859.934	1,57	32
Beira Interior Norte	1	1.149.511	1.149.511	718.444	1,15	10
Beira Interior Sul	1	770.489	770.489	481.556	0,77	10
Cova da Beira	1	1.496.394	1.496.394	748.197	1,49	16
Não Regionalizável	0	0	0	0	0,00	
Litoral	15	79.614.707	79.614.707	23.778.638	79,34	82
Interior	18	20.731.117	20.731.117	11.793.721	20,66	26
<b>Total da Medida</b>	<b>33</b>	<b>100.345.824</b>	<b>100.345.824</b>	<b>35.572.359</b>	<b>100,00</b>	<b>56</b>

### 3.3.3.11. Medida III.11 – Economia

Até final de 2008, foram apreciadas em Unidade de Gestão 87 candidaturas, das quais 84 foram aprovadas. Destas, vieram a ser canceladas 15 candidaturas por desistência, revogação de decisão ou por não terem apresentado despesa elegível até ao final do programa.

As candidaturas indeferidas, uma de conversão de consumo de energia para gás natural, outra de um mercado abastecedor e outra de um hotel, não cumpriam as condições de acesso estabelecidas nas portarias que regulamentam essas acções.

Os 69 projectos, que no final do programa se encontravam aprovados, tiveram uma execução com um total de 247,27 milhões de euros de despesa pública e 110,24 milhões de euros FEDER, correspondente a 94,0% da dotação da medida.

A execução FEDER ficou abaixo da dotação da medida em 7 milhões de euros, valor idêntico ao anulado na despesa efectuada no grande projecto de “armazenagem subterrânea de gás natural”, na sequência da Acção de Controlo da Comissão Europeia, que levou a uma correcção na despesa de 6.726.402. euros.

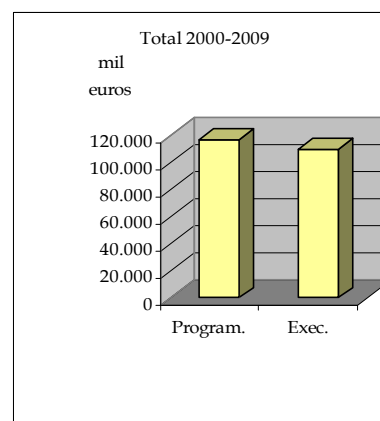
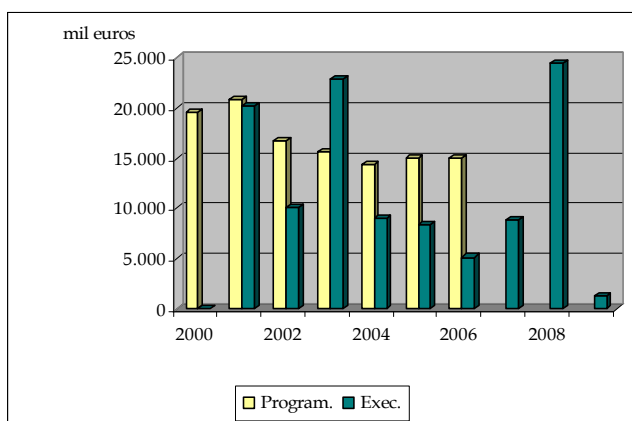
De referir que o ano de 2008 permitiu uma recuperação assinalável na despesa, que representou 22% do total Feder executado na Medida, mesmo retirando a despesa considerada irregular no projecto referido anteriormente.

### Medida III.11 Programação e execução por ano (2000-2009)

Unidade: Euros

Ano	Programação		Execução		Exc./Prog
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	
2000	48.670.779	19.669.413	0	0	0
2001	51.518.585	20.800.851	50.447.602	20.179.041	97
2002	36.932.176	16.801.878	25.503.090	10.151.026	60,4
2003	32.662.257	15.644.959	58.274.115	22.979.486	146,9
2004	30.162.129	14.369.591	22.110.479	8.957.778	62,3
2005	29.375.613	14.977.676	19.855.809	8.338.851	55,7
2006	24.556.561	15.021.969	10.364.621	5.165.100	34,4
2007			15.791.618	8.928.014	
2008			43.776.345	24.424.836	
2009			1.146.475	1.111.778	
<b>Total</b>	<b>253.878.100</b>	<b>117.286.337</b>	<b>247.270.155</b>	<b>110.235.910</b>	<b>94,0</b>

Gráfico 3.38 Medida III.11 Evolução do Fundo programado e executado



A execução no ano de 2009, diz respeito ao projecto “Hotel Termal em Unhais da Serra”, cuja despesa foi executada em 2008 e o incentivo pago em 2009. Tratando-se dum projecto de um regime de auxílios, a despesa foi validada na data de pagamento da ajuda. Neste

mesmo ano foi anulada a despesa considerada irregular na sequência da acção de controlo de 1º nível, num projecto desta medida.

Naquele projecto as ajudas assumem a forma de subsídio reembolsável e não reembolsável. Nos termos do artigo 31º da portaria 450/2001, de 5 de Maio, pode vir a ser concedido um prémio de realização no montante máximo de 1.265.625 euros, 45% do incentivo reembolsável. Esses prémio corresponde ao não reembolso de parte do incentivo reembolsável concedido de acordo com o grau de cumprimento do contrato de concessão de incentivos.

#### Hotel Termal em Unhais da Serra - Plano de reembolso da ajuda

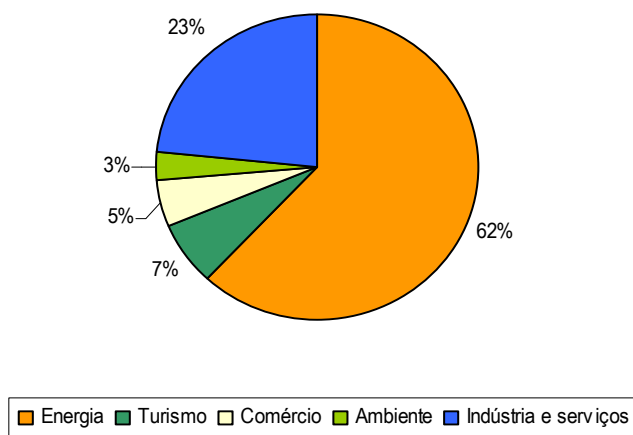
Unidade: Euros

Nº da prestação	Data vencimento	Reembolso	FEDER associado
1	30-09-2011	175.781,25	131.835,94
2	31-03-2012	175.781,25	131.835,94
3	30-09-2012	175.781,25	131.835,94
4	31-03-2013	175.781,25	131.835,94
5	30-09-2013	175.781,25	131.835,94
6	31-03-2014	175.781,25	131.835,94
7	30-09-2014	175.781,25	131.835,94
8	31-03-2015	175.781,25	131.835,94
9	30-09-2015	175.781,25	131.835,94
10	31-03-2016	175.781,25	131.835,94
11	30-09-2016	175.781,25	131.835,94
12	31-03-2017	175.781,25	131.835,94
13	30-09-2017	175.781,25	131.835,93
14	31-03-2018	175.781,25	131.835,93
15	30-09-2018	175.781,25	131.835,93
16	31-03-2019	175.781,25	131.835,93
<b>Total</b>		<b>2.812.500,00</b>	<b>2.109.375,00</b>

Os projectos da linha de acção B dizem respeito à construção da armazenagem subterrânea de gás natural, rede de distribuição de gás natural e às infra-estruturas tecnológicas, concentrando 68% da despesa pública executada. Se aos projectos da armazenagem e rede de gás natural adicionarmos os da conversão de consumos para o gás natural da Linha de Acção A verificamos que o sector da energia absorve 70% do total da despesa pública e 62% da comparticipação comunitária.

**Medida III.11 – Execução total por linha de acção**

Linha de acção	Nº Proj.	Unidade: Euros	
		Execução	
		D. Pública	Fundo
A- Promoção de áreas estratégicas para o desenvolvimento	53	78.354.087	37.767.867
Mercados	3	14.293.083	5.396.789
Zonas empresariais	12	17.574.295	9.643.321
Pousadas	11	5.507.005	4.130.254
PITER (Turismo)	6	4.306.677	3.230.008
Conversão de cons. energético	17	32.366.065	12.137.274
Áreas Mineiras	4	4.306.961	3.230.221
B- Melhoria da envolvente empresarial	16	168.916.068	72.468.043
Energia (inf.gás natural)	6	140.702.984	56.281.193
Inf. tecnológicas e de formação	10	28.213.084	16.186.850
<b>Total</b>	<b>69</b>	<b>247.270.155</b>	<b>110.235.910</b>

**Percentagem da comparticipação por sector**

A acção “Dinamização dos Sistemas Tecnológicos, da Formação e da Qualidade”, Linha de Acção B, e a das “Zonas Empresariais”, Linha de acção A, envolvem, também, um

investimento significativo, 19 % da despesa pública executada e 23% da comparticipação FEDER.

No turismo é de realçar o projecto da construção do hotel em Unhais da Serra, Covilhã, projecto PITER, e as intervenções nas Pousadas da Juventude.

Dado o peso dos projectos de gás natural, o investimento aprovado concentra-se no litoral da região.

### Medida III.11 – Execução por NUT III

Unidade: Euros

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência	
					%	por hab.
Baixo Vouga	7	7.559.816	7.523.946	3.832.051	2,99	20
Baixo Mondego	10	26.244.653	26.244.653	14.192.544	10,39	77
Pinhal Litoral	10	75.466.735	75.456.322	31.513.903	29,88	303
Pinhal Interior Norte	5	5.306.821	5.306.821	3.174.472	2,10	38
Dão-Lafões	4	3.543.969	3.543.969	2.581.947	1,40	12
Pinhal Interior Sul	1	331.053	331.053	165.527	0,13	7
Serra da Estrela	1	1.139.820	1.139.820	569.910	0,45	23
Beira Interior Norte	2	3.695.255	3.695.255	2.703.801	1,46	32
Beira Interior Sul	4	4.922.942	4.922.942	2.194.727	1,95	63
Cova da Beira	9	19.320.827	14.110.382	7.379.699	7,65	207
Não Regionalizável	16	104.994.991	104.994.991	41.927.328	41,58	
Litoral	27	109.271.203	109.224.921	49.538.499	43,27	112
Interior	26	38.260.687	33.050.243	18.770.083	15,15	47
<b>Total da Medida</b>	<b>69</b>	<b>252.526.882</b>	<b>247.270.155</b>	<b>110.235.910</b>	<b>100,00</b>	<b>142</b>

3.3.3.12. Medida III.12- **Acessibilidades e Transportes**

A Região Centro caracteriza-se por possuir uma estrutura urbana policêntrica com um fraco desenvolvimento dos sistemas urbanos, a Medida de Acessibilidades e Transportes do Centro teve por objectivo contribuir para um desenvolvimento regional sustentável, através da implementação de uma rede viária e de transportes que visou potenciar e melhorar a qualidade de vida das populações, com o reforço da articulação entre redes viárias municipais e nacionais, beneficiando e requalificando estradas nacionais e regionais, privilegiando deste modo uma visão integrada de mobilidade e ordenamento do território nos espaços urbanos e áreas envolventes.

As obras de beneficiação e requalificação executadas no âmbito do QCAIII permitiram, de algum modo, colmatar algumas das deficiências a nível das assimetrias intra regionais.

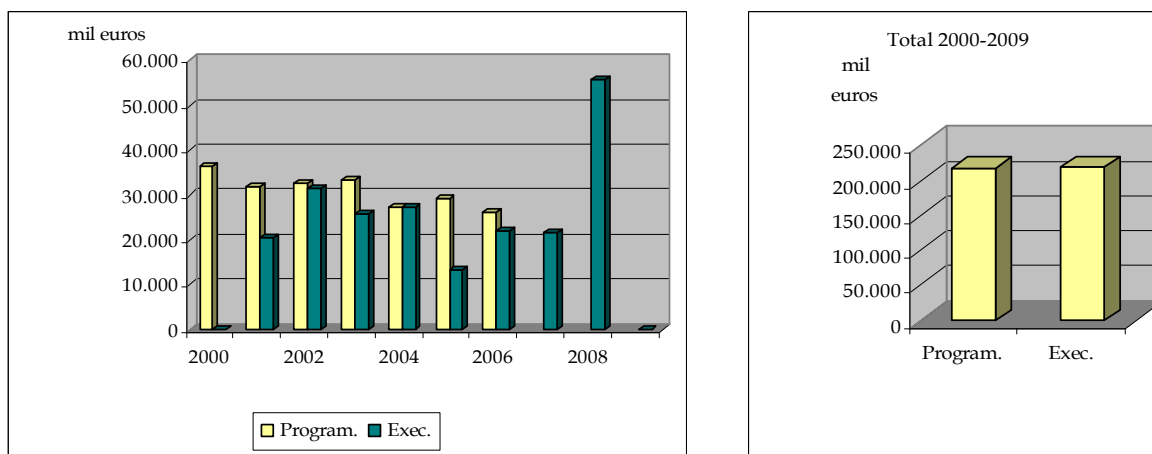
Das 214 candidaturas aprovadas em Unidade de Gestão até ao final de 2008, 3 foram canceladas pelo facto dos beneficiários terem desistido ou não terem apresentado despesa elegível, pelo que no final do programa se encontravam aprovados 211 projectos.

A execução no ano de 2008, foi muito elevada, contribuindo para que a medida ultrapassasse, ligeiramente, a sua dotação. Só nesse ano foi validado 25% do total FEDER executado.

**Medida III.12 Programação e execução por ano (2000-2009)**

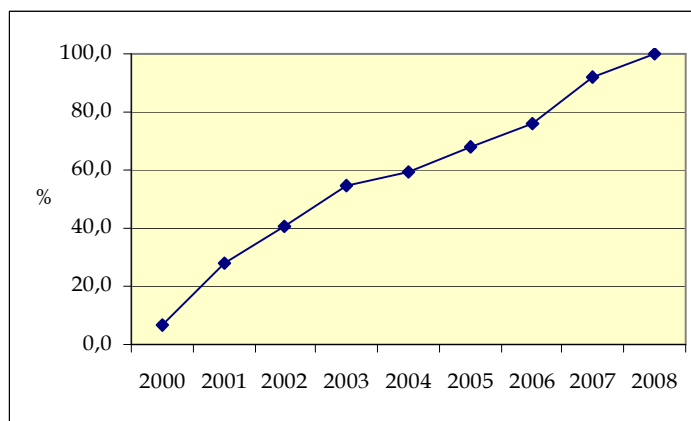
Unidade: Euros

Ano	Programação		Execução		Exc./Prog
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	
2000	74.818.978	36.368.789	0	0	0,0
2001	65.669.389	31.920.217	37.888.715	20.540.200	64,3
2002	67.277.012	32.500.128	58.074.832	31.662.683	97,4
2003	58.632.267	33.385.159	46.769.128	25.689.994	77,0
2004	45.316.153	27.210.487	51.736.328	27.259.995	100,2
2005	50.180.625	29.270.649	26.453.696	13.501.468	46,1
2006	40.253.886	26.289.561	43.553.025	22.107.534	84,1
2007			43.035.862	21.597.314	
2008			107.862.105	55.620.129	
2009			0	0	
<b>Total</b>	<b>402.148.310</b>	<b>216.944.990</b>	<b>415.373.691</b>	<b>217.979.317</b>	<b>100,5</b>

**Gráfico 3.39 Medida III.12 Evolução do Fundo programado e executado**

Esta recuperação deve-se, fundamentalmente, ao elevado montante de projectos aprovados em 2007 e 2008, que no seu conjunto contribuíram para a realização de 24% do Fundo executado na medida.

#### Medida III.12 Execução de acordo com o ano de aprovação dos projectos



As intervenções apoiadas referem-se na sua maioria a beneficiação e requalificação da rede rodoviária de estradas nacionais e municipais. Para além destas foram apoiadas intervenções na melhoria da acessibilidade ferroviária e marítima do Porto da Figueira da Foz, beneficiações de Interfaces nas Estações de Miranda do Corvo, Lousã e Ceira no Ramal da Lousã e supressão de constrangimentos em acessos a ramais ferroviários.

Os investimentos realizados na área de Acessibilidades e Transportes evidenciam uma dinâmica de qualificação da rede regional, face ao esforço realizado pela EP- Estradas de Portugal que representa cerca de 70% da dotação programada para a Medida.



A qualificação da rede local, da responsabilidade das autarquias, representa cerca 25% da dotação programada para a Medida sendo os restantes 5% da responsabilidade do IPTM e CP/ REFER.

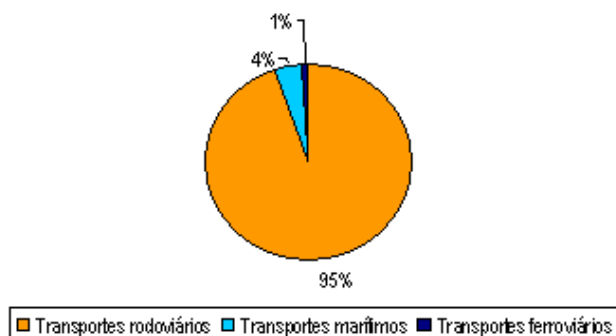
Como se pode verificar no quadro seguinte o domínio rodoviário apresenta um maior peso em relação aos restantes domínios.

### Medida III.12 - Execução total por tipologia de intervenção

Unidade: Euros

Sector	Nº Proj.	Execução	
		D. Pública	Fundo
Transportes rodoviários	204	392.271.710	206.401.539
Transportes marítimos	4	18.564.341	9.471.720
Transportes ferroviários	3	4.537.641	2.106.059
Total	211	415.373.691	217.979.317

### Medida III.12 - Fundo executado por tipologia de intervenção (%)



No resultado da análise efectuada à distribuição geográfica do investimento realizado por NUT III e concelho da Região Centro, e sendo difícil garantir um equilíbrio do investimento nesse domínio, constata-se, todavia, que todas as NUTS foram contempladas.

De destacar o elevado esforço em intervenções na rede de estradas do interior da Região, com 58% do total investimento executado, com particular incidência nas sub-regiões da Beira Interior Norte e Sul.

**Medida III.12 – Execução por NUT III**

Unidade: Euros

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência	
					%	por hab.
Baixo Vouga	23	39.435.717	39.435.717	20.501.858	9,49	102
Baixo Mondego	35	83.730.494	83.730.494	43.357.049	20,16	247
Pinhal Litoral	8	17.084.445	17.084.445	8.878.489	4,11	69
Pinhal Interior Norte	19	47.324.675	47.324.675	25.613.830	11,39	341
Dão-Lafões	33	63.388.240	63.388.240	33.326.163	15,26	222
Pinhal Interior Sul	11	14.939.107	14.939.107	7.778.565	3,60	333
Serra da Estrela	11	12.454.832	12.454.832	6.778.379	3,00	250
Beira Interior Norte	25	46.514.840	46.514.840	23.963.628	11,20	405
Beira Interior Sul	22	38.572.206	38.572.206	20.512.417	9,29	493
Cova da Beira	12	16.996.340	16.996.340	9.064.285	4,09	182
Não Reginalizável	12	34.932.795	34.932.795	18.204.654	8,41	
Litoral	66	140.250.656	140.250.656	72.737.396	33,76	144
Interior	133	240.190.240	240.190.240	127.037.267	57,83	298
<b>Total da Medida</b>	<b>211</b>	<b>415.373.691</b>	<b>415.373.691</b>	<b>217.979.317</b>	<b>100,00</b>	<b>233</b>

**3.3.3.13. Medida III.13- Ambiente**

A Medida abrange 5 Linhas de Acção, enquadrando múltiplas tipologias de projectos, entre os quais se destacam:

- investimentos de requalificação do litoral, da Reabilitação da Rede Hidrográfica, bem como outros direccionados para a Protecção, Conservação e Valorização do Património Natural e rede Natura 2000;
- investimentos de informação, de sensibilização e de melhoria do ambiente urbano, entre os quais avultam as intervenções no âmbito do Programa Polis;
- acções no domínio ambiental que vão para além das infra-estruturas e que centram as suas preocupações em domínios da qualidade, do acompanhamento, da monitorização e análise de parâmetros ambientais entre os quais se distinguem a água e o ar;
- acções dirigidas para a recuperação de passivos ambientais em zonas degradadas, poluídas e de importância vital sob o ponto de vista da biodiversidade.

Através de uma análise mais aprofundada sobre o conteúdo e características dos projectos acolhidos e desenvolvidos no âmbito da Medida, poderá facilmente detectar-se que houve uma enorme preocupação em dar ênfase a aspectos cruciais sob o ponto de vista do ambiente e do ordenamento do território, matérias essas que sustentam toda a lógica da Medida Ambiente.

Numa primeira fase os projectos acolhidos na Medida eram maioritariamente investimentos cujo promotor e beneficiário eram os próprios Serviços. Tal situação deveu-se ao facto de se considerar que se tornava prioritário utilizar a verba disponível na Medida em sectores para os quais os Serviços tinham responsabilidades acrescidas e para os quais era necessário dar respostas cabais e céleres.

Todavia, o interesse despertado pela Medida levou a que, já numa segunda fase, outros promotores (na maioria, municípios e associações de municípios) avançassem com um elevado número de candidaturas direccionadas fundamentalmente para a valorização e conservação do património natural, assim como para a reabilitação da Rede Hidrográfica. Esta situação levou inclusivamente, no ano de 2006, ao reforço financeiro da Medida com o objectivo de se poder absorver um maior número de candidaturas.

No tal do período de programação foram apresentadas 214 candidaturas, das quais foram aprovadas 209. Destas 7 foram arquivadas por não terem apresentado despesa elegível, pelo que, no final do programa, a medida continha 202 candidaturas que contribuíram para a execução de 97,3% da sua dotação.

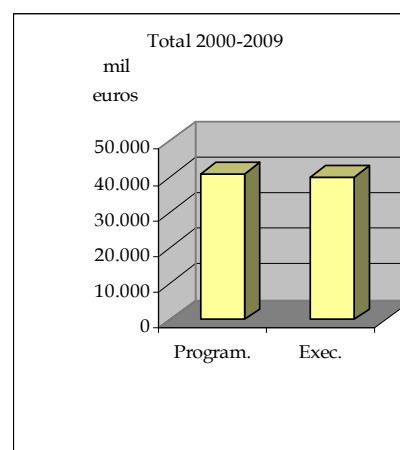
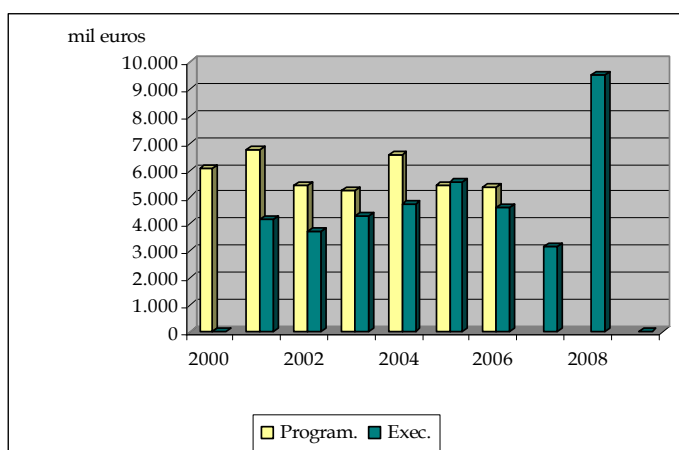
A execução no ano de 2008, foi muito elevada, contribuindo para que a medida atingisse quase a sua dotação. Só nesse ano foi validado 24% do total FEDER executado.

Esta recuperação deve-se, fundamentalmente, ao elevado montante de projectos aprovados entre 2006 e 2008, que no seu conjunto contribuíram para a realização de 27% do Fundo executado na medida.

**Medida III.13 Programação e execução por ano (2000-2009)**

Unidade: Euros

Ano	Programação		Execução		Exc./Prog
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	
2000	8.090.478	6.067.857	0	0	0,0
2001	8.988.600	6.741.387	5.555.507	4.161.110	61,7
2002	7.247.337	5.435.436	5.011.792	3.751.655	69,0
2003	7.002.578	5.251.866	5.785.999	4.333.582	82,5
2004	8.792.222	6.594.213	6.344.472	4.754.209	72,1
2005	7.450.336	5.414.888	7.451.881	5.588.911	103,2
2006	7.204.938	5.403.704	6.440.693	4.626.226	85,6
2007			4.718.582	3.176.669	
2008			14.298.480	9.510.340	
2009			-151.837	-113.877	
<b>Total</b>	<b>54.776.489</b>	<b>40.909.351</b>	<b>55.455.571</b>	<b>39.788.826</b>	<b>97,3</b>

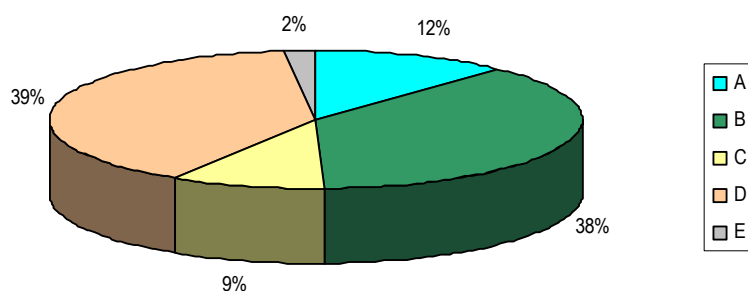
**Gráfico 3.40 Medida III.13 Evolução do Fundo programado e executado**

Do total de candidaturas aprovadas sobressai o elevado número de candidaturas enquadráveis no âmbito da Linha de Acção B, onde os projectos da Reabilitação da Rede Hidrográfica e de requalificação do litoral se destacam. Quanto ao peso financeiro envolvido, será de destacar, ainda, os projectos relacionados com as Intervenções Polis enquadrados na Linha de Acção D – Melhoria do Ambiente Urbano.

**Medida III.13 - Execução total por linha de acção**

Unidade: Euros

Linha de acção	Nº Proj.	Execução	
		D. Pública	Fundo
A - Conserv. e Valor. Patr. Natural	28	6.817.244	4.640.376
B - Valor. e Prot. R. Naturais	109	21.157.435	14.993.870
C- Inf. e Gestão Ambientais	36	4.972.601	3.729.451
D- Melhoria do Ambiente Urbano	22	21.491.139	15.662.265
E- Promoção de Acções de Recuperação do Passivo Ambiental	7	1.017.152	762.864
<b>Total</b>	<b>202</b>	<b>55.455.571</b>	<b>39.788.826</b>



A maioria dos projectos regionalizáveis localiza-se no litoral da região, 48% do investimento executado.

**Medida III.13 - Execução por NUT III**

Unidade: Euros

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência	
					%	por hab.
Baixo Vouga	42	11.660.805	11.660.805	8.133.663	21,0	30
Baixo Mondego	40	9.098.079	9.098.079	6.752.334	16,4	27
Pinhal Litoral	20	5.935.110	5.935.110	4.239.816	10,7	24
Pinhal Interior Norte	11	5.324.179	5.324.179	3.349.971	9,6	38
Dão-Lafões	11	5.557.496	5.557.496	4.025.846	10,0	19
Pinhal Interior Sul	3	238.658	238.658	168.070	0,4	5
Serra da Estrela	4	702.452	702.452	471.739	1,3	14
Beira Interior Norte	7	3.251.755	3.251.755	2.438.816	5,9	28
Beira Interior Sul	4	4.482.138	4.482.138	3.304.896	8,1	57
Cova da Beira	3	796.285	796.285	597.214	1,4	9
Não Regionalizável	57	8.408.613	8.408.613	6.306.460	15,2	
Litoral	102	26.693.994	26.693.994	19.125.814	48,1	27
Interior	43	20.352.964	20.352.964	14.356.552	36,7	25
<b>Total da Medida</b>	<b>202</b>	<b>55.455.571</b>	<b>55.455.571</b>	<b>39.788.826</b>	<b>100,0</b>	<b>31</b>

## 3.3.3.14. Medida III.14- Agricultura e Desenvolvimento Rural

O número de projectos presentes em cada Unidade de Gestão é extremamente elevado, devido sobretudo a dois factores: a “dimensão” da Acção 1 em número de projectos e o processo inerente às audiências prévias dos projectos com parecer desfavorável, que na prática obrigam a uma dupla apreciação em Unidade de Gestão.

Das candidaturas aprovadas e homologadas, 619 não concorrem para a execução por motivo de desistência, não assinatura de contrato ou não execução no período de elegibilidade, pelo que no final do programa são os 10.257 projectos da medida que contribuem para alcançar uma execução de 104,4% de fundo programado para a medida.

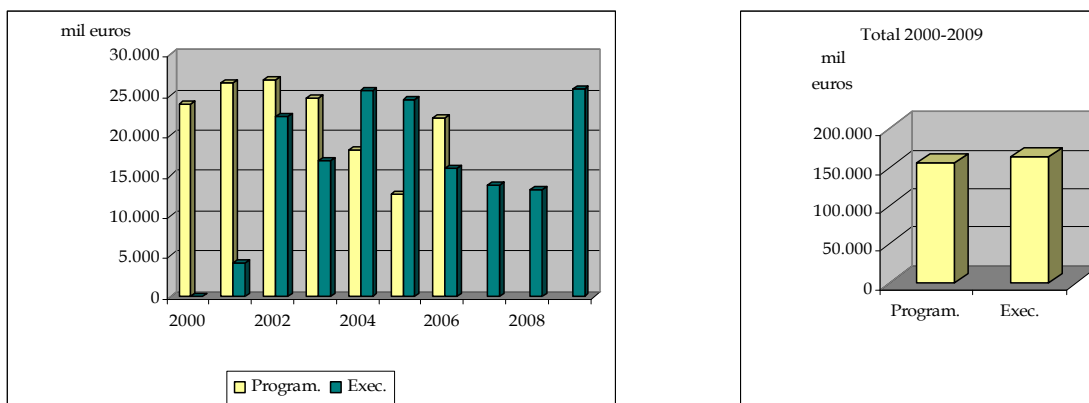
Apesar deste nível de execução no ano de 2006 e 2007 a baixa execução aliada ao deficit de execução dos primeiros anos, levou ao não cumprimento dos objectivos mínimos para o cumprimento da regra n+2 do PO neste Fundo em dois anos consecutivos.

A baixa execução deve-se a vários factores, dos quais se destacam as medidas adoptadas, a nível nacional, relativas à aprovação de projectos. De facto já no ano de 2006 as aprovações ocorreram com prazos muito dilatados, projectos apreciados em Julho e Outubro de 2005, vieram a ser aprovados em Março de 2006. Por outro lado os executores e a tipologia de projectos da medida não facilita a execução, já que o avanço dos projectos está muito dependente do pagamento das ajudas, com alguma falta de regularidade, especialmente a partir de Setembro de 2006 até fim de Novembro desse ano e de Abril a Julho de 2007.

**Medida III.14 Programação e execução por ano (2000-2009)**

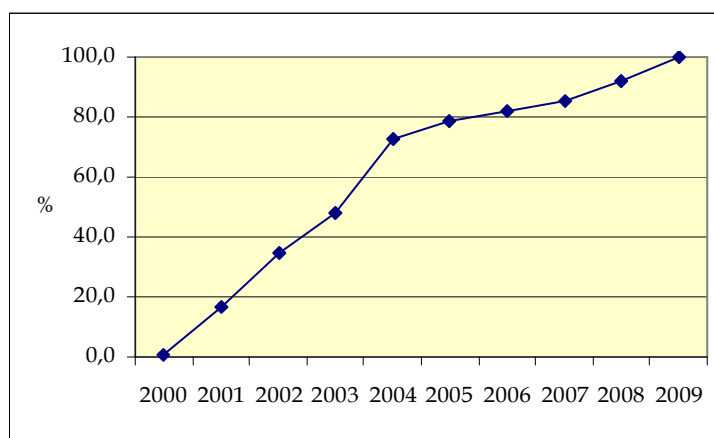
Unidade: Euros

Ano	Programação		Execução		Exc./Prog
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	
2000	32.413.558	23.821.997	0	0	0,0
2001	36.213.551	26.622.918	5.950.348	4.267.885	16,0
2002	36.692.246	26.978.684	30.837.481	22.412.633	83,1
2003	33.457.410	24.599.169	23.771.744	16.842.795	68,5
2004	24.649.683	18.139.663	36.657.840	25.616.338	141,2
2005	17.402.132	12.805.718	34.932.371	24.473.756	191,1
2006	30.133.321	22.188.008	22.851.233	15.879.955	71,6
2007			19.717.035	13.917.640	
2008			19.024.431	13.277.028	
2009			34.181.736	25.332.570	
<b>Total</b>	<b>210.961.901</b>	<b>155.156.157</b>	<b>227.924.218</b>	<b>162.020.601</b>	<b>104,4</b>

**Gráfico 3.41 Medida III.14 Evolução do Fundo programado e executado**

A recuperação ocorrida no final do período só foi possível com a aprovação de um significativo volume de projectos no 2º semestre de 2008 e 1º semestre de 2009. Estes projectos concorreram para uma execução de 15% do total FEOGA executado.

De facto, após um período em que as aprovações foram diminutas, ano de 2007 e primeiro semestre de 2008, pelo facto da Portaria n.º 1390/2006 de 12 de Dezembro ter suspenso a admissão de novas candidaturas às Acções da Medida AGRIS do QCA III, foi possível admitir novas candidaturas com a publicação da Portaria n.º 714/2008, de 31 de Julho, e Portaria n.º 254-A/2009, de 10 de Março, dos Ministros do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e do da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

**Gráfico 3.42 Medida III.14 Execução de acordo com o ano de aprovação dos projectos (FEOGA)**

Na Portaria nº 714/2008, é reconhecido o condicionalismo que levou à suspensão, em 2006, da apresentação de novas candidaturas, questões orçamentais da contrapartida nacional da ajuda. Foi aberta a possibilidade de apresentação de novas candidaturas na subacção n.º 6.1, «Caminhos rurais», em que a contrapartida nacional é assegurada através dos orçamentos autárquicos.

Com esta abertura, e com a flexibilidade de execução entre Eixos de 10%, foi possível absorver as verbas não utilizadas na Medida 2.7.

A maioria dos projectos aprovados localiza-se no interior da região (83% do total do investimento elegível executado), especialmente nas áreas da Beira Interior Norte e Sul e Dão-Lafões. Para tal facto contribuem, para além dos projectos de apoio à pequena agricultura, os de regadios colectivos e os da gestão sustentável e estabilidade ecológica das florestas.

### Medida III.14 - Execução por NUT III

Unidade: Euros

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência	
					%	por hab.
Baixo Vouga	353	13.665.596	10.439.432	7.494.791	4,68	35
Baixo Mondego	743	13.391.017	9.729.137	6.503.974	4,59	39
Pinhal Litoral	254	19.695.251	18.222.564	12.982.150	6,75	79
Pinhal Interior Norte	1.288	20.604.762	15.837.653	11.494.669	7,06	149
Dão-Lafões	3.191	79.503.290	60.217.608	43.156.559	27,23	278
Pinhal Interior Sul	591	12.455.008	8.561.169	6.145.980	4,27	278
Serra da Estrela	349	11.597.309	9.682.685	6.802.112	3,97	232
Beira Interior Norte	1.819	50.673.752	37.822.689	26.723.648	17,36	441
Beira Interior Sul	839	46.557.950	39.921.606	28.828.437	15,95	595
Cova da Beira	807	20.381.834	14.091.045	9.785.430	6,98	218
Não Regionalizável	23	3.438.172	3.398.630	2.102.850	1,18	
Litoral	1.350	46.751.864	38.391.133	26.980.915	16,01	48
Interior	8.884	241.773.908	186.134.455	132.936.836	82,81	300
<b>Total da Medida</b>	<b>10.257</b>	<b>291.963.944</b>	<b>227.924.218</b>	<b>162.020.601</b>	<b>100,00</b>	<b>164</b>

### Análise por acção e sub-acção

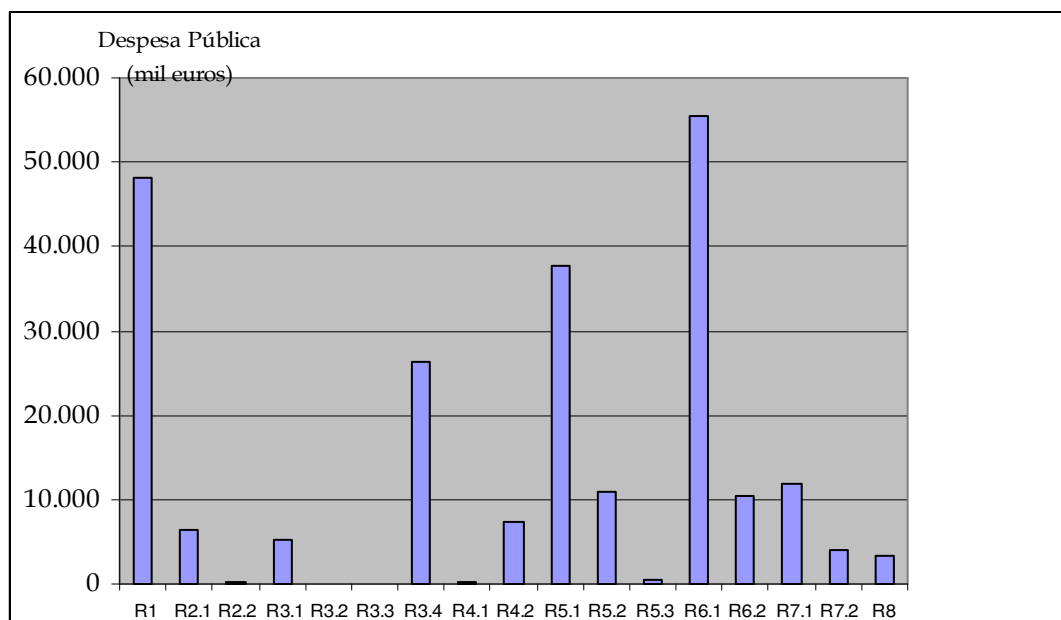
De salientar o facto de todas as linhas de acção terem projectos aprovados. Os da Acção 1, de apoio à pequena agricultura, são os de maior número (78%) representando no entanto cerca de 21% do valor da ajuda.



## Medida III.14 - Execução total por linha de acção

Unidade: Euros

Acção	Nº de projectos	Custo Total	Despesa Pública	FEOGA	% FEOGA
R1 Diversificação na pequena agricultura	7.975	97.563.567	48.125.167	33.817.805	21
R2.1 Criação e modernização de unidades produtivas	82	12.841.736	6.420.838	4.494.587	3
R2.2- Incentivos a produtos de qualidade	9	325.331	220.873	165.655	0
R3.1 Instalação de organizações de produtores florestais	33	6.522.834	5.221.076	3.915.808	2
R3.2 Apoio à constituição e instalação de prestadores de serviços florestais	4	93.357	46.678	32.675	0
R3.3-Apoio à prestação de serviços florestais	2	49.692	34.742	26.057	0
R3.4- Prevenção riscos prov. agentes bióticos e abióticos	100	27.313.578	26.313.244	16.045.816	10
R4.1- Instalação de serviços de substituição e de gestão das explorações agrícolas	4	407.848	244.270	183.202	0
R4.2- Desenvolvimento de outros serviços à agricultura	60	9.827.826	7.305.064	5.479.139	3
R5.1 Novos regadios colectivos e beneficiação de regadios tradicionais	147	37.637.556	37.637.556	28.228.168	17
R5.2 Reabilitação e modernização dos perímetros de rega	16	10.868.416	10.868.416	8.151.031	5
R5.3- Emparcelamento rural	3	358.968	358.968	269.226	0
R6.1 Caminhos agrícolas e rurais	587	55.355.943	55.355.943	41.519.823	26
R6.2 Electrificação	613	10.536.479	10.536.479	5.268.237	3
R7.1 Recuperação e valorização do património, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural	389	13.439.571	11.781.990	8.836.493	5
R7.2 Conservação do ambiente e dos recursos naturais	190	5.488.231	4.119.902	3.087.121	2
R8- Dinamização do desenvolvimento agrícola e rural	43	3.333.010	3.333.010	2.499.758	2
<b>TOTAL</b>	<b>10 257</b>	<b>291 963 944</b>	<b>227 924 218</b>	<b>162 020 601</b>	<b>100</b>



Para além destes, com peso significativo, são de salientar os da Acção 3, no que respeita à prevenção de riscos provocados por agentes abióticos, os da Acção 5, no que respeita aos recursos hídricos, os da Acção 6, caminhos agrícolas e rurais, e os da Acção R7.1, recuperação e valorização do património e da paisagem rural.

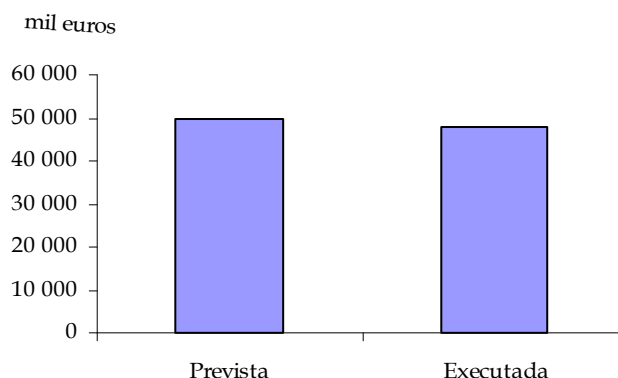
Segue-se uma análise sumária de cada uma das acções. É de referir que os valores que se apresentam como valores programados em cada acção correspondem aos valores de ajuda previstos nos indicadores de acompanhamento do Complemento de Programação.

### **Acção 1. Diversificação na pequena agricultura**

Nesta Acção os projectos representam 78% do total de candidaturas da Medida, embora a Despesa Pública executada tenha um peso significativamente inferior, o que reflecte naturalmente a natureza deste tipo de projectos e dos montantes envolvidos (o montante médio de investimento executado por projecto é de 12 230 euros).

A programação financeira desta Acção para 2000-2008 prevê um orçamento de despesa pública de cerca de 50 milhões de euros, tendo sido executada uma despesa de 48.125.167 euros, o que se traduz numa taxa de execução de 96%.

#### **Medida III.14 - Linha de acção R1, despesa pública prevista e executada (2000-2009)**

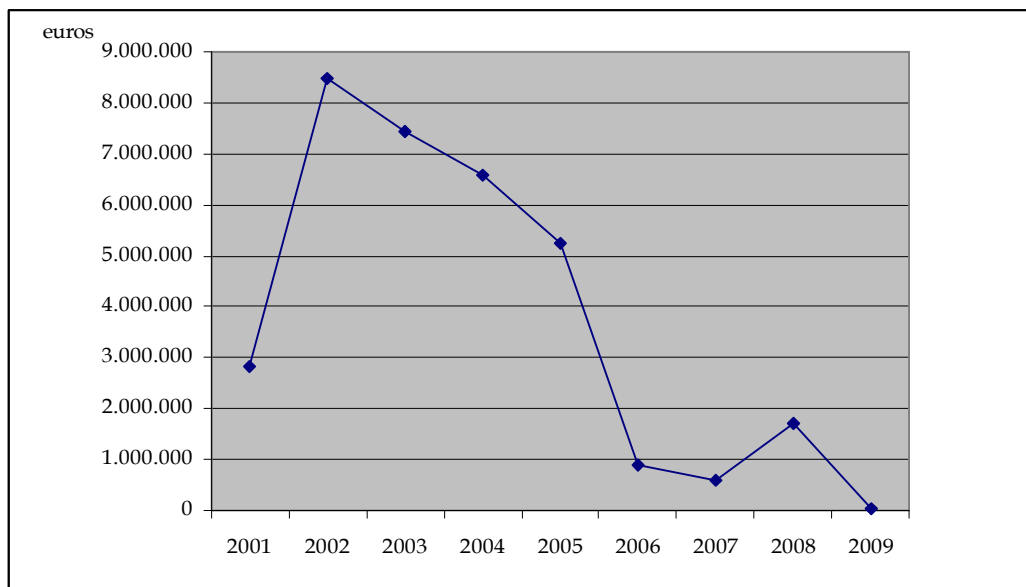


Trata-se de projectos em que a execução é relativamente rápida dado o montante e tipo de investimento predominante.

Nesta Acção continua a verificar-se uma predominância acentuada dos investimentos em equipamentos, seguindo-se os melhoramentos fundiários.

A execução está centrada no primeiro período, até final de 2005 foi validada uma despesa FEOGA de 90% do total desta linha de acção.

**Medida III.14 – Linha de acção R1, FEOGA executado por ano**

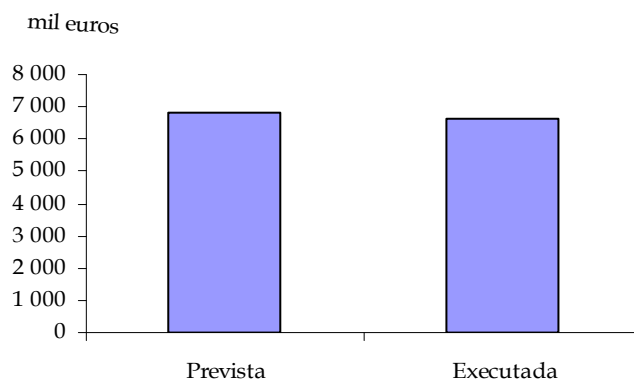


Ao valor total FEOGA executado, 33.817.805 euros, haverá que efectuar uma correcção de 628.952 euros, correspondente a 2% de 31.447.600,19 euros. Esta correcção forfetária sobre as despesas declaradas para a Acção 1.1, até 15-03-2007, é aplicada na sequência do inquérito relativo aos sistemas de gestão e controlo das Acções 1 e 5 da Medida 3.14, por parte da DG AGRI. Na negociação com a Comissão Europeia, na reunião de 1 de Julho de 2008, concluiu-se que a verificação dos controlos para garantir o cumprimento das normas mínimas de ambiente, higiene e bem-estar animal, apesar de efectuada, não se encontrava suficientemente documentada.

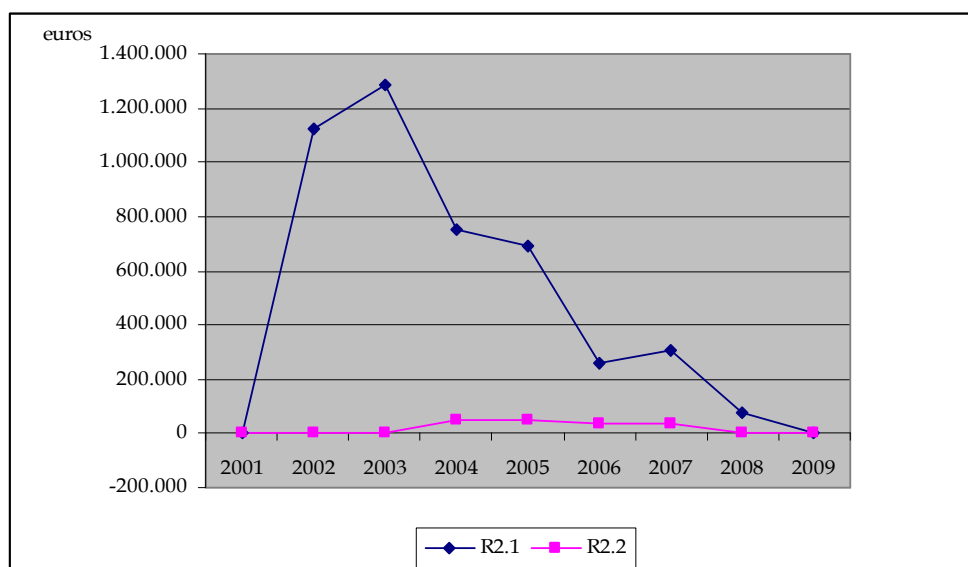
**Acção 2. Desenvolvimento dos produtos de qualidade**

Esta acção atingiu uma execução próxima da prevista, 97,3% da despesa pública programada.

**Medida III.14 – Linha de acção R2, despesa pública prevista e executada (2000-2009)**



**Medida III.14 – Linha de acção R2, FEOGA executado por ano**



A execução está centrada no primeiro período, até final de 2005 foi validada uma despesa FEOGA de 85% do total desta linha de acção.

A maior incidência na Beira Interior explica-se pela especificidade desta Acção – apoio a unidades agro-industriais de produtos com modos particulares de produção – DOP (Denominação de Origem Protegida), IGP (Indicação Geográfica Protegida), AB (Modo de Produção Biológica), etc -, no caso da Subacção 2.1, e pelo peso relativo dos produtos com tais denominações nesta área, sobretudo no que diz respeito ao sector do leite/queijo de pequenos ruminantes e do azeite.

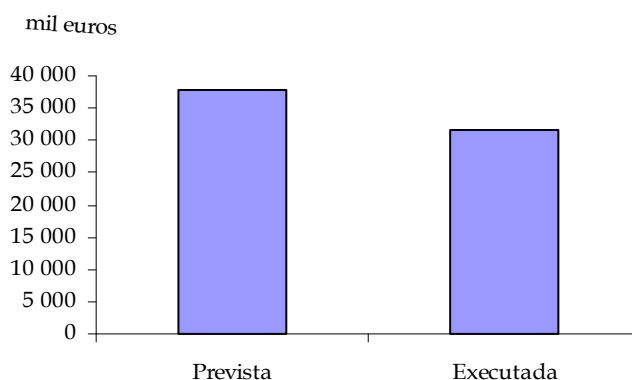
No que diz respeito à sub-acção 2.2., relativa ao apoio às entidades gestoras das Menções Protegidas e às entidades de Controlo e Certificação, visando o desenvolvimento de acções que promovam o reforço dos sistemas de comercialização e controlo das especificidades e qualidade dos produtos, verificou-se uma execução relativamente baixa, devido ao facto destas entidades terem já sido contempladas com tais apoios no QCAII e, sobretudo devido ao facto das acções orientadas para a promoção dos produtos terem deixado de ser comparticipadas neste quadro comunitário. Os 9 projectos aprovados, da Beira Litoral, incidem em produtos como o queijo, frutas, azeite e pequenos ruminantes.

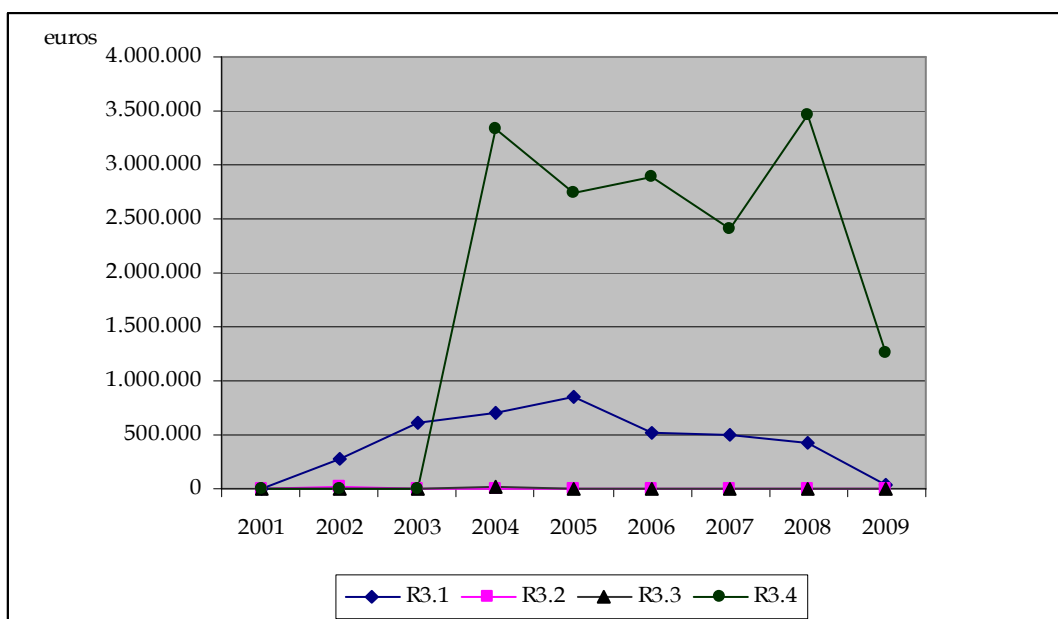
### **Acção 3. Gestão sustentável e estabilidade ecológica das florestas**

Nesta Acção os 139 projectos, concorreram com uma despesa pública correspondente a 84% do previsto. A maior incidência diz respeito à sub-acção 3.4- Prevenção riscos provocados por agentes bióticos e abióticos (80% do total da acção), não se registando aprovações na sub- acção 3.5. – Valorização e conservação de espaços florestais de interesse público.

Na sub- acção 3.5. – Valorização e conservação de espaços florestais de interesse público o principal factor que conduziu ao insucesso desta sub-acção foi o facto do prémio atribuído aos promotores não ser suficiente para fazer face às despesas resultantes da implementação de um plano de gestão florestal nessas áreas. Na realidade, 40-120 euros/ano/ha, é um valor que não cobre as despesas resultantes das intervenções culturais de que essas áreas carecem.

#### **Medida III.14 – Linha de acção R3, despesa pública prevista e executada (2000-2009)**



**Medida III.14 – Linha de acção R3, FEOGA executado por ano**

A execução desta Acção, centrada no último período de elegibilidade das despesas, foi condicionada por diversos aspectos:

A complexidade formal das três primeiras sub-acções, tendo como objectivos, entre outros, a criação de novas dinâmicas de organizações de produtores florestais, locais e regionais, o apoio à prestação de serviços florestais e à capacidade técnica de intervenção no sector. De qualquer modo, a execução da primeira sub-acção – instalação de organizações de produtores florestais -, está de acordo com a programação inicial, o mesmo não se verificando nas restantes sub-acções, quer pela inovação na sua formulação, quer sobretudo pela dificuldade de enquadramento dos beneficiários e despesas elegíveis.

Na sub-acção 3.4, o atraso no início da implementação desta sub-acção devido à dificuldade de enquadrar os proprietários florestais dos territórios alvo- os primeiros projectos só foram aprovados em 2004-, a programação plurianual dos investimentos (a maioria distribuída por 5 anos), o elevado numero de rubricas de investimento, a dificuldade na adjudicação dos trabalhos em tempo útil, por parte das entidades públicas e a ocorrência de um numero significativo de incêndios, tem obrigado a reprogramações sucessivas e ao adiamento das intervenções previstas em cada ano.

Estas sub-acções e a Acção no seu conjunto, aproximam-se dos pontos mais sensíveis da floresta na Região Centro, nomeadamente no que diz respeito à sua dimensão/parcelamento. Tendo como pano de fundo a Lei de Bases da Política Florestal, a sua estruturação com objectivos, elegibilidades, ajudas, sistema de convite público, etc., muito abrangente, obriga a uma execução muito acompanhada, num quadro de gestão complexo dificultado pelos compromissos de cada projecto distribuídos por um período longo de anos e em que raramente são cumpridas na totalidade as programações anuais dos investimentos

Refira-se que esta Acção não se aplica na área geográfica abrangida pela Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior, que tem dotações financeiras específicas para a sua implementação.

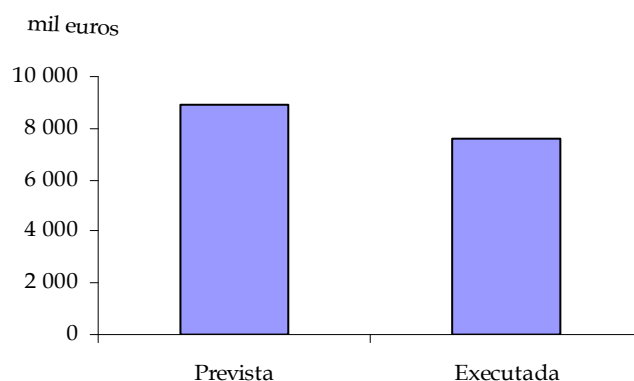
### **Acção 4. Serviços à agricultura**

Os 64 projectos desta linha de acção registaram uma execução de 7,55 milhões de euros de despesa pública, o que representa 84% do previsto.

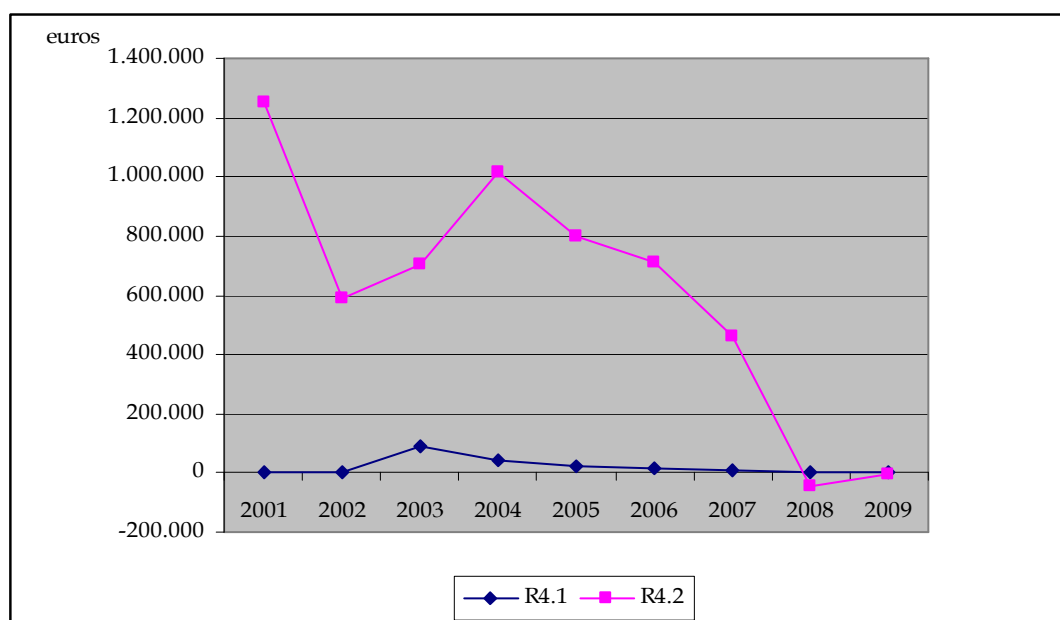
A maioria diz respeito à sub-acção 4.2- Desenvolvimento de outros serviços à agricultura (97% da ajuda). Esta Acção tem como objectivos básicos o apoio à prestação de serviços agrícolas não directamente ligados ao processo produtivo através das organizações de produtores. A subacção relativa ao melhoramento das raças autóctones (Ovelha Merino da Beira Baixa, Ovelha Mondegueira, Ovelha Bordaleira Serra de Estrela, Raça Bovina Marinhoa, Cabra Charnequeira ) e da Raça Bovina Frísia, pelas suas características (programas anuais e despesas elegíveis padronizadas) teve uma execução mais rápida.

Na acção de Apoio à Prestação de Serviços Agrícolas a execução foi bastante baixa. A tipologia de oferta de serviços constante do convite público dirige-se para um nível organizacional das estruturas do associativismo agrícola que, de um modo geral, se encontra ainda algo distante da nossa realidade. Com efeito a procura por parte das estruturas associativas é claramente dirigida para a prestação de serviços aos seus associados, que de algum modo envolvem o processo produtivo, o que é condicionado pela própria regulamentação comunitária.

**Medida III.14 – Linha de acção R4, despesa pública prevista e executada (2000-2009)**



**Medida III.14 – Linha de acção R4, FEOGA executado por ano**

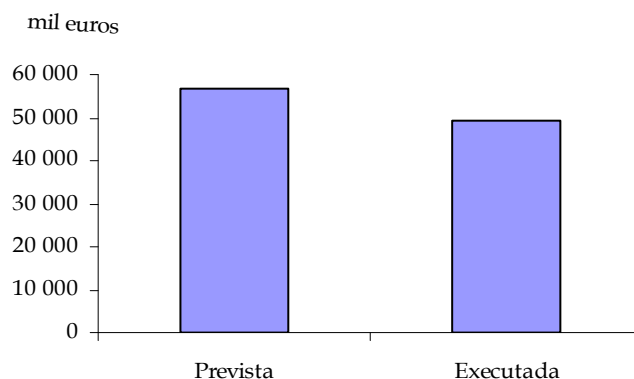


**Acção 5. Gestão dos recursos hídricos e emparcelamento**

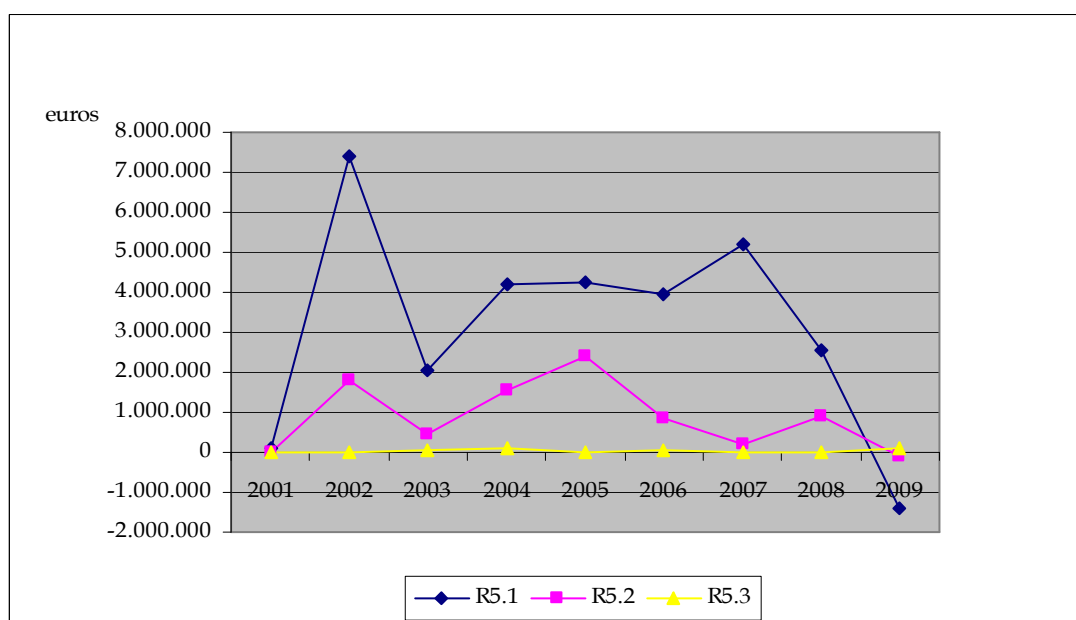
Os 166 projectos, envolvem um montante de investimento elegível realizado da ordem dos 49,0 milhões de euros. A execução ficou pelos 86% da ajuda prevista. O valor negativo imputado ao ano de 2009, relaciona-se com a anulação de despesa relativa a revisões de preços de trabalhos executados no período do QCA II.



**Medida III.14 – Linha de acção R5, despesa pública prevista e executada (2000-2009)**



**Medida III.14 – Linha de acção R5, FEOGA executado por ano**



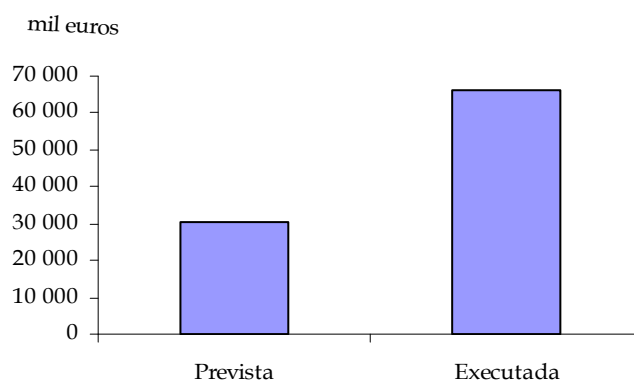
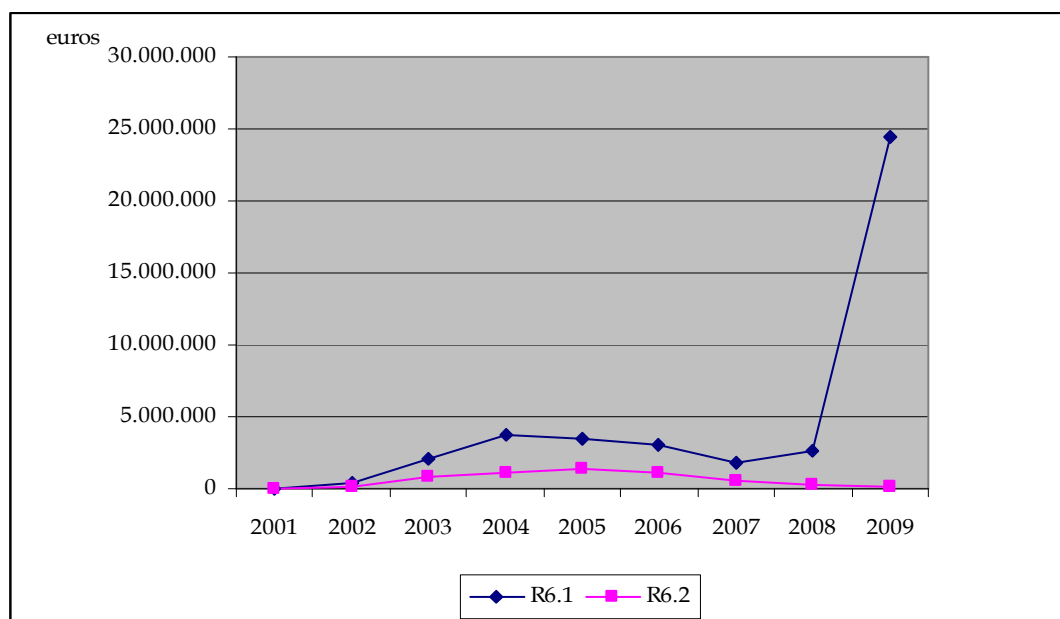
Como se trata de investimentos de alguma dimensão física e financeira (caso dos novos regadios colectivos e dos perímetros de rega), com uma execução plurianual, sujeitos a regras muito estritas, incluindo estudos de impacte ambiental, e a concursos públicos, a sua execução arrasta-se normalmente pelo período do Quadro Comunitário.

O investimento em regadios é considerado estratégico na política agrícola e de desenvolvimento rural, suportando, esta acção, um conjunto de investimentos nos principais regadios e perímetros de rega da região centro.

**Acção 6. Caminhos e electrificação agrícola**

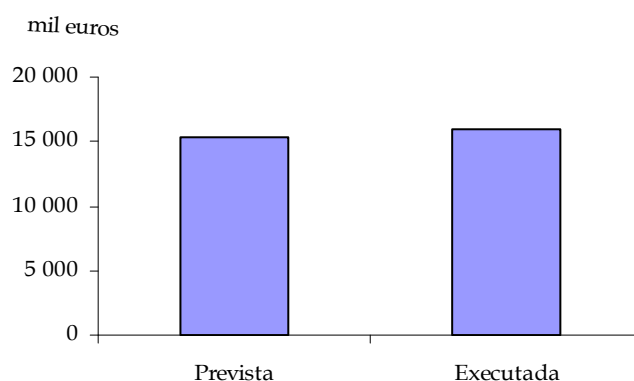
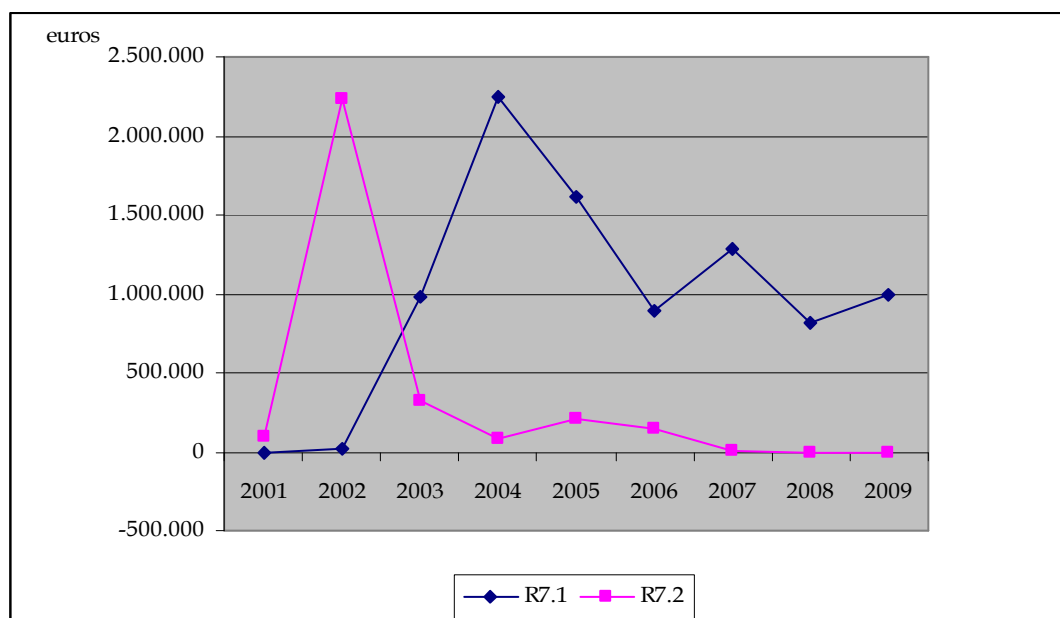
Esta Acção tem níveis de execução muito elevados, 215% da ajuda prevista. De facto, no caso dos caminhos agrícolas e rurais, a natureza dos promotores (essencialmente autarquias locais) aumentam fortemente a procura deste tipo de apoios.

Tal como referido anteriormente, com a abertura de candidaturas a partir de Julho de 2008, para este tipo de projectos, as autarquias mobilizaram-se no sentido de colmatar as falhas existentes nas acessibilidades rurais e absorver as dotações FEOGA ainda disponíveis.

**Medida III.14 - Linha de acção R6, despesa pública prevista e executada (2000-2009)****Medida III.14 - Linha de acção R6, FEOGA executado por ano**

**Ação 7. Valorização do ambiente e do património rural**

Os 579 projectos (389 relativos à subacção 7.1. – Recuperação e valorização do património, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural, e 190 à subacção 7.2. - Conservação do ambiente e dos recursos naturais), representam 104% da despesa pública prevista para o período 2000-2006.

**Medida III.14 – Linha de acção R7, despesa pública prevista e executada (2000-2009)****Medida III.14 – Linha de acção R7, FEOGA executado por ano**

A Subacção 7.1. teve uma elevada procura, quer porque os beneficiários são essencialmente autarquias locais ou Associações de Desenvolvimento Local, quer porque a consideram um

complemento de outros meios de financiamento, nomeadamente o Programa LEADER +. A tipologia das intervenções e o facto do processo de implementação desta subacção estar associado à apresentação de um Plano de Intervenção para posterior enquadramento dos projectos, contribui para reforçar as dinâmicas ao nível dos territórios rurais e promover uma maior coerência e articulação com outras iniciativas, como as referidas anteriormente.

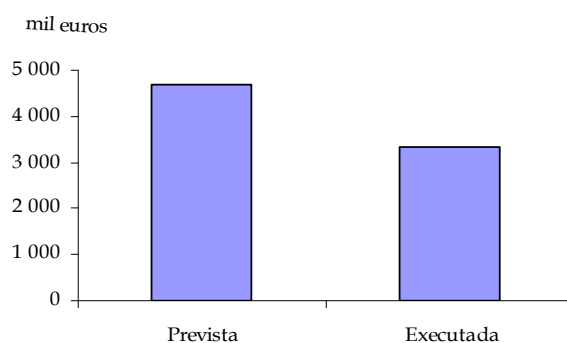
No caso da Sub-acção 7.2. – Conservação do ambiente e dos recursos naturais, a execução foi fortemente dinamizada pelo enquadramento dos investimentos de carácter ambiental nos lagares de azeite. Neste caso específico os investimentos apoiados tiveram um impacto significativo no processo de licenciamento dos lagares.

### **Acção 8. Acções integradas de dinamização agrícola e rural**

Nesta Acção os 43 projectos com uma despesa pública de 3.3 milhões de euros, correspondente a 70,8% do previsto.

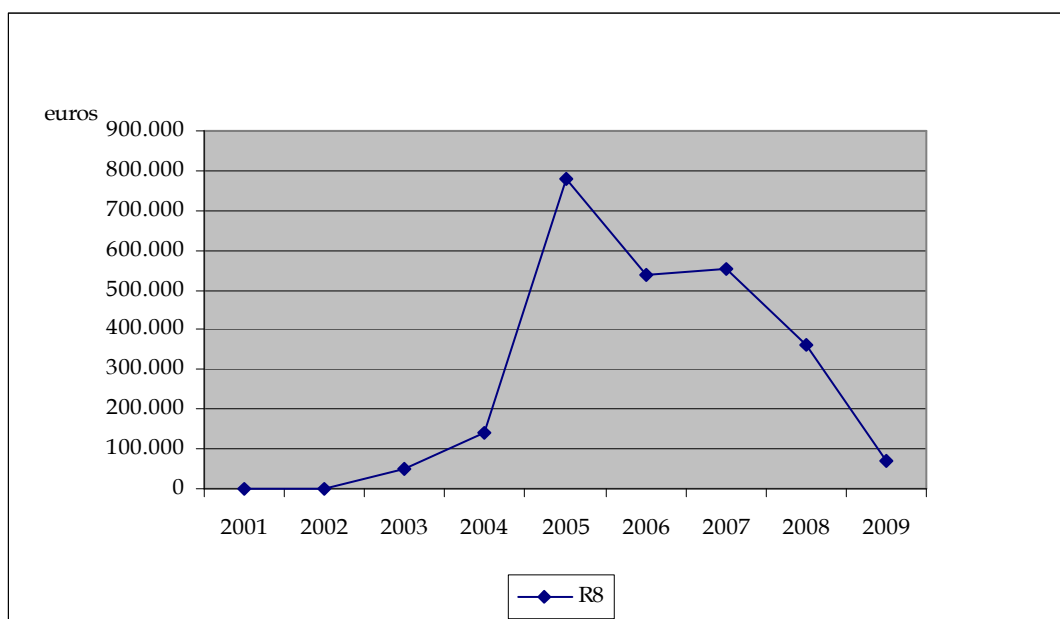
Atendendo à sua especificidade, esta Acção constitui um importantíssimo instrumento de apoio a iniciativas que levem à ultrapassagem de estrangulamentos numa determinada fileira ou de fragilidades detectadas num determinado território, constituindo o catalisador de iniciativas potenciais beneficiárias de outros apoios públicos que, de uma forma mais coerente e articulada, podem ser implementados nos espaços rurais e nos sectores estratégicos.

#### **Medida III.14 – Linha de acção R8, despesa pública prevista e executada (2000-2009)**



O facto dos projectos aprovados nesta acção terem iniciado apenas em 2004 e 2005 limitou os objectivos que levaram à inclusão da acção na medida AGRIS.

**Medida III.14 - Linha de acção R8, FEOGA executado por ano**



3.3.3.15. Medida III.15- **Pescas - Infra-estruturas de Portos**

No âmbito desta medida foram apresentadas e aprovadas 7 candidaturas, que permitiram atingir uma execução bastante elevada face aos seus recursos financeiros programados.

A taxa de execução teve um acréscimo significativo a partir de 2003, atingindo 109,2% do fundo total programado. Em dois projectos parte do financiamento aprovado ficou condicionado à disponibilidade orçamental do Programa. Como a execução global do FEDER do Eixo III ficou aquém da sua programação foi possível acolher essa despesa.

**Medida III.15 Programação e execução por ano (2000-2009)**

Unidade: Euros

Ano	Programação		Execução		Exc./Prog
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	
2000	2.433.000	1.824.000	0	0	0,0
2001	1.896.000	1.422.000	0	0	0,0
2002	1.653.000	1.240.000	458.085	343.563	27,7
2003	1.913.000	1.435.000	4.362.302	3.271.727	228,0
2004	1.131.440	849.000	2.808.633	2.106.475	248,1
2005	1.367.750	1.025.960	1.282.574	961.931	93,8
2006	1.709.104	1.281.513	0	0	0,0
2007			2.028.256	1.521.192	
2008			2.273.412	1.705.059	
2009			0	0	
<b>Total</b>	<b>12.103.294</b>	<b>9.077.473</b>	<b>13.213.263</b>	<b>9.909.947</b>	<b>109,2</b>

As intervenções beneficiaram os principais núcleos piscatórios da Região Centro, de Murtosa, Ílhavo, Mira e Figueira da Foz.

3.3.3.16. Medida III.16- **Pescas: Equipamentos de Transformação**

Esta medida teve algumas dificuldades de execução ao longo do período de programação tendo sido necessário alterar o Complemento de Programação e legislação de enquadramento (Decreto-Lei nº 109/2003 e a Portaria nº 934/2003), no sentido de prever outro tipo de projectos e de beneficiários.

Desde o 2º semestre de 2005 intensificaram-se as acções de divulgação e informação MARIS através de reuniões com potenciais promotores e com uma nova circular junto dos potenciais beneficiários. Foi assim possível garantir em 2006 aprovações de projectos que comprometem a totalidade da verba da medida.

Das 35 candidaturas apresentadas foram aprovadas 26. Destes projectos, 4 vieram a ser cancelados por não terem apresentado qualquer despesa elegível.

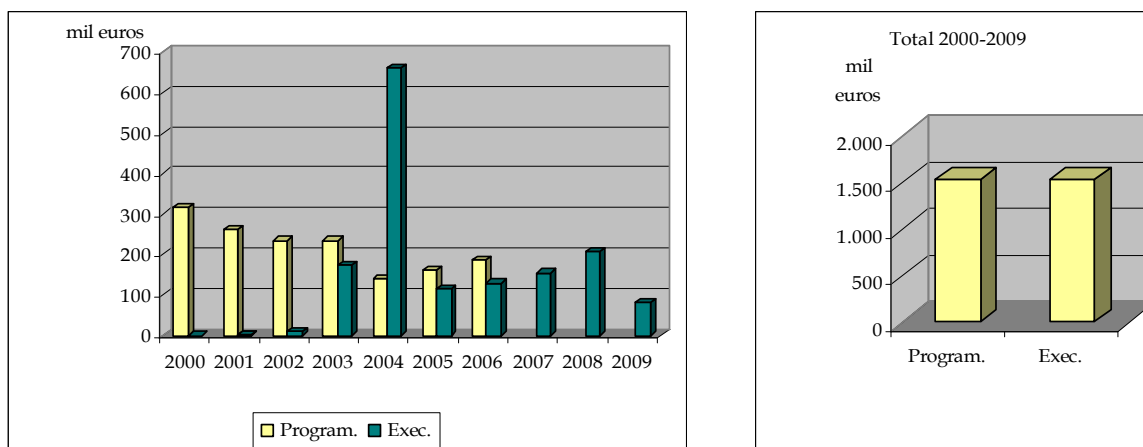
No final do Programa os 22 projectos contribuíram para a quase total absorção do fundo – IFOP.

A verba não utilizada é diminuta, cerca de 990 euros.

**Medida III.16 Programação e execução por ano (2000-2009)**

Unidade: Euros

Ano	Programação		Execução		Exc./Prog
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	
2000	432.978	314.978	0	0	0,0
2001	357.977	261.977	4.194	3.145	1,2
2002	319.977	234.977	11.827	8.870	3,8
2003	319.977	234.977	219.079	175.212	74,6
2004	177.637	139.977	835.044	659.498	471,1
2005	205.997	162.977	148.740	113.727	69,8
2006	234.777	187.137	145.748	130.063	69,5
2007			179.038	155.251	
2008			377.395	208.432	
2009			163.624	81.812	
<b>Total</b>	<b>2.049.320</b>	<b>1.537.000</b>	<b>2.084.688</b>	<b>1.536.012</b>	<b>99,9</b>

**Gráfico 3.43 Medida III.16 Evolução do Fundo programado e executado**

Após o progresso evidente em termos de execução verificada em 2004, a execução registada nos anos seguintes foi mais modesta mas mesmo assim permitiu a observância da regra n+2.

A execução do ano 2009 reporta-se a despesa efectuada pelos beneficiários em 2008, mas paga pelo IFAP, organismo intermédio, em 2009.

Dada a especificidade da medida a maioria dos projectos localizam-se no litoral da Região.

### Medida III.16 – Execução por NUT III

Unidade: Euros

NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Incidência	
					%	por hab.
Baixo Vouga	10	721.744	675.884	520.288	31,46	2
Baixo Mondego	9	933.095	769.589	597.747	40,67	3
Beira Interior Norte	2	618.437	618.437	402.393	26,96	5
Não Regionalizável	1	20.778	20.778	15.583	0,91	
Litoral	19	1.654.838	1.445.473	1.118.035	72,14	2
Interior	2	618.437	618.437	402.393	26,96	1
<b>Total da Medida</b>	<b>22</b>	<b>2.294.053</b>	<b>2.084.688</b>	<b>1.536.012</b>	<b>100,00</b>	<b>1</b>



#### 4. Execução Financeira do Programa Operacional

##### 4.1. Execução do Plano de Financiamento

AA dotação final do programa, conforme Decisão n.º C(2009) 1116 de 18/2/2009, é de 1.775,8 milhões de euros de fundo e encontra-se distribuída por Fundo de acordo com o quadro seguinte.

A programação por Medida é apresentada no Quadro 2 do Anexo I a este relatório.

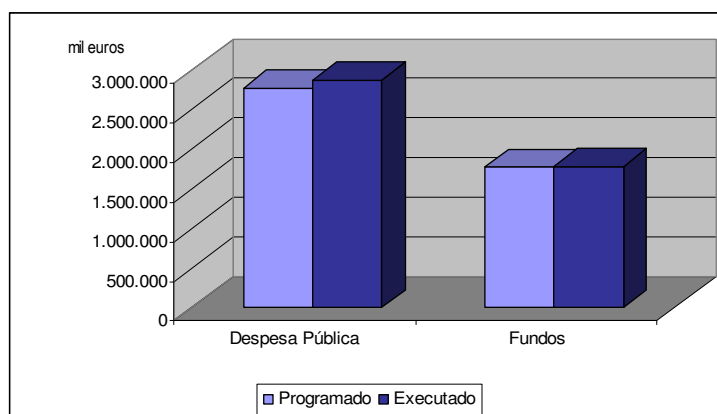
No seu conjunto, atingiu-se no final do Programa uma taxa de execução em termos de custo total, despesa pública e de Fundos, de 103,2%, 103,6% e 100,4%, respectivamente.

**Quadro 4.1 PO Centro - Programação e execução por Fundo**

Unidade: euros

Fundo	Programação			Execução			% de execução		
	Custo Total	D. Pública	Fundo	Custo Total	D. Pública	Fundo	Custo Total	D. Pública	Fundo
FEDER	2.177.048.196	2.152.203.526	1.362.255.367	2.278.151.541	2.237.371.402	1.366.836.204	104,6	104,0	100,3
FSE	382.571.629	363.122.350	227.911.705	403.438.004	367.173.365	229.711.284	105,5	101,1	100,8
FEOGA	360.100.607	253.276.134	184.121.094	332.111.612	262.431.191	185.133.104	92,2	103,6	100,5
IFOP	2.198.350	2.049.320	1.537.000	2.294.053	2.084.688	1.536.012	104,4	101,7	99,9
<b>Total PO</b>	<b>2.921.918.782</b>	<b>2.770.651.330</b>	<b>1.775.825.166</b>	<b>3.015.995.210</b>	<b>2.869.060.647</b>	<b>1.783.216.603</b>	<b>103,2</b>	<b>103,6</b>	<b>100,4</b>

**Gráfico 4.1 PO Centro - Programação e execução**



Em cumprimento do estipulado na Regra n.º 2 do Anexo ao Regulamento (CE) N.º 1685/2000, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 448/2004, a AG procedeu-se à dedução, na

despesa validada para efeitos de co-financiamento, das receitas geradas no âmbito dos projectos. Estas situações ocorreram no âmbito do FSE, tendo as despesas declaradas pelas entidades beneficiárias em sede de Relatório Intermédio ou Pedido de Pagamento de Saldo, ou quando detectadas pelas entidades responsáveis pelo controlo, retiradas para efeito de co-financiamento comunitário. No âmbito deste Fundo e de acordo com as orientações do IGFSE, os montantes deduzidos foram considerados como uma das componentes do financiamento privado, facto que se encontra reflectido no Quadro 3 do Anexo I a este relatório de execução.

O grau de absorção de cada um dos fundos, com excepção do IFOP, com praticamente 100% da sua dotação executada, é idêntico. De facto, nos outros três fundos, FEDER, FSE e FEOGA, foi possível constituir um “*overbooking*” de execução, para colmatar eventuais quebras na fase de encerramento.

De realçar, também o equilíbrio da execução de cada eixo prioritário para o total dos fundos, com 100,6%, 98,8% e 100,7% da dotação do Eixo I, II e III, respectivamente. Ao nível de cada um dos Fundos e Eixos a situação é distinta. No caso do FEDER, foram os Eixos II e I que contribuíram para aquele “*overbooking*”, com 103,7 e 100,8% de execução, ficando o Eixo III pelos 99,1% da sua dotação de fundo executado.

No FSE e do FEOGA foi o Eixo III que contribuiu para absorver a totalidade da dotação destes fundos.

Nos dois Fundos, FSE e FEOGA, foi essencial o alargamento da flexibilidade de execução entre eixos dos 2% inicialmente previstos na Decisão COM(2006)3424, relativa às regras de encerramento, para os 10%. O Eixo II, na componente FEDER também ultrapassou os 102% de execução, não sendo, no entanto, imprescindível essa execução para a absorção integral deste fundo.

**Quadro 4.2 PO Centro - Programação e execução por Eixo e Fundo**

Unidade: euros

Fundo	Perdas Automáticas(n+2)	Programação final		Execução		Exc./Prog
		D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	
FEDER		816.517.342	573.189.667	873.689.897	577.545.406	100,8
FSE		30.642.831	22.982.184	29.285.711	21.964.283	95,6
<b>Total Eixo I</b>		<b>847.160.173</b>	<b>596.171.851</b>	<b>902.975.608</b>	<b>599.509.689</b>	<b>100,6</b>
FEDER		233.821.772	164.312.623	245.687.970	170.409.479	103,7
FSE		20.969.832	15.727.383	16.434.452	12.325.839	78,4
FEOGA	3.600.000	37.480.900	25.339.937	30.554.151	20.147.886	79,5
<b>Total Eixo II</b>	<b>3.600.000</b>	<b>292.272.504</b>	<b>205.379.943</b>	<b>292.676.573</b>	<b>202.883.204</b>	<b>98,8</b>
FEDER		1.101.864.412	624.753.077	1.117.993.535	618.881.319	99,1
FSE		311.509.687	189.202.138	321.453.202	195.421.162	103,3
FEOGA	15.959.906	215.795.234	158.781.157	231.877.041	164.985.218	103,9
IFOP		2.049.320	1.537.000	2.084.688	1.536.012	99,9
<b>Total Eixo III</b>	<b>15.959.906</b>	<b>1.631.218.653</b>	<b>974.273.372</b>	<b>1.673.408.466</b>	<b>980.823.710</b>	<b>100,7</b>
FEDER		2.152.203.526	1.362.255.367	2.237.371.402	1.366.836.204	100,3
FSE		363.122.350	227.911.705	367.173.365	229.711.284	100,8
FEOGA	19.559.906	253.276.134	184.121.094	262.431.191	185.133.104	100,5
IFOP		2.049.320	1.537.000	2.084.688	1.536.012	99,9
<b>Total PO</b>	<b>19.559.906</b>	<b>2.770.651.330</b>	<b>1.775.825.166</b>	<b>2.869.060.647</b>	<b>1.783.216.603</b>	<b>100,4</b>

**Quadro 4.3 PO Centro - Taxas de execução por Eixo e Fundo, flexibilidade de execução**

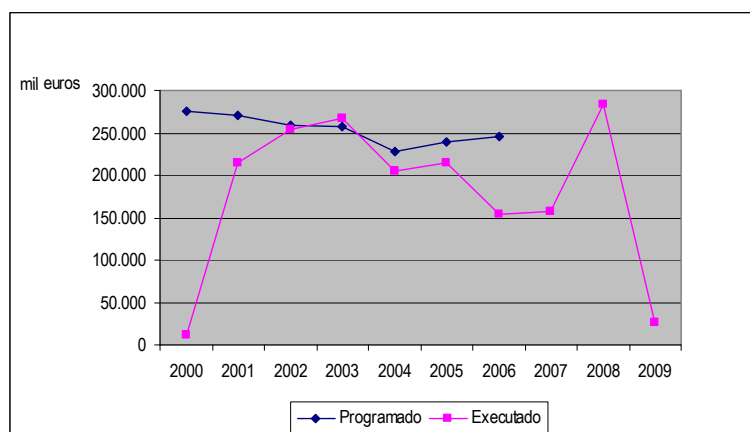
Eixo	Taxas de Execução (%)		
	FEDER	FSE	FEOGA
Eixo I	100,8	95,6	
Eixo II	103,7	78,4	79,5
Eixo III	99,1	103,3	103,9
<b>Total</b>	<b>100,3</b>	<b>100,8</b>	<b>100,5</b>

Nos quadros 2 e 3 do Anexo I a este Relatório constam os valores programados, aprovados e executados por medida.

O gráfico seguinte sintetiza a evolução da execução do Programa, durante o período de vigência do Programa.

A evolução anual destas variáveis evidencia que os períodos de maior execução correspondem aos iniciais 2001-2005 e o ultimo ano completo de realização, 2008.

**Gráfico 4.2 PO Centro Evolução dos valores programados e executados (2000-2009)**

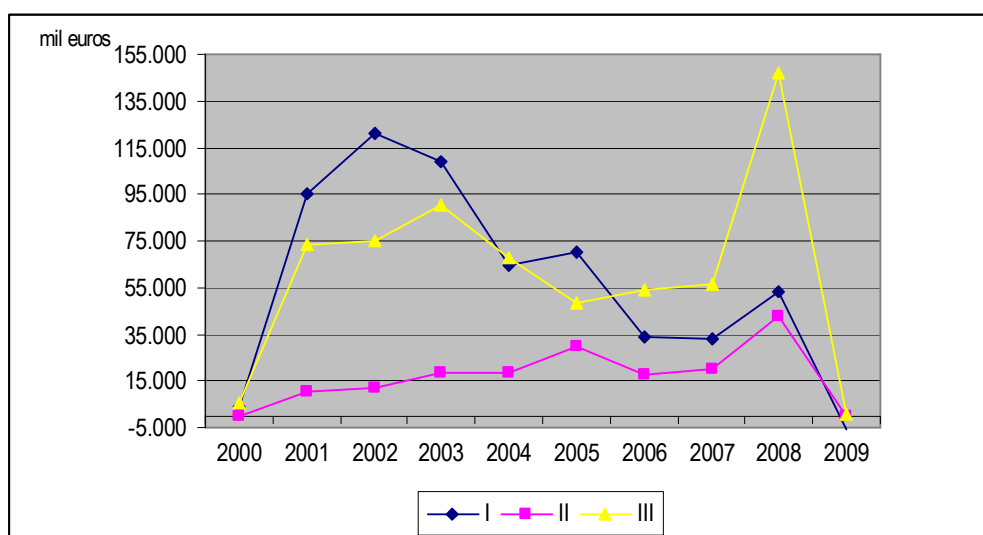


De facto, após uma quebra acentuada de execução nos anos de 2006 e 2007, foi no ano de 2008 que, na generalidade dos fundos, se ajustou os deficits de realização.

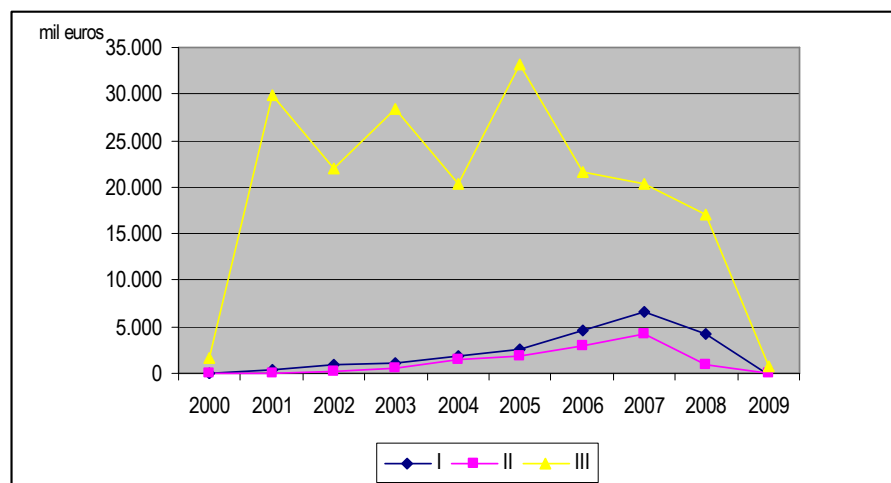
Importa, no entanto, referir que esta evolução foi consideravelmente distinta consoante os diferentes eixos e fundos:

No caso de FEDER O Eixo I centrou a sua execução no período 2001-2005, enquanto os Eixos II e III atingiram um maior nível no ano de 2008.

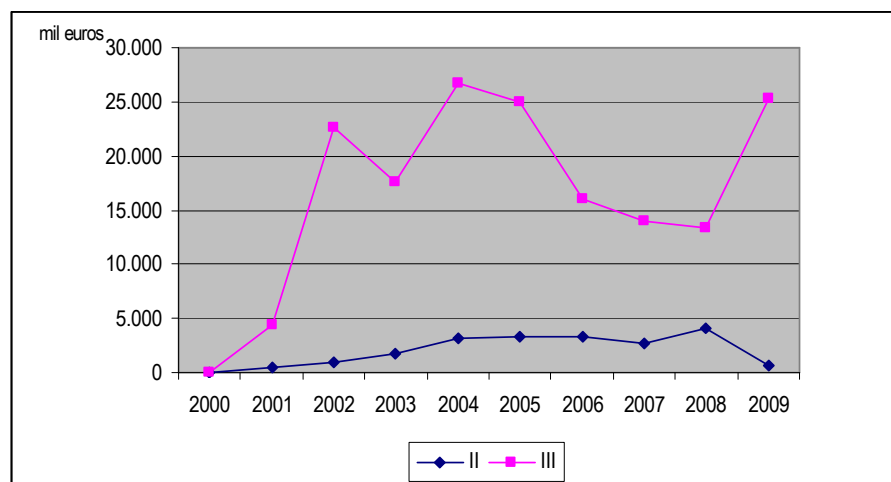
**Gráfico 4.3 PO Centro (FEDER) - Evolução dos valores executados (2000-2009)**



No caso do FSE a execução centrou-se até finais de 2007, tendo-se atingido, no final desse ano, 90,8% do fundo programado.

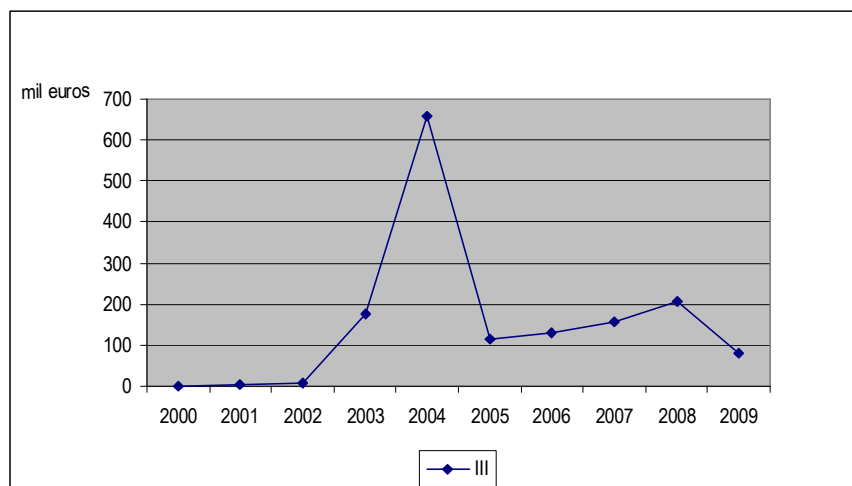
**Gráfico 4.4 PO Centro (FSE) - Evolução dos valores executados (2000-2009)**

No caso do FEOGA, a execução a partir de 2005 baixou significativamente e não permitindo o cumprimento das metas anuais mínimas. No final de 2007 a execução estava nos 77% do fundo programado, valor esse que já tem em conta a quebra decorrente do não cumprimento da regra n+2 em 2006 e 2007. Foi o ano de 2009, primeiro semestre, que permitiu atingir a dotação prevista no final do Programa.

**Gráfico 4.5 PO Centro (FEOGA) - Evolução dos valores executados (2000-2009)**

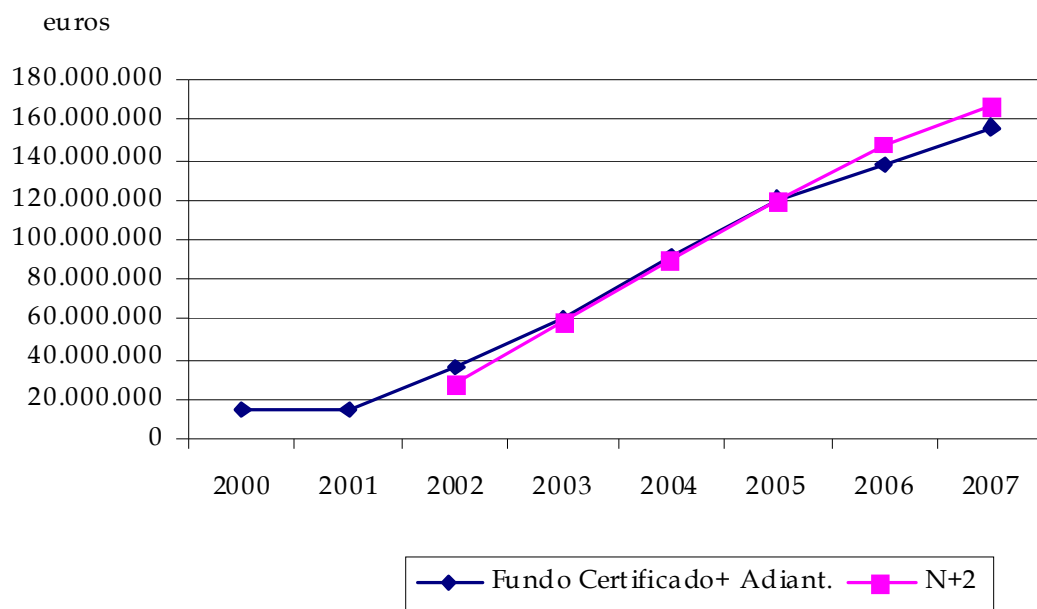
No caso do IFOP, Fundo com uma expressão reduzida, o esforço de execução centrou-se no ano de 2004, primeiro ano de aplicação da regra n+2, e no final do período de vigência do programa.

**Gráfico 4.6 PO Centro (IFOP) - Evolução dos valores executados (2000-2009)**



Tal como referido anteriormente, só o FEOGA registou anulações automáticas pelo não cumprimento da regra n+2, nos anos de 2006 e 2007. O valor total da anulação automática foi de 19,6 milhões de euros, conforme Quadro 4 do Anexo I e que tiveram reflexo nas dotações do Eixo II, 3,6 milhões de euros, e no Eixo III, 16 milhões de euros. Esta situação resulta, fundamentalmente, das opções nacionais relativas à aprovação de projectos, do processo de financiamento da componente pública nacional (disponibilização, em tempo útil, da dotação PIDDAC), do processo decorrente da reestruturação do MADRP e do comportamento dos beneficiários dos projectos que, percebendo as dificuldades orçamentais e consequente deslizamento no tempo de reembolso das ajudas, ajustaram, a execução e a apresentação da despesa a essa realidade. Tratou-se de uma situação transversal aos Programas do QCA III com intervenção FEOGA.

**Gráfico 4.7 PO Centro (FEOGA) - Cumprimento da Regra n+2**



De referir, que no que respeita ao IFOP, por decisão da Comissão Europeia, as fracções dos anos 2000 a 2002 só tiveram que ser atingidas em 2004.

## Quadro 4.4 PO Centro: Síntese da execução por Medida

Unidade: euros

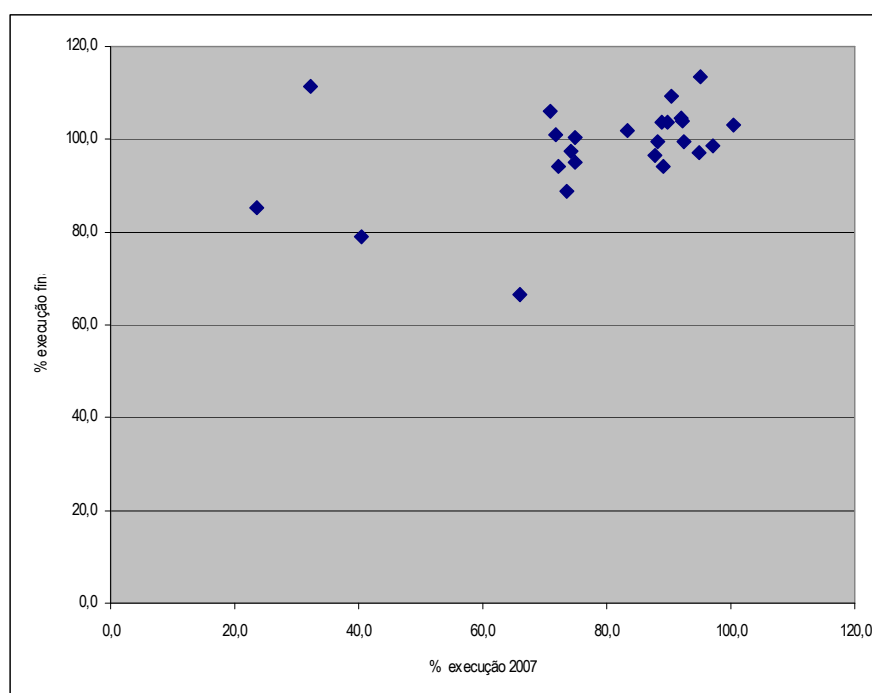
Medidas	Fundo executado				% do total programado			
	31-12-2007	2008	2009	Total	31-12-2007	2008	2009	Total
<b>PO TOTAL</b>	<b>1.479.214.403</b>	<b>282.348.518</b>	<b>21.653.681</b>	<b>1.783.216.603</b>	<b>83,3</b>	<b>15,9</b>	<b>1,5</b>	<b>100,4</b>
<b>EIXO 1</b>	<b>548.420.436</b>	<b>57.083.312</b>	<b>-5.994.058</b>	<b>599.509.689</b>	<b>92,0</b>	<b>9,6</b>	<b>-1,1</b>	<b>100,6</b>
1.1 - Equipamento e infra-estruturas locais	188.568.251	36.187.888	-3.892.785	220.863.354	95,2	18,3	-2,1	111,5
1.2 - Ambiente e recursos naturais	118.140.937	1.766.093	0	119.907.030	97,1	1,5	0,0	98,6
1.3 - Acessibilidades	83.099.557	2.117.273	-94.091	85.122.739	94,9	2,4	-0,1	97,2
1.4 - Qualif. dos a. Urbanos	44.213.915	2.519.442	-17.274	46.716.083	89,2	5,1	0,0	94,3
1.5 - Apoio às act. Económicas	17.629.250	1.798.547	-1.656.167	17.771.630	66,1	6,7	-9,4	66,6
1.6 - Recursos humanos	17.888.906	4.270.993	-195.615	21.964.283	77,8	18,6	-1,1	95,6
1.7 - Valorização Territorial	49.825.902	3.899.296	-30.527	53.694.672	92,4	7,2	-0,1	99,6
1.8 - Bonif. de Juros	1.866.418	1.782.890	0	3.649.308	40,4	38,6	0,0	79,0
1.9 - Saneamento Básico	27.187.300	2.740.890	-107.599	29.820.591	87,7	8,8	-0,4	96,2
<b>EIXO 2</b>	<b>154.424.355</b>	<b>47.955.326</b>	<b>503.523</b>	<b>202.883.204</b>	<b>75,2</b>	<b>23,3</b>	<b>0,3</b>	<b>98,8</b>
2.1 - Cidades	44.087.035	21.840.872	-170.594	65.757.314	71,0	35,2	-0,4	105,9
2.3 - AIBT Dinamização das Aldeias	16.273.193	2.187.799	0	18.460.992	92,1	12,4	0,0	104,4
2.4 - AIBT Turismo e Pat.no Vale do Côa	31.731.163	12.910.268	0	44.641.432	71,8	29,2	0,0	101,0
2.5 - AIBT da Serra da Estrela	20.394.318	2.554.162	0	22.948.480	92,3	11,6	0,0	103,9
2.6 - AIBT Pinhal Interior (FEDER)	15.221.884	3.379.378	0	18.601.262	83,4	18,5	0,0	101,9
2.7 - AIBT Pinhal Interior (FEOGA)	15.370.202	4.103.567	674.116	20.147.886	60,7	16,2	4,4	79,5
2.8 - Des. rec. Humanos	11.346.559	979.280	0	12.325.839	72,1	6,2	0,0	78,4
<b>EIXO 3</b>	<b>776.369.613</b>	<b>177.309.880</b>	<b>27.144.217</b>	<b>980.823.710</b>	<b>79,7</b>	<b>18,2</b>	<b>3,5</b>	<b>100,7</b>
3.1 - Educação- FEDER	72.585.654	12.067.482	0	84.653.136	89,0	14,8	0,0	103,8
3.2 - Educação - Ensino profissional	65.321.352	-2.670	-1.040	65.317.643	98,8	0,0	0,0	98,8
3.3 -Emprego	109.835.247	15.848.362	738.796	126.422.405	93,0	13,4	0,7	107,0
3.4 - Apoio ao Investimento	11.274.583	316.114	0	11.590.697	100,4	2,8	0,0	103,2
3.5 -Ciência, Tecnologia e Inovação	2.281.906	5.979.088	0	8.260.994	23,5	61,7	0,0	85,2
3.6 - Sociedade da Informação (FEDER)	7.335.138	18.061.841	0	25.396.980	32,2	79,3	0,0	111,5
3.7 - S. da Informação (FSE)	665.344	975.342	0	1.640.685	24,9	36,4	0,0	61,3
3.8 -Saúde	46.009.323	12.314.098	-5.823	58.317.597	74,9	20,0	0,0	95,0
3.9 - Cultura	6.647.120	1.032.065	0	7.679.184	89,7	13,9	0,0	103,6
3.10 - Desporto	31.510.271	4.062.088	0	35.572.359	88,1	11,4	0,0	99,5
3.11 - Economia	84.699.296	24.424.836	1.111.778	110.235.910	72,2	20,8	1,3	94,0
3.12 - Acessibilidades e Transportes	162.359.188	55.620.129	0	217.979.317	74,8	25,6	0,0	100,5
3.13 - Ambiente	30.392.363	9.510.340	-113.877	39.788.826	74,3	23,2	-0,4	97,3
3.14 - Agricultura e Desenvolvimento Rural	123.411.002	13.277.028	25.332.570	162.020.601	79,5	8,6	20,5	104,4
3.15 - Pescas- FEDER	8.204.888	1.705.059	0	9.909.947	90,4	18,8	0,0	109,2
3.16 - Pescas:IFOP	1.245.767	208.432	81.812	1.536.012	81,1	13,6	6,6	99,9
3.17 - Assistência Técnica FEDER	7.856.318	1.640.052	0	9.496.370	73,6	15,4	0,0	88,9
3.18- Assistência Técnica FSE	1.793.693	246.736	0	2.040.428	80,2	11,0	0,0	91,2
3.19 - Assistência Técnica FEOGA	2.941.158	23.459	0	2.964.617	81,1	0,6	0,0	81,8



No quadro anterior são apresentadas as taxas de execução de cada uma das medidas no final de 2007 e no final do programa.

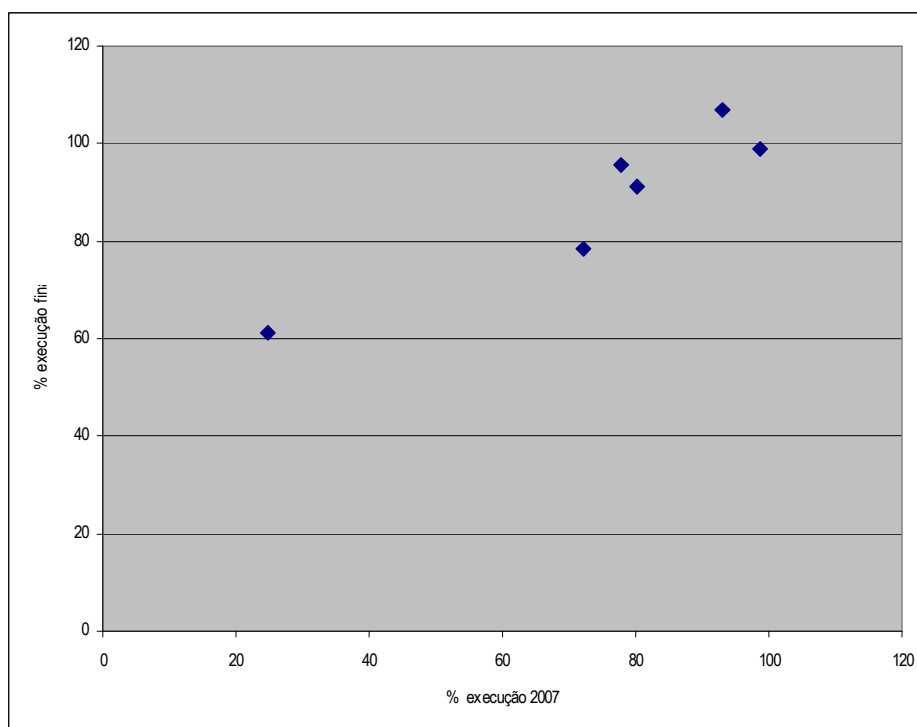
No caso do FEDER a maioria das medidas com taxas reduzidas de execução no final de 2007 conseguiram recuperar, ficando todas acima dos 80% de execução, com excepção das medidas 1.5- Apoio às actividades económicas e 1.8 - Bonificação de juros que ficaram pelos 67% e 79% de fundo executado.

**Gráfico 4.8 FEDER -Taxas de execução em finais de 2007 e final do Programa, por medida**

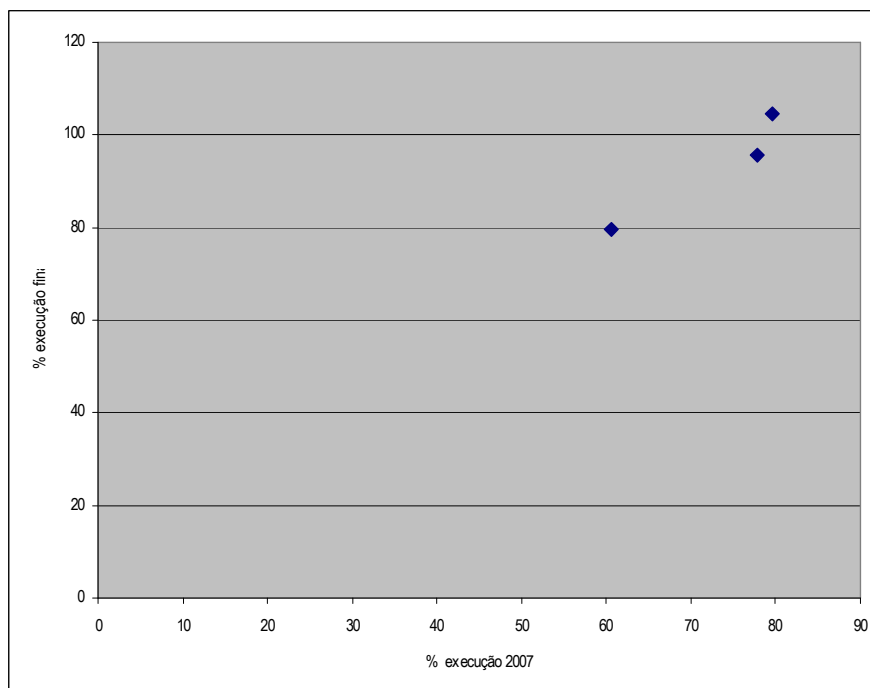


No caso do FSE, com um bom nível de absorção no final de 2007, foi a medida do III.7 que apresentou um pior desempenho. Todas as medidas ficaram abaixo da sua dotação, com excepção da Medida 3.3 - Emprego e Empregabilidade ao nível Local, que conseguiu absorver as verbas não executadas nas restantes do Programa.

**Gráfico 4.9 FSE -Taxas de execução em finais de 2007 e final do Programa, por medida**



**Gráfico 4.10 FEOGA -Taxas de execução em finais de 2007 e final do Programa, por medida**



No FEOGA foi a medida 3.14 - Agricultura e Desenvolvimento Rural a que, com um elevada recuperação no ano 2008 e especialmente, em 2009, relacionada a possibilidade de apresentação de novas candidaturas a partir de Julho de 2008, que melhor comportamento teve. A medida 2.7 - AIBT do Pinhal Interior ficou pelos 80% de fundo executado.

#### **4.2. Taxas de comparticipação por medida**

Como referido no ponto anterior a execução do Programa ficou acima da sua dotação em Fundos e acima do Custo Total e Despesa Pública previstos.

A execução final do Programa Regional atinge os 3.015.995.210 euros de investimento total, correspondentes a 2.869.060.647 euros de despesa pública e a 1.783.216.603 euros de fundos estruturais.

A taxa média de comparticipação em sede de execução final é de 62,2%, inferior, portanto, à taxa de comparticipação fixada na última reprogramação (64,1%). Neste contexto, mantendo os fundos comunitários previstos na última reprogramação, conseguiu-se concretizar quase mais 98 milhões de euros de investimento público do que o então estimado.

As taxas de comparticipação em termos de execução final de todas as Medidas do Programa Regional ou são iguais às previstas na última versão do Complemento de Programação, ou são inferiores, pelo que não se registará, a este nível, qualquer dificuldade na absorção da totalidade dos montantes executados.

## Quadro 4.5 PO Centro: Taxas de Comparticipação por Medida

Unidade: euros

Medidas	Taxa de Comparticipação Programada (*) %	Execução				Taxa Executada - Taxa Programada %
		Custo total	Despesa Pública	Fundo	Taxa de Compartic. da Execução (*) %	
<b>PO TOTAL</b>	<b>64,1</b>	<b>3.015.995.210</b>	<b>2.869.060.647</b>	<b>1.783.216.603</b>	<b>62,2</b>	<b>-1,9</b>
<b>EIXO 1</b>	<b>70,4</b>	<b>903.147.391</b>	<b>902.975.608</b>	<b>599.509.689</b>	<b>66,4</b>	<b>-4,0</b>
1.1 - Equipamento e infra-estruturas locais	65,0	349.015.091	349.015.091	220.863.354	63,3	-1,7
1.2 - Ambiente e recursos naturais	75,0	161.105.331	161.105.331	119.907.030	74,4	-0,6
1.3 - Acessibilidades	75,0	116.901.164	116.901.164	85.122.739	72,8	-2,2
1.4 - Qualif. dos a. Urbanos	73,2	70.189.824	70.189.824	46.716.083	66,6	-6,6
1.5 - Apoio às act. Económicas	66,0	27.316.544	27.316.544	17.771.630	65,1	-0,9
1.6 - Recursos humanos	75,0	29.457.494	29.285.711	21.964.283	75,0	0,0
1.7 - Valorização Territorial	70,0	82.325.897	82.325.897	53.694.672	65,2	-4,8
1.8 - Bonif. de Juros	75,0	4.867.379	4.867.379	3.649.308	75,0	0,0
1.9 - Saneamento Básico	75,0	61.968.668	61.968.668	29.820.591	48,1	-26,9
<b>EIXO 2</b>	<b>70,3</b>	<b>300.671.658</b>	<b>292.676.573</b>	<b>202.883.204</b>	<b>69,3</b>	<b>-1,0</b>
2.1 - Cidades	70,7	94.291.841	94.291.841	65.757.314	69,7	-1,0
2.3 - AIBT Dinamização das Aldeias	70,0	27.089.913	26.403.167	18.460.992	69,9	-0,1
2.4 - AIBT Turismo e Pat.no Vale do Côa	70,0	64.302.756	63.798.385	44.641.432	70,0	0,0
2.5 - AIBT da Serra da Estrela	70,0	34.242.174	33.510.127	22.948.480	68,5	-1,5
2.6 - AIBT Pinhal Interior (FEDER)	70,0	28.115.676	27.684.450	18.601.262	67,2	-2,8
2.7 - AIBT Pinhal Interior (FEOGA)	67,6	36.194.846	30.554.151	20.147.886	65,9	-1,7
2.8 - Des. rec. Humanos	75,0	16.434.452	16.434.452	12.325.839	75,0	0,0
<b>EIXO 3</b>	<b>59,7</b>	<b>1.812.176.161</b>	<b>1.673.408.466</b>	<b>980.823.710</b>	<b>58,6</b>	<b>-1,1</b>
3.1 - Educação- FEDER	75,0	115.596.453	115.596.453	84.653.136	73,2	-1,8
3.2 - Educação - Ensino profissional	57,5	117.793.669	113.595.901	65.317.643	57,5	0,0
3.3 -Emprego	62,5	233.366.788	202.276.404	126.422.405	62,5	0,0
3.4 - Apoio ao Investimento	60,0	52.486.851	19.317.828	11.590.697	60,0	0,0
3.5 -Ciência, Tecnologia e Inovação	70,0	13.751.734	13.751.734	8.260.994	60,1	-9,9
3.6 - Sociedade da Informação (FEDER)	70,5	36.265.325	36.265.325	25.396.980	70,0	-0,5
3.7 - S. da Informação (FSE)	65,4	3.314.932	2.510.229	1.640.685	65,4	0,0
3.8 -Saúde	75,0	78.120.137	78.120.137	58.317.597	74,7	-0,3
3.9 - Cultura	75,0	10.621.727	10.621.727	7.679.184	72,3	-2,7
3.10 - Desporto	36,0	100.345.824	100.345.824	35.572.359	35,4	-0,6
3.11 - Economia	46,2	252.526.882	247.270.155	110.235.910	44,6	-1,6
3.12 - Acessibilidades e Transportes	53,9	415.373.691	415.373.691	217.979.317	52,5	-1,5
3.13 - Ambiente	74,7	55.455.571	55.455.571	39.788.826	71,7	-2,9
3.14 - Agricultura e Desenvolvimento Rural	73,5	291.963.944	227.924.218	162.020.601	71,1	-2,5
3.15 - Pescas- FEDER	75,0	13.213.263	13.213.263	9.909.947	75,0	0,0
3.16 - Pescas:IFOP	69,9	2.294.053	2.084.688	1.536.012	67,0	-3,0
3.17 - Assistência Técnica FEDER	75,0	12.661.827	12.661.827	9.496.370	75,0	0,0
3.18- Assistência Técnica FSE	66,7	3.070.669	3.070.669	2.040.428	66,4	-0,3
3.19 - Assistência Técnica FEOGA	75,0	3.952.823	3.952.823	2.964.617	75,0	0,0

(\*) Taxas Fundo/Despesa Pública com excepção da Medida 3.16 (IFOP) em que a base de comparticipação é o Custo Total

### 4.3. Execução por domínio de intervenção e sector

Uma breve análise da ventilação da execução por domínios de intervenção, constante dos Quadros 5 e 6 do Anexo a este Relatório, permite-nos concluir que esta se concentra em oito principais sectores, representando 87% do investimento total.

**Quadro 4.6 PO Centro: despesa pública executada por domínio de intervenção**

Domínios	Execução 2000-2009 (%)	
	Despesa Pública	Fundos Estruturais
11 - Agricultura	1,9	2,1
12 - Silvicultura	1,1	1,2
13 - Promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais	8,0	9,2
14 - Pescas	0,1	0,1
16- Ajudas às PME e ao artesanato	1,6	1,6
17- Turismo	3,8	4,2
18 - Investg., desenv. e inovação tecn (IDTI)	2,1	1,9
21 - Políticas activas do mercado de trabalho	3,4	3,4
23 - Des. da educação e da formação p. não ligada a um sector específico	8,6	8,6
24 - Adap., espírito de empresa e inovação, n. tec. da inf e da com.	0,1	0,2
31 - Infra-estruturas de transportes	23,3	22,1
32- Infraes-estruturas de telecomunicações e s. da informação	1,3	1,5
33 - Infra-estruturas no domínio das energias	6,0	3,8
34 - Infra-estruturas ambientais	9,0	9,7
35 - Ordenamento e requalificação	15,4	16,4
36 - Infraestruturas sociais e da saúde	13,5	13,3
41 - Assistência Técnica	0,7	0,8
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

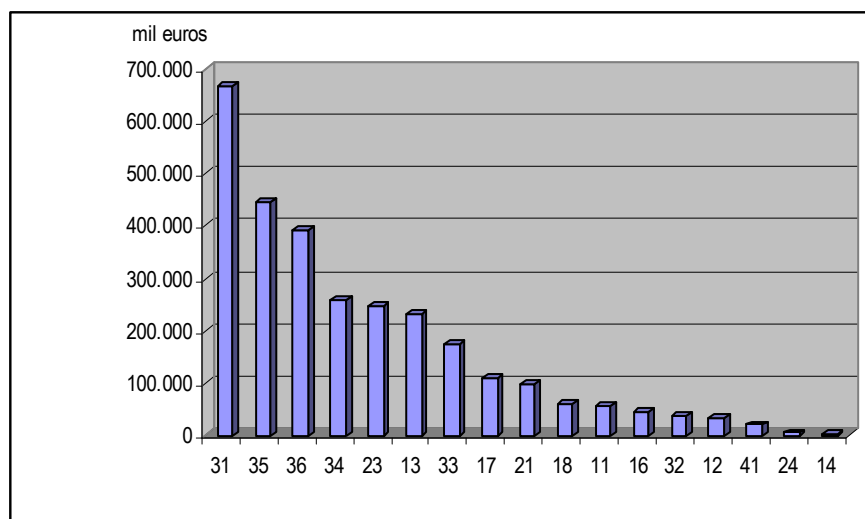
A sua leitura permite-nos destacar:

- que as infra-estruturas básicas, ao nível dos transportes (23,3% do investimento apoiado pelo programa) e do ambiente (9,0%) predominam, evidenciando os défices estruturais que subsistem nestes domínios na Região Centro;
- os equipamentos sociais, culturais e desportivos, enquadrados no domínio das infra-estruturas sociais e da saúde (13,5%), que, associados às intervenções no domínio do

ordenamento e requalificação urbana (15,4%), são responsáveis pela melhoria da qualidade de vida e do ambiente urbano;

- a importância pesada e estruturante que tem os projectos no domínio das energias (6,0%);
- a importância das políticas activas do mercado de trabalho (3,4%) e da educação e da formação (8,6%);
- o número relativamente importante que têm os projectos de promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais (8,0%) e de apoio à silvicultura (1,1%) .

**Gráfico 4.11 PO Centro: despesa pública executada por domínio de intervenção**



31 - Infra-estruturas de transportes

35 - Ordenamento e requalificação

36 - Infraestruturas sociais e da saúde

34 - Infra-estruturas ambientais

23 - Des. da educação e da formação p. não ligada a um sector específico

13 - Promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais

33 - Infra-estruturas no domínio das energias

17- Turismo

21 - Políticas activas do mercado de trabalho

18 - Investg., desenv. e inovação tecn (IDTI)

11- Agricultura

16- Ajudas às PME e ao artesanato

32- Infraes-estruturas de telecomunicações e s. da informação

12- Silvicultura

41 - Assistência Técnica

24 - Adap., espírito de empresa e inovação, n. tec. da inf e da com.

14 - Pescas

O quadro seguinte organiza a execução total do programa por medida/sector de intervenção adoptando para tal a metodologia da avaliação ex-ante. Neste quadro podemos verificar qual a afectação final da execução e compará-la com a prevista na avaliação.

**Quadro 4.7 Distribuição do custo total segundo as opções estratégicas do programa e por sectores**

Medidas/Sectores de intervenção	Objectivos estratégicos /Custo total previsto em %					Total Avaliação Ex- ante (%)	Execução (2000-2009 (%))	Desvios (%)
	Um modelo territorial equilibrado, qualificado e activo	Uma economia competitiva, inovadora e solidária	Um ambiente de qualidade e recursos do território valorizados e preservados		Cidadãos informados, participantes, recursos humanos qualificados			
			Ambiente	Recursos do território				
Educação					7,1	7,1	7,8	0,7
Emprego, formação e desenvolvimento social					9,70	9,70	11,09	1,39
Ciência, tecnologia e inovação					0,28	0,28	0,46	0,18
Sociedade da informação					1,85	1,85	1,32	-0,53
Saúde					2,95	2,95	2,61	-0,34
Cultura/Património				0,35		0,35	0,36	0,00
Desporto	2,04					2,04	3,35	1,31
Economia		8,88				8,88	8,44	-0,44
Acessibilidades e transportes	20,21					20,21	17,79	-2,42
Ambiente			12,10			12,10	12,06	-0,04
Agricultura e desenvolvimento rural		14,62				14,62	10,97	-3,65
Pescas		0,54				0,54	0,52	-0,02
Apoio às actividades económicas		1,90				1,90	0,91	-0,99
Equipamentos e infra-estruturas locais	8,02					10,39	11,67	1,28
Cidades e aglomerados urbanos	4,27					4,27	5,50	1,23
Dinamização das aldeias e AIBTs				5,13		5,13	5,13	0,00
<b>Total previsto %</b>	<b>34,54</b>	<b>25,95</b>	<b>12,10</b>	<b>5,48</b>	<b>21,93</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Executado %</b>	38,31	20,84	12	5,49	23,29	<b>100,00</b>		
Desvio	3,77	-5,10	-0,04	0,01	1,35			

As medidas/sectores cujos desvios são mais significativos e que têm um peso inferior ao inicialmente previsto correspondem aos ligados aos factores de competitividade, que no seu conjunto tem um peso de 5,1% inferior ao inicialmente previsto no custo total. As razões para o sector da agricultura ter uma quebra em relação ao previsto já se encontram apresentadas e estão relacionadas com as transferências de dotação para outros programas e anulações automáticas devido ao não cumprimento da regra n+2.

Na situação inversa encontram-se as intervenções ligadas à organização e qualificação do sistema urbano, particularmente no que respeita às intervenções nas cidades e nos equipamentos locais e às ligadas a qualificação dos recursos humanos, educação, formação e emprego.

No caso das acessibilidades o menor peso da despesa final deve-se, fundamentalmente, ao facto do Metro Mondego, grande projecto previsto naquela fase, não ter sido executado. Como neste projecto as taxas previstas eram significativamente inferiores à das outras tipologias da Medida, apesar dos recursos comunitários não terem sofrido quebras na programação inicial e terem sido completamente utilizados, a despesa total foi inferior à inicialmente prevista.



#### 4.4. Distribuição territorial do investimento apoiado

Uma breve análise da ventilação da execução por NUT III, constante do Quadro seguinte, permite-nos concluir que os 12.627 projectos apoiados pelos diversos Fundos, no Interior da Região, absorvem 50% do investimento, destacando-se o Dão-Lafões e a Beira Interior Norte, como as áreas que, nesta parte do território, concentraram maior volume de investimento, respectivamente 13% e 9% do montante total.

No litoral, o Baixo Mondego e o Baixo Vouga, concentram 15% e 13 do total do investimento apoiado. Em termos relativos destaca-se todo o interior da região, com um investimento apoiado de 1.863 euros por habitante, bastante superior ao da área litoral.

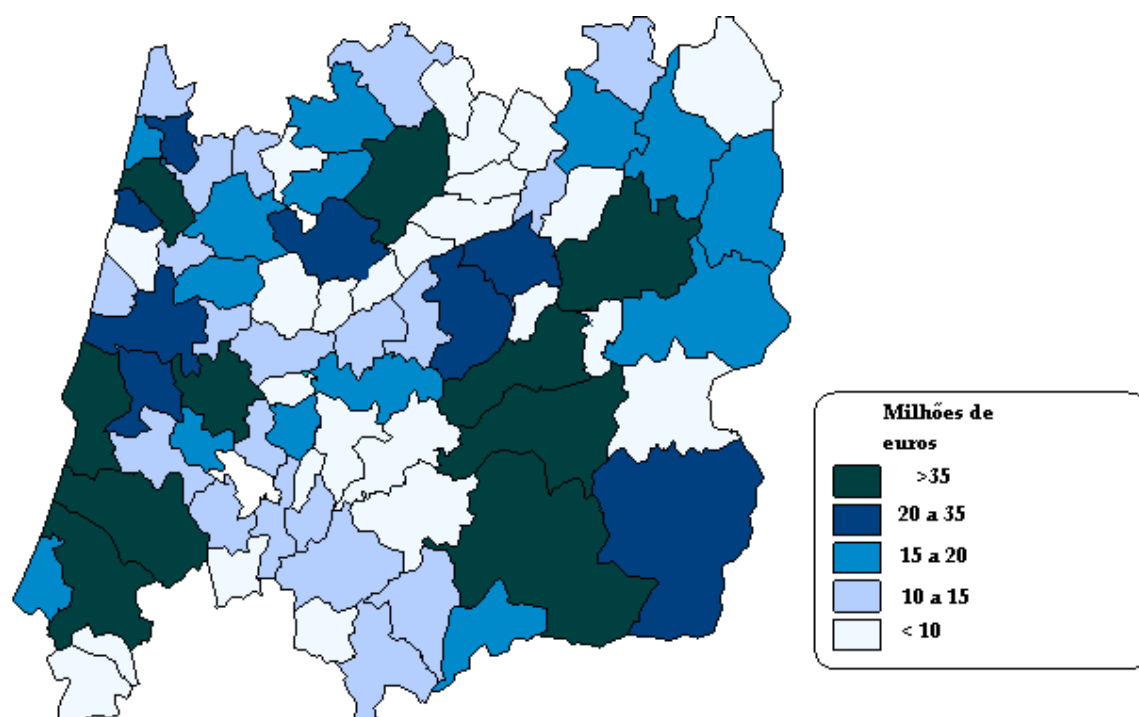
Em termos de apoio comunitário dos diversos fundos estruturais a leitura é idêntica.

**Quadro 4.8 PO Centro – Execução por NUT III**

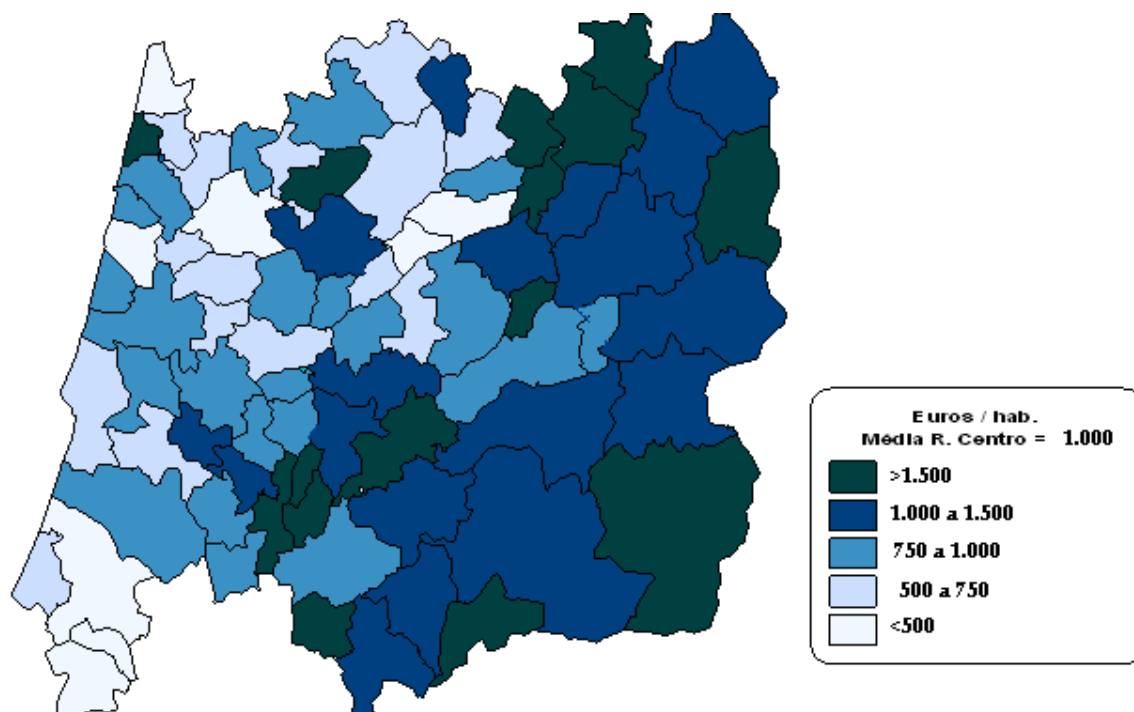
NUT III	Nº Proj.	Custo total	D. Pública	Fundo	Unidade: euros		
					Incidência		
					%	Investimento por hab.	Fundos por hab.
Baixo Vouga	1.079	392.186.188	385.040.658	238.493.349	13,0	1.018	619
Baixo Mondego	1.632	445.719.677	436.944.364	271.058.108	14,8	1.312	798
Pinhal Litoral	693	262.977.256	258.054.190	142.270.022	8,7	1.056	572
Pinhal Interior Norte	2.096	277.750.212	268.395.392	171.694.481	9,2	2.003	1.238
Dão-Lafões	3.882	390.032.779	365.556.594	238.780.455	12,9	1.365	836
Pinhal Interior Sul	1.012	91.849.851	82.702.690	52.940.898	3,0	2.049	1.181
Serra da Estrela	674	95.749.315	90.308.999	59.421.743	3,2	1.919	1.191
Beira Interior Norte	2.450	274.127.164	256.541.053	166.826.182	9,1	2.386	1.452
Beira Interior Sul	1.202	201.721.871	192.315.761	125.860.454	6,7	2.578	1.608
Cova da Beira	1.311	170.075.824	151.002.474	94.336.646	5,6	1.820	1.009
Não Reginalizável	428	381.393.459	349.819.946	198.869.295	12,6		
Litoral	3.404	1.100.883.120	1.080.039.212	651.821.479	36,5	1.130	669
Interior	12.627	1.501.307.016	1.406.822.962	909.860.860	49,8	1.863	1.129
NUT's Reg. NORTE	47	32.411.615	32.378.526	22.664.968			
<b>Total da Medida</b>	<b>16.506</b>	<b>3.015.995.210</b>	<b>2.869.060.647</b>	<b>1.783.216.603</b>	<b>100,0</b>	<b>1.695</b>	<b>1.002</b>

Uma análise mais detalhada da incidência dos quatro fundos do P. O. Centro nos concelhos da Região pode ser observada nos mapas que traduzem a comparticipação total e a comparticipação por habitante. Se o primeiro mapa reflecte uma hierarquia que se ajusta aos concelhos que detêm os lugares de topo da rede urbana regional, o segundo reflecte uma imagem relativamente inversa e que destaca o apoio nos concelhos do interior.

PO Centro - Distribuição concelhia da comparticipação total



PO Centro - Distribuição concelhia da comparticipação total por Habitante



#### 4.5. Despesa certificada, transferências da Comissão Europeia e pagamentos aos beneficiários

Os fluxos financeiros com a Comissão Europeia, que se encontram expressos no Quadro 7 do Anexo a este Relatório, permitem constatar que as transferências para o Estado Membro por via do PO Centro e os créditos por satisfazer são os seguintes:

**Quadro 4.9 Despesa Certificada e Pagamentos da CE**

Unidade: Euros

Fundo	Dotação	Adiantamento	Pedidos Intermédios	Pagamentos CE	% Pag/Dotação	PI por satisfazer	Por satisfazer limite da dotação
FEDER	1.362.255.367	90.279.350	1.204.285.591	1.294.142.598	95	422.342	422.342
FSE	227.911.705	14.922.320	213.026.816	216.516.119	95	11.433.017	11.433.017
FEOGA	184.121.094	14.432.670	187.652.982	174.915.039	95	27.170.613	9.206.055
IFOP	1.537.000	107.590	1.536.012	1.460.150	95	183.452	183.452
Total	1.775.825.166	119.741.930	1.606.501.400	1.687.033.906	95	39.209.424	21.244.866

Como se pode verificar no quadro anterior, no FSE, FEOGA e IFOP, os valores dos Pedidos de pagamento Intermédios acrescidos dos pagamentos por conta já ultrapassam a respectiva dotação global. Nestes casos a suspensão da transferência dos montantes por satisfazer deve-se não só ao facto de se ter atingido os 95% da dotação do PO (incluindo o adiantamento), mas, também, por parte ou a totalidade daquele montante, como é caso do FEOGA, já estar a absorver o correspondente Pagamento por Conta.

Os juros gerados pelos adiantamentos (pagamento por conta) efectuados pela Comissão Europeia, em conformidade com o n.º 2, do artigo 32.º do Regulamento (CE) n.º 1260/99, de 21 de Junho, constituem recursos do Estado-Membro e deverão ser consignados ao Programa Operacional, podendo ser utilizados em termos da respectiva Contribuição Nacional, adicionando ou substituindo o montante da Contrapartida Pública Nacional.

Os montantes em causa, conforme quadro seguinte, serão afectos, por substituição, à CPN – Contrapartida Pública Nacional que, no âmbito deste programa, foi processada com suporte no OSS- Orçamento da Segurança Social ou OE- Orçamento Estado, para as Medidas com participação do FSE e FEOGA, respectivamente.

**Quadro 4.10 Juros produzidos pelos pagamentos por conta**

Unidade: Euros

<b>Fundo</b>	<b>Juros em contas da Autoridade de Gestão</b>	<b>Juros em contas da Autoridade de Pagamento</b>	<b>Total Juros</b>
FEDER	0,00	0,00	0,00
FSE	100.755,92	67.615,89	168.371,81
FEOGA	0,00	25.740,51	25.740,51
IFOP	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>100.755,92</b>	<b>93.356,40</b>	<b>194.112,32</b>

As verbas remetidas para a Autoridade de Gestão foram utilizadas no reembolso aos beneficiários finais e na transferência para as entidades pagadoras, cujos montantes totalizaram:

**Quadro 4.11 Transferências e Pagamentos**

Unidade: Euros

<b>Fundo</b>	<b>Transferências das Autoridades de Pagamento</b>	<b>Pagamentos aos Beneficiários</b>			
		<b>Eixo I</b>	<b>Eixo II</b>	<b>Eixo III</b>	<b>Total</b>
FEDER	1.362.202.945	575.827.641	167.508.018	618.440.799	1.361.776.458
FSE	216.516.120	22.112.972	12.349.060	181.781.243	216.243.275
FEOGA (*)	174.915.039		20.272.450	166.768.332	187.040.782
IFOP (*)	1.460.148			1.536.838	1.536.838
<b>Total</b>	<b>1.755.094.252</b>	<b>597.940.613</b>	<b>200.129.528</b>	<b>968.527.212</b>	<b>1.766.597.353</b>

(\*) - Transferências da CE para o IFAP, Autoridade de Pagamento e Organismo Intermédio para efeitos de pagamento das ajudas

Os pagamentos, no caso de projectos com comparticipação do FEDER, correspondem a reembolso de despesa efectuada e paga ou a adiantamentos de despesas efectuadas, mas ainda não liquidados pelos beneficiários finais, nos termos da legislação em vigor.

No caso dos projectos com comparticipação do FSE e do FEOGA, foram efectuados adiantamentos, de acordo com a legislação e contratos celebrados com os beneficiários.

No caso do FEDER a transferência de montantes da Autoridade de Pagamento, Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR) é superior ao montante reembolsado pelo Orçamento comunitário. Foram disponibilizados adiantamentos do Orçamento do Estado português para permitir completar os apoios FEDER atribuídos aos beneficiários finais no âmbito do Programa. Neste Fundo, o pequeno saldo existente no final de 2009,

deve-se ao facto de se terem efectuado algumas recuperações por parte de beneficiários, mas que servirão para pagar valores ainda em falta a outros beneficiários.

O valor dos pagamentos FSE correspondem aos montantes líquidos pagos, ou seja, foram deduzidas as recuperações já efectuadas quer pela Autoridade de Gestão, por compensação noutros projectos dos mesmos beneficiários, quer pelo IGFSE. Encontram-se por recuperar, no final de 2009, cerca de 295.690,78 euros de despesa entretanto já anulada e que não consta da despesa certificada nem da despesa considerada neste relatório.

De facto, todos os valores recuperados e a recuperar, conforme quadro seguinte, não constam da despesa certificada e a certificar, tratando-se, portanto de despesa limpa, expurgada/rectificada daqueles montantes.

#### Quadro 4.12 Montantes Recuperados e por recuperar (Modelos 9 IGFSE)

Unidade: Euros

Estado das recuperações	Eixo I	Eixo II	Eixo III	Total
Efectuadas por compensação, pela Autoridade de Gestão	138.794,72	69.174,78	303.646,94	511.616,44
Efectuadas ao IGFSE	45.308,39	60.420,69	111.227,31	216.956,39
Por recuperar	148.689,04	23.220,39	123.781,35	295.690,78
Total	332.792,15	152.815,86	538.655,60	1.024.263,60

Por último importa referir que os montantes pagos pelo Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP) são superiores aos montantes das transferências FEOGA e IFOP efectuadas pela Comissão Europeia, tendo esses pagamentos sido suportados pelo Orçamento do Estado português.

Tal como previsto da Decisão da Comissão COM(2006) 3424, nº 6, é apresentada a lista de projectos por concluir e não operacionais, à data deste relatório, no Quadro 10 do Anexo I a este relatório. Todos os projectos que foram anulados, por incumprimentos das obrigações regulamentares ou por desistência não contribuem para a despesa declarada.



## **5. Resultados e financiamento dos grandes projectos e Contratos - Programa**

### **Grandes Projectos**

Dos projectos previstos com um investimento elegível superior a 50 milhões de Euros, um na Medida de Acessibilidades e Transportes e outro na Medida Economia, foi aprovado o desta última “Armazenagem Subterrânea de Gás Natural”.

Inicialmente a Medida de Acessibilidades e Transportes do Centro contemplou a integração de um grande projecto designado “Metro do Mondego” para o qual estava previsto o valor de 54 868 000,00 euros de Fundo. Face a vicissitudes de natureza variada o mesmo não foi contemplado neste quadro comunitário por não ser possível efectuar a adjudicação da obra do projecto “Metro do Mondego” (concepção, construção e exploração do sistema de metro ligeiro de superfície nos municípios de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã) e a sua concretização dentro das perspectivas de realização do III Quadro Comunitário de Apoio.

De facto, o concurso público internacional foi lançado em 18 de Fevereiro de 2005, sem que previamente tivessem sido consensualizadas com todos os municípios as soluções a adoptar, entre elas a obrigatoriedade de, no prazo de 90 dias após o lançamento do concurso, serem celebrados protocolos com os municípios servidos pelo sistema objecto da concessão, o que não se veio verificar. Esta situação levou à extinção do procedimento de adjudicação, o que veio a acontecer em 2 de Junho de 2005.

Assim, o referido projecto foi considerado sem efeito no âmbito deste Quadro Comunitário e nessa consonância foi alterado o Programa em Comissão de Acompanhamento, em Setembro de 2006, o que veio a dar origem a uma nova decisão do P.O., em 28-12-2006.

O outro grande projecto da medida 3.11 – Economia, “Armazenagem Subterrânea de Gás Natural”, constante do Quadro 8 do Anexo a este Relatório, integra-se no projecto global da Rede Portuguesa de Transporte de Gás Natural em alta Pressão e constitui um pilar de apoio ao sistema, quer do ponto de vista operacional, quer do ponto de vista da segurança de aprovisionamento do mercado.

O projecto localiza-se na Mata do Carriço, no concelho de Pombal, e é constituído por cavernas executadas no “Domus Salino” a profundidades compreendidas entre os 1000 e

1200 m. A capacidade de armazenagem de gás natural prevista inicialmente é da ordem dos 140 \*10 6 m3

De acordo com os artigos 25º e 26º do capítulo V do regulamento (CE) nº 1260/1999 do Conselho, de 21 de Julho, o seu financiamento é condicionado ao resultado da notificação à Comissão Europeia, notificação essa efectuada no início do ano 2001 e concluída em Julho de 2001, através da Decisão da Comissão C(2001) 2011, de 27 de Julho.

A Trangás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A., beneficiária inicial do projecto, transmitiu à REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A., ao seus activos, direitos e obrigações, relativos ao armazenamento subterrâneo e às instalações de superfície que integram a estação de gás, a estação de gasoduto e a estação de lixiviação.

Na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005 que estabeleceu as orientações estratégicas para o sector energético e autonomização dos activos, direitos e obrigações relativos às actividades de transporte e armazenagem de gás natural, e do Decreto Lei n.º 30/2006, que aprovou as bases gerais da organização e funcionamento do Sistema Nacional de Gás Natural em Portugal, foram autonomizadas as actividades de (i) distribuição e comercialização de gás natural, (ii) recepção, armazenagem e regaseificação de gás natural liquefeito, (iii) armazenamento subterrâneo de gás natural e (iv) transporte de gás natural.

Deste modo, as actividades e respectivos activos, prosseguidas pela Transgás, SA, ao abrigo do contrato de concessão, foram transferidos para as empresas REN Armazenagem, SA e Transgás Armazenagem, SA.

Estas transferências de activos, incluídos na candidatura da Armazenagem Subterrânea, foram autorizadas nos termos dos Despachos de Homologação n.º 149-A/XVII/SEAI/2006 e n.º 94-XVII/SEAI/2008 de 02.08.2006 e 15.07.2008, respectivamente.

À despesa validada até finais de 2008, no valor de 85.958.345,39 euros, 100% do valor aprovado, foi retirada a despesa considerada irregular, na sequência da decisão da DGREGIO no âmbito do Plano de Acção sobre contratação pública, 16.816.005,07 euros.

Nesta auditoria concluiu-se pela não elegibilidade de despesas identificadas no quadro seguinte:



**Quadro 5.1 Grande Projecto - Correções Financeiras no âmbito da auditoria do plano de acção sobre contratação pública**

Unidade: euros

Descrição	Montante base para cálculo da correcção	% de Comparticipação FEDER	% de Correção Financeira	Montante de Correção financeira	
				Despesa elegível	FEDER
Utilização da experiência como critério de adjudicação no contrato principal	69.941.860,00	40%	5%	3.497.093,00	1.398.837,20
Ajuste directo de trabalhos adicionais (5º Furo)	2.625.078,98	40%	100%	2.625.078,98	1.050.031,60
Trabalhos adicionais ("change orders")	9.438.181,60	40%	100%	9.438.181,60	3.775.272,64
Trabalhos adicionais ("repair agreement")	1.255.651,49	40%	100%	1.255.651,49	502.260,60
<b>Total</b>				<b>16.816.005,07</b>	<b>6.726.402,04</b>



O projecto previa 4 cavidades com volume de, cerca de 1,2 milhões de m<sup>3</sup> geométricos, com capacidade de armazenagem de 140 milhões de m<sup>3</sup> de gás natural. No final de 2006 encontravam-se concluídas 3 cavidades com 1,131 milhões de m<sup>3</sup> geométricos a que

correspondem uma capacidade de 150 milhões de m<sup>3</sup> de gás natural. Com a conclusão da quarta cavidade (550 mil m<sup>3</sup> geométricos), a capacidade de armazenagem inicialmente prevista foi ultrapassada. Em 2008 com a conclusão da 4ª cavidade foi atingido o valor acumulado de 200 milhões m<sup>3</sup> de gás armazenado.

### **Contratos-Programa com o IEFP**

Haverá, ainda, que fazer uma referência especial aos Contrato-Programa estabelecidos com o IEFP, através dos quais foram delegadas algumas das competências de gestão, na vertente de selecção de candidaturas e pagamento das ajudas aos destinatários finais, para as tipologias 3.3.1.6 e 3.2 da Medida 3.3 e para a Medida 3.4.

A acção tipo 3.3.1.6 – Estágios Profissionais, possibilitava aos jovens desempregados com qualificação, de nível superior ou intermédio, um estágio profissional em contexto real de trabalho. Esta tipologia tinha como objectivos complementar e aperfeiçoar as competências sócio profissionais dos jovens qualificados, possibilitar uma maior articulação entre a saída do sistema educativo/formativo e a inserção no mercado de trabalho, facilitar o recrutamento e a integração de novos quadros nas entidades, dinamizar o reconhecimento, por parte das entidades, de novas formações e novas competências profissionais, potenciando novas áreas de criação de emprego e facilitando a inserção de diplomados em áreas de formação com maiores dificuldades de integração na vida activa, reorientando-os para áreas onde se observam maiores carências de mão-de-obra.

Os destinatários eram jovens com idade compreendida entre os 16 e os 30 anos, inclusive, habilitados com qualificação de nível superior ou qualificação de nível intermédio quer fossem desempregados à procura do primeiro emprego – desde que não tivessem exercido uma ou mais actividades profissionais por um período de tempo, no seu conjunto, superior a um ano – ou desempregados á procura de novo emprego que tivessem adquirido, entretanto, formação qualificante que lhes permitisse o acesso a um nível de formação distinto e desde que não tivessem tido ocupação profissional nessas áreas por um período superior a um ano.

A Tipologia 3.3.2 – Apoios ao Emprego, enquadrados no Programa de Estímulo à Oferta de Emprego (PEOE), e destinava-se a jovens à procura do 1º emprego, desempregados de longa duração, pessoas com deficiência e pessoas em situação de desvantagem social, designadamente os beneficiários do rendimento social de inserção. Este programa

compreendia um conjunto de medidas activas de emprego: Apoios à Contratação, Iniciativas Locais de Emprego, Apoios a Projectos de Emprego Promovidos por Beneficiários das Prestações de Desemprego, Apoios à Conversão de Contratos de Trabalho a Termo em Contratos sem Termo.

Tinha como objectivo o apoio à criação de postos de trabalho, dando resposta aos problemas de emprego, minimizando o risco de desemprego de longa duração e, dando assim cumprimento aos objectivos do PNE.

A Medida 3.4 financiava a componente de investimento em imobilizado corpóreo das candidaturas aprovadas no âmbito do programa Iniciativas Locais de Emprego (ILE's), previsto no Programa de Estímulo à Oferta de Emprego (PEOE). Este apoio financeiro era complementar ao apoio financeiro da Medida 3.3, que se referia ao apoio à criação de postos de trabalho. O apoio ao investimento era concedido sob a forma de subsídio não reembolsável, até ao limite de 40% do investimento total admissível (150.000 euros).

Para a gestão destas Acções/Medidas (3.3.1.6, 3.3.2 e 3.4) foram celebrados, ao longo do QCA III, seis Contratos Programa, dois para cada uma dessas tipologias, para os períodos 2001-2003 e 2004-2006, entre o Gestor do Programa, a Coordenação das Medidas e o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). Estes documentos atribuíram ao IEFP a gestão técnica, administrativa e financeira destas Acções. Em meados de 2008 foram celebradas adendas aos Contratos-Programa de forma a possibilitar o alargamento do período de vigência dos três Contratos-Programa em vigor e, no caso dos Estágios Profissionais, o seu reforço financeiro. Os montantes envolvidos, no final do Programa são os seguintes:

### Quadro 5.2 - Contratos-Programa com o IEFP - Despesa Certificada

Unidade: euros

Contratos Programa	Fundo	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
Estágios Profissionais 2000-2003	FSE	41.649.105	26.133.564	16.333.134
Estágios Profissionais 2004-2008	FSE	43.871.076	28.388.214	17.742.632
Apoios ao Emprego 2000-2003	FSE	19.483.353	19.483.353	12.177.094
Apoios ao Emprego 2004-2008	FSE	17.274.240	17.274.240	10.796.399
<b>Total Medidas FSE</b>		<b>122.277.774</b>	<b>91.279.370</b>	<b>57.049.258</b>
Apoio ao investimento Local 2000-2003	FEDER	14.388.159	6.335.255	3.801.153
Apoio ao investimento Local 2004-2008	FEDER	38.098.692	12.982.574	7.789.544
<b>Total Medidas FEDER</b>		<b>52.486.851</b>	<b>19.317.828</b>	<b>11.590.697</b>
<b>Total</b>		<b>174.764.625</b>	<b>110.597.198</b>	<b>68.639.955</b>

Tal como no ponto 3.3.3.3 deste relatório o *overbooking* de execução do FSE no Programa na ordem dos 1,8 milhões de euros execução corresponde ao contrato-programa com o IEFP, Apoio ao Emprego, e servirá para colmatar eventuais quebras na fase de encerramento do Programa.

As pessoas que beneficiaram das acções realizadas no âmbito dos Contratos-Programa com o IEFP estão referidas nesse ponto do Relatório Final. No caso dos Contratos-Programa dos Estágios Profissionais foram abrangidas 19.781 pessoas com o predomínio dos jovens à procura do 1º emprego, com elevados níveis habilitacionais (níveis IV e V), os quais representaram 69,6% do total dos abrangidos.

**Quadro 5.3 Contrato-Programa de Estágios Profissionais – Pessoas abrangidas segundo a Situação Face ao Emprego**

Situação face ao Emprego	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Total
< 12 meses	415	302	181	277	258	264	97	214	189	2.197
> 12 meses	61	131	86	87	200	156	41	58	51	871
1.º Emprego	2.813	2.261	1.615	2090	2236	2006	672	1394	1626	16.713
Total	3.289	2.694	1.882	2.454	2.694	2.426	810	1.666	1.866	19.781

No que se refere aos abrangidos pelas medidas de apoio ao emprego realçamos a importância específica do programa Iniciativas Locais de Emprego (ILE). Ao longo do QCA, verificou-se idêntica capacidade de iniciativa empresarial para homens e mulheres.

**Quadro 5.4 Contrato-Programa de Apoios ao Emprego – Pessoas abrangidas segundo o sexo**

Pessoas abrangidas por tipologia	H	M	Total
Apoio à contratação	595	1150	1745
Apoio à Conversão de Contratos	27	75	102
Iniciativas Locais de Emprego	1528	1770	3298
Apoio à criação do próprio emprego	740	476	1216
Outros apoios ao emprego	486	316	802
Total	3376	3787	7163

No âmbito dos dois Contratos-Programa de Apoio ao Investimento Local, **Medida 3.4**, foram apoiados ao longo Quadro 1.248 projectos e criados 2.584 postos de trabalho. Podemos concluir que o objectivo estabelecido em sede de Complementos de Programação (150 projectos/ano) foi ultrapassado, uma vez que se apoiaram cerca de 178/projectos/ano.

## **6. Disposições adoptadas pela Autoridade de Gestão e pela Comissão de Acompanhamento para assegurar a qualidade e a eficácia da execução do Programa Operacional**

### **6.1 Acompanhamento, Controlo interno e sistema de informação**

#### **Autoridade de Gestão**

De acordo com o Decreto-Lei nº 54-A/2000, de 7 de Abril, cabe às Unidades de Gestão dos Programas Operacionais emitir parecer sobre as propostas de decisão do Gestor relativas a candidaturas ao Programa.

As **Unidades de Gestão** do PO Centro e suas secções foram organizadas da seguinte forma:

a) No Eixo Prioritário I existiram duas Secções da Unidade de Gestão:

- *Secção “Equipamento, Infra-Estruturas e Valorização Territorial” para análise de candidaturas das Medidas: 1.1. (Equipamentos e infra-estruturas locais), 1.2. (Ambiente e recursos naturais), 1.3. (Acessibilidades), 1.4. (Qualificação dos aglomerados urbanos e das estruturas de povoamento), 1.7. (Acções Específicas de Valorização Territorial) e 1.9 (Saneamento Básico);*
- *Secção “ Promoção do Desenvolvimento Regional e Local e Recursos Humanos” para análise de candidaturas das Medidas: 1.5. (Apoio às actividades económicas, acções de desenvolvimento territorial e apoio à eficácia das políticas públicas), 1.6. (Desenvolvimento dos recursos humanos);*

*As candidaturas à medida 1.8. “Bonificação de juros em linhas de crédito ao investimento autárquico” foram apreciadas pelo Gestor de acordo com delegação de competências da Unidade de Gestão do Eixo I.*

b) No Eixo Prioritário II existiram cinco Secções da Unidade de Gestão, correspondentes às Áreas Integradas de Base Territoriais:

- *Secção “Qualificação e Competitividade das Cidades” para análise de candidaturas da Medida: 2.1.- Acção Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades – componente territorial (FEDER)*
- *Secção “Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias” para análise de candidaturas da Medida: 2.3 (Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias);*
- *Secção “Turismo e Património no Vale do Côa” para análise de candidaturas da Medida: 2.4 (Acção Integrada “Turismo e Património no Vale do Côa”);*
- *Secção “Serra da Estrela” para análise de candidaturas da Medida: 2.5 (Acção Integrada de Base Territorial da Serra da Estrela);*
- *Secção “Pinhal Interior” para análise de candidaturas das Medidas: 2.6. (Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior – FEDER) e 2.7. (Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior – FEOGA-O)*

*As candidaturas à medida 2.8. “Desenvolvimento dos recursos humanos e promoção da coesão social” foram apreciadas na Unidade de Gestão do Eixo II, ou em cada uma das secções da A.I. B. T. a que respeitem.*

c) No Eixo Prioritário III existiram três Secções da Unidade de Gestão:

- Secção “Recursos Humanos” para análise de candidaturas das Medidas: 3.1 (Educação – Infra-estruturas da Educação Pré-escolar e dos Ensinos Básicos e Secundários), 3.2 (Educação – Ensino Profissional), 3.3 (Promoção da Empregabilidade e do Emprego ao Nível Local), 3.4 (Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local), 3.5 (Ciência, Tecnologia e Inovação), 3.6 (Sociedade de Informação), 3.7 (Sociedade de Informação – Certificar Competências em TIC), 3.8 (Saúde: Implementação dos Sistemas Locais de Saúde (SLS)), 3.9 (Cultura), 3.10 (Desporto: Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos);
- Secção “Actividades Económicas” para análise de candidaturas das Medidas: 3.11 (Economia), 3.14. (Agricultura e Desenvolvimento Rural), 3.15. (Pescas – Infra-estruturas de Portos), 3.16. (Pescas – Equipamentos e Transformação);
- Secção “Transportes e Ambiente” para análise de candidaturas das Medidas: (3.13. Ambiente), 3.12. (Acessibilidades e Transportes).

*As candidaturas às medidas de assistência técnica foram apreciadas nas reuniões plenárias da Unidade de Gestão do Eixo III.*

Previamente a essa análise das candidaturas em Unidade de Gestão, a Estrutura de Apoio Técnico emitia pareceres, adoptando para isso um conjunto de procedimentos que contemplavam as questões da admissibilidade, da elegibilidade e razoabilidade dos custos da tipologia de despesas previstas na candidatura, do grau de prioridade da candidatura, face ao conjunto de critérios de preferência previamente estabelecidos.

Após a elaboração dos pareceres por parte dos Gestores de Eixo Prioritário, Coordenadores de AIBT, ou Coordenadores Regionais do Eixo Prioritário III e as candidaturas eram objecto de parecer pela Unidade de Gestão, sendo os projectos seleccionados enviados para homologação da tutela em causa.

Nesse sentido foram realizadas 247 reuniões deste órgão, conforme quadro seguinte.



**Quadro 6.1 Número de reuniões da Unidade de Gestão, por Eixo Prioritário.**

Anos	Eixo I	Eixo II	Eixo III	Total
2000	8	7	10	25
2001	10	18	24	52
2002	10	18	21	49
2003	5	14	10	29
2004	5	11	16	32
2005	6	13	8	27
2006	5	11	8	24
2007	4	2	1	7
2008	2	0	0	2
2009				0
<b>Total</b>	<b>55</b>	<b>94</b>	<b>98</b>	<b>247</b>

Nestas reuniões foram apreciadas 21.784 candidaturas, das quais 14.583 dizem respeito ao FEOGA.

**Quadro 6.2 Candidaturas apreciadas em Unidade de Gestão, por Fundo**

Fundo	Nº de Candidaturas			
	Decididas	Situação no final do P.O.		
		Aprovadas	Indeferidas/arquivadas na fase de decisão	Canceladas
<b>TOTAL</b>	<b>21.784</b>	<b>16.506</b>	<b>4.241</b>	<b>1.037</b>
<b>FEDER</b>	4.814	4.403	103	308
<b>FSE</b>	2.352	1.428	862	62
<b>FEOGA</b>	14.583	10.653	3.267	663
<b>IFOP</b>	35	22	9	4

Das candidaturas apreciadas 4.241 foram indeferidas ou arquivadas por não cumprirem as condições de elegibilidade ou não serem consideradas prioritárias.

O maior grau de selectividade foi registado nos projectos FSE, em grande parte pelo facto das candidaturas anuais ultrapassarem, em muito, a dotação financeira disponível, caso da medida 3.3.

As candidaturas aprovadas e que contribuíram para a execução constam do quadro 9 do Anexo I a este Relatório e os projectos não concluídos constam do Quadro 10. Em todos os projectos que, apesar de terem contribuído no passado para a despesa certificação de despesa, vieram a ser cancelados, por desistência ou por revogação da

decisão de aprovação, a respectiva despesa foi anulada pelo que não consta da despesa deste relatório nem da certificada perante as Autoridades de Pagamento.



## Comissão de Acompanhamento

Na sequência da decisão de aprovação do Programa Operacional Centro pela Comissão Europeia (Decisão C(2000) 1779), em 28 de Julho de 2000, o Complemento de Programação, com conteúdo definido no nº 3 do artigo 18º do Regulamento (CE) nº 1260, de 21 de Junho de 1999, foi aprovado, na generalidade, na primeira reunião da Comissão de Acompanhamento, realizada em 20 de Setembro de 2000. Esta Comissão foi constituída de acordo com o Despacho nº 13921/2000 de Sua Excelência a Ministra do Planeamento, de 29 de Junho de 2000.

No quadro seguinte, são apresentadas as principais decisões deste órgão.

### Principais Decisões da Comissão de Acompanhamento

Ano	Nº de reuniões	Nº de Consultas Escritas	Principais decisões
2000	1		Aprovação, na generalidade, do Complemento de Programação
2001	2		Adaptações ao conteúdo do Complemento de Programação, no que se refere às Medidas III.15, III.16 e III.17, e ao texto do Programa Operacional Regional do Centro, na linha de acção 1 da Medida Agricultura e Desenvolvimento Rural. Foi ainda aprovada a composição e mandato do Grupo Técnico de Avaliação Intercalar.
2002	2		Alterações ao conteúdo e dotação financeira por Eixo e Medida do Programa e Complemento de Programação. Foi apresentada a posição do Estado Membro quanto à aplicação da regra do ano n+2 à Medida AGRIS dos Programas Operacionais Regionais do Continente. Esta posição levou à aprovação do adiamento parcial da aplicação desta regra para o FEOGA por parte da Comissão Europeia.

**Principais Decisões da Comissão de Acompanhamento (continuação)**

Ano	Nº de reuniões	Nº de Consultas Escritas	Principais decisões
2003	2	1	As duas reuniões da Comissão de Acompanhamento realizadas em 2003 centraram-se no estudo de avaliação intercalar do P.O. Centro, tendo sido também aprovadas algumas alterações ao Complemento de Programação, designadamente alterações das taxas de cofinanciamento de diversas medidas no sentido de aproximar as taxas de comparticipação às taxas médias das aprovações e da execução. Foi ainda aprovado, através de uma consulta escrita aos membros da Comissão de Acompanhamento, o reforço do Programa AGRO em 3 milhões de euros de Fundo FEOGA-O, por contrapartida da respectiva redução na Medida 3.14. Esta alteração, da iniciativa do Programa Nacional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, teve como objectivo dar resposta à situação de calamidade pública declarada em alguns distritos do Continente, decorrente dos incêndios ocorridos no Verão de 2003. Esta alteração ao Programa deu origem a uma nova decisão da Comissão Europeia, ainda, em 2003.
2004	2	1	Os trabalhos da Comissão de Acompanhamento centraram-se na reprogramação intercalar do Programa Operacional da Região Centro e correspondentes alterações do Complemento de Programação. No âmbito de uma consulta escrita aos membros da Comissão de Acompanhamento foram aprovadas alterações ao conteúdo da Medida 2.3, ao nível das tipologias de projectos. Na 9ª reunião foi efectuado um ponto de situação sobre a reprogramação do Programa, salientando-se o facto de no Eixo I ter sido criada a Medida 1.9, específica para o saneamento básico. Como consequência do processo de reprogramação do Programa, foram também aprovadas as correspondentes alterações no Complemento de Programação.
2005	2		Na 11ª reunião, foi apresentado o Relatório final da Avaliação Intercalar, pela equipa responsável pela sua realização. Este Relatório obteve uma apreciação positiva da Comissão Europeia e dos restantes membros do grupo técnico da actualização da Avaliação Intercalar.
2006	1	1	Reprogramação do PO. As alterações foram no sentido de adequar a dotação de cada Medida à sua capacidade de execução e dar resposta a prioridades em matéria de recursos humanos “Iniciativa novas Oportunidades”. Ciência e Tecnologia, ambiente e infra-estruturas de apoio a actividades produtivas.

**Principais Decisões da Comissão de Acompanhamento (continuação)**

Ano	Nº de reuniões	Nº de Consultas Escritas	Principais decisões
2007		2	Em 2007 foram realizadas duas consultas escritas aos membros da Comissão de Acompanhamento. A primeira teve como objectivo a apreciação do Relatório de Execução Anual de 2006. Na segunda foi aprovada a adaptação do Complemento de Programação, de modo a reflectir no plano financeiro os novos montantes programados na componente FEOGA, na sequência da decisão da Comissão Europeia n.º C(2007) 3860, de 06.08.2007, anulação automática da fracção de 2004 não justificada.
2008	1	5	Na 13ª reunião foi aprovado o relatório anual de 2007. Através de consulta escrita foi aprovada a reprogramação do PO e Complemento de Programação, devido ao não cumprimento da regra n+2 FEOGA, fracção de 2005. Foram, ainda, aprovadas alterações da tipologia de projectos e de beneficiários da Medida 3.12 - Acessibilidades e Transportes, no sentido de poder acolher projectos das autarquias, da tipologia de projectos na medida 3.1- Educação, inclusão de projectos do 1º ciclo. Em Dezembro ocorreram duas consultas escritas relacionadas com a alteração da data de elegibilidade das despesas.
2009		1	Alteração do Complemento de Programação: datas de elegibilidade de despesas e ajustamento na taxa de comparticipação da Medida 3.6 Sociedade de Informação.
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>11</b>	

Ao longo do período 2000-2008 foram efectuadas várias alterações à dotação das diversas medidas, que são apresentadas no Quadro 11 do Anexo I a este e que estão sintetizadas no quadro seguinte.

**Quadro 6.3 Dotação inicial do programa e alterações, por fundo**

Milhões de euros					
FUNDO	FEDER	FSE	FEOGA	IFOP	TOTAL
DOTAÇÃO INICIAL	1.289,63	213,18	206,18	1,54	1.710,52
Reserva de eficiência	80,29	5,00			85,29
Reserva de Programação			4,00		4,00
Transferência entre Programas	2,08		-6,50		-4,43
N+2			-19,56		-19,56
Transferências Internas	-9,74	9,74			0,00
Total Alterações	72,63	14,74	-22,06	0,00	65,30
	<b>1.362,26</b>	<b>227,91</b>	<b>184,12</b>	<b>1,54</b>	<b>1.775,83</b>
DOTAÇÃO FINAL	<b>76,7%</b>	<b>12,8%</b>	<b>10,4%</b>	<b>0,1%</b>	<b>100,0%</b>

Estas modificações à dotação das diversas medidas, apreciadas em Comissão de Acompanhamento, são apresentadas de forma mais detalhada nos pontos seguintes:

*5ª Reunião da Comissão de Acompanhamento – Novembro de 2002*

Foram aprovadas alterações ao Programa Operacional e ao Complemento de Programação, decorrentes da necessidade de melhorar a sua gestão financeira.

As modificações, em termos financeiros, referem-se às seguintes Medidas:

- Reforço financeiro da Medida 3.2, no valor de 8 milhões de euros de subsídio FSE, por contrapartida da redução no mesmo montante na Medida 1.6, afectando a programação do FSE por Eixo;
- Correção da taxa média de co-financiamento FEOGA da despesa pública das sub-acções dos regadios da Medida 3.14, de 50% para 75%;
- Inclusão na Medida 3.17 de mais uma linha de acção para financiamento da gestão e acompanhamento da Medida 3.12, acompanhado do reforço da Medida em 75.000 euros de subsídio FEDER, por contrapartida da redução no mesmo montante no Programa Operacional de Acessibilidades e Transporte;
- Reforço financeiro da Medida 1.4, no valor de 6,5 milhões de euros de subsídio FEDER, por contrapartida da redução no mesmo montante na Medida 1.5.

Estas alterações vieram a ser incorporadas na Decisão da Comissão C(2003) 2835, de 29-07-2003.

*Consulta escrita - Setembro de 2003*

Foi aprovado, através de uma consulta escrita aos membros da Comissão de Acompanhamento, o reforço do Programa AGRO em 3 milhões de euros de Fundo FEOGA-O, por contrapartida da respectiva redução na Medida 3.14. Esta alteração, da iniciativa do Programa Nacional da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Esta alteração ao Programa deu origem a uma nova Decisão da Comissão C(2003) 4681, de 04-12-2003.

*8ª Reunião da Comissão de Acompanhamento – Junho de 2004*

Foi aprovada a reprogramação intercalar do Programa. Devido ao facto de ter sido considerado muito eficiente, o Programa teve acesso à base da reserva de eficiência e ao prémio da reserva de eficiência, beneficiando ainda de uma parcela da reserva de reprogramação, totalizando um montante de 92,29 milhões de euros. Esta reprogramação financeira inclui também uma reprogramação interna do Programa.

A proposta de reprogramação foi baseada nas recomendações resultantes do Relatório da Avaliação Intercalar, sendo constituída pelos seguintes pontos:

- Reforço das Medidas relativas a infraestruturas e equipamentos e que contribuam para melhorar a competitividade regional (Medidas 1.1, 1.2, 1.4, 1.7, 2.1, 2.6, 3.1, 3.3 e 3.13), através da reserva de eficiência, tendo o sector do Ambiente um tratamento privilegiado com a criação de uma nova Medida (1.9) destinada a apoiar os sistemas de abastecimento de água “em baixa” que irão ser complementados pelas componentes “em alta”, acolhidas pelo Fundo de Coesão;
- Redução do valor FEDER previsto na Medida 1.5, por se tratar da Media do Eixo I com intervenção do FEDER que menos procura tem registado, com reforço da Medida 2.1;
- Fusão das Medidas 2.2 e 2.8 e consequente reajustamento dos recursos programados para as Medidas do FSE, através da transferência de fundos das Medida 1.6 e 2.2 para a Medida 3.3;
- Reforço da Medida 2.7, através da reserva de programação, no sentido de fazer face às necessidades acrescidas resultantes da vaga de incêndios ocorridos em 2003;
- Alteração do conteúdo das Medidas 1.6, 2.7, 3.6, 3.7, 3.8 e 3.14.

A alteração ao Programa deu origem a uma nova Decisão da Comissão C(2004) 5492, de 21-12-2004, a qual diferiu da proposta inicial por se ter considerado necessário, a nível nacional, o reforço da Medida 1 do PO Agricultura e Desenvolvimento Rural (Agro).

*12ª Reunião da Comissão de Acompanhamento – Julho de 2006*

Foi apreciada e aprovada a reprogramação financeira do Programa e a consequente alteração ao Complemento de Programação.

Tratou-se de uma reprogramação interna, com movimentos de fundos entre os Eixos II e III, de modo a reafectar as verbas disponíveis nas Medidas em que não era previsível executar a totalidade da dotação programada a outras Medidas que se revelaram estratégicas para a região.

Esta reprogramação incluiu também as seguintes alterações:

- alteração das taxas de comparticipação Fundo/Despesa Pública de algumas Medidas, de modo a ajustar a taxa actual programada à taxa previsível, sendo esta superior;
- ajustamento dos indicadores de acompanhamento nos casos em que as metas seriam ultrapassadas ou não seriam atingidas.

Posteriormente, foram submetidas a consulta escrita aos membros da Comissão de Acompanhamento as seguintes alterações que foram aprovadas:

- a libertação de 2 milhões de euros da Medida 3.14 para reforço dos programas da Madeira e dos Açores;
- a entrada para o Programa de 0,5 milhões de euros do Programa da Assistência Técnica do QCA (vertente FEDER) e 1,5 milhões de euros do Programa PRIME (componente FEDER), mantendo-se igual o seu montante global;
- o reforço da Medida 3.3 em 2 milhões de euros suportado em 1,5 milhões pela Assistência Técnica do Programa (1,4 da milhões da Medida 3.17 e 0,1 milhões da Medida 3.18) e os restantes 0,5 milhões pelo Programa da Assistência Técnica do QCA;
- o reforço da Medida 3.11 - Economia em 1,5 milhões de euros.

As alterações foram no sentido de adequar a dotação de cada Medida à sua capacidade de execução e dar resposta a prioridades em matéria de recursos humanos “Iniciativa novas Oportunidades”. Ciência e Tecnologia, ambiente e infra-estruturas de apoio a actividades produtivas.

A alteração ao Programa deu origem a uma nova Decisão da Comissão C(2006) 7294, de 28-12-2006.

*Consulta escrita - Dezembro 2007*

Foi aprovada a adaptação do Complemento de Programação, de modo a reflectir no plano financeiro os novos montantes programados na componente FEOGA, na sequência da decisão da Comissão Europeia n.º C(2007) 3860, de 06.08.2007. Através desta decisão, os montantes programados desta componente foram alterados por não se ter cumprido a regra do ano  $n+2$ , ou seja, não se atingiu até ao final de 2006, em pagamentos por conta e em pedidos de pagamentos, os montantes programados até ao final de 2004. Deste modo, o montante programado do fundo FEOGA diminui em 8.948.283 euros, passando para 194.732.717 euros, sendo a participação total dos fundos comunitários do Programa de 1.786.436.789 euros.

A alteração ocorrida no Programa, decorre do não cumprimento da meta de execução nas medidas com participação do FEOGA, em termos de regra  $n+2$ , no ano de 2006. A diminuição do valor FEOGA teve incidência no Eixo II e III, em 3.600.000 euros e 5.348.283 euros, respectivamente.

*Consulta escrita efectuada a Maio de 2008*

Na sequência da anulação do montante 10.611.623 euros FEOGA, por não se ter atingido no final de 2007, em pagamentos por conta e em pedidos de pagamento, os montantes programados até final de 2005, através de consulta escrita, foi revisto o plano de financiamento do Programa Operacional, fazendo incidir na medida 3.14 a quebra da dotação FEOGA. Esta alteração deu origem a uma nova Decisão da Comissão C(2008) 7293, de 24-11-2008.

Nos dois Quadros seguintes são apresentadas as alterações à decisão do Programa e ao Complemento de Programação.

#### Quadro 6.4 Síntese das principais alterações ao Programa Operacional

Nº da Decisão	Data da Decisão	Âmbito das alterações
C (2000) 1779	28-07-2000	
C (2002) 270	27-03-2002	Acção 1 da Medida 3.14
C (2003) 2500	07-07-2003	Critérios de atribuição da Reserva de Eficiência
C (2003) 2835	29-07-2003	Reforço da Medida 3.2 Ensino Profissional por redução da Medida 1.6, Reforço da Medida 3.17, através da criação de uma nova linha de acção, alterações à prog financeira (CT e DP) da Medida 3.14
C (2003) 4681	04-12-2003	Redução de CT, DP e FEOGA da Medida 3.14 por reforço do PO Nacional da Agricultura
C (2004) 5492	21-12-2004	Reprogramação na Base da Avaliação Intercalar
C (2006) 7294	28-12-2006	Reprogramação final do PO (diminuição FEOGA e FEDER e acréscimo FSE)
C (2007) 3860	06-08-2007	Diminuição do valor FEOGA (8.948.283 euros) por não cumprimento da regra n+2 no ano de 2006
C (2008) 7293	24-11-2008	Diminuição do valor FEOGA (10.611.623 euros) por não cumprimento da regra n+2 no ano de 2007
C (2009) 1116	18-02-2009	Prorrogação da data limite de elegibilidade das despesas para 30-06-2009



**Quadro 6.5 Síntese das principais alterações ao Complemento de Programação**

Data de Aprovação em Comissão de Acompanhamento	Data de Notificação à Comissão Europeia	Data do resultado da notificação à Comissão Europeia	Observações/ Principais alterações
20-09-2000	09-01-2001		Documento aprovado na generalidade pela CA com possibilidade de revisão pontual, decorrente da apreciação por parte da Comissão Europeia.
	23-04-2001	03-05-2001	1ª documento formalmente aprovado pela CE, decorrente da revisão pontual, aceite pela CA na reunião de 20-09-2000
29-08-2001	18-09-2001	09-11-2001	Alterações pontuais em diversas Medidas
14-01-2002	24-01-2002	21-02-2002	Alterações nas Medida 3.15, 3.16 e 3.17
22-05-2002	21-06-2002	18-10-2002	Alterações Medida 3.16- Pescas
25-11-2002	23-12-2002	05-09-2003	Reforço da Medida 3.2 Ensino Profissional por redução da Medida 1.6, Reforço da Medida 3.17, através da criação de uma nova linha de acção, alterações à prog financeira (CT e DP) da Medida 3.14, Reforço da Medida 1.4 por redução da Medida 1.5
25-06-2003	24-07-2003	03-10-2003	Alterações Medida 2.7 e 3.14; Alteração CT e DP nas Medidas 3.10 e 3.12 sem alteração destes valores no Eixo III.
29-09-2003	29-09-2003	15-12-2003	Redução de 3 milhões de Euros de FEOGA na Medida 3.14 por transferência para o Programa Nacional da Agricultura. Alteração dependente de nova decisão do PO
09-12-2003	23-12-2003	13-04-2004	Alteração das componentes da contrapartida Nacional nas Medidas 2.2 e 2.8
10-12-2004	25-01-2005		Reprogramação na Base da Avaliação Intercalar
28-07-2006	11-08-2006/ 11-12-2006	05-02-2007	Reprogramação final
21-12-2007	21-12-2007	06-03-2008	Adaptação em função da decisão relativa ao não cumprimento da regra n+2 FEOGA no ano de 2006
28-05-2008	24-07-2008	05-12-2008	Adaptação em função da decisão relativa ao não cumprimento da regra n+2 FEOGA no ano de 2007 e conteúdo medida 3.12
19-12-2008	23-12-2008	10-06-2009	Data elegibilidade das despesas, conteúdo medidas 3.1 e 3.12
22-06-2009	15-07-2009	07-10-2009	Prorrogação da data de elegibilidade das despesas, e conteúdos das medidas 3.1 e 3.12

### **Parceria Interna**

De acordo com o Artigo 8.º do Regulamento (CE) nº 1260/1999, as acções comunitárias envolvem a "parceria", entre a Comissão e o Estado-Membro, assim como com as autoridades e organismos nacionais, autoridades regionais e locais e os parceiros económicos e sociais. A parceria abrange a preparação, o financiamento, o acompanhamento e a avaliação das intervenções.

Para além do envolvimento dos diversos parceiros regionais na fase de preparação do Programa, há a referir o seu papel nas fases de acompanhamento e avaliação.

No modelo de gestão e acompanhamento do Programa procurou-se salvaguardar a lógica das parcerias, o mais alargadas possível, integrando participantes da Administração Central (incluindo a sua componente desconcentrada), da Administração Local, bem como parceiros da sociedade civil, quer do ponto de vista da componente sócio-económica quer do ponto de vista do ambiente e da promoção da igualdade de oportunidade entre homens e mulheres. A este nível é de destacar o disposto no nº 9 do artigo 31º do DL nº 54-A/2000, de 7 de Abril, no que se refere ao papel da Administração Local, estabelecendo que as Unidades de Gestão do Eixo Prioritário 1, das intervenções operacionais regionais “têm uma composição que assegura a representação maioritária das autarquias locais da respectiva área de intervenção”. As Unidades de Gestão integraram, ainda, entidades regionais relevantes em matéria ambiental e cultural e parceiros representativos dos interesses económicos da região. A Comissão de Acompanhamento, constituída de acordo com o Despacho n.º 13921/2000, de 29 de Junho, assegurou a participação de diversas entidades representativas dos interesses regionais e da igualdade, sendo de destacar na sua composição os seguintes representantes: do Ministro para a Igualdade; da Associação Nacional de Municípios Portugueses; dos Sindicatos da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN); dos Sindicatos da União Geral dos Trabalhadores (UGT); dos interesses empresariais na região; das associações de agricultores; do sector cooperativo; das associações de defesa do ambiente; das regiões de turismo; das associações de desenvolvimento local; dos interesses científicos, educativos, económicos, culturais, desportivos e de solidariedade social, na região.

O acompanhamento do Programa foi fundamental para garantir a concretização dos resultados de cada Eixo Prioritário, Medida e Projecto. Esse acompanhamento foi efectuado ao nível geral, do Programa, Eixos e Medidas, e ao nível de cada projecto.

O acompanhamento geral foi assegurado no âmbito da Comissão de Acompanhamento e das Unidades de Gestão.

Neste processo são de destacar os Relatórios Anuais do Programa e de cada Medida e a importância da Comissão de Acompanhamento, órgão onde foi possível monitorizar a execução física e financeira e os principais resultados alcançados no Programa Operacional Regional. A elaboração do Relatório de Execução Anual do Programa Regional e sua análise em sede da Comissão de Acompanhamento, constitui uma obrigação regulamentar, conforme ponto 1 do Artigo 37º do Regulamento (CE) n.º 1260/1999, onde é referido que a “autoridade de gestão (...) enviará à Comissão um relatório anual de execução, no prazo de seis meses a contar do fim de cada ano civil completo de execução”. Este mesmo ponto estabelece, também, que “antes do seu envio à Comissão, o relatório será analisado e aprovado pelo Comité de Acompanhamento”.

Para além de dar cumprimento a esta obrigação legal a apresentação deste Relatório constituiu uma oportunidade para que os principais actores regionais acompanhassem e avaliassem as decisões da gestão na aplicação dos fundos disponibilizados pelo Programa. Saliente-se, ainda, o contributo efectivo de todos os Coordenadores Regionais (dos Eixos Prioritários 2 e 3) e dos Gestores e dos Eixos Prioritários para a elaboração desses Relatórios Anuais e deste Relatório Final, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 54-A/2000 de 7 de Abril.

Tal como referido, a Comissão de Acompanhamento integra um conjunto alargado de entidades representativas de múltiplos interesses territoriais e sectoriais, permitindo, por essa via, reforçar o envolvimento e a participação activa dos principais actores regionais no acompanhamento do Programa.

Para além da monitorização dos resultados alcançados o papel deste órgão foi fundamental nas fases de avaliação intercalar do Programa Operacional e da sua reprogramação.

As Unidades de Gestão constituíram um segundo nível, mais detalhado, de monitorização do Programa. Nas reuniões destes órgãos foram apresentados os pontos de situação sobre a execução financeira do Programa. As Unidades de Gestão, responsáveis por emitir parecer sobre as candidaturas apresentadas integraram os principais actores territoriais e sectoriais

e com uma periodicidade de realização significativa, conforme referido anteriormente (247 reuniões presenciais).

De realçar ainda as actividades de articulação ao nível do QCA III, envolvendo, a participação da Autoridade de Gestão nas Comissões de Acompanhamento dos Programas Sectoriais, na Comissão de Acompanhamento do QCA III e na Comissão de Gestão do QCA III alargada aos Gestores. Nas reuniões destes órgãos, procurou-se promover a articulação entre Programas.

### **Encontros anuais**

De acordo com o nº2 do artigo 34º do Regulamento (CE) nº 1260/1999, foram realizados sete encontros anuais da Comissão europeia com a Autoridade de Gestão do Programa. Esses encontros tiveram como objectivo a análise dos aspectos estratégicos de programação, a apreciação dos resultados obtidos e a análise dos aspectos de acompanhamento, gestão e controlo da implementação do programa operacional.

Esses encontros, na generalidade, não foram específicos para o PO Centro, pelo que as questões tratadas foram de índole geral ou transversais aos Programas Operacionais Regionais.

Em 1/2 Out. 2001, realizou-se o 1º Encontro da Comissão Europeia com a Autoridade de Gestão. Nesse encontro anual analisaram-se os principais resultados da implementação do Programa e as adaptações destinadas a melhorar a eficácia das regras de acompanhamento, gestão e controlo da intervenção.

Em 7 de Novembro de 2002 realizou-se o 2º Encontro Anual com as Autoridades de Gestão dos Programas do QCA. Os temas das questões gerais analisadas no que respeita ao PO Centro foram: sistemas de informação, controlo, metodologia para atribuição de reservas, programas de iniciativa nacional financiados com montantes comunitários, quadro de referência do Ambiente, aplicação do princípio do poluidor/pagador, quadro de referência dos transportes, desenvolvimento sustentável, inovação, produtividade e competitividade e articulação entre PO.

Em Dezembro de 2003 realizou-se o 3º Encontro Anual da Comissão Europeia com as Autoridades de Gestão dos Programas do QCA III. Os encontros desse ano tiveram com

principal preocupação as conclusões da Avaliação Intercalar e permitiram realizar uma reflexão conjunta entre as autoridades portuguesas e comunitárias sobre os principais problemas estruturais portugueses e sobre a forma como a reprogramação a levar a cabo por parte do QCA III e dos respectivos Programas Operacionais poderia dar resposta aos mesmos. No que respeita aos Programas Regionais, a Comissão Europeia centrou as suas observações na redefinição/separação das tipologias de intervenções das medidas dos programas sectoriais e das medidas descentralizadas de administração central do Eixo III e no reforço financeiro para acções no domínio da gestão integrada da água, necessário para completar o sistema co-financiado pelo Fundo de Coesão.

Em 27 Janeiro de 2005 realizou-se o 4º Encontro Anual da Comissão Europeia com as Autoridades de Gestão do QCAIII. Nessa reunião foram discutidos assuntos relacionados com as perspectivas financeiras e os regulamentos dos Fundos Estruturais, estratégia portuguesa tendo em conta a experiência do QCA III e os resultados da Avaliação Intercalar. Foram igualmente abordadas algumas questões operacionais das quais se destaca o seguimento de Auditorias efectuadas pela CE em 2004 sobre Mercados Públicos.

Em 02 Fevereiro de 2006 realizou-se o 5º Encontro Anual da Comissão Europeia com as Autoridades de Gestão do QCAIII. Nesse encontro foram discutidos assuntos relacionados com a actualização da Avaliação Intercalar, a Reprogramação Final dos PO e as Regras de encerramento do QCA III entre outras. Foram igualmente abordadas algumas questões operacionais das quais se destaca o seguimento de Auditorias efectuadas pela Comissão Europeia em 2004 sobre Mercados Públicos

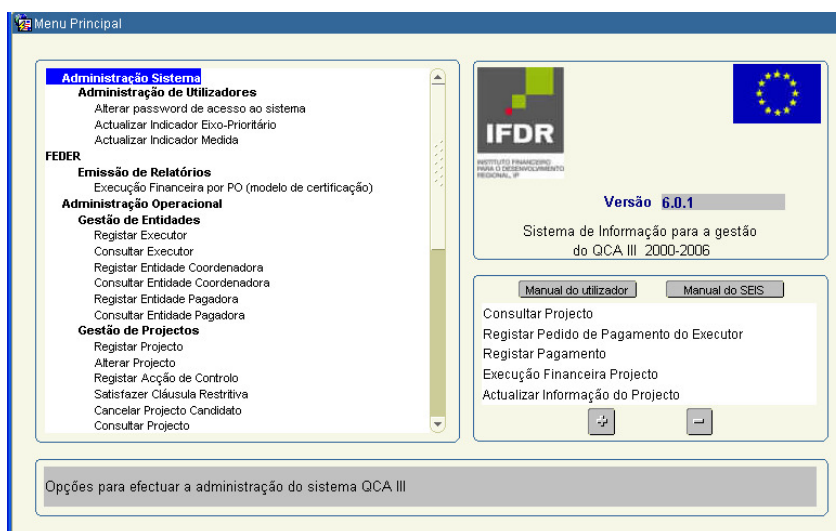
Em 15 Março de 2007 realizou-se o 6º Encontro Anual da Comissão Europeia com as Autoridades de Gestão do QCAIII. Nesse Encontro Anual foram discutidos assuntos relacionados com as Regras de encerramento do QCA III e o Plano de Acção da Contratação Pública entre outras. Foram igualmente abordadas algumas questões operacionais das quais se destaca o risco de N+2 em 2007 e pontos de situação do Jeremie e do Jessica.

Em 19 de Novembro de 2008 realizou-se o 7º Encontro Anual da Comissão Europeia com as Autoridades de Gestão do QCAIII. Nesse Encontro Anual abordaram-se as questões relativas ao ponto de situação da execução dos Programas Operacionais, aos Sistemas de

Informação dos vários Fundos, ao Encerramento dos Programas Operacionais e à auditoria e situação dos planos de acção.

### Sistema de Informação

No decurso da execução do PO Regional (2000-2006, verificou-se a utilização dos sistemas de informação desenvolvidos pelas autoridades de gestão e de pagamento dos Fundos (Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP/IFDR; Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu/IGFSE, Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar/GPPAA e Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura/DGPA), ou seja, o Sistema de Informação para os Fundos Estruturais e de Coesão (SIFEC/módulo FEDER); o Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu (SIIFSE); o Sistema de Informação Agricultura e Desenvolvimento Rural (SIADRU) e o Sistema Integrado de Informação das Pescas (SI2P).



Ao nível do SIFEC/Módulo FEDER foi inserida e actualizada a informação financeira (programação, aprovação e execução). Foi incluída a execução ao nível dos indicadores de acompanhamento da realização física dos projectos, relativamente às datas de referência de 31 de Dezembro e quando ocorriam o respectivo encerramento dos projectos.

Verificou-se, em breves períodos, algumas dificuldades e instabilidade na obtenção dos relatórios e no funcionamento do SIFEC - módulo FEDER, particularmente ao nível da

reprogramação financeira e finalização dos projectos. No entanto, o IFDR disponibilizou prontamente todos os pedidos de informação que foram solicitados por este PO regional.

O IFDR procedeu à alteração de algumas versões da aplicação, para “correção de diversas disfunções impeditivas de utilizar o SIFEC como ferramenta de certificação”. Foi ainda disponibilizado um documento síntese explicativo das mudanças funcionais verificadas, essencialmente ao nível do registo de pedidos de pagamento e pagamentos, na finalização dos projectos e nos “outputs” (Mapas SEIS).

Foram pedidas e satisfeitas, ainda, diversas alterações ao IFDR relativamente aos dados inseridos nos projectos, ao NIPC e à designação das entidades executoras e aos utilizadores e seus perfis.

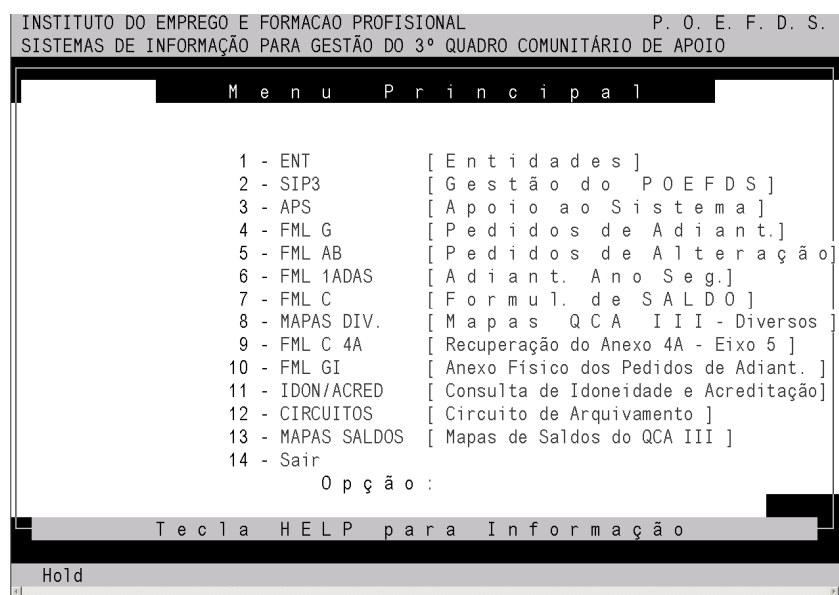
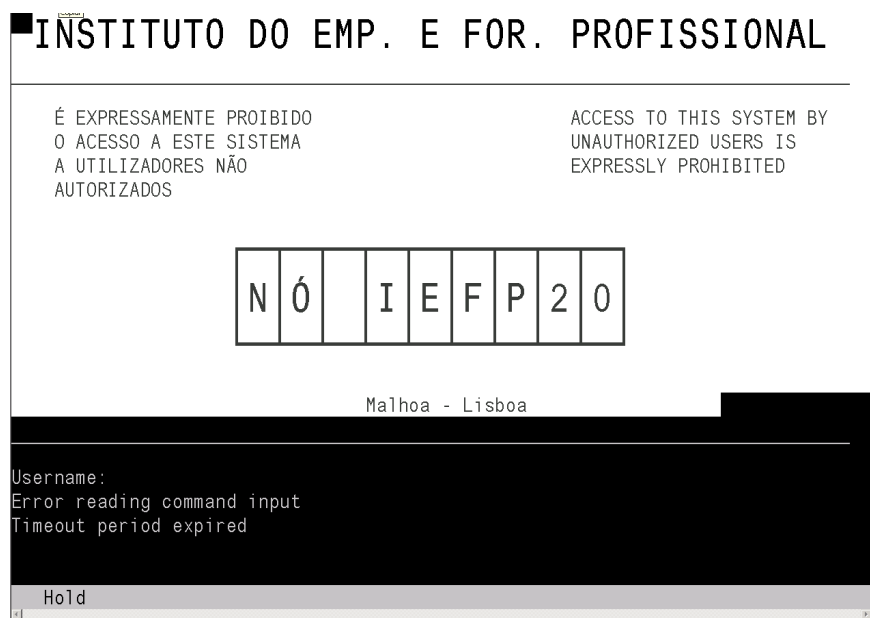
No SIIFSE, apenas a medida (III.2) desconcentrada da Educação – Ensino Profissional se encontra integrada, sendo os modelos das restantes medidas introduzidos através da digitação directa.



A informação de carácter financeiro (programação e execução) encontra-se actualizada, quer em termos da figura de gestor integrado, como na de gestor não integrado. Na medida desconcentrada III.3 – Promoção da empregabilidade e do emprego ao nível local (FSE), “o

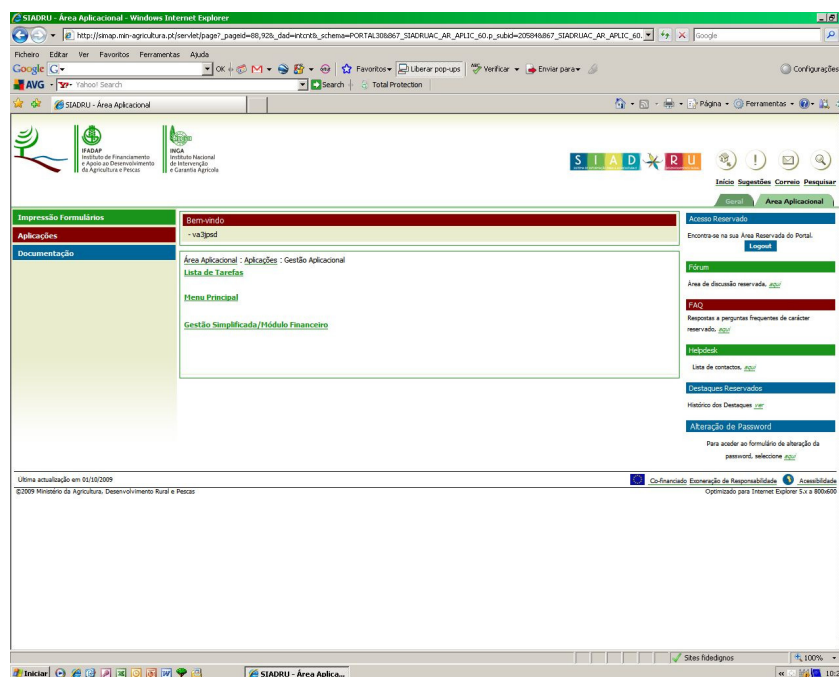


registo e análise financeira das candidaturas, o processo de análise e gestão subsequentes dos pagamentos é feita utilizando as aplicações informáticas disponibilizada pelo POEFDS, funcionando em VAX”.



Desde 2005, a gestão e acompanhamento das medidas FEOGA-O passou a ser efectuada através do SIADRU, estando em plena produção as acções das medidas FEOGA-O (II.7 – Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior e III.14 – Agricultura e Desenvolvimento Rural).

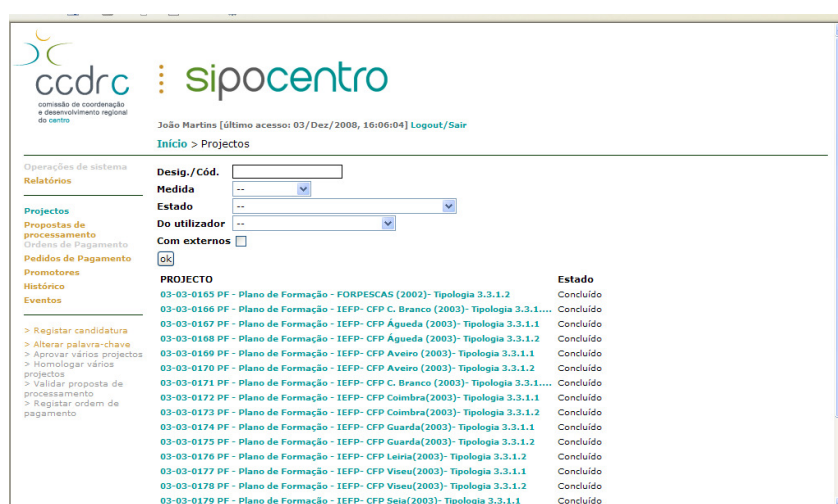
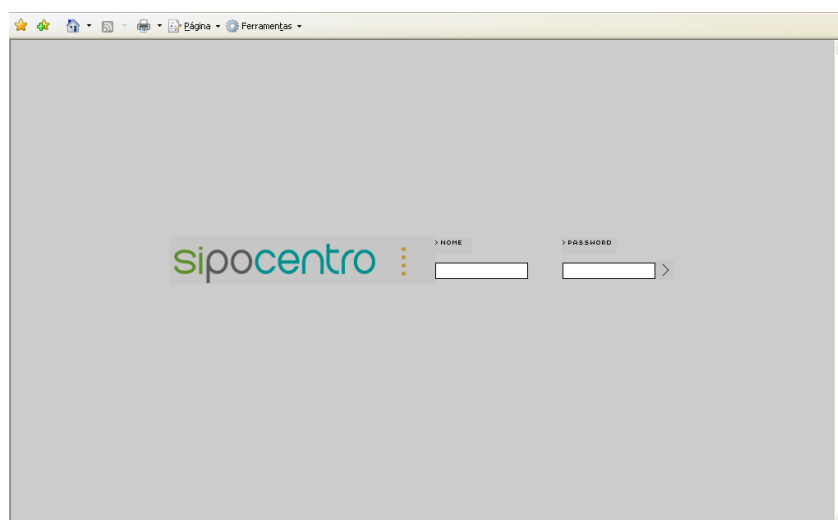




No SI2P (medida IFOP: III.16 – Pescas – equipamentos e transformação), ao nível do Coordenador, foi efectuada em 2003 a ligação da Direcção Regional das Pescas e Aquicultura do Centro ao módulo de gestão de projectos do sistema de informação da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura e em 2004 decorreu a recuperação do histórico, estando actualizada a informação.

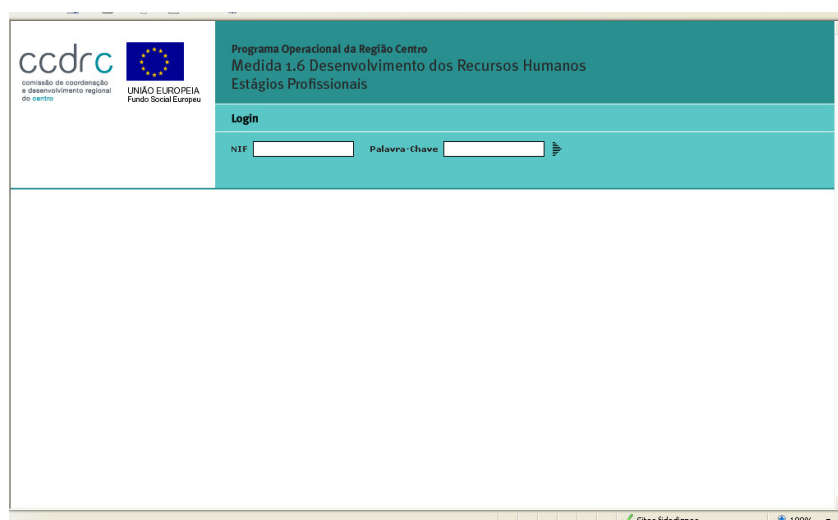
No sentido de colmatar as deficiências do sistema de informação de gestão, foram estabelecidos contactos com outros PO que desenvolveram sistemas integrados de informação próprios com vista à sua cedência. Foi solicitada à CCDD LVT a cedência do sistema de informação próprio, contratadas as adaptações para o PO Centro (SIPO Centro) e estando concluída a sua implementação e em pleno funcionamento para os projectos das medidas FSE.

## PO CENTRO RELATÓRIO FINAL DE EXECUÇÃO



Foi ainda incluído no sistema SIPO Centro o “Programa Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL)” da medida I.6 – Desenvolvimento dos Recursos Humanos, com vista à gestão *on-line* de toda a tramitação das candidaturas.

## PO CENTRO RELATÓRIO FINAL DE EXECUÇÃO



Em termos do controlo de 1º nível, são efectuados os registos do plano anual, mapa de acompanhamento trimestral, relatório anual de síntese e as acções, nos sistemas integrados de informação já implementados (SIFEC e SIIFSE). É, ainda, utilizado como solução complementar o Sistema de Informação de Gestão dos Instrumentos e Fundos Estruturais (SIGIFE), desenvolvido pela Inspecção-Geral de Finanças, em *Access*, para os fundos FEDER, IFOP e FEOGA-O.

## 6.2. Acções de controlo

A estrutura de apoio técnico do controlo de 1º nível do Programa Operacional da Região Centro é enquadrada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 172/2001 de 26 de Dezembro de 2001.

Os direitos e prerrogativas da EAT, o modo como a estrutura se enquadra no âmbito do Sistema Nacional de controlo, e a definição das suas obrigações, estão definidos nos seguintes textos legais nacionais: Decreto-Lei nº 54-A/2000, de 7 de Abril, que define a estrutura orgânica relativa à gestão, acompanhamento, avaliação e controlo da execução do QCA III; Decreto-Lei nº 168/2001, de 25 de Maio, que regula o funcionamento do SNC do QCA III e das intervenções de iniciativa comunitária relativas a Portugal, nos termos dos Regulamentos nºs 1260/1999 e 438/2001; e Portaria nº 684/2001, de 5 de Julho, que estabelece as modalidades de articulação entre os diferentes níveis de controlo do SNC e define as condições de fornecimento e acesso à informação relevante para o controlo.

A EAT dispõe de um Manual de procedimentos do controlo de 1º nível do PO Centro, que é um instrumento de síntese das práticas e procedimentos adoptados por parte da Estrutura de Apoio Técnico do Controlo de 1º Nível.

O presente relato da síntese da actividade de controlo, divide-se em quatro áreas: formação; acções de acompanhamento a entidades de auditoria/controlo externas; actividade de reporte da actividade; acções de controlo. Para estas áreas damos ênfase às actividades de 2008 e 2009.

### Formação

- . 7 de Março de 2008 - Três elementos da estrutura participaram num seminário sobre “Contratação Pública” - Auditório do CEFA;
- . 3 de Abril de 2008 - Três elementos da estrutura participaram num seminário sobre “O Novo Regime da Contratação Pública no Código dos Contratos Públicos” - Auditório dos HUC;
- . 26, 27 e 28 de Novembro, 4 e 5 de Dezembro de 2008 - Três elementos da estrutura participaram num seminário sobre “O Código dos Contratos Públicos” - Auditório da CCDR C.

**Entidades que participam na realização das acções de controlo de 1º nível**

No exercício de 2008/2009, recorreu-se às bolsas de auditores pré-qualificados, entidades estas seleccionadas pelas entidades responsáveis pelo controlo de segundo nível dos fundos estruturais FEDER e FSE, IFDR e IGFSE, respectivamente, para realização de acções de controlo de 1º nível nos termos dos pontos 8 e 9 do artigo 42º do Decreto-Lei 54-A/2000 de 7 de Abril, e do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 168/2001 de 25 de Maio.

No que concerne aos fundos estruturais FEOGA-O, de acordo com o disposto na lista anexa à Portaria n.º 684/2001 de 5 de Junho, o IFADAP/INGA, foi integrado como organismo envolvido no controlo de 1º Nível do PO Centro ao nível das medidas: 2.7 – AIBT do Pinhal Interior (FEOGA-O), 3.14 - Agricultura e desenvolvimento rural (FEOGA-O). A intervenção do IFADAP no controlo de 1º nível do PO Centro, está enquadrada através dos Protocolos de Colaboração celebrados.

**Acompanhamento de auditorias externas**

O exercício de 2008 ficou novamente marcado por um número elevado de auditorias realizadas ao Programa Operacional da Região Centro por entidades externas, o que exigiu por parte da estrutura um particular esforço de acompanhamento:

**Auditorias da Inspeção – Geral de Finanças**

- Auditoria às Autoridades de Pagamento e Coordenadores do Controlo de 2º Nível – apreciação do projecto de decisão (Fevereiro de 2008);
- Relatório Anual – vertente FEDER; FSE; FEOGA-O; IFOP - apreciação do Relatório Final (Março de 2008);
- Controlo complementar por amostragem (3ª Amostra) - Artigo 16º do Regulamento (CE) n.º 438/2001 de 2 de Março – vertente FEDER e FSE – apreciação do Relatório Final (Março de 2008);
- Auditoria às Autoridades de Pagamento e Organismos do Controlo de 2º Nível – vertente FEDER; FSE; FEOGA-O; IFOP – apreciação do Relatório Final (Março de 2008);
- Regularização Financeira na Sequência de acções de controlo da IGF – vertente FSE – apreciação do Relatório Final (Abril de 2008);

- . Auditoria de follow-up das recomendações e propostas formuladas em anteriores acções de controlo - actualização do cumprimento das recomendações - vertente de FEDER - apreciação do Relatório Final (Junho de 2008);
- . Actualização e Monitorização da informação sobre controlos - Sistema SIGIFE (Junho de 2008);
- . Actualização e Monitorização da informação sobre controlos - Sistema SIFIGE - vertente FEDER; FSE; FEOGA-O; IFOP (Setembro de 2008);
- . Auditoria aos Sistemas de Gestão e Controlo das Autoridades de Pagamento e dos Organismos Coordenadores do Controlo de 2º nível - vertente FSE (Fevereiro de 2009);
- . Auditoria à Autoridade de Pagamento e Organismo Coordenador do Controlo de 2.º Nível - vertente FEOGA-O e IFOP - apreciação do projecto de decisão (Abril de 2009);
- . Monitorização dos controlos por amostragem - vertente FEDER (Abril de 2009);
- . Proposta de auditorias a realizar e em execução na sequência da Monitorização dos controlos por amostragem - vertente FEDER (Maio de 2009);
- . Auditoria ao cumprimento das recomendações por parte das Autoridades de Gestão do QCA III - vertente FEDER e FSE (Agosto de 2009);
- . Relatório de Encerramento ao Programa Operacional Regional do Centro, no âmbito do FEDER, FSE, FEOGA-O e IFOP - Inspecção-Geral de Finanças, Proc. N.º 2009/13/A3/623, Relatório n.º 2009/1839 com Despacho Superior de 23-12-2009.

#### **Auditorias do Tribunal de Contas Europeu**

- . Auditoria à eficácia das estações de tratamento de águas residuais co-financiadas durante o período do QCA II e QCA III - vertente FEDER e FC - apreciação do projecto de decisão (Janeiro de 2008);
- . Auditoria à eficácia das estações de tratamento de águas residuais co-financiadas durante o período do QCA II e QCA III - vertente FEDER e FC - apreciação do Relatório Final (Julho de 2008);

### **Auditorias da Comissão Europeia**

- Auditoria da DG Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades – vertente FSE - Missão Comunitária A-REP 599 de 14 de Abril a 17 de Julho de 2008;
- Posição revista da Comissão à Auditoria ao plano de Acção sobre contratação pública aplicados na realização de despesa nos projectos co-financiados pelo FEDER no âmbito das Intervenções Operacionais do QCA III - PO Centro – apreciação do Relatório Final (Junho de 2009);

### **Auditorias do IGFSE – Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu**

- Auditoria de Certificação de Despesa com o objectivo de preparar o encerramento do PO Centro (Março de 2008);
- Relatório Preliminar de Encerramento do Programa Operacional da Região Centro no âmbito do QCAIII (Dezembro de 2008);

### **Auditorias da IGAP – Inspeção – Geral da Agricultura e Pescas**

- Auditoria às despesas FEOGA-O Missão de Auditoria relativa ao PO Centro 2000-2006 – apreciação do projecto de decisão (Fevereiro de 2008);
- Auditoria a Beneficiários no Âmbito da Sub-acção 6.1, "Caminhos Agrícolas e Rurais", da medida AGRIS do POR Centro do QCA III – vertente FEOGA – O – apreciação do projecto de decisão (Agosto de 2008);
- Acompanhamento das recomendações formuladas pela IGAP na auditoria a beneficiários no âmbito da Medida Agris dos Programas Operacionais Regionais do Norte, Centro e Alentejo do QCA III – vertente FEOGA-O (Janeiro de 2009);
- Acompanhamento das recomendações formuladas na auditoria a beneficiários no âmbito da Sub-acção Caminhos Agrícolas e Rurais da Medida AGRIS do PO Regional Centro – apreciação do Relatório Final (Junho de 2009);

### **Auditorias do Instituto de Financiamento do Desenvolvimento Regional**

- Acção de Controlo conjunta IGF e IFDR no âmbito dos artigos 9º e 10º do Regulamento (CE) N.º438/2001 da Comissão Europeia – vertente FEDER – apreciação do Relatório Final (Junho de 2008);

- Acção de "follow-up" sobre a implementação das recomendações, bem como a verificação das correcções financeiras erros detectados na sequência da acção de controlo específica para a verificação dos procedimentos adoptados pelas Autoridades de Gestão a título do artigo 4º do Regulamento (CE) n.º438/2002 de 2 Março e do artigo 4º do Regulamento (CE) n.º 1386/2002 de 29 de Julho, em matéria de contratação pública – vertente FEDER – apreciação do Relatório Final (Dezembro de 2008);
- Auditoria aos *Procedimentos de Controlo Interno e de Gestão de Devedores do QCA III* (fase de contraditório).

#### **Auditorias do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas**

- Preparação do encerramento do QCA III – vertente FEOGA (Setembro de 2009);

#### **Sistemas de informação**

No que se respeita aos Planos Anuais de Controlo de 2002 a 2009, e acções de controlo extra-plano, as tarefas inerentes à prestação de informação no âmbito do Sistema Nacional de Controlo, de referir que relativamente ao FSE, foram inseridos no SIIFSE – Sistema Informático Integrado do Fundo Social Europeu, os dados relativos ao Plano Anual de Controlo, os Mapas de Acompanhamento Trimestral, o Relatório Anual de Síntese e os relatos das acções de controlo efectuadas. No que concerne ao FEDER, FEOGA-O e IFOP, foram inseridos na aplicação informática SIGIFE – Sistema de Informação de Gestão dos Instrumentos e Fundos Estruturais, os Planos Anuais de Controlo do PO Centro, a execução e acompanhamento da acções de controlo realizadas, e foram exportados os Mapas de Acompanhamento Trimestral e o Relatório Anual de Síntese. No que concerne ao FEDER foram ainda registadas no SIFEC – Sistema de Informação dos Fundos Estruturais e Coesão, as acções de controlo desenvolvidas.

#### **Gestão de devedores e Comunicação de irregularidades**

Existe ao nível da estrutura de controlo de 1º nível o registo da informação relativa à gestão de devedores e pré-devedores. Este capítulo reveste a maior importância uma vez que se refere a operações, ou partes de operações que prejudicaram o orçamento comunitário e enquanto tal, devem estes montantes ser recuperados. Foram disponibilizados pelas



Autoridades de Pagamento de cada um dos fundos estruturais manuais de gestão de devedores e de comunicação de irregularidades.

Sempre que existiram montantes indevidamente pagos, foram desencadeados procedimentos de recuperação, que passam por um retorno financeiro, ou nos casos previstos no Regulamento (CE) n.º 1681/94 de 11 de Julho, cumulativamente pela existência de comunicação de irregularidade à entidade responsável pelo Controlo de 2º Nível.

A Comunicação de irregularidades no âmbito do financiamento das políticas estruturais, teve uma base trimestral, tendo sido comunicadas pela EAT do controlo à entidade responsável pelo controlo de segundo nível no âmbito da articulação de acordo com o estabelecido no Sistema Nacional de Controlo.

No exercício de 2008/2009 foram instruídas, propostas e comunicadas trinta e sete fichas de irregularidades referentes ao fundo estrutural FEDER (não foi contabilizada uma ficha relativa a uma dívida anulada) e quatro referentes ao fundo estrutural FEOGA-O.

#### Quadro 6.6 Casos de irregularidades comunicados em 2008/2009

Euros

Fundo	Nº de projectos	Montante	Irreg.	Montante	A recuperar	Montante Recuperado	
		UE	Total	Pago (UE)	UE	UE	Total
FEDER	37	3.511.580,29	4.972.522,39	3.511.580,29	2.079.289,60	1.432.290,69	1.432.290,69
FSE	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FEOGA-O	4	116.913,96	139.686,90	116.913,96	116.913,96	0,00	0,00
IFOP	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>41</b>	<b>3.628.494,25</b>	<b>5.112.209,29</b>	<b>3.628.494,25</b>	<b>2.196.203,56</b>	<b>1.432.290,69</b>	<b>1.432.290,69</b>

#### Actualização da descrição dos sistemas de Gestão e Controlo previstos no art. 5º do Regulamento (CE) nº 438/2001

A EAT procedeu à actualização e envio de pistas de auditoria do PO Centro de acordo com o artigo 5º, e n.º 3 do art. 9 do Regulamento (CE) n.º 438/2001 de 2 de Março de 2001.

**Controlos por amostragem da despesa**

**EAT de Controlo de 1º Nível**

No que concerne à execução dos planos anuais de controlo, concretamente, ao disposto no artigo 10º do Regulamento (CE) n.º 438/2001 de 2 de Março, os dados apresentados respeitam à execução da actividade de controlo, à data de 31 de Dezembro de 2008 e à data de 13 de Novembro de 2009.

No que concerne ao fundo estrutural FEDER, foram efectuados 237 relatórios finais abrangendo acções de controlo previstas no Plano Anual de Controlo 2002 a 2008 FEDER, denúncias recebidas e solicitações da gestão, envolvendo a verificação de despesa no montante de 189.869.440,00 € e 5.282.478,00 € de correcções financeiras. De momento existem duas auditorias em fase de projecto de decisão.

## Quadro 6.7 Despesa FEDER verificada

Euros

Medida	Nº	Despesa verificada a 31 de Dezembro de 2008	Correcções financeiras	Taxa de erro %	Nº	Despesa verificada a 13 de Novembro de 2009	Correcções financeiras	Taxa de erro %
<b>EIXO PRIORITÁRIO I</b>								
I.1 - Equipamentos e Infra-estruturas locais	31	18.542.026,00	388.133,00	2,09	31	18.542.026,00	388.133,00	2,09
I.2 - Ambiente e Recursos Naturais	22	14.565.927,00	75.296,00	0,52	22	14.565.927,00	75.296,00	0,52
I.3 - Acessibilidades	15	10.338.320,00	699.571,00	6,77	16	11.700.330,00	856.390,00	7,32
I.4 - Qualificação de Aglomerados Urbanos	8	5.701.818,00	181.780,00	3,19	8	5.701.818,00	181.780,00	3,19
I.5 - Apoio às activ económicas, acções de desenv. Territorial e apoio à eficácia das Pol. Públicas	15	6.315.714,00	1.898.717,00	30,06	15	6.315.714,00	1.898.717,00	30,06
I.7 - Acções Específicas de Valorização Territorial	8	10.242.243,00	183.286,00	1,79	9	11.651.819,00	207.104,00	1,78
I.8 - Bonificação de Juros em Linhas de Crédito ao Investimento Autárquico	9	286.502,00	0,00	0,00	10	315.525,00	0,00	0,00
I.9 - Saneamento	4	3.953.987,00	35.902,00	0,91	4	3.953.987,00	35.902,00	0,91
<b>TOTAL EIXO I</b>	<b>112</b>	<b>69.946.537,00</b>	<b>3.462.685,00</b>	<b>4,95</b>	<b>115</b>	<b>72.747.146,00</b>	<b>3.643.322,00</b>	<b>5,01</b>
<b>EIXO PRIORITÁRIO II</b>								
II.1 - Acções Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades	4	8.433.433,00	126.757,00	1,50	5	9.242.330,00	243.079,00	2,63
II.3 - Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias	14	2.859.279,00	105.131,00	3,68	15	3.043.804,00	105.131,00	3,45
II.4 - Turismo e Património no Vale do Côa	8	4.068.365,00	92.117,00	2,26	8	4.068.365,00	92.117,00	2,26
II.5 - Acção Integrada de Desenvolvimento da Serra da Estrela	9	4.198.345,00	75.236,00	1,79	10	5.567.760,00	110.405,00	1,98
II.6 - AIBT do Pinhal Interior	8	1.778.055,00	15.902,00	0,89	8	1.778.055,00	15.902,00	0,89
<b>TOTAL EIXO II</b>	<b>43</b>	<b>21.337.477,00</b>	<b>415.143,00</b>	<b>1,95</b>	<b>46</b>	<b>23.700.314,00</b>	<b>566.634,00</b>	<b>2,39</b>
<b>EIXO PRIORITÁRIO III</b>								
III.1 - Educação - Infra - Estruturas da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básicos e Secundários	10	12.558.062,00	117.407,00	0,93	10	12.558.062,00	117.407,00	0,93
III.4 - Apoio ao investimento no Desenvolvimento Local	1	1.526.402,00	0,00	0,00	2	2.396.593,00	0,00	0,00
III.5 - Ciência, Tecnologia e Inovação	2	177.310,00	0,00	0,00	3	583.826,00	22.378,00	3,83
III.6 - Sociedade de Informação	5	2.315.511,00	231.784,00	10,01	5	2.315.511,00	231.784,00	10,01
III.8 - Saúde - Implementação dos Sistemas Locais de Saúde (S.L.S.)	9	7.618.229,00	261.514,00	3,43	10	7.618.229,00	261.514,00	3,43
III.9 - Cultura	7	2.129.768,00	273.357,00	12,84	7	2.129.768,00	273.357,00	12,84
III.10 - Desporto - Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos	7	9.558.303,00	1.308,00	0,01	7	9.558.303,00	1.308,00	0,01
III.11 - Economia	5	32.702.327,00	0,00	0,00	5	32.702.327,00	0,00	0,00
III.12 - Acessibilidade e Transporte	12	23.627.367,00	0,00	0,00	12	23.627.367,00	0,00	0,00
III.13 - Ambiente	13	3.316.780,00	519.280,00	15,66	13	3.316.780,00	519.280,00	15,66
III.15 - Pescas - Infra-estruturas de portos	3	1.252.781,00	0,00	0,00	3	1.252.781,00	0,00	0,00
III.17 - Assistência Técnica ( FEDER )	8	1.802.586,00	0,00	0,00	9	2.233.729,00	136,00	0,01
<b>TOTAL EIXO III</b>	<b>82</b>	<b>98.585.426,00</b>	<b>1.404.650,00</b>	<b>1,42</b>	<b>86</b>	<b>100.293.276,00</b>	<b>1.427.164,00</b>	<b>1,42</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>237</b>	<b>189.869.440,00</b>	<b>5.282.478,00</b>	<b>2,78</b>	<b>247</b>	<b>196.740.736,00</b>	<b>5.637.120,00</b>	<b>2,87</b>

No que se refere ao fundo estrutural FSE foram efectuados 147 relatórios finais abrangendo acções de controlo previstas no Plano Anual de Controlo 2002 a 2008 FSE, denúncias

recebidas e solicitações da gestão, que envolveram despesa verificada no montante de 49.932.050,58 € e correcções financeiras no montante de 216.119,92 €.

**Quadro 6.8 Despesa verificada (Relatório de síntese de actividade de controlo do FSE - dados extraídos do SIIFSE)**

Euros

Medida	Nº	Despesa verificada a 31 de Dezembro de 2008	Correcção financeira FSE + OSS	Taxa de erro %	Nº	Despesa verificada 13 de Novembro de 2009	Correcção financeira FSE + OSS	Taxa de erro %
EIXO PRIORITÁRIO I								
I.6 - Desenvolvimento dos Recursos Humanos	24	2.250.692,87	44.003,82	1,95	26	2.501.698,61	44.003,82	1,76
<b>TOTAL EIXO I</b>	<b>24</b>	<b>2.250.692,87</b>	<b>44.003,82</b>	<b>1,95</b>	<b>26</b>	<b>2.501.698,61</b>	<b>44.003,82</b>	<b>1,76</b>
EIXO PRIORITÁRIO II								
II.8 - Desenvolvimento dos recursos humanos e promoção da coesão social	11	2.043.946,44	43.887,10	2,14	13	2.550.851,82	43.887,10	1,72
<b>TOTAL EIXO II</b>	<b>11</b>	<b>2.043.946,44</b>	<b>43.887,10</b>	<b>2,14</b>	<b>13</b>	<b>2.550.851,82</b>	<b>43.887,10</b>	<b>1,72</b>
EIXO PRIORITÁRIO III								
III.2 - Educação - ensino profissional	37	25.782.050,99	78.355,81	0,30	39	28.003.349,15	78.355,81	0,28
III.3 - Promoção da empregabilidade e do emprego ao nível local	69	19.354.988,21	49.873,19	0,25	76	22.515.692,83	49.873,19	0,22
III.7 - Sociedade da informação - Portugal Digital	1	14.716,41	0,00	0,00	1	14.716,41	0,00	0,00
III.18 - Assistência Técnica - FSE	5	485.655,66	0,00	0,00	5	485.655,66	0,00	0,00
<b>TOTAL EIXO III</b>	<b>112</b>	<b>45.637.411,27</b>	<b>128.229,00</b>	<b>0,28</b>	<b>121</b>	<b>51.019.414,05</b>	<b>128.229,00</b>	<b>0,25</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>147</b>	<b>49.932.050,58</b>	<b>216.119,92</b>	<b>0,43</b>	<b>160</b>	<b>56.071.964,48</b>	<b>216.119,92</b>	<b>0,39</b>

Relativamente ao fundo estrutural FEOGA-O, foram efectuados 121 relatórios finais abrangendo acções de controlo previstas no Plano Anual de Controlo 2002 a 2008 FEOGA. Estes relatórios envolveram uma despesa verificada no montante de 20.474.933,00 € e correcções financeiras de 453.735,00 €.

**Quadro 6.9 Despesa FEOGA verificada**

Euros

Medida	Nº	Despesa verificada 31 de Dezembro 2008	Correcções financeiras	Taxa de erro %	Nº	Despesa verificada 13 de Novembro de 2009	Correcções financeiras	Taxa de erro %
EIXO PRIORITÁRIO II								
II.7 - Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (FEOGA)	25	4.301.966,00	282.158,00	6,56	35	5.315.889,00	297.843,00	5,60
<b>TOTAL EIXO II</b>	<b>25</b>	<b>4.301.966,00</b>	<b>282.158,00</b>	<b>6,56</b>	<b>35</b>	<b>5.315.889,00</b>	<b>297.843,00</b>	<b>5,60</b>
EIXO PRIORITÁRIO III								
III.14 - Agricultura e Desenvolvimento Rural (FEOGA)	96	16.172.967,00	171.577,00	1,06	130	20.957.778,00	229.551,00	1,10
III.19 - Assistência Técnica (FEOGA)	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL EIXO III</b>	<b>96</b>	<b>16.172.967,00</b>	<b>171.577,00</b>	<b>1,06</b>	<b>130</b>	<b>20.957.778,00</b>	<b>229.551,00</b>	<b>1,10</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>121</b>	<b>20.474.933,00</b>	<b>453.735,00</b>	<b>2,22</b>	<b>165</b>	<b>26.273.667,00</b>	<b>527.394,00</b>	<b>2,01</b>

**Quadro 6.10 Despesa IFOP verificada**

Euros

Medida	Nº	Despesa verificada 31 de Dezembro 2008	Correcções financeiras	Taxa de erro %	Nº	Despesa verificada 13 de Novembro de 2009	Correcções financeiras	Taxa de erro %
EIXO PRIORITÁRIO III								
III.16 - Pescas - Equipamentos e Transformação	5	436.775,00	875,00	0,20	6	519.093,00	2.528,00	0,49
<b>TOTAL EIXO III</b>	<b>5</b>	<b>436.775,00</b>	<b>875,00</b>	<b>0,20</b>	<b>6</b>	<b>519.093,00</b>	<b>2.528,00</b>	<b>0,49</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>5</b>	<b>436.775,00</b>	<b>875,00</b>	<b>0,20</b>	<b>6</b>	<b>519.093,00</b>	<b>2.528,00</b>	<b>0,49</b>

Relativamente ao fundo estrutural IFOP, foram efectuados 5 relatórios finais abrangendo acções de controlo previstas no Plano Anual de Controlo 2002 a 2008 IFOP. Foi verificada despesa no montante de 436.775,00 € e correcções financeiras de 875,00 €.

**Síntese da actividade de controlo**

Para efeitos do cumprimento do disposto no nº 2 do artigo 10º do Regulamento (CE) nº 438/2001 de 2 de Março, importa efectuar um rácio, por fundo estrutural, entre a despesa verificada em sede de acções de controlo/auditorias e a despesa certificada.

**Síntese da actividade de controlo de 1º nível**

Ao nível do fundo estrutural FEDER o esforço de controlo foi de 8,3% e 8,6%, tendo em conta a despesa verificada em 31-12-2008 e 13-11-2009 respectivamente. Ao nível do fundo estrutural FSE, o rácio foi de 12,4% e 13,9%. Para o FEOGA-O os rácios foram de 6,9% e 7,9%, e para o IFOP foram de 20,50% e 22,6%.

**Quadro 6.11 Despesa verificada pela EAT do Controlo do PO Centro, situação a 31-12-2008**

Euros

Fundo	Investimento elegível realizado a 31-12-2008	Despesa verificada - EAT PO Centro	% Verificada
FEDER	2.284.263.243,34	189.869.440,00	<b>8,31</b>
FSE	402.516.989,31	49.932.050,58	<b>12,4</b>
FEOGA-O	296.604.253,76	20.474.933,00	<b>6,9</b>
IFOP	2.130.429,58	436.775,00	<b>20,5</b>
<b>Total</b>	<b>2.975.104.915,05</b>	<b>260.713.198,58</b>	

Desta forma é possível verificar que ao nível dos controlos por amostragem, o actual ritmo garante um esforço de controlo bastante superior ao limiar mínimo regulamentar previsto de 5%.

**Quadro 6.12 Despesa verificada pela EAT do Controlo do PO Centro,  
situação a 13-11-2009**

Euros

Fundo	Investimento elegível realizado	Despesa verificada - EAT PO Centro	% verificada
FEDER	2.285.836.449,21	196.740.736,00	8,61
FSE	403.438.243,05	56.071.964,48	13,9
FEOGA-O	332.459.913,17	26.273.667,00	7,9
IFOP	2.294.053,26	519.093,00	22,6
<b>Total</b>	<b>2.285.836.449,21</b>	<b>196.740.736,00</b>	<b>8,61</b>

Ao nível do fundo estrutural FEDER o esforço de controlo foi de 8,3% e 8,6%, tendo em conta a despesa verificada em 31-12-2008 e 13-11-2009 respectivamente. Ao nível do fundo estrutural FSE, o rácio foi de 12,4% e 13,9%. Para o FEOGA-O os rácios foram de 6,9% e 7,9%, e para o IFOP foram de 20,50% e 22,6%.

Desta forma é possível verificar que ao nível dos controlos por amostragem, o actual ritmo garante um esforço de controlo bastante superior ao limiar mínimo regulamentar previsto de 5%.

### Síntese da actividade de controlo global

Nos quadros seguintes é apresentada uma síntese da actividade dos três níveis de controlo, com a identificação da taxa de controlo e taxa de erro verificada.

**Quadro 6.13 Despesa total verificada FEDER (agregação dos três níveis de controlo) – dados reportados a 31-03-2009 \***

Euros

Despesa Certificada	Número de projectos	Despesa Controlada art.º 10	Taxa de controlo %	Despesa não elegível	Taxa de erro %
1.935.580.672	284	261.311.302	13,50	5.997.332	2,30

\* dados retirados do Relatório de Encerramento ao Programa Operacional Regional do Centro, no âmbito do FEDER, FSE, FEOGA-O e IFOP – Inspeção-Geral de Finanças, Proc. N.º 2009/13/A3/623, Relatório n.º 2009/1839 com Despacho Superior de 23-12-2009.

## PO CENTRO RELATÓRIO FINAL DE EXECUÇÃO

No âmbito do FEDER o esforço de controlo ascende a 13,50 % das despesas realizadas, tendo sido apurado uma taxa de erro de 2,30%.

Da análise da taxa de erro apurada, verificou-se que a taxa de erro aleatório é de 1,58 % e a taxa de erro sistémico de 0,72%.

### **Quadro 6.14 Despesa total verificada FSE (agregação dos três níveis de controlo) – dados reportados a 31-03-2009\***

Euros

Despesa Certificada	Número de projectos	Despesa Controlada art.º 10	Taxa de controlo %	Despesa não elegível	Taxa de erro %
369.857.048	55	66.399.995	17,95	314.660	0,47

\* dados retirados do Relatório de Encerramento ao Programa Operacional Regional do Centro, no âmbito do FEDER, FSE, FEOGA-O e IFOP – Inspeção-Geral de Finanças, Proc. N.º 2009/13/A3/623, Relatório n.º 2009/1839 com Despacho Superior de 23-12-2009.

No âmbito do FSE o esforço de controlo ascende a 18% das despesas realizadas, tendo sido apurado uma taxa de erro de cerca de 0,47%, que se situa abaixo do limiar da materialidade definida de 2%.

### **Quadro 6.15 Despesa total verificada FEOGA-O (agregação dos três níveis de controlo) – dados reportados a 31-03-2009\***

Euros

Despesa Certificada	Número de projectos	Despesa Controlada art.º 10	Taxa de controlo %	Despesa não elegível	Taxa de erro %
214.813.472	187	32.105.301	14,95	2.908.881	9,06

\* dados retirados do Relatório de Encerramento ao Programa Operacional Regional do Centro, no âmbito do FEDER, FSE, FEOGA-O e IFOP – Inspeção-Geral de Finanças, Proc. N.º 2009/13/A3/623, Relatório n.º 2009/1839 com Despacho Superior de 23-12-2009.

No âmbito do FEOGA-O o esforço de controlo ascende a 15% das despesas realizadas, tendo sido apurado uma taxa de erro de cerca de 9,06%.

Da análise da taxa de erro apurada, verificou-se que a taxa de erro aleatório é de 2,38% e a taxa de erro sistémico de 6,68%.

**Quadro 6.16 Despesa total verificada IFOP** (agregação dos três níveis de controlo) – dados reportados a 31-03-2009\*

Euros

Despesa Certificada	Número de projectos	Despesa Controlada art.º 10	Taxa de controlo %	Despesa não elegível	Taxa de erro %
2.084.688	8	602.584	28,91	2.528	0,42

\* dados retirados do *Relatório de Encerramento ao Programa Operacional Regional do Centro, no âmbito do FEDER, FSE, FEOGA-O e IFOP* – Inspeção-Geral de Finanças, Proc. N.º 2009/13/A3/623, Relatório n.º 2009/1839 com Despacho Superior de 23-12-2009.

No âmbito do IFOP os controlos por amostragem situam-se em 28,91% das despesas realizadas, superando o limite definido no art.º 10 do Regulamento (CE) n.º 438/2001. A taxa de erro apurada é de 0,42%, o que se encontra abaixo do limiar da materialidade de 2%.

### **Impacte da actividade de controlo no sistema de gestão do PO Centro**

Ao nível do impacto da actividade do controlo de 1º nível no sistema de gestão do PO Centro importa efectuar uma análise dos testes de conformidade/controlo efectuados ao nível das estruturas de gestão, e os testes substantivos efectuados ao nível dos beneficiários.

Ao nível do fundo estrutural FEDER, as principais preocupações da EAT tem sido:

- verificar o bom cumprimento dos normativos legais no que respeita aos mercados públicos;
- verificar o correcto co-financiamento do IVA enquanto despesa elegível;
- verificar se existe um adequado controlo orçamental, no sentido de não serem co-financiadas despesas/componentes não previstas em sede de candidatura;
- verificar os motivos do atraso na implementação dos projectos.

Ao nível do fundo estrutural FSE as principais preocupações da EAT tem sido:

- verificar o cumprimento dos normativos legais relativamente aos mercados públicos;
- verificar o correcto co-financiamento do IVA enquanto despesa elegível;



- verificar a organização do dossier pedagógico, principalmente ao nível das referências ao PO Centro, elegibilidade de formandos, habilitações de formadores, frequência/assiduidade dos formandos;
- verificar os contratos de prestação de serviços;
- verificar a razoabilidade dos critérios de imputação de custos;
- verificar a razoabilidade dos custos, particularmente entre entidades relacionadas.

Ao nível do fundo estrutural FEOGA as principais preocupações da EAT tem sido:

- cumprimento dos normativos legais relativamente aos mercados públicos;
- verificar o correcto co-financiamento do IVA enquanto despesa elegível;
- verificar uma adequada comprovação da pista de controlo da despesa;
- verificar a existência de todas as componentes de investimento apoiadas;
- verificar a elegibilidade dos beneficiários e das candidaturas;
- verificar o cumprimento das normas mínimas ambientais, higiene e bem estar.

Ao nível do fundo estrutural IFOP a principal preocupação da EAT tem sido:

- cumprimento dos normativos legais relativamente aos mercados públicos;
- verificar a correcta utilização das componentes de investimento para os fins a que são propostas.

Ao nível da gestão as principais preocupações da EAT têm sido:

- verificar a existência de uma necessária segregação de funções;
- verificar a existência de uma necessária evidência em todos as tarefas e procedimentos efectuados pelas estruturas;
- verificar a existência de práticas de acompanhamento adequadas.

### 6.3 Utilização da assistência técnica do Programa

Algumas limitações nacionais na contratação de pessoas para as Estruturas de Apoio Técnico condicionaram a utilização prevista nas medidas de assistência técnica. Mesmo com a libertação de verbas destas medidas no âmbito da reprogramação do Programa Operacional ocorrida em 2006, a execução ficou pelos 88% do fundo total programado.

Como a dotação prevista não foi totalmente utilizada, os meios libertos na Assistência Técnica foram absorvidos noutras medidas.

**Quadro 6.17 Medidas de assistência Técnica - Programação e execução por ano (2000-2009)**

Unidade: Euros

Ano	Programação		Execução		Exc./Prog
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	
2000	3.943.829	2.902.671	0	0	0,0
2001	4.060.059	2.983.125	1.702.982	1.232.545	41,3
2002	3.969.699	2.913.485	1.806.424	1.354.818	46,5
2003	3.801.588	2.800.000	3.090.225	2.286.412	81,7
2004	3.006.696	2.229.705	4.000.625	2.937.833	131,8
2005	2.368.923	1.761.771	2.430.803	1.791.509	101,7
2006	1.275.546	951.329	2.020.926	1.490.131	
2007			2.023.867	1.497.921	
2008			2.609.467	1.910.246	
2009					
<b>Total</b>	<b>22.426.340</b>	<b>16.542.086</b>	<b>19.685.318</b>	<b>14.501.416</b>	<b>87,7</b>

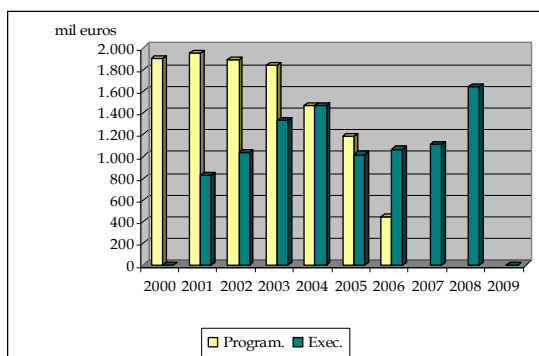
No total não foram utilizados, nestas medidas, 2 milhões de euros, cerca de 1,2 milhões FEDER, 600 mil euros FEOGA e 200 mil euros FSE:

**Quadro 6.18 Medidas de assistência Técnica - Programação e execução por fundo**

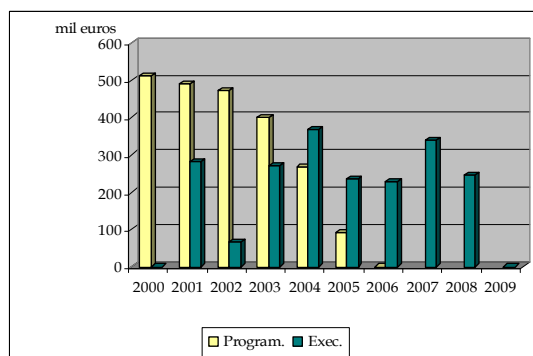
Unidade: Euros

Medidas	Programação total		Execução		Taxas (%)
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	Exc./Prog
3.17	14.239.784	10.679.878	12.661.827	9.496.370	88,9
3.18	3.353.223	2.237.208	3.070.669	2.040.428	91,2
3.19	4.833.333	3.625.000	3.952.823	2.964.617	81,8
<b>Total</b>	<b>22.426.340</b>	<b>16.542.086</b>	<b>19.685.318</b>	<b>14.501.416</b>	<b>87,7</b>

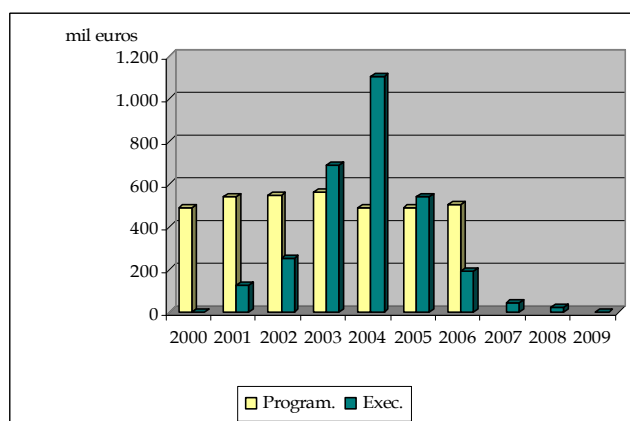
Medida 3.17 - FEDER programado e executado



Medida 3.18 - FSE programado e executado



Medida 3.19 - FEOGA programado e executado



As despesas certificadas no valor de 19.685.318 Euros, são classificadas no grupo de “sujeitas a plafond” (de gestão, acompanhamento e controlo) e no grupo “não sujeitas a plafond” (avaliação, publicidade, estudos, conferências e sistemas de informação). Estas despesas repartem-se por tipologia de acordo com os quadros seguintes:

**Quadro 6.19 Medidas de assistência Técnica - Programação e execução por tipo de despesa e Fundo**

Unidade: Euros

Medida	Tipo de despesa	Custo total prog.		Execução (Custo Total)		Fundo prog.		Execução (Fundo)	
		Valor (Euros)	%	Valor (Euros)	%	Valor (Euros)	%	Valor (Euros)	%
3.17	<b>Total</b>	14.239.784	100	12.661.827	100	10.679.878	100	9.496.370	100
	1.Despesas Sujeitas a plafond (in)	12.388.754	87	11.166.353	88	9.291.816	87	8.374.765	88
	Pessoal	8.355.084	59	8.646.325	68	6.266.313	59	6.484.744	68
	Outras	4.033.670	28	2.520.028	20	3.025.503	28	1.890.021	20
	2. Despesas não sujeitas a plafond	1.851.030	13	1.495.474	12	1.388.062	13	1.121.605	12
3.18	<b>Total</b>	3.353.223	100	3.070.669	100	2.237.208	100	2.040.428	100
	1.Despesas Sujeitas a plafond (in)	3.006.014	90	2.887.691	94	1.982.756	90	1.909.338	94
	Pessoal	2.128.628	63	1.878.498	61	1.427.846	63	1.256.697	61
	Outras	877.386	26	1.009.193	33	554.910	26	652.641	33
	2. Despesas não sujeitas a plafond	347.209	10	182.978	6	254.452	10	131.090	6
3.19	<b>Total</b>	4.833.333	100	3.952.823	100	3.625.000	100	2.964.617	100
	1.Despesas Sujeitas a plafond (in)	3.383.333	70	2.696.278	68	2.537.500	70	2.022.209	68
	Pessoal	725.000	15	474.852	12	543.750	15	356.139	12
	Outras	2.658.333	55	2.221.426	56	1.993.750	55	1.666.069	56
	2. Despesas não sujeitas a plafond	1.450.000	30	1.256.545	32	1.087.500	30	942.409	32
<b>Total</b>	<b>Total</b>	22.426.340	100	19.685.318	100	16.542.086	100	14.501.416	100
	1.Despesas Sujeitas a plafond (in)	18.778.101	84	16.750.322	85	13.812.072	84	12.306.312	85
	Pessoal	11.208.712	50	10.999.676	56	8.237.909	50	8.097.581	56
	Outras	7.569.389	34	5.750.646	29	5.574.163	34	4.208.731	29
	2. Despesas não sujeitas a plafond	3.648.239	16	2.934.996	15	2.730.014	16	2.195.104	15

O maior desvio entre os montantes previstos e executados dizem respeito a actividade gerais de funcionamento da gestão, “*outras despesas sujeitas a plafond*”. Como grande parte das Estruturas de Apoio Técnico funcionaram junto de organismos públicos, algumas dessas despesas não foram imputadas ao Programa.

### Quadro 6.20 Medidas de assistência Técnica - Programação e execução por tipo de despesa

Unidade: Euros

Assistência Técnica	Desp. eleg.	Fundos
<b>Despesas sujeitas a plafond (in)</b>	<b>16.750.322</b>	<b>12.306.312</b>
Custos com pessoal	10.999.676	8.097.581
Outros custos	5.750.646	4.208.731
<b>Despesas não sujeitas a plafond (out)</b>	<b>2.934.996</b>	<b>2.195.104</b>
Material de informática	1.529.585	1.142.664
Outros custos	95.364	71.523
Avaliação externa	322.292	241.719
Estudos, pareceres, projectos e consultoria	284.633	213.475
Seminários, exposições e similares	5.632	4.224
Informação e publicidade	697.489	521.498
<b>TOTAL</b>	<b>19.685.318</b>	<b>14.501.416</b>

Comparando o valor executado no total dos fundos de assistência técnica, com o limite decorrente da aplicação da regra nº 11 do Reg. (CE) n.º 1685/2000 e com o previsto em Complemento de programação, verificamos que esses limites não foram ultrapassados.

Em termos globais, a execução das despesas “in” ascende a 12.306,3 mil euros de Fundos, o que representa 89% do *plafond* definido para o Programa em Complemento de Programação.

### Quadro 6.21 Medidas de assistência Técnica – Despesas In (regra nº 11)

Unidade: Euros

Fundos Estruturais	Total Fundos Estruturais				
	Assistência Técnica IN		Assistência Técnica IN		
	Aplicação da regra nº 11		Utilizada		Taxa Absorção
	Valor	%	Inscrita em Complemento de Programação	Realizada	
1	2=1*3	3	4	5	6=5/4
1.775.825.166	19.379.127	1,09	13.812.072	12.306.312	89,10

## 6.4 Medidas adoptadas para assegurar a publicidade do Programa

As acções de informação e publicidade do Programa Operacional Regional do Centro tiveram como principais objectivos:

- Informar a opinião pública sobre as oportunidades de financiamento oferecidas pelo PO Centro e sobre o papel desempenhado pelos Fundos Estruturais e pela UE, em colaboração com as autoridades nacionais, no apoio ao desenvolvimento regional e no reforço da coesão económica e social.
- Informar os operadores e portadores de projectos da Região Centro sobre as possibilidades de utilização dos Fundos Estruturais no âmbito do PO Centro.
- Mobilizar os beneficiários potenciais e finais para uma correcta utilização dos apoios comunitários disponibilizados pelo PO Centro, criando condições que assegurem o surgimento de projectos inovadores que contribuam para o desenvolvimento a longo prazo da Região Centro.
- Divulgar junto dos beneficiários potenciais e finais do PO Centro as informações necessárias ao acesso a co-financiamento comunitário: estrutura do PO, eixos prioritários e medidas, procedimentos de candidatura, elegibilidades, critérios de avaliação e mecanismos de selecção.
- Informar a opinião pública sobre a execução do PO Centro, garantindo a transparência na aplicação dos seus recursos financeiros.

A previsão orçamental das acções do plano de comunicação do Programa Operacional da Região Centro, de acordo com o Complemento de programação, correspondia a cerca de 18% da verba total prevista para a Assistência Técnica das linhas de acção dos Eixos I e II.

Monte previsto no Plano de Comunicação (18% do Orçamento da Acção 1 da Medida 3.17)	1.734.827	1.301.121
Despesas realizadas em seminários, exposições, informação e publicidade	703.122	521.498
%	41	40

Os montantes executados ficam abaixo do previsto pese embora o facto de algumas das despesas relativas a sistemas de informação e do pessoal dedicado a esta área não estejam aqui contabilizadas.

A estratégia de comunicação do Programa Operacional Regional do Centro (PO Centro) estruturou-se, ao longo de todo o período de programação, em três fases, cada uma das quais comportando vários tipos de acções.

Na primeira fase- *Lançamento e arranque do PO Centro (2000-2001)*- foi dada especial atenção à criação de mecanismos adequados para dar a conhecer o Programa Operacional a todos os potenciais beneficiários e ao público em geral, divulgando os seus objectivos estratégicos e as medidas que os integram e a assegurar a memorização pelo público da imagem de marca do PO-Centro com vista a facilitar a comunicação.

Numa fase -*2ª Fase: Execução e Post-Avaliação Intercalar (2002--2005)*- deu-se continuidade à divulgação do PO, apresentando resultados e alguns projectos de grande impacte ou que, pelo seu carácter inovador, tenham efeitos demonstradores.

Na 3ª Fase- *Encerramento e Avaliação de Resultados/Impactos (2006-2007)*- foi dado especial destaque à apresentação de resultados obtidos com a aplicação dos Fundos Estruturais na Região Centro no âmbito do Programa Operacional 2000-2006.

Das acções previstas realçamos a execução das seguintes:

<b>Acções previstas</b>	<b>Acções executadas</b>
Concepção e produção do Logotipo do PO-Centro	Concepção do logotipo do PO Centro, tendo sido divulgado em 2002, no âmbito do «Manual de Identidade do PO Centro»
Concepção e montagem do sistema informatizado de divulgação de informação relevante sobre o Programa Operacional e os Fundos Estruturais, através, da criação de um novo Site na Internet.	A implementação de um site permitiu a divulgação de informação relevante do Programa, registando a secção do PO Centro, em média, cerca de 20 mil acessos por ano.
Publicação periódica, por via electrónica, de informações actualizadas sobre o PO, quer em termos de regras e normativos de acesso como da sua execução.	A implementação do Site na internet permitiu, que para além de uma actualização periódica das notícias e da legislação (geral e por medida), disponibilizar todas as informações sobre as especificidades do programa e sua execução.

**Ações previstas**

Criação de “postos de informação pública” destinados a informar e a aconselhar os portadores de projectos da Região Centro sobre o seu melhor enquadramento tendo em atenção as especificidades das várias medidas de apoio financeiro do QCAIII.

Concepção e divulgação da “Brochura do PO-Centro”.

Edição de material promocional específico (cartazes, desdobráveis, brochuras).

Realização de seminários, conferências e exposições.

**Ações executadas**

A estrutura de gestão nas acções mais inovadoras do programa e sua localização territorial permitiu alcançar os objectivos pretendidos, não sendo necessário recorrer a este tipo de recurso. De referir ainda a criação pela CCDRC da Linha de Apoio ao Cidadão, em 2006, que no caso do PO Centro, contabilizou cerca de 50 pedidos de informação por ano.

A partir de 2003, foi publicada a Newsletter «Mais Centro», com uma tiragem de 2000 exemplares. Esta publicação tinha como objectivo informar os promotores, os potenciais beneficiários e toda a opinião pública sobre a execução dos fundos estruturais na Região Centro.

No âmbito do material promocional específico, destacamos:

Brochura «Aldeias Históricas de Portugal - Um Património com Futuro»;

Revista “Aldeias do xisto”;

Desdobráveis Aldeias Históricas;

Vídeo das Aldeias históricas e Aldeias de Xisto.

Das diversas acções de promoção e divulgação destacamos as sessões de divulgação, realizadas em 2001, da medida II.8 – Desenvolvimento dos recursos Humanos e Promoção da Coesão Social (FSE); várias sessões de divulgação da medida 1.5 – “Apoio às actividades económicas, acções de desenvolvimento territorial e apoio à eficácia das políticas públicas”); seminários sobre o programa e sobre a aplicação dos fundos comunitários na região Centro, designadamente



o Seminário “QCA III e a Promoção Turística da Beira Interior”, o seminário sobre programa FORAL (medida 1.6) e medida 1.8 do Eixo I (bonificação de juros em linhas de crédito ao investimento autárquico) do PO da Região Centro e o seminário «Impacto Regional dos Fundos estruturais - experiências e Perspectivas».

### **Acções previstas**

Informação e sensibilização da opinião pública, através dos media

### **Acções executadas**

Ao longo de todo o período de programação foi feita uma divulgação do programa através de anúncios publicitários, quer na imprensa quer na rádio. Embora não tenha sido uma das formas de divulgação mais utilizadas, foram feitos cerca de 5 anúncios por ano.

De referir, ainda, os diversos contactos com a comunicação social, em média foram enviados, por ano, cerca de 15 comunicados de imprensa e feitos 30 esclarecimentos de pedidos de informação de jornalistas. Contabilizaram-se, em média, cerca de 250 notícias por ano.

No âmbito da estrutura técnica de apoio à gestão do Programa foi efectuado o acompanhamento da implementação do plano de comunicação, não se tendo efectuado qualquer avaliação formal desse mesmo plano.

Nos pontos seguintes são detalhadas as diversas acções de informação e publicidade do Programa Operacional.

## Acções de comunicação

Entre as principais acções de comunicação desenvolvidas pelo programa, ao longo de todo o período de programação, destacam-se as seguintes:

### Assessoria de Imprensa

A comunicação com os Media é uma condição essencial para evidenciar a visibilidade, transparência e a eficácia da aplicação dos fundos comunitários. Os contactos com os órgãos de comunicação social (regionais e nacionais) foram feitos com regularidade ao longo de todo o período de programação, havendo sempre preocupação em dar resposta, esclarecer e acompanhar os pedidos de informação feitos pelos meios de comunicação social. Sempre que houve informações ou acontecimentos relevantes no desenvolvimento do programa, como por exemplo, novos projectos aprovados em unidades de gestão, pontos de situação, comissões de acompanhamento, reuniões com os promotores e visitas de governantes a projectos financiados pelo PO, foi feita sua difusão através de Comunicados de Imprensa ou de conferências de imprensa. Em média, foram enviados, por ano, cerca de 15 comunicados de imprensa e feitos 30 esclarecimentos de pedidos de informação de jornalistas.

A presença do programa nos órgãos de comunicação social foi constante ao longo dos anos, contabilizando-se, em média, cerca de 250 notícias por ano. A maioria destas notícias dizem respeito a projectos específicos financiados ou a eventos promovidos pelo programa, destacando-se os inícios ou fins de obras, inaugurações e visitas de representantes do Governo. Verifica-se um maior interesse pelo programa por parte da imprensa regional.



a

## Website

O site foi um dos principais veículos de divulgação de informação, registando a secção do PO Centro, em média, cerca de 20 mil acessos por ano.

Além de uma actualização periódica das notícias e da legislação (geral e por



medida), o site disponibilizava todas as informações sobre as especificidades do programa (complementos de programação, eixos, medidas, organograma, formulários, imagem, contactos) e sobre todo o III Quadro Comunitário de Apoio (QCA).

Tendo em conta as grandes potencialidades de comunicação da Internet, em 2006, a CCDRC fez uma renovação do seu site ([www.ccdrc.pt](http://www.ccdrc.pt)), tornando-o mais apelativo, atractivo e de fácil utilização. Esta mudança permitiu uma maior visibilidade ao PO Centro, uma vez que sempre que havia uma nova informação do programa esta era inserida na secção destaques na página de abertura.

## Linha de Apoio ao cidadão

Em Maio de 2006, a CCDRC criou a Linha de Apoio ao Cidadão com o objectivo de assegurar respostas rápidas e objectivas a todos os pedidos de esclarecimentos do público em geral. Relativamente ao PO Centro, a Linha de Atendimento ao Cidadão (Tel.: 808 202 777), contabilizava cerca de 50 pedidos de informação por ano, sendo a maioria relativa a dúvidas de financiamento ou questões técnicas relacionadas com as candidaturas.

### Publicidade nos meios de Comunicação Social

Ao longo de todo o período de programação foi feita uma divulgação do programa através de anúncios publicitários, quer na imprensa quer na rádio. Embora não tenha sido uma das formas de divulgação mais utilizadas, foram feitos cerca de 5 anúncios por ano, com informações sobre os investimentos feitos (a título de exemplo, em 2002 foi feita uma divulgação na rádio de 3 spots por dia durante 15 dias na Rádio Regional do Centro e três anúncios na imprensa nacional sobre o número de projectos aprovados e os investimentos por sector), sobre as aberturas de candidaturas (a título

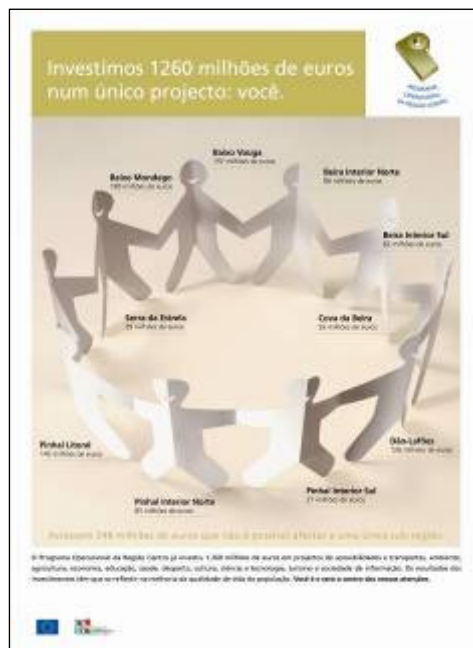


de exemplo, anúncios sobre a Medida 2.3- Acções inovadoras de dinamização das aldeias, a Medida 2.8- Desenvolvimento dos recursos humanos e promoção da coesão social, a Medida 3.2- «Ensino Profissional», a Medida 3.3- Promoção da empregabilidade e do emprego ao nível local), sobre inaugurações de projectos (a título de exemplo, na inauguração do Centro de Artes e Espectáculos da Figueira da Foz, um projecto de 11 milhões de euros co-financiado pelo PO Centro, foi publicitado um anúncio de uma página em dois jornais nacionais e num regional), eventos etc.

## Campanha de Comunicação “Trabalho realizado”

De 23 de Setembro a 4 de Outubro de 2002, foi desencadeada uma campanha de comunicação sobre o “trabalho realizado”, que tinha como objectivo apresentar uma visão geral por NUT III (Baixo Vouga, Baixo Mondego, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Cova da Beira, Serra da Estrela, Dão-Lafões, Pinhal Interior Sul, Pinhal Interior Norte, Pinhal Litoral) dos investimentos e principais projectos financiados pelo PO Centro. Esta mensagem foi difundida através de diferentes suportes de comunicação:

- uma brochura, tendo sido encartados 101 mil exemplares em oito jornais e 3 mil distribuídos pelas 78 Câmaras Municipais da Região Centro.
- Um *spot* em duas rádios (uma nacional e outra regional) durante duas semanas, 12 a 18 vezes por dia
- Um anúncio publicitário (de uma página) em 13 jornais regionais e em 4 nacionais
- Oferta do Jornal Público em toda a Região Centro (15 mil exemplares), contendo o anúncio e a brochura atrás referidos





## Publicações

### Manual de Identidade do PO Centro

Em 2002, foi distribuído por todos os promotores o «Manual de Identidade do PO Centro», que apresenta as normas e regras referentes à identidade programa (conceito, sistema básico de utilização, limites dos suportes e redução, áreas de protecção do logotipo, comportamento cromático, definição de leitura, utilização tipográfica, itens de comunicação).



do

### Brochura «Aldeias Históricas de Portugal - Um Património com Futuro»

Em 2002, foi publicada a brochura «Aldeias Históricas de Portugal - Um Património com Futuro», com uma tiragem de 2.000 exemplares, onde estão enumerados os investimentos e projectos financiados pelo PO Centro nas dez Aldeias Históricas.

### «Mais Centro»- Newsletter do PO Centro

A partir de 2003, foi publicada a Newsletter «Mais Centro». Com uma tiragem de 2000 exemplares, esta publicação tinha como objectivo informar os promotores, os potenciais beneficiários e toda a opinião pública sobre a



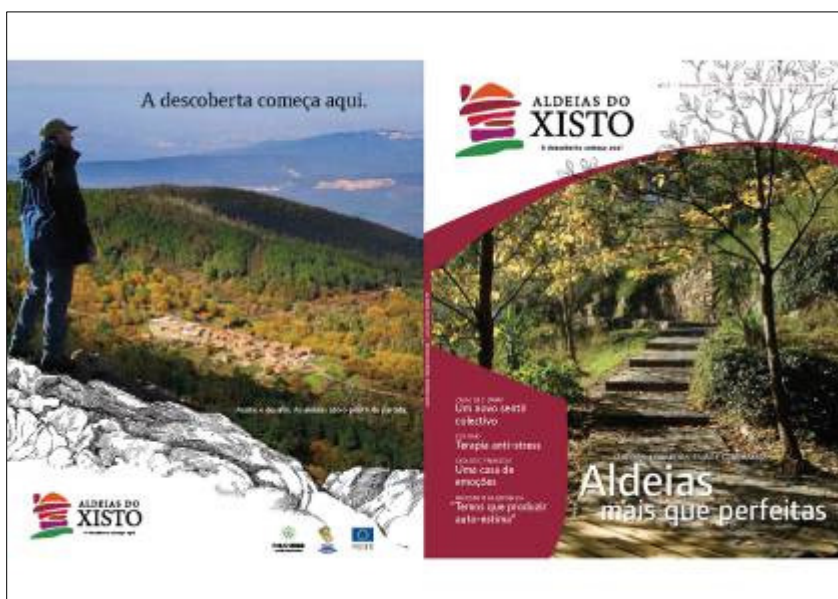
execução dos fundos estruturais na Região Centro. A ideia era mostrar a



evolução do trabalho desenvolvido pelo PO Centro (projectos relevantes, montantes de financiamento, opções estratégicas do programa), evidenciando a transparência na aplicação dos fundos comunitários.

### **Revista “Aldeias do xisto”**

Em 2003, iniciou-se a publicação da revista “Aldeias do xisto”. Trata-se de uma publicação de acompanhamento do “Programa das Aldeias do Xisto”, integrado na Acção Integrada de base Territorial do Pinhal Interior do Eixo II do Programa Operacional da

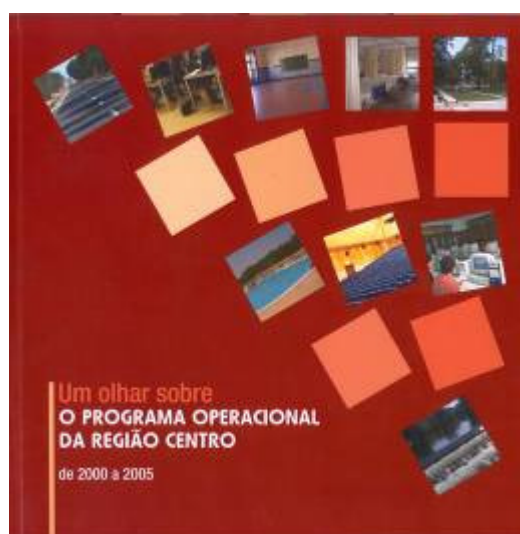


Região Centro. A revista tinha como objectivo apresentar os objectivos deste programa, mas, particularmente, divulgar a forma como a intervenção ia decorrendo em cada uma das aldeias envolvidas, promovendo a identidade da região. Mais do que o plano global previsto e aprovado para cada aldeia, a revista apresentava cada intervenção que ia ser executar e a forma como os residentes se envolviam.

### **Brochura: «Um olhar sobre o Programa Operacional da Região Centro de 2000 a 2005»**

Em 2005, foi publicada a brochura «Um olhar sobre o Programa Operacional da Região Centro de 2000 a 2005».

Além da síntese de execução do programa no período de 2000 a 2005, a brochura apresenta exemplos dos principais investimentos que realizados, desde o início do III QCA, através de uma informação concisa e ilustrada. Os projectos seleccionados correspondem a uma



amostra das intervenções do Programa, envolvendo projectos co-financiados pelos diversos Fundos Estruturais (FEDER, FSE, FEOGA e IFOP) e pelos três Eixos Prioritários. Dizem respeito às principais áreas de intervenção, onde se incluem as acessibilidades e transportes, o ambiente, a requalificação urbana, os equipamentos de cultura, educação e desporto, as actividades económicas (infraestruturas, agricultura e pescas, turismo, indústria), a qualificação dos recursos humanos e as intervenções específicas de base territorial.

Esta publicação - 5000 exemplares - foi enviada aos principais agentes regionais e nacionais e distribuída em diversos eventos realizados na Região, de forma a permitir a divulgação por um maior número beneficiários.

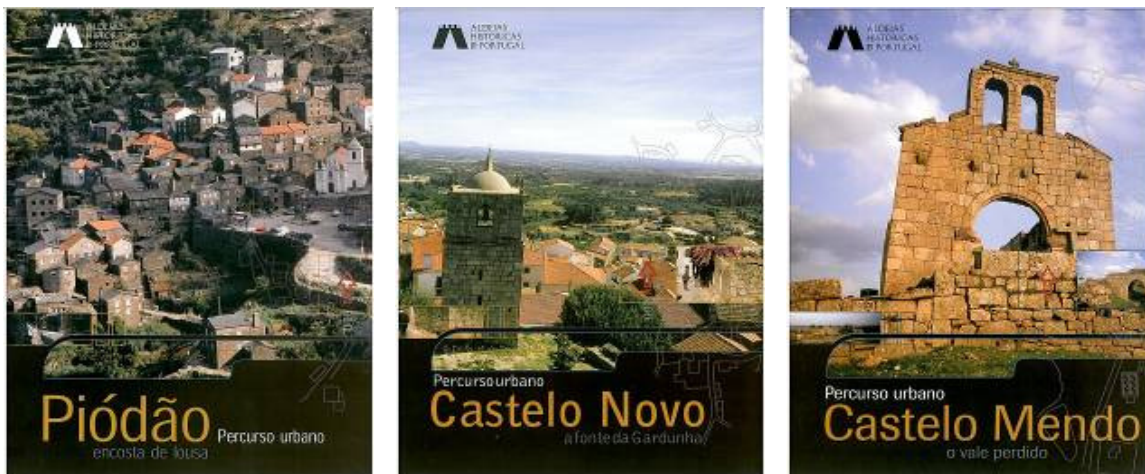


### **Desdobráveis Aldeias Históricas**

Em 2007, foi feita a edição de 12 desdobráveis de “Percursos Urbanos” produzidos, na sequência da elaboração da Carta de Lazer das Aldeias Históricas. Com uma edição de 20.000 exemplares, estes folhetos promovem os principais pontos de atracção de cada uma das aldeias, bem como informações sobre alojamentos, restaurantes e outros serviços da região.



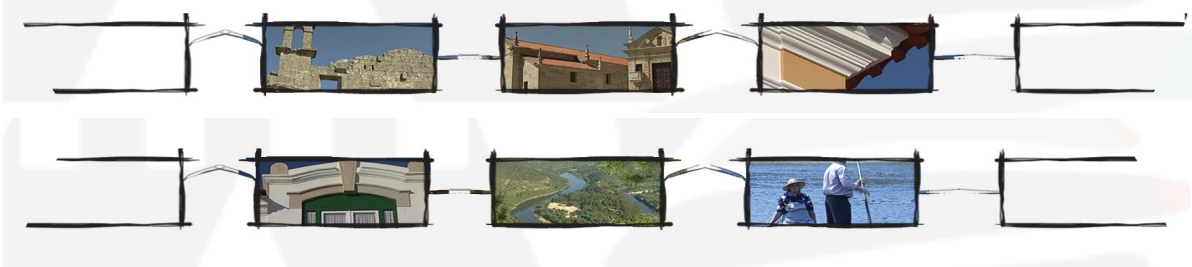
Além de funcionar como elemento demonstrativo de “boas práticas” de projectos co-financiados, estes desdobráveis, editados em português e em inglês, apresentam-se como um importante veículo de promoção do turismo da Região Centro. Foram distribuídos por todas as instituições da Região e do país com ligações ao turismo (Postos de turismo municipais, Regiões de Turismo etc.).



### Vídeo das Aldeias históricas e Aldeias de Xisto

Em 2007, com o objectivo de destacar alguns dos resultados obtidos com a aplicação dos fundos estruturais na Região Centro, foi produzido um vídeo sobre a rede das Aldeias Históricas e a rede das Aldeias de Xisto, dois projectos de sucesso do Programa Operacional da Região Centro.

O vídeo evidencia o impacto e o dinamismo criado pelos projectos realizados nas várias aldeias, bem como todo o potencial histórico e turístico da Região Centro. Com uma reprodução de 1500 exemplares, o vídeo foi traduzido para inglês, francês e Castelhano, de modo a potenciar a sua divulgação no estrangeiro. Foi distribuído por todas as instituições da Região e do país com ligações ao turismo (Postos de turismo municipais, Regiões de Turismo etc.).



## Eventos

Ao longo dos sete anos de programação, a autoridade de gestão promoveu diversas sessões de divulgação ( a título de exemplo, as sessões de divulgação, realizadas em 2001, da medida II.8 - Desenvolvimento dos recursos Humanos e Promoção da Coesão Social (FSE), que tiveram como principal objectivo difundir junto dos potenciais beneficiários das AIBT do Pinhal Interior, da Serra da Estrela, do “Turismo e Património do Vale do Côa” e das Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias as oportunidades abertas por esta medida; e o conjunto de sessões de divulgação da medida 1.5 - “Apoio às actividades económicas, acções de desenvolvimento territorial e apoio à eficácia das políticas públicas”) e seminários sobre o programa e sobre a aplicação dos fundos comunitários na região Centro. Pelo seu interesse por parte dos beneficiários, da opinião pública e da comunicação social, destacam-se os seguintes:

- Seminário “QCA III e a Promoção Turística da Beira Interior”, realizado no Fundão, em Julho de 2000.
- Seminário sobre programa FORAL (medida 1.6) e medida 1.8 do Eixo I (bonificação de juros em linhas de crédito ao investimento autárquico) do PO da Região Centro, realizado em 2001, em Coimbra.
- Seminário «Impacto Regional dos Fundos estruturais- experiências e Perspectivas», realizado em 2003, em Coimbra

O PO Centro participou também em algumas feiras e exposições, das quais destacamos a Expocentro, o VII Encontro Nacional dos estudantes de Economia e o 8º Congresso da água:

- **Expocentro**

Na Expocentro, que ocorreu no Parque de Feiras e Exposições de Aveiro, em Outubro de 2002, foi apresentada uma exposição do PO Centro, onde através de placares informativos,



brochuras e  
desdobráveis  
(para  
distribuição  
ao público) se  
mostravam

as competências e investimentos do programa. Foram contabilizadas cerca de 500 Visitas ao Stand do PO Centro, tendo sido distribuído a todos os interessados publicações e informações sobre o programa.

- **VII Encontro Nacional dos estudantes de Economia**

O PO Centro participou no VII Encontro Nacional dos estudantes de Economia, promovido pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, de 30 Março a 2 de Abril de 2006. Neste encontro, em que participaram cerca de 1000 estudantes, foi feita a divulgação dos diversos domínios de intervenção



do PO Centro, tendo sido dado especial destaque à apresentação de resultados, através de casos de sucesso. Foram distribuídas 750 brochuras «Um olhar pelo PO Centro 2000-2005».

- **8º Congresso da água**

O PO Centro participou no 8º Congresso da Água, promovido pela Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos. Este congresso, que se realizou de 13 a 17 de Março de 2006, contou com 430 Participantes, tendo o stand do PO Centro contabilizado 270 visitas. Foi distribuída



informação sobre projectos de sucesso co-financiados pelo PO Centro na área do ambiente

### Visitas a projectos do PO Centro

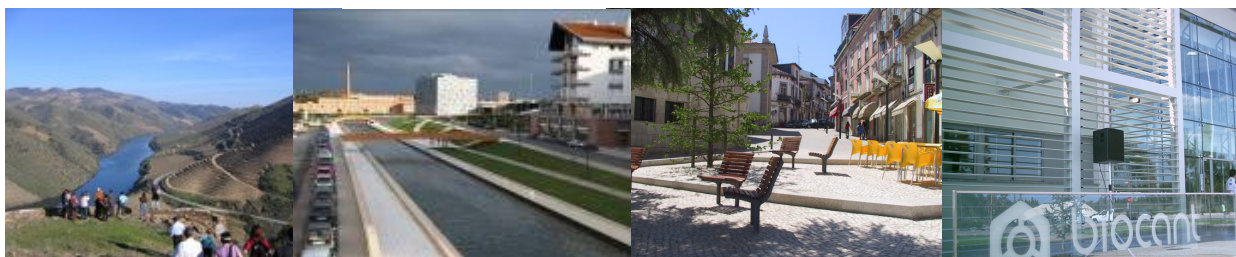
As visitas aos projectos financiados têm uma forte componente de divulgação, uma vez que têm uma grande receptividade por parte da comunicação social. Ao longo do período de programação foram feitas diversas visitas a projectos, mas destacamos três momentos com maior projecção:



- Ao longo de 2004 foram organizadas visitas de acompanhamento da execução dos projectos comparticipados pelo Programa Operacional da Região Centro a vários concelhos da Região, para as quais eram convidados todos os meios de comunicação social do concelho e concelhos vizinhos. As visitas eram finalizadas com uma conferência de imprensa, que possibilitavam a divulgação de um maior número de informações relativas aos respectivos projectos visitados e da evolução do programa em geral.



- Em 2006, aproveitando as reuniões do Gestor do PO Centro com os promotores dos projectos, foram realizadas várias visitas a projectos co-financiados, que contaram com a participação da Comunicação Social. Das várias visitas destacamos as que foram feitas às obras do Programa POLIS (Viseu, Guarda, Leiria, Aveiro, Leiria, Castelo Branco e Coimbra), ao local do Museu do Côa ( em Vila Nova de Foz Côa) e ao Projecto Biocant (em Castanhede).



- Em 2007, enquadrado num encontro internacional com jornalistas da área do desenvolvimento regional, no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia, foram promovidas visitas a dois projectos co-financiados pelo Programa Operacional da Região Centro: o projecto Biocant, Centro de Transferência de Tecnologia (em Cantanhede) e o Projecto Parque Verde do Mondego (Polis Coimbra). Foi também projectado nesse encontro o filme das Aldeias Históricas de Portugal e Aldeias de Xisto, tendo sido oferecido um DVD a todos os participantes. Este encontro, que teve a participação de 30 jornalistas nacionais e estrangeiros, contou com a presença do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional e do gestor do Programa Operacional da Região Centro. Este evento teve forte presença mediática, nos órgãos de comunicação nacionais e regionais, tendo-se contabilizado 13 notícias na imprensa e quatro na rádio.



## Concurso de Fotografia

Para assinalar o final do 3º Quadro comunitário de Apoio (2000-2006), em 2007, a autoridade de gestão promoveu um concurso de fotografia para envolver e sensibilizar a população para a importância dos projectos co-financiados pelo Programa Operacional da Região Centro, ao longo dos últimos seis anos.

O tema do concurso era o Impacto dos fundos comunitários na Região Centro de 2000 a 2006, materializado nos mais de cinco mil projectos co-financiados pelo Programa Operacional da Região Centro, nos 78 municípios da Região.

Houve uma boa adesão do público a esta iniciativa, sendo o resultado do concurso 80 fotografias de projectos co-financiados pelo programa. Uma conclusão relativamente aos participantes é que a maioria não era beneficiário directo do programa, verificando-se uma grande participação de uma classe jovem.

Foi feita publicidade em (1/4 página ímpar a cores) em oito jornais regionais, de modo a abranger toda a Região Centro: Diário As Beiras, Diário de Coimbra, Diário de Aveiro, Diário Regional de Viseu, Diário de Leiria, Jornal do Fundão, A Guarda e Reconquista.



Legenda: Algumas das fotografias que participaram no concurso

## 6.5 Coordenação e incidência territorial dos outros Programas

Neste ponto importa reflectir sobre o processo de coordenação da gestão do Programa com os Programas Sectoriais e sobre a incidência territorial dos projectos co-financiados no âmbito desses Programas do QCA III.

Desde logo, na definição inicial dos Programas do Quadro, foram estabelecidos os princípios para o enquadramento das iniciativas a apoiar no Eixo III e nos Programas sectoriais, cabendo a este Eixo Prioritário reunir as intervenções que, devendo situar-se no quadro de uma estratégia sectorial nacional, se considerou haver vantagem numa forte articulação territorial da sua implementação, assegurando uma dupla coerência das intervenções: no sentido sectorial/nacional e no sentido sectorial/regional.

Para cada Medida deste Eixo foram estabelecidos os princípios e os critérios para a definição da tipologia de projectos a apoiar nos vários Programas Sectoriais e Regionais. Para além deste aspecto há a referir na organização da estrutura de Gestão, a participação dos Coordenadores das Medidas sectoriais regionalmente desconcentradas nas Unidades de Gestão dos Programas Regionais e nas dos Programas Sectoriais respectivos.

Sendo claro que os apoios do QCA III na Região Centro contaram com o contributo deste Programa Regional e dos Sectoriais, procurou-se avaliar a participação dos mesmos nas iniciativas com incidência neste território.

Tendo por base os Relatórios Finais de cada um dos Programas Sectoriais com incidência na Região Centro, não foi possível, nesta altura, obter a informação regionalizada para alguns destes Programas. O quadro seguinte sintetiza os valores da despesa pública executada no período 2000-2009 na Região Centro naqueles em que foi possível obter essa informação.

Analisando os valores dessa componente e a capitação da mesma, conclui-se que:

A execução global dos PO Sectoriais é bastante significativa na Região, sendo superior à do próprio Programa Regional. Nos programas analisados a despesa pública é superior em 50% à realizada no Programa Regional;

Os programas sectoriais com maior incidência na região são o PRIME, seguido do POEFDS e numa terceira posição os programas dos Transportes, da Educação e da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Relevante é, ainda, o facto da capitação da despesa pública realizada na região ser significativamente superior à média nacional nesses programas, cerca de 39% acima da média nacional.

**Quadro 6.22 QCA III Despesa Pública executada na Região Centro**

Programa Operacional	Despesa pública realizada com incidência na Região Centro			Capitação Nacional (*)
	Euros	% no PO Sectorial	Capitação Euros/Hab.	Euros/Hab.
PRODEP	419.497.395	27	235	152
POEFDS	677.086.371	26	380	254
POCI	272.184.046	27	153	99
PO CULTURA	108.697.674	27	61	39
PRIME	882.915.000	27	495	317
POAT	461.319.456	16	259	286
POA	153.787.995	36	86	41
POAGRO	401.414.870	22	225	178
POAP	26.288.855	24	15	11
PO MARE	114.612.768	42	64	26
<b>TOTAL PO SECTORIAIS</b>	<b>3.517.804.430</b>	<b>24</b>	<b>1.972</b>	<b>1.403</b>
<b>POCentro</b>	<b>2.245.056.310</b>		<b>1.259</b>	

(\*) No cálculo da capitação só se teve em consideração os valores regionalizáveis da Despesa pública de cada PO. O valor global não regionalizável atinge 1.055150 mil euros (6,9% do total)

Para além destes montantes, as intervenções financiadas pelo Fundo de Coesão II, na área do ambiente e dos transportes, atingem um investimento aprovado de 456, 9 milhões de euros e 368,5 milhões de euros de investimento realizado a 31-12-2009 em projectos com incidência exclusiva na Região Centro.

Os outros projectos que beneficiando a Região Centro têm com incidência em mais do que uma Região atingem um montante de 496 milhões de euros de investimento aprovado e 435 milhões de euros de realização no final de 2009.

No quadro seguinte são apresentados os projectos financiados por este Fundo que, na área do Ambiente e dos Transportes, contribuem para complementar as intervenções do programa da Região Centro e dos PO Sectoriais.



**Quadro 6.23 FUNDO DE COESÃO II - Projectos aprovados e despesa executada na  
Região Centro a 31-12-2009**

Unidade: euros

Entidades Executoras	Projectos / Grupo de Projectos	Invest. Total Aprovado	Apoio FC Aprovado	Despesa Total validada	Despesa Fundo validada
<b>REGIÃO CENTRO</b>		<b>456.858.397</b>	<b>307.909.607</b>	<b>368.197.096</b>	<b>252.770.260</b>
Adm. Porto Aveiro	Acessibilidades Interregionais Ferroviárias e Rodoviárias do Porto de Aveiro	35.098.387	17.549.193	33.471.239	16.735.619
Inst. Est. Portugal	IP3 - Variante de Catro Daire - Túnel de Castro Daire	14.398.544	12.238.762	14.398.544	12.238.762
Inst. Est. Portugal	Interligação IP3 - IP5	23.401.331	19.891.131	19.672.167	16.721.342
<b>Sub-total Centro Transportes</b>		<b>72.898.262</b>	<b>49.679.086</b>	<b>67.541.950</b>	<b>45.695.723</b>
Ass. Munic. Planalto Beirão	Sistema Intermunicipal RSU do Planalto Beirão - CVO	34.372.767	25.779.575	28.857.123	21.642.842
Ág. Zêzere e Côa, SA	Sistema de Tratamento de RSU da Cova da Beira	14.791.616	12.572.874	12.571.247	10.685.560
VALORLIS	Valorização Orgânica de RUB dos Sistemas Multimunicipais da Valorlis e da Resioeste	9.826.775	7.075.278	5.697.473	4.102.181
A.M. Planalto Beirão	Sistema Integrado de Abastecimento de Água ao Planalto Beirão	28.219.304	22.575.443	27.324.266	21.859.413
SIMRIA	Colecta e Tratamento de Efluentes Líquidos da Ria de Aveiro - 2ª fase (Dec.Conj c/ 1ª fase)	50.006.727	42.505.718	50.006.727	42.505.718
SIMRIA	Sist. Mult. Saneamento da Ria de Aveiro - Barrinha de Esmoriz	23.020.923	13.582.344	17.895.861	10.558.558
SIMRIA	Sist. Mult. Saneamento da Ria de Aveiro - Cértima e Levira - 1ª Fase	12.352.923	5.929.403	6.047.562	2.902.830
Águas Zêzere e Côa	Sist. Mult. Abastecimento Água e Saneamento do Alto-Zêzere e Côa - 1ª fase	54.910.000	34.593.300	52.463.933	33.052.278
Águas Zêzere e Côa	Sist. Mult. Abastecimento Água e Saneamento do Alto-Zêzere e Côa - 2ª fase	51.736.003	32.593.682	36.430.537	22.951.238
Águas Zêzere e Côa	Sist. Mult. Abastecimento Água e Saneamento do Alto-Zêzere e Côa - Alargamento ao Mondego Superior Sul	42.458.946	28.022.904	24.868.450	16.413.177
Águas do Mondego	Sist. Mult. Abastecimento Água e Saneamento do Baixo Mondego - Bairrada	62.264.151	33.000.000	38.491.967	20.400.742
<b>Sub-total Centro Ambiente</b>		<b>383.960.135</b>	<b>258.230.521</b>	<b>300.655.146</b>	<b>207.074.537</b>

**Quadro 6.23 FUNDO DE COESÃO II - Projectos Aprovados e Despesa Executada na  
Região Centro a 31-12-2009 (continuação)**

Unidade: euros

Entidades Executoras	Projectos / Grupo de Projectos	Invest. Total Aprovado	Apoio FC Aprovado	Despesa Total validada	Despesa Fundo validada
<b>MULTIREGIONAIS</b>		<b>495.996.813</b>	<b>384.104.589</b>	<b>434.954.437</b>	<b>337.953.494</b>
REFER	Modernização da Linha do Norte VI - Remod. Subtroço Quintans (excl) - Ovar (excl)	125.699.556	100.559.645	109.267.222	87.413.777
REFER	Modernização da Linha do Norte V - Remod. Subtroço Entroncamento(excl) - Albergaria(excl)	142.084.956	113.667.965	126.711.287	101.369.030
<b>Sub-total Multiregionais Transportes</b>		<b>267.784.512</b>	<b>214.227.610</b>	<b>235.978.509</b>	<b>188.782.807</b>
EGF e várias associadas	Acções Complementares de Tratamento de RSU	18.150.000	13.594.350	18.129.029	13.578.640
SIMLIS, SA	Despoluição Integrada das Bacias do Rio Lis e da Ribeira do Seiça - 2ª fase	41.213.531	32.970.825	41.213.531	32.970.825
ADP	Estudos, Projectos e Assessorias - 1ª fase	34.117.770	29.000.104	32.519.093	27.641.229
Águas do Centro	Sist. Mult. Abastecimento Água e Saneamento de Raia Zêzere e Nabão - 1ª fase	63.695.000	44.586.500	62.647.424	43.853.197
Águas do Centro	Sist. Mult. Abastecimento Água e Saneamento de Raia Zêzere e Nabão - 2ª fase	71.036.000	49.725.200	44.466.851	31.126.796
<b>Sub-total Multiregionais Ambiente</b>		<b>228.212.301</b>	<b>169.876.979</b>	<b>198.975.928</b>	<b>149.170.687</b>

Fonte: IFDR, a 5-03-2010

No âmbito do ambiente, neste programa financiaram-se, através das Medidas 2 e 9 do Eixo Prioritário I, componentes em “baixa” dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais, em articulação com o Fundo de Coesão que apoia as componentes em “alta” desses sistemas. O Fundo de Coesão apoiou projectos nos diversos sistemas multimunicipais da Região, cujas entidades gestoras são:

Associação Municípios Planalto Beirão;

Sistema Integrado dos Municípios da Ria;

Sistema Integrado dos Municípios do Liz;

Águas do Mondego;

Águas do Centro;

Águas do Zêzere e Côa.

## 6.6 Síntese dos problemas significativos e medidas adoptadas

Tratando-se de um programa 4 Fundos, 3 Eixos Prioritários e 35 medidas, a resposta aos problemas encontrados, exigiu, da Autoridade de Gestão e de todas as outras entidades e estruturas ligadas à gestão e coordenação global do QCA III, uma atenção constante no sentido de resolver os principais obstáculos para a concretização dos objectivos e metas do Programa.

As questões fundamentais em matéria de problemas encontrados na gestão do Programa estão relacionadas com a evolução socioeconómica da região, com a qualidade da despesa e com a utilização da dotação programada.

### Alterações no contexto socioeconómico

A evolução do desemprego, sobretudo do desemprego regional, influenciou significativamente o desempenho das Medidas FSE, mais especificamente a Medida III.3. Ao longo do QCA III, esta variável foi registando uma subida, levando a uma maior pressão dos operadores de formação, tornando-se evidente a escassez do orçamento da Medida III.3. Esta situação levou a que esta medida visse o seu orçamento reforçado, na fase da reprogramação intercalar, com mais 14,6 milhões de euros e mais tarde, em 2006, com mais 12,5 milhões de euros. De assinalar, que, para além deste reforço, no final do programa, conseguiu-se uma realização muito superior à sua dotação, por compensação da não utilização de verbas nas medidas FSE do Programa.

A contenção do investimento público, na sequência da necessidade da correcção de déficits excessivos colocou problemas de execução ao Programa, já que a maioria dos beneficiários são de natureza pública. Os beneficiários muitas dificuldades em assegurar a contrapartida nacional na execução dos projectos.

### Qualidade da despesa: Mercados Públicos

Na sequência do 4º Encontro Anual da Comissão Europeia com as Autoridades de Gestão, realizado a 27 de Janeiro de 2005, a Comissão Europeia informou que, durante a auditoria efectuada em Setembro/Outubro de 2004, relativa à verificação dos sistemas de gestão e

controlo implementados para o período de programação 2000-2006, nomeadamente durante a verificação da qualidade dos controlos artigo 10º, em concreto sobre a aplicação das regras de mercados públicos, verificou que as Directivas Comunitárias não estavam a ser bem aplicadas, nomeadamente em três dos seus aspectos: “trabalhos a mais”, modificação do objecto físico da execução em relação aos trabalhos do concurso e da adjudicação e aplicação correcta dos dois subcritérios, de selecção dos concorrentes e de adjudicação. Neste contexto, foram adoptados procedimentos com a preocupação de dar evidência à verificação do cumprimento das Regras dos Mercados Públicos nas Medidas FEDER, segundo a seguinte metodologia:

1 - Para contratos com despesa validada apenas a partir de 1 de Janeiro de 2005 e até 31 de Dezembro de 2005.

Atendendo ao disposto no artigo 4º REG (CE) nº 438/2001, e no âmbito do estabelecido no artigo 29º do DL 54-A/2000 de 7/04, os sistemas de gestão e controlo, na instituição de regras de verificação dos procedimentos de contratação pública, recorreu-se a verificações não exaustivas, baseadas numa amostra de operações.

2 - Para contratos com despesa validada apenas a partir de 01 de Janeiro de 2006.

Verificação através de preenchimento pelo promotor de uma check-list preparada para o efeito, e simultaneamente preenchimento de outra check-list pela EAT do PO Centro.

Já em 2008 a Comissão Europeia, através de carta da Direcção Geral de Política Regional, transmitiu às Autoridades nacionais a sua posição sobre a utilização dos contratos de aprovisionamento adjudicados pela Direcção Geral do Património, homologados através da Portaria n.º 161/1999, de 23 de Fevereiro. Esta Portaria estabelece as condições de fornecimento ao Estado Português de redes de comunicação de dados e serviços de suporte lógicos operativos e outros equipamentos de tecnologias de informação, exemplo de microcomputadores, periféricos, equipamento opcional, acessórios e consumíveis. De acordo com a referida Portaria, o contrato de aprovisionamento celebrado com os fornecedores era válido por um ano e poderia ser renovado até três anos, tendo-se verificado que o prazo foi ultrapassado. Neste contexto, a CE considerou todos os contratos celebrados ao abrigo do Acordo após 3 de Fevereiro de 2002 como irregulares, propondo uma correcção financeira de 5% à despesa declarada à CE relativa aos contratos

adjudicados após 3 de Fevereiro de 2003 referente a valores superiores aos limiares das Directivas Comunitárias nesta matéria. Apesar da despesa do PO Centro naquelas condições ser diminuta, nos termos da comunicação e orientações estabelecidas pelo IFDR nesta matéria, identificou-se a despesa associada a esses contratos e anulou-se a despesa correspondente a 5% do valor certificado.

### **Qualidade da despesa: Revisão de preços de trabalhos realizados no âmbito do QCA II**

Através de auditorias a projectos FEOGA da Acção R5 foi questionada a elegibilidade das despesas relativas a revisão de preços de autos de medição do QCA II, pagas no período do QCA III. Embora a questão não tenha sido consensual, a gestão optou por anular toda a despesa desta tipologia. Foram identificados 7 projectos da Medida III.14, que tiveram execução no QCA II e QCA III com despesas relativas a revisão de preços de trabalhos do QCA II.

### **Utilização da dotação financeira do Programa**

Desde o início de 2008, que se passou a monitorizar de forma mais atenta o grau de realização de cada uma das medidas e a avaliação das acções necessárias a implementar para a absorção integral dos fundos programados.

No final de 2007, a taxa global de execução estava em 83%, com riscos de perda de verbas no caso do FEDER, FEOGA e IFOP.

	Taxa de execução 2006	Taxa de execução 2007
<b>PO TOTAL</b>	<b>74%</b>	<b>83%</b>
<b>FEDER</b>	<b>75%</b>	<b>83%</b>
<b>FSE</b>	<b>77%</b>	<b>91%</b>
<b>FEOGA-O</b>	<b>61%</b>	<b>73%</b>
<b>IFOP</b>	<b>71%</b>	<b>81%</b>

As medidas com comparticipação do FEDER, passaram, no seu conjunto de uma taxa de execução de 75% em 2006 para 83% da dotação em 2007. Os principais problemas de

execução no final de 2007 concentravam-se nas Medidas do Eixo III, particularmente as medidas 3.5, 3.6, 3.11, 3.12 e 3.13. No Eixo II as medidas 2.1 e 2.4 eram as que apresentavam maiores problemas de execução.

De forma a garantir um maior nível de segurança na execução FEDER, durante o ano de 2008, foram desencadeadas medidas no sentido de incrementar o grau de *overbooking*, o que permitiu ultrapassar a situação de execução deste fundo.

No que respeita ao FEOGA com a quebra de execução ocorrida a partir do ano de 2006 não foi possível garantir o cumprimento da regra  $n+2$  em 2006 e 2007. Esta situação resultou, fundamentalmente, das opções nacionais relativas à aprovação de projectos, do processo de financiamento da componente pública nacional (disponibilização, em tempo útil, da dotação PIDDAC), do processo decorrente da reestruturação do MADRP e do comportamento dos beneficiários dos projectos que, percepcionando as dificuldades orçamentais e consequente deslizamento no tempo de reembolso das ajudas, ajustaram, a execução e a apresentação da despesa a essa realidade.

A taxa de execução no final de 2007 punha em risco a absorção deste fundo. Foi com a publicação de legislação que permitiu a entrada de projectos de caminhos rurais, cuja contrapartida nacional é da responsabilidade das autarquias, com a aprovação de projectos dos municípios num valor significativo e com o prolongamento da elegibilidade das despesas para Junho de 2009, que a situação foi ultrapassada.

### **Resposta a pedidos de medidas correctivas na sequência auditorias da Comissão Europeia**

Importa, ainda, fazer referência à resposta dada aos pedidos de medidas correctivas formulados na sequência auditorias da Comissão Europeia.

A primeira nota relaciona-se com a auditoria levada a cabo pelos Serviços da Direcção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, realizada em Maio de 2007, relativa à medida 1.1 da Medida Agri “Investimentos em pequenas explorações agrícolas”- Inquérito nº RDO/2007/008/PT. A Comissão Europeia concluiu que existiam deficiências na verificação do cumprimento das normas mínimas em matéria de ambiente, higiene e bem-estar animal. Ao abrigo do artigo 39º, nº 2, do regulamento (CE) nº 1260/1999, realizou-se uma reunião em 1 de Julho de 2009, entre os serviços da Comissão Europeia e as autoridades nacionais, na qual se acordou com a aplicação de uma correcção forfetária de

2% sobre as despesas declaradas a título da subacção 1.1 até 15 de Março de 2007, por se considerar que as verificações das matérias atrás referidas, não se encontravam, até àquela data, suficientemente documentadas. Tal como referido no ponto 3.3.3.14. deste relatório, ao valor total FEOGA executado, haverá que efectuar uma correcção de 628.952 euros, correspondente a 2% de 31.447.600,19 euros, despesa certificada naquela acção até 15 de Março de 2007.

A segunda nota diz respeito à auditoria da DGREGIO no âmbito do Plano de Acção sobre contratação pública, Auditoria nº 2006/PT/REGIO/I2/470/1, a qual levou a uma correcção financeira na despesa de 16.816.005,07 euros a que corresponde um FEDER de 6.726.402. euros. Esta despesa foi anulada e não consta da certificação final de despesa. No ponto 5 deste relatório são discriminadas as tipologias de despesas que foram consideradas não elegíveis.





## 7. Principais avaliações do Programa Operacional

Para além da avaliação ex-ante efectuada de acordo com o artigo 41º do Regulamento (CE) nº 1260/1999, de 21 de Junho, regulamento que estabelece disposições gerais sobre os fundos estruturais, e que consta do Programa Operacional, foi efectuada a avaliação intercalar do Programa durante o ano de 2003 e, em 2005, foi efectuada a sua actualização (artigo 42º do regulamento citado).

### Avaliação intercalar

O Relatório Final da Avaliação Intercalar aprovado no decurso de 2003 apresenta as seguintes conclusões:

*CONFIRMAÇÃO DA RELEVÂNCIA DA ESTRATÉGIA:* apesar das diversas mudanças, de âmbito conjuntural, entre 2000 e 2002, confirmou-se a hierarquia de prioridades identificada no Programa;

*ANÁLISE DA COERÊNCIA INTERNA DA ESTRATÉGIA:* concluiu-se, em termos gerais, que a coerência interna dos objectivos do PO CENTRO não sofreu importantes alterações entre a Avaliação Ex-Ante e a Avaliação Intercalar, mantendo-se a distribuição financeira adequada. A análise mais detalhada, ao nível das Medidas, identifica algumas das situações menos coerentes em termos de arquitectura interna.

*ANÁLISE DA COERÊNCIA EXTERNA:* a análise da coerência externa permitiu “concluir que:

- a relação entre objectivos gerais do PO CENTRO e objectivos/eixos estratégicos do PDR, realizada no quadro da Avaliação Ex-Ante, evidencia uma maior interacção/relação directa ao nível do Eixo IV do PDR - “Promover o desenvolvimento sustentável das regiões e a coesão nacional”. Ao nível do Eixo III do PDR - “Afirmar a valia do território e da posição geoeconómica do País”, essa relação foi também identificada como sendo significativa;
- entre o PO CENTRO e os Programas Operacionais Sectoriais existem complementaridades e sinergias potenciais evidentes, embora as relações entre objectivos do primeiro e dos segundos nem sempre sejam directas, com excepção do Eixo III “Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas” onde os

objectivos gerais do PO CENTRO coincidem, grosso modo, com os objectivos dos PO Sectoriais, mas também existem algumas relações de sobreposição que requerem uma atenção redobrada para evitar duplicações;

- relações de complementaridade entre o PO CENTRO e os Programas Operacionais Sectoriais “Educação”, “Ciência, Tecnologia e Inovação”, “Sociedade da Informação” e “Economia”, com o Fundo de Coesão (Ambiente e Acessibilidades e Transportes) e com iniciativas comunitárias como o INTERREG III, EQUAL e LEADER +, afiguram-se francamente convergentes para a concretização dos grandes objectivos estratégicos assumidos para o período 2000-2006;
- existe um claro enquadramento das Medidas FSE /PO CENTRO nos objectivos globais do PNE, com particular ênfase para o objectivo relacionado com a melhoria da qualificação de base profissional da população activa que enquadra quatro das seis Medidas FSE, com particular destaque para a Medida associada ao desenvolvimento das competências dos recursos humanos da administração local;
- existe uma articulação preponderante das Medidas FSE/PO CENTRO com o Pilar 1 da EEE “Melhorar a empregabilidade” e com o Pilar 2 “Desenvolver o espírito empresarial”;
- o Programa dispõe de instrumentos para desenvolver a Estratégia de Lisboa ao nível regional.”

*ANÁLISE DA PERTINÊNCIA DOS INDICADORES DE QUANTIFICAÇÃO DOS OBJECTIVOS:* ao nível dos indicadores de contexto, concluiu-se da sua adequabilidade aos objectivos estratégicos definidos no Programa, existindo um bom nível de cobertura de indicadores na maioria dos domínios estratégicos de intervenção preconizados. Quanto aos indicadores relativos a objectivos globais, específicos e operacionais, concluiu-se que cobrem de forma satisfatória as cinco linhas prioritárias definidas no Programa.

No que se refere aos indicadores relativos às Prioridades Horizontais concluiu-se que são adequados para quantificar as situações de partida e de objectivo, respondendo satisfatoriamente às solicitações relativas à avaliação das Prioridades Sociedade de Informação e Ambiente, sendo os ligados à Prioridade Igualdade de Oportunidades

Homens/Mulheres, concentrados, fundamentalmente, nas acções no campo da formação, oferecendo uma visão bastante limitada relativamente a esta questão.

Quanto aos indicadores da Reserva de Eficiência, apesar de existir uma sobreposição em alguns dos indicadores escolhidos, realçou-se que os eram pertinentes e úteis para a avaliação da eficácia do Programa Operacional.

### *ANÁLISE DA INTEGRAÇÃO DAS PRIORIDADES HORIZONTAIS:*

#### *Prioridade Ambiente*

A análise permitiu concluir que a tipologia dos projectos candidatáveis às diversas Medidas directamente associadas a questões ambientais (Medida 1.2 – Ambiente e Recursos Naturais e Medida 3.13 – Ambiente) está de acordo com os princípios básicos de protecção ambiental referidos nos documentos de referência para o sector, sendo o principal o facto da verba existente para os investimentos infra-estruturais se afigurar manifestamente insuficiente para as necessidades da Região.

#### *Prioridade Igualdade de Oportunidades Homens/Mulheres*

Concluiu-se que, genericamente, o PO CENTRO integrou de forma satisfatória a Prioridade Horizontal Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres na definição global da estratégia a prosseguir no período de execução.

#### *Prioridade Sociedade da Informação*

Para além das Medidas do Eixo III, Sociedade de Informação, o Programa apresenta ao nível das prioridades estratégicas “acesso da população aos serviços universais e infraestruturação” e “qualificação dos factores de competitividade da economia regional” um conjunto diversificado de Medidas que permitem afirmar que a Prioridade Transversal foi incorporada de forma bastante satisfatória na estratégia e estrutura do Programa.

*AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO SISTEMA DE GESTÃO E DE ACOMPANHAMENTO:* foram apresentadas diversas reflexões e conclusões relativas aos sistema de gestão e de acompanhamento, designadamente no que respeita à pertinência e consistência do Modelo de Gestão, ao contexto político – institucional, à transversalização de políticas públicas, à função da comunicação e do controlo de 1º nível.

*AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA o PO CENTRO:* Concluiu-se que o Programa registou níveis de eficácia positivos, com situações desiguais, uma boa capacidade de cumprimento de metas financeiras da parte do FEDER e do FSE e algumas dificuldades por parte do FEOGA (30,8%) e, principalmente, do IFOP.

*AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA:* apesar das dificuldades encontradas na aplicação da metodologia, a avaliação concluiu que o desempenho do PO CENTRO, em termos de eficiência, foi extremamente positivo.

*AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DE RESERVA DE EFICIÊNCIA:* As estimativas dos indicadores da Reserva de Eficiência a 31 de Dezembro de 2003 ultrapassaram, de forma clara, e salvo algumas excepções, as metas previstas em Complemento de Programação para o mesmo ano.

Foram apresentadas algumas recomendações tanto ao nível da concertação interna e externa, como de reprogramação financeira do Programa (reforço e reajustamento entre medidas), que foram tidas em consideração da reprogramação intercalar do PO ocorrida em 2004.

De facto nesta avaliação, e ao nível do reforço e reprogramação financeira era proposto:

*“Reforçar prioritariamente os domínios estratégicos mais relevantes – num quadro de recessão da competitividade regional o reforço financeiro deverá convergir prioritariamente nas Medidas que incidem nos vectores-chave do desenvolvimento regional e onde as dotações financeiras estejam absolutamente esgotadas, não permitindo alcançar as metas, como se verificam nos casos da Medidas 1.2, 1.3, 1.4 e 1.7 e pelo seu papel supletivo a Medida 1.8;*

*Apoiar a concretização de projectos de excelência de grande impacte estratégico – as Medidas 2.3, 2.4, 2.5 e 2.6 deverão ser beneficiadas de reforço financeiro destinado à concretização de projectos de excelência de evidente relevância para o incremento da competitividade regional e para a concretização da estratégia definida;*

*Assegurar os ritmos de expansão da cobertura do pré-escolar – a Medida 3.1 deverá beneficiar de reforço financeiro destinado a incrementar o grau de cobertura regional da rede de equipamentos do pré-escolar.”*

*“Reprogramação das Medidas 1.6 e 3.3 – no quando do FSE e das prioridades regionais face ao incremento do desemprego julgamos ser fundamental proceder a uma transferência de dotação financeira da Medida 1.6 (dispõe de recursos financeiros desproporcionados da procura real) para a Medida 3.3 no sentido de incrementar as políticas activa de emprego.”*

Estas propostas tiveram na sua maioria acolhimento como se poderá constatar no quadro 11 do anexo ao relatório.

### Quadro 7.1 PO Centro Reprogramação na sequência da avaliação intercalar

Unidade: euros

Medidas com alterações	Reprogramação 2004 Fundo
1.1- Equipamento e infra-estruturas locais	6.286.072
1.4 - Qualificação dos aglomerados urbanos e das estruturas de povoamento	9.000.000
1.5 - Apoio às actividades económicas, actividades de desenvolvimento territorial e apoio à eficácia das políticas públicas	-2.000.000
1.6 - Desenvolvimento dos recursos humanos	-7.722.275
1.7 - Acções Específicas de Valorização Territorial	8.000.000
1.9- Saneamento Básico	31.000.000
2.1 - Acção Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades - Componente Territorial	9.000.000
2.2 - Acção Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades - Componente Empregabilidade	-5.162.466
2.6 - Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (FEDER)	5.000.000
2.7 - Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (FEOGA)	4.000.000
2.8 - Desenvolvimento dos recursos humanos e promoção da coesão social	3.286.425
3.1 - Educação - Infra-estruturas da educação Pré-escolar e dos Ensinos Básicos e Secundários	10.000.000
3.3 - Promoção da Empregabilidade e do Emprego a Nível Local	14.598.316
3.13 - Ambiente	4.000.000
3.14 - Agricultura e Desenvolvimento Rural	-1.500.000
Total do Programa	87.786.072
Total medidas FEDER	80.286.072
Total medidas FSE	5.000.000
Total medidas FEOGA	2.500.000
Total medidas IFOP	0

### Actualização da avaliação intercalar

Nos termos do nº 4 do artigo 42º do Reg. (CE) Nº 1260/1999 do Conselho de 21 de Junho de 1999, já citado, no prolongamento da avaliação intercalar, foi efectuada a actualização dessa avaliação, durante o ano de 2005.

Para o efeito foi realizado o Estudo da Actualização da Avaliação Intercalar do Programa Operacional da Região Centro 2000-2006 (QCA III).

O objectivo geral da avaliação intercalar foi uma actualização de objectivos específicos de reprogramação, ou de reorientação financeira do programa, antecipando uma visão prospectiva do próximo período de programação, estruturando as opções a formalizar na avaliação ex-ante (2007-2013) e perspectivando os resultados finais da avaliação ex-post (2000-2006).

As principais orientações e recomendações para o período de programação 2000-2006, expressas no documento síntese “Sumário executivo do relatório final do Estudo de Actualização da Avaliação Intercalar do PO Centro, foram:

- Reorientar a actuação estratégica das medidas com vista à concretização dos objectivos;
- Incrementar as práticas de pró-actividade com vista a gerar um maior volume de candidaturas;
- Elevar os níveis de acompanhamento dos projectos de forma a elevar a execução financeira das medidas;
- Assegurar o rápido encerramento dos projectos e das medidas;
- Diversificar as experiências de avaliação final e proceder a uma ampla divulgação dos resultados e impactes.

No que concerne ao próximo período de período de programação (2007-2013), foram propostas, no estudo, as seguintes orientações e recomendações:

- Ao nível da produção de planeamento de suporte à programação: Concretizar um sistema de planeamento regional que suporte a programação; Reforçar da territorialização das políticas públicas – reflexão estratégica sectorial; Reforço do planeamento intermunicipal.
- Ao nível dos objectivos e domínios de actuação prioritário: Objectivo de reforçar a competitividade regional; Reduzir os estrangulamentos estruturais;
- Ao nível da estruturação do programa: Aprimorar a estrutura do programa aos desafios de desenvolvimento regional; Melhorar a articulação das medidas temáticas transversais e outras medidas; Dar continuidade às medidas temáticas focalizadas; Reforçar a desconcentração de competências; Sofisticar a estruturação interna das medidas; Assegurar

a continuidade de sistemas de incentivos nas medidas sub-regionais; Reduzir o espectro de tipologias de projecto nas medidas; Aprofundar a articulação entre FEDER e Fundo de Coesão; Orientação das medidas sectoriais para projectos de relevância regional; Evitar a construção de programas nacionais temáticos a partir de medidas do programa regional; Flexibilizar a gestão no desenvolvimento rural; Estabelecer limiares mínimos de investimento nos projectos de Desenvolvimento Rural;

- Ao nível do modelo e práticas de gestão: Aprofundar o modelo regionalmente desconcentrado; Empreender experiências de contratualização; Garantir que a CCDR desempenhará um papel de liderança nas medidas de enfoque sub-regional; Desenvolver experiências de selecção de candidaturas por concurso para as autarquias; Dimensionar adequadamente as estruturas técnicas das medidas sub-regionais; Elevar os níveis de selectividade na apreciação de candidaturas; Privilegiar acções imateriais no âmbito do Desenvolvimento Rural;

- Ao nível do Sistema de Informação: Criação de uma solução informática própria; Melhorar a Informação no sentido de Reforçar o Apoio à Análise da Eficiência; Simplificar o sistema de indicadores; Reforçar a intervenção no sistema de indicadores de objectivo; Tornar o processo de quantificação dos indicadores mais normalizado e transparente, com base na existência de uma ficha de caracterização de cada um dos indicadores; Definir indicadores coerentes para os domínios comuns e para todos os territórios, de forma a promover a comparabilidade e a referenciação;

- Ao Nível da avaliação e monitorização: Aumentar o rigor crítico da Avaliação Ex-Ante; Melhorar a estimativa de metas a alcançar; Implementar procedimentos no âmbito do FSE que permitam melhorar a adequação das acções aos objectivos e às necessidades.

## **8. Medidas adoptadas para assegurar a compatibilidade das políticas comunitárias e a coordenação de conjunto**

Este capítulo tem como objectivo apresentar as iniciativas tomadas para assegurar o respeito pelas políticas comunitárias, nomeadamente as regras da concorrência, os mercados públicos, a protecção do ambiente, a promoção da igualdade entre homens e mulheres, a compatibilidade com a política agrícola comum e o contributo para a Estratégia Europeia para o Emprego. Em todas as medidas foi cumprido o respeito pelas políticas comunitárias, sendo que uma parte significativa do seu cumprimento decorre da regulamentação das diferentes medidas do Programa.

### **8.1. Contributo para a Estratégia Europeia de Emprego e igualdade de oportunidades**

A execução do PO Centro, ao longo dos diversos anos de implementação do Programa, teve presente os princípios filosóficos para a consecução dos objectivos previstos na Estratégia Europeia de Emprego delineados na cimeira do Luxemburgo, bem como a concretização das recomendações da Primavera da Conferência de Berlim (Março de 2003) e do Conselho de Bruxelas, nomeadamente o apoio aos investimentos no domínio dos recursos humanos e da criação de infra-estruturas e equipamentos que facilitam a conciliação do trabalho com a vida familiar.

Obviamente que estas preocupações estiveram naturalmente alinhadas com a execução de políticas de emprego e de inclusão de cariz multidisciplinar de coordenação nacional, nomeadamente o Plano Nacional do Emprego (PNE) e o Plano Nacional para a Inclusão (PNAI), o que vem confirmar o cumprimento dos princípios da Adicionalidade e da Subsidiariedade.

Na recta final da execução do PO Centro, onde a escassez de orçamento se revela como elemento de constrangimento, a gestão procurou manter a utilização de critérios de maior eficácia tendentes à concretização das orientações da Estratégia Europeia de Emprego (EEE), nomeadamente a melhoria da empregabilidade, do espírito empresarial, da adaptabilidade e da igualdade de oportunidades.



Igualmente a execução das diferentes medidas do POCentro, com impactos directos ou indirectos em termos da quantidade e qualidade do emprego, tiveram em consideração as orientações para as Políticas de Emprego.

O lançamento do Programa Nacional de Novas Oportunidades, onde a articulação das Políticas Educativa e de Emprego comungam dos mesmos Objectivos Estratégicos, visando o acréscimo de qualificação dos portugueses, trouxe uma preocupação adicional à Gestão do Programa, Assim, houve necessidade de concentrar a intervenção directa das medidas FSE, contribuindo-se de forma positiva para o reforço da execução de cursos de dupla certificação, escolar e profissional, com impactos positivos na facilitação da reinserção sócio-profissional de desempregados na vida activa, bem como da sua adaptabilidade ao mundo do trabalho.

A modernização da Administração Pública Local foi uma preocupação presente na medida 1.6, vulgarmente conhecida pela medida FORAL, onde se concentraram os recursos financeiros em projectos de Formação-Acção, com especial impacto no reforço das competências profissionais dos funcionários e na competitividade da administração pública local. Estas acções procuraram atenuar os impactos negativos da transferência de competências da administração pública central para a local, as quais foram consideradas boas práticas na desburocratização e simplificação de procedimentos da Administração Pública.

A diminuição da instabilidade e precariedade da qualidade do emprego passa igualmente pelo reforço das competências profissionais no domínio das TIC, visando a adaptabilidade dos portugueses a novos desafios ao nível profissional e pessoal.

A articulação do POCentro com o POSC - Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento permitiu reenquadrar a medida III.7, visando a sua adaptação às expectativas dos actores regionais, nomeadamente o apoio à certificação de competências em TIC.

### ADAPTABILIDADE

A globalização da economia mundial, com efeitos económicos em todos os sectores de actividade, onde se destaca a reestruturação de empresas e a deslocalização de outras de mão-de-obra intensiva, foi uma problemática que mereceu a melhor atenção, pois os seus

efeitos verificam-se a todos os níveis, nomeadamente na diminuição da criação da riqueza, aumento do desemprego de longa duração, sobretudo em trabalhadores com níveis etários mais elevados, e igualmente no acréscimo de dificuldades de reinserção na vida activa.

A melhoria da adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas, visando o aumento da competitividade, a diminuição do desemprego, o prolongamento da vida activa e o reforço do mercado laboral com a inclusão e/ou manutenção de trabalhadores em desvantagem foi um dos objectivos na gestão dos apoios FSE.

As medidas que mais contribuíram para este pilar foram: a Medida I.6 – Desenvolvimento dos Recursos Humanos no âmbito da Administração Local e a Medida III.3 – Intervenção Desconcentrada do Emprego, através da acção-tipo III.3.1.2 - Qualificação e Reconversão Profissional.

De menor dimensão quantitativa, mas com uma vertente forte em termos de territorialização da política de emprego, a medida II.08 – Desenvolvimento de Recursos Humanos e Promoção da Coesão Social cofinanciou projectos de formação dirigidos a empregados e a desempregados.

A execução coordenada da medida II.8 com outras do Eixo das AIBT, permitiu a optimização de investimentos apoiados no âmbito de projectos FEDER/FEOGA. Apesar de não se tratar de projectos integrados, esta articulação e concretização de projectos materiais com imateriais do FSE, proporcionou impactos positivos relevantes na qualidade de vida das pessoas e na melhoria da dinâmica de economias locais em territórios desfavorecidos.

Medida	Formandos
1.6 - Desenvolvimento dos Recursos Humanos	93.290
2.8 - Desenvolvimento de Recursos Humanos e Promoção da Coesão Social	7.108
3.3 - Intervenção Desconcentrada do Emprego Acção Tipo 3.3.12	10.847
3.7 – Sociedade da informação	16.686

As acções formativas reforçaram as competências profissionais dos destinatários ao nível comportamental, gestão organizativa e participativa, aprendizagem ao longo da vida e novas tecnologias de informação e comunicação, pelo que se revelaram importantes para

Adaptabilidade dos trabalhadores aos novos processos de gestão associados às novas exigências do mercado laboral consequentes da globalização e igualmente à introdução das novas tecnologias no processo de trabalho, combatendo assim a infoexclusão.

A medida 3.7 – Sociedade da Informação: Criar Competências para o Desenvolvimento de Portugal Digital, dirigida à certificação de competências em tecnologias de informação e comunicação, abrangeu 16.686 formandos.

### CRIAÇÃO DE EMPREGO E ESPÍRITO EMPRESARIAL

Criar Mais e Melhores Empregos numa estratégia de desenvolvimento local, com especial atenção a dinamização e criação de micro empresas relacionadas com a problemática e as potencialidades locais, bem como o lançamento de projectos inovadores na área dos serviços, investigação e desenvolvimento foram temáticas que o POCentro teve presente.

Apesar de não cofinanciar directamente projectos de criação de empresas, a gestão da medida 2.8 permitiu dar algum enfoque à problemática do Empreendedorismo. Em sede de promoção da medida, foram sensibilizadas algumas entidades formadoras para o desenvolvimento de acções formativas dirigidas à capacitação dos formandos em competências imprescindíveis à criação de empresas. Esta estratégia foi melhor conseguida junto de desempregados diplomados residentes em centros urbanos de média dimensão, nomeadamente Coimbra, Aveiro, Guarda e Covilhã.

Igualmente esteve presente a preocupação das acções formativas de qualificação inicial dirigidas a desempregados incluírem módulos de criação e gestão de micro empresas, bem como a realização de práticas em contexto de trabalho, visando a facilitação da criação de pequenos negócios e/ou a inserção profissional dos formandos.

Igualmente não poderá ser ignorado o esforço desenvolvido pelas medidas 3.3-Intervenção Desconcentrada do Emprego e 3.4-Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local, pois os contratos programa com o IIEFP, permitiram apoiar a criação de novos postos de trabalho, respectivamente pelo FSE e pelo FEDER, sendo este totalmente encaminhado para novas Iniciativas Locais de Emprego.

### EMPREGABILIDADE

A consecução da utopia do pleno emprego numa óptica de mercado de emprego inclusivo foi uma estratégia abraçada, concentrando para o efeito o máximo de esforços possíveis na execução de políticas que visam a sua obtenção.

O reforço da qualificação de pessoas desfavorecidas, o aumento do investimento no capital humano e a adaptação dos sistemas de educação e formação são estratégias inerentes à promoção da empregabilidade.

A Região Centro apresenta uma população activa com baixos níveis de escolarização e qualificação profissional. Na fase anterior à grande expansão dos cursos técnico-profissionais no ensino secundário, a ineficácia da reforma do Sistema Educativo, nomeadamente o funcionamento de cursos tecnológicos de grande vertente de formação teórica de base e com graus de complexidade não compatíveis com o público alvo e com as saídas profissionais propostas, resultou em saídas precoces da escola, fraca atractividade e adaptabilidade dos planos curriculares à vida real e uma taxa de pré-escolarização não satisfatória.

A valorização da oferta formativa para desempregados, através do aumento das saídas profissionais do secundário, a disponibilização de acções formativas transversais para públicos com elevadas formações académicas em áreas de reduzida empregabilidade, bem com incentivo à promoção de cursos de formação avançada para activos empregados foram apostas do POCentro, donde se destaca a realização de um número significativo de projectos dirigidos a quadros superiores da administração local financiados pela medida 1.6.

Para a promoção de estratégias da Aprendizagem ao Longo da Vida, nomeadamente através da melhoria da qualidade e eficiência dos sistemas de dupla certificação, Educação e Formação, foi determinante o FSE no cofinanciamento da medida 3.2 -Ensino Profissional e da acção tipo 3.3.1.1 – Qualificação Profissional com Progressão Escolar (cursos EFA).

Ainda no domínio da melhoria da empregabilidade, visando a criação de mais e melhores empregos, as acções tipo PEPAL-estagiários para a Administração Local, 3.3.1.4 – Especialização Profissional de Quadros Superiores e 3.3.1.6 – Estágios Profissionais também desempenharam um papel importante na facilitação da transição dos jovens para o mundo de trabalho, principalmente dos jovens diplomados, segmento da população activa com taxas de desemprego acrescidas com especial significado nos candidatos ao 1º emprego.

Medida	Formandos
1.6 - PEPAL-Estágios Profissionais	300
3.2 - Ensino Profissional	25.289
3.3 - Intervenção Desconcentrada do Emprego	19.781
Acção Tipo 3.3.1.6	

## IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

O POCentro não possui instrumentos de política específicos à concretização dos objectivos previstos no IV Pilar - Promoção da Igualdade de Oportunidades (I/O). Contudo, não poderemos ignorar que a conciliação da vida profissional com a familiar não se concretiza somente com intervenções directas na melhoria das competências pessoais e profissionais dos públicos alvos, mas também com acções de sensibilização para a (re)organização e flexibilização dos horários de trabalho e a valorização em termos económicos e de liderança do trabalho feminino junto dos média, da classe política, dos parceiros sociais, com especial significado das entidades patronais. Estas medidas são também importantes para a mudança cultural da abordagem do mercado de trabalho, mas que em termos de enquadramento na tipologia das acções tipo do POCentro necessitam do cumprimento de outras especificidades.

Igualmente importante e já com a intervenção do POCentro, são os efeitos induzidos com a concretização de determinados investimentos que permitem impactos positivos na I/O, nomeadamente no acréscimo de respostas de apoio social em termos de serviços de proximidade (infantários, rede pré-escolar), na melhoria dos cuidados de saúde em termos de aproximação dos mesmos aos utentes, na melhoria da acessibilidade intra e inter centros urbanos, bem como na melhoria da qualidade e da velocidade de prestação de serviços por parte dos organismos da administração local e central, nomeadamente com a criação das cidades digitais e na melhoria de qualidade de atendimento aos utentes.

A distribuição global do número de beneficiários por género nas medidas 1.6; 2.8; 3.2 e 3.3 apresenta uma taxa ligeiramente superior para as mulheres. Numa análise medida a medida, verificamos que as medidas mais direccionadas para desempregados revelam taxas de participação superiores das mulheres, contribuindo assim de forma directa para a igualdade no acesso ao mercado de trabalho.

Medida	Pessoas/formandos abrangidos				total
	Homens	%	Mulheres	%	
1.6	49.575	53	44.015	47	93.590
2.8	2.710	38	4.398	62	7.108
3.2	14.041	56	11.248	44	25.289
3.3	17.593	34	34.542	66	52.135
<b>Total</b>	<b>83.919</b>	<b>47</b>	<b>94.203</b>	<b>53</b>	<b>178.122</b>

Relativamente à recomendação da Melhoria do Acesso da Mulher ao Mercado de Trabalho, as diferentes medidas FSE do POCentro utilizaram critérios de discriminação positivos (valorização dos projectos) em termos de selectividade, designadamente a integração nas fichas de análise multicritério de avaliação, itens relacionados com a redução da segregação sectorial e profissional, a valorização do trabalho feminino e a melhoria das condições de empregabilidade pelo reforço da educação/formação.

## 8.2. Concorrência - Regime de Ajudas

Os regimes de ajudas previstos no Programa Operacional e no Complemento de Programação dizem respeito a:

- **3.11. Economia:** PITER – Programas integrados turísticos de natureza estruturante e base regional (Auxílio estatal nº 124/2000); Apoio ao aproveitamento do potencial energético (Auxílio estatal nº 219/2000); Apoios às Áreas de Localização Empresarial (Auxílio Estatal nº 459/2003).
- Auxílios abrangidos pela regra “*minimis*” nas Medidas:
  - 2.3 Acções inovadoras de dinamização das aldeias
  - 2.4 Acção integrada Turismo e Património no Vale do Côa
  - 2.5 Acção integrada de base territorial da Serra da Estrela
  - 2.6 Acção integrada de base territorial do Pinhal Interior (FEDER)
  - 3.3 e 3.4 - Programa de estímulo à oferta de emprego (Port. 196-A/2001, de 10 de Março);
  - 3.6 – Sociedade de informação.

Destes foi implementado o Regime de apoio ao aproveitamento do potencial energético e PITER, estando a ser cumpridos os regulamentos específicos, publicados na sequência da sua notificação à Comissão Europeia.

Dos apoios abrangidos pela regra “*minimis*” foram implementados os previstos nas Medidas do Eixo II e nas medidas III.3 e III.4 do Eixo III do Programa Operacional.

No que respeita às Medidas do Eixo II foram publicados, em 2003, os respectivos despachos que regulamento a aplicação desses apoios. Em 2004 os regulamentos das medidas 2.5 e 2.6 sofreram alterações. A existência de apoios a conceder ao abrigo da regra *minimis*, no âmbito das AIBTs, pressupõe que seja assegurado o cumprimento do limiar de 100.000 euros, a um mesmo beneficiário, durante um período de três anos. Neste sentido a entidade Gestora do PO Centro comunicava à Direcção Geral do Desenvolvimento Regional a informação necessária ao controle de acumulação de ajudas, que é feito através de registo central, criado para o efeito, por aquela Direcção Geral. De facto, o controlo do limite de acumulação dos auxílios *minimis* foi atribuído à Direcção Geral do Desenvolvimento Regional, por Despacho governamental de 2002/09/11.

Os apoios da Medida 3.3 e 3.4 são concedidos através do Programa de Estímulo à Oferta de Emprego. Estes apoios são geridos pelo IEFP, de acordo com contratos-programa celebrados com o gestor e Coordenador das Medidas.

A DGDR, no exercício da Presidência da Comissão de gestão do QCA III, centraliza a informação relativa aos auxílios de *minimis* efectivamente já implementados e recolhe a informação sobre os apoios concedidos. No caso do PO Centro, atendendo à situação actual dos regimes em vigor, a informação é fornecida pelo IEFP, no caso das medidas 3.3 e 3.4, e pela autoridade de Gestão, no caso do Eixo II.

A DGDR, no exercício da Presidência da Comissão de gestão do QCA III, centraliza a informação relativa aos auxílios de *minimis* efectivamente já implementados e recolhe a informação sobre os apoios concedidos. No caso do PO Centro, a informação é fornecida pelo IEFP, nos projectos das medidas 3.3 e 3.4, e pela autoridade de Gestão, nos projectos das medidas do Eixo II.

Conforme previsto no artigo 19º do Reg. (CE) nº 2792/1999 do Conselho de 17 de Dezembro, que define os critérios e condições de aplicação do IFOP, as contrapartidas nacionais dos programas cofinanciados pelo IFOP, teriam de ser notificados à Comissão de

acordo com os artigos 87º a 89º do Tratado, ou seja, como se de um auxílio exclusivamente nacional se tratasse. Nestes termos, a DGPA, enquanto interlocutora do Fundo, notificou, em conjunto, dado que eram da mesma natureza e tipologia, as medidas desconcentradas das Pescas do PO Norte, Centro, Alentejo e Algarve. O auxílio foi registado pela COM como o auxílio N 779/2001. Este auxílio, embora limitado às contrapartidas nacionais dos regimes comunitários e fixados dentro dos limiares previstos no Anexo IV do regulamento anteriormente referido, apenas foi aprovado pela Comissão em 2002, tendo tal facto justificado uma prorrogação da aplicação da regra n+2.

### **8.3. Respeito pela política agrícola comum.**

A compatibilidade do Programa Regional e, em particular, das medidas cofinanciadas pelo FEOGA-O com a PAC ficou assegurada nas diversas negociações entre as autoridades nacionais e a Comissão Europeia, quer na própria fase de concepção quer nas alterações subsequentes do Complemento de Programação aprovadas pela Comissão de Acompanhamento, existindo, assim, a garantia que as diversas Acções que compõem as medidas FEOGA-O:

- Tenham assegurado, além do cumprimento de quotas e restrições específicas, a coerência entre as propostas no Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural “AGRO” e a Medida “Agris” – esta confirmação foi assegurada através da verificação de responsabilidades do beneficiário no SIADRU.
- Ao apoios concedidos não colidem com as ajudas concedidas no âmbito das diversas Organizações Comuns de Mercado (OCM);
- Decorrem, em termos de enquadramento, do estipulado no Regulamento (CE) nº 1257/99, pelo que a compatibilidade das mesmas com este regulamento está assegurada à partida, não tendo sido efectuado qualquer pedido de excepção ao abrigo do artigo 37º desse regulamento.

Foram introduzidas em Circulares de aplicação e rotinadas em comportamentos de análise, as condicionantes que resultam da Política Agrícola Comum.

Saliente-se neste domínio, a reflexão que foi conduzida no seio dos diferentes programas com intervenção no sector agrícola, no sentido de assegurar a sua diferença e



complementaridade, e no sentido de integrar o mais possível, as tendências resultantes do curso da reforma PAC.

#### **8.4. Mercados Públicos.**

A autoridade de gestão, no âmbito dos sistemas de gestão e controlo implementados na Intervenção Operacional do Centro, tem tido uma especial atenção quanto às despesas realizadas mediante a celebração de contratos públicos, nos termos previstos nos art.ºs 4.º do Regulamento (CE) n.º 438/2001, de 2 de Março no âmbito dos Fundos e Instrumentos Financeiros Estruturais.

Estas matérias são enquadradas em sede de legislação nacional por:

- Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 163/99, de 14 de Setembro e pelo Decreto-Lei n.º 159/00, de 27 de Julho, relativos ao regime jurídico das empreitadas de obras públicas;
- Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, alterado pelo Decreto-lei n.º 245/2003, de 7 de Outubro, relativo ao regime de realização de despesas públicas com locação, empreitadas de obras públicas, prestação de serviços e aquisição de bens, bem como o da contratação pública relativa à prestação de serviços, locação e aquisição de bens móveis.
- Decreto-Lei n.º 223/2001, de 9 de Agosto, relativo à contratação de empreitadas, fornecimentos e prestação de serviços nos sectores da água, energia, dos transportes e das telecomunicações.

Os citados regimes jurídicos decorrem da transposição de Directivas Comunitárias, no que concerne à contratação de empreitadas de obras públicas e de fornecimentos públicos - Directivas 93/37/CEE, do Conselho, de 14 de Junho, e 93/36/CEE, do Conselho, de 14 de Junho, com as alterações da Directiva n.º 97/52/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Outubro. Os processos de celebração dos contratos nos sectores da água, da energia, dos transportes e das telecomunicações é regulada pela Directiva 93/38/CEE, do Conselho, de 14 de Junho, alterada pela Directiva 98/4/CEE, de 16 de Fevereiro.

No âmbito do FEDER, e na sequência do Plano de Acção executado pelo IFDR, a Autoridade de Gestão implementou um conjunto de medidas de intensificação dos procedimentos de verificação do cumprimento das regras contratação pública.

De facto, a Comissão Europeia informou que, durante a auditoria efectuada em Setembro/Outubro de 2004, relativa à verificação dos sistemas de gestão e controlo implementados para o período de programação 2000-2006, nomeadamente durante a verificação da qualidade dos controlos artigo 10º, em concreto sobre a aplicação das regras de mercados públicos, verificou que as Directivas Comunitárias não estavam a ser bem aplicadas, nomeadamente em três dos seus aspectos: “trabalhos a mais”, modificação do objecto físico da execução em relação aos trabalhos do concurso e da adjudicação e aplicação correcta dos dois subcritérios, de selecção dos concorrentes e de adjudicação.

É neste contexto que foram adoptados procedimentos com a preocupação de dar evidência à verificação do cumprimento das Regras dos Mercados Públicos nas Medidas FEDER, segundo a seguinte metodologia:

1 - Para contratos com despesa validada apenas a partir de 1 de Janeiro de 2005 e até 31 de Dezembro de 2005.

Atendendo ao disposto no artigo 4º REG (CE) nº 438/2001, e no âmbito do estabelecido no artigo 29º do DL 54-A/2000 de 7/04, os sistemas de gestão e controlo, na instituição de regras de verificação dos procedimentos de contratação pública, recorreu-se a verificações não exaustivas, baseadas numa amostra de operações.

2 - Para contratos com despesa validada apenas a partir de 01 de Janeiro de 2006.

Verificação através de preenchimento pelo promotor de uma check-list preparada para o efeito, e simultaneamente preenchimento de outra check-list pela EAT do PO Centro.

Já em 2008 a Comissão Europeia, através de carta da Direcção Geral de Política Regional, transmitiu às Autoridades nacionais a sua posição sobre a utilização dos contratos de aprovisionamento adjudicados pela Direcção Geral do Património, homologados através da Portaria n.º 161/1999, de 23 de Fevereiro. Esta Portaria estabelece as condições de fornecimento ao Estado Português de redes de comunicação de dados e serviços de suporte lógicos operativos e outros equipamentos de tecnologias de informação, exemplo de microcomputadores, periféricos, equipamento opcional, acessórios e consumíveis. De acordo com a referida Portaria, o contrato de aprovisionamento celebrado com os fornecedores era válido por um ano e poderia ser renovado até três anos, tendo-se verificado que o prazo foi ultrapassado. Neste contexto, a CE considerou todos os contratos celebrados ao abrigo do Acordo após 3 de Fevereiro de 2002 como irregulares, propondo

uma correcção financeira de 5% à despesa declarada à CE relativa aos contratos adjudicados após 3 de Fevereiro de 2003 referente a valores superiores aos limiares das Directivas Comunitárias nesta matéria. Apesar da despesa do PO Centro naquelas condições ser diminuta, nos termos da comunicação e orientações estabelecidas pelo IFDR nesta matéria, identificou-se a despesa associada a esses contratos e anulou-se a despesa correspondente a 5% do valor certificado.

### **8.5. Protecção e Melhoria do Ambiente**

A compatibilidade das intervenções no âmbito do Programa com as políticas comunitárias é assegurada através de uma estreita cooperação com as entidades nacionais com competência na matéria. Assim, no âmbito das questões relacionadas com o ambiente, os projectos com eventuais repercussões são submetidos a apreciação prévia do Ministério do Ambiente ou, quando a lei assim o determina, exige-se a avaliação de impacte ambiental, conforme Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, alterado pelo 197/2005, de 8 de Novembro, e que transpõem para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 85/337/CEE, do Conselho, de 27 de Junho, com as alterações introduzidas pela Directiva n.º 97/11/CE, do Conselho, de 3 de Março.

No caso do Grande Projecto de “Armazenagem de Gás foi constituída uma Comissão que acompanhou os trabalhos de realização da obra e seu impacto ambiental.

Mesmo após a aprovação dos projectos e sempre que exista algum problema no domínio do cumprimento das regras ambientais, a gestão do P. O. acciona as medidas correctivas adequadas.

O quadro de gestão e acompanhamento do QCA III adoptado em Portugal visou garantir que os investimentos a realizar não prejudicassem o ambiente e o ordenamento do território, prevendo-se para o efeito a presença de representantes do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAOT) em diversos órgãos de controlo e decisão, designadamente comissões e unidades de gestão.

Assim, nos termos do n.º 3 do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 54-A/2000, de 7 de Abril, sempre que estejam em causa questões relevantes em matéria do ambiente e conservação da natureza e ordenamento do território, haverá um representante do Ministério do Ambiente

e do Ordenamento do Território na própria Comissão de Coordenação do QCA III, cuja missão é a respectiva coordenação global em todas as vertentes, de forma a assegurar a eficácia e a unidade dos procedimentos.

Por outro lado, nos termos do n.º 10 do art.º 31.º do Decreto-Lei n.º 54-A/2000, de 7 de Abril, as Unidades de Gestão relativas a intervenções operacionais com incidência directa em matéria de ambiente ou com incidência estruturante no ordenamento território, como é o caso deste Programa, são sempre integradas por um representante do MAOT.

Finalmente, a Comissão de Acompanhamento do Programa integra, um representante do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, quando este não integre a respectiva Unidade de Gestão (alínea b) do n.º 1 do art.º 39.º do Decreto-Lei n.º 54-A/2000, de 7 de Abril).

O Programa apoiou dois tipos fundamentais de investimentos no domínio do ambiente: investimentos que visaram dar continuidade na implementação de infra-estruturas ainda necessárias ao nível local, no âmbito das medidas do Eixo I; investimentos dirigidos à protecção dos recursos regionais, salientando-se as intervenções da medida Ambiente, no âmbito das Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas.

De facto esta medida Ambiente integra preocupações de protecção directa dos recursos, nomeadamente no que se refere ao património e recursos naturais, como seja acções dirigidas às espécies e aos habitats e acções de protecção e requalificação da faixa costeira e de reabilitação e valorização da rede hidrográfica nacional e das albufeiras, mas também considera acções mais associadas a um carácter de sustentabilidade ambiental, introduzindo domínios como a informação, formação e gestão ambientais e o apoio à sustentabilidade económica.

De destacar que a preocupação pelo domínio ambiental se reflecte em noutras medidas do Programa, designadamente nas seguintes:

- Agricultura e Desenvolvimento Rural, com o desenvolvimento sustentável das florestas, a gestão dos recursos hídricos e a valorização do ambiente;
- Qualificação e Competitividade das Cidades, com a valorização de espaços com importância ambiental;

- Ambiente e recursos naturais e Saneamento Básico, no que respeita ao nível das infra-estruturas de saneamento.

Apresentam-se algumas notas sobre a Directiva Habitats/Rede Natura 2000, bem como alguns aspectos específicos dos projectos apoiados neste programa.

### *Aspectos gerais*

No espaço comunitário, o principal acto de direito comunitário no domínio da conservação da Natureza surgiu com a publicação da Directiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio, relativa à conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens (directiva habitats).

Este diploma visa a conservação da biodiversidade, através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens do território da União Europeia, nomeadamente mediante a criação de um conjunto de sítios de interesse comunitário (Rede Natura 2000).

De acordo com o artigo 4º da Directiva 92/43/CE (Habitats), as autoridades portuguesas, na apresentação do III QCA, assumiram o compromisso de apresentar a 2ª fase da lista de sítios propostos para a Rede Natura 2000, assim como a garantia formal de que não deixariam deteriorar esses sítios aquando da realização das intervenções co-financiadas pelos Fundos Estruturais.

A concretização da Rede Ecológica Europeia “Natura 2000” e a promoção de todos os esforços para que os Sítios considerados de interesse comunitário fossem efectivamente preservados, tem sido uma das prioridades prosseguidas pelo Governo Português na senda do Desenvolvimento Sustentável.

O empenhamento das autoridades portuguesas traduziu-se na aprovação pelo Governo (RCM nº142/97 de 28 de Agosto) da Lista Nacional de Sítios (1ª fase) susceptíveis de serem designados como Sítios de Interesse Comunitário. Esta fase é constituída, no território continental, por 31 sítios com uma área total de 1.137.836 ha, ocupando cerca de 12% do território. O Governo, concluídos os trabalhos de inventariação técnica dos valores ambientais e a necessária discussão pública, completou a Lista Nacional de Sítios tendo aprovado a 2ª e última fase da referida lista, contendo mais 29 sítios (RCM 76/2000). A área ocupada por estes é de 435.374 ha que cobre 4,9% do território. No total ficarão assim inscritos nas Listas Nacionais 60 sítios, com uma área de 1.572.899 ha, abarcando 17,7% do

território. Deverá, todavia, recordar-se, que a expressão da Rede Natura em Portugal, inclui, ainda, as chamadas Zonas de Protecção Especial, classificadas ao abrigo da Directiva Aves (Directiva 79/409/CEE – relativa à conservação das aves selvagens), que envolve 822.011 ha, correspondente a 8,4% do território nacional.

Deste modo, a área classificada em Portugal Continental, após serem consideradas as áreas de sobreposição por inclusão quer na Rede Natura, quer nas Zonas de Protecção Especial, totaliza 1.904.113 ha da área terrestre, o que corresponde a 21,47% da superfície terrestre de Portugal Continental.

Na Região Centro foram identificados e estão legalmente instituídos 18 dos 60 Sítios da Lista Nacional dos Sítios Classificados.

#### *Aspectos específicos dos projectos com incidência na Rede Natura 2000.*

Atendendo à importância da preservação dos Sítios da Rede Natura 2000, a intervenção da Medida 3.13 - Ambiente em termos dos projectos candidatos pela CCDRC Centro assumiu uma linha estratégica que possibilitou o desenvolvimento de projectos em Sítios da Rede Natura 2000. Ou no caso dos mesmos não incidirem territorialmente nas áreas invocadas, os valores associados à Directiva Habitats foram sempre considerados como elementos dominantes de promoção e desenvolvimento dos projectos.

Realçam-se acções concretas, como a substituição de espécies exóticas, por associações de espécies da Directiva Habitats, como sejam as encontradas no sistema ribeirinho nomeadamente os géneros *Alnus* e *Fraxinus*. Dentro das diversas acções refira-se ainda a instalação de sistemas que possibilitam a reprodução e abrigo de espécies como a lontra (*Lutra lutra*), Quirópteros, espécies piscícolas (género *Rutilus*) ou mesmo algumas espécies de aves insectívoras.

Ao nível promocional do projecto, destaca-se a participação em diversas conferências e jornadas de base nacional, regional e local.

Em todos os projectos, manteve-se o envolvimento das autarquias, organizações não governamentais de ambiente e equipas científicas das universidades.

Os resultados manifestam-se a 3 níveis distintos:

Melhorou-se o conhecimento sobre os habitats e espécies de alguns Sítios da região centro, nomeadamente da zona do Baixo Mondego, da região das Gândaras, Serra da Lousã, Ria

de Aveiro entre outros; ;de realçar, a este propósito, o projecto de “Requalificação Ambiental da Pateira de Fermentelos”, cuja zona de intervenção se insere na ZPE (Zona de Protecção Especial) da Ria de Aveiro, e através do qual se permitiu, através da realização de Estudos de Monitorização da qualidade da água, controlo de infestantes e monitorização de espécies e habitats, dar a conhecer todo um conjunto de aspectos sob a biodiversidade existente na zona a intervir, que se reconhece ser de inegável interesse para o futuro da Região Centro e que nesse âmbito interessa sobremaneira preservar.

Promoveu-se a distribuição e protecção de habitats e espécies da Directiva Habitats, através da plantação directa e da requalificação de áreas degradadas por espécies exóticas;

Melhorou-se a sensibilização das populações, nomeadamente órgão autárquicos (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia) para a protecção das espécies, assim como para importância da Directiva e da necessidade de protecção dos Sítios criados ao seu abrigo. O sucesso desta intervenção promocional é de tal forma marcante que são hoje em dia diversas as autarquias que solicitam apoio técnico nos processos relacionados com os Sítios, sendo algumas delas exteriores à região Centro.

Os projectos incidiram ainda sobre o domínio da utilização sustentável do património natural da região centro, designadamente através do lançamento de bases para o domínio do turismo sustentável e da natureza. Neste domínio não será despidendo referir, para além dos aspectos subjacentes à especificidade dos projectos que enformam e caracterizam a Medida 3.13 Ambiente, o inestimável interesse que as “ecopistas” despertam ao nível das populações, incentivando estas à prática do desporto, lazer e descoberta da Natureza, contribuindo dessa forma para o incremento e incentivo do “turismo de natureza”.

Relativamente às iniciativas apoiadas no âmbito da Medida 3.13 “Ambiente” com maior impacto na protecção dos parques e reservas naturais, zonas de protecção especial e Rede Natura 2000, serão de realçar os projectos plasmados no seguinte quadro:



**Quadro 8.1 Projectos com maior incidência na protecção da Rede Natura 2000 e no Património Natural**

Designação do projecto	Custo total euros	Fundo Comunitário euros	Incidência na protecção	
			Património Natural	Rede Natura 2000
Rede de Áreas Naturais de Importância Local e Regional	75.038	56.279	X	
Ecomuseu da Mata da Geria	74.902	56.177	X	
Percursos Pedestres - Animação Cultural e Turística	80.277	60.207	X	
Ordenamento e Gestão de áreas Sensíveis - OGAS	253.654	190.241	X	
Corredores Ecológicos Fluviais - Impactes, medidas de r. e conservação	210.632	157.974	X	
CIA - Controlo de infestantes aquáticos	117.453	88.090	X	
O. de Acessos e Protecção das Dunas da Praia da Tocha - 1ª Fase	139.625	104.719		X
Ecomuseu das Lagoas de Mira e Barrinha	80.271	60.203		X
Limpeza e Remoção de Jacintos da Pateira de Fermentelos	203.674	152.756		X
Sistema de Informação Geográfica do Litoral Centro	106.973	80.229		X
O. de Acessos e Protecção das Dunas da Praia da Murtinheira - 1ª Fase	96.534	72.400		X
O. de Acessos e Protecção das Dunas da Praia de Quiaios - 1ª Fase	123.517	92.638		X
Reabilitação de Valas Afluentes ao Canal de Mira	139.151	104.364		X
Gestão e Implementação do POOC - 1ª Fase	201.490	151.117		X
Limpeza de Valas Afluentes ao Paul de Arzila e Rio Dueça	146.897	110.173		X
P. Piloto de Reperfilamento Eólico de uma Duna sujeita à Erosão Marinha	202.621	151.966		X
O. de Acessos e protecção das Dunas da Praia da Torreira - 3ª Fase	130.696	98.022		X
Reforço da Duna da Vagueira Norte e Sul	131.391	98.543		X
Ordenamento de Acessos e Protecção das Dunas da Praia da Barra	162.280	121.710		X
Reforço da Protecção da Duna de Mira Sul	141.837	106.378		X
Execução da Duna da Costa Nova Sul	139.569	104.677		X
Ordenamento de Acessos e Protecção da Duna da Costa Nova Sul - 1ª fase	157.200	117.900		X
R. e Qualif. Ambiental do Parque da Pateira de Espinhel- Espinhel	236.045	177.034		X
R. e Qualif. Ambiental do Parque de Lazer da Senhora do Amparo	375.980	281.985		X
R. e Qualif. Ambiental do Espaço Natural do Parque do Prego - Perrães	242.303	181.727		X
Núcleo de Educação Ambiental da Costa Nova	127.875	95.906		X
O. de Acessos e Protecção das Dunas da Praia de Quiaios Norte - 2ª Fase	141.174	105.880		X
Sistema Dunar da Costa Nova Sul - 2ª Fase/Duna Secundária	164.480	123.360		X
Ordenamento de Acessos da Duna Secundária da Costa Nova sul - 2ª Fase	126.484	94.863		X
EcoMira1	280.612	210.459		X
BIORIA	169.725	127.294		X
R. e Q. Ambiental do Esp. Env.à Pateira de Fermentelos- Ois da Ribeira	460.724	345.543		X
Valorização e r. da Barrinha de Esmoriz/Paramos - 1ª Fase (componente ICN)	0	0		X
Val. e r. da Barrinha de Esmoriz/Paramos - 1ª Fase (componente CCDRC)	23.230	17.423		X
ECOMATUR - ecoturismo naMata Nacional do Urso	155.617	93.370	X	
Reabilitação/Recuperação na Quinta da Paiva – 1ª Fase	219.660	131.796	X	
A. de Espaços Verdes e Ambientais na F. da Abrunheira – Rota das Fontes	212.751	127.651	X	
Parque Ecológico da Cerca - 2ª Fase	251.633	150.980	X	
Val. ambiental e gestão integrada dos r. naturais das margens das albufeiras de Cabril e Bouça	72.824	43.694	X	
Requalificação e valorização do património natural nas Freguesias de Pampilhosa, Vacariça e Luso	400.470	240.282	X	
Parque Botânico "Arbutus do Demo" - Jardins da Beira	367.427	220.456	X	
Defesa e Protecção Dunar na Praia da Vieira	146.216	109.662		X
Reconversão do Corredor Ferroviário - Ecopista	329.448	197.669	X	
R. do antigo c. de ferro da linha do Vale do Vouga para Percurso Pedonal/Ciclável	250.986	150.592	X	
<b>Total</b>	<b>7.871.347</b>	<b>5.564.388</b>		



## 9. Processo de transição para o QREN

A transição do QCA III para o QREN teve por base uma forte preocupação ao nível da componente regulamentar comunitária e nacional. A este último nível importa começar por destacar, ainda que de forma não exaustiva, os seguintes textos legais:

- Despacho n.º 14441/2008 de 26 de Maio de 2008 (Assumpção das responsabilidades inerentes ao Programa Operacional Regional do Centro do QCA III pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro do QREN)
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2008 de 13 de Fevereiro de 2008 (Cria as estruturas de missão para os Programas Operacionais de Assistência Técnica do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e do Fundo Social Europeu (FSE), bem como os secretariados técnicos dos Programas Operacionais do QREN)
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2007 de 12 de Outubro (Institui as estruturas de gestão responsáveis pelo exercício das funções das autoridades de gestão dos Programas Operacionais Temáticos e designa os seus responsáveis)
- Decreto-Lei n.º 312/2007 de 17 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, (Define o modelo de governação do QREN e dos respectivos Programas Operacionais para o período 2007-2013 e estabelece a estrutura orgânica relativa ao exercício das funções de monitorização, auditoria e controlo, certificação, gestão, aconselhamento estratégico, acompanhamento e avaliação)
- Decreto-Lei n.º 287/2007 de 17 de Agosto (Aprova o enquadramento nacional dos sistemas de incentivos ao investimento das empresas, que define as condições e as regras a que deve estar sujeita a utilização dos sistemas de incentivos ao investimento das empresas, aplicáveis no território do continente, no período de 2007 a 2013)
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2007 de 03 de Julho (Aprova o Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013, nos termos em que foi acordado entre as autoridades portuguesas e a Comissão Europeia.)

### Lições de Experiência

Ao nível das lições de experiência que fundamentaram o enquadramento dos sistemas de gestão e controlo e a arquitectura dos instrumentos de financiamento, importa recuperar a avaliação ao QCA III e em particular os exercícios ocorridos ao nível do PO Centro.

No que concerne à avaliação do QCA III, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2007, contém alguns contributos decisivos para a estruturação e organização do Programa Operacional do Centro.

No Ponto III.3 – Lições de experiência, foram identificadas seis principais preocupações na construção do QREN que resultam da avaliação do QCA III:

- Insuficiente concentração das opções de financiamento nos domínios-chave correspondentes aos grandes problemas do desenvolvimento do país;
- Insuficiente alinhamento estratégico dos instrumentos operacionais e dos projectos apoiados;
- Dificuldade em fazer emergir o potencial inovador dos agentes (públicos e privados) dirigido à superação dos défices de eficiência colectiva;
- Insuficiente atenção ao reforço da capacidade institucional da Administração Pública, necessária ao desempenho de funções complexas de gestão estratégica;
- Insuficiente enfoque na qualidade dos efeitos e na eficiência e sustentabilidade das operações co-financiadas;
- Subavaliação do factor tempo necessário à produção de efeitos de carácter sistémico.

Ainda do mesmo ponto relativamente à partilha das tarefas de gestão (contratualização): processos de efectiva contratualização são, neste contexto, particularmente relevantes – sobretudo se entendidos não apenas como formas de externalização, descentralização, racionalização ou simplificação da gestão de intervenções operacionais mas, essencialmente, como instrumentos necessários à superação das dificuldades estruturais da economia e da sociedade portuguesas que assegurem a concertação interinstitucional e a concretização de abordagens inovadoras e, necessariamente, responsáveis na prossecução de objectivos e na obtenção de resultados. A questão chave é, contudo, a de garantir que esses processos de contratualização não se limitem à transferência de recursos e responsabilidades operacionais, mas que sejam essencialmente focalizados nos resultados a atingir.

Referir ainda do mesmo documento, no ponto VI.1 – Lições de avaliação do QCA III: “examinando, neste contexto, a experiência adquirida - com a contratualização sub-regional, entendeu que as lições da experiência revelam que «o processo de contratualização é um instrumento de robustecimento do nível supramunicipal, contribui para elevar os níveis de

planeamento estratégico de nível supramunicipal e cria condições favoráveis para uma gestão mais eficaz e eficiente dos fundos comunitários».”

Na construção do modelo de governação referir também que da avaliação do QCA III se concluiu que “Atribuindo particular relevância ao que designou por «modelo de gestão regionalmente desconcentrado», que «constituiu a expressão de uma vontade de mudança na gestão dos fundos comunitários, representando, igualmente, um passo para a reforma da Administração, designadamente no que respeita à racionalização da administração desconcentrada, a avaliação assinala que a implementação deste modelo ficou aquém das expectativas que a idealização inicial faziam prever, dado que não se verificou uma efectiva desconcentração do poder de decisão sectorial para o nível regional, o que fragilizou a actuação das CCDR como estruturas de gestão e concertação do sectorial no regional”

Por último referir que se “Exige, ainda, a consideração de critérios mais apurados de hierarquização de projectos em função do seu contributo específico para a prossecução dos objectivos estratégicos estabelecidos”.

As lições de experiencia que surgiram dos exercícios de avaliação efectuados no QCA III ao nível do PO Centro, foram também considerados na passagem do QCA III para o QREN. No ponto “Recomendações para o Próximo Período de Programação (2007-2013)”, importa destacar de forma sintética a principais lições de experiência e recomendações para o período de programação 2007-2013:

- Produção de Planeamento de Suporte à Programação:

- a) Assegurar um Sistema de Planeamento;
- b) Reforçar da Territorialização das Políticas Públicas;
- c) Reforço do Planeamento Intermunicipal.

- Objectivos e Domínios de Actuação Prioritário:

- a) Reforçar os Estímulos à Competitividade Regional;
- b) Continuar o Combate aos Estrangulamentos Estruturais.

- Estruturação do Programa:

- a) Aprimorar a Estrutura do Programa aos Desafios de Desenvolvimento Regional;
- b) Melhorar a Articulação das Medidas Temáticas Transversais e outras Medidas;
- c) Dar Continuidade às Medidas Temáticas Focalizadas;
- d) Reforçar a Desconcentração de Competências;
- e) Sofisticar a Estruturação Interna das Medidas;
- f) Assegurar a Continuidade de Sistemas de Incentivos nas Medidas Subregionais;
- g) Reduzir o Espectro de Tipologias de Projecto nas Medidas;
- h) Aprofundar a Articulação entre FEDER e Fundo de Coesão;
- i) Orientação das Medidas Sectoriais para Projectos de Relevância Regional;
- j) Evitar a Construção de Programas Nacionais Temáticos a partir de Medidas do Programa Regional;
- k) Flexibilizar a Gestão no Desenvolvimento Rural;
- l) Estabelecer Limiares Mínimos de Investimento nos Projectos de Desenvolvimento Rural.

- Modelo e Práticas de Gestão:

- a) Aprofundar o Modelo Regionalmente Desconcentrado;
- b) Empreender Experiências de Contratualização;
- c) Garantir que a CCDR continue a Desempenhar um Papel de Liderança na Medidas de Enfoque Subregional;
- d) Desenvolver Experiências de Selecção de Candidaturas por Concurso para as Autarquias;
- e) Dimensionar Adequadamente as Estruturas Técnicas das Medidas Subregionais;
- f) Elevar os Níveis de Selectividade na apreciação de Candidaturas.

-Sistema de Informação:

- a) Criação de uma Solução Informática Própria;
- b) Melhorar a Informação no sentido de Reforçar o Apoio à Análise da Eficiência;
- c) Simplificar o Sistema de Indicadores;
- d) Reforçar a Intervenção no Sistema de Indicadores de Objectivo;
- e) Tornar o Processo de Quantificação dos Indicadores mais Normalizado e Transparente, com base na Existência de uma Ficha de Caracterização de cada um dos Indicadores;
- f) Definir Indicadores Coerentes para os Domínios Comuns e para todos os Territórios, de forma a Promover a Comparabilidade e a Referenciação.

- Avaliação e Monitorização:

- a) Aumentar o Rigor Crítico da Avaliação Ex-Ante;
- b) Melhorar a Estimativa de Metas a Alcançar;
- c) Implementar Procedimentos no âmbito do FSE que permitam Melhorar a Adequabilidade da Acções aos Objectivos e às Necessidades.

#### Transição dos órgãos e estruturas de gestão

Ao nível das competências próprias dos órgãos de gestão, referir que no Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, foram fixadas as regras de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e dos Programas Operacionais (PO) para o período de 2007-2013, veio estabelecer no seu artigo 68º o regime de transição entre o Quadro Comunitário de Apoio III e o QREN. De acordo com o n.º 4º e 5º desta legislação, as atribuições, direitos e obrigações da autoridade de gestão do PO foram assumidas, a partir da publicação do Despacho n.º 14441/2008 do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, em 26 de Maio, pela Autoridade de Gestão do PO Regional do Centro do QREN (alínea d) do n.º 5 do artigo 68º do Decreto-Lei n.º 312/2007. Assim a Comissão Directiva do Mais Centro 2007-2013, assumiu a responsabilidade pela gestão e inerente encerramento do QCA III, ficando igualmente salvaguardada a manutenção das estruturas de apoio de cada um dos eixos prioritários de modo a suportar as tarefas necessárias de gestão e controlo. De referir que a estrutura de apoio técnico do QCA III, transitou maioritariamente para o secretariado técnico do Mais Centro, o que apesar do acumular de funções, permitiu uma continuidade de tarefas e uma maior capacidade no acompanhamento do processo de encerramento.

#### Sistema de gestão e controlo

Ao nível do sistema de gestão e controlo importa destacar algumas das recomendações que foram introduzidas por via das lições de experiência e recomendações vindas do QCA III:

- Sistema de informação – foi opção da Autoridade de Gestão adoptar um sistema de informação desenvolvido com recurso internos. Esta opção veio a demonstrar-se útil, face à forte necessidade de obter um sistema que responda a uma desmaterialização da tramitação

processual, e de uma constante capacidade de adaptação face às evoluções registadas nas exigências normativas;

- Avisos de Concurso – para garantir uma maior selectividade e melhorar o processo de aprovação existem períodos limitados para a submissão de candidaturas;
- Selectividade – existe um processo claro e autónomo de avaliação do mérito e consequente hierarquização das candidaturas, nomeadamente no caso de candidaturas dos municípios;
- Contratualização – foi iniciada em Dezembro de 2008 uma primeira experiência de contratualização de delegação de competências com subvenção global com as Associações de Municípios;
- Forte preocupação com a compatibilidade das candidaturas com as principais Políticas Comunitárias em matéria de contratação pública, ambiente, igualdade de oportunidades e concorrência.

#### Instrumentos de financiamento

A este nível verificou-se uma profunda alteração no Mais Centro, somos a destacar três alterações que simbolizam a incorporações dos exercícios e práticas de financiamento do QCA III:

- uma forte preocupação com as questões da competitividade, não só que no que concerne aos apoios directos às empresas, bem como na criação de um ambiente propício à inovação e ao empreendedorismo, facto este presente no Eixo I do Mais Centro: Competitividade, Inovação e Conhecimento;
- uma concentração de instrumentos de política orientados para o financiamento dos principais aglomerados urbanos, ao nível da política de cidades, facto este bem visível no Eixo II do Mais Centro 2007-13: Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos;
- existe uma capacidade efectiva por parte da Autoridade de Gestão para aprofundar o modelo regionalmente desconcentrado, isto através da intervenção directa na definição de políticas sectoriais ao nível regional e subregional, particularmente em domínios de vanguarda como os investimentos em ciência e tecnologia.

De referir que alguns dos projectos que iniciaram a sua execução no QCA III não se encontram concluídos, e que portanto não respondem ainda aos objectivos para que foram financiados pelo Programa, serão sempre que possível e nos termos regulamentares

definidos, financiados pelo PO Regional do Centro 2007-2013. Os projectos em causa estão identificados no Quadro 10 do Anexo ao presente Relatório.

Referir ainda que, pelo facto do PO Centro 2007-2013 ser um programa mono-fundo (FEDER), as acções desenvolvidas desde 2000 são prosseguidas em termos de programação dos instrumentos para 2007-2013, pelo Programa Operacional Valorização do Território, no que respeita ao Fundo de Coesão, pelo PO Potencial Humano, no que respeita ao FSE, pelo PRODER- Programa de Desenvolvimento Rural, no que respeita ao FEADER e pelo PROMAR – Programa Operacional Pesca, no que respeita ao FEP.





## 10. Boas Práticas e projectos relevantes

Ao longo do período de programação procurou-se adoptar as medidas necessárias para que os objectivos do Programa fossem atingidos, tendo em conta, também, a evolução do contexto socioeconómico da região.

Procurou-se constituir uma bolsa de projectos aprovados em “*overbooking*”, no sentido de garantir a total absorção de recursos comunitários, colmatando as quebras de execução dos projectos, por conclusão dos mesmos abaixo do previsto, por verificação da existência de irregularidades, ou por desistência por parte dos beneficiários. Essa aprovação permitiu a total absorção dos fundos disponíveis e, ainda, constituir uma margem para eventuais quebras na fase de encerramento do Programa.

Trata-se de um programa em que as autarquias locais têm um peso assinalável, pelo que, desde o início do Quadro, se estabeleceu diálogo no sentido alcançar, de forma mais qualificada, as metas previstas. No caso do Eixo II, nas AIBT, o debate com os potenciais beneficiários permitiu preparar iniciativas estruturadas, concorrendo para a uma mais eficiente utilização dos recursos financeiros na dinamização desses territórios.

Nos pontos seguintes são apresentados mais detalhadamente alguns exemplos de boas práticas, quer na óptica da gestão, quer na óptica de projectos relevantes.

### Eixo I – Apoio aos investimentos de interesse municipal e intermunicipal

Os projectos apoiados no âmbito do Eixo I cobriram vários domínios, onde relevam as infra-estruturas (Ambiente e recursos naturais, Saneamento básico, Acessibilidades), a qualificação dos aglomerados urbanos e das estruturas de povoamento e os equipamentos. De entre o conjunto de intervenção que foram concretizadas, pelos efeitos estruturantes em termos regionais e os qualitativos a nível local, identificam-se de entre aqueles domínios e os mais de dois milhares que foram aprovados, alguns projectos que pela dimensão, tipologia de intervenção e área geográfica onde se integram, podem merecer destaque, podendo ser apontados como boas práticas.

**Ambiente e recursos naturais (Saneamento básico)**

Medida	Medida I.2 – Ambiente e recursos naturais
Ação tipo	Saneamento básico
Entidade Executora	Município de Leiria e de Sátão

**Identificação dos projectos**

Destacam-se dois projectos implementados em contextos geográficos e socioeconómicos distintos, representativos das intervenções realizadas no período de programação que agora termina: o saneamento de lugares que corresponde a uma componente em baixa numa intervenção mais ampla, integrada no sistema de despoluição da bacia do Rio Lis (Leiria); o reforço do abastecimento água e o saneamento de lugares localizados em meio rural e no interior da Região, área particularmente fustigada pelo despovoamento (Ferreira de Aves e Vale Ribeira no concelho do Sátão).

Entidade Executora	Projecto	Medida	Investimento (Euros)
Leiria	San. dom. dos lugares Quintas do Sirol e Alqueidão - Desp. Int.	I.2	2.836.277,47
Sátão	Reforço abastecimento água Ferreira de Aves e saneamento Vale Ribeira	I.2	1.179.196,26

**Resultados dos projectos**

Os projectos referidos, exemplificam duas situações comuns na Região Centro, com resultados comuns a ambos os casos: além de melhorarem a qualidade ambiental, eliminando eventuais focos de poluição e de descarga junto de linhas de água, contribuem decisivamente para melhorar as condições de vida nos aglomerados onde se realizou a intervenção.

**Acessibilidades**

Medida	Medida I.3 - Acessibilidades
Ação tipo	Requalificação urbana
Entidade Executora	Município de Viseu, de Marinha Grande e de Águeda

**Identificação dos projectos**

Entidade Executora	Projecto	Medida	Investimento (Euros)
Viseu	Ligação da Circunvalação ao IP 5 via EN2 - 3º troço	I.3	1.532.246,50
Marinha Grande	Estrada Atlântica	I.3	2.055.327,68
Águeda	Ligação Macinhata Serém	I.3	1.062.757,74

**Resultado dos projectos**

Os projectos identificados representam três situações importantes para melhorar as acessibilidades, particularmente aos centros urbanos, desencravar, vencer o isolamento de parcelas significativas do espaço regional ou assegurar o acesso a rotas com interesse turístico. Assim e neste contexto destacaram-se as ligações intra e inter- municipais (Ligação Macinhata-Serém, Águeda), a articulação de diferentes tipos de redes rodoviárias (Ligação da Circunvalação, Viseu) ou estradas com algum valor paisagístico e/ou turístico ( Estrada Atlântica, Marinha Grande).

**Qualificação dos aglomerados urbanos e das estruturas de povoamento**

Medida	Medida I.4- Qualificação dos aglomerados urbanos e das estruturas de povoamento
Ação tipo	Requalificação urbana
Entidade Executora	Município de S. Pedro do Sul, de Marinha Grande, de Condeixa-a-Nova e de Alvaiázere

**Identificação dos projectos**

Entidade Executora	Projecto	Medida	Investimento (Euros)
S. Pedro do Sul	Revitalização e consolidação urbana das Termas	I.4	4.059.004,06
Marinha Grande	Valorização da Cerca Stephens	I.4	1.032.100,59
Condeixa	Centro Cívico de Condeixa-a-Nova	I.4	1.743.005,57
Alvaiázere	Requalificação Urbana da Vila de Alvaiázere	I.4	1.424.529,61

**Resultados dos projectos**

Num tecido urbano com as características que o da Região Centro evidencia, os recursos do Eixo I foram orientados para intervenções nos aglomerados de pequena e média dimensão, fundamentalmente sedes de concelho, complementando as intervenções mais pesadas e estruturantes, realizadas no âmbito do Programa Polis, concentradas nos oito principais centros urbanos, correspondentes ao primeiro nível da hierarquia urbana regional.

As intervenções nos espaços públicos, conseguida através do Eixo I, permitiram alterar o quadro de vida, melhorar o ambiente urbano e as condições em que se exerciam a actividade comercial em muitos lugares da Região. O conjunto destas intervenções, além de reforçarem o policentrismo da rede urbana da Região Centro, é complementar de outros projectos, apoiados no âmbito doutras medidas, designadamente os equipamentos desportivos, culturais ou, mesmo, de apoio à actividade produtiva.

Exemplificam a diversidade de intervenções realizadas as candidaturas que permitiram melhorar o centro termal (Revitalização e consolidação urbana das Termas; S. Pedro do Sul), a recuperação da envolvente de património com grande significado a nível local (Valorização da Cerca Stephens; Marinha Grande) ou a requalificação dos centros urbanos de sedes de concelho (Centro Cívico de Condeixa-a-Nova; Requalificação Urbana da Vila de Alvaiázere).

### Rede Regional de Equipamentos culturais, desportivos e de apoio à actividade produtiva de referência apoiados pelo Eixo

Medida	Medida I.1 - Equipamento e infra-estruturas locais Medida I.7 - Acções Específicas de Valorização Territorial
Ação tipo	Equipamentos culturais, desportivos e de apoio à actividade produtiva
Entidades Executoras	Município de Figueira da Foz, Fundão, Ovar, Ílhavo, Vila Nova de Paiva, Mealhada, Sabugal, Anadia, Aveiro, Viseu, Covilhã, Marinha Grande, Oleiros

### Identificação dos projectos

Entidade Executora	Projecto	Medida	Investimento (Euros)
Figueira da Foz	Centro de Artes e Espectáculos da Figueira da Foz	I.7	11.347.270,27
Fundão	Casa da Moagem do Fundão	I.1	2.985.047,58
Ovar	Centro de Arte de Ovar	I.7	2.473.011,36
Ílhavo	Ampliação/remodelação do Museu Marítimo de Ílhavo	I.7	2.469.123,66
Vila Nova de Paiva	Auditório e Museu Municipal de Vila Nova de Paiva	I.7	2.118.264,93
Mealhada	Recuperação do Cine-Teatro Messias	I.7	2.009.921,86
Sabugal	Recuperação e Remodelação de Antigas Finanças e PSP para Auditório e Museu	I.4	1.384.658,75
Anadia	Construção do Museu do Vinho - 2ª Fase	I.7	1.248.065,40

Oleiros	Piscinas municipais de Oleiros	I.1	2.350.399,61
---------	--------------------------------	-----	--------------

Aveiro	Concepção-construção do Parque de Feiras e Exposições de Aveiro - 1ª Fase	I.7	9.510.243,66
Viseu	Espaço multiusos	I.7	5.031.792,27
Covilhã	Construção da 2ª fase da Zona Industrial do Tortosendo	I.7	2.341.224,02
Marinha Grande	Construção do Centro Empresarial da Marinha Grande (Pacto Territ. da M. Grande)	I.7	2.309.220,81

### Resultados dos projectos

Os projectos que se destacaram exemplificam os equipamentos culturais, desportivos e de apoio à actividade produtiva de referência que foram, nestes âmbitos, apoiados pelo Eixo I. O vasto número de equipamentos culturais, localizados nos principais centros da região, além de reforçar a rede urbana, permitiram melhorar o acesso da população a bens culturais (Centro de Artes e Espectáculos da Figueira da Foz; Centro de Arte de Ovar; Auditório e Museu Municipal de Vila Nova de Paiva).

Outros casos têm a virtude de fazer apelo ao mais profundo da memória local, interpretando, recuperando ou devolvendo aos cidadãos quer locais quer edifícios emblemáticos, verdadeiras referências identitárias dos respectivos lugares (Casa da Moagem do Fundão, Ampliação/remodelação do Museu Marítimo de Ílhavo, Recuperação do Cine-Teatro Messias (Mealhada), Recuperação e Remodelação das Antigas Finanças e PSP para Auditório e Museu (Sabugal), Museu do Vinho (Anadia). As Piscinas municipais de Oleiros testemunham a descentralização dos equipamentos desportivos, representando os seguintes equipamentos os principais exemplos de apostas para apoiar a actividade produtiva, criando um contexto mais favorável para o seu exercício: Parque de Feiras e Exposições de Aveiro, Espaço multiusos (Viseu), Construção da Zona Industrial do Tortosendo (Covilhã) e Construção do Centro Empresarial da Marinha Grande.

## Eixo Prioritário II – Acções integradas de base territorial

### Qualificação e competitividade das cidades

Eixo	II - Acções Integradas de Base Territorial
Medida	Medida II.1 - Acção integrada para a qualificação e competitividade das cidades - Componente territorial
Projectos	<b>42-02-01-FDR-00016 Intervenção Polis em Coimbra - Reestruturação viária e urbana da cidade</b>
Entidade Executora	Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Coimbra, SA

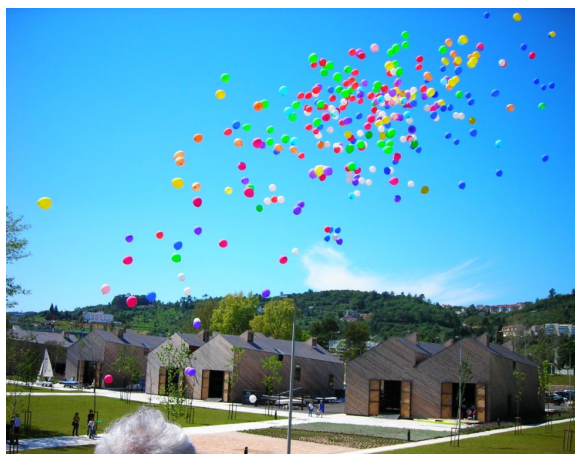
Nesta candidatura foram desenvolvidas as diversas acções/obras, em conformidade com o previsto. Globalmente salientam-se as seguintes acções efectuadas:

- 1ª e 2ª fase do Parque Verde do Mondego, os edifícios e estruturas de apoio e espaços verdes, bem como os acessos. Esta intervenção abrange uma área de 3,6 ha, na qual serão desenvolvidos trabalhos de tratamento da área verde, incluindo a criação de 215 lugares de estacionamento de superfície de apoio à área do PVM, a piscina pública (na área da 4ª fase) e outras estruturas necessárias ao funcionamento do parque verde;
- Entrada Poente no Parque Verde Mondego: abrangendo uma área de 1,6 ha, na qual serão desenvolvidos trabalhos de correcção da depressão topográfica e

tratamento da área verde de enquadramento entre o flanco poente da Av. Inês de Castro e o Convento de Santa Clara-a-Velha com execução de acesso desnivelado à entrada do Parque.

- Piscina Descoberta e Equipamento de Apoio na 4ª Fase do Parque Verde do Mondego.

#### 42-02-01-FDR-00016 Intervenção Polis em Coimbra - Reestruturação viária e urbana da cidade



Eixo	II - Acções Integradas de Base Territorial
Medida	Medida II.1 – Acção integrada para a qualificação e competitividade das cidades - Componente territorial
Projectos	42-02-01-FDR-00008 Requalificação das áreas envolventes ao canal do Côjo e reabilitação do Mercado Manuel Firmino 42-02-01-FDR-00012 Reabilitação / Recuperação do Mercado do Peixe e Espaço Público Envolvente 42-02-01-FDR-00014 Requalificação dos espaços públicos na área envolvente ao Canal da Fonte Nova 42-02-01-FDR-00015 Requalificação da envolvente do canal de São Roque, incluindo pontes pedonais e viárias
Entidade Executora	AveiroPolis, Sociedade para o desenvolvimento do Programa Polis em Aveiro

Os projectos incluem a execução integral das seguintes acções:

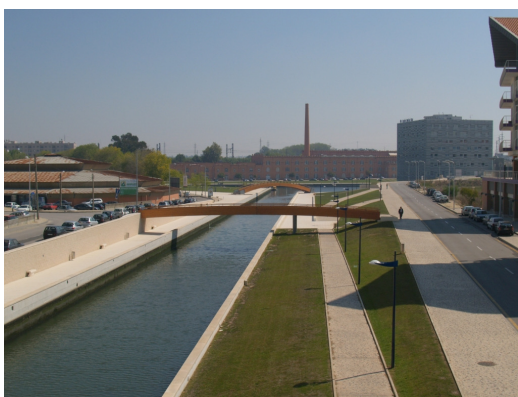
- Requalificação da envolvente do canal de São Roque, incluindo pontes pedonais e viárias: este projecto consistiu no tratamento e beneficiação das margens do canal de São Roque, através da construção de uma ponte pedonal e viária sobre o Canal de S. Roque e de uma ponte pedonal sobre o canal dos Botirões. Foi ainda criada uma



barreira paisagística entre o IP5 e a zona habitacional que existe na continuidade do canal, através da construção de um jardim linear com espaços de bem-estar e de uma ciclovia com os devidos aparcamentos para as bugas.

- Reabilitação/ Recuperação do Mercado do Peixe e Espaço Público Envolvente: foi efectuada a reabilitação e recuperação do Mercado do Peixe e a reabilitação do espaço público envolvente.
- Requalificação dos Espaços Públicos da Área Envolvente ao Canal Fonte Nova: Este projecto pretende a requalificação das áreas envolventes ao Canal da Fonte e Lago da Fonte Nova, com o intuito de construir uma nova imagem para a cidade e melhorar a sua qualidade ambiental. É ainda objectivo dotar este espaço de uma melhor funcionalidade e mobilidade pedonal. Assim, foram construídas duas pontes pedonais que proporcionam uma maior mobilidade pedonal entre as margens do canal e foram requalificados os espaços envolventes ao canal.

Canal do Côjo



Canal de São Roque





### Acção inovadoras de Dinamização das Aldeias

As iniciativas de boas práticas de gestão adoptadas, no âmbito da Medida II.3 – Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias, prenderam-se em primeiro lugar com a atitude metodológica adoptada na preparação da respectiva implementação. Foram realizadas várias reflexões internas, à estrutura de gestão, sobre a proposta territorial que permitisse consolidar as iniciativas decorrentes do QCA II “Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal” e “Centros Rurais” e articulá-las com o lançamento dos Contratos de Aldeia, com vista a uma cobertura, mais alargada e em redes complementares, dos espaços de baixa densidade da Região. Decorrente do modelo territorial e dos objectivos específicos da Medida e considerando, ainda, uma eficiente utilização dos recursos financeiros, foi realizado um debate alargado com potenciais beneficiários para elaboração e consolidação dos Planos de Intervenção, requisito previsto no Documento Complementar de Programação.

- As dimensões inovadoras preconizadas para as Acções Integradas de Base Territorial, concretizaram-se, nesta Medida, tanto na concepção do modelo como na metodologia de actuação, uma vez que:

- se elegeu a valorização do(s) património(s) e a divulgação da herança cultural como vector fundamental da estratégia de desenvolvimento – **vertente histórica e cultural**;

- se envolveu na definição e desenvolvimento das acções, um número alargado de parceiros (população, associações de desenvolvimento locais, autarquias e administração central/regional) e sectores (Cultura, Turismo, Desenvolvimento Regional) – **vertente participativa**;

- se utilizou uma metodologia que implicou a elaboração, prévia, dos Planos de Intervenção que explicitaram as prioridades, os domínios de intervenção, a complementaridade das acções e os projectos a desenvolver, num quadro financeiro predefinido, por forma a dar coerência ao conjunto das intervenções, o que assegurou a sua **natureza integrada**.

- O Regulamento específico de enquadramento do *minimis* foi publicado em 9 de Janeiro de 2003 cuja publicitação foi feita através de jornais nacionais e regionais. Atendendo á

procura que já se havia registado, por parte de potenciais empreendedores, foram ainda realizadas, pela estrutura de Coordenação, sessões de trabalho para análise e explicitação dos diferentes artigos bem como disponibilização de formulário específico, para instrução das respectivas candidaturas, e listagem de anexos obrigatórios, que passaram também a estar disponíveis no Site da CCDRC.

- Durante a vigência do Programa foram realizadas acções de comunicação e divulgação de resultados orientadas para: beneficiários da AIBT, públicos específicos ligados à mesma temática e público em geral.

No que respeita aos beneficiários directos constituiu prática corrente, da coordenação da AIBT, a realização de reuniões de trabalho para avaliação da performance de execução dos projectos, para divulgação dos resultados alcançados e para discussão partilhada de metodologias adoptadas e de casos de boas práticas de actuação.

As acções de comunicação que envolveram públicos específicos, ligados à temática desta Acção Integrada, prenderam-se com a exposição/apresentação em conferências, seminários ou workshops ligados à problemática das áreas de baixa densidade, do desenvolvimento local, do turismo e das rotas culturais, das estratégias de desenvolvimento sustentável. Nestas iniciativas, promovidas por CCDRC(s), autarquias, escolas superiores e universidades, foram apresentadas as práticas em curso nas Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias, em particular o caso da Rede das Aldeias Históricas de Portugal.

A comunicação e divulgação de resultados, tendo em conta o público em geral, foi consubstanciada através da elaboração e edição da publicação “ Aldeias Históricas de Portugal, *Um Património com Futuro*” em 2002 e pela produção e edição de dois DVD(s) promocionais, realizados em 2007 e 2008.

Adicionalmente, e por iniciativa dos CTT – Correios de Portugal, foi editada para 2003 uma Agenda sobre as Aldeias Históricas com a colaboração da Coordenação da Medida no que se refere à elaboração e selecção de textos de enquadramento. Já em 2005 foi promovida, pela mesma empresa, uma edição filatélica sobre aquela temática que muito tem contribuído para uma divulgação da valorização empreendida, naqueles doze aglomerados medievais, com recursos disponibilizados pelo FEDER, no âmbito dos QCA II e QCA III.

O apelo pelo tema e a crescente afirmação das Aldeias Históricas de Portugal, enquanto iniciativa estratégica de desenvolvimento, tem suscitado o desenvolvimento de alguns projectos de investigação académica ao nível de trabalhos de mestrado e de uma tese de doutoramento em Geografia e Planeamento, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

- O caso de boas práticas relativas a projectos, apoiados no âmbito da Medida II.3, deverá ser enquadrado, no que se considera ser as suas dimensões centrais: a patrimonial, a social e a económica.

Na **dimensão patrimonial** inscreveram-se as acções de recuperação assentes numa filosofia de valorização de monumentos ou conjuntos edificados, tendo em conta a sua integração no quotidiano das Aldeias e respondendo aos desafios da vida contemporânea, evitando o tratamento meramente museológico e assim respondendo à Recomendação da Unesco de 1975.

Com efeito, valorizou-se para **refuncionalizar**, introduzindo contemporaneidade ao património ou aos conjuntos arquitectónicos, revitalizando o seu interesse e projectando o seu valor simbólico. A atribuição de uma funcionalidade actual, seja em termos económicos, sociais ou culturais foi implementada com respeito pela sua carga histórica e respectiva identidade.

Constitui um referencial de boas práticas a “Recuperação da Sé Catedral de Idanha-a-Velha” que, implantada sobre o que terá sido um templo paleocristão, reflecte a presença muçulmana do final do Sec IX, e foi, posteriormente, basílica episcopal. Na sequência da intervenção protagonizada pelo Instituto de Gestão do Património Arquitectónico (IGESPAR) é, hoje, um qualificado equipamento multifuncional destinado à realização encontros, seminários científicos e eventos culturais.

42-02-03-FDR-00002 Sé Catedral de Idanha-a-Velha



Também em Belmonte, a “Recuperação do Solar dos Cabrais para o Centro Interpretativo À Descoberta do Novo Mundo” é um exemplo, a reter, pois proporcionou a criação do primeiro equipamento, a nível nacional, dedicado à temática dos Descobrimentos. A utilização de meios multimédia, na apresentação dos conteúdos, permite recriar e reforçar a relação histórica de Belmonte com o “Novo Mundo” projectando, de forma simbólica mas significativa, o seu papel na abertura de Portugal ao Mundo.

42-02-03-FDR-00185 Centro Interpretativo “À Descoberta do Novo Mundo”



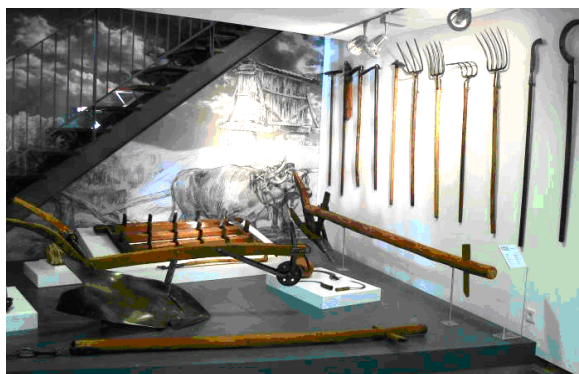
Fez-se, também, **Recuperação** para enfatizar funções iniciais, em termos reais ou simbólicos, com o objectivo nobre de manter viva na memória das comunidades, as actividades que lhes davam suporte, permitindo divulgá-las junto das novas gerações. É

o caso do “Espaço Museológico de Várzea de Calde”, instalado num conjunto de imóveis de uma casa agrícola abastada, alvo de intervenção.

#### 42-02-03-FDR-00167 Espaço Museológico de Várzea de Calde



A recuperação efectuada estimulou a autarquia, promotora, a maximizar o investimento corpóreo realizado, através da instalação de conteúdos de natureza etnográfica com ilustrações apelativas e de significativo valor pedagógico.



A **consolidação da ruína**, foi uma terceira cambiante da vertente patrimonial, que actuando de forma minimalista permitiu garantir a identidade dos monumentos e a afirmação do seu estatuto histórico e cultural. Assim foi a intervenção realizada pelo IGESPAR na “Recuperação e Restauro das Muralhas e Recinto do Castelo de Belmonte”, em que se destaca a consolidação da Janela Manuelina.



**42-02-03-FDR-00183 Restauro da Muralha e Recinto do Castelo de Belmonte**



Na **dimensão social** pretendeu-se, em primeiro lugar, dar resposta às necessidades e qualidade de vida das populações, instalando-se **infraestruturas básicas** e promovendo **reabilitação urbanística** (praças e largos, fachadas e coberturas), cujos impactos são consideráveis em termos estéticos, sociais e ambientais contribuindo, também, para a afirmação do potencial turístico dos aglomerados mais emblemáticos do Interior da Região.

**Castelo Rodrigo**



**Castelo Novo**



Por último, a **dimensão económica** constituiu o corolário da afirmação das vertentes anteriores, por ter promovido um empreendedorismo inovador e sustentável, de base local, e por ter estimulado a iniciativa privada a assumir-se como parceira, dos poderes

públicos, no alavancar de dinâmicas locais de desenvolvimento social e económico, respeitando a autenticidade e simbolismo dos lugares e a matriz cultural das populações. São, nesta vertente, exemplo de boas práticas:

- as unidades de Turismo em Espaço Rural que disponibilizam alojamento de qualidade a segmentos turísticos exigentes, em Castelo Rodrigo (2), Marialva (3), Trancoso (1), Linhares (1) e Castelo Novo (1), onde o conforto e modernidade, dos interiores, coabita com a força da arquitectura tradicional;

**42-02-03-FDR-00143 - Casa da Cisterna - TER -  
Castelo Rodrigo**



- as lojas de artesanato (Castelo Novo) e de produtos locais de excelência (Castelo Rodrigo) que introduzem urbanidade e exploram nichos de mercado que promovem, no exterior, os produtos e a identidade das Aldeias;

42-02-03-FDR-00175 - Casa da Lagariça -  
Castelo Novo



42-02-03-FDR-00144 - Páteo do Castelo - Castelo  
Rodrigo



- as micro-empresas de animação turística, em Castelo Novo e Monsanto, que muito têm contribuído para a divulgação da Rede das Aldeias Históricas, bem como de todo o território entre Douro e Tejo, ao longo da linha de fronteira. As actividades desenvolvidas, pela Ytravel e pela Edeventos, embora apresentem como denominador comum a utilização de ferramentas tecnológicas, com base em NTI, operam em escalas territoriais diferenciadas e direccionam-se a mercados distintos. A primeira organiza várias tipologias de circuitos turísticos, onde relevam o cicloturismo, os pedestres e de BTT que, ancorados nas Aldeias Históricas, cobrem com amplitude a sua envolvente espacial, próxima, a norte do Douro e a sul do Tejo; a sua actividade tem sido largamente divulgada por sites próprios e da especialidade, o que se reflecte na penetração conseguida em mercados estrangeiros, nomeadamente na América do Norte, na Europa do Norte e Central e na Austrália. Nos três anos de existência movimentaram 2.956 turistas, calculados com base no número de participantes por dias de programa, correspondendo a 75 semanas de actividade “outdoor”.



**42-02-03-FDR-00174 - YTRAVEL – Empresa de Animação Turística - Castelo Novo**



A Edeventos opera, fundamentalmente, à escala dos percursos urbanos de Monsanto e Idanha-a-Velha, orientados por Guias Turísticos Virtuais cujo sistema de conteúdos geo-referenciados, facilita aos turistas e visitantes o conhecimento da história das Aldeias e a descoberta/ interpretação dos seus pontos notáveis.

**42-02-03-FDR-00174 - Guia Turístico Virtual - Monsanto**



**Acção Integrada Turismo e Património do Vale do Côa**

Eixo	II - Acções Integradas de Base Territorial
Medida	Medida II.4- Acção Integrada Turismo e Património do Vale do Côa
Projecto	<b>42-02-04-FDR-00086 - Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa - Construção das Instalações e Infraestruturas</b>
Entidade Executora	IGESPAR

Construção da infra-estrutura e instalações especializadas e arranjos exteriores do Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa. O projecto visa corporizar uma opção estratégica de valorização do património arqueológico do Vale do Côa, do qual as gravuras rupestres são o expoente e expressão máxima da sua singularidade.

A construção do Museu constituía uma obrigação do Estado Português perante a UNESCO, quando em 1998 a Arte do Côa foi classificada como Património da Humanidade. Nesta perspectiva o projecto possui duas ideias estratégicas:

- Preservar e dar a conhecer a Arte do Côa – sensibilização da sociedade civil e para o conhecimento e divulgação do Património Cultural Arqueológico da região, em geral, e da Arte Rupestre do Vale do Côa, em especial, espaço de conhecimento e lazer e centro de cultura temática, valorizando a sua vocação primordial ligada à preservação e divulgação do património classificado pela UNESCO como o maior complexo de Arte Rupestre Paleolítica ao ar livre
- Pólo dinamizador do desenvolvimento económico e social da região – constituir-se um pólo de interesse regional e uma estrutura dinamizadora do desenvolvimento, inserindo o Vale do Côa nos circuitos do turismo organizado, de modo a que, em consequência, seja promovido o desenvolvimento económico e social da região.

Importa relembrar que tendo em consideração a relevância deste projecto, em termos nacionais e internacionais, e o elevado volume de investimento envolvido, o financiamento no âmbito do III QCA exigiu que fosse repartido entre o Programa Operacional da Região Centro (Eixo II – Acção Integrada “Turismo e Património no Vale do Côa) e o Programa Operacional para a Cultura (POC), Medida 1.2. – Modernização e dinamização dos museus nacionais, actuando os dois Programas em complementaridade e em consistência com os objectivos gerais da intervenção global. Assim a construção do Museu, dos acessos e arranjos exteriores ficaram a cargo da AIBT do Côa e a produção e instalação da museologia a cargo do PO da Cultura.

O Museu do Côa é um dos projectos âncora da estratégia da AIBT, não só pelos montantes financeiros envolvidos (representava 1/5 do total do investimento previsto), como pela importância estratégica (como um dos principais pólos de atractividade deste território) que assume no contexto desta região, a conclusão tardia do projecto impossibilitou que, no período de programação do III QCA, que todo o potencial emergisse e, desta forma, um novo ciclo de desenvolvimento para a região se despoletasse, isto apesar dos resultados apresentados anteriormente e que evidenciam sinais claros de mudança.

O projecto foi executado física e financeiramente no final do período de programação (2007 e 2008) estando em fase de abertura ao público. Significa, portanto, que a abertura do Museu Arqueológico do Vale do Côa servirá como âncora de uma nova estratégia de desenvolvimento, sendo as gravuras rupestres um “marco da região” com notoriedade a nível nacional e internacional capaz de potenciar turisticamente o território de forma a que se tire dividendos económicos e sociais a partir disso.



Levando em linha de conta aquilo que é a realidade dos Museus tutelados pelo IMC – Instituto dos Museus e Conservação, um número próximo dos 50 mil visitantes por ano será aceitável. Se compararmos esse número com os visitantes dos museus referidos, verificamos que o mesmo se equivale a museus localizados em grandes centros urbanos,



à escala nacional claro, e cujo reconhecimento/conhecimento público está perfeitamente estabilizado.

Será, também, um objectivo estratégico do Museu a implementação de uma programação de actividades com carácter regular, ou outras que assumindo um carácter não regular serão também importantes de desenvolver no quadro da afirmação do Museu enquanto espaço cultural. O museu deverá converter-se num centro de actividades culturais e educativas, ao disponibilizar uma programação de qualidade e uma acção pedagógica de largo alcance social.

Tratando-se de uma obra de Arquitectura que se acredita venha a transformar-se numa obra de referência em termos nacionais e internacionais, será desejável que a pretexto disso se possam organizar eventos associados a este conceito de Museu baseado na Land Art. Segundo os seus projectistas a arte rupestre existente no Vale do Côa é provavelmente a primeira forma de Land Art da Humanidade.

Tendo o Museu sido concebido como uma instalação da paisagem, este “filão” poderá ser explorado para a captação de novos públicos, isto se soubermos valorizar o edifício enquanto notável peça de arquitectura.

Transformar o Museu num centro de reflexão e debate - espaço de diálogo, comunicação e troca de experiências, é um objectivo que permitirá atrair novos visitantes.

Transformar o Museu num pólo cultural do cluster das indústrias criativas e culturais será um outro objectivo estratégico a concretizar.





Significa, portanto, que a abertura do Museu Arqueológico do Vale do Côa servirá como âncora de uma nova estratégia de desenvolvimento, sendo as gravuras rupestres um “marco da região” com notoriedade a nível nacional e internacional capaz de potenciar turisticamente o território de forma a que se tire dividendos económicos e sociais a partir disso.

**Ação Integrada da Serra da Estrela**

Eixo	II - Acções Integradas de Base Territorial
Medida	II.5 Acção Integrada da Serra da Estrela
Projectos	42-02-05-FDR-00034 - Construção do Centro de Interpretação da Serra da Estrela 42-02-05-FDR-00040 Criação do Museu Judaico de Belmonte/Centro de Estudos Judaicos 42-02-05-FDR-00006 Recuperação da Real Fábrica Veiga para Instalação do Núcleo do Ecomuseu dos Lanifícios - 1ª Fase
Entidades Executoras	Município de Seia Município de Belmonte Universidade da Beira Interior

**Identificação**

42-02-05-FDR-00034 : Construção do edifício para instalação do Centro de Interpretação

42-02-05-FDR-00040: Criação do Museu Judaico de Belmonte/Centro de Estudos

Judaicos

Criação de uma unidade museológica dedicada ao tema do judaísmo. O investimento consistiu na recuperação e refuncionalização do edifício (que se encontrava em ruínas) e na criação dos módulos expositivos.

42-02-05-FDR-00006 Recuperação da Real Fábrica Veiga para Instalação do Núcleo do Ecomuseu dos Lanifícios - 1ª Fase

Reconstrução, adaptação e apetrechamento de antigo edifício fabril para instalação do Ecomuseu dos Lanifícios.

**Resultado**

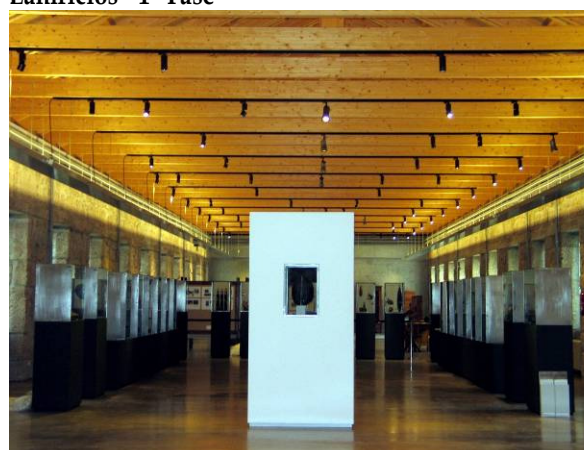
No âmbito da Linha de Acção Reforço do Potencial Turístico e Ambiental é de destacar o impacto que os Museus e Centros de Interpretação construídos nas sedes de concelho que circunscrevem o maciço da Serra da Estrela tiveram na região. Esta estava desprovida deste tipo de equipamentos pelo que os fluxos turísticos que de Inverno, que é também época alta, aqui acorriam e se confrontavam com más condições atmosféricas, não tinham oferta alternativa á fruição da natureza pelo que se ficavam pelos hotéis e não raro abreviavam a sua estada na região. Por outro lado a construção de tais equipamentos contribui também para a melhoria da auto estima pelo seu território da

população local, num tempo em que a mesma se encontrava em queda acentuada, não só pela perda de população como também da sua actividade económica que num passado não muito distante tinha até tido relevância no todo nacional. Ao valorizar-se um património natural como o do Parque Natural da Serra da Estrela, que se não estava esquecido não estava pelo menos visível e não constituía enquanto tal atracção turística, como foi conseguido com a construção do Centro de Interpretação da Serra da Estrela e ao preservar-se um património histórico-cultural com o Museu Judaico de Belmonte ou a memória da actividade tradicional de toda a região do fabrico de tecidos em lã como foi possível com a “Recuperação da Real Fábrica Veiga” para aí instalar o Núcleo do Ecomuseu dos Lanifícios, melhorou-se sensivelmente a oferta turística e reconhecidamente a população local passou a ter outra estima pelo seu património.

**42-02-05-FDR-00040 Criação do Museu Judaico de Belmonte/Centro de Estudos Judaicos**



**42-02-05-FDR-00006 Recuperação da Real Fábrica Veiga para Instalação do Núcleo do Ecomuseu dos Lanifícios - 1ª Fase**



Importa ainda realçar o impacto que no futuro não poderá deixar de provocar a instalação no Centro de Interpretação da Serra da Estrela de um Banco de Sementes que foi parte integrante do projecto e que começa a proporcionar os primeiros trabalhos de investigação, que já decorrem em parceria com o departamento de botânica da Universidade de Coimbra, sobre a valorização da flora e não apenas a da região da serra da Estrela.



**42-02-05-FDR-00030 Centro de Interpretação da Serra da Estrela**



Eixo	II - Acções Integradas de Base Territorial
Medida	II.5 Acção Integrada da Serra da Estrela
Projecto	<b>42-02-05-FDR-00082 - Casas da Senhora da Estrela - Construção de Piscina</b>
Entidade Executora	Casas da Senhora da Estrela - Turismo Rural, Lda

### Identificação do projecto

Investimento de iniciativa privada no âmbito do sistema de incentivos específicos da AIBT Serra da Estrela. O projecto apresentado visa complementar e diversificar a capacidade de oferta instalada no empreendimento através da construção de uma piscina interior aquecida acima da quota de neve (equipamento não existente em Portugal).

### Resultados

O projecto foi concretizado e entrou em funcionamento em 2008 tendo sido objecto de atribuição de uma menção honrosa, em 2008, na 4ª edição dos Prémios Turismo de Portugal



## 42-02-05-FDR-00082 - Casas da Senhora da Estrela - Construção de Piscina



## Acção Integrada para o Pinhal Interior (FEDER)

Eixo	II - Acções Integradas de Base Territorial
Medida	Medida II.6 – Acção Integrada para o Pinhal Interior
Projectos	<b>Vários - Rede das Aldeias do Xisto</b>
Entidades Executoras	Vários (Municípios, Associações de Desenvolvimento; Privados)

A Rede das Aldeias do Xisto é um projecto de desenvolvimento sustentável, de âmbito regional, cuja concepção e implementação teve origem na coordenação da AIBT do Pinhal Interior.

O potencial de desenvolvimento do conceito assentou, essencialmente, na percepção de que o território dispunha de recursos patrimoniais, paisagísticos e culturais endógenos que, por falta de manutenção, conservação e divulgação, corriam (e correm) o risco de se degradar e de serem progressivamente abandonados até culminarem na sua extinção.

Assim, para além das acções eminentemente materiais, o projecto executou iniciativas apostadas em promover um produto turístico ímpar. Pretende-se devolver a dignidade perdida no decorrer dos tempos através da valorização do património histórico e sócio-cultural e ao recuperar este valioso legado, aproveitar para transformá-lo em produto turístico. A vocação estratégica do conceito cola-se indiscutivelmente ao sector turístico.

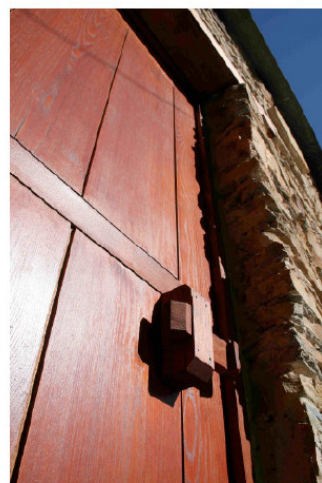
A ideia original esteve também associada a intenção de tornar este território numa referência em matéria de turismo de interior, eminentemente rural, ao qual se agregam outras formas de fazer turismo, como sejam o eco-turismo, turismo cultural, turismo de aventura, turismo gastronómico, turismo cinegético, entre outros.

À dinâmica introduzida pelo investimento público o propósito conduziu a investimentos de iniciativa privada: pequenos empreendimentos turísticos, de alojamento, de restauração e de desporto aventura, totalmente imbuídos no espírito das Aldeias do Xisto, que ajudaria a proporcionar uma oferta diferenciada.

A rede das Aldeias do Xisto envolve a participação de 14 Municípios com 24 aldeias, agentes privados e Associações de Desenvolvimento Local.

Os 24 núcleos seleccionados possuem elevado valor patrimonial e social e sofreram intervenções profundas no sentido da sua revitalização. O investimento incidiu maioritariamente na recuperação física das aldeias, não só reabilitando imóveis públicos e privados, mas dotando-as também das infraestruturas indispensáveis num aglomerado actual e virado para o futuro (saneamento, água, luz, telefone) preservando sempre a sua autenticidade patrimonial.

**Aldeia do Xisto da Barroca**



Os 14 concelhos são: Arganil (Benfeita), Castelo Branco (Sarzedas e Martim Branco), Figueiró dos Vinhos (Casal de S. Simão), Fundão (Janeiro de Cima e Barroca), Góis (Aigra Nova, Aigra Velha, Comareira e Pena), Lousã (Candal, Casal Novo, Cerdeira e Chiqueiro), Miranda do Corvo (Gondramaz), Oleiros (Álvaro), Pampilhosa da Serra (Fajão e Janeiro de Baixo), Penela (Ferraria de São João), Proença-a-Nova (Figueira), Sertã (Pedrógão Pequeno), Vila de Rei (Água Formosa) e Vila Velha de Ródão Foz do Coirão).

**Mapa da Rede das Aldeias do Xisto - 42-02-06-FDR-00160 Plano de Desenvolvimento  
Sustentado das Aldeias de Xisto**



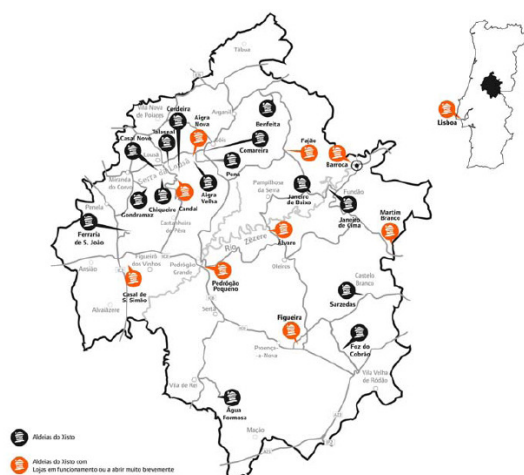
As 24 aldeias destacam-se pela ruralidade e conservação de vários elementos tradicionais, mas também pelo abandono e envelhecimento dos seus habitantes.

As intervenções efectuadas criaram dinâmicas que permitiram recuperar tradições com séculos de existência, exemplo de tradições gastronómicas a partir das quais se criou uma carta com 200 pratos e 80 produtos locais para aproveitamento gastronómico. Mas também permitiram recuperar ofícios, como o tratamento do xisto, que foi ensinado a jovens, ou a tecelagem. O património recebeu igualmente a atenção dos técnicos e, de um total de 3.500 imóveis localizados nas 24 aldeias, tiveram obras de qualificação cerca de 500, sendo que o programa só contemplava intervenções nas fachadas e coberturas. Dos 500 imóveis, cerca de 200 foram igualmente requalificados no interior, com investimentos dos seus proprietários. Tudo isto obedeceu a uma elaboração previa de um “plano de Aldeia” onde foram identificadas quais as intervenções prioritárias em cada uma das 24 aldeias.

Todos os planos foram discutidos com as populações antes do início do projecto e todas as obras foram enquadradas no ambiente de aldeia e cada uma delas teve um documento estratégico que integra todas as recuperações efectuadas em centenas de casas, dezenas de espaços públicos e vários percursos pedestres, entre outras.

No quadro desta intervenção nas Aldeias, e prosseguindo um estratégia integrada para a intervenção, foi desenvolvida uma iniciativa de criação de uma rede de lojas de proximidade, com a marca Aldeias do Xisto, que se deveriam distribuir pelas diferentes aldeias, partindo das dinâmicas locais.

**Mapa da Rede de Lojas de Aldeia (42-02-06-FDR-00240 Plano Sustentado de Promoção dos Produtos Locais das Aldeias do Xisto)** **Loja de Aldeia de Aigra Nova (42-02-04-FDR-00232)**



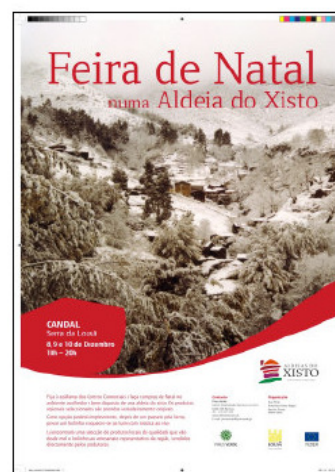
Foram financiadas e encontram-se em funcionamento 10 lojas. O plano de desenvolvimento prevê a abertura de 5 novas lojas a curto prazo. As lojas vendem produtos característicos da região, principalmente artesanato, muito do qual resultado da recuperação de ofícios já abandonados, como o trabalho do xisto ou a tecelagem. A estes produtos juntam-se alguns alimentos e outros bens que possam estar relacionados com a cultura e tradições da região. Existe, actualmente, uma loja em Lisboa e está a ser equacionada a possibilidade de abrir Lojas com a marca Aldeias do Xisto em vários pontos país, respondendo a diversas manifestações de interesse de empresários de Norte a Sul do país.

Para lá das intervenções físicas (infraestruturas, espaços públicos, imóveis públicos, imóveis particulares e lojas de aldeia) existiram intervenções para incremento da capacidade de alojamento e restauração. Concretizaram-se 12 unidades de alojamento, com 50 camas, só dentro das aldeias, e oito restaurantes qualificados.

As intervenções materiais nas 24 Aldeias, foram ancoradas a intervenções mais imateriais, destinadas a promover um plano de animação e promoção da rede,



plasmado no Plano de Desenvolvimento Sustentado das Aldeias do Xisto e no Plano Sustentado de Promoção dos Produtos Locais das Aldeias do Xisto. Estes três Planos foram promovidos pela mesma entidade: a PINUS VERDE.



Actualmente a promoção da Rede é liderada pela ADXTUR- Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto (Agência criada com 16 Municípios da Região Centro e com mais de 70 operadores privados que actuam no território).

Hoje este território oferece uma marca diferenciadora e identitária, que promove os valores únicos do território, a sua oferta turística e os serviços e produtos dos seus parceiros através de um calendário de eventos culturais únicos, criativos e directamente ligados às tradições locais. Muitos desse eventos estão a dar origem a pacotes turísticos integrados (um deles foi distinguido pela Revista Alemã Geo Saison), que juntam ofertas e serviços de vários parceiros. O contacto directo com as populações e as sua cultura,

bem como o pleno usufruto da paisagem natural são outro dos atractivos destes eventos, o que torna as Aldeias do Xisto um destino turístico único e diferenciador no panorama nacional.



A criação de modelos de qualidade para as diversas vertentes da marca Aldeias do Xisto far-se-á através da criação de um Selo de Recomendação das Aldeias do Xisto, que indicará o nível de certificação e/ou qualidade de um determinado produto ou serviço. A qualificação dos recursos turísticos da marca já abrange vertentes tão diversas como o património edificado, os produtos, serviços e animação com a marca Aldeias do Xisto, a gastronomia (Carta Gastronómica das Aldeias do Xisto), as unidades de produção artesanal/agrícola e respectivos produtos disponibilizados na Rede de Lojas das Aldeias do Xisto e, claro, o apoio técnico aos parceiros.

São, ainda, de destacar 9 projectos no âmbito do sistema de incentivos a privados, sendo que cinco candidaturas são referentes a alojamento turístico, 4 são iniciativas de animação e promoção turística e um projecto de requalificação de Aldeia do Xisto destinado ao comércio de plantas aromáticas, medicinais e condimentares e outros produtos artesanais.

Eixo	II - Acções Integradas de Base Territorial
Medida	Medida II.6 – Acção Integrada para o Pinha Interior
Projectos	<b>Vários - Rede das Praias Fluviais</b>
Entidades Executoras	Vários (Municípios, Lousitânea)

O Pinhal Interior caracteriza-se, entre outros aspectos, pela elevada concentração de recursos hídricos (cursos de água e albufeiras), recursos susceptíveis de serem aproveitados como zonas de recreio e lazer nas suas envolventes, bem como para a



prática banhar. Foi por isso considerado, em termos de definição estratégica da AIBT, como uma zona com elevado potencial para o desenvolvimento e promoção de actividades relacionadas a “exploração” desses recursos.

Para concretizar esse objectivo foi criada uma rede de forma a apoiar a valorização/beneficiação de algumas Praias Fluviais com objectivo de potenciar o desenvolvimento turístico de forma integrada, criando uma alternativa de qualidade ao turismo banhar no litoral, servindo, também, as populações residentes.

Actualmente a Rede é constituída por 21 praias fluviais distribuídas por 11 Concelhos – Góis (Peneda e Canaveias); Castanheira de Pera (Praia Azul e Poço da Corga); Pedrógão Grande (Mosteiro); Figueiró dos Vinhos (Ana de Aviz e Fragas de São Simão); Proença-a-Nova (Malhadal; Fróia; Aldeia Ruiva); Sertã (Ribeira Grande); Mação (Ortiga); Oleiros (Açude Pinto e Cambas); Lousã (Sr<sup>a</sup> da Graça, Bogueiro e Sr<sup>a</sup> da Piedade); Arganil (Pomares; Piódão; Cascalheira) e Penela (Louçainha).



Cartaz Promocional da Rede das Praias Fluviais



Praia Fluvial Ana de Aviz – Figueiró dos Vinhos



Praia Fluvial Mosteiro – Pedrógão Grande



Praia Fluvial das Rocas – Castanheira de Pera

A rede ao ser criada fixou os seguintes objectivos:

- Dinamizar acções abrangendo praias fluviais de forma a valorizá-las e promovê-las;
- Criar uma forte imagem global da região.
- Criar uma nova via para a região: natureza / aldeias do xisto / praias fluviais.
- No âmbito da intervenção da AIBT do Pinhal Interior foram requalificadas fisicamente 12 praias fluviais distribuídas por 9 concelhos do Pinhal Interior, correspondendo a 16,09% do valor executado incluindo o investimento de promoção.

**Medida II.6 - Projectos financiados no âmbito da Rede de Praias Fluviais até 31 de Dezembro de 2008**

Tipo	Executor	Nº Proj.	Despesa Pública	FEDER Aprov.
<b>Rede Praias Fluviais</b>		<b>12</b>	<b>4.151.787,71</b>	<b>2.803.983,72</b>
	Município Arganil	1	115.616,83	80.931,78
	Município Castanheira de Pêra	2	2.263.936,16	1.518.636,07
	Município Góis	1	226.306,83	153.187,09
	Município Miranda do Corvo	1	129.904,25	82.852,93
	Município Oleiros	1	172.492,44	120.744,71
	Município Pampilhosa da Serra	1	433.600,20	303.520,14
	Município Pedrogão Grande	1	472.489,51	312.882,55
	Município Penela	1	87.914,33	56.520,12
	Município Proença-a-Nova	3	250.158,60	175.111,04
<b>Promoção Redes</b>		<b>1</b>	<b>290.726,09</b>	<b>188.971,96</b>
	Lousitânea	1	290.726,09	188.971,96
<b>Total Geral</b>		<b>13</b>	<b>4.442.513,80</b>	<b>2.992.955,68</b>

Com o propósito de animação da Rede das Praias Fluviais, foi participado um projecto (2005 a 2007) promovido pela Lousitânea, associação sem fins lucrativos.

O projecto da rede das Praias Fluviais, permitiu, além de animar estes espaços, criar condições que visavam melhorar a qualidade das águas, nomeadamente através da realização de um conjunto de acções de formação (ex: Recursos hídricos na perspectiva da sua utilização balnear; Educação ambiental e animação turística; Infraestruturas balneares e Gestão integrada de praias fluviais) financiadas pela Medida II.8 - Desenvolvimento dos Recursos Humanos e Promoção da Coesão Social, destinada a técnicos para apoio às infraestruturas balneares, o que permitiu que fossem registadas melhorias, também, na qualidade dos espaços e equipamentos balneares.



Eixo	II - Acções Integradas de Base Territorial
Medida	Medida II.6 – Acção Integrada para o Pinha Interior
Projectos	<b>Vários - Rede de Percursos</b>
Entidades Executoras	Vários (Municípios, Lousitânea, ADXTUR)

Inserida na linha de acção “infraestruturas e equipamentos de promoção das potencialidades”, tal como as anteriores redes, foi previsto em Complemento de Programação que era objectivo desta Medida o estabelecimento de uma rede de percursos activos (pedrestres, BTT, TT, rodoviários) e culturais (arqueologia e arquitectura tradicional) numa perspectiva integrada que promovesse globalmente a região, potenciando as diversas valências e diversificando a oferta, incluindo o estabelecimento de “estradas panorâmicas” devidamente infraestruturadas.

Os Centros de BTT das Aldeias do Xisto são infra-estruturas desportivas permanentes, constituídas por redes de trilhos para a prática de BTT e locais de acolhimento dotados de equipamentos dedicados exclusivamente aos praticantes de BTT de lazer. Estes locais estão apetrechados com estacionamento, balneários, estação de serviço para bicicletas (lavagem, ar e mini-oficina) em regime de self-service. Foram dois os centros financiados pela AIBT.

Os Centros oferecem trilhos do tipo CrossCountry, DownHill ou FreeRide , sinalizados com marcações específicas, adoptadas internacionalmente, com quatro níveis de dificuldade (verde, azul, vermelho e preto) adequados a todos os tipos de utilizadores.



Centro de BTT de Ferraria S. João (Penela)



**Medida II.6 - Projectos financiados no âmbito da Rede de Percursos até 31 de Dezembro de 2008**

<b>Tipo</b>	<b>Executor</b>	<b>N Proj.</b>	<b>Despesa Pública</b>	<b>FEDER</b>
<b>Rede Percursos</b>		<b>8</b>	<b>1.150.101,28</b>	<b>796.251,13</b>
	Associação Pinus Verde	1	120.290,44	84.203,31
	Município Arganil	1	131.283,61	91.898,53
	Município Góis	1	46.465,02	30.202,26
	Município Lousã	1	150.643,21	105.450,25
	Município Pampilhosa da Serra	1	453.899,72	317.729,80
	Município Pedrogão Grande	1	49.324,43	32.060,88
	Município Penela	1	117.588,97	82.312,28
	Município Sertão	1	80.605,88	52.393,82
<b>Total Geral</b>		<b>8</b>	<b>1.150.101,28</b>	<b>796.251,13</b>

Refira-se o facto que no âmbito da implementação da candidatura do Plano de Desenvolvimento Sustentado das Aldeias do Xisto - 2ª fase a Associação Pinus Verde desenvolveu pequenas rotas/percursos infra-estruturados à volta das Aldeias do Xisto e iniciou aquilo que será a Grande Rota das Aldeias que irá ligar as 24 aldeias que integram a rede.



Sinalética da rede de percursos



Sinalética da rede de percursos



Sinalética da rede de percursos



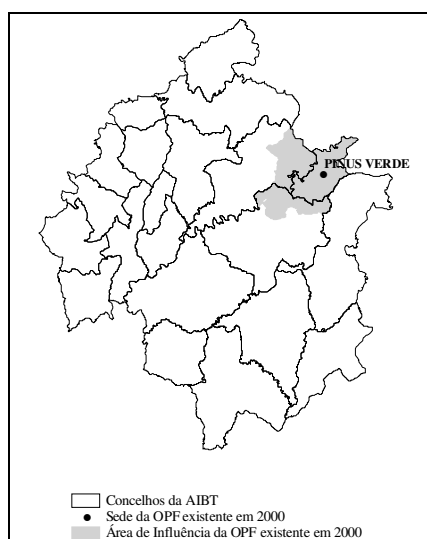
Percurso Ferraria S. João/Casal S. Simão

### **Acção Integrada para o Pinhal Interior (FEOGA)**

No conjunto das intervenções apoiadas no âmbito da Medida 2.7 destacam-se como exemplos de boas práticas e de intervenções de natureza inovadora dois projectos desenvolvidos no âmbito da Acção 3. Esta acção é a mais estruturante da Medida e teve como objectivo apoiar a constituição de Organizações de Produtores Florestais (OPF), com ajudas para aquisição de mobiliário, equipamentos de comunicações, equipamentos informáticos, equipamentos para a prestação de serviços especializados, viaturas e recursos humanos para um período máximo de 5 anos.

Em termos de gestão florestal sustentável e certificação foi na zona do Pinhal Interior que se deram os primeiros passos. As Organizações de Produtores Florestais tiveram um papel primordial para que tal fosse possível.

### OPF do Pinhal Interior em 2000



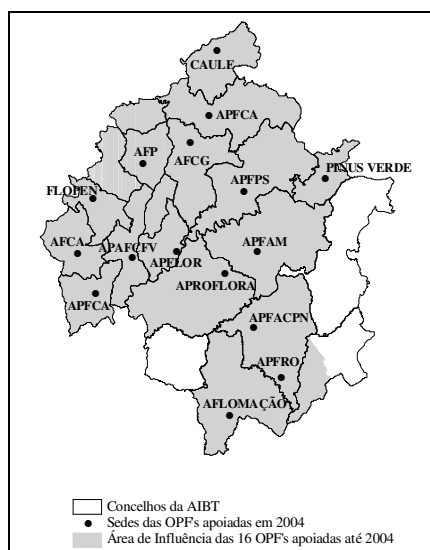
O território da AIBT PI abrange 21 concelhos, 180.000 habitantes e cerca de 510.000 hectares, tendo 75% desta área aptidão florestal.

Um território com graves problemas estruturais: absentismo, minifúndio, escassas capacidades técnicas, falta de articulação da fileira e incêndio florestais.

Em 2000 neste território existia uma Organização de Produtores Florestais (OPF) activa, com um técnico florestal.

A criação e o reforço técnico das OPF, era indispensável para superar alguns dos maiores constrangimentos da evolução e da modernização da floresta portuguesa.

### OPF apoiadas pela AIBT do Pinhal Interior



Desde o início do apoio da AIBT PI neste território verificou-se o aumento das capacidades técnicas neste território.

Em 2001 esta região passou a ter 6 OPF com candidaturas aprovadas, com 8 técnicos florestais e 6 administrativos;

No final de 2002 passou a ter para 12 OPF apoiadas; em 2003 estavam aprovadas 15 candidaturas, com 23 técnicos florestais e 15 administrativos;

Em 2004 foi aprovada a última candidatura, passando para 16 o número de OPF apoiadas, ficando todo o território coberto;

Actualmente estas 16 OPF contam com 35 técnicos florestais e 16 administrativos, gerindo 29 Equipas de Sapadores Florestais; tendo sido criados 195 postos de trabalho.

Eixo	II - Acções Integradas de Base Territorial
Medida	Medida II.7 – Acção Integrada para o Pinha Interior
Projectos	<b>Zona Intervenção Florestal Alva e Alvoco</b>
Entidades Executoras	CAULE – Associação florestal da Beira Serra

A primeira ZIF (Zona de Intervenção Florestal) do país foi criada pela “CAULE – Associação florestal da Beira Serra”, em meados de Novembro de 2006, ZIF Alva e Alvoco, com uma área de 4.741 hectares sendo constituída por 90% de espaços florestais, à qual aderiram 459 proprietários.



Eixo	II - Acções Integradas de Base Territorial
Medida	Medida II.7 – Acção Integrada para o Pinha Interior
Projectos	<b>OPF Penela</b>
Entidades Executoras	FLOPEN – Associação de Produtores e Proprietários Florestais do Concelho de Penela

Em termos de certificação florestal foi a “FLOPEN – Associação de Produtores e Proprietários Florestais do Concelho de Penela”, a primeira OPF da península ibérica a obter o certificado Forest Stewardship Council para a gestão florestal de grupo. Contando para tal com um grupo de 44 aderentes, denominado por Grupo de Gestão Florestal Flopen (GGF Flopen), englobando 774 hectares de área florestal.





## CERTIFICAÇÃO FLORESTAL

Actualmente, a crescente consciencialização sobre a destruição das florestas e dos seus recursos naturais, as más condições de trabalho e emprego e a degradação das relações sociais têm levado consumidores e exigir que as suas compras de madeira e de outros produtos de origem florestal não contribuam para estas situações, mas sim, ajudem a assegurar a viabilidade das florestas e as mais altas sociais. O mercado, cada vez mais "globalizado", tem respondido a esta pedido apresentando diversos programas de certificação e fim de marcar os produtos florestais que sejam obtidos de maneira adequada e responsável nos seus locais de origem.

As principais iniciativas promovem marcas registadas que são amplamente reconhecidas como garantia de origem. Elas atestam que a madeira, ou qualquer matéria-prima florestal utilizada num determinado produto posto à venda, foi obtida de uma floresta gerida de forma ecologicamente adequada, socialmente justa e economicamente viável, com o cumprimento das leis do local de origem e de acordos e tratados internacionais.

Uma recomendação muito útil para um comportamento responsável, no âmbito de toda gente e que é aplicável às mais variadas situações, é a prática do "Princípio da Precaução", ou seja, preocupar-se constantemente

Em Janeiro do corrente ano, a FLOPEN em parceria com a CELBI deu início a um projecto de Certificação em Grupo, que tem por objectivo formar um conjunto de membros (proprietários/produções florestais) que adiram a um Sistema de Gestão Florestal Sustentável permitindo assim obter das suas propriedades recursos leñosos e não leñosos desenhados do mercado com um selo de reconhecimento de práticas responsáveis. Estas práticas são baseadas em princípios e critérios do FSC (Forest Stewardship Council), organização não governamental reconhecida internacionalmente, que promove uma gestão florestal economicamente viável, socialmente benéfica e ecologicamente adaptada. As vantagens em ser membro do Grupo de Certificação são:



Fig. 3 - Logótipo de FSC.

- Garantia de colocação dos produtos florestais no mercado (foco à procura de produtos certificados);
- Preço diferenciado;
- Apoio técnico às operações florestais;
- Aumento da produtividade e redução de custos;
- Condições de trabalho mais justas e seguras;
- A adesão ao Grupo de Certificação evita fase de implementação não tem qualquer custo para o membro.

O que é necessário para aderir ao Grupo de Certificação?

- Ser ASSOCIADO da FLOPEN;
- Proceder ao CADASTRO preliminar das suas propriedades;
- Disponibilizar as MATRIZES das suas propriedades, ou outro documento em anexo, a título de identificação das unidades produtivas.

**Eixo Prioritário III – Intervenções da Administração Central regionalmente desconcentradas****Educação**

Eixo	3 – Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas
Medida	3.1 – Educação
Projecto	<b>42-03-01-FDR-00205 - Construção da Escola EB1 do Sátão</b>
Entidade Executora	Município do Sátão

Este projecto obteve aprovação em 2008, tem como entidade beneficiária o Município do Sátão.

O referido projecto mereceu a aprovação conjunto da DREC e do Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação.

Este centro surge como forma de promoção das políticas educativas para o Concelho e de ultrapassar alguns constrangimentos, nomeadamente a grande dispersão de alunos, com poucos alunos por escola, noutros casos de sobreocupação de salas, resultante da crescente dificuldade na organização dos tempos lectivos em horário normal e na criação de espaços necessários para as actividades de enriquecimento curricular.

Este Centro escolar encontra-se localizado numa das principais zonas da Vila, junto a diversas estruturas edificadas, como as piscinas e pavilhão gimnodesportivo.

Contempla 14 salas de aulas para uma previsão de 273 alunos, biblioteca, sala polivalente, gabinetes de trabalho e diversos espaços de apoio geral.

**Projecto n.º 42-03-01-FDR-00110**

Eixo	3 – Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas
Medida	3.1 – Educação
Projecto	<b>42-03-01-FDR-00110 - Construção para Substituição da Escola Secundária de Soure</b>
Entidade Executora	Direcção Regional de Educação do Centro

A construção desta escola permitiu a substituição das antigas instalações sem possibilidade de recuperação, criando assim, condições efectivas de sucesso educativo neste nível de ensino.

Este projecto contempla 10 laboratórios, 18 salas de aula, cantina, centro de recursos e infra-estruturas desportivas e aquecimento central.

Indicadores	Unidade	Quantidade
Construção	m2	6.937
Arranjos exteriores	m2	12.015
Laboratórios	nº	10
Salas de aula	nº	18
Cantinas	nº	1
Centro de recursos	nº	1
Infra-estruturas desportivas descobertas	nº	1
Infra-estruturas desportivas cobertas	nº	1

### Ensino profissional

Eixo	3 – Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas
Medida	3.2 – Ensino Profissional
Projectos	Ensino Profissional dos anos lectivos 2001/2002 a 2006/2007
Entidade Executora	Escola Profissional da Figueira da Foz

As Escolas Profissionais resultaram, principalmente, da iniciativa de instituições da sociedade civil, constituindo uma resposta às necessidades de formação localmente detectadas, tendo um duplo objectivo central:

- Criar uma alternativa de formação e de realização pessoal aos jovens que terminem a escolaridade obrigatória;
- Participar no esforço de qualificação dos recursos necessários à modernização empresarial e às transformações em curso no mundo do trabalho.

A Escola Profissional da Figueira da Foz, identificou as principais carências ao nível da formação profissional da região e, indo ao encontro dessas necessidades, tem desenvolvido formação na Área da Hotelaria e Restauração, uma vez que são estas as áreas de maior carência no Concelho da Figueira da Foz. Esta situação torna-se cada vez mais evidente com a constante aposta da região no turismo, dada a sua localização e as riquezas naturais que dispõe.

A aposta nestes cursos vai ao encontro dos inquéritos de expectativas realizados aos jovens que estão a terminar o 9º ano, no Concelho, uma vez que foram as áreas que reuniram maior número de interessados. Para o desenvolvimento do nosso projecto contamos com um vasto conjunto de empresas com as quais estabelecemos protocolos e parcerias de colaboração.



A oferta formativa da escola abrange a área da hotelaria nas variantes de Mesa Bar e Cozinha, permitindo a integração de ambos os sexos, uma vez que, por exemplo, o serviço de mesa e de cozinha/pastelaria estão, hoje em dia, vocacionados para ambos os sexos. O projecto educativo contempla metas, objectivos e estratégias que promovem a participação de ambos os géneros nas actividades escolares, uma vez que estas são pensadas tendo em conta a integração de toda a comunidade escolar.

Além disso, as instalações escolares estão preparadas para acolher de igual modo os dois sexos, nomeadamente, ao nível dos vestiários da Cozinha e Restaurante Pedagógico, que contemplam espaços separados e adequados aos dois sexos.

O Projecto Educativo da Escola prevê actividades formativas que visam a participação de toda a comunidade escolar, sem excepção. Esta situação tem sido bastante acautelada, uma vez que é cada vez maior o número de alunos de outras nacionalidades que procuram o sistema de ensino. Nesse aspecto os cursos na área da hotelaria e restauração são muito abrangentes, uma vez que em termos técnicos possuem uma “linguagem universal” e em termos das componentes sócio-cultural e científica a escola coloca à disposição dos alunos mecanismos de recuperação de modo a que as barreiras linguísticas não constituam qualquer obstáculo. Quanto aos alunos com mobilidade reduzida, a escola possui infra-estruturas adequadas para que estes tenham acesso facilitado a todos os espaços.

Ao nível do processo as metodologias e estratégias utilizadas favorecem o desenvolvimento integral do formando de modo a permitir, quer a integração no mercado de trabalho, quer o prosseguimento de estudos. O desenvolvimento de parcerias com empresas e entidades regionais e nacionais ligadas ao ramo da hotelaria e da higiene e segurança potenciam um conjunto de oportunidades acrescidas aos nossos formandos, contribuindo desta forma para a futura empregabilidade. A formação em contexto de trabalho assume neste projecto um papel determinante, uma vez que operacionaliza toda a componente sócio-cultural, científica e técnica e que permite aos alunos uma transição gradual e acompanhada para o mercado de trabalho.

A estrutura modular dos cursos de Restauração, de nível III, é muito exigente, os alunos têm de reter um conjunto de aprendizagens que lhes permita ter conhecimento e

capacidade para gerir quer um restaurante, quer uma unidade hoteleira de 3 a 5 estrelas, desde a caixa ao economato.

### Taxa de Colocação de Alunos em Empresas

Triénio	Curso	N.º de Diplomados	Taxa de Conclusão em %	Taxa de Empregabilidade em %	Prosseguimento de Estudos %
2002/2005	T. Hotelaria/Restauração, Organização e Controlo	9	47	100	0
2003/2006	T. Hotelaria/Restauração, Organização e Controlo	5	25	100	0
2005/2008	T. Hotelaria/Restauração, Organização e Controlo	27	78	92	8



**Promoção da Empregabilidade e do Emprego a Nível Local**  
**Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local**

Eixo	3 - Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas
Medida	3.3 - Promoção da Empregabilidade e do Emprego a Nível Local
Ação tipo	3.3.1.2 - Qualificação e Reconversão Profissional
Projecto	3-03-00325 PF
Entidade Executora	KNOW-HOW CONSULTORES, LDA

**Identificação do projecto**

A KNOW-HOW CONSULTORES, LDA (NPC 504 120 158) é uma sociedade por quotas constituída em 1998 cuja actividade principal é a consultadoria, projectos de investimento, formação profissional e implementação de sistemas de qualidade. A KNOW-HOW no QCA II desenvolveu projectos de investimento em vários sistemas de incentivos e no âmbito do QCA III para além dos projectos formativos também elaborou projectos de investimento no âmbito do Programa Operacional de Economia.

De acordo com informação da entidade no período de 2000-2004, desenvolveu cerca de 180 acções de formação, nas áreas da Administração e Gestão, Marketing e Comunicação, Gestão da Qualidade, Segurança e Higiene no Trabalho, Informática, Formação Inicial e Contínua de Formadores.

No período de candidaturas de 1 de Setembro a 15 de Outubro de 2004, a KNOW-HOW apresentou um Plano de formação constituído por 4 Pedidos de Financiamento às acções tipo 3.3.1.1, 3.3.1.2, 3.3.1.3 e 3.3.1.4 destinados a 180 formandos num total de 242.100 horas de volume de formação. Neste plano, a entidade propôs-se realizar 12 cursos, dos quais 5 da acção tipo 3.3.1.1, 4 da acção tipo 3.3.1.2, 1 da acção tipo 3.3.1.3 e 2 da acção tipo 3.3.1.4.

Os cursos apresentados nas acções tipo 3.3.1.3 e 3.3.1.4 não foram considerados prioritários, não tendo obtido pontuação suficiente na Matriz Referencial de Análise. Quanto à acção tipo 3.3.1.1, o diagnóstico de necessidades apenas apresentava devidamente justificado o curso de Empregado de Andares. Na acção tipo 3.3.1.2 consideraram-se relevantes e devidamente fundamentados os cursos de Mecânico de Motociclos e Técnicas de Organização de Eventos.

## PO CENTRO RELATÓRIO FINAL DE EXECUÇÃO

A KNOW-HOW encontrava-se acreditada pelo IQF – Instituto para a Qualidade na Formação, nos domínios da Concepção, Organização e Promoção e Desenvolvimento/Execução.

Na acção tipo 3.3.1.2. os cursos de formação foram os seguintes:

Designação do curso	Nº de horas	Acções	Candidatura			Saldo		
			Nº Formandos	Volume	Montante aprovado	Nº Formandos	Volume	Montante aprovado
Mecânico de Motociclos	1260	1	15	18.900	€352.399,31	15	16.464	€297.892,42
Técnicas de Organi. de Eventos	1500	1	15	22.500		16	22.935	
Total	2760	2	30	41.400	€352.399,31	31 (*)	39.399	€297.892,42

(\*) Nº de formandos abrangidos. Contudo, de acordo com a informação prestada pela entidade em sede de Pedido de Pagamento de Saldo, desistiram 3 formandos.

Com o Plano de Formação apresentado, a entidade, pretendia dotar as populações adultas desempregadas de qualificações em diversas áreas, de forma a ir ao encontro de necessidades crescentes do actual desenvolvimento. Por outro lado, pretendia-se também potenciar a capacidade técnica e organizativa das organizações empresariais, dinamizando acções de formação à medida das suas próprias necessidades e estratégias de desenvolvimento.

De referir que os cursos decorreram, respectivamente, em Leiria e Figueira da Foz. Para o desenvolvimento da formação, relativa ao curso 2 a KNOW-HOW procedeu ao arrendamento de instalações na Figueira da Foz. A formação teórica do curso 1 decorreu em instalações da entidade, tendo arrendado uma oficina para desenvolver a formação prática simulada.

Destaca-se a elevada execução física e financeira, conforme se encontra evidenciado no quadro abaixo:

	Candidatura	Saldo	Taxa de Execução
Formandos	30	28	93%
Volume de formação	41.400	39.399	95%
Montante Aprovado	352.399,31	297.892,42	85%

Relativamente às taxas de execução apresentadas, importa realçar que a taxa de execução física dos formandos teve em conta o número de formandos que terminaram

os cursos (sendo que a diferença entre este número e o apresentado no primeiro quadro corresponde ao número de desistentes).

De forma a dar seguimento às acções de formação aprovadas, a KNOW-HOW elaborou anúncios com o objectivo de proceder á divulgação e publicitação dos cursos aprovados, em conformidade com o disposto na legislação em vigor (art. 19º da Portaria nº 799-B/2000). A análise destes documentos permite, pois, concluir que constam destes meios de divulgação todos os elementos obrigatórios, nomeadamente, a insígnia da União Europeia, a referência ao co-financiamento pelo FSE e o logótipo do Programa Operacional.

Relativamente às salas de formação, podemos constatar, nas imagens seguintes, que se encontravam devidamente equipadas.



### **Resultados do projecto**

As informações sobre a empregabilidade dos formandos após a frequência da formação aprovada, na ordem dos 78%, constam do relatório remetido pela entidade juntamente com o Pedido de Pagamento de Saldo Final.

Após análise de informações adicionais foi possível concluir que a taxa de empregabilidade não foi a mesma nos dois cursos. Assim dos 13 formandos que terminaram o curso 1, 10 ficaram integrados na empresa onde decorreu a PCT e 2 ficaram noutras empresas. Quanto aos 15 formandos que terminaram o curso 2, ficaram 8 na empresa onde decorreu a PCT e 2 ficaram noutras empresas.

De forma a dar seguimento às acções de formação aprovadas, a KNOW-HOW elaborou anúncios com o objectivo de proceder á divulgação e publicitação dos cursos aprovados, em conformidade com o disposto na legislação em vigor (art. 19º da Portaria nº 799-B/2000). A análise destes documentos permite, pois, concluir que constam destes meios de divulgação todos os elementos obrigatórios, nomeadamente, a insígnia da União Europeia, a referência ao co-financiamento pelo FSE e o logótipo do Programa Operacional.

Eixo	3 - Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas
Medida	3.3 - Promoção da Empregabilidade e do Emprego a Nível Local
Acção tipo	3.3.1.1 - Qualificação Profissional com Progressão Escolar
Projecto	3-03-0415 PF
Entidade Executora	ATAR SERVIÇOS,LDA

### Identificação do projecto

A ATAR SERVIÇOS, LDA (NPC 502 192 291) é uma sociedade por quotas constituída em 1989 cuja actividade principal é o fornecimento de serviços nas áreas de consultoria para os negócios e a gestão, formação profissional, recrutamento e selecção de pessoal, e serviços de outsourcing. Desenvolve projectos formativos nas áreas Gestão e Administração, Metalúrgica e Metalomecânica, Electricidade e Energia, Electrónica e Automação, Engenharia e Técnicas Afins, Indústrias Transformadoras, Construção Civil e Engenharia Civil, Hotelaria e Restauração, Segurança e Higiene no Trabalho. Colaborou ainda na qualificação, aperfeiçoamento e reconversão do sector vidreiro. Desenvolveu projectos de investimento para PME's candidatas ao RIME e PEDIP.

De acordo com informação da entidade no período de 2000-2005 desenvolveu 443 acções de formação.

No período de candidaturas que decorreu de 5 a 23 de Junho de 2006 a ATAR SERVIÇOS apresentou um Plano de Formação constituído por um pedido de financiamento inserido na acção tipo 3.3.1.1 para desenvolver 2 cursos (3 acções), envolvendo 45 formandos num total de 83.050 horas de volume de formação. Neste Pedido de Financiamento, a entidade propunha-se realizar um curso de Serviço de Mesa (em Monte Real e Porto de Mós) e um curso de Electromecânica de Equipamentos

Industriais, a desenvolver em Leiria. No diagnóstico apresentado pela entidade não ficou cabalmente demonstrada a necessidade do curso de Serviço de Mesa em Porto de Mós.

Realçamos ainda o facto de, à data de apresentação da candidatura, a entidade, para além de Entidade Promotora, assumir também o papel de Entidade Formadora, encontrando-se acreditada pelo IQF - Instituto para a Qualidade na Formação, nos domínios de Diagnóstico de Necessidades, Planeamento, Concepção, Organização e Desenvolvimento/Execução.

De uma forma sintetizada, os cursos aprovados, podem caracterizar-se conforme consta do seguinte quadro:

Designação do curso	Nº de horas	Acções	Candidatura			Saldo		
			Nº Forma.	Volum e	Montante aprovado	Nº Forma.	Volume	Montante aprovado
Serviço de Mesa	1820 H	1	15	27.300	€463.083,97	15	26.650	€421.432,94
Electromecânica de Equipam. Industriais	1897 H	1	15	28.455		15	22.095	
Total	3717 H	2	30	55.755	€463.083,97	30 (*)	48.700	€421.432,94

(\*) Nº de formandos abrangidos. Contudo, de acordo com a informação prestada pela entidade em sede de Pedido de Pagamento de Saldo, desistiram 5 formandos.

Com o Plano de Formação apresentado, a entidade, pretendeu proporcionar uma oferta integrada de educação e formação destinada a públicos adultos pouco escolarizados e qualificados, contribuindo para a redução de défices de certificação e qualificação da população da Região Centro. Dado tratar-se de um curso de educação e formação de adultos proporcionou aos formandos a equivalência ao 9º ano de escolaridade.

Para a realização da formação prática em contexto de trabalho, foram contactados vários restaurantes e unidades hoteleiras da região de Leiria, tendo os formandos sido distribuídos por pastelarias, restaurantes e hotéis. Os formandos do curso de Electromecânica fizeram a formação prática em contexto de trabalho em diversas empresas comerciais e industriais de Leiria e Marinha Grande.

A formação decorreu em salas arrendadas, mas o valor mensal do arrendamento afigurou-se-nos razoável. O valor total aprovado em saldo é igual ao apresentado, dado que, foram apresentados, ao longo de todo o período despesas elegíveis.

O projecto revela uma boa execução física e financeira, conforme se encontra evidenciado no quadro seguinte:



	Candidatura	Saldo	Taxa de Execução
Formandos	30	25	83%
Volume de formação	55.755	48.700	87%
Montante Aprovado	€463.083,97	€421.432,94	91%

Relativamente às taxas de execução apresentadas, importa realçar que a taxa de Execução Física dos Formandos teve em conta o número de formandos que terminaram os cursos (sendo que a diferença entre este número e o apresentado no primeiro quadro corresponde ao número de desistentes).

De forma a dar seguimento às acções de formação aprovadas, a ATAR SERVIÇOS elaborou anúncios com o objectivo de proceder á divulgação e publicitação dos cursos aprovados, em conformidade com o disposto na legislação em vigor (art. 19º da Portaria nº 799-B/2000). A análise destes documentos permite, pois, concluir que constam destes meios de divulgação todos os elementos obrigatórios, nomeadamente, a insígnia da União Europeia, a referência ao co-financiamento pelo FSE e o logótipo do Programa Operacional.

### Resultados do projecto

As informações sobre a empregabilidade dos formandos, após a frequência da formação aprovada, de 72%, constam do relatório remetido pela entidade juntamente com o Pedido de Pagamento de Saldo Final. Da análise destes elementos, foi possível concluir que a taxa de empregabilidade não foi a mesma nos dois cursos. Assim dos 15 formandos que terminaram o curso de Serviço de Mesa, 7 estão empregados na área em que desenvolveram a formação, 4 em outras áreas e 3 formandos continuaram a formação para obter a equivalência ao 12º ano. Dos formandos que estão a trabalhar na mesma área de formação, 2 ficaram a trabalhar nas entidades onde realizaram a prática em contexto de trabalho.

Quanto aos 10 formandos que terminaram o curso de Electromecânica de Equipamentos Industriais, 5 ficaram integrados nas empresas onde decorreu a PCT, 2 em outras áreas e outros 2 formandos continuaram a formação para obter a equivalência ao 12º ano.

Quanto à inserção dos formandos no mercado de trabalho após a frequência da formação, devemos referir que, em particular, nesta acção tipo também se revelava de igual importância a continuidade da formação na mesma área, por forma, a atingir o nível seguinte de escolaridade. Assim se aos formandos inseridos no mercado de



trabalho, acrescentarmos aqueles que continuaram a formação, obtemos uma taxa de sucesso de 92%.

Eixo	3 – Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas
Medida	3.3 – Promoção da Empregabilidade e do Emprego a Nível Local
Ação tipo	3.3.1.1 – Qualificação Profissional com Progressão Escolar
Projecto	3-03-0428 PF
Entidade Executora	ASSOCIAÇÃO CULTURAL, RECREATIVA E SOCIAL DE SAMUEL

### Identificação do projecto

A ASSOCIAÇÃO CULTURAL, RECREATIVA E SOCIAL DE SAMUEL (ACRSS) (NPC 501 366 288) é uma IPSS criada em 1982 cuja principal actividade é a acção social e o desenvolvimento local. De acordo com os estatutos tem como principal objectivo a promoção social no âmbito da Segurança Social, designadamente no apoio à infância e juventude, à família, à integração social e comunitária, à velhice e invalidez, e apoio ao desenvolvimento local da região, desenvolvendo por isso acções de formação profissional e apoiando a dinamização económica de todos os sectores de actividade, nomeadamente a constituição de iniciativas de emprego, apoio a mulheres empresárias, jovens agricultores e ao artesanato. Por outro lado, tem como objectivo secundário, a formação cultural, recreativa e desportiva da freguesia.

No período de candidaturas que decorreu de 5 a 23 de Junho de 2006 a ACRSS apresentou um Plano de Formação constituído por um pedido de financiamento inserido na acção tipo 3.3.1.1. Neste pedido de financiamento a entidade propunha-se realizar o curso de “Geriatría” e “Apoio Familiar e à Comunidade”. No diagnóstico apresentado, não ficou cabalmente demonstrada a necessidade do curso de “Geriatría” pelo que apenas foi aprovado o curso de “Apoio Familiar e à Comunidade”.

Realçamos ainda o facto de, à data de apresentação da candidatura, a entidade, para além de entidade promotora assumir também o papel de entidade formadora, encontrando-se acreditada pelo IQF – Instituto para a Qualidade na Formação, nos domínios da Concepção, Organização e Desenvolvimento/Execução.

De uma forma sintetizada, o curso aprovado, pode caracterizar-se conforme consta do seguinte quadro:

Designação do curso	Nº de horas	Acções	Candidatura			Saldo		
			Nº Form.	Vol.	Montante aprovado	Nº Form.	Vol.	Montante aprovado
Apoio Familiar e à Comunidade	1960	1	14	27.440	€232.886,62	14 <sup>(*)</sup>	24.232	€210.149,28

(\*) Nº de formandos abrangidos. Contudo, de acordo com a informação prestada pela entidade em sede de Pedido de Pagamento de Saldo, desistiram 3 formandos.

O curso era dirigido a desempregados de baixos níveis de habilitação escolar e profissional. Pretendia-se promover competências gerais, técnicas e sociais, necessárias à construção de uma compreensão e visão global dos processos de trabalho, permitindo uma maior polivalência e mobilidade profissional valorizando as suas capacidades como cidadãos e profissionais. Por outro lado, e dado tratar-se de um curso de educação e formação de adultos, proporcionou aos formandos a equivalência escolar ao 9º ano, contribuindo para a redução do défice de qualificação escolar e profissional da população do concelho de Soure e limítrofes, potenciando as suas condições de empregabilidade.

A formação teórica decorreu em salas da ACRSS. A formação prática simulada foi realizada em grande parte com utentes da Associação, mas para o módulo de Nutrição e Confeção de Refeições foi arrendado um espaço numa das localidades vizinhas. Na formação prática em contexto de trabalho para além das formandas que ficaram na Associação, foram colocadas formandas em entidades, parceiras da ACRSS, de natureza privada, pública ou particular.

A imagem seguinte permite-nos conhecer as formandas e a sala de formação teórica



O projecto apresentou uma boa execução física e financeira, conforme se encontra evidenciado no quadro seguinte:

	Aprovado em candidatura	Aprovado em saldo	Taxa de Execução
Formandos	14	11	79%
Volume de formação	27.440	24.232	88%
Montante Aprovado	232.886,62	210.149,17	90%

Relativamente à taxa de execução apresentada, importa realçar que a taxa de Execução Física dos Formandos teve em conta o número de formandos que terminaram os cursos (sendo que a diferença entre este número e o apresentado no primeiro quadro corresponde ao número de desistentes).

### Resultados do projecto

As informações sobre a empregabilidade dos formandos, após a frequência da formação aprovada, de 81%, constam do relatório remetido pela entidade juntamente com o Pedido de Pagamento de Saldo Final, tendo a informação sido actualizada em Março de 2009. Da análise destes elementos, foi possível concluir que dos 11 formandos que concluíram a formação, 6 ficaram a trabalhar na área em que desenvolveram a formação, 3 ficaram a trabalhar noutras áreas e 1 formanda continuou a formação para obter a equivalência ao 12ºano de escolaridade. Das formandas que estavam a trabalhar na mesma área de formação, 3 ficaram a trabalhar nas entidades onde realizaram a formação prática em contexto de trabalho.

Eixo	3 - Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas
Medida	3.3 - Promoção da Empregabilidade e do Emprego a Nível Local
Ação tipo	3.3.2 - Apoio à Criação de Emprego

Medida	3.4 - Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local
Ação tipo	3.4.1 - Apoio ao Investimento em Iniciativas Locais Criadoras de Emprego
Entidade Executora	STELABLU, LDA

### Identificação do projecto

A STELABLU, LDA. (NPC 507466268) é uma sociedade por quotas que iniciou a actividade em Julho de 2005. Os promotores, Paulo Jorge da Silva Cutelo e Sandra

Elisabeth Gonzalez Cutelo, já tinham experiência no ramo e pretendiam abrir dois espaços comerciais na área da restauração (CAE 55301) num centro comercial da Covilhã, “Bitoques, Etc” e “Pregos,Etc”. Devido ao horário do centro comercial, o trabalho teve de ser desenvolvido por turnos, pelo que se propunham criar oito postos de trabalho.

O projecto foi financiado pelo Programa Iniciativas Locais de Emprego (ILE), no âmbito do Programa de Estímulo à Oferta de Emprego (PEOE) do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), que por sua vez se refinanciou no POCentro no âmbito dos Contrato-Programa, Apoios à Criação de Emprego em Iniciativas Locais e Apoio ao Investimento em Iniciativas Locais Criadoras de Emprego. Assim o projecto em estudo, foi financiado pelo FSE no que diz respeito ao apoio à criação de postos de trabalho e pelo FEDER no que se refere ao apoio ao investimento.

Trata-se então de um projecto de criação de emprego na área da restauração, a desenvolver em dois espaços, sendo que se previa, para além dos gerentes, a criação de 3 postos de trabalho para cada um dos espaços. Os dois sócios gerentes detinham igual percentagem do capital social.

O apoio financeiro atribuído a esta iniciativa poderá resumir-se da seguinte forma:

Financiamento	Investimento	
	Projecto Apresentado	Projecto Aprobado
Apoio ao Investimento	60.207,00	59.443,31
Apoio à Criação de PT	39.793,00	36.420,89
Antecipação Sub. Desemprego		0,00
Empréstimo de Sócios	23.612,00	23.612,00
Prestações suplementares	15.000,00	15.000,00
Outros	8.257,00	4.132,12
Capital Social	10.000,00	10.000,00

No que se refere ao Apoio à Criação de Postos de Trabalho, o apoio não reembolsável concedido, no montante de €36.420,89, destinou-se a apoiar cinco postos de trabalho, sendo três desempregados involuntários (inclui um dos promotores), um desempregado, e um desempregado de longa duração. Para além destes cinco trabalhadores, a entidade têm mais três, que não foram objecto de apoio por serem desempregados voluntários (onde se inclui o outro promotor). Os cinco trabalhadores, foram contratados sem termo, em Novembro de 2005.

De acordo com o contrato de concessão estabelecido entre as partes, o promotor ficou obrigado a manter "... o nível de emprego atingido por via de apoio concedido, por um período mínimo de quatro anos, contados a partir da data de pagamento do apoio à criação dos postos de trabalho..."

Quanto ao apoio financeiro não reembolsável ao investimento, no montante de €59.443,31 destinava-se à realização de activos fixos corpóreos e/ou incorpóreos, conforme aprovado em sede de candidatura.

### **Resultados do projecto**

Em Novembro de 2005 a empresa tinha atingido o nível de emprego que estava previsto em sede de projecto de candidatura (5 postos de trabalho).

Face ao relatório de acompanhamento elaborado pelos serviços do IIEFP, em Julho de 2007, a STELABLU já tinha 16 postos de trabalho e estava a negociar a abertura de uma nova loja em Castelo Branco, tendo iniciado também um processo de Franchising da marca.



Eixo	3 - Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas
Medida	3.3 - Promoção da Empregabilidade e do Emprego a Nível Local
Ação tipo	3.3.2 - Apoio à Criação de Emprego

Medida	3.4 - Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local
Ação tipo	3.4.1 - Apoio ao Investimento em Iniciativas Locais Criadoras de Emprego
Entidade Executora	<b>TRIGO E CANELA, UNIPessoal, LDA</b>

### Identificação do projecto

A TRIGO E CANELA, UNIPessoal, LDA. (NPC 507 452 372) é uma sociedade Unipessoal por quotas que iniciou a actividade em Dezembro de 2005. O promotor, Ismael Brandão de Almeida, com experiência profissional como padeiro e pasteleiro, desempregado à procura de novo emprego, adquiriu uma padaria (CAE 15811) através de contrato de cessão de exploração e pretendia manter os postos de trabalho da empresa cedente (3 postos de trabalho) e contratar mais um colaborador.

O projecto foi financiado pelo Programa Iniciativas Locais de Emprego (ILE), no âmbito do Programa de Estímulo à Oferta de Emprego (PEOE) do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), que por sua vez se refinanciou no POCentro no âmbito dos Contrato-Programa, Apoios à Criação de Emprego em Iniciativas Locais e Apoio ao Investimento em Iniciativas Locais Criadoras de Emprego. Assim o projecto em estudo, foi financiado pelo FSE no que diz respeito ao apoio à criação de postos de trabalho e pelo FEDER no que se refere ao apoio ao investimento.

Trata-se então de um projecto de criação de emprego na área da panificação, para laborar em Leiria, em instalações já existentes onde funcionava empresa do mesmo ramo, mantendo assim o nível de emprego existente na empresa cedente, 4 postos de trabalho, e criando mais 3.

O capital social pertence a um único sócio. Os clientes são essencialmente estabelecimentos comerciais (cafés, bares e pastelarias) e a população em geral.

O apoio financeiro atribuído a esta iniciativa poderá resumir-se da seguinte forma:

Financiamento	Investimento	
	Projecto Apresentado	Projecto Aprovado
Apoio ao Investimento	21.230,03	21.230,03
Apoio à Criação de PT	13.489,20	13.489,20
Antecipação Sub. Desemprego	2.904,40	2.904,40
Empréstimo de Sócios	10.451,45	10.451,45
Capital Social	5.000,00	5.000,00
<b>Total</b>	<b>53.075,08</b>	<b>53.075,08</b>

No que se refere ao Apoio à Criação de Postos de Trabalho, o apoio não reembolsável concedido, no montante de €13.489,20, destinou-se a apoiar dois postos de trabalho, sendo que um é do promotor e o outro de um desempregado à procura de novo emprego. Este segundo posto de trabalho foi criado no mês seguinte ao início da actividade, tendo o trabalhador sido contratado sem termo.

De acordo com o contrato de concessão estabelecido entre as partes, o promotor está obrigado a manter "... o nível de emprego atingido por via de apoio concedido, por um período mínimo de quatro anos, contados a partir da data de pagamento do apoio à criação dos postos de trabalho..."

Quanto ao apoio financeiro não reembolsável ao investimento, no montante de €21.230,03 destinava-se à realização de activos fixos corpóreos e/ou incorpóreos, conforme aprovado em sede de candidatura.

Neste caso concreto, e como um dos promotores se encontrava a receber subsídio de desemprego, foi também atribuída a antecipação do mesmo, no montante de €2.904,40.

### Resultados do projecto

Em Janeiro de 2006, a Trigo e Canela tinha atingido o nível de emprego que estava previsto em sede de projecto de candidatura (6 postos de trabalho). Em Fevereiro do ano seguinte tinha 15 postos de trabalho, em Janeiro de 2008 tinha 22 e em Dezembro do mesmo ano tinha 17 postos de trabalho.

De acordo com relatório de acompanhamento elaborado, pelos serviços do IEFP, em Setembro de 2006 o promotor demonstrou dificuldade na contratação de pessoal especializado, considerando que a empresa tinha registado um aumento no volume de vendas. O sector da panificação representa 70% do total das vendas, sendo os restantes 30% para a pastelaria.





### Saúde: Implementação dos Sistemas Locais de Saúde (SLS)

Eixo	3 – Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas
Medida	3.8 -Saúde
Projecto	<b>42-03-08-FDR-00010 - Construção da Centro de Saúde de Condeixa-a-Nova</b>
Entidade Executora	Administração Regional de Saúde do Centro

### Identificação do projecto

O antigo Centro de Saúde funcionava num edifício construído no princípio do século XX, propriedade da Fundação D. Ana Laboreiro d'Eça, com o interior em mau estado apesar dos permanentes e elevados custos de conservação.

Tratava-se de um antigo hospital, sem estruturas funcionais adequadas ao desenvolvimento de actividades de prestação de cuidados de saúde primários, sem acessibilidades adequadas a cidadãos portadores de deficiência física, sem espaço suficiente para estacionamento de viaturas de utentes.

Face ao descrito era evidente a necessidade de se construir um novo Centro de Saúde, dotado de todas as condições funcionais para a prestação de cuidados de saúde.

O Centro de Saúde coordena 5 Extensões de Saúde e presta cuidados de saúde à população das freguesias de Anobra, Belide, Bendafé, Condeixa-a-Nova, Condeixa-a-Velha, Ega Furadouro, Sebal Grande, Vila Seca e Zambujal, num total de 16.783 utentes.

A construção do novo Centro de Saúde, assentou num Protocolo celebrado em 25 de Agosto de 1995, entre a Autarquia e a ASR Centro, mediante o qual a Câmara Municipal cedeu o terreno e responsabilizou-se pela elaboração do projecto de execução e construiu e cedeu um parque de estacionamento num terreno anexo.



O programa funcional elaborado para o edifício, teve em conta o Guia de Programação de Centros de Saúde da Direcção Geral de Saúde, contemplou 1.750m<sup>2</sup> de área bruta distribuídos 7 grupos funcionais, designadamente:

**Grupo Funcional de Prestação de Cuidados de Saúde, que inclui:**

*Módulo Base*

Gabinetes de Consulta (oito)  
Gabinetes de Enfermagem (quatro)  
Sala de Tratamentos (duas)  
Secretariado (dois)  
Zona de Espera (duas)

*Módulo Polivalente*

Gabinete de Saúde Oral (um)  
Gabinete Polivalente (dois)  
Gabinete de Enfermagem (um)  
Gabinete de Serviço Social (um)  
Secretariado (um)  
Zona de Espera (uma)

**Grupo Funcional de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica, que inclui:**

*Meios Complementares de Diagnóstico*

Sala de Colheitas com instalações sanitárias (uma)  
Sala de Imagiologia (uma)  
Sala de Revelação (uma)  
Gabinete de Técnicos (um)

*Meios Complementares Terapêuticos*

Sala de Reabilitação (uma)  
Vestiário dos Doentes (dois)  
Gabinetes de Técnicos (um)

**Grupo Funcional de Atendimento Permanente, que inclui:**

*Zona de Observação e Tratamento*

Gabinete de Atendimento  
Sala de tratamentos (uma)  
Sala de trabalho de Enfermagem (uma)  
Sala Aberta (uma)

Instalação Sanitária (uma)

Sala de Observações com duas camas (uma)

### **Resultados do projecto**

O Centro de Saúde de Condeixa-a-Nova, presta à população, na área de influência indicada, os seguintes cuidados de saúde:

#### **Consultas**

Planeamento familiar

Saúde materna

Saúde infantil

Adultos

Domicílios

Serviço de atendimento permanente

#### **Actividades de Saúde Pública/ Autoridade de Saúde**

##### **Actividade de Enfermagem**

Educação para a saúde em grupo

Injecções

Pensos e outros tratamentos

Actos de enfermagem ao domicílio

No que respeita aos resultados conseguidos com a construção e equipamento do novo Centro de Saúde, salientam-se os seguintes:

- Adequação das instalações e dos equipamentos de prestação de cuidados de saúde à população.
- Melhor gestão de recursos financeiros e humanos.
- Consequência imediata dos resultados anteriormente referidos foi a motivação e satisfação dos profissionais, traduzida numa melhor qualidade e eficácia no atendimento dos utentes, com aumento claro da satisfação destes.

### As antigas instalações



### O Novo Centro de Saúde



**Desporto: Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos**

Eixo	3 - Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas
Medida	3.10 Desporto
Projecto	<b>42-03-10-FDR-00030 Piscina Coberta Municipal da Sertã</b>
Entidade Executora	<b>Município da Sertã</b>

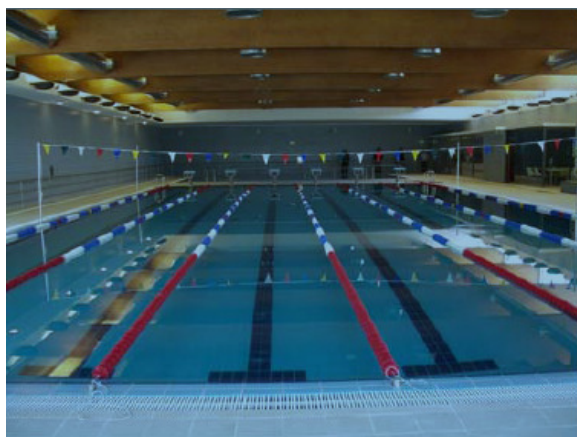
**Identificação do projecto**

Construção da Piscina Municipal coberta da Sertã com 2 tanques, um de competição com 25x12,5 e outro de aprendizagem de 12,5x8m a que corresponde uma área útil desportiva de 413m<sup>2</sup>.

Este projecto recorre a energia solar para o aquecimento das águas e o tratamento da água é realizado por sistema de ultravioletas.

**Resultados do projecto**

O concelho da Sertã tem 16.721 habitantes, sendo 2.355 juvenis e 2.085 jovens, e uma AuD de 2,68 m<sup>2</sup>/hab.. A construção desta infra-estrutura permite criar condições para o treino, formação e competição desportiva na área da natação, nas suas três vertentes e será utilizada por 2.400 atletas federados e por um potencial de 4.000 praticantes utentes escolares e não federados.







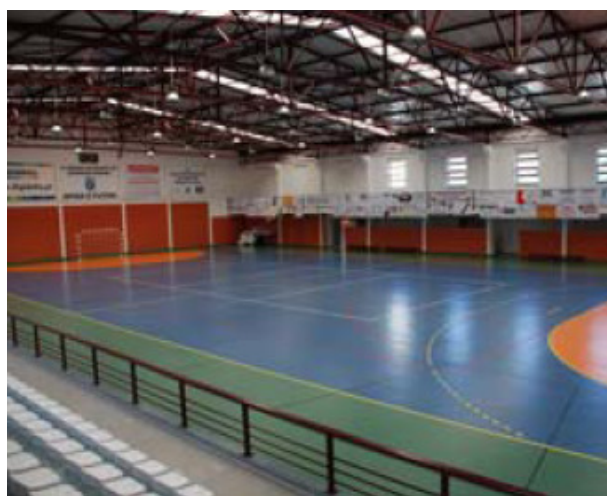
Eixo	3 - Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas
Medida	3.10 Desporto
Projecto	42-03-10-FDR-00029 Pavilhão Desportivo de Pedrógão Grande
Entidade Executora	Município de Pedrógão Grande

### Identificação do projecto

Construção do Pavilhão Desportivo de Pedrógão Grande com 44x28,85m e sala especializada de 14x15,5m, a que corresponde uma AuD de 1.486m<sup>2</sup>.

### Resultados do projecto

Esta infra-estrutura permite melhorar as condições para o treino, formação e competição desportiva nas áreas do basquetebol, voleibol, andebol, badmington, ginástica e outras sendo utilizada por 157 atletas de um clube e por um potencial de 570 utentes escolares e não federados.



## Economia

Eixo	3 – Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas
Medida	3.11 Economia
Projecto	<b>42-03-11-FDR-00052 “Criação do Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico em Ciências da Construção – ITeCons”</b>
Entidade Executora	<b>ITeCons</b>

## Identificação do projecto

O ITeCons resulta da iniciativa de 49 entidades entre as quais se destacam sete Câmaras Municipais, a Universidade de Coimbra – Faculdade de Ciências e Tecnologia, a Caixa Geral de Depósitos e várias empresas ligadas ao sector da construção. Este Instituto foi criado a 11 de Janeiro de 2006 sob a forma jurídica de associação sem fins lucrativos, com o objectivo de dar apoio técnico e tecnológico especializado em tempo útil a problemas que surjam antes, durante e após a execução de obras de construção civil.

A organização do ITeCons inclui três unidades funcionais:

- Unidade Transferência de Tecnologia, apoiada pelas secções de Investigação aplicada, de Desenvolvimento de novos materiais e aplicações e de Desenvolvimento de novos processos construtivos;
- Unidade de Transferência de Saber, apoiada pelas secções de Consultoria técnica, de Formação, de Publicações e de Eventos Técnicos e Científicos;
- Unidade de Medição e Ensaio, apoiada pelas secções de Materiais, de Acústica e de Higratérmica.

A infra-estrutura em causa tem como objectivo dar apoio técnico e tecnológico especializado, no sector da Construção, no sentido de prestar apoio antes, durante e após a execução de obras. Esta infra-estrutura ficará situada na região Centro onde não existe nenhum organismo especializado neste âmbito.

A necessidade crescente de uma infra-estrutura que preste apoio ao sector da construção decorre das solicitações existentes à data da sua criação que iam sendo direccionadas para o Laboratório de Construções do Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Coimbra, que não está adequadamente dimensionado para dar

resposta às necessidades da indústria. O tipo e a dimensão de solicitações que chegavam aquele Laboratório em crescendo e de forma continua nos últimos anos, contribuiu para dificultar a resposta às pretensões do mercado e da sociedade.

Para dar resposta a esta falha de mercado surgiu o presente “spin-off” que visava dar resposta adequada e profissional às solicitações.

Este projecto contou, na sua formulação, realização e acompanhamento, para além do executor, com os investigadores da Universidade de Coimbra e a colaboração dos técnicos e gestores das instituições clientes da própria infra-estrutura

Por outro lado foi também fundamental a colaboração do Instituto Português da Qualidade no sentido da certificação e acreditação de ensaios e da própria entidade, que permitem assegurar a credibilidade da Instituição.

### Resultados do projecto

O mercado alvo do ITeCons é constituído, maioritariamente, pelo tecido industrial e empresarial ligado ao sector da construção, quer sejam organismos da administração local e central do Estado quer sejam outras instituições privadas. A participação de entidades públicas neste projecto revela, desde já, que este mercado se estende, muito para além das próprias empresas, à Sociedade em geral.

### Indicadores da actividade em 2009 (Novembro)

Número de ensaios realizados:

- SMAT - Secção dos Materiais:	
- ACO - Grupo de Ensaios dos Aços;	1264
- ARG - Grupo de Ensaios das Argamassas;	96
- AGR - Grupo de Ensaios dos Agregados;	27
- BET - Grupo de Ensaios dos Betões;	909
- OMC - Grupo de Ensaios de Outros Materiais de Construção;	160
- SOL - Grupo de Ensaios dos Solos;	87
- BTM - Grupo de Ensaios de Betumes/Misturas Betuminosas	57
- SHIG - Secção da Higrotérmica:	
HIG - Grupo de Ensaios da Higrotérmica	234
- SACU - Secção da Acústica:	
ACU - Grupo de Ensaios da Acústica	299



### Acessibilidades e Transportes

Eixo	3 – Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas
Medida	3.12 Acessibilidades e Transportes
Projecto	42-03-12-FDR-00055 “ EN 112 - Beneficiação entre Portela do Vento e Pampilhosa da Serra”
E Executora	IEP

### Identificação do projecto

A empreitada teve por objectivo a rectificação da estrada existente, na extensão de 22, 248 Km, entre o entroncamento com a EN 2 e o entroncamento com a EN 344 no centro da vila de Pampilhosa da Serra.

Tratava-se de um troço de estrada antigo, muito sinuoso que em alguns locais se desenvolvia com curvas de raio muito reduzido, concretamente na travessia de linhas de



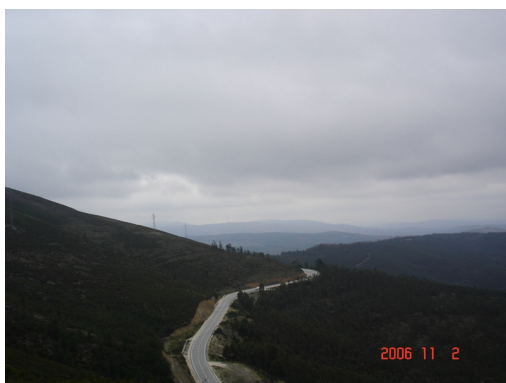
água com largura transversal muito reduzida com cerca de 5 metros de largura em média, e para maior desconforto o pavimento apresentava-se em estado muito degradado.

### **Resultados do projecto**

Considerando que o concelho da Pampilhosa da Serra é um dos que apresenta maior entrave no seu desenvolvimento face ao isolamento desta vila, a referida intervenção veio de facto contribuir para uma mais valia daquele concelho, permitindo assim um fácil acesso à referida vila.

Trata-se de uma estrada que sofreu profundas alterações cuja a intervenção teve por objectivo em dotar de boas características técnicas e assegurar boas condições de circulação, para o efeito procedeu-se a uma rectificação profunda do traçado quer em termos longitudinais quer transversais, a plataforma actual apresenta uma largura média de e 10,00 metros de largura, o pavimento foi também construído de raiz com uma estrutura nobre, foram também melhoradas as condições de drenagem e segurança rodoviária.

A EN112 constitui agora uma via de comunicação com muita importância dentro da malha viária Nacional e Municipal envolvente e que teve um grande contributo para minorar o isolamento daquela vila.





Eixo	3 – Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas
Medida	3.12 Acessibilidades e Transportes
Projecto	<b>42-03-12-FDR-00067/104 “Acessibilidades ao Estádio Municipal de Coimbra 1ª e 2ª Fase”</b>
E. Executora	<b>Município de Coimbra e IEP</b>

### Identificação do projecto

1ª Fase: A empreitada relativa à Circular Externa 2ª Fase tem início ao Km 1,525 onde termina o troço da 2ª fase ( Avenida Elísio de Moura) e estende-se até à entrada norte de Coimbra, numa extensão global de 4,2Km.

O troço de estrada foi contemplada com uma plataforma de 26 metros de largura, com dupla faixa de rodagem e separador central, o traçado apresenta 8 obras de arte: 3 passagens superiores e 5 inferiores.

2ª Fase: A obra objecto desta intervenção diz respeito à remodelação da Avenida Elísio de Moura, designada por 2ª Fase da Circular Externa, na extensão total de 1,225Km . Esta obra faz ligação com a 1ª fase da circular externa ao Km 1,525. Foi previsto o desnivelamento do Nó de Moura através de uma intersecção giratória executada sob a forma de túnel, foram também considerados trabalhos de melhoria dos arruamentos adjacentes e a construção de outros três arruamentos novos, para além de uma obra de arte designada por passagem de peões.

### Resultados do projecto

O conjunto das duas fases constitui uma circular externa à cidade de Coimbra com muita importância para a mesma uma vez que evita a circulação automóvel pelo centro da cidade, o tráfego médio diário que circula na presente circular é de cerca de 5 100 veículos.

Esta circular permite a ligação do trânsito da entrada norte da cidade à estrada da Beira e o futuro IC3, e prevê ainda a ligação ao Novo Hospital Pediátrico. Contribuiu para a melhoria da qualidade de vida da cidade/ região centro viabilizando um maior desenvolvimento económico no sentido de contribuir para o descongestionamento da área urbana, melhorias de acessibilidade urbana contribuindo também para uma melhor articulação entre as diferentes redes de transporte.

#### 1ª Fase



#### 2ª Fase



Eixo	3 – Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas
Medida	3.12 Acessibilidades e Transportes
Projecto	<b>42-03-12-FDR-00158 “EN 109 Substituição da Ponte da Gala”</b>
E. Executora	<b>IEP</b>

### Identificação do projecto

A presente obra consistiu na construção de uma nova ponte em substituição da antiga Ponte da Gala, tendo sido preconizado o alargamento da EN 109, no troço entre a passagem inferior existente na EN109 e o nó a norte da actual Ponte da Gala, a construção da nova foi implantada precisamente no mesmo local da antiga, não tendo sido alterada a directriz da estrada.

O presente projecto previu também a construção de uma via de segregação na EN 109, a qual permitiu garantir a separação entre o tráfego local que circulava na rotunda e se dirigia para a Figueira da Foz do tráfego que se deslocava na EN 109 , no sentido Leiria / Figueira da Foz.

Face às características marcadamente urbanas da Rotunda localizada a Oeste da Ponte da Gala (Rotunda da Gala), e as características não urbanas associadas ao acesso à Ponte da Figueira da Foz, preconizou-se a construção de um Caminho Pedonal, localizado à esquerda da Via Rodoviária, o qual garante o acesso de peões à zona Este da Ponte da Gala.

O traçado em planta na Ponte da Gala desenvolveu-se em recta até final do traçado, tendo-se sobreposto exactamente ao eixo existente da EN 109.

### Resultados do projecto

O objectivo desta intervenção visou garantir a melhoria das condições de circulação rodoviária através da construção da nova ponte que apresenta-se com duas faixas de rodagem de 2 vias cada e com separador central e uma passagem lateral para os peões.

Esta obra veio de facto melhorar as condições de circulação especialmente na época balnear onde era notável o estrangulamento do traçado na antiga ponte da Gala, sendo agora notório o descongestionamento do trânsito local após a construção da nova ponte. A construção do separador ao longo da EN 109 veio também disciplinar o trânsito naquele local melhorando por isso as condições de segurança e circulação rodoviária.



Trata-se de uma obra que constitui uma via de comunicação com muita importância dentro da malha viária Nacional e Municipal envolvente.



### Pescas: Equipamentos de Transformação

Eixo	3 - Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas
Medida	3.16 Pescas
Projecto	42.03.16.IFP.0003 " Modernização do Viveiro da Fonte Santa "
Entidade Executora	Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior

### Identificação do projecto

Conservação de infra-estruturas hidráulicas e edifícios do Posto Aquícola da Fonte Santa, com as seguintes acções:

- Conservação de infra-estruturas hidráulicas através da sua reparação, substituição e colocação de tubagens e impermeabilização dos tanques com tela pvc;
- Reparação de edifícios de apoio à actividade;
- Construção de casa de vendas;
- Aquisição de equipamento – alimentadores e electrobomba.

**Tanque n.º1 do Posto Aquícola antes, durante e após o projecto**



**Resultados do projecto**

O projecto permitiu recuperar as estruturas hidráulicas do Posto, que corria o risco de encerramento, desenvolvendo e otimizando as suas capacidades produtivas e lançando desafios de melhoria e capacidade de resposta dos serviços prestados através de produção de qualidade respeitadora do ambiente, com redução de custos e melhoria das condições de saúde, higiene e segurança no trabalho; e de promoção do produto principal, enquanto espécie autóctone das bacias hídricas salmonídeas da região e propulsora da actividade de pesca desportiva.

**Ambiente**

Eixo	3 – Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas
Medida	3.13 Ambiente
Projecto	<b>42-03-13-FDR-00134 “ Regularização e protecção marginal da foz do Ceira”</b>
Entidade Executora	<b>CCDRC</b>

**Identificação do projecto**

AÇUDE: No dimensionamento do açude utilizaram-se os caudais afluentes a esta secção. Estes caudais provem da bacia hidrográfica do Ceira e de forma indirecta foram condicionados pelo regime de exploração dos aproveitamentos hidroeléctrico das Fronhas, Aguieira e Açude da Raiva Tendo em consideração as condicionantes ecológicas o dimensionamento do açude foi efectuado no pressuposto de que a “espécie alvo” é o sável (*Alosa alosa*), espécie mais sensível entre as espécies migradoras da comunidade ictiofaunística existentes na bacia hidrográfica do rio Mondego.

**PROTECÇÃO MARGINAL:** Estes trabalhos consistiram basicamente na utilização de estacaria combinada com enrocamento.



### Resultados do projecto

Reposição de terras e protecção marginal em ambas as margens do rio Ceira;

- Construção de um açude de soleira baixa que não altere as características ecológicas da linha de água nem impeça a realização das diferentes fases do ciclo biológico dos peixes migradores.

- Potenciar os usos da actividade recreativa das épocas de estio;

Durante os trabalhos ficou garantida a função biofísica como suporte das biocenoses aquáticas e estabilização das margens e a função paisagística como um dos elementos vivificadores e estruturantes do meio natural, foram ainda salvaguardados os diversos usos e utilizações das águas.